

GILIAN EVARISTO FRANÇA SILVA

ESPAÇO, PODER E DEVOÇÃO:

As Irmandades religiosas da fronteira Oeste da América portuguesa
(1745-1803)



CURITIBA - PR
AGOSTO DE 2015



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GILIAN EVARISTO FRANÇA SILVA

ESPAÇO, PODER E DEVOÇÃO:

**As Irmandades religiosas da fronteira Oeste da América portuguesa
(1745-1803)**

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, da Universidade Federal do Paraná-UFPR, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História.

Orientação: Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva

CURITIBA - PR

AGOSTO DE 2015

Catálogo na publicação
Vivian Castro Ockner – CRB 9ª/1697
Biblioteca de Ciências Humanas e Educação - UFPR

Silva, Gilian Evaristo França

Espaço, poder e devoção: as irmandades religiosas da fronteira Oeste da América portuguesa (1745-1803). / Gilian Evaristo França Silva. – Curitiba, 2015.
389 f.

Orientador: Prof.º Dr. Luiz Geraldo Silva

Tese (Doutorado em História) - Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes

Universidade Federal do Paraná.

1. História – igreja católica – Mato Grosso.
2. Vida monástica e religiosa – irmandades religiosas – associações religiosas.
3. Igreja católica – século XVIII – devoção. I. Título.

CDD 282.81

Imagem da capa:

Árvore denominada jenipapeiro e gente que pede esmola para a festa do Divino Espírito Santo em Diamantino. Hercule Florence, 1828. Aquarela (31,6 x 22,6cm). Arquivos da Academia de Ciências / Filial de São Petersburgo da Academia de Ciências da Rússia, São Petersburgo. *Apud.* AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791. São Paulo: Versal, 2014, p. 145.



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

Rua Gal. Carneiro, 460, 7º andar, sala 716, fone/fax + 55 (41) 3360-5086,
80.060-150, Curitiba, PR, Brasil.

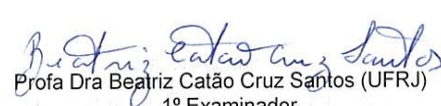
E-mail: cpghis@ufpr.br Website: www.poshistoria.ufpr.br

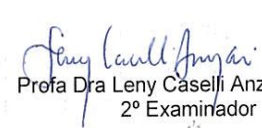
PARECER DA BANCA EXAMINADORA

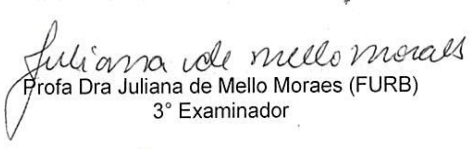
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Paraná (PPGHIS/UFPR) para realizar a arguição da Tese de Doutorado de **GILIAN EVARISTO FRANÇA SILVA** intitulada: ***Espaço, poder e devoção: as irmandades religiosas da fronteira Oeste da América portuguesa (1745-1803)***, após terem inquirido o aluno e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aprovação, completando-se assim todos os requisitos previstos nas normas desta Instituição para a obtenção do Grau de **Doutor em História**.

Curitiba, vinte e seis de agosto de dois mil e quinze.


Prof. Dr. Luiz Geraldo Silva (Orientador)
Presidente da Banca Examinadora


Profa Dra Beatriz Catão Cruz Santos (UFRJ)
1º Examinador


Profa Dra Leny Caselli Anzai (UFMT)
2º Examinador


Profa Dra Juliana de Mello Moraes (FURB)
3º Examinador


Profa Dra Andréa Doré (UFPR)
4º Examinador

Aos *mestres* orientadores em meu percurso acadêmico,
Sueli Pereira Castro, Leny Caselli Anzai e Luiz Geraldo Silva.

Minha imensa gratidão e respeito.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, Professor Dr. Luiz Geraldo Silva, que me acompanhou nesse longo percurso, com muito profissionalismo, atenção e apoio. Suas leituras críticas dos textos e dos demais produtos da pesquisa foram fundamentais para o desenvolvimento da tese. Sou imensamente grato ao incentivo e suporte para que eu pudesse participar do Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE.

À Professora Dra. Alexandra Pinheiro Pelúcia, da Universidade Nova de Lisboa – UNL, pelo aceite do projeto de estágio de pesquisa em Portugal como minha co-orientadora. Com sua recepção, paciência e orientação pude realizar com tranquilidade minha investigação nos arquivos portugueses.

Às Professoras Dra. Juliana de Mello Moraes e Dra. Andréa Doré, que estiveram no exame de qualificação do trabalho e na banca de defesa da tese, agradeço pelas críticas e sugestões. Às Professoras Dra. Beatriz Catão Cruz Santos e Dra. Leny Caselli Anzai igualmente agradeço a disponibilidade de participarem da arguição na banca de defesa da tese.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela bolsa concedida via Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE, fundamental para a realização do estágio de doze meses de pesquisa em Portugal.

Ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná – UFPR, pela oportunidade de continuidade de minha formação profissional.

Ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia – IFMT / Campus Cuiabá, que concedeu liberação de minhas atividades docentes na instituição, através da licença de afastamento para cursar o doutoramento.

Aos funcionários das instituições de ensino, arquivos e bibliotecas onde realizei levantamento bibliográfico e documental, tanto no Brasil como em Portugal.

Aos colegas da Linha de Pesquisa Espaço e Sociabilidades e aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da UFPR. Especialmente, aos Professores Dra. Maria Luiza Andreazza, Dra. Karina Kosicki Bellotti e Dr. Magnus Roberto de Mello Pereira, pela convivência e compartilhamento de saberes e experiências. Agradeço ainda a competência e gentileza constante de Maria Cristina Parzowski no atendimento aos alunos e professores na secretaria do PGHIS da UFPR.

Aos colegas que se tornaram amigos durante o curso de doutoramento, Carlos Barros Gonçalves, Denise Pereira, Fernanda Cordeiro de Almeida e Thiago de Paula,

pelos momentos alegres e difíceis nesses quatro anos. Nas minhas melhores lembranças estão nossas conversas e risadas nos cafés da fria cidade de Curitiba.

Aos amigos portugueses, Marco Paulo Dias Luís, Bruno Faria, Gustavo Boto e António Almeida pelo acolhimento, diversão, auxílio, indicação de livros e documentos.

À Professora Dra. Elizabeth Madureira de Siqueira pela generosidade em disponibilizar e indicar livros e documentos para a construção do objeto de pesquisa.

Aos Professores Dra. Leny Caselli Anzai, Dr. João Antônio Botelho Lucídio, Dra. Márcia Eliane e Dra. Nauk Maria de Jesus, pelas indicações de livros, leituras, críticas e sugestões. Sou grato ainda pela motivação dada quando nos encontramos em Lisboa, em momentos distintos do período do estágio de pesquisa.

À minha família e amigos, pela torcida positiva. Especialmente, Beth Benta Tenutes, avó Maria da Silva, Maria Conceição da Silva, Agnaldo França (in memoriam), Cristian Albuquerque (in memoriam), Wiliana Tenutes, Amanda Lwiggy, Katty Correa, Geilana França, Jéssica Braz, Sueli Pereira Castro, Marlene Rodrigues da Silva, Zuleika Alves Arruda, Adenir Lúcia, Cristina Campos, Simone Raquel Silva, Kleber Corbalan, Vânia Nadaf, Cátia Almeida, Denise Stopa, Ivone Lima, Henriett Montanha, Leide Dayane, Leonice Meira, Itamara Oliveira, Loiva Canova, Vanda da Silva, Gustavo Almeida, Yamê Paiva, Marcos Fausto e Paulo Pessoa.

Às minhas irmãs e grandes amigas, Juliana Marcela Santos Silva, Nayara Marcelly Ferreira da Silva e Vitória Maria Santos Silva. Juju! Serei eternamente grato pelo carinho, amor e auxílio na administração da minha vida em Cuiabá!

Ao meu companheiro Thomas Höjemo, pelo nosso amor, carinho e incentivo.

A todos que contribuíram para a finalização dessa etapa! Obrigação!

RESUMO

Na tese intitulada *Espaço, poder e devoção: As Irmandades religiosas da fronteira Oeste da América portuguesa (1745-1803)* analisamos as relações de poderes estabelecidas entre membros de irmandades religiosas na Prelazia do Cuiabá e a formação dos espaços católicos dessa jurisdição eclesiástica. Destacamos que nela não parece ter havido uma ação efetiva da política do padroado régio no século XVIII, fazendo com que a população custeasse a construção dos templos e os serviços religiosos. Compreendemos esse processo através da análise das práticas confrariais do campo religioso local, como as eleições para composição das Mesas diretoras, suas receitas e despesas, relações com o clero secular e ações relacionadas ao universo da morte, das práticas caritativas, celebrativas e festivas. A configuração social da capitania de Mato Grosso teve sua formação decorrente do avanço bandeirante luso-paulista, visando o aprisionamento indígena, e das descobertas de veios auríferos. Sua localização era o espaço de fronteira com os domínios castelhanos, com seus limites disputados e negociados pelas Coroas ibéricas durante o século XVIII. A Prelazia do Cuiabá foi criada em 1745, subordinada ao Bispado do Rio de Janeiro, porém seu cargo de prelado esteve vacante até o ano de 1803. Os grupos sociais desse campo religioso eram constituídos por brancos, portugueses, indígenas, africanos e seus descendentes escravizados ou libertos, situados numa sociedade marcada pela forte miscigenação e hierarquização dos grupos sociais. As irmandades religiosas representaram as posições desses segmentos sociais e a necessidade e o consumo dos bens de salvação pelos fiéis. Os padres atuantes na Prelazia do Cuiabá eram em sua quase totalidade encomendados, pagos pela população, sem recebimento de cômputo custeada pela Fazenda Real. Os valores dos emolumentos religiosos eram considerados excessivos pelos confrades e fregueses, bem como pouco atuante a instituição do padroado régio, gerando conflitos e tensões nesse campo religioso católico.

Palavras-chave: espaço, poder, devoção, irmandades, catolicismo, Mato Grosso.

ABSTRACT

This thesis, entitled *Space, power and devotion: Religious orders in the western borderland of Portuguese America (1745-1803)*, analyses how the power relations are established between members of religious orders in the Prelature of Cuiaba and the formation of Catholic spaces in this ecclesiastical jurisdiction. In this thesis it is emphasized that the royal patronage politics in the eighteenth century does not seem to have been effective, causing the population to pay for the construction of temples and religious services. This process is understood through analysing the brotherhoods' practices in the local religious sphere: the boards' elections, income and expense statements, their relations with the secular clergy, actions related to the world of death and finally the charitable, celebratory and festive practices. The social configuration of the Mato Grosso captaincy was formed during the Luso-São Paulo pioneer advance, which aim was to imprison the indigenous people and to discover gold-bearing veins. The captaincy was located in the borderland adjacent to Castillian territory, with boundaries both disputed and under negotiation by the Iberian crowns during the eighteenth century. The Prelature of Cuiaba was created in 1745, controlled by the Bishopric of Rio de Janeiro, however the position of prelate was vacant until the year of 1803. The social groups of this religious sphere consisted of whites, Portuguese, Indians, Africans and their enslaved or freed descendants. The societal context was marked by both strong miscegenation and a distinct hierarchy between the different socio-ethnic groups. The religious orders represented the positions of these different social segments and the need for and consumption of goods of salvation by the faithful. Priests working in the Prelature of Cuiabá were almost entirely commissioned and paid by the population without receiving the church rate financed by the Royal Treasury. The values of religious fees were deemed excessive by the fellow monks and parishioners, as well as some active in the institution of royal patronage, generating conflicts and tensions in that Catholic religious sphere.

Keywords: space, power, devotion, orders, brotherhoods, Catholicism, Mato Grosso.

LISTAS DE TABELAS

Tabela 01 - População da repartição do Cuiabá (1727 a 1751).....	71
Tabela 02- População da capitania de Mato Grosso (1771 a 1800).....	72
Tabela 03 – Famílias ou fogos da capitania de Mato Grosso (1772-1781).....	73
Tabela 04 - Famílias ou fogos das Comarcas Eclesiásticas do Mato Grosso e do Cuiabá (1790 a 1795).....	76
Tabela 05 – Produção aurífera da América portuguesa – século XVIII.....	78
Tabela 06 - Tabelas 06 – Estimativas de desembarque de africanos na América portuguesa (1700-1800).....	171
Tabela 07 – Mapa geral dos escravos que entraram na capitania de Mato Grosso (1720-1772).....	172
Tabela 08 – Mapa da povoação da capitania de Mato Grosso no ano de 1800.....	174
Tabela 09 – Mapa da população escrava da capitania de Mato Grosso – 1800.....	174
Tabela 10 - Esmolas ou jóias dos oficiais de Mesa das Irmandades das elites locais, da Prelazia do Cuiabá (1760 a 1800).....	231
Tabela 11 – Esmolas ou jóias dos oficiais de Mesa das Irmandades de africanos e seus descendentes livres, cativos e libertos, da Prelazia do Cuiabá (1760-1780).....	231

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 - Relação das Igrejas Paroquiais do Bispado do Rio de Janeiro que tem cônica custeada pela Fazenda Real - 1782.....	56
Quadro 02 - Dioceses da América portuguesa (Séc. XVI a XVIII).....	62
Quadro 03 - Igrejas e capelas de Vila Bela e termo do Mato Grosso, segunda metade do século XVIII.....	123
Quadro 04 – Irmandades religiosas da capitania de Mato Grosso que obtiveram a aprovação de seus compromissos pela Mesa da Consciência e Ordens.....	147
Quadro 05 – Irmãos de Mesa da Irmandade de São Miguel e Almas da Vila do Cuiabá – 1765.....	194
Quadro 06 – Irmãos de Mesa da Irmandade do Senhor Bom Jesus – 1800.....	195
Quadro 07 – Irmãos de Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila do Cuiabá – 1767.....	198
Quadro 08 – Irmãos de Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela – 1781.....	199
Quadro 09 – Irmãos de Mesa da Irmandade de Santo Antônio – 1785.....	202
Quadro 10 – Irmãos de Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1807).....	205
Quadro 11- Irmãos de Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros – 1779.....	209
Quadro 12 - Inventário dos bens e alfaías da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – 1800.....	223
Quadro 13 – Relação dos eclesiásticos que são necessários na capitania de Mato Grosso – 1798.....	257
Quadro 14 - Dias santos fixos no calendário litúrgico.....	293
Quadro 15 - Dias santos móveis.....	294

LISTA DE MAPAS

Mapa 01 – Arcebispado e Bispados da América portuguesa no século XVIII.....	64
Mapa 02 – Mapa da capitania de Mato Grosso, com seus termos ou repartições.....	70
Mapa 03 - Roteiro fluvial de São Paulo à Vila Bela, segunda metade do século XVIII	83
Mapa 04 – Trajeto fluvial norte, saída de Belém, segunda metade do século XVIII.....	84
Mapa 05 – Trajeto fluvial norte, chegada à Vila Bela, segunda metade do século XVIII	85
Mapa 06 – Mapa da América portuguesa e as fronteiras com os domínios espanhóis, século XVIII.....	88
Mapa 07 – Arraial do Pilar.....	95
Mapa 08 – Arraial de Santa Ana.....	95
Mapa 09 – Arraial de São Francisco Xavier da Chapada.....	96
Mapa 10 – Mapa da bacia do rio Guaporé, década de 1770.....	99
Mapa 11 - Arraial de São Vicente.....	109
Mapa 12 – Mapa do arraial de São Pedro d’ el Rei, década de 1780.....	113
Mapa 13 – Mapa da Prelazia do Cuiabá, segunda metade do século XVIII.....	125
Mapa 14 – Plano de Vila Bela da Santíssima Trindade – 1789.....	144

LISTA DE IMAGENS

Imagem 01 – Mineração do ouro, na repartição do Cuiabá, século XVIII.....	77
Imagem 02 – Um dos tipos de embarcação utilizada nos trajetos fluviais, final do século XVIII.....	82
Imagem 03 – Cachoeira da Pederneira, uma das cachoeiras do rio Madeira, trajeto fluvial norte, final do século XVIII.....	86
Imagem 04 – Arraial dos Cocais, década de 1820.....	92
Imagem 05 - Vista da Vila do Bom Jesus do Cuiabá, década de 1770.....	93
Imagem 06 – Vista da Vila de Guimarães, década de 1820.....	102
Imagem 07 - Planta e Frontispício da Igreja Matriz de Vila Bela.....	110
Imagem 08 – Povoação do Forte Príncipe da Beira, década de 1780.....	111
Imagem 09 – Prospecto da Povoação de Albuquerque, década de 1780.....	112
Imagem 10 – Prospecto de Vila Maria de São Luís do Paraguai, final do século XVIII.....	114
Imagem 11 - Prospecto da igreja matriz Missão da Senhora Santa Ana do Sacramento, década de 1780.....	117
Imagem 12 – Forte Príncipe da Beira, década de 1780.....	120
Imagem 13 – Prospecto da Povoação de Casalvasco, final do século XVIII.....	121
Imagem 14 – Soldado Pedestre de Mato Grosso, final do século XVIII.....	164
Imagem 15 – Presença de africanos e de seus descendentes nas lavras de mineração do ouro de Cuiabá, século XVIII.....	176
Imagem 16 – Capela de Nossa Senhora do Rosário da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, século XVIII.....	177
Imagem 17 – Altar dedicado a São Miguel e Almas, na igreja matriz do Senhor Bom Jesus – Cuiabá.....	267
Imagem 18 – Altar principal, dedicado ao Senhor Bom Jesus, na igreja matriz - Cuiabá.....	270

Imagem 19 – Antigo altar dedicado ao Senhor Bom Jesus, na igreja matriz – Cuiabá.....	271
Imagem 20 – Altar dedicado a Santa Ana, na igreja matriz do Senhor Bom Jesus – Cuiabá.....	278
Imagem 21 – Altar de Nossa Senhora da Conceição, na igreja matriz do Senhor Bom Jesus – Cuiabá.....	282
Imagem 22 – Interior da igreja matriz do Senhor Bom Jesus, com todos os seus altares.....	287
Imagem 23 – Esmoler para a Festa do Divino Espírito Santo em Diamantino, década de 1820.....	322

LISTA DE SIGLAS

ACBM – Arquivo da Casa Barão de Melgaço, Cuiabá – MT

ACMRJ - Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro

AHM - Arquivo Histórico Militar, Lisboa - PT

AHU - Arquivo Histórico Ultramarino

ANPUH – Associação Nacional de História

ANTT - Arquivo Nacional da Torre do Tombo

APEMT - Arquivo Público do Estado de Mato Grosso

BNP - Biblioteca Nacional de Portugal

CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CHAM - Centro de História d’Aquém e d’Além Mar

FGV - Fundação Getúlio Vargas

IFMT – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

IHGMT - Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso

IPDAC - Instituto de Pesquisa Dom Aquino Corrêa, Cuiabá - MT

NDIHR - Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional

PDSE - Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior

SEDUC-MT – Secretária Estadual de Educação de Mato Grosso

UC – Universidade de Coimbra, Portugal.

UE - Universidade de Évora, Portugal

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFG – Universidade Federal de Goiás

UFGD – Universidade Federal da Grande Dourados

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG – Universidade Federal de Minas Gerais

UFMT - Universidade Federal de Mato Grosso

UFPB - Universidade Federal da Paraíba

UFPE – Universidade Federal de Pernambuco

UFPR - Universidade Federal do Paraná

UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRPE - Universidade Federal Rural de Pernambuco

UFSJ - Universidade Federal de São João Del Rei

UL – Universidade de Lisboa, Portugal.

UM - Universidade do Minho, Portugal

UnB – Universidade de Brasília

UNESP – Universidade Estadual Paulista

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

UNISINOS – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

Universidade Federal de Ouro Preto – UFOP

UNL - Universidade Nova de Lisboa

UP – Universidade do Porto, Portugal.

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
CAPÍTULO 1	
Dimensões do catolicismo no império lusitano	41
1.1 Pelos domínios lusitanos: o Padroado Régio	45
1.2 A organização eclesiástica da América portuguesa	61
1.3 Dinâmica social da fronteira Oeste	69
1.4 A formação dos espaços católicos da Prelazia do Cuiabá	87
1.5 No desenho do Império, as associações de leigos	127
CAPÍTULO 2	
Irmandades religiosas da fronteira oeste da América portuguesa	142
2.1 Do Cuiabá ao Guaporé, as associações religiosas	146
2.2 As elites locais e suas irmandades	151
2.3 Os militares e a Irmandade de Santo Antônio	160
2.4 As irmandades de africanos e seus descendentes livres, cativos e libertos	171
CAPÍTULO 3	
Nas rodas das irmandades: práticas e representações de poderes	183
3.1 Dos cargos das Mesas dirigentes	185
3.2 Relações de poderes, cargos e funções	193
3.3 Das interdições, o caso de José Dias de Figueiredo	211
3.4 Entre receitas e despesas: a economia confrarial	219
3.5 Um campo de conflitos: irmãos, fregueses e clérigos	243
CAPÍTULO 4	
<i>Urbi et orbi</i>: para os do céu e para os da terra	260
4.1 O mundo dos mortos e as práticas caritativas no cotidiano confrarial	263
4.2 Festas e procissões reais	292
4.3 Entre honras e mercês: o Corpo de Deus	305
4.4 As festas em honra aos santos padroeiros	321
CONCLUSÃO	335
GLOSSÁRIO	339
FONTES E BIBLIOGRAFIA	344

Introdução

A Irmandade do Santíssimo e mais moradores desta Capital, depois de pedir ao Reverendo Vigário preces públicas, levou em procissão a imagem do mártir São Sebastião para a capelinha do Carmo, de onde trouxeram para a igreja matriz a imagem de Nossa Senhora do Carmo. Continuando essas preces e rogativas foi Nosso Senhor servido mandar chuva. A mesma irmandade e povo conduziram, em procissão solene, para a sua capela a mesma imagem de Nossa Senhora do Carmo, depois de lhe haver rendido graças com missa cantada¹.

O documento em epígrafe exemplifica como ocorreram algumas das práticas religiosas das irmandades religiosas da capitania de Mato Grosso, no século XVIII. Esses eventos realizaram-se nos principais espaços das vilas, nas capelas, igrejas e ruas de maior movimentação e concentração de pessoas. No âmbito desse campo religioso, as associações de leigos e demais fregueses explicitaram suas devoções ao conduzirem as imagens de santos em andores, entoando cantos e orações. Os símbolos celebrativos ofereciam uma gama de sentidos. A música servia para louvar a Deus e enaltecer os oragos, solenizando os atos celebrados. O uso de luminárias, velas e tochas marcaram as procissões, em que os moradores improvisavam a iluminação nas fachadas das casas e as luzes sobrepujavam a escuridão e culminava muitas vezes nos fogos de artifício.

Nesta tese de doutoramento temos como tema central as relações de poderes estabelecidas entre membros de irmandades religiosas na Prelazia do Cuiabá e a formação dos espaços católicos dessa jurisdição eclesiástica. Destacamos que nela não parece ter havido uma ação efetiva da política do padroado régio no século XVIII, fazendo com que a população custeasse a construção dos templos e os serviços religiosos. A instituição do padroado régio variou em sua efetivação na América portuguesa, sobretudo com relação ao pagamento das cômmodas ou emolumentos religiosos dos padres e na construção e manutenção dos templos católicos.

Apresentamos algumas das formas de associativismo existentes no reino português e nos seus domínios durante a Época Moderna, para entender quais tipos de associações se formaram na capitania de Mato Grosso. Indagamos por que não se formou na fronteira Oeste da América portuguesa uma Santa Casa de Misericórdia ou Ordens Terceiras, prevalecendo a existência de irmandades religiosas.

Discutimos como se constituíram os grupos sociais da configuração social da capitania de Mato Grosso e como as irmandades religiosas os representaram. As

¹ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli. **Anais de Vila Bela (1734-1789)**. Cuiabá: EdUFMT, 2006. p. 271.

práticas confrariais estavam previstas nos seus estatutos ou compromissos e eram explicitadoras das posições de poderes desses segmentos dentro do campo religioso. Promoveram eleições para suas Mesas dirigentes, formas de arrecadação de recursos e despesas, contratação de capelão, rituais fúnebres, festas e celebrações religiosas.

A Prelazia do Cuiabá foi criada em 1745, como parte do Bispado do Rio de Janeiro. Com essa medida, o poder papal reconheceu a posse dessas terras a Portugal, previamente aos tratados territoriais que negociaram os limites dos domínios das Coroa lusitana e espanhola, especificamente o Tratado de Madri de 1750 e o Tratado de Santo Ildefonso de 1777. Para Jaime Cortesão, a individuação da Prelazia de Cuiabá equivaleu a tornar mais explícito o beneplácito da Santa Sé para toda a conquista do Oeste². Todavia, na prática, a monarquia portuguesa pouco interveio no custeio da construção dos templos religiosos, no pagamento dos padres e na efetivação de um prelado que tomasse a direção dessa jurisdição eclesiástica durante o século XVIII. Foram constantes as reclamações da população, sobretudo diante dos altos preços cobrados pelos serviços litúrgicos e sacramentais, além da grande distância que se encontravam dos centros de administração eclesiástica, em especial do Bispado do Rio de Janeiro. As autoridades metropolitanas e eclesiásticas alegavam ser a Prelazia do Cuiabá “muito remota e era quase impossível castigar prontamente os erros e desordens dos párocos”³, sendo mais prático dispensar os padres diante das suas arbitrariedades.

A Prelazia do Cuiabá correspondeu ao espaço constitutivo da capitania de Mato Grosso, com duas comarcas eclesiásticas, a do Senhor Bom Jesus, com sede na Vila do Cuiabá, e a do Mato Grosso, com sede em Vila Bela. Escolhemos para análise as associações dessa jurisdição religiosa que remeteram a Portugal seus compromissos ou estatutos, em cumprimento à determinação da Coroa portuguesa, através da Mesa da Consciência e Ordens, datada de 08 de março de 1765, visando aprovação de funcionamento⁴. Da comarca eclesiástica do Cuiabá, destacamos a Irmandade de São Miguel e Almas, a Irmandade do Senhor Bom Jesus, a Irmandade do Santíssimo Sacramento e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Do espaço da comarca eclesiástica do Mato Grosso, destacamos a Irmandade do Santíssimo Sacramento, a

² CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Vol. III. Lisboa: Livros Horizonte, 1984, p. 682.

³ AHU – Mato Grosso. Caixa 09. Doc. 532. Carta dos Oficiais da Câmara de Vila Bela ao rei D. José I em que reclamam da exorbitância dos salários e emolumentos eclesiásticos, dos que pertencem ao judicial e dos direitos paroquiais. Vila Bela da Santíssima Trindade, 04 de outubro de 1756.

⁴ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 23 de março de 1781.

Irmandade de Santo Antônio, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e Mulatos e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros.

Adotamos em nosso estudo como sinônimas as denominações associativas de confrarias e irmandades, pois em ambos os casos suas definições são de associações de fiéis constituídas organicamente com o fim de exercerem obras de piedade ou caridade e de promoverem o culto público. De acordo com Pedro Penteado, as confrarias, cuja designação provém do étimo latino *confraternitas*, foram também conhecidas por confraternidades, fraternidades e irmandades constituídas como corpo orgânico⁵.

A temporalidade que nos interessa inscreve-se na fase da administração eclesiástica da Prelazia do Cuiabá, compreendida de 1745 a 1826, pois em seguida essa jurisdição elevou-se à categoria de Bispado. No entanto, o cargo de prelado esteve vago até o ano de 1803, quando foi lançado edital para o seu provimento efetivo. Nosso recorte temporal de análise, portanto, corresponde a esse período de vacância, em que foi significativa a atuação da população colonial na garantia da produção e manutenção das igrejas e capelas e no custeio dos serviços religiosos. Consideramos que a escolha por estudar uma fase mais alargada de tempo se fez necessária para compreender de que modo essa configuração social mineradora e de fronteira soube manter suas crenças, ritos e religiosidade apesar da quase inexistente ação do padroado régio.

Com o conceito de configuração social, utilizado por Norbert Elias, em sua análise sobre a sociedade de corte francesa, entendemos que uma conformação da sociedade apresenta dimensões que podem ser muito variáveis, em que os indivíduos ou grupos estão ligados uns aos outros de forma interdependente, cujas relações pressupõem um equilíbrio móvel de tensões⁶. Os indivíduos, por bem ou mal, estão interligados como pluralidade, como sociedade, dependentes de outros homens e mulheres⁷. Diferentemente da idéia de *sistema*, que implica uma entidade totalmente fechada, o conceito de configuração social problematiza o sentido de harmonia imanente. Isso nos possibilitou pensarmos nas relações de poder, inclusive as de caráter religioso ou devocional analisadas em nossa investigação, como harmoniosas, pacíficas e da mesma forma como hostis e tensas⁸. A partir dessa ferramenta conceitual abordaremos as relações sociais estabelecidas pelas irmandades religiosas.

⁵ PENTEADO, Pedro. Confrarias. In: AZEVEDO, Carlos Moreira. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p.459-470.

⁶ ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 13.

⁷ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Mário Matos. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993, p. 55.

⁸ ELIAS, 2001, p. 155.

A configuração social da capitania de Mato Grosso teve sua formação decorrente do avanço bandeirante luso-paulista, visando o aprisionamento indígena, e da descoberta de veios auríferos nas entradas pelos sertões à Oeste da América portuguesa. Sua localização era o espaço de fronteira com os domínios castelhanos, territorialidade que esteve indefinida, disputada, reivindicada pelas Coroas ibéricas durante o século XVIII. Portugal e Espanha através dos Tratados de Limites setecentistas buscaram afirmar suas posições geopolíticas sobre um vasto território, ocupado por muitas nações indígenas, bem como pelos brancos, africanos e seus descendentes, escravizados ou livres. Todavia, essa fronteira não se referiu apenas às demarcações físicas, materiais do espaço. Foi uma ação de conquista, existindo uma fronteira plural, caracterizada por encontros e desencontros de culturas distintas, diante da pluralidade étnico-cultural dos grupos sociais situados nela. As nações indígenas existentes nas terras do Oeste luso-americano possuíam seus códigos sociais próprios, como línguas, costumes, práticas culturais e suas relações com o meio circundante singular aos olhos europeus. Os portugueses relacionaram-se com essa diversidade étnica, presente também nos grupos de africanos e seus descendentes que compuseram essa configuração social. Os achados auríferos levaram à formação de arraiais, com suas capelas e igrejas. A formação de povoados, arraiais, fortificações militares e vilas fez com que o campo religioso católico se ampliasse de acordo com a atuação dos seus grupos sociais.

Entendemos o campo religioso como um microcosmo pertencente a uma configuração social, com regras, desafios específicos e posições definidas de seus agentes. Nele ocorrem embates entre os seus integrantes, por causa da distribuição desigual de forças. Existem indivíduos ou grupos posicionados como dominantes nesse meio, bem como situados como dominados. Todavia, essas relações inerentes ao campo religioso não são imutáveis, fixas ou cristalizadas. Seus atores operam com estratégias, de acordo com seus objetivos e interesses, se opondo a outros indivíduos ou segmentos, subvertendo as regras, produzindo tensões e conflitos. A lógica de funcionamento do campo religioso, de sua produção e de seus agentes, constitui-se um *habitus*, um sistema de disposições incorporadas que era significativa a todos que dele faziam parte⁹.

O campo religioso produzido na capitania de Mato Grosso teve como referência o catolicismo, materialmente visível na edificação de igrejas e capelas. Muitas das localidades dessa configuração social receberam nomes de santos ou entidades católicas, a exemplo dos nomes das vilas construídas nesse espaço, Vila Bela da Santíssima Trindade e Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. As práticas sociais

⁹ BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 27-78.

eram do mesmo modo explicitadoras do universo católico, a exemplo do pagamento do dízimo ao rei, visando o custeio da estrutura católica dessas localidades, da realização de missas, orações e festas aos santos devocionais da população.

Em nossa investigação, consideramos ainda significativa a afirmação de Pierre Bourdieu sobre os leigos, ao dizer que estes não esperavam da religião apenas justificações de existir capazes de livrá-los da angústia existencial da contingência e da solidão, da miséria biológica, da doença, do sofrimento ou da morte. Os leigos ansiavam que a religião lhes fornecesse justificações de existir, ou seja, com todas as propriedades que lhe eram socialmente inerentes¹⁰. Isto incluiu o existir em uma conformação social estratificada, como a colonial, onde a estrutura dos sistemas de representações e práticas religiosas contribuiu para a perpetuação e para a reprodução da ordem social¹¹.

No período moderno, existiu uma indissociabilidade entre político e religioso nas sociedades de Antigo Regime. A vida social e suas relações de poder eram mais importantes em seu *habitus* que seus vínculos com a religião. Isto nos faz entender o fenômeno religioso como um aspecto social, atinente às justificativas de estar no mundo numa posição social específica e que demandou a criação de corpos de especialistas, bem como o consumo de bens da salvação e de mensagens religiosas¹².

Os grupos sociais desse campo religioso eram constituídos por brancos, reinóis, indígenas, africanos e seus descendentes escravizados ou libertos, situados numa sociedade marcada pela hierarquização, pela diferenciação entre indivíduos e grupos sociais. As irmandades religiosas representaram os lugares desses segmentos sociais, existindo aquelas pertencentes às elites locais, aos militares, aos africanos e seus descendentes livres, cativos ou libertos. Essas associações significaram ainda a necessidade e o consumo dos bens de salvação pelos fiéis. Confrades e fregueses desse campo religioso foram os responsáveis pela construção e manutenção dos templos católicos e pelo custeio dos serviços religiosos. Os padres atuantes na Prelazia do Cuiabá eram em sua quase totalidade encomendados, pagos pela população, sem recebimento de cômputo custeada pela Fazenda Real. Os valores dos emolumentos religiosos eram considerados excessivos, bem como pouco atuante a instituição do padroado régio, gerando conflitos e tensões nesse espaço.

No campo da historiografia mato-grossense, algumas abordagens interpretaram o processo de produção da fronteira Oeste da América portuguesa no século XVIII.

¹⁰ BOURDIEU, 2007, p. 48.

¹¹ Idem, p. 52-53.

¹² Ibidem, p. 59.

Luiza Rios Ricci Volpato voltou-se para a investigação de como se deu o encaminhamento à decadência da produção aurífera nesse espaço e de como a população reagiu a essa crise e quais foram as alternativas para superá-la¹³. Nessa investigação, a referida autora inseriu a discussão nas coordenadas do sistema colonial, de modo a salientar a participação da capitania de Mato Grosso no processo de acumulação primitiva de capitais nas mãos da metrópole. Não localizamos na obra de Volpato discussão acerca da administração eclesiástica ou sobre os grupos religiosos associativos. Por outro lado, divergimos da abordagem da autora que conjecturou um cenário de grande pobreza e miséria, quase generalizada, para o século XVIII. Acreditamos que a capitania de Mato Grosso experimentou fases de aumento e de diminuição da extração aurífera, além do desenvolvimento de outras atividades econômicas que contribuíram para a sobrevivência de sua população e para a o custeio da produção e manutenção das igrejas e capelas que se formaram nesse espaço.

Jovam Vilela da Silva analisou o processo político de ocupação portuguesa do espaço constitutivo da capitania de Mato Grosso, no século XVIII. Observou as formas de atração populacional empregadas pela Coroa portuguesa, através de privilégios e mercês, num contexto de exploração aurífera das minas desse espaço. O autor preocupou-se ainda em demonstrar as características demográficas da população. A análise de Jovam Vilela da Silva considerou que grande parte dos moradores da capitania de Mato Grosso era constituída por indígenas, africanos e seus descendentes¹⁴. Reafirmamos essa consideração, ao demonstrar em nossa análise que uma importante característica da configuração social da capitania de Mato Grosso foi a miscigenação de sua população, com ampla presença de indígenas, africanos e seus descendentes livres, cativos ou libertos, representando mais de 75% do total de habitantes nesse período.

Carlos Alberto Rosa analisou o desenvolvimento do espaço urbano na parte mais central da América do Sul, no século XVIII¹⁵. O autor explicitou as articulações dos vários componentes da vida urbana colonial, escravista, mineradora e de fronteira, sobretudo acerca da Vila do Cuiabá. Segundo Rosa, o fator urbano constituiu-se um componente decisivo para a formação da capitania de Mato Grosso e sua consolidação no século XVIII, abarcando as dimensões política, militar, religiosa, cultural e das

¹³ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil (1719-1819)**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987.

¹⁴ SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso – século XVIII)**. Cuiabá: Editora da UFMT, 1995.

¹⁵ ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808)**. 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

mentalidades. Consideramos significativa a abordagem de Rosa, pois nos permitiu refletir sobre a ação das irmandades religiosas e da população como produtoras dos espaços católicos nos ambientes urbanos e rurais da capitania de Mato Grosso. Renata Klautau Malcher de Araújo também discutiu a urbanização de Mato Grosso no século XVIII. A autora descreveu em ricos detalhes, com utilização de variada tipologia documental, o processo de formação dos arraiais, vilas e fortificações na fronteira Oeste da América portuguesa¹⁶. Seu estudo nos permitiu observar a materialidade da ação da conquista, presente na formação das igrejas e capelas da Prelazia do Cuiabá.

Otávio Canavarros estudou a ação política de Portugal no extremo Oeste do Brasil - colônia, na primeira metade do século XVIII, para verificar as estratégias utilizadas pela metrópole para ocupá-la¹⁷. Sua análise dirigiu-se para a geopolítica lusitana, devastando sertões e configurando as dimensões dos territórios do Brasil. Para o autor, o poder político no Brasil – colônia era o institucional, do poder metropolitano, mesmo sendo exercido pelos paulistas nos sertões do Cuiabá. Essa definição acerca do poder da Coroa é marcante na sua abordagem, que verifica mais a atuação da metrópole na fronteira Oeste do que as ações de sua população. Sobre a administração eclesiástica, Canavarros discutiu acerca do clero e sobre a criação da Prelazia do Cuiabá, em 1745. Para o autor, o clero era parte do oficialato, um funcionário da monarquia, por ter suas cômputas pagas pela Folha Eclesiástica, dos bens da Fazenda Real, conforme estipulava o padroado régio. Porém, segundo Canavarros, nos momentos de prosperidade das lavras auríferas, os párocos não precisavam desse pagamento, pois cobravam emolumentos e taxas elevadas para todo o tipo de serviço religioso. Discordamos das afirmações realizadas por Otávio Canavarros sobre essa questão. Verificamos uma quase inexistência de ação da Mesa da Consciência e Ordens no pagamento do clero e no custeio da estrutura católica local, conforme demonstraremos no decorrer de nossa tese de doutoramento. Os padres cobravam altas taxas pelos serviços religiosos porque eram encomendados, não recebiam cômputas dos bens da Fazenda Real, fazendo com que as irmandades e demais fregueses se empenhassem no seu pagamento.

Nauk Maria de Jesus abordou a implantação da administração na fronteira Oeste da América portuguesa, entre 1719 e 1778, considerando os conflitos de jurisdição entre as autoridades e as duas vilas existentes na capitania de Mato Grosso, Vila do Cuiabá e Vila Bela. Para a autora, a rivalidade entre as duas referidas vilas foi

¹⁶ ARAÚJO, Renata Klautau Malcher de. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método**. 2000, 627f. Tese (Doutoramento em História da Arte) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

¹⁷ CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004.

resultante do processo de organização administrativa¹⁸. Nessa investigação, mesmo tratando-se da temática da administração, percebemos que o foco da pesquisa foi o da administração camarária, não passando pela discussão acerca da administração eclesiástica na capitania de Mato Grosso. A autora discutiu o processo de formação e atuação das câmaras das vilas mato-grossenses, apontando nomes dos oficiais e suas diversas atividades econômicas nesses espaços. Essa rica descrição de nomes e funções nos auxiliou no entendimento das atividades exercidas por alguns dos oficiais das Mesas dirigentes das irmandades, pois parte deles foram vereadores, sobretudo os pertencentes às irmandades representativas das elites locais.

Mário Teixeira de Sá Júnior analisou a vida cotidiana das sociedades que habitaram o Mato Grosso, no período de 1719 a 1830, e o papel das práticas mágicas e de feitiçarias na vida desses grupos¹⁹. A principal fonte de análise utilizada pelo autor foi a Devassa da Visita Eclesiástica do ano de 1785, feita pelo religioso Manoel Bruno Pina²⁰. Localizamos essa fonte no acervo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro e a entendemos como importante para desvelar aspectos da religiosidade da população da capitania de Mato Grosso, no século XVIII. Consideramos a investigação de Sá Júnior como significativa para a observação das práticas religiosas consideradas reprováveis, numa configuração social ocupada por uma variedade de grupos indígenas e africanos.

Outras produções acadêmicas abordaram aspectos da formação do catolicismo nesse espaço, notadamente pertencentes ao corpo de trabalhos desenvolvidos na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, de Cuiabá. Cristiane dos Santos Silva estudou a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Cuiabá, no período de 1751 a 1819. A autora tratou dos aspectos ligados à devoção ao Rosário, da normatização representada pelos seus estatutos e das relações estabelecidas entre seus membros, visando à solidariedade grupal²¹. Através desse estudo foi possível observar quais foram as pessoas ocupantes dos cargos da Mesa dirigente dessa associação, na medida em que a autora transcreveu os livros de registro dos termos de entrada dos

¹⁸ JESUS, Nauk Maria de. **Na trama dos conflitos: a administração na fronteira Oeste da América portuguesa (1719-1778)**. 2006. Tese (Doutorado em História) – PPGH: Dep. de História, ICHS, CEG, UFF, Niterói.

¹⁹ SÁ JÚNIOR, Mário Teixeira de. **Malungos do sertão: cotidiano, práticas mágicas e feitiçaria no Mato Grosso setecentista**. 2008. 319f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista – UNESP, Assis.

²⁰ ACMRJ. Visitas Pastorais. Livro nº2. Devassa da Visita Geral à Comarca Eclesiástica do Cuiabá realizada pelo visitador Bruno Pina, ano 1785.

²¹ SILVA, Cristiane dos Santos. **Irmãos de fé, Irmãos no poder: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1819)**. 2001, 174f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

irmãos e dos termos de Mesa, infelizmente não mais disponíveis para consulta no arquivo da igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, de Cuiabá. Leilla Borges de Lacerda analisou a edificação, as transformações e a demolição da igreja matriz do senhor Bom Jesus, da Vila do Cuiabá, do século XVIII ao século XX²². Para a autora, a igreja matriz do Senhor Bom Jesus foi edificação fundante do espaço urbano da atual cidade de Cuiabá. Simone Ribeiro Nolasco estudou as devoções dos moradores da Vila do Cuiabá, a partir da análise de documentos cartoriais, testamentos e inventários, indo de 1723 a 1808. Para a autora, as devoções se espacializaram através da construção das igrejas e capelas, mas também pela adoção dos santos católicos e pelas manifestações públicas religiosas²³. Kleber Roberto Lopes Corbalan pesquisou a formação do catolicismo na Vila do Cuiabá, durante o século XVIII e princípio do XIX. Nessa investigação, o autor traçou um panorama geral das igrejas e capelas cuiabanas, com foco central sobre a comunidade eclesial²⁴. Dentre essas pesquisas sobre a temática religiosa ao período colonial mato-grossense, analisamos anteriormente as festas e celebrações públicas realizadas em Vila Bela, na segunda metade do século XVIII. Nesse estudo, entendemos essas manifestações como representativas do reforço do sentimento de pertença da população ao corpo social do Império lusitano, em que participaram os oficiais régios, militares, camarários e irmandades religiosas²⁵.

Os trabalhos acima expostos focaram-se na formação da configuração social da capitania de Mato Grosso, nos anos setecentos, mas quase não trataram sobre o processo de implantação do catolicismo na fronteira Oeste e a respeito das associações religiosas produzidas nesse espaço. Não localizamos uma análise específica sobre a constituição do campo religioso católico, especialmente em consonância com o avanço da conquista, colonização e produção dos grupos sociais da capitania de Mato Grosso. Isso se deu principalmente pela escassez das fontes eclesiásticas referentes ao século XVIII nos arquivos mato-grossenses, sendo mais significativas para o século XIX. Infelizmente, os arquivos das igrejas locais, no Mato Grosso, e os acervos das Cúrias Metropolitanas de

²² LACERDA, Leilla Borges de. **De Matriz a Catedral / Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: territorialidade, poder e memória – século XVIII – XX**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá.

²³ NOLASCO, Simone Ribeiro. **As devoções na Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – o culto dos padroeiros (1723-1808)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá.

²⁴ CORBALAN, Kleber Roberto Lopes. **A Igreja Católica na Cuiabá Colonial: da primeira Capela a chegada do primeiro Bispo (1722-1808)**. 2006, 116 (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

²⁵ SILVA, Gilian Evaristo França. **Festas e celebrações em Vila Bela da Santíssima Trindade no século XVIII**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá.

Cuiabá e do Rio de Janeiro não dispõem tampouco dos documentos referentes às irmandades religiosas setecentistas, localizados apenas em nosso processo de pesquisa nos arquivos portugueses. Esses aspectos demonstram o ineditismo das fontes e a contribuição e a originalidade do nosso trabalho.

O campo de estudos sobre as associações de leigos apresenta recortes temáticos variados, especialmente a partir da década de 1980 e o desenvolvimento de Programas de Pós-Graduação em História pelo Brasil. Alguns estudos analisaram determinada tipologia associativa, enquanto outros trataram de abordagens mais gerais, de um conjunto de associações. Percebemos ainda escolhas feitas para a análise de algum grupo social específico e sua irmandade representativa dentro do campo religioso, entendendo suas hierarquias internas e os modos de recrutamento em torno de um santo.

Elencamos alguns estudos que analisaram um conjunto de associações, correspondentes a determinada configuração social. Caio César Boschi, com trabalho amplamente citado nas pesquisas sobre as associações de leigos, estudou as tipologias associativas que se formaram na capitania de Minas Gerais. Nesse espaço de mineração, a monarquia portuguesa proibiu a entrada de religiosos regulares, sob a alegação de que estes eram os responsáveis pelo extravio do ouro e por insuflar a população ao não-pagamento de impostos. Diante disso, toda a vida religiosa desse espaço passou a ser acionada por associações leigas. Para Boschi, as irmandades se apresentaram como organismos gerados e conduzidos pelas forças locais, espelhando os diversos momentos e contextos históricos nos quais se inseriram²⁶. Juliana de Mello Moraes analisou as irmandades religiosas que se formaram na Vila de Curitiba, durante o século XVIII, percebendo suas sociabilidades nesse espaço e as considerando como espelho do mundo social onde se formaram²⁷. Cristina de Cássia Pereira Moraes estudou as irmandades religiosas da capitania de Goiás, de 1733 a 1808. A autora considerou a religiosidade como fator preponderante para aglutinação de milhares de arrivistas nos sertões de Goiás, conformando inclusive as associações de leigos. O trabalho relacionou a criação das irmandades com a formação da configuração social da capitania de Goiás, fazendo uma discussão acerca da produção dos espaços católicos e suas características nessa

²⁶ BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.

²⁷ MORAES, Juliana de Mello. **Sacralização da pobreza: sociabilidades e vida religiosa numa pequena vila da América portuguesa**. 2003, 111f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

conformação²⁸. Mara Regina do Nascimento discutiu sobre as irmandades da capitania de Rio Grande de São Pedro, especialmente em Porto Alegre, sobretudo a respeito da Santa Casa de Misericórdia e da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, do final do século XVIII ao começo do século XIX. Tratou mais detidamente sobre os rituais fúnebres dessas associações e sua relação com o espaço urbano²⁹. Ainda sobre a configuração social do Rio Grande de São Pedro, Fábio Kühn analisou também algumas das associações religiosas existentes nesse espaço, entendendo-as como representativas da vivência religiosa. Algumas delas eram compostas por membros das elites locais, representadas nas Irmandades do Santíssimo Sacramento e Ordem Terceira de São Francisco, enquanto outras recrutaram africanos e seus descendentes, livres ou cativos, especialmente a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário³⁰.

Especificamente sobre as associações representativas das elites locais, a Irmandade de São Miguel e Almas foi objeto de estudo de Adalgisa Arantes Campos, localizada na capitania de Minas Gerais, nos anos setecentos. A autora analisou os elementos relacionados às artes visuais, iconografia e devoção ao Arcanjo Miguel e às Almas do Purgatório. Discutiu ainda sobre o luxo presente nas celebrações, entendido como ordem e magnificência. Através da prática da precedência nas funções confrariais, as elites pensaram e se fizeram representar hierarquicamente nos assuntos de natureza político-religiosa, como as festas de padroeiros, Corpo de Deus, Semana Santa, comemorações relativas ao nascimento, casamento e exéquias da família real portuguesa. Porém, além de considerar isso para as elites locais, Adalgisa Arantes Campos criticou a visão reducionista que considera apenas os brancos ricos como interessados na manifestação de rituais fortemente hierarquizados³¹. Concordamos com

²⁸ MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do Corpo Místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás (1736-1808)**. Tese (Doutorado em História e Teoria das Idéias). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

²⁹ NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana – séculos XVIII e XIX**. 2006, 362f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

³⁰ KÜHN, Fábio. “Um corpo, ainda que particular”: as irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. **História Unisinos**, v. 14, nº2, maio/agosto de 2010.

³¹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. A visão nobiliárquica nas solenidades do setecentos mineiro. In: **Anais do X Encontro Regional de História – ANPUH – MG – Minas, Trezentos Anos**. Mariana: UFOP/ANPUH, 1996, p. 111-121; CAMPOS, Adalgisa Arantes. São Miguel, as Almas do Purgatório e as balanças: iconografia e veneração na Época Moderna. **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 07, 2004, p. 102-127; CAMPOS, Adalgisa. Locais de sepultamentos e escatologia através de registros de óbitos da época barroca. A freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. **Varia História**, nº 31, janeiro de 2004; CAMPOS, Adalgisa Arantes. **As irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: culto e iconografia no setecentos mineiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2013, p. 135-175; CAMPOS, Adalgisa Arantes. **A veneração às almas do Purgatório: um contraponto entre Portugal e a Colônia**. Disponível em:

http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.geocities.ws%2Fadarantes%2FArtigos_Adalgisa%2F13_A_veneracao_as_almas_do

a autora, pois as diferenciações e hierarquias estavam presentes em todas as associações dos demais grupos sociais, que demarcaram suas posições de poder dentro do campo religioso de suas localidades. Ainda sobre as associações representativas das elites locais, Monalisa Pavonne Oliveira estudou as estruturas organizacionais e o funcionamento da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Rica, entre 1732 e 1800. Observou que muitos dos seus confrades eram membros da câmara municipal de Vila Rica³². Welber Carlos Andrade da Silva investigou a formação das elites recifenses durante o século XVIII e sua relação com as instituições locais. Também encontrou pessoas que pertenciam à câmara municipal como membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Santo Antônio do Recife³³. Para os autores, da mesma forma como as câmaras municipais, as irmandades religiosas eram espaço de prestígio, distinção social e de exibição do poder para seus filiados.

Outros trabalhos analisaram as irmandades representativas do grupo social de africanos e seus descendentes, cativos ou livres, apresentando o maior volume de produções dentro do campo dos estudos sobre as formas de associativismo. Desse conjunto, destacamos algumas pesquisas com as quais mais dialogamos no decorrer de nosso trabalho. Julita Scarano entendeu as irmandades como centros de reunião, onde se encontravam os diversos grupos populacionais, apesar de se manterem em linhas gerais a separação por etnias. Para a autora, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos teve preponderante papel social, pois permitiu que a “gente preta” procurasse adquirir status social, posição dentro da sociedade escravocrata. Observando as associações de Minas Gerais, Scarano avaliou que as irmandades foram criadas dentro de uma sociedade que se fundou na desigualdade entre os homens e na exploração de um grupo social pelo outro e por isso aceitaram a presença de um regime escravocrata. Apesar das irmandades de pretos tratarem, quando possível, de obter a libertação de alguns indivíduos, não faziam disso sua meta na América portuguesa. As confrarias serviram de veículo de transmissão de diversas tradições africanas, que se conservaram pela frequência dos contatos, pela conservação da língua e outras razões semelhantes³⁴.

[Purgatorio um contraponto entre Portugal e a Colonia.doc&ei=SNYIVfbBEISuggSipYToDw&usq=AFQjCNFzqxjghG0oorB2hxZDdJ7I8OHXRaA&bvm=bv.90237346,d.eXY](#). Acesso em 08/04/2015.

³² OLIVEIRA, Monalisa Pavonne. **Devoção e poder: a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Ouro Preto (Vila Rica, 1732-1800)**. 2010, 161f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto.

³³ SILVA, Welber Carlos Andrade da. **As elites de santo Antônio – poder, representações e sociabilidade – o caso da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1791-1822)**. 2012, 162f. Dissertação (Mestrado em História) – PGHIS, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

³⁴ SCARANO, Julita. **Devoção e escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1975.

Patrícia Mulvey analisou as irmandades negras como importantes no papel de amparo aos africanos e seus descendentes, escravos ou livres, na situação de pobreza, enfermidade e no serviço fúnebre. Destacou as irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito como as mais procuradas por africanos e crioulos e de como os mulatos e brancos também constituíram suas associações, refletindo a estratificação social e racial da sociedade colonial. Para Mulvey, a instituição de irmandades era entendida pela monarquia portuguesa e pela Igreja como um meio importante para a evangelização dos cativos. As autoridades religiosas, de uma maneira geral, apoiaram as irmandades como uma tentativa para integrar os negros na sociedade. Aos forros e escravos, as associações davam o status social e a mobilidade de que precisavam. A população africana no Brasil queria pertencer a irmandades como uma forma de seguro contra a morte, baseada no sentimento de solidariedade tribal e desejava obter proteção e ter um ponto de encontro longe dos olhares dos senhores. Mulvey considerou que muitas dessas associações ofereciam empréstimos aos escravos que queriam comprar a sua liberdade e ajuda nos processos judiciais por causa da alforria contra os seus senhores ou herdeiros destes³⁵. No entanto, discordamos da autora sobre essa questão, na medida em que percebemos que muitas delas tinham dificuldade para custear os serviços que ofereciam aos confrades e não objetivavam um confronto à escravidão.

Marcos Magalhães de Aguiar tratou das associações religiosas mineiras de negros e mulatos, as entendendo enquanto mecanismos utilizados para a conservação da identidade cultural, da inserção, da solidariedade, da ascensão e da hierarquia social, num ambiente marcado pela mobilidade populacional³⁶. O autor ainda destacou em suas pesquisas as tensões entre irmandades e párocos, com relação aos emolumentos religiosos e intervenção desses religiosos nos assuntos confrariais³⁷. Sobre as irmandades do Rio de Janeiro, Mariza de Carvalho Soares analisou os chamados “pretos-minas”, do início do século XVIII até a década de 1780, período em que tramita a regulamentação das agremiações leigas da Igreja de Santo Elesbão e Santa Efigênia. A

³⁵ MULVEY, Patrícia A. Black Brothers and Sisters: Memberships in the Black Lay Brotherhoods of Colonial Brazil. **Luso-Brazilian Review**, vol. 17, n.2, 1980, pp. 253-279; MULVEY, Patrícia A. Slave Confraternities in Brazil: Their Role in Colonial Society. **The Americas**, vol. 39, n.1, 1982, pp. 39-68; MULVEY, Patrícia A. Irmandade. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa**. Lisboa, São Paulo: Verbo, 1994, p. 444-448.

³⁶ AGUIAR, Marcos Magalhães de. **Negras Minas Gerais: Uma História da Diáspora Africana no Brasil Colonial**. 1999. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo (texto policopiado).

³⁷ AGUIAR, Marcos Magalhães de. Tensões e conflitos entre párocos e irmandades na Capitania de Minas Gerais. **Textos de História**, v. 5, n. 2, 1997, p. 41-100.

abordagem da autora recaiu sobre a religiosidade e a inserção dos africanos, escravos e forros, em organizações religiosas constituídas no âmbito da Igreja³⁸.

João José Reis considerou as irmandades representativas dos africanos e seus descendentes, como de ajuda mútua, que ofereciam assistência aos doentes, presos, famintos e mortos. Essas associações representaram um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros construíam identidades sociais significativas, em torno das festas, assembléias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua. Para o autor, a irmandade era uma espécie de família ritual, em que africanos desenraizados de suas terras viviam e morriam solidariamente³⁹. Por outro lado, Luiz Geraldo Silva destacou outro aspecto importante sobre as associações negras. Essas associações também cumpriram o papel de controle social sobre a camada de homens livres de cor e escravos⁴⁰. Luiz Geraldo Silva ainda observou as diferenças no recrutamento de pessoas nessas irmandades de africanos e seus descendentes livres, cativos ou libertos, no espaço da América portuguesa. Algumas tinham identificação com determinado grupo étnico africano, enquanto outras eram mistas, com indivíduos de várias procedências étnicas e condições sociais. O autor destacou as relações de poderes nessas instituições, dando o exemplo de irmandades baianas e cariocas que eram permeadas por conflitos entre cativos e negros livres, de procedências Angola e Mina, frente às associações leigas dos homens de cor de Minas Gerais, que tenderam a criar uma forma de identidade racial que opunha negros em geral a brancos⁴¹.

Observando determinado grupo étnico africano, Lucilene Reginaldo estudou as irmandades de Nossa Senhora do Rosário na Bahia, desde as primeiras fundações em meados do século XVII até o final do século XIX. Observou que foram, em sua maioria, controladas por africanos angolas e seus parceiros crioulos. Interpretou essa característica confrarial como uma valorização desse espaço por parte dos angolas, mais do que qualquer outro grupo de africanos, ressaltando esse elemento como fundamental na constituição de uma identidade particular dentro da comunidade escrava e da

³⁸ SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

³⁹ REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1996.

⁴⁰ SILVA, Luiz Geraldo. Da festa à sedição. Sociabilidades, etnia e controle social na América portuguesa (1776-1814). JANCÓS, István, KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: Cultura & Sociabilidade na América portuguesa**. Vol. I. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001, p. 313-335.

⁴¹ SILVA, Luiz Geraldo. Religião e identidade étnica. Africanos crioulos e irmandade na América Portuguesa. **Cahiers des Amériques Latines** (Paris), Paris, v.44, n.3, p. 77-96, 2003.

sociedade baiana em geral⁴². Michelle Comar estudou as irmandades leigas de negros da cidade de São Paulo, durante a segunda metade do século XVIII ao XIX. Seu interesse foi sobre o cotidiano no interior dessas associações e o encontro de culturas africanas e européias⁴³. Daniela dos Santos Souza analisou a devoção a Nossa Senhora dos Remédios, na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de São João del Rei, em Minas Gerais, nos séculos XVIII e XIX. Sua pesquisa discutiu as estratégias de formação de identidades coletivas, num mesmo espaço de sociabilidades, considerando a devoção como parte desse processo, uma construção de coesão grupal⁴⁴. Ainda sobre as associações mineiras, Daniel Precioso estudou acerca das arquiconfrarias e ordens terceiras fundadas por pardos e crioulos, forros ou livres, sobretudo Vila Rica e Mariana, na segunda metade do século XVIII⁴⁵.

Estudaram-se, além disso, associações voltadas para grupos de atividades específicas, do mesmo modo, analisaram-se determinadas práticas confrariais ou mesmo uma parcela de seus associados, como a participação feminina. Rafael Brondani Santos analisou o processo de militarização e politização de Santo Antônio na América portuguesa. Demonstrou como o santo se tornou um importante instrumento de catolização nos territórios ultramarinos, fazendo com que surgissem associações militares dedicadas ao santo⁴⁶. Juliana da Cunha Sampaio traçou o perfil da participação feminina nas irmandades leigas em Recife, na segunda metade do século XVIII, em especial da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Santo Antônio. Problematizou o embate entre o modelo de mulher ideal, das disposições tridentinas, e a realidade vivenciada pelas mulheres⁴⁷. Beatriz Catão Cruz Santos analisou os meios de inserção dos ofícios na comunidade política do Rio de Janeiro, no século XVIII, através das irmandades de ofícios, consideradas como formas de socialização que tinham como

⁴² REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: Irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista**. 2005, 251f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

⁴³ COMAR, Michelle. **Imagens de Ébano em altares barrocos: as irmandades leigas de negros em São Paulo (séculos XVIII-XIX)**. 2008, 133f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

⁴⁴ SOUZA, Daniela dos Santos. **Devoção e identidade: o culto de Nossa Senhora dos Remédios na Irmandade do Rosário de São João Del Rei – séculos XVIII e XIX**. 2010, 187f. Dissertação (Mestrado em História) – PGHIS, Universidade Federal de São João Del Rei.

⁴⁵ PRECIOSO, Daniel. **Terceiros de cor: pardos e crioulos em Ordens Terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)**. 2014, 356f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

⁴⁶ SANTOS, Rafael Brondani dos. **Martelo dos hereges. Militarização e Politização de Santo Antônio no Brasil Colonial**. 2006, 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

⁴⁷ SAMPAIO, Juliana da Cunha. **Irmãs do Rosário de Santo Antônio: gênero, cotidiano e sociabilidade em Recife (1750-1800)**. 2009, 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

referência a Igreja católica e a monarquia portuguesa. Nessas associações de ofícios, o domínio de uma atividade constituiu um critério de ingresso, fossem as pessoas livres, libertas ou escravas. A autora analisou particularmente os casos da Irmandade de São Jorge, que reunia basicamente ofícios do ferro e do fogo, e da Irmandade de São José, que recrutou carpinteiros, pedreiros e marceneiros⁴⁸.

A respeito do universo das práticas confrariais, Sabrina Mara Sant'Anna estudou a festa de Nossa Senhora da Boa Morte e as práticas caritativas e fúnebres, nas irmandades de Nossa Senhora da Boa Morte de Minas Gerais⁴⁹. Márcia Almada analisou os livros de compromissos das irmandades mineiras do século XVIII, com relação à sua arte da caligrafia e iluminura, consultando onze livros de compromisso. Esse trabalho demonstrou mais uma possibilidade de análise dos bens produzidos pelas associações de leigos, dos seus aspectos artísticos⁵⁰. Entretanto, esse tipo de abordagem não seria possível para o caso do Mato Grosso, pois foi apenas possível localizar cópias dos compromissos das associações locais. Annie Larissa Garcia Neves pesquisou as festas e funerais promovidos pela Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos, em Natal, no século XIX⁵¹. Manoela Vieira Alves de Araújo examinou a representação da morte e a doutrina da salvação da alma difundidas pela Igreja, que eram atualizadas e vivenciadas no cotidiano das irmandades de São Miguel e Almas, das vilas mineiras de São João e São José del Rei, ao longo dos anos setecentos. Reafirmou a posição do padroado régio na produção e manutenção do universo católico e os problemas enfrentados na implantação das disposições tridentinas⁵².

Algumas pesquisas dedicaram-se ao estudo de outras formas de associações, como Misericórdias e Ordens Terceiras, que também representaram os grupos sociais dentro dos campos religiosos locais. Russel-Wood analisou a criação e desenvolvimento da Santa Casa de Misericórdia da Bahia, do século XVI ao XVIII. Para o autor, a estrutura social da Bahia se refletiu no recrutamento dos seus filiados e na personalidade

⁴⁸ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Irmandades, oficiais mecânicos e cidadania no Rio de Janeiro do século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 26, nº 43, jan/jun 2010.

⁴⁹ SANT'ANNA, Sabrina Mara. **A Boa Morte e o Bem Morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)**. 2006, 142f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

⁵⁰ ALMADA, Márcia. **Livros Manuscritos Iluminados na Era Moderna: Compromissos e Irmandades Mineiras no século XVIII**. 2006, 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

⁵¹ PONTES, Annie Larissa Garcia Neves. **Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos: festas e funerais na Natal oitocentista**. 2008, 124f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

⁵² ARAÚJO, Manoela Vieira Alves de. **Em busca da salvação: vivência da fé e vida cotidiana entre os irmãos de São Miguel e Almas. São João e São José Del Rei (1716-1804)**. 2013, 158f. Dissertação (Mestrado em História) – PGHIS, Universidade Federal de Juiz de Fora.

dos doadores a essa instituição. A referência mais antiga dessa filial luso-americana data de 1552. Essa associação adquiriu posição de importância social na Bahia, a exemplo de Mem de Sá que serviu como Provedor e auxiliou financeiramente a irmandade. A Misericórdia era a única irmandade da Bahia colonial a proporcionar uma ampla gama de serviços sociais, não apenas para seus membros, mas também para a comunidade⁵³. Juliana de Mello Moraes analisou as Ordens Terceiras franciscanas situadas em Braga e em São Paulo, desde meados do século XVIII até 1822. A autora compreendeu a dinâmica dessas duas instituições em dois pontos do Império português e considerou a importância da Igreja católica, no reino e no ultramar, na transladação de suas instituições para diferentes partes do globo. Isso demonstrou ainda a tentativa de homogeneizar as organizações religiosas e leigas, mas as mesmas se formaram de acordo com as especificidades locais⁵⁴. Renato Franco discutiu a formação dos aparatos institucionais à pobreza na América portuguesa, no Rio de Janeiro e Vila Rica, entre 1700 a 1822. Considerou as câmaras municipais e as irmandades de Misericórdia como duas bases de sustentação sobre as quais se ergueu o sistema de caridade voltado de forma mais ampla para a população colonial⁵⁵.

As pesquisas acima apresentadas, sobre as associações religiosas, pouco espaço oportunizaram para uma discussão que relacionasse essas instituições com a atuação da instituição do padroado régio, na formação dos espaços católicos nos quais se constituíram. Especificamente sobre o padroado régio, a análise sobre sua efetivação nas jurisdições eclesiásticas da América portuguesa foi pouco estudada pela historiografia, mais preocupada com as disposições tridentinas e sua aplicação nos espaços católicos e influência na formação das associações religiosas.

O percurso de busca das fontes documentais começou no Brasil, na cidade de Cuiabá, e terminou em Portugal, na cidade de Lisboa. As fontes eclesiásticas da capitania de Mato Grosso se perderam no decorrer dos séculos, restando documentos fragmentados, desconexos em diversos acervos. Na Cúria Metropolitana de Cuiabá não localizamos documentação referente às irmandades religiosas do século XVIII, pois as

⁵³ RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

⁵⁴ MORAES, Juliana de Mello. **Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)**. 2009, 636f. Tese (Doutoramento em História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal.

⁵⁵ FRANCO, Renato. **Pobreza e caridade leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa**. 2011, 385f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

fontes de seu arquivo referem-se especialmente aos séculos XIX e XX⁵⁶. Todavia, o conjunto desses documentos encontra-se publicado em formato digital, o que facilita o trabalho dos pesquisadores. Em outros acervos da cidade Cuiabá, especificamente no Arquivo Público do Estado de Mato Grosso – APEMT, no Instituto Histórico Geográfico de Mato Grosso – IHGMT e no Núcleo de Documentação e Informação Histórica Regional – NDIHR, situado na Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT, Campus Cuiabá, levantamos informações preciosas sobre as associações setecentistas mato-grossenses. Localizamos e transcrevemos compromissos, livros de Entradas, Termos de Mesa, de bens e alfaías e informações sobre igrejas, capelas, festas, celebrações e rituais fúnebres, sobretudo em inventários e testamentos.

A Prelazia do Cuiabá, na segunda metade do XVIII, estava subordinada à administração eclesiástica do Bispo do Rio de Janeiro e isso nos levou a buscar informações também na capital fluminense. No Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – ACMRJ, não localizamos dados sobre as irmandades mato-grossenses de temporalidade alguma, apenas uma Devassa da Visita Eclesiástica, do Vigário Manuel Bruno Pina, de 1785⁵⁷. No Arquivo Nacional, consultamos a série chamada Mesa da Consciência e Ordens, onde apenas encontramos fontes referentes ao século XIX, nas Caixas 268 e 297, denominadas Vigararias e Provedorias, de 1808 a 1828.

A oportunidade em participar do Programa Doutorado Sanduíche no Exterior – PDSE, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, via Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Federal do Paraná - UFPR nos permitiu realizar levantamento documental nos principais arquivos de Portugal. No período de março de 2013 a abril de 2014, estivemos em Lisboa vinculados ao Centro de História de Além Mar – CHAM, da Universidade Nova de Lisboa - UNL, sob co-orientação da Profª Drª Alexandra Pinheiro Pelúcia. Localizamos fontes inéditas a respeito das irmandades religiosas da capitania de Mato Grosso e sobre a formação da estrutura católica desse espaço através desse estágio de pesquisa.

Segundo Pedro Penteado, especialmente os estatutos ou compromissos são fundamentais para o conhecimento da estrutura e formas de organização das confrarias, nos seus aspectos formais⁵⁸. Os compromissos das irmandades da capitania de Mato Grosso, produzidos no século XVIII, foram localizados no Instituto dos Arquivos

⁵⁶ SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; PERARO, Maria Adenir; YAMASHITA, Quelce dos Santos; MORAES, Sibeles (orgs.). **O Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá: Edição Digital do Acervo Eclesiástico (1756-1956)**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

⁵⁷ ACMRJ. Visitas Pastorais. Livro nº2. Devassa da Visita Geral à Comarca Eclesiástica do Cuiabá realizada pelo visitador Bruno Pina, ano 1785.

⁵⁸ PENTEADO, 2000, p.459-470.

Nacionais / Torre do Tombo- ANTT⁵⁹. Essas fontes estão situadas no Fundo Chancelaria Régia e na Chancelaria da Ordem de Cristo (1211-1826). A Chancelaria de D. João V, datada de 1706 a 1750, está composta por 144 livros; a Chancelaria de D. José I, datada de 1750 a 1777, está composta por 96 livros; a Chancelaria de D. Maria I, datada de 1777 a 1816, está composta por 85 livros. Nesses livros existem cópias dos compromissos das irmandades, bem como ofícios, pareceres de aprovação ou negação de cada um desses documentos recebidos. No entanto, os índices dos referidos livros facilitou nossa busca de informações, estando disponíveis para a consulta dos pesquisadores na sala de leitura geral do ANTT. Do reinado de D. João V a D. José I, os índices referem-se aos livros da Chancelaria Antiga da Ordem de Cristo, divididos entre “Próprios” e “Comuns”, numerados de 393 a 429. Do reinado de D. Maria, são os índices de 430 a 432, e do reinado de D. João VI, os índices 433 e 434. No ANTT pesquisamos e transcrevemos documentos dos fundos documentais denominados “Manuscritos da Livraria”, “Manuscritos do Brasil”, “Papéis do Brasil”, “Arquivo Nacional do Rio de Janeiro”, “Padroado do Brasil”, “Chancelarias Régias”, “Juízo Geral das Ordens”, “Mesa da Consciência e Ordens”. No fundo documental “Secretaria de Estado dos Negócios do Reino / Ministério do Reino⁶⁰”, pesquisamos documentos das “Consultas do Desembargo do Paço”, “Consultas da Mesa da Consciência e Ordens”, “Consultas do Conselho Ultramarino” e “Negócios Eclesiásticos”⁶¹.

Destacamos do mesmo modo o Arquivo Histórico Ultramarino - AHU⁶². Desse conjunto, os documentos classificados como “Avulsos”, separados por capitanias brasileiras, ofereceram uma larga gama de informações, principalmente através de correspondências, pedidos e pareceres trocados entre a Coroa, irmandades e autoridades eclesiásticas, em especial a caixa 23, relativa à Mato Grosso. Contudo, com relação aos

59 Cf. FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; HENRIQUE, Maria de Lurdes. No V Centenário da chegada dos portugueses ao Brasil: reviver o patrimônio comum. Contribuição do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (Lisboa). In: **Acervo – revista do Arquivo Nacional**, vol. 10, nº1, jan/jun. 1997, p. 03-16.

⁶⁰ TREMOCEIRO, Paulo; JORGE, Teresa Revés. **Secretaria de Estado dos Negócios do Reino / Ministério do Reino**. Lisboa: Ministério da Cultura, 1999.

⁶¹ FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; JARA, Anabela Azevedo. **Mesa da Consciência e Ordens**. Lisboa: IANTT, 1997; MATTOSO, José; GARCIA, Maria Madalena Moura Machado; FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; MARIZ, José (Coords). **Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo. Primeira Parte – Instituições do Antigo Regime**. Vol. I. Administração Central. Lisboa: Ministério da Cultura, 1998; FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; RUNA, Lucília Maria Luís Ferreira; SOUSA, Maria Joana Braga de (coords.). **Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo**. Vol. VI. Lisboa: Ministério da Cultura, 2005.

⁶² Cf. ABRANTES, Maria Luísa Meneses. Fontes para a história do Brasil Colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. In: **Acervo – revista do Arquivo Nacional**, vol. 10, nº1, jan/jun. 1997, p.17-28.

estatutos ou compromissos das irmandades religiosas, não localizamos nesse acervo nenhum referente à Prelazia do Cuiabá, apenas às outras capitanias brasileiras.

Ainda em Lisboa, no Arquivo Histórico Militar – AHM foi possível levantar dados sobre algumas das personagens de nossa pesquisa e que estavam relacionadas ao universo militar da capitania de Mato Grosso, no século XVIII. A principal delas é *Santo Antônio*, considerado o patrono das forças militares. Esse santo, honorificamente, ocupou postos em companhias militares e recebeu pagamentos que foram direcionados às irmandades que o tinham como padroeiro. Interessante ainda destacar desse acervo a existência de informações detalhadas da carreira militar dos homens que saíram do reino em direção à América portuguesa, em espécies de “pastas funcionais”, tornando possível acompanhar suas trajetórias, tanto no reino como no Ultramar.

Levantamos informações na Biblioteca Nacional de Portugal – BNP e na Biblioteca do Centro de História d’Aquém e d’Além Mar - CHAM, da Universidade Nova de Lisboa – UNL, onde existe vasta bibliografia sobre o tema da pesquisa, bem como dissertações, teses de doutoramento, fontes manuscritas, impressas e textos raros. Em específico, na Biblioteca Nacional de Portugal – BNP, consultamos livros, dicionários, manuais e fontes documentais existentes na Seção de Reservados, Coleção Pombalina, Manuscritos Iluminados e Fundo Geral dos Códices⁶³.

Com relação às fontes impressas, consultamos os *Anais de Vila Bela (1734-1789)*⁶⁴. Essa importante fonte documental contém um total de 165 páginas, das quais 117 foram preenchidas, com diferentes letras, por vereadores da câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade, desde a fundação da capitania, em 1748, até 1789, ano do retorno a Lisboa, após quase dezoito anos no governo da capitania, do Capitão General Luís de Albuquerque. Muitos dos aspectos sociais próprios de uma vila de fronteira, importantes para o presente estudo, estão explicitados nesses relatos camarários. Do mesmo modo,

⁶³ ALMEIDA, Eduardo de Castro e. **Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Arquivo de Marinha e Ultramar de Lisboa**. Vol. I. Bahia (1613-1762). Rio de Janeiro: Oficinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1913; FITZLER, M. A. Hedwig; ENNES, Ernesto. **A Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional. Inventários. I. Códices do Extinto Conselho Ultramarino**. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1928; **Inventário de documentos do Fundo Geral. Arquivo da Marinha e Ultramar. I**. Lisboa: Futurista Gráfica, 1931; GOUVEIA, Alfredo Mendes de. Relação dos compromissos de irmandades, confrarias e Misericórdias do Brasil existentes no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa que pertenceram ao Cartório do extinto Conselho Ultramarino. In: **Congresso de História Nacional**, 4º, Rio de Janeiro. I.H.G.B., 1950, v.7, p. 201-238; BOSCHI, Caio Cesar. Documentos para a História de Minas Gerais existentes nos “Reservados” da Biblioteca Nacional de Lisboa. **Separata dos Anais do VII Simpósio Nacional da ANPUH**. São Paulo, 1974; BOSCHI, Caio Cesar. O Brasil nos arquivos e bibliotecas de Portugal. **Separata da Revista de História**, nº 101. São Paulo, 1975; SOUZA, Teresa Andrade e. Guia das Coleções de Manuscritos da Divisão de Reservados. **Revista Biblioteca Nacional**, Lisboa, s.2, 3 (1). 1988, p. 95-129; FERREIRA, Teresa A. S. Duarte. **Catálogo da Coleção de Códices: COD. 12888-13292**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999.

⁶⁴ AMADO & ANZAI, 2006.

os *Annaes do Sennado da Câmara do Cuyabá (1719-1830)*⁶⁵, relativos à Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, apresentam aspectos do cotidiano dessa vila e de suas práticas sociais. Até 1765 destacam-se, na composição dos relatos, os escritos de José Barbosa de Sá, confrade da Irmandade de São Miguel e Almas, que juntamente com outros personagens, lançaram seu olhar sobre fatos cotidianos, trazendo à baila aspectos das festas religiosas e sobre a construção e manutenção de capelas e igrejas.

Consultamos ainda as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*⁶⁶, por ser a legislação eclesiástica orientadora da liturgia católica no século XVIII. Observamos nessa documentação o calendário litúrgico, com os dias santos fixos e os móveis, que serviram para a orientação clerical e dos leigos.

Utilizamos mapas e imagens, relacionados às fontes manuscritas e impressas, para compor aspectos do campo religioso católico da capitania de Mato Grosso. Essas fontes iconográficas são, em sua maioria, constitutivas do acervo do Museu Histórico de Mato Grosso - Cuiabá / Mato Grosso – Brasil, da Academia de Ciências de São Petersburgo – Rússia, da Casa da Ínsua / Penalva do Castelo – Portugal, do Museu Bocage / Lisboa – Portugal e da Biblioteca Nacional / Rio de Janeiro – Brasil, publicadas por João Antônio Botelho Lucídio⁶⁷, João Carlos Garcia⁶⁸, Nestor Goulart Reis Filho⁶⁹, Janaína Amado e Leny Caselli Anzai⁷⁰.

Para entendermos distintos aspectos da implantação do catolicismo na Prelazia do Cuiabá, capitania de Mato Grosso, por meio da atuação das irmandades religiosas e dos demais fregueses, redigimos a tese em quatro capítulos.

No primeiro capítulo, intitulado “Dimensões do catolicismo no Império lusitano”, compreendemos a instituição do padroado régio no período moderno, para relacioná-lo com a formação do campo religioso católico da capitania de Mato Grosso, sobretudo a partir da criação da Prelazia de Cuiabá, em 1745. Analisamos como se deu a participação dos confrades e fregueses na produção desse universo religioso, diante do

⁶⁵ **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**. Transcrição e Organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

⁶⁶ NDIHR-UFMT. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720; VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Estudo introdutório e edição de Bruno Fleiter, Evergton Sales, Istvan Jancsó (orgs.). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010 (Documenta Uspiana; 4).

⁶⁷ LUCÍDIO, João Antônio Botelho. **Ofício e Arte: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860-1960**. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2008.

⁶⁸ GARCIA, João Carlos (coord). **A mais dilatada vista do mundo: inventário da Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua**. Portugal, 2000

⁶⁹ REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2000.

⁷⁰ AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791**. São Paulo: Versal, 2014.

quase inexistente auxílio financeiro da monarquia, via Mesa da Consciência e Ordens. Na América portuguesa, a efetivação da política do padroado régio não se deu de forma homogênea, sobretudo no auxílio financeiro ao pagamento das côngruas ou emolumentos dos padres e na construção e mantimento dos templos católicos. Discutimos ainda neste capítulo algumas das formas de associativismo existentes no reino português e nos seus domínios durante a Época Moderna, para entender quais tipos de associações se formaram na configuração social da capitania de Mato Grosso.

No segundo capítulo, “As irmandades religiosas da fronteira Oeste da América portuguesa”, analisamos a constituição das irmandades religiosas da capitania de Mato Grosso, levando-se em consideração a formação dessa configuração social, no século XVIII. Seus grupos sociais eram organizados por brancos, reinóis, indígenas, africanos e seus descendentes escravizados ou libertos, situados numa sociedade marcada por significativa miscigenação e estratificação. Entendemos como esses segmentos se formaram durante o processo de constituição social desse espaço e de como as irmandades religiosas os representaram, sobretudo dentro do campo religioso. Essas associações representaram as posições de poder desses segmentos sociais e a necessidade e o consumo dos bens de salvação católicos. Essas associações de leigos estabeleceram critérios para a admissão de pessoas e constituíram seus campos de atuação nessa área de mineração e de fronteira com os domínios hispano-americanos.

No terceiro capítulo, “Nas *rodas* das irmandades: práticas e representações de poderes”, estudamos práticas confrariais relacionadas às eleições de suas Mesas diretoras, às suas receitas e despesas e às suas relações com o clero secular da Prelazia do Cuiabá. Apresentamos algumas das pessoas que ocuparam cargos de oficiais das irmandades, com suas atividades sociais, para caracterizar o perfil socioeconômico dessas associações. Localizamos e analisamos também um caso de recusa de entrada de um pardo na Irmandade do Santíssimo Sacramento, de Vila Bela. Tratou-se de José Dias de Figueiredo, que era militar, ferreiro, e atuava como Primeiro Fundidor da Real Casa de Fundição da vila-capital. O motivo alegado para sua recusa na associação era o de “ter sido sua mãe bisneta de uma crioula”. As práticas econômicas confrariais foram analisadas para perceber o modo pelo qual cada associação normatizou suas formas de arrecadação de receitas e como efetuaram suas despesas, visando ganhos sociais nas comarcas eclesiásticas da fronteira Oeste, como os gastos de consumo de representação social. A relação entre os confrades e o clero secular ganhou contornos próprios no espaço mato-grossense, pois a maioria desses padres era composta por encomendados e cobravam preços excessivos pela oferta dos serviços litúrgicos e sacramentais. A

discussão desse aspecto mostrou-se significativa para nos ajudar a compreender o clero secular enquanto um grupo social e suas relações dentro do campo religioso local.

No quarto capítulo, “*Urbi et Orbi*: para os do céu e para os da Terra”, analisamos as práticas confrariais relacionadas ao universo da morte, como os sepultamentos dos cadáveres e a realização de missas e sufrágios em prol das almas dos confrades, normatizadas nos seus estatutos. Na leitura e transcrição de alguns testamentos e inventários, referentes ao nosso período de estudo, foi possível levantar informações acerca do cumprimento das normativas confrariais. Pudemos observar quais foram os desejos, vontades e preocupações dos confrades com relação ao mundo pós-morte e o que esperavam de suas associações nesses momentos. Em seguida, discutimos as ações caritativas, voltadas ao auxílio dos irmãos pobres e enfermos. Compreendemos também o universo festivo dessas associações e dos demais fregueses da Prelazia do Cuiabá, que realizaram festas e procissões reais em homenagem ao monarca, aos membros da Família Real lusitana e aos seus santos padroeiros de devoção. *Corpus Christi* mereceu em nosso estudo um tratamento à parte, sobretudo por ter sido considerada uma das principais festas religiosas do Império português.

De forma complementar, elaboramos ainda um glossário com palavras ou termos religiosos e unidades de medidas do século XVIII, para auxiliar o leitor e facilitar seu entendimento dos significados desses termos usados nos anos setecentos.

A organização dos capítulos foi feita de modo a demonstrar o processo de formação da configuração social da capitania de Mato Grosso e de seu campo religioso católico, como ação de suas irmandades religiosas e demais fregueses, no século XVIII.

Capítulo 1

Dimensões do catolicismo no Império lusitano

Neste capítulo definimos a instituição do padroado régio, com suas responsabilidades e áreas de atuação, por considerá-lo importante no processo de implantação do catolicismo na América portuguesa. Entretanto, sua ação efetiva não foi homogênea, sendo mais atuante em algumas localidades e menos presente em outras, sobretudo no auxílio financeiro ao pagamento das cômguas ou emolumentos dos padres e na construção e manutenção dos templos católicos. Isso decorreu do tempo de estabelecimento da jurisdição católica, da sedimentação dos seus grupos sociais e das prioridades de investimento da monarquia portuguesa nessas localidades. No caso da Prelazia do Cuiabá, sua instalação ocorreu num contexto de colonização tardia frente ao conjunto das demais localidades da América portuguesa, colonizadas desde o século XVI, e num espaço de litígio entre as monarquias ibéricas, que concentrou significativamente seus recursos financeiros na defesa militar nos anos setecentos.

As análises sobre as dimensões da implantação do catolicismo na América portuguesa têm considerado mais detidamente as aplicações das disposições tridentinas nesse espaço. Para Laura de Mello e Souza, o Concílio de Trento, realizado entre 1545 e 1563, apesar de ter representado o triunfo da cristandade não colocou o mundo ultramarino no centro de suas preocupações imediatas. Voltado para a Europa, não teve a participação de um prelado colonial nas suas sessões e apenas no século XVII a Cúria Romana preocupar-se-ia com a evangelização do mundo colonial⁷¹. Em contraposição a Laura de Mello e Souza, Bruno Feitler considerou que a ausência de prelados americanos nas reuniões tridentinas e a falta de uma menção explícita da situação dos territórios ultramarinos não representaram uma não aplicação de suas resoluções na América portuguesa⁷². Com posição similar a Bruno Feitler, Evergton Sales Souza avaliou que desde o século XVI ocorreu a aplicação de algumas diretrizes tridentinas na

⁷¹ SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 86-87.

⁷² FEITLER, Bruno. Quando chegou Trento ao Brasil? In: GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.). **O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa / Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 157.

América portuguesa⁷³. A diocese da Bahia foi erigida em 1551, doze anos antes da sessão final do Concílio de Trento, e permaneceu até 1676 como a única da América portuguesa⁷⁴. Concordamos com Fleiter e Sales Souza, pois o clero atuante nos espaços luso-americanos entrou em contato com as resoluções e objetivos de Trento, que foram aplicadas desde o século XVI, com o desenvolvimento da organização eclesiástica.

A organização eclesiástica nos espaços luso-americanos aconteceu de acordo com o avanço da conquista e da colonização, desde as áreas litorâneas aos sertões interiores. Uma significativa forma de compreensão desse processo ocorre quando observamos a dinâmica social dos espaços e de seus contextos. A Prelazia do Cuiabá foi criada no século XVIII, no ano de 1745, momento em que o universo católico luso-americano dispunha do conjunto normativo das *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, produzido em 1707. Essa referência legislativa influenciou na formação das suas capelas e igrejas, na medida em que previu como os templos deveriam ser construídos e como deveriam ser utilizados pelos fregueses. As disposições do Concílio de Trento estavam presentes nas normas desse documento, servindo também de orientação para suas aplicações no cotidiano dos fregueses.

Entretanto, o foco de nossa discussão não é sobre o tempo do começo da aplicação das disposições tridentinas nas jurisdições católicas luso-americanas ou mesmo seu emprego na vivência do catolicismo na capitania de Mato Grosso. Abordamos, como já dissemos, a instituição do padroado régio e sua relação com a formação dos espaços católicos da Prelazia do Cuiabá. Sobre a questão do padroado, a historiografia desenvolveu algumas interpretações, que brevemente apresentamos.

Para Fernando Antônio Novaes, a monarquia absolutista precisava controlar a Igreja, e ao mesmo tempo dependia de sua legitimação, sobretudo porque a expansão era vista como uma conquista espiritual com a catequese. Novaes reforçou o papel do governo metropolitano na instalação da religião na colônia, construindo igrejas, nomeando religiosos, criando mecanismos que contribuíssem para o sucesso da exploração das terras coloniais, dentro da lógica econômica mercantilista⁷⁵. Charles Boxer definiu o padroado como uma aliança estreita entre a Cruz e a Coroa, o trono e o

⁷³ SOUZA, Evergton Sales. A construção de uma cristandade tridentina na América portuguesa (séculos XVI e XVII). In: GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.), 2014, p. 176.

⁷⁴ Idem, p. 177.

⁷⁵ NOVAES, Fernando Antônio. Condições da privacidade na colônia. In: NOVAES, Fernando Antônio; SOUZA, Laura de Mello e (orgs.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 33-39.

altar, a fé e o império, uma das preocupações comuns aos monarcas ibéricos⁷⁶. Para Riolando Azzi, o catolicismo não se estabeleceu como um poder ao lado da Coroa portuguesa, mas como um poder a serviço da monarquia⁷⁷. Nessa perspectiva, as dioceses da América portuguesa foram criadas de forma lenta e esporádica porque o objetivo do governo português era voltado para a exploração econômica do território⁷⁸. Eduardo Hoornaert analisou o padroado régio como uma política representativa da dependência da estrutura católica luso-americana das determinações tomadas pela monarquia lusitana, pois o verdadeiro chefe da Igreja era o rei e não o papa⁷⁹.

Esses trabalhos centraram-se na discussão sobre a ação do poder metropolitano, com suas diretrizes, com pouco espaço para uma análise da atuação da população na produção dos espaços católicos. Não foi possível perceber ainda uma análise sistemática sobre a efetivação da instituição do padroado régio em pontos variados da América portuguesa ou mesmo em jurisdições católicas situadas na África ou Ásia. Embora a religião tenha sido utilizada como forma de legitimação da dominação colonial no ultramar, não consideramos o catolicismo como subserviente à monarquia lusitana no período Moderno. Ambas as esferas institucionais compartilharam oportunidades de poder com a administração eclesiástica.

Na fronteira Oeste da América portuguesa, não pareceu ter havido uma ação efetiva do padroado régio durante o século XVIII. Perante o quase inexistente auxílio financeiro concedido via Mesa da Consciência e Ordens, as irmandades religiosas e fregueses da Prelazia do Cuiabá atuaram construindo os templos, pagando ornamentos, alfaias e os serviços litúrgicos e sacramentais ministrados pelos eclesiásticos. A necessidade e o consumo dos bens da salvação pelos fiéis foram aspectos centrais nesse processo de construção do campo religioso católico da capitania de Mato Grosso.

No espaço constitutivo da capitania de Mato Grosso instalou-se uma sociedade organizada a partir das ações de sertanistas, mineradores, agricultores, comerciantes e profissionais de vários ofícios, que era constituída por homens brancos, negros, pardos, índios, livres e escravos, os quais edificaram igrejas e capelas que foram importantes para a expansão do catolicismo naquele espaço. Tal movimento possibilitou que

⁷⁶ BOXER, Charles Ralph. **A Igreja e a Expansão Ibérica**. Lisboa: Edições 70, 1981.

⁷⁷ AZZI, Riolando. **A cristandade colonial: um projeto autoritário**. São Paulo: Paulinas, 1987.

⁷⁸ AZZI, Riolando. A Instituição Eclesiástica durante a Primeira Época Colonial. In: HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno (orgs.). **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Tomo II. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 153-242.

⁷⁹ HOORNAERT, Eduardo. A Evangelização do Brasil durante a Primeira Época Colonial. In: HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno (orgs.). **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Tomo II. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 21-152.

sacerdotes, fregueses e irmandades organizassem seu campo religioso de onde exerciam seus poderes⁸⁰. A formação desses espaços católicos designou uma relação de poder, de vínculo que ligaria o grupo de fiéis com a autoridade eclesiástica do Bispado do Rio de Janeiro, do qual fazia parte, conforme apresentamos neste capítulo. Essa rede de templos religiosos remeteu também ao lugar das celebrações litúrgicas católicas, de recebimento dos sacramentos e de pagamento dos dízimos eclesiásticos⁸¹.

Discutimos ainda neste capítulo algumas das formas de associativismo existentes no reino português e nos seus domínios durante a Época Moderna, para entender quais tipos de associações se formaram na capitania de Mato Grosso durante o século XVIII. A análise da documentação nos mostrou que no espaço da jurisdição da Prelazia do Cuiabá floresceram irmandades religiosas. Uma importante indagação a ser respondida é por que não se formou nesse espaço outras tipologias associativas, como ordens terceiras e uma Misericórdia. Uma hipótese é a de que as áreas de mineração, de colonização tardia na América portuguesa, como a capitania de Mato Grosso, tiveram políticas específicas visando o controle de sua população, como a proibição de instalação de conventos e ordens religiosas. Essas áreas mineradoras tiveram regimentos voltados para a sua administração ou governo adotados muitas vezes de forma comum no século XVIII⁸², como a adoção, pela Mesa da Consciência e Ordens e Bispado do Rio de Janeiro, do Regimento Eclesiástico de Vila Boa, capitania de Goiás, para a administração eclesiástica da Prelazia do Cuiabá, na década de 1750.

A produção dos espaços católicos, assim como de seus grupos associativos, se deu de acordo com as condições sociais das diversas localidades e foi experimentada de acordo com a composição do quadro social existente. Apresentamos a partir de agora como se deu esse processo, no reino e no ultramar, até chegarmos ao espaço da fronteira Oeste da América portuguesa, a capitania de Mato Grosso.

⁸⁰ BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 59.

⁸¹ BARRAL, María Elena. La Iglesia Católica en Iberoamérica: las instituciones locales en una época de cambios (siglo XVIII). **Revista de História**, São Paulo, nº 169, julho/dezembro 2013, p. 154.

⁸² Sobre os regimentos adotados na administração da fronteira Oeste, consultar: JESUS, Nauk Maria de. **Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)**. 2006, 442f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminenses, Niterói.

1.1 Pelos domínios lusitanos: o Padroado Régio

Na Época Moderna, o catolicismo representou um significativo componente identitário de portugueses e espanhóis, contribuindo para a produção de um sentimento de pertencimento dos grupos a cada corpo social. Nos reinos e nos domínios ultramarinos, os súditos sentiam-se como parte das monarquias também através da reprodução de práticas religiosas consideradas comuns. A interdependência entre a Igreja e as monarquias ibéricas significou uma relação que possibilitou a legitimidade do poder religioso sobre a população residente nos espaços coloniais, para impedir de maneira mais ou menos rigorosa a entrada de outras religiões não católicas. O avanço do Protestantismo era preocupante, fazendo com que a Igreja buscasse re-conquistar e preservar o monopólio de um capital de graça institucional ou sacramental⁸³.

Uma importante ação católica nessa conjuntura foi a realização do Concílio de Trento, entre 1545 e 1563, acontecido em três fases⁸⁴. A primeira realizou-se de 1545 a 1549, com mudança para Bolonha entre 1547 e 1549. A segunda ocorreu de 1551 a 1552, tendo como papa Júlio III. A terceira e última etapa, de 1562 a 1563, aconteceu no pontificado de Pio IV⁸⁵. Nessa grande reunião, a Igreja discutiu e normatizou várias questões disciplinares, determinou a reorganização de Bispados, a normatização do clero e dos seminários, bem como a divulgação da fé cristã através da criação da Companhia de Jesus. Os cânones resultantes do Concílio de Trento não abordaram diretamente a questão da missionação no mundo colonial ultramarino. O interesse de Trento voltou-se sobre o avanço Protestante e à ameaça turca na Europa. Todavia, mesmo no continente europeu, o programa tridentino não foi cumprido à risca, pois existiram dificuldades de aplicação de diretrizes que não deveriam suscitar oposição⁸⁶.

Segundo José Pedro Paiva, essa grande reunião católica representou a busca da reorganização da doutrina da Igreja a partir do centro Romano, a interação profunda entre política e religião e o disciplinamento e vigilância da experiência religiosa dos fiéis. Processou-se o encontro entre o catolicismo europeu e o resto do mundo, apesar do Concílio de Trento não ter tido em consideração realidades extra-européias, suas

⁸³ BOURDIEU, 2007, p. 58-62.

⁸⁴ POLÔNIA, Amélia. A recepção do Concílio de Trento em Portugal. In: GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.), 2014, p. 43.

⁸⁵ PAIVA, José Pedro. A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas. In: GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.), 2014, p. 14.

⁸⁶ SOUZA, 2014, p. 177.

decisões tiveram impacto também na África, Ásia e América. Com o evento tridentino, ocorreu a dinâmica da renovação e criação de novas ordens religiosas, a exemplo da Companhia de Jesus. Verificou-se um revigoramento da vida conventual feminina e a difusão de confrarias e irmandades formadas por leigos de diferentes origens e segmentos sociais, incluindo nelas africanos cativos e libertos⁸⁷.

Especificamente, a respeito dos objetivos tridentinos em relação à vivência religiosa, existiu a necessidade de fazer com que as populações aprendessem e assimilassem a doutrina católica, através da catequese, pregação e missões. Os fiéis deveriam receber regularmente os sacramentos litúrgicos, como a eucaristia e a confissão, promovendo o aprofundamento de uma consciência individualizada e a inculcação e interiorização de mecanismos de auto-coação e autocensura. Com essas decisões conciliares tridentinas, a Igreja entendeu que a liturgia católica precisava se purificar e dar mais decência e cerimonialidade ao culto, cavando a separação entre sagrado e profano, tantas vezes indistinta nas manifestações de religiosidade católica. Isso implicou uma tendência para o embelezamento dos templos, exuberância triunfante da arte sacra, e a imposição do ritual romano. Foi, do mesmo modo, intensificado o culto aos santos, às relíquias e a outras devoções, como a do rosário, das almas do purgatório, da paixão de Cristo e de Cristo menino, os lausperenes, o culto das 40 horas, contribuindo para a promoção da vida confrarial⁸⁸.

As disposições tridentinas figuram como um viés importante na discussão sobre o processo de construção e desenvolvimento do catolicismo nos espaços coloniais. Outra faceta importante, e mais discutida em nosso trabalho, diz respeito ao padroado régio e sua efetivação na América portuguesa. Em várias localidades desse espaço, a monarquia lusitana foi mais ou menos atuante na produção e na manutenção das estruturas eclesiais, arcando ou não com seus custos. De qualquer modo, as monarquias ibéricas tiveram suas conquistas coloniais legitimadas pela justificativa da expansão da fé cristã, reforçada pela instituição do padroado régio e sua alçada sobre uma administração religiosa que garantiria a perpetuação do catolicismo.

Em Portugal, desde a Idade Média o direito do padroado definiu-se fundamentalmente enquanto uma instituição de cariz sócio-econômico, caracterizado por um conjunto de regalias usufruídas por uma determinada entidade, apelidada de padroeiro, geralmente o fundador de uma igreja ou de um mosteiro. Neste conjunto de regalias destacou-se o direito de apresentação de uma pessoa para ocupar um

⁸⁷ PAIVA, 2014, p. 16-17.

⁸⁸ Idem, p. 18.

determinado benefício eclesiástico. Tratou-se de um direito de extrema importância, uma vez que permitiu uma intervenção do padroeiro na instituição eclesiástica pela nomeação de indivíduos ligados às suas clientelas e de um controle sobre seu recrutamento⁸⁹. Em termos econômicos, o padroado deu a possibilidade ao padroeiro cobrar da instituição tutelada um conjunto de direitos fiscais. A presença do padroeiro na igreja ou no mosteiro obrigava que os clérigos lhe fornecessem acolhimento e alimentação. O detentor do direito de padroado podia solicitar ainda ajuda financeira para o casamento das filhas e acesso à cavalaria dos filhos⁹⁰. Com o passar dos séculos, no período moderno, o padroado serviu ainda de mecanismo político, do qual a monarquia portuguesa se serviu no âmbito da gestão de suas relações com as demais forças do reino, ao mesmo título que as doações de privilégios, de patrimônio ou tenças. Era também uma forma de recompensar a fidelidade e os serviços prestados ao rei⁹¹.

No início da Época Moderna as igrejas do reino de Portugal estavam sujeitas a reservas pontifícias⁹². Os soberanos não tinham ainda no século XVI o direito de apresentar todos os prelados das dioceses do seu reino. Havia entre os reis e os prelados certa rivalidade, de modo que os monarcas solicitavam da Santa Sé privilégios e isenções em favor de seus capelães⁹³. Os prelados eram de ordinário, eleitos pelos cabidos e confirmados pelo papa, mas havia um corpo de padroeiros que contribuiu para a construção e manutenção de muitos templos religiosos⁹⁴. O rei, rainha, bispos, abades, conventos, Ordens Militares, nobreza e comerciantes constituíam o referido grupo de padroeiros das igrejas⁹⁵. Consideramos esse movimento como exemplificador do padroado que os reis portugueses exerceriam no ultramar pelos séculos seguintes, ao assumirem a administração da estrutura religiosa católica.

Nos territórios ultramarinos, o padroado relacionou-se com o processo de expansão das conquistas portuguesas, no qual o rei lusitano tornou-se o governador e administrador perpétuo da Ordem de Cristo, responsável pela evangelização desses territórios e pela organização e manutenção das igrejas locais. Este direito de padroado régio baseou-se numa série de documentos pontifícios, dentre os quais, a bula *Romanus*

⁸⁹ FARELO, Mário. O Padroado Régio na Diocese de Lisboa durante a Idade Média: uma instituição in diminuendo. **Fragmenta Histórica – História, Paleografia e Diplomática**. Lisboa, 1 (2013), p. 39-107.

⁹⁰ FARELO, 1 (2013), p. 39-107.

⁹¹ Idem, p. 39-107.

⁹² ALMEIDA, Candido Mendes de. **Direito civil ecclesiastico brasileiro antigo e moderno em suas relações com o direito canônico**. 1. Vol. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro Editor, 1866, p. p. CCXXXIX.

⁹³ ALMEIDA, 1866, p. CCXLI.

⁹⁴ Idem, p. CCXL.

⁹⁵ Ibidem, p. CCXL.

Pontifex, de 08 de janeiro de 1455, pela qual o papa Nicolau V concedeu ao rei de Portugal o direito de enviar missionários e de fundar igrejas, mosteiros e outros lugares pios nos domínios coloniais. A bula *Inter coetera*, de 13 de março de 1456, expedida pelo papa Calisto III, confirmou as disposições do seu antecessor e concedeu a jurisdição espiritual à Ordem de Cristo⁹⁶. A bula do papa Alexandre VI, de 23 de agosto de 1495, autorizou o rei D. Manoel a apresentar os bispos das dioceses que fundasse, mercê esta que foi posteriormente confirmada pelo papa Leão X quando assegurou ao mesmo rei o padroado das igrejas ultramarinas⁹⁷. Com o Infante D. Henrique, Mestre da Ordem de Cristo, a monarquia lusitana ficou responsável pela administração da Igreja nas terras descobertas, com o auxílio dos dízimos reais, aceitos e aprovados pela Santa Sé, pela extensão que tomava a navegação e riquezas que acarretava⁹⁸. Em 30 de dezembro de 1551, o papa Júlio III, com a bula *Praeclara charissimi* incorporou na Coroa portuguesa os mestrados das três ordens militares, definindo o quadro jurídico em que os reis portugueses atuaram na administração eclesiástica⁹⁹. Percebemos que essa série de obrigações correspondeu à administração eclesiástica no ultramar¹⁰⁰. Reforçamos dentre as responsabilidades do padroado, a ereção de capelas e sua preservação, a dotação de todos os templos e mosteiros com os objetos necessários ao culto, a nomeação e provimento do sustento dos eclesiásticos que nelas desempenhariam funções, a cobrança de dízimos, a composição dos cabidos das sés¹⁰¹.

O poder de padroado foi concedido pelos papas também aos monarcas espanhóis¹⁰². No século XVI, portugueses e espanhóis ficaram responsáveis pelo povoamento das novas terras conquistadas e pela cristianização de suas populações¹⁰³. Isso representou uma relação indissociável entre religião e poder, catolicismo e monarquias ibéricas, como poderes que foram interdependentes.

Segundo Laura de Mello e Souza, isso fez com que o rei lusitano se tornasse o patrono das missões católicas e instituições eclesiásticas nos seus domínios na África,

⁹⁶ GONÇALVES, Nuno da Silva. Padroado. In: AZEVEDO, Carlos Moreira. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p.364-368.

⁹⁷ ALMEIDA, 1866, p. CCXXXIX.

⁹⁸ Idem, 1866, p. CCL-CCLI.

⁹⁹ GONÇALVES, 2000, p. 364-368.

¹⁰⁰ PAIVA, José Pedro. Igreja e Estado. In: AZEVEDO, Carlos Moreira. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 393- 401.

¹⁰¹ PAIVA, José Pedro. A Igreja e o poder. In: AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.). **História Religiosa de Portugal**. Humanismos e Reformas. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 144-145.

¹⁰² FEITLER, Bruno. **Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil: Nordeste (1640-1750)**. São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007, p. 21.

¹⁰³ ALMEIDA, Fortunato de. **História da Igreja em Portugal**. Vol. II. Livro III. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1968, p. 318.

Ásia e América.¹⁰⁴ A cristianização das populações foi levada a cabo por quatro ordens religiosas, dos jesuítas, franciscanos, carmelitas e beneditinos. As atividades missionárias na América portuguesa estiveram voltadas aos índios e os africanos e seus descendentes cativos eram considerados como pertencentes à família patriarcal, que deveria cuidar obrigatoriamente de sua vivência religiosa católica¹⁰⁵. Todavia, a missionação não foi uma atividade realizada somente nos domínios ultramarinos. Existiu mesmo no reino um esforço de missionação interna desencadeado entre os meados do século XVI e os finais do XVIII, realizado pelas congregações religiosas, visando à transmissão de modelos de vida e de conduta conformes com a ética cristã¹⁰⁶.

Nesse contexto, a monarquia portuguesa criou um órgão de assessoramento para a administração religiosa, a Mesa de Consciência e Ordens. Iniciando suas atividades em 1532, esse órgão funcionou como uma espécie de departamento religioso. A vida eclesiástica luso-americana dependeu praticamente desse braço da administração e justiça, que em seu conjunto valia-se de um tribunal composto de um presidente e cinco teólogos deputados juristas. Seus despachos informativos ao rei diziam respeito a estabelecimentos piedosos de caridade, capelas, paróquias, hospitais, universidades, confirmações dos compromissos de irmandades e confrarias. Os reis lusitanos instrumentalizaram a administração eclesiástica. O objetivo da monarquia era prover as condições para o culto, a construção de igrejas e o sustento dos padres. Essa ação fez com que o clero secular ficasse dependente da monarquia portuguesa¹⁰⁷.

A administração eclesiástica inseriu-se numa lógica da sociedade entendida como um corpo organizado, cujas partes do todo cooperavam de formas diferentes para seu funcionamento e equilíbrio. O rei era compreendido como a cabeça desse conjunto, articulada com essas unidades sustentadoras da monarquia¹⁰⁸. O poder era repartido, garantindo governabilidade do corpo político¹⁰⁹. A administração portuguesa foi caracterizada por uma divisão, espacial e setorial, de instâncias múltiplas que

¹⁰⁴ SOUZA, 2005, p. 86.

¹⁰⁵ HOORNAERT, Eduardo. La iglesia católica en el Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. 2. América Latina colonial: Europa e América en los siglos XVI, XVII. XVIII. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 210.

¹⁰⁶ PAIVA, José Pedro. As missões internas. In: AZAVEDO, Carlos Moreira de (dir.). **História Religiosa de Portugal**. Humanismos e Reformas. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 239.

¹⁰⁷ Cf. NEVES, Guilherme Pereira das. **E receberá mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil – 1808-1828**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

¹⁰⁸ XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, Antonio Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, A. M. (Coord.). **História de Portugal** (Quarto volume, O Antigo Regime, 1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998, p. 114-132.

¹⁰⁹ COSENTINO, Francisco Carlos. O ofício e as cerimônias de nomeação e posse para o governo-geral do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português (séculos XVI – XIX)**. São Paulo: Alameda, 2005, p. 140-141.

mantinham canais de comunicação política com Lisboa, de cunho militar, judicial, fiscal e eclesiástico¹¹⁰. Nessa concepção corporativa da sociedade, as instituições sociais eram órgãos interdependentes, a exemplo da Mesa da Consciência e Ordens.

Para José Pedro Paiva, as relações entre a Igreja e a monarquia portuguesa no período moderno não foram coesas e homogêneas, mas constituídas também de divisões, conflitos e com interesses e estratégias de cada uma delas. Segundo o autor, é equivocado pensarmos que havia uma Igreja completamente una, sem dissensões, sem jogos de interesses, internamente coerente. A Igreja era um corpo pluricelular, encerrando diversos grupos de indivíduos com uma cultura heteróclita, uma formação moral e princípios religiosos muito diferenciados, uma origem social profundamente distinta e que competiam entre si por recursos. Os principais focos de litígio tiveram como raiz a disputa por recursos materiais, a definição de competências jurídico-legais, questões de cerimonial e de representação social nessa fase¹¹¹.

No período da União Ibérica ou da dominação filipina, compreendido de 1580 a 1640, observamos mudanças nessa relação entre a monarquia e a Igreja. O prestígio e a influência que Portugal dispunha na capital do mundo católico foram abalados. No governo de Filipe I (1581-1598), o monarca buscou em Roma e em dignidades da Igreja portuguesa apoios para a sua causa¹¹². Todavia, com a subida ao trono de Filipe II ocorreu uma intenção insistente de afirmação da esfera secular sobre a Igreja e a um esforço de autonomia frente a Roma. As disputas não ocorreram apenas entre a Coroa e os representantes da Santa Sé. A ofensiva filipina procurou de igual modo limitar o poder da Igreja portuguesa, cerceando-lhe a posse de bens, restringindo o exercício da liberdade de jurisdição eclesiástica e até impondo tributos fiscais sobre o clero¹¹³.

Isso fez com que se operassem algumas mudanças. Portugal deixou de ter embaixadores autônomos em Roma e os que foram enviados integravam-se às estratégias superiores determinadas por Madrid. A partir de 1585, no papado de Sisto V, foi fixado pela Igreja o número de cardeais em 70 e as nações católicas passaram a ter a honra de propor a criação de cardeais nacionais, mas Portugal ficou à parte desse movimento até 1686¹¹⁴. Todavia, o caso mais significativo da redução da autoridade portuguesa em Roma ocorreu no âmbito do padroado régio, principalmente no Oriente. Em 1608, por ação da bula *Apostolicae sedis*, do papa Paulo V, membros das ordens

¹¹⁰ MONTEIRO, Nuno Gonçalves. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.), 2005, p. 95-99.

¹¹¹ PAIVA, 2000, p. 393-401.

¹¹² Idem, p. 154.

¹¹³ Ibidem, p. 157.

¹¹⁴ Ibid., p. 154.

mendicantes receberam autorização a irem para o Oriente por via de portos e navios não portugueses, representando a revogação do quase monopólio da missionação de que a Coroa desfrutava na Ásia desde 1514. Depois, em 1633, o papado abriu ainda os territórios portugueses à ação de outras ordens religiosas, que não apenas as mendicantes. Esse processo resultou na criação, no ano de 1622, da Sacra Congregação da Propaganda Fide, visando controlar e centralizar a ação evangelizadora da Igreja, pelo papa Gregório XV. Isso representou uma tentativa de cerceamento de privilégios que haviam sido concedidos pela Santa Sé aos monarcas de Portugal¹¹⁵.

A Sagrada Congregação da Propaganda Fide, concentrou inicialmente a sua atenção na Europa. Depois atuou sobre territórios submetidos ao padroado português, sobretudo no Oriente. Isso representou um choque com os direitos de padroado concedidos anteriormente pelo papado aos reis de Portugal e Espanha, pois os agentes religiosos não se submeteriam mais à autoridade das monarquias e sim a Roma¹¹⁶.

Uma reaproximação entre as esferas do poder, temporal e religioso, ocorreu a partir de 1640, com D. João IV. O monarca buscou junto a Santa Sé o seu reconhecimento enquanto rei, após a fase de domínio castelhano. No entanto, o clima de tensão entre as monarquias e a Santa Sé se amenizou somente no ano de 1668, com a assinatura do tratado de paz, fazendo com que as relações entre as monarquias e a Santa Sé se restabelecessem, sem que a Igreja se desgastasse ao tomar partido por um ou outro governo ibérico¹¹⁷. Essa foi uma fase de reafirmação dos vínculos entre a Igreja e a monarquia portuguesa, especialmente com a aclamação de D. João V e seus esforços em prol do catolicismo, que o considerou como rei *fidelíssimo*¹¹⁸. Um exemplo da valorização da imagem do rei e do prestígio da Igreja portuguesa foi o de quando D. João V conseguiu do papa o título de patriarca para o capelão da Capela Real, a 07 de novembro de 1716. Em 1740, esse título passou a ser assumido pelo arcebispo de Lisboa, trazendo a este inúmeras honras e prerrogativas, eclesiásticas e civis¹¹⁹.

No entanto, esse quadro novamente se alterou no período do governo de D. José I, e os esforços de afirmação do poder temporal frente ao religioso, com as reformas de Sebastião José de Carvalho e Melo, influenciadas pelo movimento da Ilustração na Europa. Segundo María Elena Barral, as Coroas ibéricas buscaram mudar

¹¹⁵ Ibid., p. 154-156.

¹¹⁶ COSTA, João Paulo Oliveira e. A diáspora missionária. In: AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.). **História Religiosa de Portugal**. Humanismos e Reformas. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 293.

¹¹⁷ PAIVA, 2000, p. 158-163.

¹¹⁸ Idem, 2000, p. 166.

¹¹⁹ BARBOSA, David Sampaio Dias. Patriarcado. In: AZEVEDO, Carlos Moreira. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p.393-395.

as instituições eclesiásticas nesse novo desenho político. O auge da crise se deu com a expulsão dos jesuítas dos domínios portugueses em 1759, e a expulsão do núncio apostólico de Lisboa em 1760. No caso espanhol, os jesuítas foram expulsos dos seus domínios em 1767¹²⁰. Ocorreu de modo paulatino uma secularização da relação política, antes pautada na idéia pós-tridentina de missão providencial das Coroas ibéricas¹²¹.

José Pedro Paiva detalhou bem esse processo em Portugal ao discutir as ações do primeiro ministro Sebastião José Carvalho e Melo em relação à Igreja, durante o reinado de D. José I. Reformas significativas ocorreram nessa fase. Além da citada expulsão dos jesuítas em 1759, como já foi observado, adveio o corte de relações diplomáticas com a Santa Sé em 1760; a promulgação de corpo legislativo restritivo de inúmeras prerrogativas de que a Igreja e o clero gozavam, entre 1760 e 1770; desentendimentos com a Congregação do Oratório; perseguição a prelados e a reorganização da geografia eclesiástica do reino. Outra ação importante foi a da criação da Real Mesa Censória, atuante no processo de censura de livros e as reformas de ensino, encaminhadas no sentido da laicização e estatização. Essas ações visavam criar um governo secular, no qual haveria a subordinação da Igreja e do clero ao poder da Coroa, não autorizando qualquer interferência da religião no governo temporal do rei¹²².

Verificou-se ainda um aumento das competências jurídicas da Coroa e a correlativa limitação de certos privilégios e isenções da Igreja. Ocorreu a afirmação da soberania da monarquia em relação à capacidade de interferência da Santa Sé em questões relacionadas com a Igreja ou clero de Portugal e o aumento do usufruto da Coroa em relação aos bens da Igreja e o decréscimo dos rendimentos e bens nas mãos desta. Por decreto de 10 de maio de 1764, o rei reservou para a sua exclusiva jurisdição a excomunhão sobre membros dos seus tribunais e ministros. A 10 de janeiro de 1765 proibiu os núncios de lançarem censuras em Portugal e determinou que as sentenças da nunciatura e dos prelados só pudessem ser postas em prática depois de um apoio do braço secular. Por decreto de 16 de janeiro de 1769, determinou-se que nenhum eclesiástico ficasse isento de jurisdição secular em matérias de natureza temporal, ou seja, pôs-se fim ao chamado privilégio de foro, ao mesmo tempo em que se possibilitou ao clero descontente com as decisões dos tribunais eclesiásticos o apelo para a justiça do rei, e se restabelecia o Beneplácito Régio¹²³.

¹²⁰ BARRAL, julho/dezembro 2013, p. 150.

¹²¹ Idem, p. 149.

¹²² PAIVA, José Pedro. Os novos prelados diocesanos nomeados no Consulado Pombalino. **Penélope**, nº25, 2001, p. 41-63.

¹²³ PAIVA, 2000, p. 393- 401.

Ainda no âmbito das mudanças no campo religioso católico em Portugal no século XVIII, Isabel Guimarães Sá diz que no período pombalino existiu uma intenção em fiscalizar as Misericórdias através da legislação, de disposições régias. Houve uma vontade explícita de aproximar essas instituições com a esfera do poder central. As medidas visavam o controle dos empréstimos a juros, a diminuição da quota de heranças que cada um podia dotar para legados pios e o controle da vadiagem. Algumas Misericórdias passaram também a deter provedores nomeados pelo rei¹²⁴. Com relação às outras formas de associativismo, a Mesa da consciência e Ordens expediu ordem régia, datada de 08 de março de 1765, para que todas as irmandades remetessem seus estatutos para serem avaliados visando aprovação de funcionamento¹²⁵. Essa foi uma fase de intento do controle sobre as associações, seu patrimônio e campo de atuação.

Consideramos que a Igreja contribuiu para a manutenção da ordem social, reforçando simbolicamente as divisões sociais existentes. A desigualdade entre os homens era vista como um fator inerente às sociedades de Antigo Regime. Um dos principais pilares dessa concepção acerca do social apoiava-se no pensamento cristão, precisamente na Escolástica Medieval, revitalizada na Época Moderna em função da Reforma Católica. A base desse pensamento social hierarquizante partia de uma visão corporativa da sociedade, onde cada parte do corpo colaborava para a conformação da unidade social¹²⁶. O catolicismo possibilitou a imposição e inculcação dos esquemas de pensamento, dentre as quais a existência da escravidão como um elemento que corroborava e naturalizada as desigualdades sociais. Sua autoridade ainda serviu para combater outras práticas religiosas, consideradas proféticas ou heréticas.

No campo das receitas eclesiásticas, o mais importante e abrangente imposto era o dízimo. Sua obtenção era sobre a décima parte, ou outra determinada porção, dos frutos ou lucros lícitamente adquiridos. Esse valor deveria ser investido no custeio da estrutura católica das localidades tributadas. A arrecadação do dízimo era realizada através do sistema do contrato, concedido aos que vencessem os editais de seleção. Os valores arrecadados compunham o conjunto de receitas dos bens da Fazenda Real¹²⁷. Na

¹²⁴ SÁ, Isabel Guimarães. As Misericórdias de Gouveia no período moderno, p. 10. Disponível em: [HTTP://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4819/1/gouveia.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4819/1/gouveia.pdf). Acesso em 24/11/2014.

¹²⁵ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 23 de março de 1781.

¹²⁶ OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Igreja e escravidão africana no Brasil colonial. In: **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria**, v. 10, n. 18, jul.-dez. 2007, p. 355-387.

¹²⁷ BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O Estado português no Brasil: sistema administrativo e fiscal. In: SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). **Nova**

América portuguesa, o pagamento dos dízimos foi feito também em gêneros aos rendeiros ou dizimeiros, que entregavam à Fazenda Real uma quantia pré-fixada e faziam sua cobrança em determinadas localidades. Os dízimos advinham ainda de produtos agrícolas, como algodão, açúcar, cacau, café; sobre o gado vacum e cavalar e ainda sobre leitões, galinhas, cabritos, ovos, hortalças¹²⁸. Foi comum que os reis portugueses dispusessem dos recursos dos dízimos para outras atividades, mesmo não religiosas. No reino, por exemplo, os reis usaram as despesas da guerra contra os mouros como pretexto para usufruírem de parte dos rendimentos eclesiásticos, canalizando-os para instituições de suas escolhas¹²⁹.

Os recursos da Real Fazenda custearam as despesas da Folha Militar, Folha Civil e da Folha Eclesiástica. A Folha Militar relacionava-se ao pagamento dos soldos às tropas, seu fardamento, seu curativo nos hospitais e as munições de guerra. A Folha Civil relacionava-se ao custeio dos ordenados dos ministros, oficiais, escrivães e demais funcionários dos órgãos de Justiça e Fazenda, Governadores e Capitães-Generais. A Folha Eclesiástica correspondia aos pagamentos de párocos e capelães, bem como auxílio em obras e reparos nas igrejas e capelas do padroado do rei¹³⁰. Percebemos que na capitania de Mato Grosso, os recursos da Fazenda Real voltaram-se em grande parte para o custeio das Folhas Civil e Militar, na segunda metade do século XVIII. Isso foi reflexo do contexto de defesa da fronteira Oeste, diante das negociações dos limites coloniais na América entre Portugal e Espanha.

A maioria dos templos na América portuguesa foi construída pelas irmandades religiosas e fregueses, sem a ajuda de custo garantida pelo padroado. Muitos padres que não tinham suas cômputas pagas pela Fazenda Real acabaram sendo também sustentados também pela população¹³¹. A concessão das cômputas e o estabelecimento do seu valor se faziam mediante ordem régia, geralmente expedida pela Mesa da Consciência e Ordens ao provedor-mor da Fazenda Real. Esse pagamento era feito aos párocos que eram considerados colados, bem como os coadjutores que os auxiliavam, aos padres que faziam a catequese em aldeias indígenas, bispos, cônegos e ministros diocesanos¹³². Essa ação institucional do padroado régio variou na sua efetivação, como podemos observar em algumas localidades luso-americanas, a respeito da colação de igrejas.

História da Expansão portuguesa. O Império Luso-Brasileiro (1750-1822). Vol.VIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p. 284.

¹²⁸ LIMA, Lana Lage da Gama. O padroado e a sustentação do clero no Brasil colonial. **Saeculum – Revista de História**, n.30, João Pessoa, jan./jun. 2014, p. 47-62.

¹²⁹ LIMA, 2014, p. 47-62.

¹³⁰ BELLOTTO, 1986, p. 287.

¹³¹ Idem.

¹³² LIMA, 2014, p. 47-62.

Sobre o Bispado de São Paulo, no ano de 1756, existiam 32 igrejas, sendo 11 coladas e 21 encomendadas. Em 1777, havia 59 igrejas, 12 coladas e 47 encomendadas. A propósito da capitania de Minas Gerais, em 1715 havia 31 paróquias encomendadas. No ano de 1724 foram criadas as 20 primeiras igrejas coladas¹³³. Em 1749, das 28 igrejas encomendadas, 24 obtiveram colação. No final do século XVIII, Minas Gerais tinha 47 benefícios paroquiais colados¹³⁴. No entanto, a maioria do clero secular era composta de vigários encomendados e não recebia cômguas da Real Fazenda, sustentando-se dos valores pagos pelos fregueses pelos serviços religiosos¹³⁵. Existiram também paróquias coladas na jurisdição da Prelazia de Goiás, mas seu pagamento foi irregular na segunda metade dos anos setecentos, fazendo com que padres protestassem contra a cobrança dos dízimos na localidade junto às autoridades régias¹³⁶.

Sobre a jurisdição do Bispado do Rio de Janeiro, no período da administração eclesiástica de Dom Frei Antônio de Guadalupe (1725-1739), havia 45 paróquias coladas. No ano de 1778, essa jurisdição eclesiástica, que compreendia as capitanias do Rio de Janeiro, Rio Grande de São Pedro, Goiás, Mato Grosso e parte da Bahia, tinha 102 igrejas, das quais 52 paróquias eram coladas¹³⁷. Para a década de 1780, localizamos uma relação de igrejas paroquiais dessa jurisdição católica que recebiam cômguia paga pela Fazenda Real (Quadro 01). Enquanto que no Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e na capitania do Espírito Santo e Porto Seguro quase uma dezena de igrejas paroquiais, em cada jurisdição, recebeu cômguas da Coroa, nas capitanias de Mato Grosso e Goiás, apenas uma igreja paroquial, em cada jurisdição eclesiástica, recebeu esse pagamento.

¹³³ OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante de. **A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências (1748-1793)**. 2001, 252f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP, p. 124.

¹³⁴ FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e Vilas D'El rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011, p. 100-105.

¹³⁵ PRECOSO, Daniel. **Terceiros de cor: pardos e crioulos em Ordens Terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)**. 2014, 356f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, p. 213.

¹³⁶ MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do Corpo Místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás (1736-1808)**. Tese (Doutorado em História e Teoria das Idéias). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 104, 120-121.

¹³⁷ RODRIGUES, Aldair Carlos. **Poder eclesiástico e Inquisição no século XVIII luso-brasileiro: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social**. 2012, 376f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 29-31.

Quadro 01 - Relação das Igrejas Paroquiais do Bispado do Rio de Janeiro que tem cônica custeada pela Fazenda Real - 1782

Recôncavo do Rio de Janeiro	No continente do Rio de Janeiro	No continente do Rio Grande de São Pedro do Sul	Na Capitania de Goiás	Na Capitania de Mato Grosso	Na Capitania do Espírito Santo e Porto Seguro
São Francisco Xavier, do Engenho velho	Santo Antônio de Guarulhos	São Luiz do Norte, no Lugar da Mostarda	Santa Ana	Santa Ana de Guimarães	Nossa Senhora da Conceição de Vila Nova de Benavente
São Francisco Xavier de Itaguaí	Nossa Senhora das Neves e Santa Rita no Sertão Macabé	Nossa Senhora Madre de Deus da Vila de Porto Alegre			Os Reis Magos da Nova Vila de Almeida
São Barnabé da Vila Nova de São José Del Rei	São Pedro	Nossa Senhora dos Anjos do Povo Guarani			Nossa Senhora da Pena da Vila de Porto Seguro
São Lourenço	A Sagrada Família do Rio de São João, no Sertão da Ipuca	Nossa Senhora da Conceição do Arroio			O Espírito Santo de Vila Verde
	Nossa Senhora da Guia da Mangaratiba	São José de Taquari			São João da Nova Vila de Trancoso
		Santo Amaro			Nossa Senhora do Carmo da Nova Vila de Belmonte
		São Nicolau			São Bernardo da Nova Vila de Alcobaça
		Santa Ana, da Vila do mesmo nome.			Nossa Senhora da Purificação da Nova Vila de Prado
					São João da Nova Vila de Porto Alegre.
04 igrejas	05 igrejas	08 igrejas	01 igreja	01 igreja	09 igrejas

Fonte: ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 15. Caixa 15. Avulsos. Relação das Igrejas Paroquiais do Bispado do Rio de Janeiro que tem cônica da Fazenda Real, e que o Reverendo Bispo costuma prover por encomendações. Lisboa, 12 de julho de 1782.

O pagamento dos padres, com a autorização da Mesa da Consciência e Ordens, foi uma das atribuições relativas ao padroado régio. Vimos que enquanto outras jurisdições católicas possuíam paróquias coladas, na Prelazia do Cuiabá elas foram inexistentes, ocorrendo quando muito a autorização de pagamento aos padres que atuaram em aldeias ou missões indígenas ou nas capelas das fortificações militares, mas de forma irregular. O padre atuante na freguesia de Santa Ana de Guimarães, no ano de

1782, era encomendado, podendo ser substituído por outro religioso. Na década de 1770, o governador Luís Pinto de Souza Coutinho já havia relatado ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, sobre o pagamento aos padres que atendiam nas “vigarias de índios”, a de Santa Ana do Sacramento ou Lugar de Guimarães, a de Lamego e a de Balsemão, cujas cômputas eram satisfeitas pela Real Fazenda. Analisava Luís Pinto que o rei não havia feito “menor ato de jurisdição do seu padroado, no provimento das igrejas [...] por isso se acham todas servidas por Vigários encomendados, que com pouco amor atendem aos seus fregueses e não cuidam em outra coisa mais do que em tirarem todo o lucro que se propõem”¹³⁸. Essas informações sobre a colação das igrejas paroquiais ou pagamento de padres, de forma geral, nos apontam para a pouca atuação do padroado na fronteira Oeste.

O Bispado do Rio de Janeiro considerava que a Prelazia do Cuiabá estava situada muito distante, não sendo possível dotá-la de padres colados, pois “não é fácil castigar prontamente os erros e desordens dos párocos colados, porque sendo preciso usar para isso da forma de direito, se passarão muitos anos sem poder-se dar a devida providência”¹³⁹. Avaliavam os padres encomendados necessários para essa configuração social, porque poderiam ser removidos com facilidade jurídica. Sobre o Regimento Eclesiástico, o Bispado do Rio de Janeiro havia ordenado que o clero secular da Prelazia de Cuiabá seguisse a Lista de Emolumentos e Benesses Paroquiais da Igreja Matriz de Santa Ana, de Vila Boa de Goiás, do ano de 1756¹⁴⁰.

Por outro lado, houve ocasiões nas quais a Mesa da Consciência e Ordens foi responsável pela reestruturação da malha diocesana, a exemplo do ocorrido no Estado do Maranhão e Grão-Pará, no ano de 1676. Sua população não dispunha de rendas suficientes para custear a recém diocese formada. Os dízimos arrecadados nesse espaço perfaziam um total de um conto oitocentos e oitenta mil réis, enquanto que a despesa com as folhas de pagamento civil e eclesiástico chegavam a quatro contos e dezessete

¹³⁸ AHU – Mato Grosso. Caixa 15. Doc. 927. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro sobre o agravamento do seu estado de saúde e dá o conhecimento da situação e negócios da Capitania. Vila Bela da Santíssima Trindade, 01 de maio de 1771.

¹³⁹ ACBM/IPDAC Pasta 69 – nº 1413 Caixa 20. Ofício acusando recebimento da certidão carta pastoral do Bispo Antônio do Desterro. Santa Ana da Vila Boa de Goiás, 26 de janeiro de 1756; AHU – Mato Grosso. Caixa 09. Doc. 532. Carta dos Oficiais da Câmara de Vila Bela ao rei D. José I em que reclamam da exorbitância dos salários e emolumentos eclesiásticos, dos que pertencem ao judicial e dos direitos paroquiais. Vila Bela da Santíssima Trindade, 04 de outubro de 1756.

¹⁴⁰ Os valores constantes nesse Regimento constam no Capítulo 03, na discussão a respeito da economia confrarial.

mil réis. A Coroa portuguesa, diante desse quadro, determinou que a Provedoria da Fazenda da Bahia custeasse o pagamento da folha eclesiástica dessa nova diocese¹⁴¹.

Outro aspecto que nos mostra as dificuldades na implantação do catolicismo foi o da realização das visitas eclesiásticas¹⁴². De acordo com as orientações tridentinas, a Igreja intentava com as visitas eclesiásticas aproximar os bispos, tidos como pastores, dos fiéis, a fim de que acompanhassem o seu comportamento. O Concílio de Trento havia estabelecido amplas atribuições aos visitadores, como analisar a situação material e espiritual da paróquia, examinar a situação dos costumes e a direção efetuada pelos párocos das freguesias e corrigir erros e abusos praticados pelos sacerdotes¹⁴³. No entanto, diante da ampla extensão territorial da América portuguesa, do número reduzido de padres, da falta de bispos à frente de bispados e Prelaturas, somados às dificuldades existentes nos trajetos aos sertões interiores, os objetivos tridentinos tiveram eficácia diferenciada nas diversas jurisdições católicas luso-americanas.

As visitas eclesiásticas tinham por finalidade controlar a população, de um modo geral, e não apenas as irmandades e confrarias. O visitador verificava em seu trabalho a existência de culpas ou pecados referentes ao descumprimento da doutrina católica, tais como heresia, apostasia, blasfêmia, ódio entre pessoas, pacto com o demônio, adivinhação, feitiçaria, descaso com os preceitos quaresmais, trabalhar em dias santos, comer carne em dias proibidos, deixar de ouvir missa, não jejuar nos dias recomendados, viver excomungado sem pedir absolvição, simonia, sacrilégio, perjúrio, possuir ou emprestar bens da Igreja sem a devida solenidade, não pagar dízimos, agredir clérigos, não cumprir as disposições testamentárias e ter ou ler livros não autorizados¹⁴⁴. Os visitadores desempenharam papel importante para os bispados e para o Arcebispado da Bahia. Com esses religiosos as freguesias e comarcas eclesiásticas sentiriam a presença dos agentes dos centros da administração eclesiástica, sobretudo quanto ao cumprimento dos “sagrados cânones e o sagrado Concílio Tridentino”¹⁴⁵.

¹⁴¹ SOUZA, 2014, p. 183 - 184.

¹⁴² As visitas pastorais possuíam finalidade apostólica e de vigilância sobre o clero e povo. Geralmente a partir do resultado de uma visita pastoral se procedia ou não a uma posterior devassa naquela paróquia. Cf. SANTOS, Patrícia Ferreira dos. **Poder e palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)**. 2007, 306f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 53.

¹⁴³ ZANON, Dalila. **A ação dos Bispos e a Orientação Tridentina em São Paulo (1745-1796)**. 1999, 190f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 07.

¹⁴⁴ ACMRJ. Visitas Pastorais. Livro nº2. Devassa da Visita Geral à Comarca Eclesiástica do Cuiabá realizada pelo visitador Bruno Pina, ano 1785.

¹⁴⁵ Cf. Livro 4º, Título LXI. Como serão visitadas as confrarias, capelas e hospitais; e das contas que se não de tomar aos administradores. In: VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do**

Bruno Feitler afirma que as visitas diocesanas foram freqüentes na América portuguesa. Todavia, os alargados períodos de vacância dos bispados e prelazias quebraram o ritmo dessas atividades, que eram uma das principais preocupações dos prelados luso-americanos¹⁴⁶. Além do problema das vacâncias nas jurisdições católicas, a imensidão dos espaços luso-americanos constituiu um problema para os bispos. Não era possível visitar inteiramente as dioceses. No entanto, segundo Evergton Sales Souza, nem por isso a Igreja, em conformidade com o modelo tridentino, deixou de cumprir sua missão de disciplinamento e de enquadramento religioso da população. Para o autor, isso ocorreu através de diversa atividade religiosa, como ação missionária das ordens religiosas, atuação inquisitorial e atuação do próprio clero diocesano¹⁴⁷.

Na fronteira Oeste, a primeira visita eclesiástica às Minas do Cuiabá ocorreu por volta de 1727. Isso ocorreu quando chegou o padre Lourenço de Toledo Taques, empossado como Vigário da Vara e Pároco da Vila do Cuiabá pelo Bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei Antônio de Guadalupe. Sua chegada esteve envolta de conflitos, pois Lourenço Taques mandou prender seu antecessor, o padre Manoel Teixeira Rabelo e excomungou o Ouvidor Antônio Álvares Lanhas Peixoto quando este mandou soltar o padre preso¹⁴⁸. Outra visita ocorreu no ano de 1743, quando o padre Bartolomeu Gomes Pombo foi provido como visitador e Vigário da Vara e da Igreja do Mato Grosso, dividida da jurisdição da Vila do Cuiabá. Nessa ocasião, abriu visita e mandou prender o padre José Pereira da Aranda¹⁴⁹. Em 1750, chegou o padre Doutor João de Almeida Silva, por Vigário da Vara e da Igreja da Vila do Cuiabá, e também abriu visita eclesiástica nessa jurisdição católica¹⁵⁰. Localizamos parte de um termo de visita eclesiástica realizada na capela de Santo Antônio do Rio Abaixo, pertencente à freguesia do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Ela foi realizada pelo Vigário da Vara e da Igreja, Manoel da Silva Martins, no ano de 1764. Durante a visita, o sacerdote observou as condições físicas do templo religioso, seu altar principal, objetos litúrgicos e sacramentais. Algumas recomendações foram dadas ao capelão dessa igreja e aos moradores. Pediu o Visitador que os aplicados a capela dessem esmolas para a compra de uma nova imagem de Santo Antônio, de “maior vulto”; e para a construção de um púlpito, de uma tribuna, de um arco para a capela e de um caixão para a sacristia, em

Arcebispo da Bahia. Estudo introdutório e edição de Bruno Fleiter, Evergton Sales, Istvan Jancsó (orgs.). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010 (Documenta Uspiana; 4).

¹⁴⁶ FEITLER, 2014, p. 170.

¹⁴⁷ SOUZA, 2014, p. 188-189.

¹⁴⁸ SÁ, José Barbosa de. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos.** Cuiabá: Editora UFMT, 1975, p. 21.

¹⁴⁹ SÁ, 1975, p. 42.

¹⁵⁰ Idem, 1975, p. 45-46.

que guardassem os ornamentos e objetos litúrgicos. Reiterou o padre Manoel da Silva Martins que só deveriam sepultar corpos de pessoas dentro da capela ou no seu adro com licença da paróquia. Também disse ao capelão que ensinasse aos aplicados dessa capela a doutrina cristã e a reza do terço antes das missas e que só realizasse batizados com licença também da paróquia. Por fim, orientou ao capelão que não permitisse às pessoas que entrassem na capela, para as rezas e missas, com os pés sujos de “barrete”¹⁵¹. O processo de substituição dos párocos foi conflituoso. Outra visita eclesiástica ocorreu na década de 1780, pelo padre Manuel Bruno Pina¹⁵².

Esses exemplos da realização de visitas eclesiásticas na Prelazia do Cuiabá nos sinalizam para possíveis iniciativas de efetivação da ação do padroado, no tocante à melhoria das condições para realização do culto divino. Entretanto, era insuficiente o número de padres que pudessem reforçar junto aos fregueses o cumprimento dos preceitos tridentinos num vasto espaço, com dificuldades de acesso às capelas e igrejas das vilas e arraiais de mineração, nas áreas rurais e urbanas. Na Prelazia do Cuiabá, os Vigários da Vara e da Igreja exerceram a função de visitantes das Comarcas Eclesiásticas dessa jurisdição, diante da falta de um prelado efetivo no século XVIII.

Para entender o processo de desenvolvimento da sociedade cristã na América portuguesa é preciso ter em conta os problemas enfrentados por Portugal ao assumir a tarefa do padroado régio. Havia inimigos externos e internos, dos quais a colônia luso-americana católica tinha que se defender. Outras monarquias européias, em especial a Espanha, França, Holanda e Inglaterra competiram com Portugal pela hegemonia do Atlântico sul. Em muitas vezes os recursos dos bens da Fazenda Real foram investidos na defesa do território, no pagamento da Folha Civil ou em prol do desenvolvimento do comércio atlântico, fatores estes que nos ajudariam a entender o quase inexistente custeio da monarquia portuguesa na estrutura católica de muitas localidades, a exemplo do espaço da Prelazia do Cuiabá, capitania de Mato Grosso.

¹⁵¹ ACBM/IPDAC Pasta 90 – nº 2115 Caixa 24. Termo de visita da Capela de Santo Antônio do Rio Abaixo feito pelo reverendo Manuel da Silva Martins e inventariando os bens da mesma capela. Santo Antônio do Rio Abaixo, 20 de julho de 1764.

¹⁵² ACMRJ. Visitas Pastorais. Livro nº2. Devassa da Visita Geral à Comarca Eclesiástica do Cuiabá realizada pelo visitador Bruno Pina, ano 1785.

1.2 A organização eclesiástica da América portuguesa

A implantação do catolicismo na América portuguesa esteve relacionada com a organização do poder eclesiástico nesse espaço. Seus agentes estiveram presentes em dois segmentos principais: clero secular – bispos e sacerdotes que compunham a hierarquia da Igreja católica e respondiam diretamente ao rei e ao papa; clero regular – conjunto das ordens e congregações religiosas, que seguiam regras de vida próprias e tinham autonomia dentro da Igreja. Nossa análise privilegiou desenvolvimento do primeiro segmento clerical porque foi o mais atuante na capitania de Mato Grosso, no decorrer de todo o século XVIII.

Nos anos iniciais da conquista lusitana, no século XVI, o espaço da América portuguesa era da jurisdição eclesiástica do vigário de Tomar, passando em seguida para o Bispado do Funchal (1514), pela Bula *Pro excellent*, do papa Leão X. Como ocorria em outras partes dos domínios lusitanos, as paróquias ou freguesias, constituíam-se as células de base dessa organização eclesiástica. No âmbito das freguesias desenrolavam-se todas as atividades da vida religiosa, mas também serviam à administração civil, sobretudo com relação ao fisco, com os recenseamentos e a cobrança de impostos, como o dízimo. Foi nesse contexto que se criaram as primeiras paróquias, uma em Olinda e outra em São Vicente, na terceira década do século XVI¹⁵³.

Sobre a criação de dioceses na América portuguesa, esse processo se deu de forma morosa, iniciando-se em 1551 (Quadro 02), através da Bula *Super Specula Militantis Ecclesiae*, do papa Júlio III, em que criou o Bispado da Bahia, sujeito ao Arcebispado de Lisboa. Com essa medida, as terras de além mar ficaram pertencendo a essa nova jurisdição eclesiástica, sendo desanexadas do poder episcopal de Funchal. Em seguida, no ano de 1575, estabeleceu-se a Prelazia do Rio de Janeiro, com jurisdição sobre as capitanias de São Vicente, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Porto Seguro. Outra Prelazia só seria criada no ano de 1614, a de Pernambuco.

¹⁵³ NEVES, Guilherme Pereira das. Administração Eclesiástica. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa**. Lisboa, São Paulo: Verbo, 1994, p. 22-23.

Quadro 02 - Dioceses da América portuguesa (Séc. XVI a XVIII)

Data	Diocese	Bula	Papa
25/02/1551	São Salvador	<i>Super Specula Militantes Ecclesias</i>	Júlio III
16/11/1676	Olinda	<i>Ad Sacram Beati Petri Sedem</i>	Inocêncio XI
16/11/1676	São Sebastião do Rio de Janeiro	<i>Romani Pontificis Pastoralis Sollicitudo</i>	Inocêncio XI
30/08/1677	São Luís do Maranhão	<i>Super Universas Orbis Ecclesias</i>	Inocêncio XI
04/03/1719	Belém do Grão Pará	<i>Copiosus in Misericordia</i>	Clemente XI
06/12/1745	Mariana	<i>Candor Lucis Aeternae</i>	Bento XIV
06/12/1745	São Paulo	<i>Candor Lucis Aeternae</i>	Bento XIV

Fonte: CASTAGNA, Paulo. O som na Catedral de Mariana nos séculos XVIII e XIX. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, América e África**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: FAPEMIG; PPGH – UFMG, 2008. (Coleção Olhares), p. 93.

No fim do século XVII foram operadas novas mudanças nessa configuração do poder eclesiástico, sendo criado o Arcebispado da Bahia, pela Bula *Inter Pastoralis Offici*, de 1676, e três novos Bispados, sendo eles: do Rio de Janeiro, pela Bula *Romani Pontificis*, no ano de 1676, possuindo a mesma jurisdição de quando era Prelazia; o Bispado de Olinda, pela Bula *Ad Sacram Beati Petri Sedem*, também de 1676, atuando no espaço que ia do Rio São Francisco até o Piauí; o Bispado do Maranhão, pela Bula *Super Universas Orbis Ecclesiae*, em 1677. O Bispado do Maranhão ficou subordinado ao Arcebispado de Lisboa, assim como o Bispado da Capitania do Grão-Pará, que foi criado em 1719, pela Bula *Copiosus in Misericordia*¹⁵⁴.

Completando o cenário eclesiástico do século XVIII (Mapa 01), em 1745, a mesma Bula que criou as dioceses de Mariana e de São Paulo erigiu também as Prelazias de Goiás e Cuiabá¹⁵⁵. O primeiro prelado de Cuiabá foi D. José Nicolau de Azevedo Coutinho Gentil, nomeado em vinte e três de janeiro de 1782¹⁵⁶. O primeiro prelado de Goiás foi D. Frei Vicente do Espírito Santo, nomeado em vinte e três de janeiro de 1782¹⁵⁷. No entanto, em ambas as jurisdições, os respectivos prelados não tomaram posse dos cargos. A não efetivação de um prelado nas Prelazias de Goiás e Mato Grosso reforçou um quadro conforme o qual a vida religiosa subordinou-se aos

¹⁵⁴ NEVES, 1994, p. 22-23.

¹⁵⁵ Bulla do Papa Bento XIV, de 06 de dezembro de 1745, desmembrando da Diocese do Rio de Janeiro, as de São Paulo, de Minas Geraes ou de Mariana, e as Prelazias de Goyaz, e de Cuyabá. In: ALMEIDA, Candido Mendes de. **Direito Civil Eclesiástico brasileiro antigo e moderno em suas relações com o direito canônico**. Rio de Janeiro: B. L. Garneer Livreiro Editor, 1866, p. 640 – 652.

¹⁵⁶ ALMEIDA, Fortunato de. **História da Igreja em Portugal**. Vol. II. Livro III. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1968, p. 27.

¹⁵⁷ ALMEIDA, 1968, p. 37.

interesses e expectativas dos indivíduos e grupos sociais daquelas jurisdições católicas, não aos ditames do padroado régio ou do Papado. Cada Bispado da América portuguesa se dividiu em distritos supervisionados por um vigário de Vara, indicado pelo prelado, com poderes de foro. As apelações faziam-se à Câmara Episcopal imediata, à Relação Metropolitana da Bahia (1677) e à Mesa da Consciência e Ordens, em Portugal¹⁵⁸.

¹⁵⁸ NEVES, 1994, p. 22-23.

Fonte: ROCHA, Leandro Mendes. **Atlas histórico de Goiás pré-colonial e colonial**. Goiânia: CECAB Editora, 2001, p. 64.

A criação dos Bispados de São Paulo e de Mariana e das Prelazias de Goiás e de Cuiabá, em 1745, ocorreu numa fase em que Portugal ainda estava em negociação com a Espanha sobre a posse das terras da fronteira Oeste. Esse território era de posse espanhola, segundo o Tratado de Tordesilhas de 1494¹⁵⁹. Além da Bula emitida em 1745 pelo Papa Bento XIV, um Breve Papal foi enviado visando atribuir à Mesa da Consciência e Ordens a aprovação dos nomes das pessoas que ocupariam os cargos eclesiásticos dessas novas Prelaturas da América portuguesa¹⁶⁰. O rei D. João V havia convencido o Papa Bento XIV a criar as Prelaturas de Goiás e Cuiabá, para com isso fazer prevalecer uma espécie de reconhecimento oficial pela Igreja da ocupação efetiva das terras do interior. Preparava com isso os fundamentos teóricos do princípio do *uti possidetis* que a sua diplomacia iria utilizar para justificar uma revisão global das fronteiras com a América espanhola. Assim, portanto, uma espécie de *uti possidetis religioso* precedeu o *uti possidetis* diplomático que Alexandre de Gusmão apresentaria durante as negociações do Tratado de Madrid de 1750¹⁶¹.

No final do século XVIII, o Bispado do Rio de Janeiro deu conta à Mesa da Consciência e Ordens da situação de sua jurisdição religiosa. Segundo o bispo, para os dois novos Bispados de Mariana e São Paulo logo foram nomeados bispos que tomaram posse dessas jurisdições. No entanto, as Prelazias de Goiás e de Cuiabá ficaram vagas, sem prelados, ficando sob administração do Bispado do Rio de Janeiro. Essa situação seria provisória, até que religiosos autorizados pela Mesa da Consciência e Ordens ocupassem a direção de cada Prelazia. A Bula de criação das Prelazias de Goiás e de Cuiabá havia também nomeado igrejas-sede em cada uma dessas jurisdições católicas, sendo em Goiás a igreja paroquial de Santa Ana e nas Minas do Cuiabá a igreja paroquial do Senhor Bom Jesus. Segundo o Bispado, as duas mencionadas igrejas, sedes de Prelaturas, ficaram ao longo do século XVIII providas por padres encomendados, sem prelados efetivamente colados. No entanto, alegou o Bispado do Rio de Janeiro que sempre procurou indicar padres dignos para essas igrejas. Porém, como repetidas vezes

¹⁵⁹ ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 312. Caixa 418. Consultas de 1740 a 1750. Satisfaça ao que Sua Majestade ordena sobre a consulta da Mesa da Consciência e Ordens, em que expõem o motivo que houve para se proceder aos editais para o provimento das novas Prelazias dos Goyases e Cuiabá separadas do Bispado do Rio de Janeiro. Lisboa, 04 de fevereiro de 1750.

¹⁶⁰ ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 312. Caixa 418. Consultas de 1740 a 1750. Da Mesa da Consciência e Ordens em que põe na Real presença de Sua Majestade o motivo que houve para proceder aos editais para o provimento das novas Prelaturas dos Goyases e Cuiabá, separadas do Bispado do Rio de Janeiro. Lisboa, 24 de outubro de 1749.

¹⁶¹ MARTINIÈRE, Guy. A implantação das estruturas de Portugal na América (1620-1750). In: SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), MAURO, Frédéric (Coord.). **Nova História da Expansão portuguesa. O Império Luso-Brasileiro (1620-1750)**. Vol.VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1991, p. 137-140.

informaram à Mesa da Consciência e Ordens, ambas as sedes das mencionadas Prelazias ficavam distantes do Bispado, sendo “tanto mais dificultoso dar-lhes providências competentes”. A solução sugerida era o envio de um prelado que resolvesse problemas nessas jurisdições¹⁶².

No entanto, a respeito das Prelazias de Goiás e Cuiabá, ocorreram algumas iniciativas visando à ocupação desses cargos por padres colados na segunda metade do século XVIII. No ano de 1771, o padre João Antunes de Noronha se apresentou à igreja de Santa Ana da Prelazia de Goiás, como indicado pela Coroa, com carta de apresentação. No ano de 1781, para a Prelazia de Cuiabá também foi indicado um Vigário, visando à colação, mas foi considerado pelo bispo do Rio de Janeiro como sendo de “gravíssimos defeitos e ignorância”, indigno para o cargo¹⁶³. Para o Bispado do Rio de Janeiro, para além de Vigários colados, as Prelazias de Goiás e Cuiabá necessitavam de prelados que atendessem às necessidades religiosas de seus fregueses. Enquanto isso não ocorria, Vigários da Igreja e da Vara ficaram responsáveis por essas jurisdições, a exemplo da atuação de José Caetano Ferreira de Aguiar na Prelazia de Goiás e de Agostinho Gualarte Pereira na Prelazia de Cuiabá¹⁶⁴. No final do século XVIII, outros padres demonstraram interesse em ocupar a direção da Prelazia de Cuiabá, que ainda se encontrava vaga. Os padres Francisco Correia Vidigal e Domingos José da Silva e Sá de Jesus são exemplos dos que tinham interesse nessa posse. Todavia, a Mesa da Consciência e ordens decidiu não colar um pároco, mas atender as sugestões do Bispado do Rio de Janeiro de que fossem indicados prelados que exercessem a função de um bispo¹⁶⁵. Em Cuiabá, esse processo se efetivou no começo do século XIX.

Na ausência de bispos e prelados efetivos, a função de vigário da vara, como a encontrada nas comarcas católicas da Prelazia do Cuiabá e de Goiás, foi importante para o Bispado do Rio de Janeiro e no auxílio ao Tribunal Episcopal, nessas áreas mais afastadas. Suas atribuições passavam pelo julgamento de causas menores, bem como fazer devassas, denúncias, sumário de crimes de sacrilégio cometidos em lugares sagrados ou contra clérigos das freguesias de sua jurisdição. Procediam ainda contra os desobedientes, poderiam tomar conta de testamentos, monitórios e sentenças de ação de 10 dias, entre outros. Nas causas relativas ao sacramento do matrimônio, os vigários de

¹⁶² ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 16. Caixa 16. Avulsos. Consulta dos nomeados para Prelado de Goyases com várias Bulas, entre elas as da criação das duas Prelazias de Goiás e Cuiabá. Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1798.

¹⁶³ ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 16. Caixa 16. Avulsos. Requerimentos de Francisco Correa Vedigal e Domingos José da Silva e Sá de Jesus que pertencem à Igreja do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, do Bispado do Rio de Janeiro. Lisboa, 28 de abril de 1800.

¹⁶⁴ Idem.

¹⁶⁵ Ibidem.

vara poderiam fazer perguntas aos nubentes. Nos casos que eram considerados de maior gravidade, contudo, era imprescindível que os processos fossem remetidos para a sede do bispado onde seriam julgados no Auditório Eclesiástico¹⁶⁶. O cargo de vigário da vara correspondeu à instância da Vigararia ou Comarca Eclesiástica. Essa instância estava subordinada ao Vigário-Geral, o juiz do Auditório Eclesiástico, que atuava nas sedes dos bispados. Os Auditórios Eclesiásticos funcionavam nos bispados e suas punições poderiam seguir para a Relação Eclesiástica em casos de apelações¹⁶⁷.

No universo colonial luso-americano, as capelas eram representação do poder. Por trás de uma capela estava um grupo de colonos interessados em ser enterrados como cristãos, um senhor de engenho preocupado com a salvação de sua alma, ou um bandeirante que queria ter reconhecido o seu arraial junto às instâncias do poder colonial. As capelas ainda constituíam espaços de atuação dos sacerdotes, associações de leigos e fregueses. A construção de uma capela serviu para a administração do tempo e do espaço sagrado, em especial nas mãos dos fregueses que as construíram¹⁶⁸.

Os templos foram palcos da dinâmica social de áreas urbanas e rurais, ritmada pelas fases da vida, marcadas pelos batismos, casamentos e funerais, mas também pelas festas, sempre apadrinhadas pelas pessoas de maiores posses, os chamados “homens bons”. Os proprietários de terras, fazendas e roças, os religiosos e o povo em geral, todos tinham seus oragos, e aqueles que podiam homenagear o santo de sua devoção faziam-no, denominando suas propriedades, capelas e vilas com seu nome¹⁶⁹.

Esse patrimônio religioso era representado pela chamada fábrica da igreja, como sendo tudo aquilo que dizia respeito às suas rendas e bens, desde gente, animais de serviço, máquinas e provimentos; podia referir-se ainda à sua estrutura, construção e organização ou então aos gastos relativos aos reparos do prédio religioso¹⁷⁰. A fábrica era a proprietária e administradora das sepulturas internas, consideradas como fonte

¹⁶⁶ MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. **Parochos imperfeitos: Justiça Eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial**. 2011, 341f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, p. 55-56.

¹⁶⁷ MENDONÇA, 2011, p. 40.

¹⁶⁸ LONDOÑO, Fernando Torres. Paróquia e comunidade na representação do sagrado na colônia. In: LONDOÑO, Fernando Torres (org.). **Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica**. São Paulo: Paulus, 1997, p. 51-90.

¹⁶⁹ TIRAPELI, Percival. Patrimônio religioso na formação das cidades do vale do Paraíba, São Paulo. In: TIRAPELI, Percival (org.). **Arte sacra: barroco memória viva**. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: editora UNESP, 2005, p. 16.

¹⁷⁰ NEVES, Guilherme Pereira das. **E Receberá mercê. A Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil. 1808-1828**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 227-229.

preciosa de rendimentos. As covas existentes no adro ou no cemitério também eram administradas pela fábrica, mas delas a legislação sinodal não permitia cobrar¹⁷¹.

Quando uma igreja passava a ser sede de freguesia ou de comarca eclesiástica deixava de ser apenas um templo religioso. Uma sede de freguesia possuía um status jurídico e administrativo diferenciado. O templo-sede era uma célula, uma parte integrante dos governos civil e religioso. Esse templo passava a ser a residência de um pároco ou vigário da vara e da Igreja, subordinado a um Bispado, que se diferenciava de um padre capelão, que estava sujeito às ordens de uma confraria. As irmandades sediadas nesse templo religioso tinham seus livros de receitas e despesas mais fiscalizados, bem como ameaçados os direitos de propriedade sobre os paramentos e as alfaías do prédio religioso, como altar, jóias e ornamentos utilizados em atos solenes¹⁷².

Como contemporâneos do Antigo Regime, os portugueses necessitavam da religião católica para justificar e amparar suas ações. Nesse movimento, os colonizadores buscaram dar continuidade a suas crenças, construindo igrejas e capelas, mesmo sem o financiamento real, custeando clérigos que não tinham o apoio financeiro da monarquia e fundando associações leigas¹⁷³. A materialidade do poder católico explicitou-se pela ação dos fregueses, na demanda de templos, bens religiosos, mensagens católicas, padres e irmandades. Os moradores das vilas e cidades, arraiais e fortificações custearam essa estrutura eclesiástica católica, mais do que a ação do padroado régio que supostamente deveria arcar com tais despesas. Esse processo de participação da população esteve presente na formação da configuração social da capitania de Mato Grosso, iniciada com a ação sertanista e desenvolvida no XVIII.

¹⁷¹ CAMPOS, Adalgisa. Locais de sepultamentos e escatologia através de registros de óbitos da época barroca. A freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. **Varia História**, nº 31, janeiro de 2004, p. 174.

¹⁷² NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana – séculos XVIII e XIX**. 2006, 362f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 111-112.

¹⁷³ MORAES, Juliana de Mello. **Sacralização da pobreza: sociabilidades e vida religiosa numa pequena vila da América portuguesa**. 2003, 111f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 25.

1.3 Dinâmica social da fronteira Oeste

A organização dos grupos sociais dos sertões do Cuiabá e do Mato Grosso foi resultado dos embates entre os que para lá se dirigiam com os que ali viviam. A ação conquistadora colocou em enfrentamento grupos diferenciados de portugueses, luso-brasileiros, africanos, afro-descendentes e uma variedade de populações indígenas, tais como Cruane, Cuchiane, Curiane, Guachevane, Acopone, Araripocone, Ariocone, Coxipone, Gregone, Guahone, Pavone, Pocone, Bobiare, Bororo, Chacorone, Itapore, Tambegui, Tamoringue, Aricá, Cuiabá, Elive, Gualé, Jape, Popu, Tuete, Guaná, Guató, Guaicuru e Paiaguá¹⁷⁴. No âmbito do Antigo Regime, havia uma arquitetura social que previa para cada um o seu lugar, marcando as diferenças numa hierarquia de posições.

Diversos grupos étnico-culturais produziam e reproduziam seus modos de vida nessas espacialidades, com suas lógicas próprias de uso do espaço, perpassadas pelas representações que orientavam suas práticas sociais. As chamadas sociedades ameríndias tinham entre si uma demarcação cultural dos seus territórios, fabricavam cerâmica, alguns cultivavam milho, mandioca, algodão e estabeleciam laços de cooperação ou de disputas entre si, conhecendo empiricamente os ecossistemas em que viviam¹⁷⁵. A conquista dessas terras situadas à Oeste levou à extinção ou exploração desses diversos grupos indígenas, fazendo com que fossem expulsos de seus territórios ou obrigados a trabalhar para os colonizadores no decorrer do século XVIII¹⁷⁶.

A fronteira Oeste formou-se primeiramente sobre o termo ou repartição da Vila do Cuiabá. Com o avanço da mineração, a noroeste de Cuiabá projetou-se novo termo, com o surgimento dos arraiais do Mato Grosso e com a fundação de Vila Bela. A

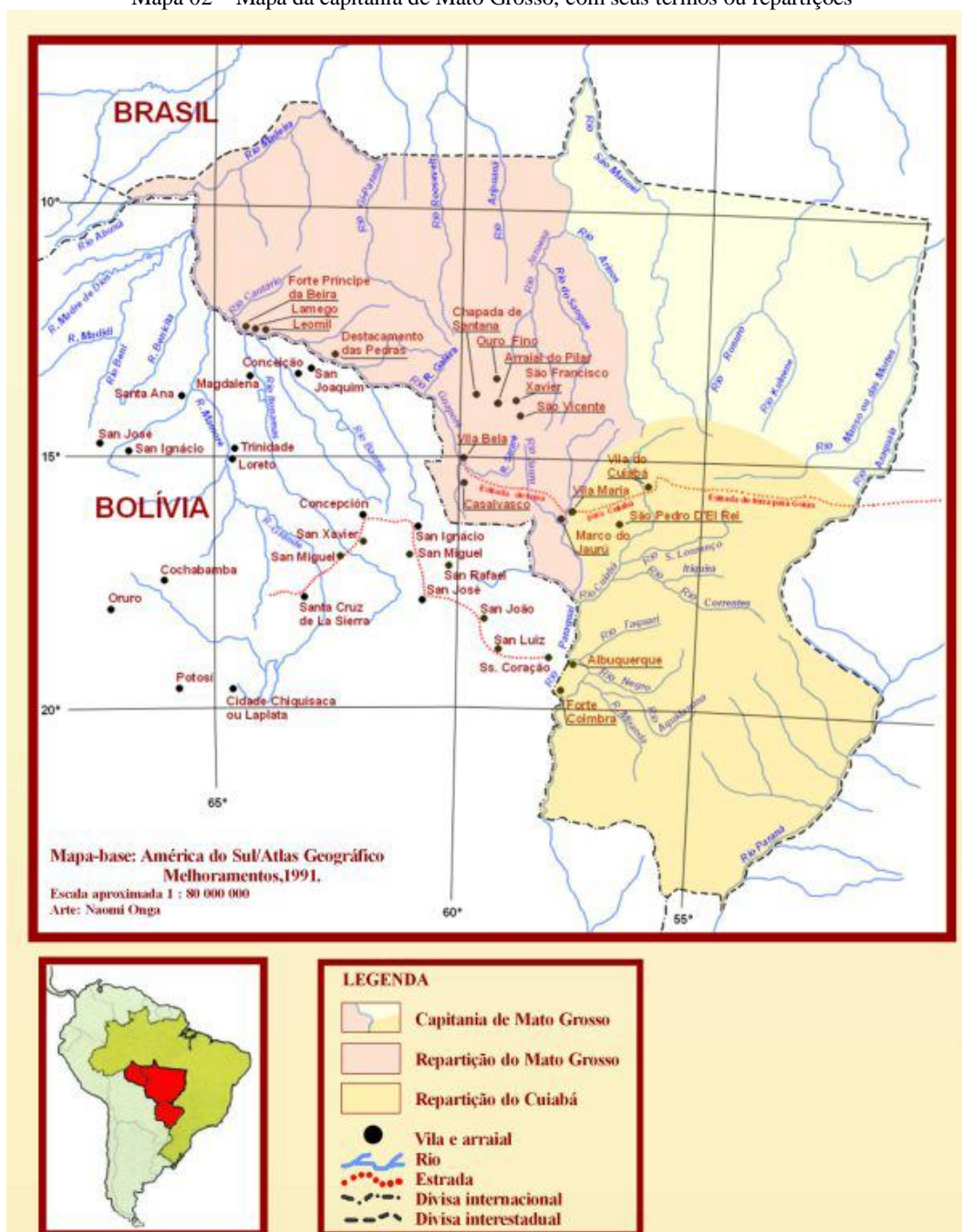
¹⁷⁴ ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA & JESUS, 2003, p. 14.

¹⁷⁵ Sobre a questão indígena no espaço constitutivo da capitania de Mato Grosso, ver: COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente: o Pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Estação Liberdade/Kosmos, 1999; CANOVA, Loiva. **Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)**. 2003, 116f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá; BLAU, Alessandra Resende. **O “ouro vermelho” e a política de povoamento da capitania de Mato Grosso (1752-1798)**. 2007, 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá; PRESOTTI, Thereza Martha Borges. **Na Trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: sertões e minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII)**. 2008, 278f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília; LUCÍDIO, João Antônio Botelho. **‘A Ocidente do imenso Brasil’: as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)**. 2013, 338f. Tese (Doutorado em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

¹⁷⁶ PRESOTTI, Thereza Martha Borges. Índios. In: JESUS, Nauk Maria de (org.). **Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011, p. 172-176.

capitania de Mato Grosso foi composta por esses dois termos ou repartições (Mapa 02), o Cuiabá e o Mato Grosso, com seus arraiais, vilas e populações¹⁷⁷.

Mapa 02 – Mapa da capitania de Mato Grosso, com seus termos ou repartições



Fonte: FERNANDES, Suelme Evangelista. **O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América portuguesa**. 2003, 169f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, p. 83.

¹⁷⁷ ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA & JESUS, 2003, p.42.

Entendemos que o panorama populacional do termo do Cuiabá, no período de 1727 a 1751 (Tabela 01), foi marcado por uma variação do número de pessoas. Alguns fatores contribuíram para essa mudança. O motivo mais importante foi a atividade mineradora, na qual grupos de mineradores se deslocaram sazonalmente a cada nova descoberta aurífera, sobretudo das ocorridas na região do Guaporé. Contudo, o termo do Cuiabá continuava como referência para esses grupos, local para onde poderiam voltar e onde se localizavam seus familiares e casas. Por outro lado, com a formação de novos arraiais alguns acabaram se deslocando definitivamente para essas novas povoações.

Tabela 01 - População da repartição do Cuiabá - 1727 a 1751

Ano	Número da população
1727	4000
1728	2.500
1729	2.100
1730	2.900
1734	3.300
1736	4.035
1737	4.315
1738	2.500
1739	6.255
1740	6.000
1745	8.109
1751	7.877

Fonte: ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria (orgs). **A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial**. Cuiabá: Adriana, 2003, p.37.

Antônio Rolim de Moura relatou no ano de 1755 a situação em que se encontrava Vila Bela. Considerou que a fundação dessa vila era sua principal atribuição, no contexto da criação da capitania de Mato Grosso, em 1748. Consultando informações levantadas pelo pároco da freguesia do Mato Grosso para serem remetidas ao Bispado do Rio de Janeiro, Rolim de Moura disse que Vila Bela apresentava “algum princípio de estabelecimento”. Existiam nesse ano quarenta e sete fogos e quinhentas e trinta e oito pessoas, porém não somente composta por brancos, mas também por “bastardos, mulatos, pretos e carijós”¹⁷⁸. A alimentação disponível provinha dos sítios próximos, parte deles com criações de gado.

Dando continuidade à análise dos dados populacionais, verificamos que o termo do Mato Grosso possuía no triênio 1769, 1770 e 1771 cerca de 440 fogos, com

¹⁷⁸ AHU – Mato Grosso. Caixa 08. Doc. 489. Ofício do governador e Capitão General Antônio Rolim de Moura Tavares ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real em que pede para regressar ao reino, e informa que Vila Bela tem 47 fogos e 538 pessoas. Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de maio de 1755.

3.819 pessoas. Destas, achavam-se 188 homens, vindos de outros lugares onde deixaram suas mulheres. No termo do Cuiabá, na mesma fase, havia 628 fogos, com 7067 pessoas, das quais se encontravam 114 mulheres, cujos maridos estavam ausentes¹⁷⁹. Essas informações nos apontam para outra característica dessa configuração social, a da presença de muitos homens vindos de outras localidades da América portuguesa, nas quais haviam deixado suas esposas e de sua ligação com outras mulheres da capitania de Mato Grosso, contra os preceitos do matrimônio¹⁸⁰.

Tabela 02- População da capitania de Mato Grosso – 1771 a 1800

Anos	O Cuiabá	(%)	O Mato Grosso	(%)	Totais
1771	7.123	(60,06%)	4.736	(39,94%)	11.859
1772	8.692	(67,87%)	4.115	(32,13%)	12.807
1773	8.042	(62,49%)	4.827	(37,51%)	12.869
1775	8.891	(63,72%)	5.063	(36,28%)	13.954
1776	9.630	(66,43%)	4.867	(33,57%)	14.497
1777	10.192	(68,16%)	4.761	(31,84%)	14.953
1779	10.419	(66,90%)	5.155	(33,10%)	15.574
1780	10.428	(66,73%)	5.199	(33,27%)	15.627
1781	11.057	(67,45%)	5.336	(32,55%)	16.393
1782	11.155	(67,46%)	5.381	(32,54%)	16.536
1783	10.851	(67,04%)	5.335	(32,96%)	16.186
1790	14.143	(68,73%)	6.436	(31,27%)	20.579
1791	14.453	(71,34%)	5.805	(28,66%)	20.258
1794	15.499	(70,77%)	6.402	(29,23%)	21.901
1800	19.731	(73,52%)	7.105	(26,48%)	26.836

Fonte: ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria (orgs). **A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial**. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 43.

No período de 1771 a 1800 (Tabela 02), a repartição do Cuiabá ainda apresentava maior número populacional do que a repartição do Mato Grosso. No final do século XVIII, no termo do Cuiabá havia 19.731 pessoas, enquanto no termo do Mato Grosso havia 7.105. Apesar de Vila Bela ser a vila-capital, a Vila do Cuiabá e seu termo consolidou-se como o espaço com a maior taxa demográfica nessa fase.

¹⁷⁹ AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 971. Mapa geral do estado da povoação dos distritos de Vila Bela e Cuiabá no fim do ano de 1769 a 1771. Capitania de Mato Grosso, posterior a 1771.

¹⁸⁰ Na documentação da Visita Eclesiástica, realizada pelo Vigário Geral da Igreja e da Vara, Manoel Bruno Pina, na década de 1780, encontramos diversos relatos sobre essa característica, bem como sobre bigamia, sodomia e amancebamentos na capitania de Mato Grosso. Cf. ACMRJ. Visitas Pastorais. Livro nº2. Devassa da Visita Geral à Comarca Eclesiástica do Cuiabá realizada pelo visitador Bruno Pina, ano 1785.

Tabela 03 – Famílias ou fogos da capitania de Mato Grosso (1772-1781)

Capitania de Mato Grosso	Famílias ou fogos								
	1772	1773	1775	1776	1777	1778	1779	1780	1781
Capital de Vila Bela com seus Arraiais e vizinhanças	498	660	685	694	705	712	720	730	734
Vila do Cuiabá, e mais Arrabaldes	895	1044	1031	1208	1380	1391	1402	1430	1443

Fonte: AHU – MT. Caixa 25. Doc. 1466; Caixa 22. Doc. 1341; Caixa 21. Doc. 1279; Caixa 20. Doc. 1233; Caixa 20. Doc. 1217; Caixa 19. Doc. 1160; Caixa 18. Doc. 1118; Caixa 17. Doc. 1083; Caixa 17. Doc. 1046.

Ainda na mesma direção da análise anterior, verificamos que entre 1772 a 1781 o número de famílias ou fogos da Vila do Cuiabá e suas imediações também foi maior do que em Vila Bela, seus arraiais e vizinhanças (Tabela 03). Esse movimento populacional mais consistente em direção à vila cuiabana pode ser explicado pela sua ocupação mais antiga, ocorrida desde as primeiras décadas do XVIII, e pela proximidade que a mesma tinha das principais vias de acesso à capitania de Mato Grosso. A Vila do Cuiabá estava conectada à estrada ou caminho terrestre que levava a Vila Boa, na capitania de Goiás, e às rotas fluviais ou monções do sul, que a interligavam a São Paulo e ao Rio de Janeiro. Esse foi o espaço da instalação das primeiras elites locais da fronteira Oeste, composta por mineradores e proprietários de terras e escravos, que durante a segunda metade do século XVIII fez críticas à capitalidade de Vila Bela, reivindicando para a Vila do Cuiabá essa condição. A vila-capital Vila Bela era apontada por esses grupos como pestilenta, de clima insalubre, doentio. Todavia, diante das indefinições dos limites coloniais ibero-americanos, com papel geopolítico importante na defesa dessas terras a Portugal, Vila Bela foi edificada nas raias da fronteira com os domínios espanhóis. Essa diferença populacional refletiu-se, inclusive, num maior número de capelas e igrejas constituídas no espaço da freguesia do Senhor Bom Jesus e um maior número de irmandades nesse espaço.

Observando as similaridades entre as repartições do Cuiabá e do Mato Grosso, com suas respectivas vilas, ambos os espaços tinham a forte presença de grupos indígenas. Essa característica social foi marcante para a consideração da configuração social da capitania de Mato Grosso como uma conformação miscigenada. Todavia, a

contabilidade desses índios ocorreu mais sistematicamente com aqueles indivíduos situados nas missões ou aldeamentos formados nesse espaço. O *Diretório dos índios*¹⁸¹ determinou os procedimentos a serem tomados para a implantação e sustentação dessas aldeias indígenas. Dentre seus objetivos, almejou transformar os índios em trabalhadores nas atividades produtivas e colonos na política de povoamento criada pelas autoridades coloniais, permitindo-se inclusive casamentos interétnicos¹⁸².

No ano de 1773, o governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres relatou ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, a continuidade da existência da Missão de índios de Santa Ana da Chapada, com 71 fogos e um total de 447 pessoas. Falou ainda da Missão de Balsemão, localizada na primeira cachoeira do Rio Madeira, na bacia amazônica, com 48 fogos, num total de 172 pessoas¹⁸³. Em 1774 ocorreu um decréscimo nesses dados demográficos sobre os indígenas. A Missão de índios de Santa Ana apareceu com 66 fogos, num total de 428 pessoas; a Missão de Balsemão, da proximidade da primeira cachoeira do Rio Madeira, com 38 fogos, total de 151 pessoas¹⁸⁴. No ano seguinte, de 1775, a situação pareceu agravar-se na Missão de Balsemão, que deixou de figurar nos mapas de população. Todavia, a Missão de Santa Ana manteve-se presente nesses levantamentos, com pouca variação demográfica, demonstrando maior estabilidade¹⁸⁵. A política pombalina de uso dos indígenas para o trabalho e colonização no ultramar parece ter encontrado resistência por parte desses grupos. Os dados apontam para a não fixação de boa parcela dos indígenas em aldeamentos implantados pelas autoridades coloniais na fronteira Oeste. A Mesa da Consciência e Ordens, como vimos, inclusive autorizou o pagamento

¹⁸¹ 03 de maio de 1757. Diretório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. Collecção da Legislação Portuguesa – Legislação de 1750 a 1762. In: SILVA, Antônio Delgado da. Suplemento à Coleção da legislação portuguesa desde a última compilação das Ordenações (1750-1762). Lisboa: Tipografia Maignrense, 1828. Cf. *Ius Lusitaniae* - Fontes Históricas do Direito Português. <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/> Acesso em 23 de setembro de 2013.

¹⁸² BLAU, Alessandra Resende. **O “ouro vermelho” e a política de povoamento da capitania de Mato Grosso (1752-1798)**. 2007, 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, p. 16-17.

¹⁸³ AHU – Mato Grosso. Caixa 17. Doc. 1046. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, com que envia mapa sobre o estado atual da povoação da capitania. Vila Bela da Santíssima Trindade, 27 de julho de 1773.

¹⁸⁴ AHU – Mato Grosso. Caixa 17. Doc. 1083. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, com que envia mapa do estado atual da povoação em todos os estabelecimentos da capitania. Vila Bela da Santíssima Trindade, 30 de setembro de 1774.

¹⁸⁵ AHU – Mato Grosso. Caixa 18. Doc. 1118. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, com que envia mapa anual da povoação da capitania. Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de janeiro de 1776.

dos padres nesses aldeamentos, pelos recursos da Fazenda Real, almejando através do trabalho desses religiosos atraírem e manterem os grupos indígenas nessas povoações.

Ainda de acordo com a avaliação de Luís de Albuquerque sobre os dados demográficos, mais de $\frac{3}{4}$ da população da capitania de Mato Grosso era composta por “pretos, pardos, índios, mulatos e mestiços, de diversas espécies do país”¹⁸⁶. Essa era uma área de intensa miscigenação, com reduzido número de brancos.

Essa tendência de forte miscigenação se manteve, sobretudo quando analisamos os mapas de população produzidos pelos governos da capitania de Mato Grosso nos anos setecentos¹⁸⁷. No ano de 1769, a população da freguesia de Vila Bela foi estimada em 3.819 pessoas. Sua população branca era composta por 333 indivíduos, enquanto indígenas, africanos e seus descendentes, cativos ou libertos, somavam 3.486 pessoas, entre as quais 129 bastardos, 173 índios, 354 mulatos, 122 caborés e 2.708 pretos. No total, isso representou 12% de brancos frente a 88% da população de cor¹⁸⁸. No final do século XVIII, no ano de 1797, ainda com relação aos grupos da freguesia de Vila Bela, a população branca era de 401 indivíduos, no tempo em que a população de cor era constituída por 6.314 pessoas. No geral, a população contava 6.715 pessoas, com 17% de brancos e 83% de indígenas, africanos e seus descendentes, escravos ou forros. Para Miranda Montenegro, o aumento populacional deveu-se a entrada de novos colonos, seja na condição de livres ou cativos. Muitos dos brancos que se deslocaram para a repartição do Mato Grosso atuaram nos corpos militares, vindos de Portugal e de outras capitanias da América portuguesa.

Miranda Montenegro, do mesmo modo que Luís de Albuquerque, destacou a forte miscigenação dessa configuração social. Entendeu que isso se devia ao fato de que os homens brancos não dispunham de muitas mulheres brancas para se casarem na capitania de Mato Grosso. Além disso, muitos deles não almejavam se casar e preferiam viver amancebados com uma ou mais mulheres ou “viver ilicitamente com as mulatas do país, do que ficarem reproduzidos a uma posteridade legítima, e sem mancha”¹⁸⁹. Isso vai de encontro com o que afirma Cacilda Machado, ao observar que numa região

¹⁸⁶ AHU – Mato Grosso. Caixa 18. Doc. 1118.

¹⁸⁷ AHU – Mato Grosso. Caixa 37. Doc. 1860. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, informando sobre os procedimentos tomados para preparar os mapas de habitantes, acrescentando suas observações sobre a povoação de Vila Bela e as dificuldades para aumentar a população. Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de maio de 1799.

¹⁸⁸ Utilizo a expressão população de cor para me referir ao grupo de indígenas, africanos e seus descendentes livres, cativos ou libertos.

¹⁸⁹ AHU – Mato Grosso. Caixa 37. Doc. 1860.

de fronteira existiam poucos homens brancos e um número ainda menor de mulheres brancas, caracterizando-se por haver uma população mestiça significativa¹⁹⁰.

De modo geral, consideramos que o número de famílias ou fogos nas comarcas eclesiásticas do Mato Grosso e do Cuiabá (Tabela 04) permaneceu diferente entre ambas as repartições nos finais do século XVIII. Os dados referem-se na Comarca Eclesiástica do Mato Grosso à Vila Bela da Santíssima Trindade, arraiais vizinhos, Forte do Príncipe da Beira, Descoberto dos Guarajús e aldeamentos indígenas. Na Comarca Eclesiástica do Cuiabá, as informações relacionam-se à Vila do Cuiabá e às freguesias de Santa Ana e Vila Maria do Paraguai¹⁹¹.

Tabela 04 - Famílias ou fogos das Comarcas Eclesiásticas do Mato Grosso e do Cuiabá – 1790 a 1795

Ano	Comarca Eclesiástica do Mato Grosso	Comarca Eclesiástica do Cuiabá
1790	920	1835
1791	899	1858
1794	1161	2.212
1795	900	1966

Fonte: AHU – Mato Grosso: Caixa 28. Doc. 1621; Caixa 29. Doc. 1646; Caixa 31. Doc. 1712; Caixa 33. Doc. 1748.

Essa dinâmica populacional estava relacionada com as atividades econômicas desenvolvidas na capitania de Mato Grosso. A mineração foi um fator importante dos deslocamentos de grupos e pessoas nesse espaço e no interior da América portuguesa. Para o desenvolvimento da atividade mineradora, empregou-se amplamente a mão-de-obra de africanos e seus descendentes livres, escravos ou libertos, como podemos observar numa lavra da década de 1780, da repartição do Cuiabá (Imagem 01).

¹⁹⁰ MACHADO, Cacilda. A escravidão e a cor dos escravos e dos livres (Freguesia de São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (orgs.). **Temas setecentistas: governos e populações no Império português**. Curitiba: UFPR – SCHLA / Fundação Araucária, 2008, p. 435.

¹⁹¹ AHU – Mato Grosso. Caixa 28. Doc. 1621. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, enviando o mapa da população da capitania referente a 1790. Vila Bela da Santíssima Trindade, 21 de setembro de 1791; AHU – Mato Grosso. Caixa 29. Doc. 1646. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, enviando o mapa da população da capitania referente a 1791. Vila Bela da Santíssima Trindade, 05 de agosto de 1792; AHU – Mato Grosso. Caixa 31. Doc. 1712. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, com que remete o mapa da população da capitania do ano de 1794. Vila Bela da Santíssima Trindade, 30 de novembro de 1795; AHU – Mato Grosso. Caixa 33. Doc. 1748. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Luís Pinto de Souza Coutinho, encaminhando o mapa de população referente ao ano de 1795. Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de abril de 1797.

Imagem 01 – Mineração do ouro, na repartição do Cuiabá, século XVIII



Fonte: Prospecto da lavagem do ouro na fábrica de minerar da mesma lavra. [Freire ou Codina], c.1785. Aquarela (38 x 20 cm). Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), ARF/33, v. 2. Museu Bocage, Lisboa. *Apud.* AMADO, Janaina; ANZAL, Leny. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791. São Paulo: Versal, 2014, p. 207.

A quantidade exata de ouro produzido nesse espaço colonial, no século XVIII, infelizmente não pode ser precisada, pois o sistema de taxas era irregular e sofreu diversas alterações no decurso desse século, além de existir a prática do contrabando. No entanto, existem valores de produção aurífera estimados, levantados através dos dados obtidos nos relatórios das quantidades transportadas pelas frotas do Brasil¹⁹². Esses dados nos possibilitam estabelecer um panorama de análise comparativa entre as três principais capitanias produtoras do ouro no século XVIII, para compreender informações sobre maior aumento populacional, bem como concentração de maior número de irmandades religiosas e de outras formas de associativismo, para lançar luzes quanto às especificidades presentes na capitania de Mato Grosso.

¹⁹² SCHWARTZ, Stuart. De ouro a algodão: a economia brasileira no século XVIII. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da Expansão Portuguesa: o Brasil na balança do Império (1697-1808)**. Vol. III. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 88.

Tabela 05 – Produção aurífera da América portuguesa – século XVIII

Produção de ouro brasileiro (toneladas)				
Anos	Minas Gerais	Goiás	Mato Grosso	Total
1700-1710	2,7	-	-	2,7
1711-1720	5,9	-	-	5,9
1721-1729	6,6	-	0,73	7,3
1730-1739	8,2	1,4	0,9	10,5
1740-1749	9,0	3,2	1	13,2
1750-1759	7,6	4,3	1	12,9
1760-1769	6,4	2,3	0,5	9,2
1770-1779	5,3	1,8	0,5	7,6
1780-1789	3,8	0,9	0,4	5,1
1790-1799	3,0	0,7	0,4	4,1

Fonte: SCHWARTZ, Stuart. De ouro a algodão: a economia brasileira no século XVIII. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da Expansão Portuguesa: o Brasil na balança do Império** (1697-1808). Vol. III. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 88.

A produção aurífera em Minas Gerais apresentou maior volume no século XVIII, seguida das capitanias de Goiás e Mato Grosso (Tabela 05). A extração do ouro de Minas Gerais aconteceu nos primeiros anos dessa centúria, enquanto nas minas cuiabanas essa extração mais intensificada ocorreu a partir da década de 1720 e as extrações auríferas goianas na década de 1730. O total de ouro produzido nessas três configurações sociais foi de 78, 5 toneladas nos anos setecentos. Minas Gerais extraiu a maior quantidade, e por mais longo período, de 1700 a 1799, com 58,5 toneladas ou 74,5% do total. Goiás apresentou segundo maior volume de ouro, produzindo de 1730 a 1799 a quantia de 14, 6 toneladas, 18,6% do total. As minas cuiabanas e as minas do Mato Grosso extraíram de 1720 a 1799 o volume de 5,43 toneladas ou 6,9% do total. Esse quadro econômico possibilitou que em Minas Gerais se formasse mais de trezentos arraiais, quinze vilas e uma cidade, Mariana, que foi sede do poder episcopal local.

As primeiras municipalidades da capitania de Minas Gerais foram as seguintes: em 1711, Nossa Senhora do Ribeirão do Carmo, Vila Rica, Vila Real do Sabará; em 1713, Vila de São João del-Rey; em 1714, Vila Nova da Rainha e Vila do Príncipe; em 1715, Vila de Piedade do Pitangui; em 1718, Vila de São José Del-Rei; 1730, Vila de Nossa Senhora do Bom Sucesso das Minas Novas do Araçuaí; 1789, Vila de São Bento do Tamanduá; 1790, Vila de Queluz; 1791, Vila de Barbacena; 1798, Vila da Campanha da Princesa e Vila de Paracatu do Príncipe; 1814, Vila de São Carlos do Jacuí e Vila de Santa Maria de Baependi¹⁹³. Sobre sua população, o número de famílias ou fogos, no final do período colonial, ultrapassa 9.660 unidades. Isto se refletiu no número e nos tipos de associativismo dessa capitania, que possuiu mais de 230

¹⁹³ FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e Vilas D'El rei. Espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2011, p.. 33.

irmandades religiosas, cerca de 50 associações de Ordens Terceiras e Irmandades do Santíssimo Sacramento, todas elas detentoras de mais de 90 igrejas e capelas¹⁹⁴.

Na capitania de Goiás, Vila Boa era a única vila existente no século XVIII, com o papel de vila-capital, contudo, em Goiás existiram dezenas de arraiais e alguns julgados. A mineração foi sua principal atividade econômica nessa centúria, do mesmo modo como em Mato Grosso e Minas Gerais, porém lançou-se também a outras atividades econômicas, como a produção agrícola, de engenhos de produção de açúcar, aguardente, farinha de milho e mandioca, e a criação de animais. Cultivou-se trigo, arroz, milho, mandioca, feijão, marmelo, e criaram-se bovinos, suínos e eqüinos, formando a dinâmica econômica nos “sertões dos Guayazes”¹⁹⁵. Na capitania goiana, o número de irmandades e confrarias foi estimado em 34 associações, dentre as quais irmandades relacionadas às artes mecânicas, com pedreiros, marceneiros, carpinteiros, tanoeiros, relacionadas a São José. Todavia, não se formou uma Santa Casa de Misericórdia, do mesmo modo como em Mato Grosso, atuando nelas a Irmandade de São Miguel e Almas com o papel de serviço fúnebre ofertado pela Misericórdia¹⁹⁶.

Os dados analisados sobre as capitanias de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso demonstram que o número de associações formadas nessas localidades estava relacionado com suas dinâmicas sociais. A capitania de Minas Gerais possuía na década de 1770, de 320.000 a 340.000 habitantes¹⁹⁷. Em Goiás, sua população era estimada em 20.000 pessoas na década de 1740, 40.000 na década de 1750 e de 59.000 habitantes no começo da década de 1780¹⁹⁸. Em Mato Grosso, nas décadas de 1770 e 1780, sua população variou de 12.000 a 16.000 habitantes¹⁹⁹. Nesse universo luso-americano da mineração, a capitania de Mato Grosso apresentou cerca de dez irmandades religiosas no século XVIII, frente a mais de três dezenas em Goiás e mais de duas centenas em Minas Gerais. Outra característica da configuração social da capitania de Mato Grosso, como já mencionamos, foi sua dimensão de fronteira com os domínios espanhóis.

Essa dimensão fronteira pode ser observada ainda na América portuguesa para outras capitanias, a exemplo de São Paulo e a fronteira-sul. No seio do espaço paulista, as vilas de Paranaguá e Curitiba, na década de 1770, tinham uma população

¹⁹⁴ Idem, p. 400-401.

¹⁹⁵ MORAES, 2005, p. 60.

¹⁹⁶ Idem, p. 110.

¹⁹⁷ CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais no começo do século XIX. **Revista Brasileira de História**, 2007, n. 53, p. 123-158.

¹⁹⁸ LEMES, Fernando Lobo. Poder local e rede urbana nas minas de Goiás. **História**, São Paulo, 28 (1): 2009, p. 385.

¹⁹⁹ ROSA, 2003, p. 43.

estimada em 7.627 pessoas²⁰⁰. Nessa fase, em Paranaguá havia as irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Brancos, de São Miguel e Almas, de São Benedito, que durante certo período esteve ligada à de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a do Santíssimo Sacramento²⁰¹. Na igreja matriz da Vila de Curitiba, existiram as irmandades de Nossa Senhora da Luz, do Santíssimo Sacramento, de São Miguel e Almas, de Nossa Senhora do Rosário e da Ordem Terceira de São Francisco das Chagas²⁰². No Rio Grande de São Pedro, na década de 1780, sua população era de cerca de 20.000 pessoas, presentes nas regiões de Porto Alegre, Rio Pardo e Rio Grande²⁰³, nas quais se formaram no século XVIII cerca mais de duas dezenas de irmandades religiosas e três ordens terceiras²⁰⁴. As associações que se formaram nessas localidades estiveram relacionadas com suas dinâmicas sociais, sobretudo demográficas, assim como verificamos na fronteira Oeste.

Além das dinâmicas demográficas, o desenvolvimento da configuração social da capitania de Mato Grosso foi produzido por grupos de níveis sociais diferenciados. Existiram diferenças econômicas, políticas e sociais, decorrentes do desenvolvimento da mineração, comércio, produção agrícola e criação, bem como na ocupação de cargos político-administrativos, da justiça ou postos de comando militares. Essa estratificação social delimitou o lugar que cada grupo ocupou nesse espaço no século XVIII.

Como apresentado, a mineração figurou como sua principal atividade econômica. O ouro encontrado serviu para atrair grande leva de colonos para esse espaço. Do mesmo modo como ocorrera em Minas Gerais, os momentos iniciais da mineração foram marcados pela carestia de alimentos e pelos preços exorbitantes dos gêneros alimentícios²⁰⁵. As zonas de extração aurífera estiveram sujeitas ao controle régio, para a cobrança do quinto régio sobre a produção²⁰⁶. Todavia, outras atividades

²⁰⁰ PORTELA, Bruna Maria. **Gentio da terra, gentio da Guiné: a transição da mão de obra indígena para a escravidão africana. (Capitania de São Paulo, 1697-1780)**. 2014, 386f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 151.

²⁰¹ POLETO, Lizandro. **Pastoreiro de almas em terras Brasileiras: a Igreja Católica no “Paraná” até a criação da diocese de Curitiba (XVII-XIX)**. 2010, 136f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 60.

²⁰² POLETO, 2010, p. 61; MORAES, Juliana de Mello. **Sacralização da pobreza: sociabilidades e vida religiosa numa pequena vila da América portuguesa**. 2003, 111f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 51.

²⁰³ GOMES, Luciano Costa. Escravidão e agricultura no Rio Grande de São Pedro, período colonial: sugestão de um modelo de interpretação. **Revista Latino-Americana de História**, vol. 3, n. 10, 2014, p. 89-110.

²⁰⁴ NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana – séculos XVIII e XIX**. 2006, 362f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 80.

²⁰⁵ SILVA, Maria Beatriz Nizza da; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; GOLDSCHMIDT, Eliana Réa. O ouro e as novas fronteiras (1710-1765). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Editora Unesp, 2009, 105.

²⁰⁶ CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004, p. 185-211.

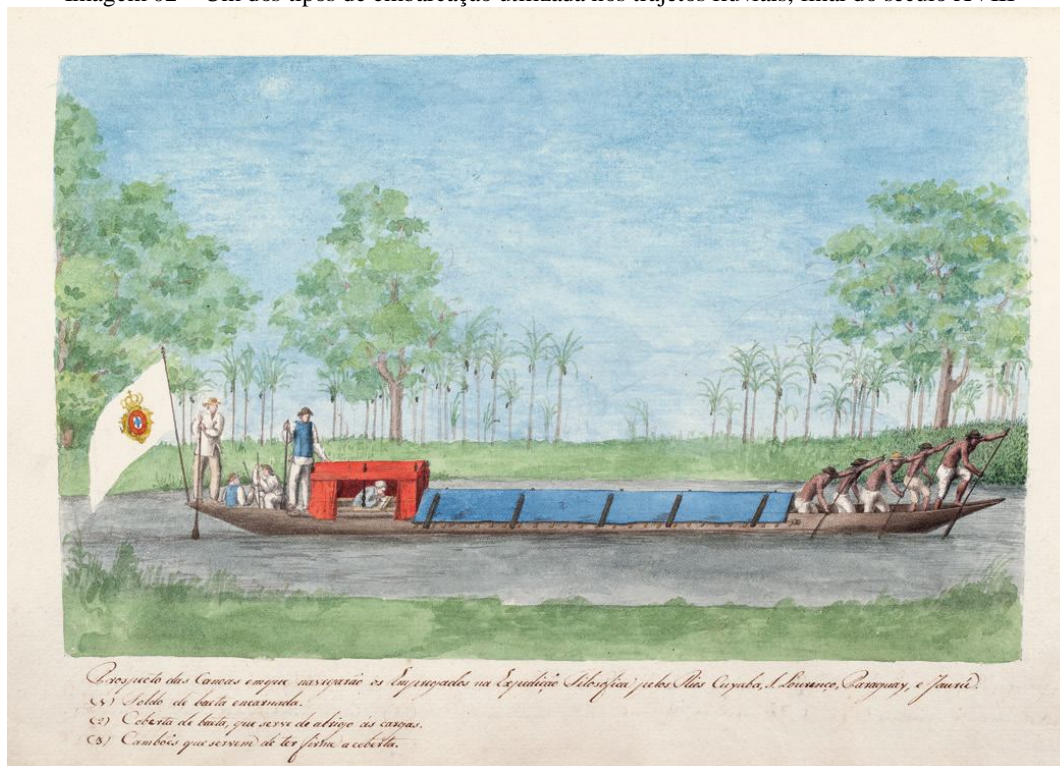
econômicas foram desenvolvidas nessa fase, concomitantes à mineração, colaborando para a consolidação de arraiais, povoados, destacamentos e fortificações militares e das vilas, em especial a agricultura e a criação de gado.

A agricultura se desenvolveu desde o avanço dos luso-paulistas pelos sertões, na medida em que foram plantando roças pelos caminhos percorridos, sobretudo nas proximidades dos rios. Isso fez com que tivessem suporte alimentar para o sucesso da realização de suas atividades sertanistas, do aprisionamento indígena e da busca por metais preciosos. Com a implantação de arraiais e posteriormente com a criação das vilas, a agricultura continuaria atuando como base da oferta de alimentos, coexistindo com a extração aurífera. Somado ao plantio de alimentos, valeram-se os colonos da caça, pesca e coleta de frutos e raízes presentes no espaço mato-grossense.

As atividades criatórias foram igualmente importantes para a efetiva conquista dessas terras da fronteira Oeste. A abertura do caminho por terra ligando Cuiabá a Goiás, em 1736, fez com que o gado fosse introduzido significativamente na capitania, ganhando grande desenvolvimento nos campos do Pantanal. Do gado utilizavam não só de sua força física, como da carne, leite e couro. Sua criação concentrou-se nos arredores da Vila do Cuiabá, como Serra Acima, Rio Abaixo, São José dos Cocais, São Pedro d'El Rei e Vila Maria. Nessa região se instalaram as fazendas de gado de propriedade da Coroa, a exemplo de Cacimba e Caeté. No final do século XVIII, a criação de gado expandiu-se, fazendo com que servisse de justificativa para solicitações de sesmarias, para implantação como para expansão dessa atividade. Outros animais também foram criados, como galinhas, patos, porcos, cavalos, mulas e bestas, tanto para compor a dieta alimentar como para o uso nos trabalhos diários e locomoção²⁰⁷.

²⁰⁷ Sobre a discussão acerca da agricultura e atividades criatórias, ver: GOMES, Masília Aparecida da Silva. **Produção agrícola e práticas alimentares na fronteira oeste. Vila Bela da Santíssima Trindade (1752-1790)**. 2008, 203f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá; OLIVEIRA, Tiago Kramer de. **Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)**. 2012, 312f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Imagem 02 – Um dos tipos de embarcação utilizada nos trajetos fluviais, final do século XVIII



Fonte: Prospecto das canoas em que navegaram os empregados da Expedição Filosófica pelos rios Cuiabá, São Lourenço, Paraguai e Jauru. [Freire ou Codina], c.1785. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), ARF/32, v. 2. Museu Bocage, Lisboa. Apud. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791.** São Paulo: Versal, 2014, p. 177.

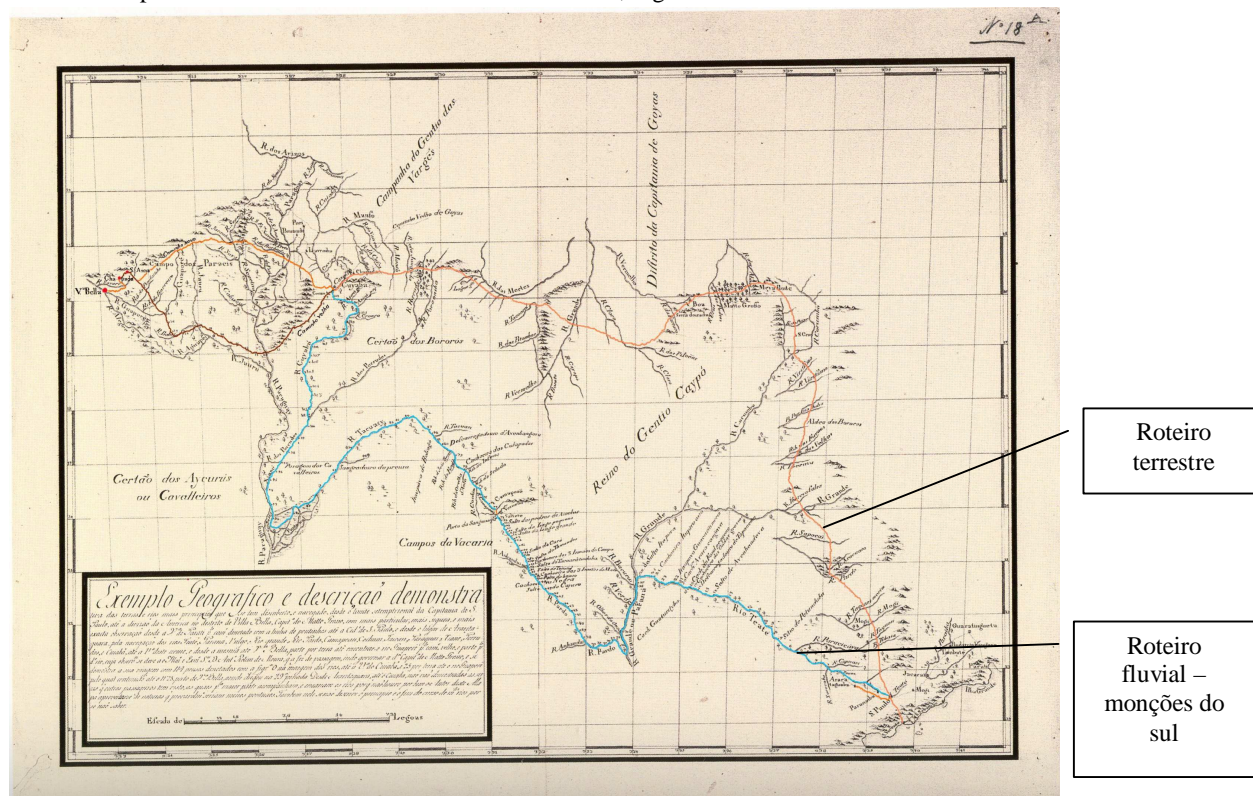
Também vieram produtos trazidos pelas monções que impulsionaram o comércio interno no Mato Grosso e em Cuiabá. As monções eram comboios que atuavam pelas vias fluviais, levando mercadorias, produtos e pessoas até as povoações e vilas. Um dos tipos de embarcações utilizadas pela população para o transporte fluvial foi a canoa, empregada do mesmo modo na expedição filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira²⁰⁸ em meados das décadas de 1780 e 1790 (Imagem 02). O percurso fluvial de São Paulo às Minas do Cuiabá era considerado arriscado e difícil, sobretudo por causa dos ataques indígenas e do tempo para efetuar o trajeto, que demorava de quatro a seis meses²⁰⁹. As viagens monçoeiras tinham a duração relacionada com o volume das águas, decorrentes dos períodos de maior chuva nessas regiões. Ao longo do percurso havia também trechos terrestres chamados “varadouros”, dos quais se passava

²⁰⁸ Sobre a expedição filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira, ver: ANZAI, Leny Caselli. **Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira.** 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília.

²⁰⁹ FERREIRA, Maria Delfina do Rio. **Das Minas Gerais a Mato Grosso: gênese, evolução e consolidação de uma capitania. A ação de Caetano Pinto de Miranda Montenegro.** 1996, 223f. Dissertação (Mestrado em História Moderna) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, p. 39.

da bacia do Paraná para a do Paraguai, até chegar ao rio Cuiabá (Mapa 03). Era comum na primeira parte do caminho transpor as cachoeiras e corredeiras dos rios Tietê, Pardo e Coxim, onde os viajantes tiravam toda a carga das embarcações, transportando-a, juntamente com as canoas, por terra nas costas dos camaradas²¹⁰. Os viajantes preferiam navegar pelo Tietê no tempo seco do inverno, em que a baixa das águas propiciava pesca mais favorável. Quando as águas do rio subiam ao nível máximo, as tripulações padeciam de fome. Todavia, o nível baixo das águas significava mais varações e arrasto de canoas sobre os bancos de areia²¹¹. Pelo caminho terrestre que ligou Cuiabá a Goiás vieram também produtos e pessoas, como rota alternativa aos caminhos fluviais.

Mapa 03 - Roteiro fluvial de São Paulo à Vila Bela, segunda metade do século XVIII



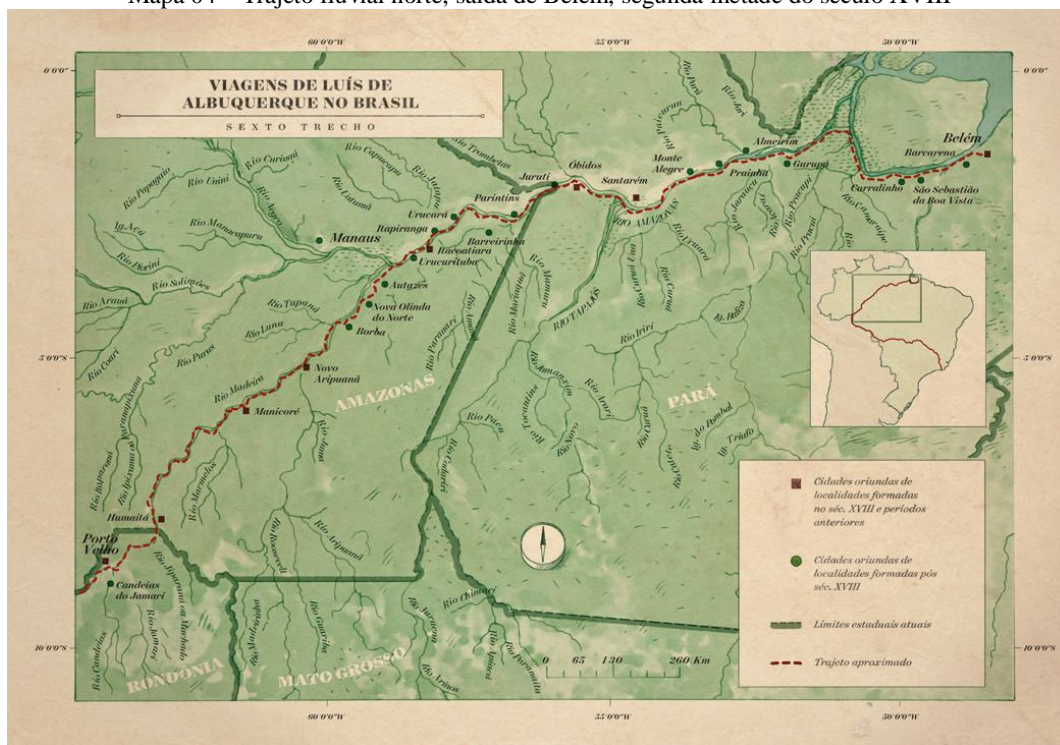
Fonte: Exemplo geográfico e descrição demonstrativa das terras e rios mais principais que se têm descoberto e navegado desde o limite setentrional da capitania de São Paulo, até a divisão da América no distrito de Vila Bela, capitania do Mato Grosso... Autor desconhecido, 1754. Em 2 fls. coladas (46 x 65 cm em fls. de 52 x 71 cm). Cota 18 A, Coleção da Família Albuquerque da Casa da Ínsua, Penalva do Castelo. Apud. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791**. São Paulo: Versal, 2014, p. 106-107.

²¹⁰ CANOVA, Loiva. **Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764)**. 2011, 320f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 86.

²¹¹ CANOVA, 2011, p. 86.

Outro percurso fluvial, as monções do norte ligavam Vila Bela à Belém, através dos rios Guaporé, Mamoré e Madeira, da bacia amazônica (Mapas 04 e 05). No contexto da política pombalina, essa rota foi utilizada pela Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, criada pelo Alvará Régio de 07 de junho de 1755. Essa empresa tinha o monopólio de navegação, comércio e tráfico de escravos destinados ao Maranhão e Pará, mas que também eram destinados à repartição do Mato Grosso, onde estava localizada Vila Bela. O abastecimento deveria ser feito anualmente, de modo a não faltar produtos na vila-capital e na Vila do Cuiabá e nos seus arraiais e povoações vizinhas. Contudo, mesmo com a extinção da Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, no final da década de 1770, o comércio continuou sendo realizado via monções do norte, nessa rota pelos anos posteriores²¹².

Mapa 04 – Trajeto fluvial norte, saída de Belém, segunda metade do século XVIII



Fonte: AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791**. São Paulo: Versal, 2014, p. 295.

²¹² Sobre a Companhia de Comércio do Grão Pará e Maranhão, ver: RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. **A Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão e os homens de negócio de Vila Bela (1752-1778)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

A abertura do comércio com a navegação pela rota Madeira-Guaporé foi importante para a economia de Vila Bela. A duração média de viagem de Belém a Vila Bela era de sete meses. Essa rota havia sido proibida durante a primeira metade do século XVIII, por causa da preocupação dos portugueses com os descaminhos do ouro. Todavia, com a instalação da sede do governo no Guaporé e com as negociações de definição dos limites coloniais americanos pelo Tratado de Madri, a utilização da via foi liberada. No entanto, esse caminho fluvial apresentou problemas semelhantes aos da via do sul, como o trânsito dificultado pelas cachoeiras (Imagem 03), o escasso povoamento e ação de ataques dos índios, especialmente da nação Mura²¹³.

²¹³ CANOVA, 2011, p. 260.

Imagem 03 – Cachoeira da Pederneira, uma das cachoeiras do rio Madeira, trajeto fluvial norte, final do século XVIII



Fonte: Prospecto da cachoeira da Pederneira, da margem do poente, na enseada bem defronte do canal, a 8ª do rio da Madeira. [Freire ou Codina], 1789. Aquarela (42,4 x 23 cm). Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), ARF/33, v. 2. Museu Bocage, Lisboa. *Apud*. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791. São Paulo: Versal, 2014, p. 294.

A dinâmica social apresentada foi importante para o estabelecimento dos grupos sociais e na produção das irmandades religiosas que os representaram na Prelazia do Cuiabá. Esses grupos relacionaram-se à produção sócio-econômica, política e cultural da capitania de Mato Grosso, circunscritos por especificidades próprias, como a pertença às elites locais, aos militares, aos indígenas, africanos e seus descendentes livres, cativos ou forros, conforme discutiremos nos próximos capítulos. As capelas e igrejas também foram explicitadoras desses segmentos e de suas ações na produção do campo religioso católico da fronteira Oeste da América portuguesa.

1.4 A formação dos espaços católicos da Prelazia do Cuiabá

Consideramos dois aspectos importantes na formação da configuração social da capitania de Mato Grosso, a sua localização na fronteira com os domínios hispano-americanos e o desenvolvimento da mineração. Os grupos sociais existentes nesse espaço desenvolveram suas ações marcadas por essas características centrais, incluindo a construção da estrutura eclesiástica constituinte da Prelazia do Cuiabá.

Os territórios hispano-americanos confinantes com a capitania de Mato Grosso eram administrados pelos jesuítas, das províncias de Moxos e Chiquitos (Mapa 06). Na década de 1760, os referidos inacianos tinham dez povoados nas Missões de Chiquitos, denominados São Francisco Xavier, Conceição, São Miguel, São Inácio, São Rafael, Santa Ana, São José, São João, Santiago e Santo Coração, com um total de 18.815 índios. Nas missões de Moxos, os aldeamentos encontravam-se distribuídos por quatro repartições: dos Baurés, com cinco povoados, denominados Conceição, São Joaquim, São Martin, São Simon e São Nicolás; do Mamoré, com seis povoados, denominados Exaltação, Santa Ana, São Francisco Xavier, São Pedro, Trindade e Loreto; dos Pampas, com três povoados, denominados São Inácio, São Borja e Santos Reis; e de Itonamas, com a povoação da Madalena. O total de índios das quinze missões de Moxos perfazia 19.807 almas. Nessa fase, somando-se todo o conjunto de pessoas dessas povoações indígenas temos um conjunto populacional de 38.622 pessoas, diante de cerca de 11 mil habitantes da capitania de Mato Grosso²¹⁴. Essa densidade populacional espanhola, em especial por causa do significativo número de indígenas nas missões, representou um estado de tensão na fronteira. Havia do lado português receio de ataque dos espanhóis às localidades das Minas do Cuiabá e do Mato Grosso.

²¹⁴ ARAÚJO, Renata Klautau Malcher de. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método**. 2000, 627f. Tese (Doutoramento em História da Arte) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, p. 125.

Mapa 06 – Mapa da América portuguesa e as fronteiras com os domínios espanhóis, século XVIII.



Fonte: Mapa de todo o vasto continente do Brasil ou América Portuguesa com as fronteiras respectivamente constituídas pelos domínios espanhóis adjacentes, c.1778. [Oferecido, por Luís de Albuquerque à dona Maria I, para servir de base a um mesmo mapa, reduzido e configurado, em 1778.]. Escala: c.1:2 700 000, 1 grau de latitude = [post. 1777]. Em 4 fls. coladas de 129 x 174 cm em fls. de 141 x 185 cm. Cota A 24 e n. 12 e n. 14, Coleção da Família Albuquerque da Casa da Ínsua, Penalva do Castelo. *Apud*. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791. São Paulo: Versal, 2014, p. 202-203.

Sobre a extração aurífera nas Minas do Cuiabá e do Mato Grosso, para Stuart Schwartz foi crescente até o final da década de 1750. Em toneladas de ouro, de 1721 a 1729, foram extraídas 0,73; de 1730 a 1739, 0,9; de 1740 a 1749, 1 tonelada; de 1750 a 1759, também 1 tonelada. Da década de 1760 ao final do século XVIII ocorreu declínio dessa produção, com cerca de meia tonelada de ouro por cada década dessa fase final²¹⁵. Na fase do apogeu da extração aurífera foi maior o número de igrejas e capelas, construídas através da participação financeira dos seus moradores.

O processo de formação e desenvolvimento dos espaços católicos da Prelazia do Cuiabá foi ainda marcado pela atuação dos grupos políticos que administraram essa fronteira Oeste, de acordo com seus interesses e os da monarquia portuguesa. Isso ocorreu dentro de algumas etapas. De 1719 a 1736, verificamos os momentos iniciais da ação de conquista do espaço pelos bandeirantes, sertanistas e mineradores. Esse primeiro grupo de poder local conjugou uma aliança com o Governador e Capitão-General Rodrigo César de Meneses, da capitania de São Paulo, da qual as minas cuiabanas faziam parte. Num segundo momento, de 1736 a 1752, as instituições representativas da monarquia portuguesa passaram a ser ocupadas por reinóis, ocorrendo a substituição dos luso-paulistas pelos nomeados do rei. Em 1747 iniciaram-se as discussões que dariam origem ao Tratado de Madrid. A defesa da fronteira Oeste provocou o desmembramento da capitania de São Paulo, dando origem à criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, e a fundação de sua vila-capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752, encerrando esta segunda fase.

A terceira fase, que se iniciou a partir da segunda metade do século XVIII, caracterizou-se pela atuação dos governadores e capitães-generais, da recém criada capitania de Mato Grosso, indo até a escolha de um prelado para a Prelatura de Cuiabá, em 1803. Entendemos que esses governadores tiveram como principal intuito a consolidação da fronteira com os domínios hispano-americanos, por causa das negociações dos Tratados de Limites, em especial o de Madrid, de 1750 e o de Santo Ildefonso, de 1777, e por causa do contexto europeu da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) e dos seus reflexos, por anos posteriores, na América do Sul.

Em 1762, a fronteira noroeste de Portugal foi invadida por tropas francesas e espanholas, que objetivavam desestabilizar as relações entre portugueses e ingleses. Essa tensão luso-castelhana se prolongou na América no decorrer dos anos. Em abril de 1763, as forças espanholas lideradas por D. Pedro de Cevallos ocuparam militarmente a Colônia de Sacramento, os fortes de São Miguel e de Santa Tereza, e o Rio Grande de

²¹⁵ SCHWARTZ, 1998, p. 88.

São Pedro. Esse domínio espanhol no sul da América portuguesa perdurou de 1763 a 1776, culminado na guerra ocorrida de 1774 a 1777. Todavia, os palcos da guerra não se restringiam às fronteiras do Rio Grande de São Pedro e as autoridades portuguesas temiam invasões à costa litorânea, pela ilha de Santa Catarina, vilas de Paranaguá, Santos e Rio de Janeiro. O espaço da capitania de Mato Grosso foi também focos de conflito entre as monarquias Ibéricas²¹⁶. Os portugueses haviam empreendido um ataque à missão espanhola de São Miguel, no ano de 1762²¹⁷, e à estacada espanhola de São Pedro de Moxos, no ano de 1763. As autoridades hispano-americanas, nesse contexto, planejaram expulsar os portugueses das Minas do Cuiabá e do Mato Grosso, e para isso formaram duas expedições, em 1763 e 1766. Mobilizaram recursos materiais e humanos no Vice-Reino do Peru, especialmente nas Missões de Moxos e Chiquitos. Essas expedições foram compostas por milicianos recrutados nas cidades altas do Peru, mas padeceram de epidemias, hesitações e deserções, levando a sua não efetivação²¹⁸.

A instalação de núcleos de defesa e de povoamento produziu uma barreira material e humana na fronteira Oeste. A rede de igrejas e capelas construídas nesse período correspondeu a esse movimento de legitimação de posse dessas terras para os domínios portugueses. Em 1803, a Mesa da Consciência e Ordens selecionou o primeiro prelado a tomar posse da Prelatura do Cuiabá, pondo fim ao longo período de vacância. Para Renata Klautau Malcher de Araújo, os governadores e capitães-gerais da capitania de Mato Grosso atuaram alinhados com as disposições pombalinas. Enquanto estiveram no poder agiram na defesa da fronteira e nas fundações de povoações²¹⁹.

As freguesias e comarcas eclesiásticas que compuseram a Prelazia do Cuiabá se formaram inicialmente pelo avanço bandeirante luso-paulista sobre terras que pertenciam à Espanha, segundo o Tratado de Tordesilhas de 1494. Os achados auríferos levaram à formação de arraiais, com suas capelas. Esse embrião religioso católico foi empreendido por luso-paulistas, que almejavam aprisionar indígenas e extrair metais preciosos. Foi uma ação de conquista e de produção do espaço, em que pesava o embate com variados grupos de ameríndios, que foram sendo incorporados nesse processo,

²¹⁶ SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Fernando Prestes de; PAULA, Leandro Francisco de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (orgs.). **Temas setecentistas: governos e populações no Império português**. Curitiba: UFPR – SCHLA / Fundação Araucária, 2008, p. 68-75.

²¹⁷ CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos Impérios nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)**. 2012, 595f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 307.

²¹⁸ CARVALHO, 2012, p. 388-390.

²¹⁹ ARAÚJO, 2000, p. 543.

assim como na importação de africanos. A formação de vilas, arraiais, fortificações militares e povoados fez com que a estrutura eclesiástica se ampliasse de acordo com os interesses dos grupos sociais existentes nesse espaço. O desenho dessa figuração eclesiástica inseriu-se no processo de constituição político-administrativa da capitania de Mato Grosso, uma área limítrofe com os domínios hispano-americanos²²⁰.

A fase da ocupação desse espaço pelos bandeirantes, sertanistas e mineradores, de 1719 a 1736, demonstra-nos como uma elite formada pelos primeiros conquistadores estabeleceu uma aliança com a monarquia portuguesa através do Governador e Capitão-General Rodrigo César de Meneses. Foi esse grupo o responsável pela construção de igrejas e capelas onde se formaram as primeiras irmandades religiosas. Contudo, africanos e seus descendentes também levantaram suas capelas nesse período, e igualmente às suas custas. Esse foi um movimento no qual indivíduos e grupos de diferentes níveis dessa configuração social demandaram mensagens religiosas, bens da salvação e formas de distinções sociais.

Muitos arraiais, minas e lavras foram surgindo com o desenvolvimento da extração aurífera, sobretudo nas proximidades dos rios Coxipó e Cuiabá, momento em que capelas e igrejas foram sendo levantadas nas primeiras décadas do século XVIII. Entre os anos de 1718 e 1722, foram construídas capelas nos núcleos iniciais da mineração, a de São Gonçalo e a de Nossa Senhora da Penha de França, nos arraiais de São Gonçalo e da Forquilha, nas proximidades do rio Coxipó²²¹.

No ano de 1722, com a descoberta de novas lavras às margens do córrego da Prainha, afluente do rio Cuiabá, foi erguido o arraial do Cuiabá, o que fez com que a concentração populacional se desse no entorno dessa jazida aurífera. Nesse espaço, levantou o Capitão Mor Jacinto Barbosa Lopes uma igreja à sua custa, coberta de palha, dando-lhe o título de Igreja do Senhor Bom Jesus²²². Ainda nesse arraial foi levantada a primeira capela construída pelos pretos, dedicada a São Benedito, no lugar chamado depois de Rua do Sebo, mas que acabou ruindo, não sendo novamente levantada²²³. Em 1724 surgiu o Arraial de Nossa Senhora da Conceição, com uma capela dedicada à

²²⁰ VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819**. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987, p. 30.

²²¹ SÁ, José Barbosa de. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá: Editora UFMT, 1975, p. 13.

²²² Essa igreja passou a ser a sede de freguesia a partir do ano de 1733. Antes disso, a sede da freguesia foi a igreja de Nossa Senhora Penha de França, do Arraial da Forquilha.

²²³ SÁ, 1975, p. 11-15.

santa, Arraial do Ribeirão, Arraial do Jacé, Lavra do Mutuca; em 1728, as Minas do Alto Paraguai; em 1730, o Arraial dos Cocais (Imagem 04)²²⁴.

Imagem 04 – Arraial dos Cocais, década de 1820.



Fonte: Cocais, próximo a Cuiabá. Hercule Florence, 1827. Aquarela (21 x 35,9 cm). Arquivos da Academia de Ciências/Filial de São Petersburgo da Academia de Ciências da Rússia, São Petersburgo. *Apud*. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791. São Paulo: Versal, 2014, p. 111.

²²⁴ JESUS, Nauk Maria de. **O Governo local na Fronteira Oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII**. Dourados: Ed. UFGD, 2011, p. 25-26.

Imagem 05 - Vista da Vila do Bom Jesus do Cuiabá, década de 1770.



Fonte: Vistas da Vila do Bom Jesus do Cuiabá. Salvador Franco da Mota [?], 1772. (38 x 55 cm; 24 x 43 cm). Cotas n. 50 e n. 51, Coleção da Família Albuquerque da Casa da Ínsua, Penalva do Castelo. *Apud*. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791. São Paulo: Versal, 2014, p. 125.

A exploração das minas do arraial do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, realizada inicialmente pelos primeiros conquistadores, passou a ser controlada de perto pela Coroa portuguesa. Em 1726, o Governador e Capitão-General da capitania de São Paulo, Rodrigo César de Meneses, se deslocou para as minas cuiabanas com o intuito de instalar ali uma estrutura de fiscalização, controle, administração e justiça em nome da metrópole. Isso representou o começo da mudança do controle das minas auríferas das mãos dos mineradores e sertanistas para as mãos dos representantes da monarquia. Isto se fez sentir com a elevação do arraial do Cuiabá para a categoria de vila. No dia 27 de janeiro de 1727, Rodrigo César de Meneses mandou levantar pelourinho, escolheu algumas casas para servir de sede do Senado da Câmara (Imagem 05). Tomou posse nesse momento, como Ouvidor das minas do Cuiabá, Antônio Álvares Lanhas Peixoto, para instruir o que fosse necessário para a administração e justiça²²⁵.

Segundo Carlos Alberto Rosa, a criação da vila visou garantir condições básicas de governabilidade, no interior de um sistema comum a outros domínios portugueses nos quatro cantos do mundo²²⁶. Para Luiza Rios Ricci Volpato, com a Vila do Cuiabá se estabelecia uma ligação maior do núcleo com a sede da capitania de São

²²⁵ SÁ, 1975, p. 19.

²²⁶ ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos Alberto, JESUS, Nauk Maria de (orgs.). **A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial**. Cuiabá: Adriana, 2003, p.16.

Paulo, da qual fazia parte. Foram transmitidas com esse ato perspectivas de estabilidade, de durabilidade do povoado, merecendo a atenção das autoridades coloniais²²⁷.

Na década de 1730 a rede de igrejas cresceu com o avanço da expansão de ocupação das terras próximas às zonas de mineração. Diversas localidades se dedicaram ao plantio de vários gêneros alimentícios que serviriam para o abastecimento da população, bem como a instalação de engenhos. Uma capela dedicada a Santo Antônio foi construída dentro do espaço da freguesia do Cuiabá, a partir de 1734, em terras de engenhos situados no entorno do rio Cuiabá, conhecidas como Rio Cuiabá Abaixo. Essa construção foi realizada através da doação de parte das terras pertencentes aos engenhos dos capitães Manoel de Silveira Sampaio e João Mendes Coelho, que também doaram 100 oitavas de ouro para a compra de paramentos à capela²²⁸.

As investidas dos sertanistas e mineradores continuaram sobre o território. Ainda nessa fase, encontraram ouro no rio Galera, próximo ao Sararé, afluentes do rio Guaporé. As características da vegetação desse espaço, com florestas mais densas, próprias de uma região amazônica, serviram para nomear as novas minas como “Mato Grosso”. Foi intenso o fluxo de pessoas para essas novas lavras, levando à formação de arraiais e igrejas, como Arraial de Nossa Senhora do Pilar, Arraial de Santa Ana e Arraial de São Francisco Xavier da Chapada.

O agrupamento de pessoas no Arraial de Nossa Senhora do Pilar (Mapa 07) ocorreu por volta de 1735. Estava situado entre o Arraial de Santa Ana e as lavras do córrego Monjolo²²⁹. Possuía uma capela, construída pela iniciativa de seus moradores, dedicada a Nossa Senhora do Pilar²³⁰. Com o passar dos anos, essa capela precisou ser reedificada, por estarem suas paredes feitas de madeira muito danificadas, “comidas de cupim”. O aumento da população desse arraial também fez com que reedificassem a capela de Nossa Senhora do Pilar, arcando seus moradores com os custos²³¹. Seus moradores além de custearam as obras dessa igreja pagaram do mesmo modo os sacramentos que eram ministrados pelos padres nas desobrigas, uma vez ao ano.

²²⁷ VOLPATO, 1987, p. 31.

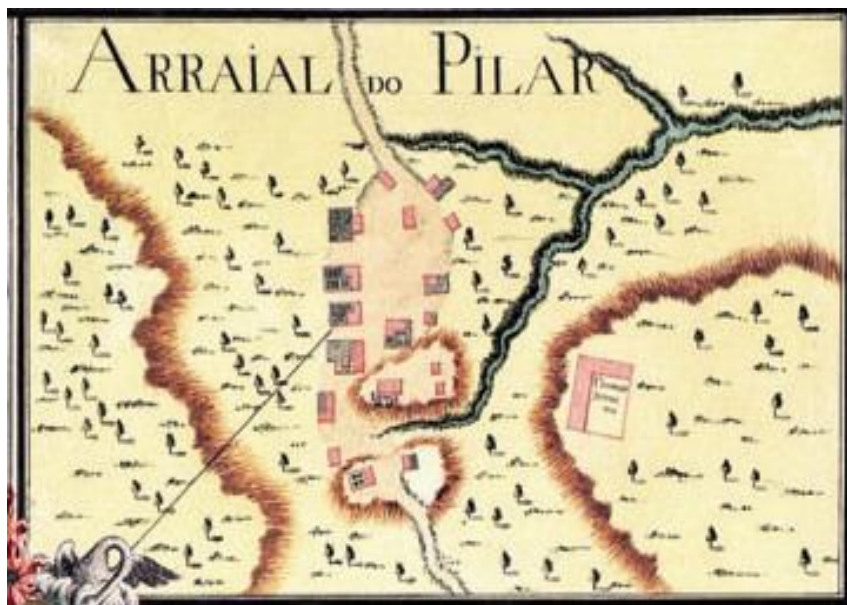
²²⁸ ACBM/IPDAC Pasta 90 – nº 2117 Caixa 24. Escritura de doação que fez Manuel da Silveira Sampaio e o capitão João Mendes Coelho, de 100 oitavas de ouro a juros de seis e quatro por cento, para ereção de uma capela que seria construída no engenho Rio Cuiabá Abaixo, em homenagem a Santo Antônio. Cuiabá, 24 de dezembro de 1734.

²²⁹ LUCÍDIO, João Antônio Botelho. A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII. **Relatório final de pesquisa do Projeto Fronteira ocidental - Arqueologia e História: Vila Bela da Santíssima Trindade**. Cuiabá: SEDUC-MT, 2004, p. 16.

²³⁰ AMADO, Janaína; ANZAI, Leny Caselli. **Anais de Vila Bela (1734-1789)**. Cuiabá: EdUFMT, 2006, p. 48.

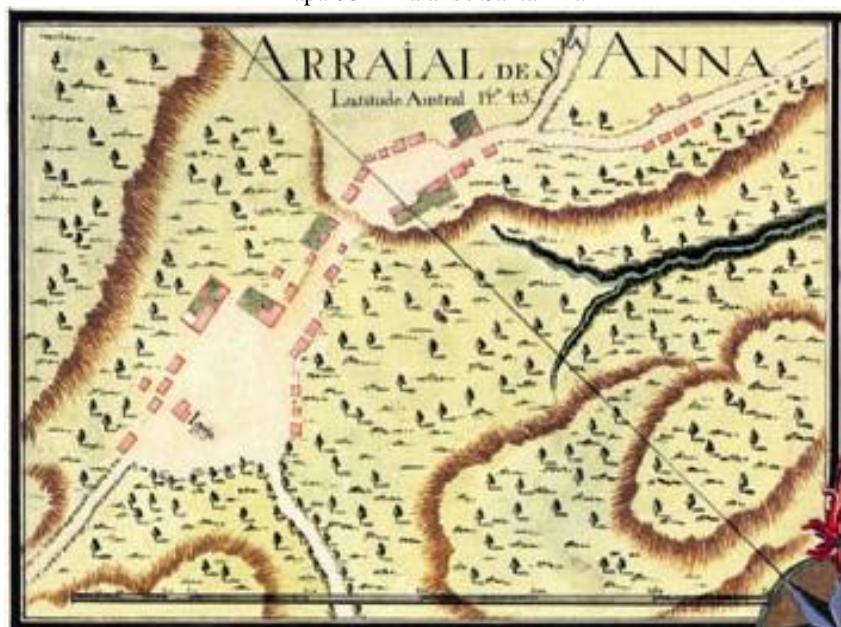
²³¹ AMADO & ANZAI, 2006, p. 59.

Mapa 07 – Arraial do Pilar



Fonte: GARCIA, João Carlos (coord). **A mais dilatada vista do mundo: inventário da Coleção Cartográfica da Casa da Índia**. Portugal, 2000, p. 197.

Mapa 08- Arraial de Santa Ana



Fonte: GARCIA (coord) *op. cit.*, p. 197.

Por volta do mesmo ano de 1735 também teve início à formação do mencionado Arraial de Santa Ana, localizado nas proximidades do rio Sararé, afluente do rio Guaporé, formador da Bacia Amazônica. Os moradores desse arraial também construíram uma capela, feita de pau-a-pique e coberta de palha, dedicada à Santa Ana, nomeadora da povoação. Posteriormente, foi o templo religioso reedificado e coberto de telhas. Essa região era considerada de clima quente, provida de boa lenha e madeiras e campos para o gado²³². No caminho para o largo da capela (Mapa 08), percebemos a construção de casas de seus moradores, que eram mineradores. A formação do espaço religioso nesse arraial representava ainda a estabilidade desse povoado.

Um novo processo se desenvolveu de 1736 a 1752. Instituições representativas da monarquia portuguesa passaram a ser ocupadas por reinóis, ocorrendo a substituição dos luso-paulistas pelos nomeados do rei. Isto se intensificou com a criação da capitania de Mato Grosso em 1748 e com a fundação de sua vila-capital, Vila Bela da Santíssima Trindade, em 1752. Como destacamos, essa ainda foi uma fase de crescimento da mineração, alcançando produção de cerca de uma tonelada por década. Isso se fez refletir na quantidade de igrejas e capelas formadas nessa fase.

Mapa 09 - Arraial de São Francisco Xavier da Chapada



Fonte: Fonte: GARCIA (coord) *op. cit.*, p. 198.

²³² LUCÍDIO, 2004, p.17.

Pertencendo igualmente ao espaço da região do Guaporé, em 1736 foram lançados editais para repartir datas minerais que levaram à formação do Arraial de São Francisco Xavier (Mapa 09). No ano seguinte, os mineiros dessa povoação construíram uma capela de madeira e coberta de palha dedicada ao santo nomeador do arraial. Foi grande o crescimento econômico e populacional desse arraial, fazendo com que no ano de 1739 possuísse a maior parte da população das Minas do Mato Grosso²³³. Todo esse desenvolvimento fez com que no ano de 1743 sua igreja se tornasse sede de uma nova freguesia, responsável pelas capelas das Minas do Mato Grosso.

Na década de 1740, verificamos que a população do Arraial de São Francisco Xavier se movimentou para a construção de uma nova igreja, construída de pedra e coberta de telha de barro cozido. Essa iniciativa não contou com o custeio de recursos provenientes da cobrança dos dízimos, mas obteve auxílio financeiro da Irmandade do Santíssimo Sacramento²³⁴. Os membros dessa irmandade do Arraial de São Francisco Xavier eram mineradores e em nome dessa associação ajudaram a custear a reconstrução de sua igreja. É provável que essa associação tenha obtido datas minerais ou angariasse recursos provenientes mineração²³⁵.

Como mencionamos, nessa década foi criada uma nova freguesia nas Minas do Mato Grosso, com sede na igreja de São Francisco Xavier. Isso fez com que a rede de capelas e igrejas construídas na fronteira Oeste gerasse duas comarcas eclesiásticas, uma com sede no Arraial de São Francisco Xavier e outra na Vila do Cuiabá, na igreja matriz do Senhor Bom Jesus. O desenvolvimento da estrutura católica, como apresentamos, ocorreu pela atuação da população desses espaços, que com seus recursos e com sua força de trabalho edificaram os templos religiosos.

A pertença de uma capela a uma das comarcas eclesiástica gerou conflitos. Um exemplo foi o ocorrido no ano de 1746, diante da descoberta das Minas dos Arinos, pelo Mestre de Campo Antônio de Almeida Falcão e seus filhos José de Almeida e Pascoal Falcão. Nessa localidade levantaram uma igreja e formaram um arraial, e logo passaram a lavrar as minas. Todavia, foi preciso integrar essa capela do Arraial dos Arinos a uma das freguesias mencionadas, o que gerou grande conflito entre os Vigários de Vara, padre Manoel Bernardes Martins Pereira, da Vila do Cuiabá, e o padre Bartolomeu Gomes Pombo, das Minas do Mato Grosso. Ambos os padres queriam a jurisdição da

²³³ Idem, p.15-19.

²³⁴ AMADO & ANZAI, 2006, p. 47.

²³⁵ Não encontramos indícios do desenvolvimento ou continuidade dessa irmandade do Santíssimo Sacramento do Arraial de São Francisco Xavier nas demais décadas do século XVIII. Isso ocorreu em grande parte porque sua igreja deixou de ser paróquia com a fundação de Vila Bela, como vila-capital, e com a edificação de sua igreja matriz, nova sede da freguesia do Mato Grosso, na década de 1750.

capela e lançaram excomunhões um sobre o outro e sobre seus opositores, “pregaram os papéis das excomunhões na porta da capela que o povo havia fabricado”²³⁶.

Isso nos mostra como era importante para os padres disporem de uma capela sob sua administração, sobretudo pelas possibilidades de arrecadação de recursos advindos da mineração. Como esses padres eram encomendados e não tinham cômputos pagas através dos recursos da Fazenda Real, recebiam seus emolumentos e concessões através das desobrigas e demais serviços litúrgicos nas igrejas e capelas pertencentes à sua comarca eclesiástica. Contudo, a extração aurífera foi efêmera em muitas dessas novas lavras, como acabou acontecendo ao referido Arraial dos Arinos. Seus moradores acabaram se retirando, deixando casas, roças e a própria capela para trás.

Muitos dos que tinham ido lavrar no Arraial dos Arinos se dirigiram para outro descoberto, nas proximidades do rio Paraguai, para onde foram muitas pessoas, formando o Arraial do Paraguai, com uma capela dedicada a Nossa Senhora do Bom Parto. Contudo, o exame dessas novas minas, feito pelo Ouvidor Manoel Dias da Silva, constatou a presença de diamantes, fazendo com que fossem expulsos por ordem da monarquia, que detinha a exclusividade de exploração das zonas de extração de tais pedras preciosas. Isso fez com que seus moradores tivessem suas casas queimadas e fossem presos os descobridores, porém alguns acabaram fugindo²³⁷.

Frisamos que esses espaços católicos construídos pela ação de conquista de sertanistas e mineradores se formaram em terras que pertenciam à monarquia espanhola. No entanto, ainda nessa década de 1740, no reinado de D João V, diante da proximidade de seu governo com o Papado de Bento XIV, a Igreja reconheceu o direito da posse portuguesa dessas áreas mineradoras, considerada zona de litígio entre as Coróias ibéricas. Foi criada a Prelazia de Cuiabá sobre essa área no ano de 1745.

A criação da Prelazia de Cuiabá e da capitania de Mato Grosso foram eventos relacionados, como demarcações do poder religioso e civil. Esse espaço era pertencente à capitania de São Paulo e sua individualização serviu de importante ação geopolítica, sobretudo por ser acompanhada da construção de uma vila-capital localizada nos limites da fronteira com os domínios espanhóis, próxima das missões jesuíticas castelhanas de Moxos e Chiquitos. Vila Bela da Santíssima Trindade foi fundada pelo Governador e Capitão-General D. Antônio Rolim de Moura, às margens do rio Guaporé, na região das minas e arraiais do Mato Grosso, em 1752 (Mapa 10).

²³⁶ SÁ, 1975, p. 44.

²³⁷ Idem, p. 44-45.

Mapa 10 – Mapa da bacia do rio Guaporé, década de 1770.



Fonte: Mapa da bacia do Guaporé, c. 1772. Escala c.1:2 100 000, 1 grau de latitude = 5,4 cm. Em fl. De 35 x 46 cm colada em fl. de 39 x 50 cm. Cota CG 40, Coleção da Família Albuquerque da Casa da Ínsua, Penhalva do Castelo. *Apud.* AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791. São Paulo: Versal, 2014, p. 221.

A terceira fase do desenvolvimento da estrutura eclesiástica da fronteira Oeste da América portuguesa caracterizou-se pela atuação dos governadores e capitães-generais, da recém criada capitania de Mato Grosso, no intuito de consolidar a fronteira com os domínios hispano-americanos, num contexto de negociação dos Tratados de Limites e de conflitos com a Espanha e França. Essa etapa vai até o ano de 1803, quando a Mesa da Consciência e Ordens definiu a seleção e posse do primeiro prelado da Prelatura do Cuiabá, pondo fim ao longo período de vacância do cargo, existente desde 1745. A extração aurífera viu seu auge ocorrer até o final da década de 1750, pois logo em seguida sua produção sofreu uma queda de 50%, meia tonelada por década até o final do século XVIII. Começamos pelo governo de D. Antônio Rolim de Moura, compreendido de 1752 a 1765. Em seguida, para o período da administração de João Pedro da Câmara, de 1765 a 1769. Depois para o governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho, de 1769 a 1772. Para o longo governo de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, de 1772 a 1789, e pelo governo do seu irmão, João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, de 1789 a 1796. Encerrando a discussão, pelo governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro, de 1796 a 1803.

Com a assinatura dos Tratados de Limites, o desenho territorial da América portuguesa foi sendo definido na segunda metade do século XVIII²³⁸. Os reis Fernando VI, de Espanha, e D. João V, de Portugal, celebraram o Tratado de Madri a 13 de janeiro de 1750. Almejavam definir a totalidade dos limites entre suas possessões na América do Sul. Para esse trabalho, constituíram as chamadas “partidas”, ou seja, as expedições mistas que tinham por finalidade reconhecer e demarcar os limites. Com relação à região da bacia do Alto Rio Paraguai, constituidora da capitania de Mato Grosso, essa tarefa coube à Terceira Partida, composta por cartógrafos, médicos, oficiais de infantaria, camaradas e práticos para os serviços gerais²³⁹.

Com o Tratado de Madri, Portugal intentou assegurar as terras conquistadas pelos sertanistas paulistas no oeste e sul do Estado do Brasil. Ao norte, no vale amazônico, era preciso garantir a defesa daquele território diante da possibilidade de investidas de franceses, holandeses, espanhóis e ingleses²⁴⁰. O principal parâmetro adotado para justificativa da ocupação era o princípio do *uti possidetis*, ou seja, da ocupação efetiva do espaço. Dessa forma, as terras ocupadas pelos luso-brasileiros ficariam incorporadas ao Império português²⁴¹. O estabelecimento do *uti possidetis* materializou-se sobre os territórios fronteiriços através da instalação de fortes militares, povoações e reduções de índios²⁴². Portugal cedeu a Colônia de Sacramento e a Coroa espanhola reconheceu a ocupação lusitana das margens orientais do Guaporé, Madeira, Paraguai e Paraná²⁴³. As preocupações geopolíticas na América do Sul estiverem presentes sobretudo na administração de D. José I e de seu primeiro ministro, o Marquês de Pombal. Apesar do Tratado de Madri ter sido negociado em 1750, enfrentaram a tarefa inevitável de implementar o referido acordo, para delinear as fronteiras de seus territórios coloniais na América do Sul²⁴⁴.

²³⁸ FERREIRA, Maria Delfina do Rio. **Das Minas Gerais a Mato Grosso: gênese, evolução e consolidação de uma capitania. A ação de Caetano Pinto de Miranda Montenegro**. 1996, 223f. Dissertação (Mestrado em História Moderna) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto, p. 09.

²³⁹ COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Estação Liberdade, Kosmos, 1999, p. 214.

²⁴⁰ CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do Império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII**. 2008, 286f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 66.

²⁴¹ CHAVES, 2008, p. 71.

²⁴² CARVALHO, 2012, p. 37.

²⁴³ VEIGA, Afonso Costa Santos. **Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres: Governador e Capitão-General de Cuiabá e Mato Grosso**. 2.ed. Arouca, Portugal: R.I.R.S.M.A., 2001, p. 62-63.

²⁴⁴ MAXWEL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996, p. 52.

As ações empreendidas de criação da Prelazia do Cuiabá (1745), da capitania de Mato Grosso (1748) e da fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade (1752) serviram para legitimar a posse das terras da fronteira Oeste aos portugueses. Mas com as negociações dos Tratados de Limites, sobretudo o de Madri, de 1751, e o de Santo Ildefonso, de 1777, a monarquia portuguesa buscou ainda mais construir edificações para assegurar esse domínio. Era preciso demonstrar o princípio *do uti possidetis*, da posse e uso do espaço conquistado, levando à formação de novas construções na capitania de Mato Grosso, dentre as quais, Fortaleza de Nossa Senhora da Conceição (década de 1750) / reedificada e renomeada Fortaleza de Bragança (1771), Fortaleza de Coimbra (1775), Fortaleza do Príncipe da Beira (1776), Povoação de Albuquerque (1778), Casalvasco (1783)²⁴⁵. Nessas guarnições militares também foram construídas capelas que compuseram a crescente estrutura eclesiástica local.

O primeiro Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso, D. Antônio Rolim de Moura Tavares (1751-1765)²⁴⁶, tomou posse do governo no dia 17 de janeiro de 1751²⁴⁷. Seguindo as determinações da monarquia, fundou a vila-capital, levantou seu Pelourinho, a câmara municipal e nomeou oficiais de Justiça. Em 1752, no local de edificação de Vila Bela, deu ordem para que fizessem quase sobre o porto do rio Guaporé uma capela coberta de palha, dedicada a Santo Antônio. Nessa igreja celebraram missas até o fim do mesmo ano. Todavia, essa construção tinha um caráter provisório, pois logo em seguida foi construída outra igreja maior, ainda dedicada a Santo Antônio, em substituição à antiga capela, na praça e lugar destinado para se fazer a matriz da Santíssima Trindade²⁴⁸. A capela de Santo Antônio serviu de igreja matriz, por ordem do bispo do Rio de Janeiro, D. Antônio do Desterro. Isso fez com que a matriz de Vila Bela se tornasse a nova sede da freguesia do Mato Grosso, em 1754.

Rolim de Moura recebeu instruções da Coroa para atuar em seu governo na capitania de Mato Grosso. Dentre as quais, a fundação de missões religiosas para a evangelização dos grupos indígenas, uma na repartição do Mato Grosso e outra na

²⁴⁵ Sobre o assunto, ver: OLIVEIRA, Edevamilton de Lima. **A Povoação Regular de Casal Vasco e a fronteira Oeste do Brasil Colônia (1783-1802)**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá, UFMT, 2003; MORAES, Maria de Fátima Mendes Lima de. **Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste (1778-1801)**. Dissertação de Mestrado, Cuiabá, UFMT, 2003; COSTA, Maurim Rodrigues. **Vila Bela da Santíssima Trindade: um planejamento urbano no interior da América portuguesa (1734-1765)**. Dissertação de Mestrado, Cuiabá, UFMT, 2003; CHAVES, 2008.

²⁴⁶ Sobre o governo de Antônio Rolim de Moura, consultar: CANOVA, Loiva. **Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764)**. 2011, 320f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

²⁴⁷ FERREIRA, 1996, p. 45.

²⁴⁸ AMADO & ANZAI, 2006, p. 52-53.

repartição do Cuiabá. Para cumprir essa ordem régia, vieram para essa capitania padres da Companhia de Jesus, sendo eles Estevão de Castro e Agostinho Lourenço. No termo do Cuiabá, foi criada a Missão de Santa Ana do Santíssimo Sacramento (Imagem 06), na região de Serra Acima ou Chapada, no ano de 1751. Nesse espaço, formaram uma primeira igreja num lugar chamado *aldeia velha*. O corpo dessa Missão era composto por índios considerados *mansos*, tirados da administração dos moradores da Vila do Cuiabá e vizinhanças, e estabelecido à custa da Fazenda Real. Na antiga capela, colocaram os padres jesuítas “um altar, que forraram de papéis pintados, onde colocaram a Senhora Santa Ana como orago no meio, e nos lados a São Inácio de Loyola e São Francisco Xavier, aquele ao do Evangelho, e este ao da Epistola”²⁴⁹. No termo do Mato Grosso, foi fundada a aldeia de São José, nas margens do rio Guaporé. Para construir ali uma capela e acomodar os índios, o padre Agostinho Lourenço visitou o espaço e analisou o que era preciso para essa instalação, como roçar o mato e armar ranchos. Todavia, a fixação dos índios foi considerada difícil, sobretudo pela ausência de povoações vizinhas que dessem suporte às necessidades dos moradores²⁵⁰.

Imagem 06 – Vista da Vila de Guimarães, década de 1820.



Fonte: Vista da Vila de Guimarães. Aimé-Adrien Taunay, 1827. Aquarela negra (33 x 28,8 cm). Arquivos da Academia de Ciências/Filial de São Petersburgo da Academia de Ciências da Rússia, São Petersburgo. *Apud*. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791. São Paulo: Versal, 2014, p. 111.

²⁴⁹ **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**, 2007, p. 114.

²⁵⁰ AHU – Mato Grosso. Caixa 08. Doc. 521. Ofício do [governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura Tavares ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real sobre a fundação da aldeia de São José e os problemas com os padres espanhóis sobre os limites estabelecidos pelo Tratado. Vila Bela, 29 de junho de 1756.

A formação de missões e aldeamentos indígenas deu-se em conformidade com o que previa a legislação portuguesa. A Lei de 1º de abril de 1680 proibia todo tipo de cativeiro de índios sem qualquer exceção. Todos os índios encontrados em cativeiro deveriam ser encaminhados para os aldeamentos missionários e tratados como livres²⁵¹. A Lei de 21 de dezembro de 1686, denominada *Regimento das Missões do Estado do Maranhão e Grão-Pará*, previa que a administração dos índios aldeados passasse com exclusividade para o controle dos religiosos, tanto no que dizia respeito ao governo espiritual quanto ao temporal e político. Dentre suas determinações, haveria nos aldeamentos e missões um Procurador dos Índios, o qual deveria ser exercido por um morador. Ficava proibida a moradia de homens brancos e mestiços nos aldeamentos e somente aos missionários era permitido acompanhar os índios. Os missionários tinham a incumbência de descender novas aldeias para o aumento da população, cujos índios eram necessários para a defesa do Estado e utilização no serviço dos moradores. A repartição dos índios aldeados seria feita em duas partes, ficando uma parte no aldeamento enquanto a outra servia aos moradores e à Coroa. Os índios eram considerados livres e, portanto, teriam seus serviços pagos por salários a serem estipulados conforme a especificidade local²⁵².

Para além desses aspectos normativos, o que se observou na fronteira Oeste foi o explícito uso da mão de obra indígena de forma compulsória, nos serviços domésticos e nas atividades econômicas locais. Os grupos indígenas que ofereceram resistência ao avanço da conquista territorial foram considerados como uma força interna a ser combatida pelos grupos militares, políticos e elites locais. Com as reformas pombalinas, as missões ou aldeamentos passaram ao controle das autoridades políticas da capitania de Mato Grosso, acompanhadas pelos juízes de fora e Ouvidores. O lugar atribuído aos índios nesse contexto estava circunscrito a sua utilidade como força de trabalho para os colonos, catecúmenos para os missionários e também povoadores para a metrópole.

Segundo Julita Scarano, o governo lusitano impediu a permanência dos padres regulares nas regiões mineradoras no século XVIII, pois se preocupava com ações de contrabando do ouro ou de socialização de informações sobre a exploração das datas minerais com outros religiosos regulares do espaço colonial hispano-americano. O governo julgava ser muito maior a possibilidade de um membro de Ordem Religiosa

²⁵¹ MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (orgs.). **Temas setecentistas: governos e populações no Império português**. Curitiba: UFPR – SCHLA / Fundação Araucária, 2008, p. 85-94.

²⁵² MELLO, 2008, p. 85-94.

fazer contrabando, pois possuindo casas em diversos pontos do Brasil e nos domínios de outras Coroas tinha facilidade de contatos, podendo enviar ouro e diamantes sem grande dificuldade para os domínios de outras Coroas²⁵³. A monarquia também tinha receio da independência das ordens religiosas. Por essas razões, a atividade missionária esteve voltada nessas áreas para o trabalho do clero secular e das organizações laicas, como as Ordens Terceiras, irmandades e confrarias religiosas.

No entanto, na capitania de Mato Grosso, como vimos, apesar de ser uma região mineradora, instalaram-se missões religiosas para a cristianização dos indígenas na segunda metade do século XVIII, com a presença de regulares que dispunham de licenças especiais para realizarem seu trabalho²⁵⁴. Entendemos que a fundação de aldeias e missões indígenas fez parte das estratégias da monarquia para a garantia de posse dos espaços fronteiriços que pertenciam aos espanhóis. Objetivou ainda garantir livre comércio pelos rios da bacia amazônica até a cidade de Belém do Grão – Pará, importante para a vila-capital, arraiais e povoações situadas em suas proximidades²⁵⁵.

Ainda durante o período de governo de Antônio Rolim de Moura, em 07 de dezembro de 1753 deu-se princípio à construção de outra capela em Vila Bela, em honra a Nossa Senhora Mãe dos Homens²⁵⁶. A construção dessa obra foi realizada por iniciativa do juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão e benzida no ano seguinte, em 21 de novembro de 1754²⁵⁷. Teotônio da Silva Gusmão construiu a referida capela em madeira, utilizando a mão-de-obra de seus escravos, além da ajuda de esmolas do povo e de seus próprios emolumentos na prestação dos serviços reais²⁵⁸.

A iniciativa de Teotônio da Silva Gusmão, somada aos recursos oferecidos pela população, nos mostra como se deu o processo de produção da rede de capelas e igrejas das comarcas eclesiásticas que formaram a Prelazia do Cuiabá. Foi comum ainda que as irmandades e os demais fregueses custeassem imagens, objetos litúrgicos e ornamentos para uso nesses templos. Foi o ocorrido no dia 17 de dezembro de 1754, em que se instalou na capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens uma imagem de Nossa Senhora

²⁵³ SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p. 16-17.

²⁵⁴ ARAÚJO, 2000, p. 307.

²⁵⁵ Sobre esse processo, ver: AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791**. São Paulo: Versal, 2014.

²⁵⁶ AMADO & ANZAI, 2006, p. 54.

²⁵⁷ Idem, p. 55-56.

²⁵⁸ AHU – Mato Grosso. Caixa 07. Doc. 468. Carta do juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão ao rei D. José em que pede alvará para que os juizes de fora de Vila Bela sejam protetores e administradores da capela que mandou construir. Vila Bela da Santíssima Trindade, 27 de janeiro de 1755.

do Rosário, que no Maranhão tinha mandado fazer a Irmandade do Rosário dos Mulatos e Pretos, que funcionava na referida capela de Vila Bela da Santíssima Trindade²⁵⁹.

Em 1755, Teotônio da Silva Gusmão enviou carta ao rei D. José I solicitando a mercê de um alvará que desse aos seus sucessores a responsabilidade pela proteção e administração da capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, da vila-capital. Para Teotônio, bem como os vereadores e procurador da câmara de Vila Bela e o próprio Antônio Rolim de Moura acreditavam que não era possível deixar a capela nas mãos dos reverendos párocos da vila-capital. Entendiam que “para o futuro pode haver alguma controvérsia com os reverendos párocos, que ambicionavam estender a sua jurisdição, e tudo querem advogar a si”. Isso ocorria porque o clero secular atuante em Vila Bela era encomendado, vivendo dos rendimentos das ofertas, esmolas por missas e demais sacramentos católicos. Esse clero não era pago pelos recursos da Fazenda Real, não tinha cômputos pagas por essa fonte de recursos. Portanto, administrar uma igreja ou capela era a garantia de obtenção de rendimentos aos padres²⁶⁰.

Outro exemplo de iniciativa da população pelos bens religiosos foi o ocorrido no dia 12 de agosto de 1755, ainda na vila-capital. Foi derrubada a capela de Santo Antônio que era coberta de palha e localizada na praça da vila-capital servindo de igreja matriz. No lugar desse templo foi levantada a igreja da Santíssima Trindade, feita em madeira sobre alicerces de pedra, feita à custa da Irmandade do Santíssimo Sacramento, também com o auxílio do juiz de fora de Vila Bela, Teotônio da Silva Gusmão. Essa obra ficou pronta no início de 1756, sendo benta “com a solenidade possível e concurso de todo o clero, nobreza, ordenanças e povo”. Durante essa nova construção, serviu de matriz a capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens²⁶¹.

Transcorridas as primeiras décadas de ocupação pelos portugueses dessa fronteira Oeste da América portuguesa, observamos que a ação do padroado régio visando à construção de igrejas e capelas e o custeio de sacerdotes foi quase inexistente. Exceto com relação às capelas das fortificações militares, aldeias e missões indígenas edificadas na Prelazia do Cuiabá, ao longo do século XVIII. Nesses templos, mesmo de forma irregular, os padres receberam cômputos pagas pelos recursos da Fazenda Real. Todavia, nas demais igrejas e capelas, sejam das vilas ou dos arraiais, os padres se dedicavam a atividades que lhes garantissem formas de sustento. Eles ministravam os sacramentos, realizavam missas e visitavam as comunidades, mas recebiam dos

²⁵⁹ AMADO & ANZAI, 2006, p. 56.

²⁶⁰ AHU – Mato Grosso. Caixa 07. Doc. 468.

²⁶¹ AMADO & ANZAI, 2006, p. 59-62.

moradores o pagamento por esses serviços. Os valores cobrados eram quase sempre considerados excessivos, e foram constantes os envios de representações de reclamações da população por causa dessa situação²⁶².

Rolim de Moura, no ano de 1757, relatou em detalhes o quadro geral do universo católico de Vila Bela. Segundo o governador, foi comum que as pessoas assistissem as missas em ranchos nesses primeiros tempos, apesar dos esforços para edificarem as primeiras capelas. A primeira igreja erguida pela população ficava muito próxima à borda do rio Guaporé, o que fez com que a construção ruísse diante das enchentes provocadas pela sazonalidade das águas na Bacia Amazônica. Essa foi a capela onde os sacramentos eram ofertados, sobretudo no tempo da Quaresma. Sua edificação, ainda segundo Rolim de Moura, foi difícil e bastante pobre, sobretudo por causa da carestia dos jornais nesses primeiros anos da vila, em que os oficiais iniciados na arte da construção de casas e edifícios cobravam duas oitavas de ouro por dia e os negros duas oitavas de ouro por semana de trabalho. Apesar das dificuldades na promoção dos bens católicos, Rolim de Moura ressaltou que havia conseguido do Bispado do Rio de Janeiro a autorização para que a igreja matriz de Vila Bela, como já dissemos, passasse a ser a sede da comarca eclesiástica de Mato Grosso, em 1754²⁶³.

Tanto o universo católico de Vila Bela como o da Vila do Cuiabá, com seus respectivos termos, eram predominantemente administrados pelo clero secular. Apesar de existirem padres do clero regular, jesuítas, atuando nas aldeias e missões indígenas criadas por Rolim de Moura, as medidas tomadas no governo de D. José I fizeram com que seu poder de atuação fosse reduzido. É o que se evidencia no conteúdo do texto do *Diretório que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão*, de 03 de maio de 1757, que substituiu e suprimiu o *Regimento das Missões*. Percebe-se com isso a intenção de fazer com que os eclesiásticos se reservassem unicamente às suas funções espirituais. Os aldeamentos indígenas ficaram sob o controle do governador da capitania, a quem competia a escolha e a nomeação dos diretores daqueles núcleos populacionais, espaços que também constituíram a Prelazia de Cuiabá²⁶⁴.

²⁶² AHU – Mato Grosso. Caixa 09. Doc. 532. Carta dos Oficiais da Câmara de Vila Bela ao rei D. José I em que reclamam da exorbitância dos salários e emolumentos eclesiásticos, dos que pertencem ao judicial e dos direitos paroquiais. Vila Bela da Santíssima Trindade, 04 de outubro de 1756.

²⁶³ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Capitania de Mato Grosso – Secretaria de Governo (1750-1767). Livro de Provisões, Patentes, Cartas e Bandos – Governo de Antônio Rolim de Moura Tavares. Manuscrito. Estante 01. Livro 04. Provisão sobre a como se deve o Provedor Comissário desta Vigararia. Vila Bela da Santíssima Trindade, 02 de abril de 1757.

²⁶⁴ 03 de maio de 1757. *Diretório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão* enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. Collecção da Legislação Portuguesa – Legislação de 1750 a 1762. In: SILVA, Antônio Delgado da. Suplemento à Coleção da legislação portuguesa desde a última compilação das Ordenações (1750-1762). Lisboa: Tipografia Maignrense, 1828. Cf. **Ius Lusitaniae**

Essas mudanças marcaram os anos finais da administração de Antônio Rolim de Moura. Outras mudanças políticas nessa fase também influenciaram no desenvolvimento da administração eclesiástica da Prelazia do Cuiabá. A principal foi a expulsão dos jesuítas, uma das medidas das reformas pombalinas do reinado de D. José I, que fez com que o clero secular passasse a ser o responsável pela evangelização dos índios, juntamente com as autoridades coloniais. Em 1758 recebeu o governo a ordem para que saíssem dos seus domínios os religiosos jesuítas situados nesses sertões, fossem eles portugueses ou castelhanos. Os jesuítas situados nessa fronteira deveriam ser encaminhados para o Pará, para em seguida serem transportados para Pernambuco. Nessa correspondência, os jesuítas foram descritos como espiões que poderiam avisar aos padres castelhanos sobre tudo o que ocorria nos domínios lusitanos na América²⁶⁵.

Esse regalismo exercitado pela Coroa, na segunda metade do século XVIII, não escondia o propósito de resistência e de combate à autonomia de ações e à liberdade econômico-financeira usufruídas pelas ordens religiosas. O governo português visou controlar o exercício do poder praticado pelos eclesiásticos no interior de cada aldeia e, no limite, de tolher a ação dos padres na administração civil e temporal que exerciam naquelas povoações. Nessa esfera é que se enquadra a decisão pombalina de secularizar as aldeias transformando-as em paróquias, ou até mesmo em vilas. Com isso, a administração temporal transitava para o âmbito da monarquia lusitana. Os eclesiásticos deveriam restringir as suas atividades ao plano da religião, ou seja, à administração dos sacramentos e ao exclusivo exercício do seu *múnus sacerdotal*²⁶⁶. Apesar da expulsão desses religiosos a partir de 1759, alguns deles ainda foram enviados pela monarquia por causa dos seus conhecimentos em edificações de templos religiosos. No início da década de 1760, foi enviado o frei José de Nossa Senhora da Conceição, religioso da Ordem dos Menores Observantes, da província dos Algarves, para substituir um Esmoler da Terra Santa que se encontrava na comarca eclesiástica do Cuiabá²⁶⁷.

- Fontes Históricas do Direito Português. <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/> Acesso em 23 de setembro de 2013.

²⁶⁵ AHU – Mato Grosso. Cód. 613, rolo 38. Ordens e avisos para Mato Grosso. 1758, p. 14.

²⁶⁶ BOSCHI, Caio. Ordens religiosas, clero secular e missionação no Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da Expansão portuguesa**. Vol. III. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 307.

²⁶⁷ AHU – Mato Grosso. Caixa 12. Doc. 730. Ofício do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, João Pedro da Câmara Coutinho, em que informa que vai para a Vila de Cuiabá, com licença de Sua Majestade, o Frei José de Nossa Senhora da Conceição, religioso da Ordem das Menores Observantes da Província dos Algarves, que substituirá o lugar de esmoler da Terra Santa. Lisboa, 29 de dezembro de 1764.

Todavia isso não significou que a Mesa da Consciência e Ordens tivesse autorizado o uso dos bens da Fazenda Real para as obras das igrejas e capelas onde atuariam esses padres. O que observamos foi que a população continuou a arcar com os custos das construções e ampliações dos templos, apesar de continuarem os pedidos de auxílio financeiro à monarquia portuguesa, pelo padroado régio.

Em 1763, para o término da construção da igreja matriz de Vila Bela, os moradores enviaram uma carta ao rei pedindo esmolas pelos bens da Fazenda Real. Justificaram que o templo estava ameaçado de ruir e não tinham mais os moradores recursos para sua reedificação completa “porque as posses de cada morador são muito desiguais”²⁶⁸. Em 1764, os fregueses do Senhor Bom Jesus, através da câmara da Vila do Cuiabá, enviaram pelo segundo ano consecutivo o pedido de ajuda para ampliação da igreja matriz. Justificaram os moradores que pagaram as três obras de reedificação dessa igreja, desde sua construção original. Contudo, encontravam-se sem maiores possibilidades financeiras nesse momento e precisavam de uma igreja matriz “mais forte e de moderna arquitetura”²⁶⁹. A Coroa, por outro lado, solicitou mais informações sobre o que seria realizado e os valores do custeio, mas sem dar um parecer definitivo. Receber os recursos não era uma tarefa fácil, na medida em que existia uma extensa lista de exigências a cumprir, o que acabava por fazer com que os moradores procurassem outros meios de realizar as obras. Essas igrejas das comarcas eclesiásticas da Prelazia do Cuiabá estavam distantes geograficamente dos centros de administração eclesiástica da América portuguesa. Esses pedidos levaram anos para serem respondidos, sobretudo pela falta de vontade política da monarquia.

O Tenente-Coronel João Pedro da Câmara tomou posse do governo da capitania de Mato Grosso em 1º de janeiro de 1765²⁷⁰. Durante sua administração (1765-1769), a capitania de Mato Grosso contava com a Vila do Cuiabá e Vila Bela, as aldeias de Santa Ana e São José, os redutos do Sítio das Pedras e de Nossa Senhora da Conceição e os arraiais de mineração²⁷¹. Outras povoações se formaram nesse período, como Lavrinhas, Leomil e o Arraial de São Vicente (Mapa 11). Através da extração aurífera foi crescente a população do Arraial de São Vicente, formando-se muitas casas

²⁶⁸ AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1165. Consulta do Conselho Ultramarino à rainha D. Maria sobre a representação dos moradores de Vila Bela em que pedem o necessário para a obra da capela-mor da matriz. 19 de agosto de 1777.

²⁶⁹ AHU – Mato Grosso. Caixa 12. Doc. 722. Carta dos Oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei [D. José] em que pedem uma nova igreja matriz e que seja construída pela mais forte e moderna arquitetura. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 18 de fevereiro de 1764.

²⁷⁰ FERREIRA, 1996, p. 49.

²⁷¹ ARAÚJO, 2000, p. 126.

e uma igreja dedicada ao santo nomeador da povoação. O custeio desse espaço religioso foi realizado também por sua população através da doação de esmolas²⁷².

Mapa 11 - Arraial de São Vicente



Fonte: GARCIA (coord) *op. cit.*, p. 25.

O terceiro governador, Luís Pinto de Souza Coutinho tomou posse do governo da capitania de Mato grosso no ano de 1769 e a governou até o ano de 1772²⁷³. Durante seu governo foram tomadas algumas medidas importantes. Mudou o nome de diversos lugares da capitania, que antes tinham invocação religiosa, para nomes de referência de localidades lusitanas. O Forte da Conceição passou a chamar-se Forte de Bragança; o Lugar de São João (aldeia dos índios) passou a chamar-se Lamego; o Lugar de São José (aldeia de índios) – Leomil; o Lugar de Santa Ana (aldeia de índios, no distrito de Cuiabá) – Guimarães; Sítio das Pedras – Destacamento de Palmela, Arraial dos Araés – Amarante. Percebemos que essa ação foi mais uma medida visando reforçar o poder da monarquia frente ao catolicismo, intensificada no governo de D. José I e as reformas pombalinas. Luís Pinto de Souza Coutinho também criou na Vila do Cuiabá, em

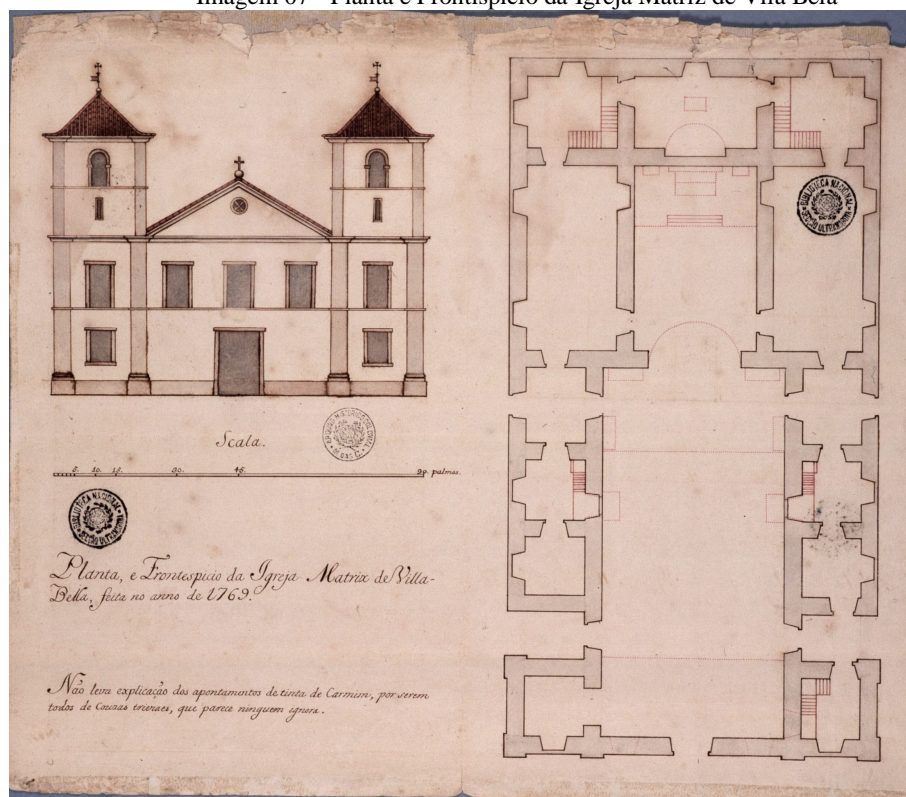
²⁷² LUCÍDIO, 2004, p.15-19.

²⁷³ FERREIRA, 1996, p. 50.

observância da carta régia de 22 de agosto de 1758, uma Legião de Auxiliares e em 1771 deu início à construção da igreja matriz da Santíssima Trindade em Vila Bela²⁷⁴.

As igrejas matrizes, principais templos da estrutura eclesiástica foram edificadas e mantidas pela ação de seus fregueses, sobretudo entre aqueles reunidos em irmandades religiosas. Em Vila Bela, a situação parece ter sido mais crítica. Os moradores da vila-capital, através do pároco e dos oficiais da câmara, continuaram a solicitar ajuda financeira da Coroa para a edificação de uma nova igreja matriz (Imagem 07). Remeteram mais uma representação ao rei, em 1769, dizendo ser urgente a edificação de um novo templo, pois o atual, construído em madeira, estava ameaçado de ruína. Todavia, a Coroa respondeu que a nova igreja fosse planejada e construída de acordo com a possibilidade do povo, deixando evidente que esperava que a população se mobilizasse para a construção do templo. No decorrer dos anos, no começo da década de 1770, com obras iniciadas, planta elaborada e construção orçada, a Coroa insistia em solicitar mais informações, protelando o uso dos recursos da Fazenda Real²⁷⁵.

Imagem 07 - Planta e Frontispício da Igreja Matriz de Vila Bela

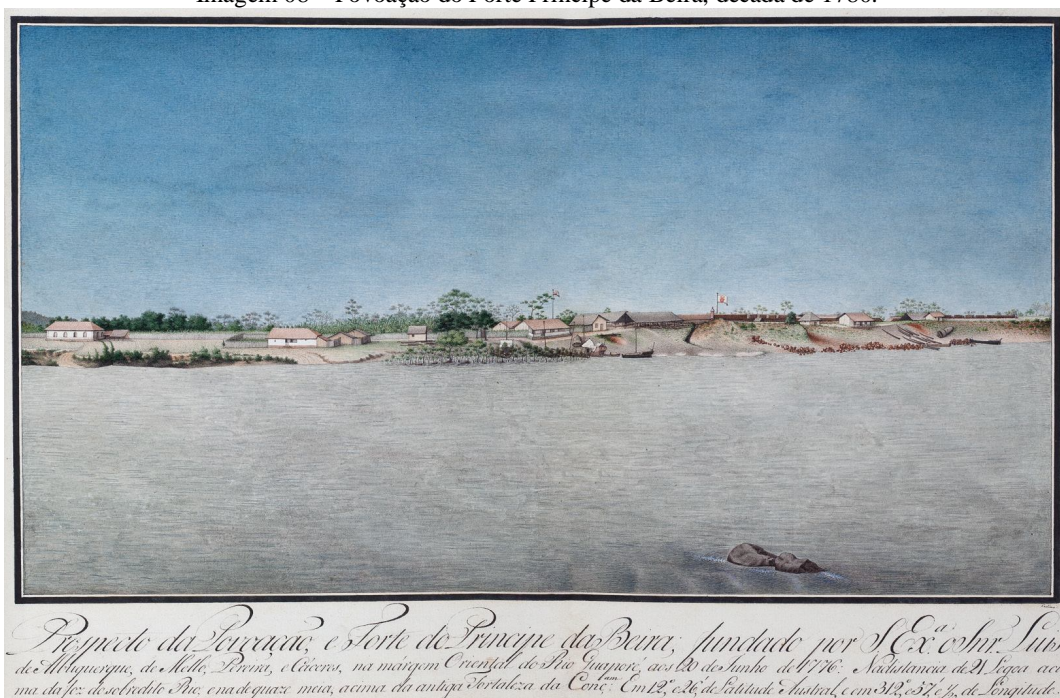


Fonte: AHU – Coleção cartográfica, 1769.

²⁷⁴ Idem, p. 51; CARVALHO, 2012, p. 37.

²⁷⁵ AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1165. Consulta do Conselho Ultramarino à rainha D. Maria sobre a representação dos moradores de Vila Bela em que pedem o necessário para a obra da capela-mor da matriz. 19 de agosto de 1777.

Imagem 08 – Povoação do Forte Príncipe da Beira, década de 1780.



Fonte: Prospecto da povoação do Forte Real Príncipe da Beira... Joaquim José Codina, c.1785. Aquarela (41,5 x 23,5 cm). Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), ARF/33, v. 2. Museu Bocage, Lisboa. Apud. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791**. São Paulo: Versal, 2014, p. 256-257.

O Capitão-General Luís de Albuquerque, nomeado por patente de 03 de julho de 1771, tomou posse do governo da capitania a 13 de dezembro de 1772. Seu governo durou quase dezessete anos²⁷⁶. A principal preocupação de Luís de Albuquerque era fortificar a extensa fronteira com os domínios hispano-americanos, relativa ao espaço da capitania de Mato Grosso²⁷⁷. Durante o governo albuquerqueino²⁷⁸, a estrutura eclesiástica foi aumentada. Foram edificadas novas fortificações militares, bem como novas povoações, com parte da política pombalina de defesa da fronteira. A fundação do Forte de Coimbra, conhecido também por Presídio de Coimbra ou Nova Coimbra se deu aos treze de setembro de 1775, da parte do poente do rio Paraguai, para além dos limites determinados pelo Tratado de Madri²⁷⁹. O lançamento da primeira pedra do

²⁷⁶ FERREIRA, 1996, p. 54-55.

²⁷⁷ VEIGA, 2001, p. 82.

²⁷⁸ Sobre esse governo, consultar: AMADO & ANZAI, 2014; FERNANDES, Suelme Evangelista. **O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América portuguesa**. 2003, 169f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá; SILVA, João Bosco da. **Vila Bela à época de Luís de Albuquerque (1772-1789)**. 2006, 142f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

²⁷⁹ VEIGA, 2001, p. 87.

Forte Príncipe da Beira (Imagem 08) ocorreu em 26 de maio de 1775²⁸⁰. Viseu ou Porto dos Guarajús foi fundado em 1776, a noventa léguas acima do Forte Príncipe da Beira²⁸¹. Vila Maria do Paraguai foi fundada em 06 de outubro de 1778. Essa localidade visava facilitar a defesa da fronteira, a comunicação e o comércio entre Vila Bela e Cuiabá²⁸². A Povoação de Albuquerque (Imagem 09) foi erigida no dia 21 de setembro de 1778, na margem ocidental do rio Paraguai²⁸³. Em 1781 criou o Arraial de São Pedro Del Rei (Mapa 12), nas lavras de Beripoconé, descobertas em 1777. Casalvasco foi fundada em 1782, na margem oriental do rio Barbados. Sua capela tinha como padroeira Nossa Senhora da Esperança, a mesma santa a quem o tio de Luis de Albuquerque erigiu capela no Lugar de Abruñosa, no reino²⁸⁴

Imagem 09 – Prospecto da Povoação de Albuquerque, década de 1780.



Fonte: Prospecto da povoação de Albuquerque, da invocação de Nossa Senhora do Monte do Carmo [Freire ou Codina], c.1785. Aquarela (43 x 10,1 cm). Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), ARF/33, v. 2, Museu Bocage, Lisboa. *Apud.* AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791.** São Paulo: Versal, 2014, p. 234-235.

²⁸⁰ Idem, p.99.

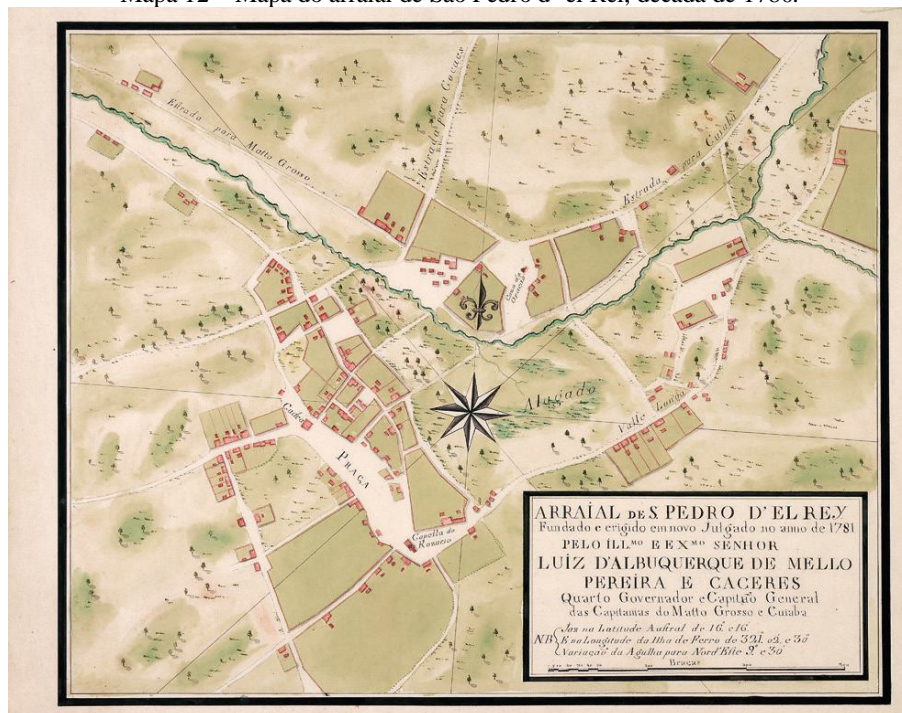
²⁸¹ Ibidem, p. 96.

²⁸² Ibid., p. 104.

²⁸³ Ibid., p. 102.

²⁸⁴ Ibid., p. 106-107.

Mapa 12 – Mapa do arraial de São Pedro d' el Rei, década de 1780.



Fonte: Mapa do arraial de São Pedro d'el Rei..., 1781. Escala c.1: 2300, 300 braças = 28,8 cm. em 3 fls. de 44 x 53 cm coladas em fls. de 51 x 60 cm. Cota A 31 e n. 18, Pasta n. 2, Coleção da Família Albuquerque da Casa da Ínsua, Penalva do Castelo. *Apud.* AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791. São Paulo: Versal, 2014, p. 231.

Apesar do avanço edificado de templos no campo religioso da Prelazia do Cuiabá, continuava a vacância do cargo de prelado. Sua igreja-sede, a matriz do Senhor Bom Jesus, estava localizada no principal espaço do poder da vila, na praça ou largo central, bem como os prédios da câmara municipal e cadeia pública. Em seu templo estavam instaladas as irmandades religiosas representativas das elites locais, as irmandades de São Miguel e Almas, do Santíssimo Sacramento e do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. O estado desse templo foi relatado pelo padre José Correa Leitão, Vigário da Vara e da Igreja, em 1775. Dizia o religioso que era grande esse edifício, feito em parte de pedra e cal e outra de taipa de barro, provida de ornamentos e alfaías necessárias. Contudo, frisava José Correa Leitão que a Igreja do Senhor Bom Jesus do Cuiabá nunca havia sido colada, sendo mantida pelos fregueses e irmandades a ela pertencentes²⁸⁵.

²⁸⁵ AHU – Mato Grosso. Caixa 18. Doc. 1117. Ofício sobre a igreja do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, servida por José Correa Leitão, e o seu rendimento. Capitania de Mato Grosso, 1775.

Imagem 10 – Prospecto de Vila Maria de São Luís do Paraguai, final do século XVIII.



Fonte: Prospecto de Vila Maria de São Luís do Paraguai. [Freire ou Codina], 1790. Aquarela (43,3 x 16,6 cm). Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), ARF/33, v. 2. Museu Bocage, Lisboa. *Apud*. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791. São Paulo: Versal, 2014, p. 228-229.

No ano de 1778, Luís de Albuquerque comunicava ao Conselho Ultramarino o termo da nova fundação denominada Vila Maria do Paraguai (Imagem 10), situada na margem esquerda do rio Paraguai. Essa povoação estava situada no caminho entre a Vila do Cuiabá e Vila Bela, constituída por alguns casais de índios, num total de mais de sessenta indígenas dos domínios hispano-americanos que fugiram da Missão de São João de Chiquitos. Essa fundação foi pensada para facilitar e guarnecer o comércio entre as duas vilas da capitania²⁸⁶. Essa localidade deu origem à freguesia de Vila Maria do Paraguai, considerada uma das freguesias dos índios da Prelazia do Cuiabá. Essa freguesia foi criada também no governo de Luís de Albuquerque, através de pedido feito à Coroa portuguesa, no ano de 1779. O edital de confirmação dessa nova jurisdição católica tem data de 04 de abril de 1780 e foi executado em 1781²⁸⁷. Esses índios foram cooptados pela monarquia lusa, com promessas e instrumentos de trabalho, para a criação de povoações, importantes nas negociações dos limites entre os domínios ibero-americanos. A Matriz de Vila Maria possuía um Vigário, que recebia sua cômputa pela Fazenda Real, assim como havia feito Antônio Rolim de Moura com o Vigário da igreja de Santa Ana da Chapada, dedicada também aos índios²⁸⁸.

Ainda no governo albuquerqueino, os moradores de Vila Bela continuaram pedindo à Coroa o auxílio para a continuidade da reedificação de sua igreja matriz. Uma

²⁸⁶ AHU – Mato Grosso. Caixa. 20. Doc. 1215. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, sobre a fundação de Vila Maria do Paraguai, na margem esquerda do rio Paraguai. Vila Bela, 20 de novembro de 1778.

²⁸⁷ MORAES, 2003, p. 42.

²⁸⁸ ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 17. Caixa 17. Avulsos. Paróquias da Capitania de Mato Grosso e das contribuições Eclesiásticas propostas pelo Governador e Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Lisboa, Mesa da Consciência e Ordens, 09 de julho de 1803.

planta da nova igreja matriz já havia sido elaborada, mas foram muitas as dificuldades encontradas para sua concretização. Insistiram os moradores que as paredes da igreja estavam arruinadas, com risco de queda²⁸⁹. Em suas dimensões, o corpo da igreja incluído o cruzeiro teria “noventa palmos de comprimento e quarenta e cinco de largo, e a capela em proporção”. Haveria também duas pequenas torres de sessenta palmos de altura. Todavia, a falta de cal e pedra fez com que recorressem ao barro socado, chamado de taipa de pilão, como uma adaptação às condições locais de construção²⁹⁰.

Também no governo de Luís de Albuquerque, no dia primeiro de julho de 1779, lançou esse Governador e Capitão-General a primeira pedra da capela que em Vila Bela da Santíssima Trindade mandou erigir a Santo Antônio de Lisboa, com assistência das esmolas da “nobreza da terra” e povo. No alicerce de um ângulo da capela-mor lançou Luís de Albuquerque algumas marcas de prata, símbolos em que estavam lavradas as armas reais e o ano 1779, que as repartiu entre as pessoas principais de Vila Bela. Essa capela estava situada junto ao rio Guaporé, no final da rua denominada de Santo Antônio. A construção deveria ser bem sólida, para não ser arruinada pelas inundações provocadas pela cheia do rio Guaporé, e para isso, deu Luís de Albuquerque uma grande esmola ao santo, pois Santo Antônio de Lisboa era considerado o patrono dos militares²⁹¹. Essa iniciativa albuquerquina serviu de embrião para a formação da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa, de 1785, que teve como seus membros os atuantes no corpo militar da capitania de Mato Grosso²⁹².

Como mostramos, autoridades políticas foram responsáveis pela construção de templos religiosos na capitania de Mato Grosso. Alguns oficiais régios aparecem nos relatos das fontes como grandes devotos construtores de igrejas e capelas. Mas para além dos aspectos devocionais, foi recorrente nesse período o pedido de concessão de mercês e honras à Coroa, em várias localidades do Império português, levando-se em consideração estes atos representativos da caridade, religião e fidelidade portuguesa, conferindo prestígio aos seus realizadores e capital político e social.

Outro exemplo dessa prática ocorreu na Missão de Santa Ana do Sacramento, no ano de 1779. O juiz de fora, “conservador dos índios”, e Ouvidor nomeado por lei, José Carlos Pereira visitou sua igreja matriz e a descreveu como uma “palhoça

²⁸⁹ AMADO & ANZAI, p. 201.

²⁹⁰ AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1165. Consulta do Conselho Ultramarino à rainha D. Maria sobre a representação dos moradores de Vila Bela em que pedem o necessário para a obra da capela-mor da matriz. 19 de agosto de 1777.

²⁹¹ AMADO & ANZAI, p. 219-220.

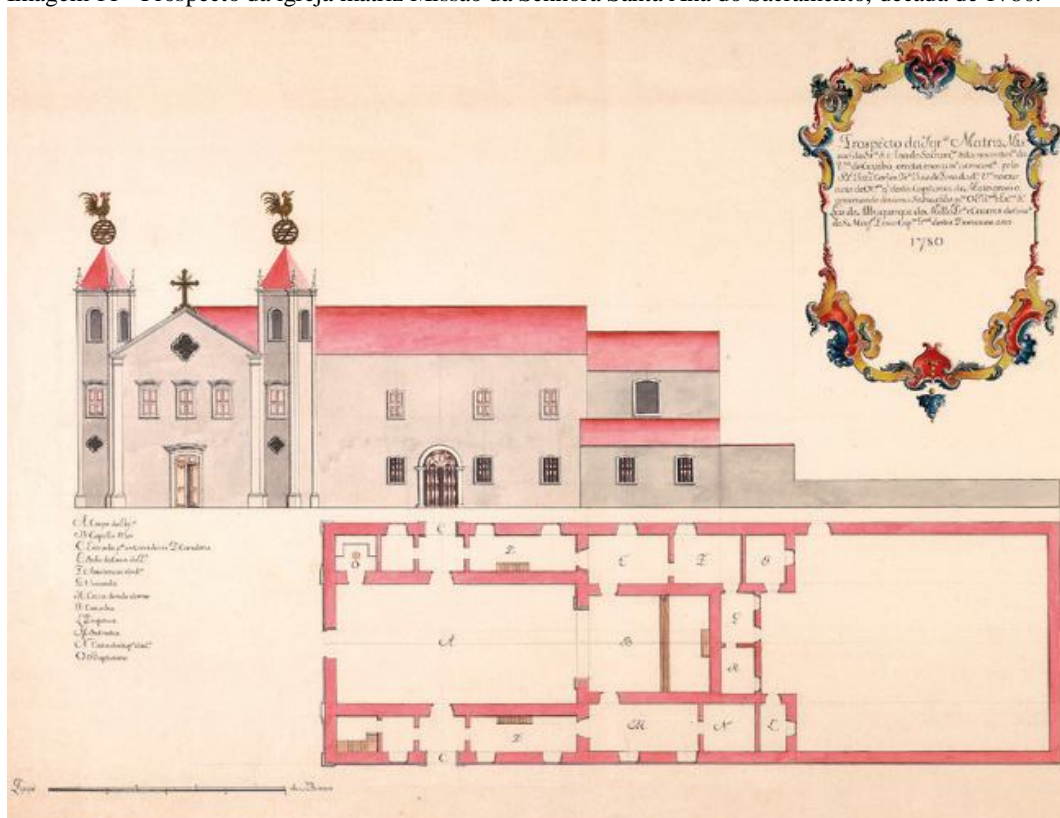
²⁹² ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067. Compromisso da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa ereta na capela do mesmo santo de Vila Bela do Mato Grosso. Vila Bela da Santíssima Trindade, 1785.

indecentíssima”, em que se celebravam o sacrifício do altar e mais ofícios divinos. Depois de realizar essa diligência, resolveu o mesmo oficial régio erigir uma nova igreja que pudesse servir de matriz aos índios e aos moradores próximos²⁹³. No final do mês de maio desse ano, com o término da construção da nova igreja matriz de Santa Ana do Santíssimo Sacramento, realizou a benção do templo, com a realização de uma missa pela manhã, o Vigário da Igreja e da Vara José Correia Leitão. Pela tarde houve uma procissão que saiu da igreja antiga em direção ao novo templo, carregando-se imagens dos santos em seus andores. O Santíssimo Sacramento também foi conduzido nesse mesmo ato. O andor principal, que levava a imagem de Santa Ana, foi acompanhado por José Carlos Pereira, Mestre de Campo Comandante Antonio José Pinto de Figueiredo, Capitão mor das Ordenanças da Vila do Cuiabá Antônio Luís da Rocha e o Capitão mor da Missão Agapito Leme. Todos deram uma volta ao redor da nova igreja e depois entraram nela. Todas as imagens e objetos religiosos foram colocados em seus respectivos lugares no interior da matriz (Imagem 11)²⁹⁴.

²⁹³ **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**, 2007, p. 113.

²⁹⁴ *Idem*, p. 115.

Imagem 11 - Prospecto da igreja matriz Missão da Senhora Santa Ana do Sacramento, década de 1780.



Fonte: Prospecto da igreja matriz Missão da Senhora Santa Ana do Sacramento..., Vila do Cuiabá, 1780. Escala: c.1:140, 8 braças = 13cm. (49 x 64 cm em fl. de 50 x 66 cm). Cota n. 48, Coleção da Família Albuquerque da Casa da Ínsua, Penalva do Castelo. *Apud*. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791. São Paulo: Versal, 2014, p. 155.

José Carlos Pereira custeou essa construção, bem como uma propriedade para nela residirem os devotos que quisessem frequentar a igreja em dias de celebrações e festas, chamada de “Casa de Romagem”²⁹⁵. Ele conseguiu artífices da construção, que extraíram recursos da própria localidade para as obras. Logo, o templo estava construído, coberto de telha, rebocado, com capela-mor, sacristia e casa para o pároco²⁹⁶. Contudo, a alegria pelo término da construção dessa nova igreja não duraria muito, pois a mesma sofreu abalos por causa de fortes ventos na época das chuvas. Parte dessa construção ruuiu, causando aflição em José Carlos Pereira e aos demais fregueses. Para resolver isso, convidaram o religioso esmoler da Terra Santa, frei José da Conceição, que já havia participado da construção da torre da igreja matriz do Senhor

²⁹⁵ AHU – Mato Grosso. Caixa 24. Doc. 1448. Requerimento de José Carlos Pereira, ex-juiz de fora da Vila de Cuiabá, à rainha D. Maria em que pede se mobilizem os meios para que se entregue um sacristão na igreja de Santa Ana do Sacramento para que cuide dos móveis que doou para a dita igreja. Ant. a 20 de novembro de 1784.

²⁹⁶ **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**, 2007, p. 114.

Bom Jesus da Vila do Cuiabá, para examinar a queda do frontispício do templo. Por ocasião deste concerto, também resolveram edificar duas Torres aos lados do frontispício, com corredores de sobrado de uma e outra parte da igreja²⁹⁷.

Acompanhando ainda a atuação do juiz de fora José Carlos Pereira, no espaço da comarca eclesiástica do Cuiabá havia uma capela construída em honra a São Gonçalo, situada na proximidade do rio Coxipó²⁹⁸, onde quase não se praticava nenhum culto. Isto fez com que José Carlos Pereira, no ano de 1780, juntamente com outros devotos do santo, arrecadassem esmolas para a construção de um novo templo dedicado a São Gonçalo, agora situado no Porto Geral da Vila do Cuiabá. Nesse mesmo ano, José Carlos Pereira escreveu carta ao Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, expondo a súplica dos moradores por licença para a construção da nova capela de São Gonçalo. Dizia o oficial régio interessado em auxiliar financeiramente a obra, a ser realizada em conjunto com os devotos do santo, no Porto Geral da Vila de Cuiabá²⁹⁹.

Lançaram a primeira pedra de construção da obra e para esse ato, armando um altar portátil, celebraram uma missa no espaço de construção da capela pela manhã, na segunda oitava da páscoa. Pelas três horas da tarde o Vigário da Vara e da Igreja, José Correa Leitão solenizou o ato de benção da primeira pedra, que foi carregada pelo juiz de fora Antônio da Silva Pereira, pelo Mestre de Campo Comandante Antonio José Pinto de Figueiredo, e pelo Capitão mor Antonio Luis da Rocha. Todo o ouro arrecadado, como ainda algumas moedas de prata e cobre, foram entregues pelo fundador da igreja, José Carlos Pereira. O ato foi finalizado com três descargas de pistolas, disparadas “por doze cavaleiros bem adereçados, que em fila militar assistiram ao mesmo, depois do que exercitarão uma bem composta, e ordenada escaramuça”. Pela noite ainda houve baile na residência de José Carlos Pereira³⁰⁰.

No ano seguinte, de 1781, se realizou na recém construída capela de São Gonçalo uma missa cantada solene, constando pela tarde de procissão que se formou no

²⁹⁷ Ibidem, p. 119-120.

²⁹⁸ A antiga capela já havia servido para abrigar os índios capturados nas bandeiras montadas pela câmara municipal contra os gentios, nas proximidades da Vila do Cuiabá. Em 1773, capitaneada por Pascoal Delgado Lobo saiu uma bandeira contra os índios Bororo, com despesa de mil seiscentas oitavas de ouro dadas pelo povo, por causa dos ataques desses índios aos arredores da vila, matando pessoas e ateando fogo às casas. O saldo final dessa ação foi de cerca de oitenta prisioneiros, de ambos os sexos, adultos e crianças, que foram levados para arraiar na capela de São Gonçalo. Cf. SÁ, 1975, p. 54.

²⁹⁹ APEMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Grupo: Juiz de Fora. Série: Carta. Doc. 0493. Caixa 010. Carta do Juiz de Fora e Ouvidor Interino, José Carlos Pereira ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 16 de janeiro de 1780.

³⁰⁰ **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**, 2007, p. 120-121.

Porto Geral da Vila do Cuiabá, onde se fez o desembarque de São Gonçalo e das outras imagens que vieram em embarcações, pelo rio Cuiabá, da antiga igreja de São Gonçalo das proximidades do rio Coxipó. As imagens seguiram depois em procissão, em andores ricamente ornados para a nova capela. Depois desse evento festivo, seguiu José Carlos Pereira sua viagem de regresso a Portugal³⁰¹.

Na vila-capital, localizamos outro exemplo similar. No dia 05 de agosto de 1781 foi iniciada a construção de uma capela dedicada a Nossa Senhora do Monte do Carmo. Essa obra teve seu custeio auxiliado pelo Provedor da Fazenda Real Felipe José Nogueira Coelho e da recolha das “esmolas do povo”. Felipe José Nogueira Coelho também fez a doação da imagem da referida santa³⁰². Este objeto religioso chegou no ano seguinte, 1782, vinda de Lisboa, pelas monções do norte que saíam do Pará, e foi posta na capela no lugar de um painel de Nossa Senhora do Monte do Carmo³⁰³.

Percebemos que existiu uma demanda popular pelos bens religiosos católicos na capitania de Mato Grosso. Essa iniciativa contribuiu para que a rede de igrejas, capelas e de associações de leigos se formasse, compondo a estrutura eclesiástica da Prelazia do Cuiabá. Ainda na década de 1780, os moradores do Arraial de São Pedro D’El Rei e do Arraial de Nossa Senhora do Rosário do Rio Acima fizeram uma representação à rainha D. Maria I pedindo auxílio para a edificação de capelas e o envio de padres para atendê-los. Diziam esses moradores que não tinham a oportunidade de freqüentemente assistirem aos ofícios divinos e de terem acesso aos sacramentos católicos, inclusive na ocasião de morte de alguma pessoa nesses arraiais. Eram realizadas, uma vez ao ano, desobrigas nesses arraiais, às vezes durante a Quaresma ou mesmo em algum outro mês do ano. Esses arraiais ficavam distantes da igreja matriz da Vila de Cuiabá, dificultando o deslocamento dos moradores às missas e aos padres da freguesia. Além da representação feita à monarquia portuguesa, tinham os mesmos moradores encaminhado essas reivindicações ao Bispado do Rio de Janeiro. Nessa correspondência, disseram que seus arraiais rendiam ao reverendo vigário da Vila do Cuiabá nove mil cruzados anualmente, com as desobrigas, e esse valor seria suficiente para o sustento de três ou quatro párocos. Os valores dos serviços litúrgicos foram considerados excessivos, sendo na Quaresma cobrada de cada “cabeça de casal” quatro vinténs de prata e cada filho, escravos ou agregados dois vinténs. Os párocos reforçam a permanência dos moradores em seus arraiais, ainda mais porque neles os valores são

³⁰¹ Idem, p. 124.

³⁰² AMADO & ANZAI, 2006, p. 228.

³⁰³ Idem, p. 235.

cobrados em dobro aos moradores, gerando inúmeros constrangimentos, pois eram elaboradas listas de devedores dos sacramentos e serviços recebidos³⁰⁴.

Foram construídas nesse período capelas militares, que receberam recursos provenientes da Fazenda Real, do mesmo modo como as igrejas para o atendimento aos indígenas, mesmo de forma irregular. No destacamento de Nossa Senhora da Conceição havia uma capela dedicada à virgem Maria³⁰⁵. Outra estava situada no Forte do Príncipe da Beira (Imagem 12), possuindo um capelão militar para atender essa guarnição e aos moradores circunvizinhos³⁰⁶. Do mesmo modo, foi edificada capela no ano de 1785, na Povoação de Casalvasco (Imagem 13), dedicada a Nossa Senhora da Esperança³⁰⁷.

Imagem 12 – Forte Príncipe da Beira, década de 1780



Fonte: Prospecto da frente do Forte Príncipe da Beira... José Joaquim Freire, c.1785. Aquarela (58 x 13,9 cm). Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), ARF/33, v. 2. Museu Bocage, Lisboa. *Apud*. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791. São Paulo: Versal, 2014, p. 242-243.

³⁰⁴ AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1380. Representação dos moradores dos arraiais de São Pedro Del Rey e Rio Acima, do distrito de Cuiabá à rainha [D. Maria] em que pedem capelas e capelões para os ditos lugares. Post. a 03 de novembro de 1782.

³⁰⁵ AHU – Mato Grosso. Caixa 11. Doc. 681. Carta do Intendente e Provedor da Fazenda Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa ao rei D. José sobre as dívidas de Domingos Ferreira Veiga e Manoel Gomes de Campos à Provedoria da Fazenda e a transformação de parte da dívida em artigos para a capela de Nossa Senhora da Conceição a serem comprados no Rio de Janeiro. Vila Bela da Santíssima Trindade, 25 de novembro de 1762; AHU – Mato Grosso. Caixa 13. Doc. 798. Carta do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, João Pedro da Câmara Coutinho, ao rei D. José em que informa sobre ter o anterior governador mandado vir do Rio de Janeiro ornamentos para a capela de Nossa Senhora da Conceição. Nossa Senhora da Conceição, 30 de julho de 1767.

³⁰⁶ ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 17. Caixa 17. Avulsos. Paróquias da Capitania de Mato Grosso e das contribuições Eclesiásticas propostas pelo Governador e Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Lisboa, Mesa da Consciência e Ordens, 09 de julho de 1803.

³⁰⁷ AMADO & ANZAI, 2006, p. 251-252.

Imagem 13 – Prospecto da Povoação de Casalvasco, final do século XVIII



Fonte: Prospecto da Povoação de Casalvasco, situada no rio dos Barbados, 8 léguas ao sul de Vila Bela. [Freire ou Codina], c.1785. Aquarela (41 x 11,5 cm). Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), ARF/33, v. 2. Museu Bocage, Lisboa. *Apud*. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791**. São Paulo: Versal, 2014, p. 221.

O Capitão-General João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres tomou posse do governo da capitania no ano de 1789³⁰⁸. Em sua administração (1789 a 1796), houve a tentativa de estabelecimento de mais um aldeamento de índios, na Aldeia Carlota. Esta teve origem na captura de um quilombo que congregava escravos fugidos e índios nativos. Devolvidos os escravos aos antigos donos, os índios foram oficialmente batizados e autorizados a formar uma povoação no mesmo lugar onde tinha sido apreendido o quilombo³⁰⁹. Também em seu governo, outras ações dos fregueses continuaram. Na década de 1790, os moradores dos arraiais de São Francisco Xavier e de Santa Ana, ambos da comarca eclesiástica do Mato Grosso, representados nas pessoas de José Leme do Prado e Francisco Xavier de Abreu solicitaram a separação de suas capelas da jurisdição do bispado do Rio de Janeiro. Queriam que suas igrejas fossem integradas à jurisdição do Bispado do Pará, sobretudo pela localização geográfica em que se encontravam, considerada muito distante da sede do atual Bispado. Segundo os fregueses, era grande a demora no envio de padres para suas localidades, perante a larga viagem que enfrentariam e das ameaças de ataques dos índios pelo percurso. Reclamavam principalmente do alto custeamento dos serviços prestados pelos padres enviados pelo bispado do Rio de Janeiro, que exigiam o dobro do pagamento pelas desobrigas e demais serviços litúrgicos³¹⁰.

³⁰⁸ FERREIRA, 1996, p. 58.

³⁰⁹ ARAÚJO, 2000, p. 317.

³¹⁰ AHU – Mato Grosso. Caixa 27. Doc. 1599. Requerimento de José Leme do Prado e Francisco Xavier de Abreu, moradores dos arraiais de São Francisco Xavier e Santa Ana, em que pedem a admissão dos ditos arraiais à administração episcopal da Diocese do Grão Pará. 1790.

Apesar de ser geopoliticamente estratégica para os interesses metropolitanos, a monarquia não priorizou o custeamento da construção das igrejas e capelas de Vila Bela. Todavia, sua população foi insistente nos pedidos de esmolas a Portugal, para a continuidade das obras de sua igreja matriz. Em 1794, reiterou a câmara, os padres e a população, o pedido de recursos, na quantia de oito mil cruzados para o término da construção e ampliação do templo religioso referido. Já haviam feitos outros pedidos de recursos, como o do ano de 1769, mas sem um parecer favorável efetivo. Alegavam que celebravam os ofícios divinos em uma capela pequena e ameaçada de ruína³¹¹.

No final do século XVIII, na década de 1790, a Mesa da Consciência e Ordens remeteu uma provisão ao governo da capitania de Mato Grosso para que o mesmo informasse acerca dos emolumentos paroquiais dos párocos de cada freguesia da Prelazia do Cuiabá. D. Maria I solicitava a relação dos padres, bem como os rendimentos de cada Vigararia. Com isso, queria a coroa ter dimensão do atual estado da estrutura eclesiástica dessa jurisdição. Apesar de ter sido criada em 1745, a Prelazia do Cuiabá nunca havia tido um prelado à sua frente e eram inúmeras as reclamações dos moradores sobre o abuso dos predominantes padres encomendados desse espaço³¹².

Caetano Pinto de Miranda Montenegro tomou posse do governo da capitania no ano de 1796³¹³. Em seu governo (1796-1803), relatou à Coroa o quadro eclesiástico da Prelazia do Cuiabá. Informava que não havia a instalação e nem posses de Ordens Monásticas ou Mendicantes e nem religiosos pertencentes a elas³¹⁴. Sobre a Comarca de Mato Grosso (Quadro 03), disse o governador que a mesma tinha uma única paróquia, em Vila Bela, com algumas capelas sob sua jurisdição. Uma delas era a do forte do Príncipe da Beira, que tinha um capelão militar pago pelos moradores dos arredores e da povoação de Casalvasco, atendida também pelo referido capelão militar nas ocasiões das desobrigas. Nos arraiais de São Vicente, Nossa Senhora do Pilar, Santa Ana, São Francisco Xavier da Chapada e Ouro Fino também havia capelas com seus respectivos capelões. Os moradores das Lavrinhas, Aguapeí e Jaurú só tinham assistência

³¹¹ AHU – Mato Grosso. Caixa 30. Doc. 1684. Consulta do Conselho Ultramarino à rainha D. Maria sobre o pedido de 8 mil cruzados para a construção da Igreja Matriz de Vila Bela. Lisboa, 24 de julho de 1794.

³¹² AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1753. Provisão de D. Maria para o Governador e Capitão – General da capitania de Mato Grosso pedindo informações sobre os emolumentos que exigem os párocos de cada freguesia, solicitando a relação e o orçamento do rendimento total de cada vigararias. Lisboa, 17 de junho de 1797.

³¹³ FERREIRA, 1996, p. 60.

³¹⁴ AHU – Mato Grosso. Caixa 34. Doc. 1787. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que não existem na Capitania nem Ordens Monásticas, nem as Mendicantes. Vila Bela da Santíssima Trindade, 12 de junho de 1798.

sacramental na ocasião das desobrigas anuais, que mesmo assim não eram regulares. Disse ainda que não existiam padres colados na comarca eclesiástica de Mato Grosso³¹⁵.

Quadro 03 - Igrejas e capelas de Vila Bela e termo do Mato Grosso, segunda metade do século XVIII

Localidade	Entidade religiosa nomeadora	Período
Vila Bela – porto	Santo Antônio	Anterior à fundação da vila até fins de 1752
Vila Bela - praça	Santo Antônio	1752 - 1753
Arraial de S. Francisco Xavier	São Francisco Xavier da Chapada	Ant. fundação de Vila Bela
Vila Bela	Capela Nossa Senhora Mãe dos Homens	1753/1754
Arraial de Santa Ana	Capela de Santa Ana	Ant. fundação de Vila Bela
Arraial do Pilar	Capela Nossa Senhora do Pilar	Ant. fundação de Vila Bela
Vila Bela	Matriz da Santíssima Trindade	1755
Vila Bela	Nossa Senhora Mãe dos Homens	1755
Vila Bela	Pedra fundamental da igreja Santo Antônio de Lisboa	1779
Vila Bela	Início da construção da capelinha dedicada a Nossa Senhora do Monte do Carmo	1781
Casalvasco	Nossa Senhora da Esperança	1785

Fonte: AMADO & ANZAI, 2006.

Sobre a Comarca Eclesiástica do Cuiabá, estava constituída por três freguesias ou paróquias: a de São Luiz, da Vila Maria do Paraguai, que principiava no rio Jaurú, passando o rio Paraguai e indo até o Sangrador ou Ribeirão do Melo; a do Senhor Bom Jesus, da Vila do Cuiabá, com extensão que ia desde o Sangrador ou Ribeirão do Melo até a Serra da Chapada dos Guimarães; a de Santa Ana, localizada na Chapada ou Lugar de Guimarães, que prosseguia até o Rio Grande, aonde acabava a dita comarca³¹⁶. A freguesia de São Luiz de Vila Maria e a freguesia de Santa Ana da Chapada tiveram suas origens na instalação de índios em seus espaços, por isso seus párocos recebiam uma cômputa e Guizamentos pagos pelos recursos da Fazenda Real. A Freguesia do Senhor Bom Jesus do Cuiabá era constituída por sua igreja matriz e as capelas de Nossa Senhora do Bom Despacho, de São Gonçalo e de Nossa Senhora do Rosário, todas da Vila do Cuiabá; e mais quatro capelanias, a de São Pedro D'El Rey, a de Nossa Senhora

³¹⁵ ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 17. Caixa 17. Avulsos. Paróquias da Capitania de Mato Grosso e das contribuições Eclesiásticas propostas pelo Governador e Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Lisboa, Mesa da Consciência e Ordens, 09 de julho de 1803; AHU – Mato Grosso. Caixa 38. Doc. 1938. Carta do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao príncipe regente D. João, enviando um mapa dos rendimentos das vigárias da capitania, uma descrição das paróquias e um quadro dos eclesiásticos existentes e necessários. Vila Bela da Santíssima Trindade, 03 de julho de 1801.

³¹⁶ ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 17. Caixa 17. Avulsos. Paróquias da Capitania de Mato Grosso e das contribuições Eclesiásticas propostas pelo Governador e Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Lisboa, Mesa da Consciência e Ordens, 09 de julho de 1803.

do Livramento, estas duas com seus capelães, a de Santo Antônio de Rio Abaixo e a de Nossa Senhora do Rosário de Rio Acima, as quais não possuíam capelães próprios³¹⁷.

As duas comarcas eclesiásticas da Prelazia do Cuiabá (Mapa 13) tinham seus territórios correspondentes aos dos termos ou repartições da capitania de Mato Grosso, no final do século XVIII. Cada uma delas possuía seu Vigário da Vara e da Igreja. A comarca eclesiástica do Mato Grosso estendia-se desde os limites com a capitania do Pará até o rio Jaurú. A comarca eclesiástica do Cuiabá estendia-se do rio Jaurú até o rio Grande, nos limites com a capitania de Goiás³¹⁸.

³¹⁷ AHU – Mato Grosso. Caixa 38. Doc. 1938. Carta do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao príncipe regente D. João, enviando um mapa dos rendimentos das vigárias da capitania, uma descrição das paróquias e um quadro dos eclesiásticos existentes e necessários. Vila Bela da Santíssima Trindade, 03 de julho de 1801.

³¹⁸ Será utilizado para a descrição das comarcas eclesiásticas da Capitania de Mato Grosso o rico relato deixado sobre esse assunto, pelo Governador e Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Cf. ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 17. Caixa 17. Avulsos. Paróquias da Capitania de Mato Grosso e das contribuições Eclesiásticas propostas pelo Governador e Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Lisboa, Mesa da Consciência e Ordens, 09 de julho de 1803.

Mapa 13 – Mapa da Prelazia do Cuiabá, segunda metade do século XVIII



LEGENDA

- Prelazia
- △ Freguesia

Mapa-base: Mapa rodoviário Brasileiro
Escala aproximada 1 : 80 000 000
Arte: Thomas Höjemo

A presença de uma grande maioria de padres pagos pela população, os encomendados, onerava cada vez mais a vida dos moradores das comarcas eclesiásticas que compunham a Prelazia do Cuiabá. Isso era agravado com a quase inexistente atuação da monarquia e do Bispado do Rio de Janeiro na construção da estrutura eclesiástica desse espaço, conforme teorizava a política do padroado régio. Os casos de atuação das irmandades religiosas ou da ação particular de oficiais régios reafirmavam a participação dos fregueses na formação dos espaços religiosos católicos.

A Prelazia do Cuiabá ficou em vacância no decorrer de todo o século XVIII. Todavia, no início do século XIX esse quadro começou a se alterar, com a abertura de consulta aos candidatos à prelado dessa jurisdição, tendo prelados providos nessa centúria, até a criação da diocese de Cuiabá em 1826³¹⁹. Em 1803, um desses candidatos residia no Bispado de São Paulo, sendo ele o padre Manuel Joaquim de Andrade. Ele era graduado pela Universidade de Coimbra e Arcediago na Sé de São Paulo, bem como Provisor Geral e Visitador. Já havia o referido religioso se candidatado à Prelazia de Goiás, mas sem sucesso, e esperava ocupar o cargo em Cuiabá³²⁰.

Os encaminhamentos para a efetivação de um prelado à frente da Prelazia do Cuiabá ganharam corpo na passagem do século XVIII para o XIX. Em 1803, depois de ser lançado um edital para a inscrição dos religiosos ao cargo de prelado dessa jurisdição, a Mesa da Consciência e Ordens, através do seu Tribunal, considerou o que determinava a Bula de criação dessa Prelazia, de 1745. O Papa Bento XIV orientou que o padre a ocupar esse cargo deveria ser Presbítero, secular ou regular, e que fosse graduado em Teologia ou Cânones, em condições de ensinar a doutrina católica. Três padres foram indicados pelo Bispado à Mesa da Consciência e Ordens, Luís de Castro Pereira, Manoel Joaquim Gonçalves de Andrade e Joaquim José de Oliveira. O primeiro foi considerado o que mais atendia aos requisitos expostos na Bula, pois o segundo indicado era apenas bacharel formado em Cânones e o terceiro nunca havia freqüentado a universidade. Desta forma, o padre Luís de Castro Pereira foi o escolhido para ser o primeiro prelado efetivo da Prelazia do Cuiabá, pondo fim ao período de vacância³²¹.

³¹⁹ Diocese de Cuyabá e Mato-Grosso, creada pela Bulla do Papa Leão XII, de 15 de julho de 1826. In: ALMEIDA, 1866, p. 753-754.

³²⁰ AHU – Mato Grosso. Caixa 42. Doc. 2061. Ofício do cônego da Basílica de Sua Majestade José Pedro Bayard ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visco de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, sobre a oposição do Bispado de São Paulo à Prelazia da Vila de Cuiabá. Lisboa, 02 de setembro de 1803.

³²¹ ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 17. Caixa 17. Avulsos. Sobre o provimento da Prelazia da Capitania de Mato Grosso. Lisboa, Mesa da Consciência e Ordens, 26 de julho de 1803.

Era considerável a rede de igrejas e capelas construídas nas comarcas eclesiásticas que constituíam o espaço da Prelazia do Cuiabá. Essa jurisdição eclesiástica, distanciada no tempo e no espaço dos centros de decisão política e eclesiástica, foi construída com muita dificuldade e empenho pela população colonial da capitania de Mato Grosso. Sertanistas, mineiros, grupos sociais livres e escravizados africanos e afro-descendentes, indígenas, portugueses, oficiais régios e as suas irmandades religiosas arcaram com o custeio de manutenção dos templos. Ao mesmo tempo, demandaram a presença do clero secular, mesmo arcando com preços exorbitantes, além de serem obrigados a pagarem os dízimos que parcamente eram revertidos em prol das poucas igrejas e capelas consideradas “debaixo da proteção real”, que efetivamente usufruíram o que dispunha a política do padroado régio.

Esse panorama eclesiástico foi palco da espacialização das irmandades religiosas que se formaram na fronteira Oeste da América portuguesa. Esses grupos associativos estavam relacionados ao processo de expansão das conquistas portuguesas, presentes em vários continentes, desde o reino aos demais espaços coloniais. Acompanharemos agora o desenrolar desse processo e perceber quais foram as tipologias associativas existentes em Portugal na Época moderna, para nos capítulos posteriores acompanharmos as experiências das associações religiosas que se constituíram no campo religioso católico da capitania de Mato Grosso.

1.5 No desenho do Império, as associações de leigos

As irmandades teriam surgido entre os séculos X e XI, relacionadas ao desenvolvimento das cidades e das atividades artesanais e comerciais. Em Portugal, as primeiras associações seriam as de ofícios, de caráter mutualista³²². Segundo Maria Marta Lobo de Araújo, essas associações tiveram um desempenho social importante no período medieval, pois ajudaram os peregrinos, doentes, administraram hospitais, auxiliaram na criação de enjeitados e órfãos, distribuíram comida aos pobres. Essas associações também dotaram órfãos para casar, socorreram presos, velhos e mulheres³²³.

³²² SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Irmandades, oficiais mecânicos e cidadania no Rio de Janeiro do século XVIII. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 26, nº 43, jan/jun 2010, p. 136.

³²³ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Assuntos de pobres: as esmolas dos confrades de São Vicente de Braga (1783-1839). In: ESTEVES, Alexandra (org.). **Marginalidade, pobreza e respostas sociais na Península Ibérica (séculos XVI – XX)**. Braga: CITCEM, 2012, p. 112.

Discute Isabel Guimarães Sá que Roma esperou até a realização do Concílio de Trento para regulamentar as competências dos bispos no que tocava à aprovação dos estatutos e às visitas às confrarias. As confrarias medievais não eram dependentes dessa autoridade eclesiástica, sendo consideradas instituições religiosas pelo seu caráter devocional, sem que esse aspecto lhes conferisse caráter canônico³²⁴.

Muitas confrarias surgiram dentro da Igreja, congregando religiosos e depois se estenderam aos leigos. Tinham como principal motivação a salvação das almas, oferecendo orações aos mortos, aos confrades e benfeitores. No final da Idade Média, a maior parte das irmandades procurava responder a uma pluralidade de funções que ultrapassavam a dimensão devocional, desde o fornecimento de socorros mútuos à prestação de auxílio espiritual aos seus membros e aos mais necessitados. Em Portugal, entre os séculos XII e XV, as confrarias concentraram-se na região noroeste, que tinha a maior densidade populacional. Desenvolveram-se também no centro-sul, nas imediações do rio Mondego e Tejo, assim como onde o desenvolvimento urbano era mais intenso, como Guimarães, Santarém, Lisboa, Setúbal e Évora³²⁵.

Na Época Moderna, no reino e nos domínios portugueses, as associações religiosas organizadas pela população foram fundamentais para a produção e manutenção da estrutura eclesiástica. As associações foram importantes na estruturação social do território, sendo anteriores à criação de paróquias, interligando os indivíduos através de suas devoções³²⁶. As tipologias associativas existentes exerceram práticas devocionais, como festas e celebrações aos oragos católicos, e práticas de assistência fúnebre. Charles Boxer afirmou que as associações produziram uma idéia de unidade entre as diferentes possessões lusitanas, ao citar o exemplo das Misericórdias surgidas no período moderno³²⁷. Todavia, apesar das associações terem tido como referência as formas de associativismo portuguesas, suas trajetórias foram diversas quando inseridas em contextos sociais diversos. Concordamos com Isabel dos Guimarães Sá, ao afirmar que as associações se formaram em consonância com suas condições sociais e explicitaram a estratificação social de suas populações³²⁸.

³²⁴ SÁ, Isabel dos Guimarães. Igreja e assistência em Portugal no século XV. In: **Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**, v. LIII, 1995, p. 229.

³²⁵ PENTEADO, Pedro. Confrarias. In: In: AZEVEDO, Carlos Moreira. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 459-470.

³²⁶ LOPES, João Carlos. **A Confraria de Lavradores de Torres Novas**. Torres Novas: Digital Texto Comunicações, 1993, p. 12-14.

³²⁷ BOXER, C. R. **O império marítimo português: 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 267-286.

³²⁸ SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português (1500-1800)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 59.

O contexto de avanço protestante na Europa e a Contra - Reforma católica, com a realização do Concílio de Trento, fez com que ocorresse também a difusão de determinadas devoções, do século XVI ao XVIII. Ocorreu um aumento imensurável de confrarias e irmandades, a maior parte delas centradas nas devoções ao Santíssimo Sacramento, às Almas do Purgatório e a Nossa Senhora do Rosário³²⁹. As disposições tridentinas valorizaram a religiosidade leiga e o culto aos santos, presentes nas irmandades das possessões lusitanas³³⁰. Segundo Maria Marta Lobo de Araújo, nesse período, quem podia integrava mais do que uma confraria, procurando reunir esforços em torno da salvação de sua alma e mais solidariedade em vida³³¹.

No século XVII, a Coroa acentuou a sua pretensão de afastar as confrarias da alçada eclesiástica, através de legislação específica, sobretudo por intermédio dos provedores das comarcas³³². No século XVIII, houve maior intervenção da Mesa da Consciência e Ordens sobre as confrarias e irmandades, na definição dos seus padrões de organização e funcionamento. Essa intervenção aconteceu principalmente na avaliação dos seus compromissos³³³. Mara Regina do Nascimento considerou que a Igreja e a monarquia portuguesa estavam no século XVIII unidas pelo padroado régio e ambas procuraram controlar e vigiar a vida dos confrades nos diversos campos em que atuaram. Para a autora, as irmandades religiosas possuíam muito mais afinidade e empatia com o poder do monarca do que com o clerical, porque seguiam internamente uma estrutura baseada nas distinções hierárquicas de poder e prestígio, idealizadas no universo palaciano³³⁴. Discordamos deste último aspecto, ao entendermos que as associações estabeleceram relações com os poderes constituídos de acordo com seus interesses e motivações, sendo produto e produtoras dos seus campos religiosos.

As irmandades religiosas tinham estatutos e eram organizações geralmente dedicadas a um santo padroeiro. Algumas eram proprietárias de igrejas ou capelas e cemitérios, expressão orgânica dos grupos locais onde se formaram³³⁵. Essas associações serviram para o reconhecimento dos lugares sociais de cada um no seio da comunidade, oferecendo aos confrades uma série de direitos, como o de ser enterrado,

³²⁹ PENTEADO, 2000, p.459-470.

³³⁰ KUHN, Fábio. "Um corpo, ainda que particular": irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. *História Unisinos*, v. 14, nº02, maio/agosto de 2010, p. 121.

³³¹ ARAÚJO, 2012, p. 123.

³³² PENTEADO, 2000, p.459-470.

³³³ ARAÚJO, 2012, p. 123.

³³⁴ NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana – séculos XVIII e XIX**. 2006, 362f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 24.

³³⁵ BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986, p. 51-53.

utilizando suas tumbas e vestindo hábitos de ordens religiosas, e dispor de sufrágios pela salvação de suas almas, como a realização de missas aos vivos e defuntos³³⁶. Os indivíduos ainda exercitavam um conjunto de deveres. Seus associados contribuiriam com jóias de entrada e anuais, e deveriam comparecer às funções confrariais³³⁷.

Essas associações eram expressão orgânica da vida religiosa dos leigos, na orientação doutrinal dos fiéis, no estímulo à procura dos sacramentos, no culto aos mortos e no exercício de outras atividades devocionais e piedosas. Pedro Penteadó considerou que as confrarias tiveram um papel relevante na construção da identidade dos vários grupos que a compunham e nos processos de coesão comunitária e formas de sociabilidade, principalmente na promoção das festas aos seus santos padroeiros e nas celebrações religiosas³³⁸. Acrescentamos a esse aspecto ainda os conflitos e tensões intra e extra associativas, presentes em várias ocasiões e práticas, como nas procissões e festas com as precedências ou etiqueta cerimonial ou mesmo com relação aos gastos, atrasos nos pagamentos das taxas confrariais ou nas disputas pelos cargos nas Mesas.

No século XVIII, as *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia* orientavam que as irmandades fossem criadas tendo como objetivos o serviço de Deus e a honra e veneração aos santos. Essa legislação previa a possibilidade de existência de dois tipos de irmandades, as “eclesiásticas” e as “seculares”. As primeiras eram também chamadas de “irmandades de obrigação” e funcionavam com a aprovação de seus compromissos ou estatutos pelas autoridades eclesiásticas; já as segundas, que também eram chamadas de “irmandades de devoção”, funcionavam sem essa formalização estatutária, porém seriam acompanhadas pelas visitas eclesiásticas nas comarcas católicas em que se encontrassem instaladas. Seguindo as medidas tomadas no Concílio de Trento, o Arcebispado da Bahia estimulava ainda que as irmandades religiosas adotassem como objetos de suas devoções o Santíssimo Sacramento e do nome de Jesus, bem como a devoção mariana e pelas almas do purgatório³³⁹.

336 FURTADO, Júnia Ferreira. Transitoriedade da vida, eternidade da morte: ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas. In: JANCSON, István e KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: EdUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, p. 402.

337 REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1996, p. 04.

338 PENTEADO, 2000, p.459-470.

339 Cf. Livro 4º, Título LX. Das confrarias, capelas e hospitais, e da forma que devem ter os compromissos das confrarias sujeitas à nossa jurisdição eclesiástica. In: VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Estudo introdutório e edição de Bruno Fleiter, Evergton Sales, Istvan Jancsó (orgs.). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010 (Documenta Uspiana; 4).

Segundo Caio César Boschi, na América portuguesa existiram irmandades que não se estatuíram formalmente, que funcionaram sem a chancela das autoridades³⁴⁰. Todavia, quando as mesmas buscavam essa autorização, a data de aprovação de seus compromissos representava a obtenção de status jurídico, confirmada “de jure”. Isso não significou que a associação não tivesse se formado antes desse momento. Pelo contrário, a existência precedente da irmandade possibilitou que esta buscasse pela formalização da associação. Nos casos das irmandades “de devoção”, o compromisso poderia não ter existido, mas não excluía a instituição da associação. De qualquer forma, elas sempre estiveram sujeitas ao controle das autoridades coloniais, e no campo religioso, os visitantes das comarcas eclesiásticas cumpriram esse papel³⁴¹. O poder temporal exigia que as associações submetessem seus livros de receitas e despesas, de entrada e matrícula, de inventários e legados aos visitantes eclesiásticos³⁴².

De acordo com as *Constituições Primeiras*, nas visitas eclesiásticas os visitantes deveriam observar os gastos confrariais, verificando se elas destinavam suas rendas para o pagamento de missas pelas almas dos defuntos, seja com o uso de capelão particular ou pagando o pároco da igreja por esse serviço litúrgico. Outros tipos de gastos eram menos preocupantes, com comida, danças, comédias, pois faziam parte dos momentos de confraternização dos membros das associações de leigos³⁴³.

Porém, pensamos que o controle monárquico e religioso sobre as irmandades religiosas precisa ser relativizado na América portuguesa, sobretudo por causa de suas dimensões territoriais e sociais. O poder de alcance dos prelados e das autoridades metropolitanas variou em todo esse espaço, não apresentando a mesma eficácia, não apenas com relação ao controle da população, mas também acerca do custeio do campo religioso das localidades diversas. Mesmo com a produção das normas eclesiásticas contidas nas *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*, e suas instruções sobre a realização das visitas eclesiásticas, no cotidiano as coisas eram diferenciadas.

As irmandades religiosas refletiram as estratificações sociais locais. A sociedade colonial da América portuguesa estava estruturada em molde corporativista, calcado nas diferenças entre os grupos. As associações representaram as elites locais, a “nobreza da terra”, com os senhores de engenho, altos magistrados, grandes

³⁴⁰ BOSCHI, Caio. “Em Minas, os negros e seus compromissos”. In: FILHO, Amílcar Vianna Martins (orgs.). **Compromissos das irmandades mineiras do século XVIII**. Belo Horizonte: Claro Enigma / Instituto Cultural Amílcar Martins, 2007, p. 280-281.

³⁴¹ BOSCHI, 1986, 26-27.

³⁴² Idem, p. 41.

³⁴³ Cf. Livro 4º, Título LXII. Da eleição dos oficiais de cada confraria, e que cada ano dêem conta com entrega; e das missas que se devem dizer nas ditas confrarias. In: VIDE, Sebastião Monteiro, *Op. Cit.*

negociantes, mas também os grupos de pretos e mulatos, cativos ou libertos. As irmandades de brancos podiam ser de portugueses ou de brasileiros e as de pretos se subdividiam nas de crioulos e africanos ou se fracionar também de acordo com as etnias de origem, havendo as de angolanos, benguelas, jejes, nagôs³⁴⁴. As associações corresponderam ainda a outros segmentos da sociedade, existindo irmandades de comerciantes, militares, artesãos e outros ofícios³⁴⁵.

Começando pelo topo da estratificação social, as elites coloniais formaram suas irmandades representativas, alistando-se principalmente nas Misericórdias, Irmandades de São Miguel e Almas e Irmandades do Santíssimo Sacramento. Faziam parte desse segmento os indivíduos que ocupavam os cargos municipais, a magistratura, os oficiais das Companhias de Ordenanças ou da tropa paga, os doutores em Teologia, Direito Canônico, Medicina, e grandes comerciantes. Para Fábio Kühn, numa sociedade de Antigo Regime, o pertencimento a uma irmandade composta pelos principais ou homens bons era algo tão importante quanto o fato de ser oficial da câmara municipal. Isso fazia parte da busca de um *ethos* aristocrático. A participação em irmandades religiosas era um componente de ascensão social, especialmente nos cargos de suas mesas diretoras, que conferiam status e prestígio³⁴⁶. Vários dispositivos foram elaborados nos compromissos para impedirem a entrada de pessoas indesejadas nessas associações, como pretensão de homogeneidade entre os indivíduos do grupo social.

Africanos e seus descendentes livres, escravizados ou forros, também produziram suas irmandades, seja por iniciativa das autoridades civis e eclesiásticas como por suas próprias motivações. Por exemplo, o Papa Gregório XIII autorizou a organização de irmandades compostas pelos escravos, no fim do século XVI, com o objetivo de doutriná-los nos dogmas católicos. A Coroa portuguesa entendia ser importante a evangelização dos cativos e sua inserção no mundo católico para se evitarem práticas religiosas politeístas. E em 1576 um decreto real ordenava que os dízimos cobrados dos africanos recém-convertidos fossem utilizados para as suas igrejas e suas irmandades, pelo espaço de seis anos³⁴⁷.

A primeira irmandade de negros de Lisboa nasceu na igreja do Convento de São Domingos. Nela havia uma Irmandade de Nossa Senhora do Rosário instituída por

³⁴⁴ FURTADO, 2001, p. 401-402; REIS, 1996, p. 05.

³⁴⁵ HOORNAERT, Eduardo. La iglesia católica en el Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. 2. América Latina colonial: Europa e América en los siglos XVI, XVII, XVIII. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 216.

³⁴⁶ KUHN, maio/agosto de 2010, p. 122.

³⁴⁷ MULVEY, Patrícia A. Irmandade. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa**. Lisboa, São Paulo: Verbo, 1994, p. 444-448.

peças brancas, do final do século XV. Todavia, a partir da centúria seguinte, os negros foram ocupando espaço nessa instituição. Em 1551, essa confraria de Nossa Senhora do Rosário estava dividida em dois grupos, um de “peças honradas” e a outro dos pretos forros e escravos de Lisboa. Na década de 1580, surgiram ainda na cidade duas confrarias exclusivamente de negros, a de Nossa Senhora de Guadalupe e a de São Benedito. Nos séculos XVII e XVIII formaram-se outras associações religiosas de negros, demonstrando o crescimento da população de origem africana em Portugal³⁴⁸.

Para Lucilene Reginaldo, foi significativo o número de petições das irmandades negras nos processos de resgate de irmãos cativos. Isso indicou que essas associações constituíram importantes canais de defesa dos escravos em Portugal, processo este que se verificou também em muitas associações de negros da América portuguesa³⁴⁹. Discordamos da autora sobre esse aspecto, pois não havia conflitos entre irmandades e escravidão. Isso poderia ter ocorrido mais como exceção do que regra. Não entendemos essas associações como instituições que oferecessem empréstimos aos escravos, para comprarem sua liberdade ou ajudá-los nos processos judiciais por causa da alforria, sobretudo pelos poucos recursos financeiros que tinham.

Na colônia luso-americana, a primeira irmandade de escravos foi dedicada a Nossa Senhora do Rosário, em Pernambuco, em 1552, para os escravos africanos recém-chegados da Guiné. As irmandades mais procuradas pelos cativos e libertos foram as de Nossa Senhora do Rosário e a de São Benedito, apesar da busca também por outros santos, como Santa Efigênia e Nossa Senhora do Carmo³⁵⁰. As irmandades eram as únicas organizações sancionadas pela Coroa portuguesa nas quais cativos, negros livres e libertos podiam legalmente se reunir. Essas associações constituíram-se em espaços de controle e autonomia das populações de origem africana³⁵¹.

Muitos dos negros que viveram nas cidades coloniais da América portuguesa aspiraram a se tornarem membros e oficiais de irmandades, formadas no interior da comunidade afro-brasileira. Esses grupos de africanos e seus descendentes também solicitaram a constituição dessas confrarias como forma de se movimentarem socialmente, em que pudessem encontrar seus iguais, seja a pessoa escrava ou livre,

³⁴⁸ REGINALDO, Lucilene. “África em Portugal”: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII. *História*. São Paulo, 28, 2009, p. 296-297.

³⁴⁹ REGINALDO, 2009, p. 302.

³⁵⁰ RUSSELL-WOOD, A. J. R. *Escravos e libertos no Brasil colonial*. Trad. Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 189-192.

³⁵¹ SIMÃO, Maristela dos Santos. *As irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII*. 2010, 108f. Dissertação (Mestrado em História da África) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, p. 11-12.

negro ou mulato³⁵². Os objetivos primários das associações eram devocionais, mas no século XVIII, elas exprimiam cada vez mais os sentimentos de seus membros, como a igualdade de privilégios e o direito ao autogoverno sem intervenção branca³⁵³.

Com o aumento da miscigenação, fruto das intensas mesclas, relações entre os grupos ético-culturais presentes na América portuguesa, além do processo de lutas, tensões e conflitos que geraram ao longo do processo histórico grupos de forros e libertos, foram criadas irmandades relativas aos pardos, aos pretos forros, aos mulatos. Todavia, a segregação social foi marcante durante toda a fase colonial brasileira, o que gerou operações de divisões de irmandades e confrarias relacionadas desde pertencças étnicas à situação econômica dos indivíduos. Formas de hierarquização e de divisão social, as irmandades religiosas, por outro lado, não impediram que fossem admitidos brancos em irmandades de negros, em alguns casos ocupando cargos nas Mesas dessas associações, embora em geral pagassem uma entrada e uma anuidade mais altas.

Outra forma de associação, a Misericórdia lisboeta era a mais prestigiada associação estabelecida no mundo português. Nasceu em Portugal, em 1498, por iniciativa de um pregador da Ordem Trinitária, e um grupo de leigos, sob a proteção da rainha D. Leonor. Os reis portugueses, começando por D. Manuel I, concederam privilégios reais exclusivos e fizeram doações à Misericórdia de Lisboa³⁵⁴. Seus membros eram pessoas brancas, pertencentes às elites e marcadas pelo ideal de “pureza de sangue”. O grande prestígio dessa associação esteve relacionado também aos seus membros, dentre os quais pessoas da Família Real lusitana, governadores, vice-reis, camaristas, grandes proprietários de terras e ricos mercadores³⁵⁵. Essa associação se disseminou por todo o reino e império, demonstrando a adesão das elites locais³⁵⁶. As Misericórdias usufruíam de um conjunto de privilégios que as tornaram vantajosas para esses grupos. Essas associações respondiam apenas ao rei ou seus representantes e não eram visitadas pelo poder eclesiástico, exceto no que tocava às suas igrejas e altares³⁵⁷.

As Misericórdias prestaram assistência aos necessitados, através das “quatorze obras”, sendo sete espirituais e sete corporais. A saber, das obras espirituais: ensinar aos simples; dar bom conselho a quem o pede; castigar com caridade os que erram; consolar

³⁵² SILVA, Luiz Geraldo. Religião e identidade étnica. Africanos, crioulos e irmandades na América portuguesa. *Cahiers des Amériques Latines* (Paris), Paris, v. 44, n. 3, 2003, p. 86-87.

³⁵³ RUSSEL-WOOD, 2005, p. 142.

³⁵⁴ SÁ, 1997, p. 49-50.

³⁵⁵ SÁ, Isabel dos Guimarães. As Misericórdias. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). *História da Expansão portuguesa*. Vol I. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 361.

³⁵⁶ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. As manifestações de rua das Misericórdias portuguesas em contexto barroco. In: *Hispania Sacra*, v. LXII, nº125, enero-junio 2010, p. 94.

³⁵⁷ SÁ, Isabel Guimarães. As Misericórdias de Gouveia no período moderno, p. 03. Disponível em: [HTTP://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4819/1/gouveia.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4819/1/gouveia.pdf). Acesso em 24/11/2014.

os tristes desconsolados; perdoar a quem errou; sofrer as injúrias com paciência; rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos. Dentre essas obras espirituais, a sétima – “rogar a Deus pelos vivos e pelos mortos” – era praticada de uma forma sistemática, uma vez que as misericórdias deviam os seus avultados patrimônios à necessidade de salvar as almas dos falecidos. Das obras corporais, eram as seguintes: remir os cativos e visitar os presos; curar os enfermos; cobrir os nus; dar de comer aos famintos; dar de beber a quem tem sede; dar pousada aos peregrinos e pobres; enterrar os mortos³⁵⁸.

Todavia, a função social mais importante de uma Misericórdia foi a construção dos primeiros hospitais. Com os seus médicos residentes, as suas enfermeiras e os seus capelães, os hospitais estavam abertos a todos os grupos sociais. A ajuda aos presos era outro serviço vital. Esta entidade era a única autorizada a fazer serviços funerários para as pessoas que não eram seus membros, mercê esta que a distinguiria de qualquer outra forma de associação criada por outros segmentos sociais. As misericórdias constituíam também uma fonte de renda para a Igreja, uma vez que pagavam as missas pelos mortos e construíam igrejas para as populações locais. Essa instituição dependia da caridade privada, das anuidades dos irmãos, dos juros dos empréstimos que concedia, das rendas das propriedades e dos legados em dinheiro, terras e escravos. O funcionamento da Misericórdia lisboeta, contudo, precisou do aval da Santa Sé, que foi obtido pela participação da delegação portuguesa no Concílio de Trento. Na última sessão desse concílio, em 1562, definiram que essa Misericórdia era uma confraria sob proteção régia, com privilégios e mercês constantes na legislação lusitana. Sua criação não era sancionada pelos bispos e não estavam sujeitas às visitas pastorais. Cabia ao rei a criação e o controle dela e de suas similares presentes nos domínios portugueses³⁵⁹.

Esse conjunto de privilégios tornava as misericórdias vantajosas para as elites locais³⁶⁰. Sua expansão pelo reino e domínios ultramarinos surgiu como produto de uma vontade política de dotar a monarquia de instituições que obedecessem a um padrão comum, fornecido pela Misericórdia de Lisboa. As Misericórdias responderam às necessidades de uma monarquia em afirmação, que se estendia da Península Ibérica aos Arquipélagos Atlânticos, África, Ásia e América³⁶¹. Em 1502, havia Misericórdias nas praças do norte da África, enquanto eram ainda inexistentes em muitas cidades e vilas

³⁵⁸ SEABRA, Leonor Diaz de. **A Misericórdia de Macau (séculos XVI a XIX): Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio**. Macau: Universidade do Porto, 2011, p. 21-22.

³⁵⁹ SÁ, 1998, p. 363.

³⁶⁰ SÁ, Isabel dos Guimarães. A Misericórdia de Gouveia no período moderno. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4819/1/gouveia.pdf>. Acesso em 24/11/2014.

³⁶¹ SEABRA, 2011, p. 10-11.

do reino. A criação de Misericórdias funcionou não como uma uniformização, mas como uma linguagem comum em serviços assistenciais e gestão da caridade³⁶².

Embora a primeira Misericórdia tenha sido fundada em Lisboa em 1498, as filiais americanas foram criadas entre 1550 e 1584 na maior parte das vilas e cidades costeiras e, no século XVIII, em Minas Gerais. Em 1593, a monarquia portuguesa concedeu às Misericórdias americanas a exclusividade de transportar defuntos que não eram seus membros. A primeira e mais importante Misericórdia luso-americana foi fundada em Salvador em meados do século XVI³⁶³, mas outras foram criadas em Santos, Espírito Santo, Vitória, Olinda, Ilhéus, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Porto Seguro, Sergipe, Paraíba, Itamaracá, Belém, Igarassu e São Luís do Maranhão. Na capitania de Mato Grosso não foi fundada nenhuma Misericórdia no século XVIII, apesar de Manoel Fernandes Guimarães, no ano de 1755, ter deixado em testamento parte de seus bens para a fundação de uma Misericórdia em Cuiabá³⁶⁴.

As Ordens Terceiras eram associações cuja existência dependia de autorização dada por uma Ordem Primeira, como a de São Francisco, São Domingos, Santo Agostinho e Nossa Senhora do Carmo. Seus membros tinham hábitos, escapulários, cordões e o privilégio de serem enterrados vestindo o hábito de sua ordem religiosa³⁶⁵. As Ordens Terceiras almejavam uma vida apostólica, objetivavam a perfeição cristã. Não eram confrarias ou irmandades, mas aproximavam-se de sua organização, tendo suas regras aprovadas pela Santa Sé. Seus membros faziam noviciado e profissão. Existiram Ordens Terceiras de São Francisco, de São Domingos, dos Carmelitas, de Nossa Senhora das Mercês, de São Francisco de Paula e dos Trinitários³⁶⁶.

Acompanhamos algumas das formas de associações existentes no período moderno, no reino e nos domínios ultramarinos. Entretanto, suas produções ou formações decorreram das condições sociais das diversas localidades. Analisamos a criação das associações religiosas no campo religioso da capitania de Mato Grosso comparando-o com outras configurações sociais igualmente formadas no século XVIII e

³⁶² SÁ, 1998, p. 360.

³⁶³ Cf. RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

³⁶⁴ AHU – Mato Grosso. Caixa 15. Doc. 928. Carta do juiz de fora João Batista Duarte ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro sobre a herança deixada por Manoel Fernandes. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07 de maio de 1771.

³⁶⁵ MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do Corpo Místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás (1736-1808)**. Tese (Doutorado em História e Teoria das Idéias). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 07-08; PRECIOSO, Daniel. **Terceiros de cor: pardos e crioulos em Ordens Terceiras e Arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)**. 2014, 356f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 28.

³⁶⁶ ARAÚJO, Antônio de Sousa. Ordens Terceiras. In: AZEVEDO, Carlos Moreira. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 348-354.

que tiveram a mineração como uma de suas principais características sociais, ou seja, as capitanias de Minas Gerais e Goiás. O governo lusitano adotou medidas específicas para essas áreas, como o impedimento da instalação de ordens religiosas, diante da preocupação com os descaminhos do ouro³⁶⁷. Essas áreas mineradoras tiveram regimentos voltados para a sua administração ou governo de forma comum no século XVIII, como a adoção, pela Mesa da Consciência e Ordens e Bispado do Rio de Janeiro, dos Regimentos Eclesiásticos de Vila Boa, capitania de Goiás, para a administração eclesiástica da Prelazia do Cuiabá, na década de 1750, conforme já referimos.

Na capitania de Minas Gerais existiram mais de 230 associações de leigos, entre irmandades, confrarias, arquiconfrarias, Ordens Terceiras e Misericórdias, estas últimas de forma bastante irregular. As irmandades mais antigas e as Ordens Terceiras ofuscaram as Santas Casas mineiras³⁶⁸. As Ordens Terceiras possuíam maior poder simbólico, financeiro e social, sendo instituições caras às elites mineiras. Apesar da proibição da instalação de conventos franciscanos, os frades adentravam a capitania de Minas Gerais com licenças especiais e se fixavam por largos períodos na região. Na capitania de Minas Gerais, a Ordem Terceira franciscana de Ouro Preto possuía filiais. Serro Frio, Congonhas do Campo, Itaverava, Borba do Campo, Sabará, Itabira são algumas das localidades dessa configuração social filiadas à instituição secular de Ouro Preto³⁶⁹. As associações de irmãos leigos, como as ordens terceiras, construíram igrejas imponentes, promovendo festividades e organizando o culto divino. Ao contrário do que ocorreu em outras localidades, como Salvador e Rio de Janeiro, onde as capelas terceiras encontram-se anexas ao corpo de seus conventos, em Minas Gerais, os templos das ordens terceiras ergueram-se livres e em terrenos próprios³⁷⁰.

Na capitania de Goiás, não ocorreu a instalação de uma Misericórdia no século XVIII, mas existiram desde irmandades a pias uniões, confrarias e arquiconfrarias, ultrapassando três dezenas de associações³⁷¹. Segundo Juliana de Mello Moraes, registros ainda demonstraram ligações entre a Ordem Terceira de São Paulo e os moradores da capitania de Goiás no século XVIII. A Ordem Terceira possuía uma extensão em Vila Boa de Goiás. As cerimônias de noviciado e profissão da Ordem

³⁶⁷ SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975, p. 16-17.

³⁶⁸ FRANCO, Renato. O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 27, n. 53, janeiro-junho de 2014, p. 5-25.

³⁶⁹ MORAES, Juliana de Mello. **Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)**. 2009, 636f. Tese (Doutoramento em História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal, p. 360.

³⁷⁰ PRECIOSO, 2014, p. 04-05.

³⁷¹ Cf. MORAES, 2005.

Terceira decorriam na igreja de Nossa Senhora do Rosário, através de um frade franciscano, também denominado padre comissário³⁷².

Na capitania de Mato Grosso ocorreu somente a produção de irmandades religiosas nos anos setecentos, com quase dez associações. Indagamos como se poderia explicar a não formação nessa configuração social de uma variedade maior de formas de associativismo. No final do século XVIII, o governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro relatou ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, esse quadro eclesiástico, dizendo não ter havido a instalação de Ordens Monásticas ou Mendicantes na capitania de Mato Grosso³⁷³.

No espaço da fronteira Oeste da América portuguesa, a inexistência de uma diversidade de associações não representou falta de iniciativa dos moradores. Na década de 1740, os fregueses da Vila do Cuiabá reivindicaram da monarquia portuguesa a mercê da criação de uma Misericórdia³⁷⁴. Fizeram isso através dos oficiais de sua câmara, pedindo a instalação de uma igreja e hospital de Misericórdia na vila e o envio de três ou quatro religiosos missionários para “se empregarem no exercício de conversão dos infieis destes sertões³⁷⁵”. Alegaram os moradores que as Minas cuiabanas estavam povoadas cerca de dezoito anos, tendo sido elevado o arraial do Cuiabá à condição de vila desde 1727, e não dispunha de nenhuma “igreja da Misericórdia”, como existente em algumas vilas e cidades do Brasil³⁷⁶.

Os fregueses consideravam que a existência da Misericórdia possibilitaria a assistência e auxílio aos moradores, tais como a construção de um hospital; a oferta de sepulturas aos cadáveres dos pobres e sufragios por suas almas; ajuda aos presos e encarcerados; amparo aos órfãos; apoio às situações de fome e carência quando da situação de inundações provocadas pelas cheias dos rios que destruíam as plantações de alimentos; auxílio nos momentos de doenças que assolavam a população³⁷⁷. Segundo os requerentes, muitos “têm perdido a saúde [...] navegando perigosos rios e atravessando matos, serranias e campos pelo decurso de meses e anos inteiros, padecendo grandes

³⁷² MORAES, 2009, p. 358.

³⁷³ AHU – Mato Grosso. Caixa 34. Doc. 1787. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que não existem na Capitania nem Ordens Monásticas, nem as Mendicantes. Vila Bela da Santíssima Trindade, 12 de junho de 1798.

³⁷⁴ AHU – Mato Grosso. Caixa 03. Doc. 139. Carta do Ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre o pedido dos moradores da Vila do Cuiabá do estabelecimento de uma igreja da Misericórdia que sirva também de hospital e que lhe seja atribuído parte dos dízimos da comarca e pede ainda o envio de missionários. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20 de setembro de 1740.

³⁷⁵ AHU – Mato Grosso. Caixa 03. Doc. 139.

³⁷⁶ Idem.

³⁷⁷ Ibidem.

fomes por falta de sustento, por não terem outro mais que o das caças e peixes”. Muitos dos que adentravam os sertões para alcançar a Vila do Cuiabá valiam-se de raízes e âmagos de diversas árvores, frutas e mel agrestes, compondo sua alimentação nesse percurso. Falaram ainda da pouca roupa, da falta de salubridade das águas e da ardência do sol, o que fez com que muitos sertanistas morressem pelo caminho e quando sobreviviam não encontravam amparo à sua saúde na vila. Destacaram como uma doença recorrente a lepra, presente nos corpos de “vários e numerosos pobres” que não tinham meios para se curarem, pois desde o descobrimento das minas cuiabanas não tinha vindo para essa região “médico de profissão”³⁷⁸.

Sugeriram os moradores que o custeio da Santa Casa de Misericórdia fosse feito através dos rendimentos dos dízimos cobrados na comarca do Cuiabá, do mesmo modo como os dízimos reais ajudavam no sustento da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro. O pedido dos moradores da Vila do Cuiabá de instalação de uma Santa Casa de Misericórdia na vila não foi considerado uma medida de urgência pelo Conselho Ultramarino. Aos olhos da monarquia, não parecia a Vila do Cuiabá ainda bem estabelecida para a instalação dessa instituição. Consideravam mais necessário o envio de missionários para a evangelização dos indígenas, que muitas vezes ameaçavam a instalação de mineradores e proprietários de terras nas proximidades da vila.

Esse caso explicita o cenário da Vila do Cuiabá no ano de 1740, período posterior à elevação do antigo arraial do Cuiabá à condição de vila, em 1727. Esse espaço ainda era pertencente à capitania de São Paulo e não havia sido criada a Prelazia do Cuiabá. A Coroa portuguesa estava ciente dessa fase inicial de estruturação do espaço cuiabano e das negociações que ainda enfrentaria com a Coroa espanhola pela posse desse território da fronteira Oeste. Nesse contexto ainda estava em curso a substituição do poder de controle das minas, dos arraiais de mineração e da vila das mãos dos primeiros conquistadores para o controle dos oficiais régios. Por outro lado, a quantidade de brancos era pouco significativa para a formação de associações geralmente relacionadas a esse estrato social, como as Misericórdias. As atenções metropolitanas estavam voltadas para a ocupação e defesa das áreas auríferas, das minas do Cuiabá e depois do Guaporé, como ocorreu nas demais décadas do XVIII.

Na década de 1770, as mesmas solicitações continuaram sendo feitas pelos moradores da Vila do Cuiabá, mas sobre um legado testamentário deixado por Manoel Fernandes Guimarães a favor da construção de um hospital da Santa Casa de Misericórdia. Junto aos bens acumulados nas minas do Cuiabá, Manoel Fernandes tinha

³⁷⁸ Ibid.

doze mil cruzados administrados na cidade do Porto por Antônio de Oliveira de Andrade, em que metade desse montante deveria ser destinada à construção da casa que serviria de hospital da Misericórdia e compra de roupas e remédios. Contudo, numa situação de morte no ultramar, os familiares residentes no reino reclamavam pelos bens acumulados desses falecidos, fazendo com que muitas vezes não se executasse a vontade registrada em testamento do morto, como ocorreu neste caso de Cuiabá³⁷⁹. A Santa Casa de Misericórdia foi instalada em Cuiabá nas primeiras décadas do XIX.

Segundo Renato Franco, no século XVIII a Misericórdia não representou uma entidade paradigmática de acolhimento à pobreza nas capitanias de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso. Em muitas vilas e cidades, as demandas não apresentavam real capacidade financeira de manter a instituição, sobretudo porque muitas localidades eram de formação recente e ainda se estruturavam socialmente³⁸⁰. No caso da Vila do Cuiabá, o pedido da formação de uma Santa Casa de Misericórdia aconteceu quando a localidade estava nos primeiros anos de sua sedimentação, permeada pela instabilidade das atividades minerais. O Conselho Ultramarino parece ter desconfiado da viabilidade financeira dos grupos locais no custeio dessa associação numa área recém-conquistada.

No XVIII, diante da não instalação de uma Misericórdia na Vila do Cuiabá, exerceu algumas de suas funções a Irmandade de São Miguel e Almas, desde o início da formação da vila. Este fato alinhou-se ao ocorrido com outras partes da América portuguesa em que não se verificou a instalação de Misericórdias, a exemplo da Irmandade de São Miguel e Almas de Vila Boa, de Goiás. Em Mato Grosso e Goiás, as irmandades de São Miguel e Almas ofereceram serviço fúnebre para as pessoas que não eram seus associados. Aqueles que não podiam pagar poderiam ter assistência fúnebre gratuita, sendo geralmente enterrados nos adros das igrejas. Na capitania de Minas Gerais, as irmandades de São Miguel e Almas também ofereceram serviço fúnebre para além de seus associados, alugando tumba a preços módicos ou fazendo o funeral daqueles que não tinham recursos para isso³⁸¹. Na Vila de Curitiba, a Irmandade de São

³⁷⁹ AHU – Mato Grosso. Caixa 15. Doc. 928. Carta do juiz de fora João Batista Duarte ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro sobre a herança deixada por Manoel Fernandes. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07 de maio de 1771.

³⁸⁰ FRANCO, Renato. **Pobreza e caridade leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa**. 2011, 385f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 80.

³⁸¹ CAMPOS, Adalgisa Arantes. A veneração às almas do Purgatório: um contraponto entre Portugal e a Colônia. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.geocities.ws%2Fadarantes%2FArtigos_Adalgisa%2F13_A_veneracao_as_almas_do_Purgatorio_um_contraponto_entre_Portugal_e_a_Colonias.doc&ei=SNYIVfbBEISuggSipYToDw&usq=AFOjCNFzxiqhgG0oorB2hxZDdJ7I8OHXRaA&bvm=bv.90237346.d.eXY. Acesso em 08/04/2015;

Miguel e Almas também desempenhou esse papel. Essa associação tinha uma tumba que alugava para os sepultamentos, cobrando o valor de 640 réis³⁸².

Segundo Cristina de Cássia Pereira Moraes, na capitania de Goiás as principais ações caritativas ou piedosas de uma Misericórdia foram desenvolvidas pela Irmandade de São Miguel e Almas, em Vila Boa. Suas ações se caracterizaram no socorro em vida aos pobres, enfermos e desamparados, e após a morte deles, nos seus sepultamentos. Essa associação ainda acompanhava os condenados ao seu lugar de suplício, dando-lhes a veste apropriada e a corda para o seu enforcamento, e depois acendiam velas em sufrágio de suas almas e sepultavam seus cadáveres³⁸³.

Entretanto, isso não se deu no caso da Irmandade de São Miguel e Almas da Prelazia de Cuiabá. Por mais que seus estatutos estabelecessem o cuidado com a saúde dos pobres, a associação não construiu um hospital ou casa de saúde na localidade. Sua atuação extra-associativa se deu apenas no enterro de não filiados, notadamente reconhecidos como desvalidos ou pobres, enterrados no adro da igreja. Ocorreu ainda, dentro do campo do universo fúnebre, a oferta de missas pelas almas do Purgatório, para as quais a associação recolhia esmolas pela Vila do Cuiabá e proximidades.

Observamos que enquanto Minas Gerais possuiu mais de duas dezenas de associações, Goiás apresentou um pouco mais de três dezenas e Mato Grosso cerca de uma dezena. Isso fez parte da dinâmica social de cada configuração social, do processo de formação dos espaços e de seus grupos sociais. As irmandades religiosas se formaram na capitania de Mato Grosso, nos anos setecentos, independentemente da elaboração de seus estatutos ou compromissos ou da aprovação do Bispado do Rio de Janeiro ou da Mesa da Consciência e Ordens. No próximo capítulo, adentraremos nesse universo confrarial, apresentando as irmandades religiosas elegidas para análise.

CAMPOS, Adalgisa Arantes. **As irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: culto e iconografia no setecentos mineiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2013, p. 135-175; FRANCO, 2014, p. 5-25.

³⁸² MORAES, Juliana de Mello. **Sacralização da pobreza: sociabilidades e vida religiosa numa pequena vila da América portuguesa**. 2003, 111f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 56.

³⁸³ MORAES, 2005, p. 174-175.

Capítulo 2

As irmandades religiosas da fronteira Oeste da América portuguesa

Analizamos neste capítulo a constituição das irmandades religiosas na capitania de Mato Grosso, relacionando-as com a formação dessa configuração social, no século XVIII. Seus grupos sociais eram constituídos por brancos, reinóis, indígenas, africanos e seus descendentes escravizados ou libertos, situados numa sociedade marcada por significativa miscigenação e estratificação. Discutimos como esses segmentos se constituíram durante o processo de formação social desse espaço e de que maneira as irmandades religiosas os representaram dentro do campo religioso. As associações corresponderam às posições de poder desses segmentos sociais e a necessidade e o consumo dos bens de salvação católicos. As irmandades religiosas estabeleceram critérios para a admissão de pessoas e compuseram seus campos de atuação nessa área de mineração e de fronteira com os domínios hispano-americanos.

Conforme discutimos anteriormente, na América portuguesa a monarquia portuguesa estimulou desde o século XVI a abertura de conventos e residências de jesuítas, beneditinos, franciscanos e carmelitas, mas no século XVIII proibiu a instalação de ordens regulares nas zonas de mineração³⁸⁴. Essa interdição incidia sobre as configurações sociais de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso, conferindo-lhes mais uma especificidade em relação às demais capitanias. Isto conformou um cotidiano marcado pela atuação das irmandades e demais associações religiosas na vivência do catolicismo. A criação das associações, inclusive em suas diversas tipologias, estava relacionada com as dinâmicas sociais desses espaços mineradores.

Na Prelazia do Cuiabá, o campo católico foi construído a partir da ação das irmandades religiosas e demais fregueses. Nessa jurisdição religiosa, situada distante dos centros de administração eclesiástica, foi inexistente a qualidade de padre colado e era reduzido o número de igrejas mantidas pelos recursos da Fazenda Real. Isso representou menor atuação da Mesa da Consciência e Ordens na efetivação do padroado régio e uma estratégia do Bispado do Rio de Janeiro para os casos de abusos ou atos ilícitos realizados pelos padres pagos ou encomendados na localidade, cuja solução seria seu desligamento ou transferência de comarca eclesiástica ou excomunhão.

³⁸⁴ FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas D'El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p. 85.

A monarquia pouco ajudou na construção dos templos, fazendo mercê de custear com os bens da Fazenda Real as igrejas pertencentes aos fortes militares e aldeias indígenas, considerando-as como capelas ou igrejas da “real proteção”. Essa situação levou a população a custear as obras de construções de seus templos. A documentação coeva apontou para a forte presença de homens que ocuparam cargos da administração e justiça, mormente os ouvidores e juízes de fora, coordenando tais construções. Coube à maioria das irmandades erigirem seus altares nos interiores desses templos, espacializando suas devoções em igrejas já construídas, enquanto ansiavam levantar seus templos próprios nos espaços das comarcas eclesiásticas.

Um exemplo dessa assertiva aparece normatizado nos Estatutos Municipais de Vila Bela da Santíssima Trindade, de 1753. Ali se determinava que as irmandades existentes na vila-capital construíssem seus altares dentro do espaço da igreja matriz, que deveria receber todos os recursos confrariais, por estar “nua e despida sem adorno”³⁸⁵. Essa medida visava concentrar o investimento dos leigos em um só templo, especialmente nesse momento inicial de formação e consolidação da nova vila. Foi também deliberado que a câmara municipal não daria licença e chãos para se edificar outras capelas e igrejas e que havendo devotos de qualquer santo deveriam direcionar os recursos para a construção de altares devocionais dentro da igreja matriz, o que ocorreu com as irmandades que se formaram no espaço da vila-capital. Única exceção foi dada à capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, com base no argumento de que a mesma estava sendo edificada no ano de 1753 e por ser uma devoção presente nesse espaço em anos anteriores à criação da vila-capital, nos arraiais das Minas do Mato Grosso.

³⁸⁵ Capítulo 1º - Sobre culto divino e festividades da Câmara e da Igreja desta Vila. Cf. Estatutos Municipais ou Posturas da Câmara da Vila Bela da Santíssima Trindade para o Regimento da República nos casos em que não há lei expressa segundo o Estado do País. Transcrição Carlos Alberto Rosa e Nauk Maria de Jesus. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (orgs.). **A Terra da Conquista: história de Mato Grosso Colonial**. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 195.

Essa situação só se alteraria nas décadas posteriores, com maior estabilidade de Vila Bela, com a edificação de outras capelas e igrejas, como a de Nossa Senhora do Monte do Carmo e Santo Antônio (Mapa 14), pois de acordo com o aumento populacional e com sua diversificação, outras irmandades foram criadas e em consequência foram empreendidas construções de capelas e igrejas próprias, mas também conforme as condições financeiras dessas associações³⁸⁶.

Para William de Souza Martins, a instituição das associações guardava pouca relação com as condições socioeconômicas locais nas quais se formaram, pois haveria uma autonomia nos processos institucionais de cada uma delas³⁸⁷. Todavia, em posição contrária ao que afirma Martins, acreditamos na convergência de fatores sociais, econômicos e demográficos na formação das associações. Observando discussões de Norbert Elias, entendemos que não é possível compreender as relações estabelecidas pelas irmandades religiosas sem ter a dimensão da sociedade na qual se desenvolveram³⁸⁸. A Prelazia do Cuiabá se constituiu numa configuração social na qual interdependências entre os indivíduos e grupos engendraram códigos e comportamentos específicos. Também em concordância com Bourdieu, entendemos as irmandades religiosas como produtoras e produtos da sociedade, pois as diferentes formações sociais podem ser distribuídas em função do grau de desenvolvimento e de diferenciação do seu aparelho religioso, isto é, das instâncias incumbidas de assegurar a produção, a reprodução, a conservação e a difusão dos bens religiosos³⁸⁹.

A difusão das irmandades e sua multifuncionalidade permitiram-lhes congregar em torno de si pessoas das mais diversas condições sociais, ainda que algumas representassem certos grupos profissionais ou selecionassem os seus membros por critérios de homogeneidade social³⁹⁰. Nessa perspectiva, discutimos quais eram as características sociais do espaço e dos grupos sociais onde se formou a Prelazia do Cuiabá, para compreender a constituição das irmandades religiosas.

³⁸⁶ FONSECA, 2001, p. 399.

³⁸⁷ MARTINS, William de Souza. **Membros do Corpo Místico – Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822)**. São Paulo: Edusp, 2009, p. 107.

³⁸⁸ ELIAS, Norbert. **A Sociedade de Corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 08.

³⁸⁹ BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 40.

³⁹⁰ LOUSADA, Maria Alexandre. **Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834**. Tese, 439f. (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa-PT, 1995, p. 245.

2.1 Do Cuiabá ao Guaporé, as associações religiosas

Uma das características da expansão do império português, como observamos, foi o desenvolvimento de várias formas de associativismo, que também foram transpostas para o ultramar. Enquanto instituições, as irmandades precederam a ação da monarquia portuguesa e da Igreja, pois quando as primeiras vilas surgiram, a presença e a atuação dessas associações eram notáveis em várias localidades³⁹¹. Em Mato Grosso não se formou uma Misericórdia, no século XVIII. Também não se verificou no espaço mato-grossense a formação de Ordens Terceiras, arquiconfrarias e confrarias relacionadas aos artífices ou ofícios. Como discutimos no capítulo anterior, isso correspondeu ao perfil de seus grupos sociais e de sua dinâmica social.

Nas comarcas eclesiásticas do Mato Grosso e do Cuiabá floresceram, por excelência, as irmandades ou confrarias religiosas. Essas associações dividiam-se em irmandades de “obrigação” e de “devoção”, onde as primeiras eram aquelas que apresentavam estatutos ou compromissos licenciados, reconhecidos pelas autoridades, sobretudo com o aval da Mesa da Consciência e Ordens; e as segundas eram aquelas que existiram mesmo sem essa formalização, legitimadas por suas devoções aos santos católicos, podendo apresentar ou não seus estatutos por escrito.

Como vimos, no ano de 1765, a Coroa portuguesa expediu ordem, através da Mesa da Consciência e Ordens, para que todas as irmandades remetessem seus estatutos ou compromissos para serem avaliados visando aprovação de funcionamento³⁹². O foco de nossa análise recaiu sobre as irmandades da Prelazia do Cuiabá que remeteram a Portugal seus compromissos, em cumprimento dessa determinação (Quadro 04). Todavia, informações sobre outras associações dessa jurisdição eclesiástica, sobretudo das “irmandades de devoção”, não foram silenciadas nesta parte do texto.

³⁹¹ Cf. ALMADA, Márcia. **Livros Manuscritos Iluminados na Era Moderna: Compromissos e Irmandades Mineiras no século XVIII**. 2006, 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte

³⁹² ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 23 de março de 1781.

Quadro 04 – Irmandades religiosas da capitania de Mato Grosso que obtiveram a aprovação de seus compromissos pela Mesa da Consciência e Ordens

Associação	Localidade	Data de aprovação do compromisso pela Mesa da Consciência e Ordens
Irmandade do Santíssimo Sacramento	Vila do Cuiabá	25 de novembro de 1767
Irmandade de São Miguel e Almas	Vila do Cuiabá	14 de janeiro de 1768
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	Vila Bela	15 de dezembro de 1779
Irmandade do Santíssimo Sacramento	Vila Bela	23 de março de 1781
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	Vila Bela	30 de março de 1781
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário	Vila do Cuiabá	10 de janeiro de 1783
Irmandade de Santo Antônio	Vila Bela	13 de setembro de 1785
Irmandade de Nossa Senhora da Conceição	Arraial de São Vicente	11 de fevereiro de 1791
Irmandade do Senhor Bom Jesus	Vila do Cuiabá	17 de abril de 1821

Fonte: ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelaria da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64; ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v; ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folha 184; ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 80-82; ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelaria da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 16, folhas 14-15; ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelaria da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 15, folhas 55 - 55 v.; ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30; ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88; AHU – Mato Grosso. Caixa 28. Doc. 1600.

As irmandades religiosas foram especializando suas devoções nas vilas e seus termos. Algumas delas produziram compromissos ou estatutos que foram aprovados pelas autoridades civis e eclesiásticas. Outras se formaram sem essa formalização, apenas por suas devoções aos santos católicos, a exemplo de algumas associações que existiram na capitania de Mato Grosso e que localizamos em documentação variada.

As irmandades religiosas se formaram na capitania de Mato Grosso, independente da elaboração de seus estatutos e compromissos ou da aprovação do Bispado do Rio de Janeiro ou da Mesa da Consciência e Ordens. As igrejas e capelas presentes nos arraiais e povoações mais distantes das igrejas matrizes das vilas eram mantidas pela população local, que elegia pessoas para a administração dos bens da igreja e para a promoção das festas religiosas, juntamente com os capelães. Conforme livro de inventário da capela de Santo Antônio do Rio Abaixo, da freguesia do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, pessoas desempenharam a função de juízes da festa de Santo Antônio e haviam ficado responsáveis por bens que eram da capela. Foi o caso de Dona Escolástica Maria do Prado e do Capitão Benedito do Amaral Coutinho que foram juízes de Santo Antônio no ano de 1776 e que apresentaram os bens doados ao santo

enquanto desempenharam seus cargos, tais como “uma âmbula, um turíbulo com sua colher, um vaso de lavatório, um purificador de prata”³⁹³. Possivelmente se formou uma irmandade de devoção nessa capela, responsável pela festa ao santo padroeiro.

A Irmandade de Nossa Senhora da Guia, localizada na região do Coxipó da Ponte, freguesia do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, elaborou um compromisso, contudo sem data precisa. Nesses estatutos, a irmandade apareceu constituída por um corpo composto de um juiz e uma juíza, um escrivão, um tesoureiro, dois procuradores, doze Irmãos e doze Irmãs, na Mesa dirigente da confraria³⁹⁴.

Disseram os confrades que Nossa Senhora da Guia era uma santa muito milagrosa, dando pronto despacho e remédio diante dos prantos e aflições. Sendo assim, não teria a irmandade um número limitado de irmãos, dando lugar a todas as pessoas que fossem cristãs e de bons costumes. Cada novo membro daria de entrada cinco mil réis e anualmente mil³⁹⁵. Como sinal distintivo, seus irmãos usariam sempre nas funções da irmandade opas brancas, sendo obrigado cada um a ter a sua, trajando-as em procissões, enterros e nos dias em que houvesse missas em sua capela³⁹⁶. Nos casos de recusa à participação nessas ocasiões de “corpo da irmandade”, seriam os faltosos obrigados a pagar de multa, numa primeira vez cinco mil réis, numa segunda vez dez mil réis e numa terceira vez expulsos da irmandade³⁹⁷.

Outra confraria localizada, também sem data de elaboração do compromisso e nem dados sobre sua confirmação, é a da Irmandade do Glorioso São Francisco de Paula, ereta na Vila do Cuiabá, na igreja de Nossa Senhora do Rosário. Essa associação tinha por fim adorar a Deus e promover o culto a São Francisco de Paula, ocupando um altar colateral dentro da igreja dos pretos³⁹⁸. Seus membros deveriam professar a fé no catolicismo, não havendo distinção para entrada com relação a cor, condição de cativo ou liberto e mesmo a idade, mas não poderiam praticar atos desprezíveis aos olhos do público e deveriam sujeitarem-se aos ônus e encargos da irmandade. Não havia limitação do número de membros, contudo estavam agrupados em três grupos, a saber: “irmãos ordinários”, inscritos na associação; “irmãos de Mesa”, ocupando cargos de

³⁹³ ACBM/IPDAC Pasta 90 – nº 2114 Caixa 24. Livro da Capela de Santo Antônio do Rio Abaixo contendo o inventário dos bens da mesma e anotações das esmolas recolhidas. Cuiabá, 29 de janeiro de 1765.

³⁹⁴ Capítulo 1º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 11 – nº 26 Caixa 2. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Guia, situada no Coxipó da Ponte, em Cuiabá. Cuiabá, s.d.

³⁹⁵ Capítulo 4º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 11 – nº 26 Caixa 2.

³⁹⁶ Capítulo 15º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 11 – nº 26 Caixa 2.

³⁹⁷ Capítulo 24º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 11 – nº 26 Caixa 2.

³⁹⁸ Capítulo 1º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1076. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Francisco de Paula. Cuiabá, s/d.

direção da confraria; e “irmãos reunidos”, fazendo parte da irmandade pela sua fé e devoção, não necessariamente registrados³⁹⁹.

Ainda na Vila do Cuiabá, na capela de São Gonçalo, localizada no Porto Geral, formou-se uma irmandade dedicada a esse orago, no século XVIII. Contudo, não localizamos seus estatutos ou compromissos, e nem livros que tivessem servido de registros de suas atividades. Porém, em uma carta escrita pelo Capitão de Ordenanças da Vila do Cuiabá, José Pereira Nunes, no ano de 1782, ao Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, informa ter sido nomeado juiz da Irmandade de São Gonçalo, pelo juiz de fora José Carlos Pereira, que erigiu essa irmandade antes de ir embora da capitania. Interessante destacar que José Pereira Nunes era militar, proprietário de terras, comerciante e ainda ocupou cargo de vereança na Vila do Cuiabá no ano de 1777⁴⁰⁰. Com certeza, ser juiz de uma irmandade, maior posto da Mesa dirigente, lhe trouxe grande capital social e prestígio.

Mas o principal conteúdo do texto da carta na verdade referiu-se a uma contenda sobre a posse das chaves da capela de São Gonçalo, que estava em construção, obra acabada no ano de 1782, tendo como um dos seus executores o religioso esmoler da Terra Santa, frei José da Conceição, que já havia participado da construção da torre da igreja matriz do Senhor Bom Jesus e de obras na igreja matriz de Santa Ana do Santíssimo Sacramento. O referido religioso estava com as chaves da capela, dadas pelo então juiz da Irmandade de São Gonçalo, José Pereira Nunes, durante a realização dessa obra. Com o encerramento dos trabalhos, as chaves acabaram indo parar nas mãos do Vigário da Vara e da Igreja do Cuiabá, que se recusou a devolvê-las, dizendo ser aquela igreja de sua jurisdição, sob o seu controle e não nas mãos dos leigos⁴⁰¹.

Essa atitude do Vigário da Vara e da Igreja demonstrou como ele buscou afirmar sua posição de controle sobre os bens religiosos de sua comarca eclesiástica. Por mais que fosse bem recebida a ajuda dos leigos para a construção dos templos religiosos, seu controle era reivindicado pelas autoridades religiosas. Isso se configurou num processo de desapropriação dos bens e produtos dos leigos em favor da Igreja que detinha o monopólio sobre os “bens da salvação”⁴⁰².

³⁹⁹ Capítulo 2º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1076.

⁴⁰⁰ Cf. JESUS, Nauk Maria. **Na Trama dos conflitos: a administração na fronteira Oeste da América portuguesa (1719-1778)**. 2006. Tese (Doutorado em História) – PPGH: Dep. de História, ICHF, CEG, UFF, Niterói.

⁴⁰¹ APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropa Militar. Série: Carta. Doc. 1125. Caixa 017. Carta do Capitão de Ordenanças da Vila do Cuiabá José Pereira Nunes ao Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 03 de julho de 1782.

⁴⁰² BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 62.

Ainda na década de 1780, nos registros da devassa da visita eclesiástica realizada pelo Vigário Manoel Bruno Pina, são mencionadas as irmandades existentes na Vila do Cuiabá. Na igreja matriz do Senhor Bom Jesus, havia duas irmandades, a do Santíssimo Sacramento e a de São Miguel e Almas, ambas com compromissos confirmados via Mesa da Consciência e Ordens. A Irmandade do Senhor Bom Jesus não aparece como irmandade de obrigação, chancelada pelas autoridades metropolitanas. Na capela do Rosário da mesma vila foi apontada a existência de duas irmandades, a de Nossa Senhora do Rosário, cujo compromisso foi também confirmado pela Coroa portuguesa, e a de São Benedito, que teve o seu compromisso confirmado pelo Bispado do Rio de Janeiro e que não localizamos durante a pesquisa documental⁴⁰³.

Finalmente, chegamos ao caso dos membros da Irmandade de Nossa Senhora da Conceição, do Arraial de São Vicente Ferreira, comarca eclesiástica do Mato Grosso, que remeteram seus estatutos ou compromisso à Mesa da Consciência e Ordens, para aprovação e confirmação. Segundo consta, obtiveram parecer favorável, expedido em 11 de fevereiro de 1791. Contudo, não foi possível localizar o referido compromisso, apenas localizamos o ofício de seu envio, contendo o parecer dado pela Coroa⁴⁰⁴.

O surgimento dessas irmandades estava intimamente relacionado à importância demográfica da capitania analisada, sobretudo porque essas associações tinham seus membros agrupados por categorias étnicas e socioeconômicas. O número e a natureza das irmandades nos aparecem como indicadores do tamanho da população, bem como da estrutura e nível de estratificação da sociedade e de sua dinâmica.

⁴⁰³ ACMRJ. Visitas Pastorais. Livro nº2. Devassa da Visita Geral à Comarca Eclesiástica do Cuiabá realizada pelo visitador Bruno Pina, ano 1785.

⁴⁰⁴ AHU – Mato Grosso. Caixa 28. Doc. 1600. Requerimento dos irmãos da confraria de Nossa Senhora da Conceição do Arraial de São Vicente Ferreira à rainha D. Maria a solicitar confirmação do compromisso da referida Irmandade. 27 de janeiro, anterior a 1791.

2.2 As elites locais e suas irmandades

No período moderno, no reino de Portugal, em geral, os fidalgos e nobres titulados faziam parte da primeira divisão da nobreza, enquanto na segunda estavam situados juízes, vereadores, oficiais de tropas pagas, milícias e ordenanças, licenciados e negociantes de grosso trato⁴⁰⁵. A nobreza lusitana ainda era dividida entre hereditária e civil ou política. A primeira se definia no nascimento, originava os fidalgos; a segunda era composta de pessoas enobrecidas pelo rei, devido a seus méritos e serviços⁴⁰⁶.

Os segmentos mais abastados tinham sua riqueza associada à posse da terra, apesar da diversificação das atividades econômicas na Época Moderna⁴⁰⁷. Contudo, o desenvolvimento das conquistas ultramarinas alargou e muito as concepções acerca da nobreza, principalmente por causa da formação de grupos intermediários. Os indivíduos que foram para as colônias valeram-se das atividades que prestavam pela monarquia para receber honras e mercês⁴⁰⁸. Muitos se dedicaram ao comércio, à mineração ou às forças militares, defendendo os domínios coloniais em nome do rei. Essas diversas atividades, somadas aos ganhos financeiros, materiais e sociais confluíram para a formação das elites locais, representadas também nas irmandades e confrarias.

Fábio Kühn afirmou não existir uma verdadeira nobreza na América portuguesa, muito embora tenha havido a migração de alguns membros desse estrato social do reino para a colônia portuguesa. Para o referido autor existiram nesse espaço elites locais que buscaram viver ao modo da nobreza do reino, buscando se diferenciar em uma sociedade profundamente vincada pela hierarquia social. Esse processo de nobilitação passou pela ocupação dos postos de ordenanças, pela obtenção das cartas de familiatura, pelo exercício dos cargos municipais, ingresso nas irmandades ou demais associações religiosas e pelo ingresso na Ordem de Cristo⁴⁰⁹. No entanto, pareceu o processo de nobilitação mais complexo e conflituoso do que avaliou Fábio Kühn.

⁴⁰⁵ MONTEIRO, Nuno. Notas sobre nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime. **Ler História**. Lisboa, nº 10, 1987, p. 15-51.

⁴⁰⁶ RAMINELLI, Ronald. Nobreza e riqueza no Antigo Regime Ibérico setecentista. **Revista de História**, São Paulo, nº 169, julho/dezembro de 2013, p. 85.

⁴⁰⁷ FONSECA, Hélder Adegar. A propriedade da terra em Portugal (1750-1850): alguns aspectos para uma análise. In: COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). **Do Antigo Regime ao Liberalismo (1750-1850)**. Lisboa: Veja, 1989, p. 213-236.

⁴⁰⁸ RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530-c. 1630**. São Paulo: Alameda, 2009, p. 42-49.

⁴⁰⁹ KUHN, Fábio. As redes de distinção: familiares da Inquisição na América portuguesa do século XVIII. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 26, nº 43, jan/jun 2010, p. 178.

No espaço luso-americano, a nobreza de linhagem tinha uma participação muito reduzida na sociedade colonial. Diferente do reino, o sangue não tinha a mesma importância no ultramar porque os filhos raras vezes herdavam o foro de fidalgo e os hábitos de cavaleiros das Ordens Militares, obtidos pelos pais. Desta maneira, as linhagens não se mantinham e as famílias acabavam perdendo as mercês concedidas pela monarquia. Por outro lado, as diferenças entre fidalgos e plebeus portugueses tenderam a nivelarem-se, diante da significativa densidade populacional indígena e africana que transformou os colonizadores em homens miscigenados. Esta característica potencializou o ideal ibérico que avaliou o ócio como elemento de identificação dos nobres, ou seja, a não realização de atividades mecânicas ou manuais⁴¹⁰.

Em Portugal, os hábitos e as comendas eram honras reais concedidas aos vassallos que se destacavam principalmente nos serviços militares. Na expectativa de receber a honra, os antigos e novos guerreiros se comprometiam na expansão no norte da África e na Índia, defendendo os interesses da monarquia portuguesa. Isso fez com que houvesse uma ascensão social pautada no recebimento desses privilégios. A América portuguesa também apareceu como área estratégica para o recebimento dessas mercês, sobretudo por causa das guerras travadas contra holandeses e franceses na suas tentativas de estabelecimento nesse espaço nos séculos XVI e XVII. Entre 1640 e 1720, os reis condecoraram com foros de fidalgo e hábitos a muitos guerreiros sem averiguar a qualidade de suas origens, como muitos indígenas, negros ou demais súditos que trabalharam nos ofícios mecânicos. Isso gerou protestos por parte da nobreza fidalga lusitana e do clero, que através dos seus representantes barraram processos de nobilitação via Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens⁴¹¹.

A prática da condecoração com títulos da nobreza era uma estratégia da monarquia para ampliar as alianças no ultramar, onde os homens de qualidade eram muito raros. As estratégias para transformar-se em nobre diferenciavam pouco os portugueses e os nascidos no espaço luso-americano, pois chefes indígenas, negros ou mulatos se apresentavam como leais vassallos que serviam ao soberano e suplicavam uma mercê. Nos anos setecentos, militares, comerciantes foram incitados a comprar tanto o perdão real por seus ofícios mecânicos, como os papéis que comprovassem serviços militares, assim como os títulos das Ordens Militares⁴¹².

⁴¹⁰ RAMINELLI, Ronald. "Los limites del honor". Nobles y jerarquías de Brasil, Nueva España y Perú, siglos XVII y XVIII. *Revista Complutense de Historia de América*, 2014, vol. 40, p. 45-68.

⁴¹¹ RAMINELLI, 2014, p. 45-68.

⁴¹² Idem.

Segundo Ronald Raminelli, no século XVIII, para além da questão militar, a monarquia portuguesa, sobretudo a partir do reinado de D. José I, introduziu novos mecanismos para enobrecer os súditos mais ricos e letrados. Através de alvarás e decretos, o monarca procurou incentivar a produção do ouro e inserir os comerciantes de grosso trato na nobreza portuguesa⁴¹³. Os decretos e leis demonstraram que a riqueza foi mecanismo importante para a nobilitação. Os serviços financeiros eram considerados tão dignos como outros que eram recompensados pela monarquia lusitana, através de honras e mercês. Os homens ricos tomavam parte da nobreza civil, não como fruto da linhagem fidalga, mas do desígnio régio⁴¹⁴.

Um exemplo disso foram os pedidos de recompensa pelo ouro extraído e entregue nas Reais Casas de Fundição. Os suplicantes demonstraram interesse em obter títulos das Ordens Militares e suas respectivas tenças. Roberta Stumpf analisou esse processo na capitania de Minas Gerais, demonstrando ainda como a lei permitiu a nobilitação de indivíduos que mesmo não sendo mineradores conseguiram a partir do seu poder e prestígio local ter quantidades de ouro registradas em seus nomes, via permissão dos proprietários de datas minerais⁴¹⁵. Avaliamos outros exemplos dessa natureza, localizados na capitania de Mato Grosso, no último capítulo de nosso trabalho.

Na América portuguesa, as pessoas ocupantes de cargos nas câmaras municipais construíram redes de alianças que permitiram aos mesmos atuarem como uma “nobreza da terra”, não necessariamente dispondo de uma origem fidalga ou comendas e títulos das Ordens Militares⁴¹⁶. Esse grupo interveio no mercado local, controlava preços e serviços relacionados ao abastecimento da vila ou cidade e o transporte para o reino. Esses indivíduos também constituíram o grupo das elites locais.

Caracterizar uma elite colonial espacializada na fronteira Oeste não se constitui tarefa fácil, sobretudo pela variedade de atividades e de disputas presentes num espaço minerador, fronteiriço e de litígio dos portugueses com a Coroa espanhola. Os primeiros conquistadores reivindicaram para si cargos e privilégios que os diferenciariam dos que se dirigiam para a cata do ouro nas minas do Cuiabá e Mato Grosso. As disputas giravam entorno da posse das datas minerais, mas também acerca da posse da terra, do comércio de escravos e demais produtos para o abastecimento, da ocupação de cargos

⁴¹³ RAMINELLI, 2013, p. 101.

⁴¹⁴ Idem, p. 102.

⁴¹⁵ STUMPF, Roberta G. **Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das ordens militares nas Minas setecentistas**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, p. 229-230.

⁴¹⁶ RAMINELLI, 2014, p. 45-68.

da administração e justiça das vilas, da arrematação de contratos de serviços, como da cobrança dos dízimos, junto às câmaras municipais da Vila do Cuiabá e de Vila Bela.

Talvez seja mais prudente referirmos aos grupos detentores dos poderes econômicos, políticos e religiosos como componentes das “elites coloniais”, grafada assim mesmo, no plural. Esse segmento social foi resultante das ações de conquista, tanto de luso-paulistas, como de luso-brasileiros e portugueses, que desenvolveram atividades variadas na capitania de Mato Grosso, como a mineração, a produção de engenhos, o comércio, a agricultura e a criação de gado. Fizeram parte desse conjunto indivíduos que ocuparam cargos municipais, da magistratura, oficiais das Companhias de Ordenanças ou da tropa paga, doutores em Teologia, Direito Canônico, conformando uma “nobreza da terra”. Porém essa camada abastada também era composta por pessoas de cor, pois era reduzido o número de brancos na capitania de Mato Grosso. Os grupos de indígenas, africanos e seus descendentes, cativos ou libertos, juntos representaram ao longo do século XVIII mais de 3/4 da população, conforme destacamos.

Era muito importante para os homens e mulheres das elites locais pertencerem às irmandades religiosas. O pertencimento a uma irmandade era algo tão importante quanto ser oficial da câmara municipal, pois era representativo de distinção e prestígio social⁴¹⁷. Para os grupos sociais, as associações representavam locais de diferenciação e afirmação de hierarquias sociais. A pertença a uma confraria prestigiada conferia status e poder, ao mesmo tempo em que abria portas para espaços de sociabilidades dentro do campo religioso. Isso motivava a adesão das pessoas e criava a admiração e a estima da comunidade, ao mesmo tempo em que fazia aumentar o orgulho de quem as integrava e desenvolvia relações interpessoais⁴¹⁸. O locus privilegiado para a espacialização das associações representativas das elites locais foi o da igreja matriz, o centro mais importante do poder católico em uma cidade ou vila, pois servia como sede de freguesia e ainda de uma comarca eclesiástica. A Matriz e os prédios da câmara, cadeia e o pelourinho constituíam a demarcação do espaço do poder religioso e régio.

A Irmandade de São Miguel e Almas estava instalada na Igreja Matriz do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, assim como as outras irmandades representativas das elites locais dessa vila, a Irmandade do Senhor Bom Jesus e a Irmandade do Santíssimo Sacramento. Em Vila Bela da Santíssima Trindade, a situação era um tanto peculiar, pois o templo que serviu de igreja matriz nunca foi terminado, dedicado à Santíssima

⁴¹⁷ KÜHN, Fábio. “Um corpo, ainda que particular”: irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. *História Unisinos*, v. 14, nº02, maio/agosto de 2010, p. 122.

⁴¹⁸ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. As Misericórdias enquanto palcos de sociabilidade no século XVIII. In: *Anais da V Jornada Setecentista*. Curitiba: UFPR/CDOP/PGHIS, 2003, p. 450.

Trindade, do qual somente a capela mor funcionou por alguns anos. Sendo assim, na vila-capital alguns templos serviram de igreja matriz, como as capelas de Santo Antônio e de Nossa Senhora Mãe dos Homens, fazendo com que as irmandades coexistissem num mesmo prédio religioso, das quais as representativas das elites eram as Irmandades do Santíssimo Sacramento e a de Santo Antônio dos Militares. Esta última confraria, no entanto, pertencia a todos os corpos militares, desde o alto ao baixo posto.

A Irmandade de São Miguel e Almas foi criada nos anos iniciais da Vila do Cuiabá, na década de 1730. Seu compromisso, datado de 1765, dizia que “esta Irmandade desde a criação desta Vila está fazendo as vezes de Misericórdia enterrando os pobres e governando as casas que deram de esmola para hospital dos pobres e foi por ser a primeira Irmandade até o presente que se acha com tumba e as mais nunca tiveram tumba nem esquife”⁴¹⁹. Como referimos, isso fez com que essa associação desempenhasse o serviço fúnebre oferecido pelas Misericórdias⁴²⁰.

Para entrada na Irmandade de São Miguel e Almas eram aceitas pessoas reconhecidas como “cristãs velhas”, de ascendência católica. Os recém convertidos à religião ou “cristãos-novos”, de origem judaica ou moura eram impedidos de se filiarem⁴²¹. Essa era uma forma de seleção dos confrades. Eram expulsos ainda os que praticassem atos infames, para se evitar o descrédito do grupo⁴²². Algumas correções foram feitas nos estatutos dessa associação pela Mesa da Consciência e Ordens. A principal correção foi a retirada do requisito da pureza de sangue para os que ingressavam na confraria, por estar proibida por lei. Também corrigiram o impedimento colocado ao Vigário da Igreja e da Vara de participar nas eleições dos cargos da Mesa. Esse processo deveria ser acompanhado pelo Provedor das Capelas da Comarca⁴²³.

Em sinal de distinção às demais irmandades existentes no espaço da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, todos os Irmãos de São Miguel e Almas usavam opas verdes para assistirem as funções da confraria. Essas opas eram disponibilizadas

⁴¹⁹ Capítulo 16º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88. Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 15 de outubro de 1765.

⁴²⁰ Capítulo 17º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁴²¹ Capítulo 2º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁴²² Capítulo 7º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁴²³ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 88-89. Provisão de confirmação do Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Lisboa, 14 de janeiro de 1768.

também para devotos que quisessem tirar esmolas para pagamento de missas às benditas almas, realizadas todos os meses. Essas esmolas eram entregues ao tesoureiro⁴²⁴.

O culto ao arcanjo São Miguel inseriu-se numa perspectiva da existência de um combate entre forças do Bem e do Mal, entre Deus e o Diabo. O arcanjo São Miguel foi representado como o chefe das milícias celestes. Esse orago ganhou o significado de ser o grande responsável por combater o demônio e aplicar a justiça divina, importante símbolo de um contexto em que a Igreja enfrentava o avanço protestante na Europa, sinal de referência para os cultos e devoções católicos pós Concílio de Trento⁴²⁵.

Sobre o culto às almas, desde o período medieval o imaginário cristão reconheceu a existência de almas errantes, que tiveram penitências mal resolvidas e suplicavam por preces. O catolicismo pós-tridentino buscou normatizar aspectos relacionados a essa crença, presente na cultura popular. O espaço do Purgatório serviu como referência para o direcionamento das práticas religiosas, como cultos e orações, direcionadas às almas⁴²⁶. O Concílio de Trento reforçou a necessidade da oração pelas almas, preconizando a existência de altares das almas dentro das igrejas paroquiais⁴²⁷. No reino de Portugal, existiu um número dilatado de devoções intercessoras das almas, através do Cristo crucificado, Santíssima Trindade, São Miguel, Nossa Senhora do Carmo, São Francisco, Santo Antônio, São Tolentino. Na América portuguesa, foram frequentes as cruzes de almas, cruzeiros em morros, em adros e cemitérios, servindo de suportes à realização da cerimônia de encomendação das almas⁴²⁸.

A Irmandade do Senhor Bom Jesus também representou os segmentos das elites da Vila do Cuiabá. No estudo sobre a constituição dessa confraria, o relato sobre a chegada da imagem do Senhor Bom Jesus explicitou a teia de relações daqueles que a criaram. No final da década de 1720, a câmara municipal expediu um mandado, representando também o desejo dos principais da vila, para se buscar a imagem do Senhor Bom Jesus do Cuiabá que estava no sítio de Camapuã. A referida imagem tinha

⁴²⁴ Capítulo 14º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁴²⁵ ARAÚJO, Manoela Vieira Alves de. **Em busca da salvação: vivência da fé e vida cotidiana entre os irmãos de São Miguel e Almas. São João e São José Del Rei (1716-1804)**. 2013, 158f. Dissertação (Mestrado em História) – PGHIS, Universidade Federal de Juiz de Fora, p. 25-40.

⁴²⁶ CAMPOS, Adalgisa Arantes. São Miguel, as Almas do Purgatório e as balanças: iconografia e veneração na Época Moderna. **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 07, 2004, p. 102-127.

⁴²⁷ CAMPOS, Adalgisa Arantes. A veneração às almas do Purgatório: um contraponto entre Portugal e a Colônia. Disponível em: http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.geocities.ws%2Fadarantes%2FArtigos_Adalgisa%2F13_A_veneracao_as_almas_do_Purgatorio_um_contraponto_entre_Portugal_e_a_Colonia.doc&ei=SNYIVfbBEISuggSipYToDw&usg=AFQjCNFzjxqhG0oorB2hxZDdJ7I8OHXRaA&bvm=bv.90237346,d.eXY. Acesso em 08/04/2015.

⁴²⁸ Idem.

sido fabricada na Vila de Sorocaba por uma mulher, cujo nome não foi identificado, que a trouxe Pedro Moraes, natural da mesma vila, nos primeiros anos que se conquistaram esses sertões. Da Vila de Sorocaba, a imagem ficou alojada num rancho próximo do rio Grande, lugar chamado Guarapiranga, sendo levada depois para as imediações do rio Pardo. Contudo, foi o sítio de Camapuã o local onde permaneceu o Senhor Bom Jesus⁴²⁹. Da Vila do Cuiabá, saíram para buscar a imagem o Capitão Domingos Barbosa Leme, com vinte e cinco homens, em três canoas conduzidas por Caetano de Brito Menezes, Pantaleão Martins, Joaquim Soares, pardo forro, e os mais índios e negros. Chegando à vila, no seu Porto Geral, foi levada a imagem pela população em procissão até a igreja matriz, onde foi colocada em um altar colateral. Realizaram festa, com missa cantada e sermão. Representaram-se duas comédias e realizaram banquetes e fogos. A duração das funções festivas foi de quatro dias, custeadas pelos “principais da vila”, sobretudo por Balthazar de Sampaio Couto e Antônio Correia de Oliveira⁴³⁰.

A devoção ao Senhor Bom Jesus esteve presente na Vila do Cuiabá desde a fundação da vila, em 1727. A chegada da imagem em 1728 reforçou a adoção dessa entidade católica como padroeiro escolhido pelos sertanistas. Todavia, sua irmandade existiu apenas como uma associação de devoção em quase todo o século XVIII. Na apresentação do compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, redigido em meados dos anos 1790 e aprovado pela Mesa da Consciência e Ordens na década de 1820, relataram os oficiais o pedido feito pelo Provedor das Capelas da Comarca no ano de 1776 para que formalizassem a irmandade com o envio de seus estatutos para aprovação de funcionamento⁴³¹. No entanto, encontramos indícios de que isso não aconteceu de imediato, mas somente nos finais dos anos setecentos. Em 1771, Luís Pinto de Sousa Coutinho relatou à Coroa o estado eclesiástico da capitania de Mato Grosso, dizendo haver cinco irmandades, concernentes às repartições do Cuiabá e do Mato Grosso. Segundo Coutinho, existiam as irmandades de São Miguel e Almas, Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, na Vila do Cuiabá; do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e Mulatos, em Vila Bela⁴³². Na década de 1780, Manoel Bruno Pina, em visita eclesiástica realizada na

⁴²⁹ ACBM/IPDAC Pasta 19 – nº 222 Caixa 7. Cópia de um texto referente à imagem do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, conforme crônicas de José Barbosa de Sá, retirado da RIHGSP, vol.IV. São Paulo, 1900.

⁴³⁰ ACBM/IPDAC Pasta 19 – nº 222 Caixa 7.

⁴³¹ ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40. Livro de Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em anexo, solicitação de confirmação do Compromisso (10 jul. 1820), Confirmação de D. João VI (17 abr. 1821), Termo de aceitação pelos Irmãos da Irmandade. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1821.

⁴³² AHU – Mato Grosso. Caixa 15. Doc. 927. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de

freguesia do Cuiabá, ainda disse existir na Vila do Cuiabá, na igreja matriz, as irmandades de São Miguel e Almas e do Santíssimo Sacramento, e na igreja do Rosário, as irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e a de São Benedito, mas esta última sem confirmação da Mesa da Consciência e Ordens⁴³³.

A Irmandade do Senhor Bom Jesus do Cuiabá permitiu a entrada de homens e mulheres, não apresentando número limitado de membros, mas que deveriam ser pessoas brancas e batizadas. Outros critérios foram estabelecidos para entrada. A pessoa deveria ser “de boa consciência, e fama, temente a Deus, e não conter juízo de culpa que mereça pena vil”. Em caso de irmão solteiro, que “esteja emancipado”. E fundamental, “que possua fazenda sua de modo que lhe não seja pesado pagar as jóias de qualquer cargo da Irmandade para que seja eleito, e da entrada de cada um se lavrará termo pelo qual se obrigue a pagar os anuais, e a aceitar os cargos para que for eleito”⁴³⁴. Todos os atos de abusos, tratos profanos, discórdias e o mais que causasse perturbação, sobretudo na realização dos ofícios divinos e funções da irmandade, estariam passíveis de multa em duas libras de cera. O mesmo ocorreria nas faltas às funções confrariais⁴³⁵.

Alguns símbolos foram criados como representativos da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, a exemplo do selo, constante em todos os papéis emitidos pela confraria, em que estava inscrita uma coroa de espinhos envolta por cinco chagas, e por baixo uma cana verde com a expressão “Salvator mundi, salva-nos”. Assim como o uso da opa, na cor roxa, que tinha mursa e capuz. No lado esquerdo da opa estava a insígnia presente no selo da irmandade, mas bordada de retrós⁴³⁶.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento, da Vila do Cuiabá, espacializou-se também na igreja matriz. Sua criação foi possível por causa da elevação desse templo à categoria de sede de freguesia, no ano de 1733, pois obrigatoriamente apenas poderia ser criada numa igreja que dispusesse de sacrário próprio. Seus estatutos foram aprovados pela Mesa da Consciência e Ordens em 25 de novembro de 1767⁴³⁷. Todavia, essa associação anteriormente atuava tendo a aprovação de seus estatutos pelo Bispado

Melo e Castro sobre o agravamento do seu estado de saúde e dá o conhecimento da situação e negócios da Capitania. Carta com 40 páginas. Vila Bela da Santíssima Trindade, 01 de maio de 1771.

⁴³³ ACMRJ. Visitas Pastorais. Livro nº2. Devassa da Visita Geral à Comarca Eclesiástica do Cuiabá realizada pelo visitador Bruno Pina, ano 1785.

⁴³⁴ Capítulo 5º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40.

⁴³⁵ Capítulo 26º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40.

⁴³⁶ Capítulo 1º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40.

⁴³⁷ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 25 de novembro de 1767.

do Rio de Janeiro⁴³⁸. Adotaram como critério de entrada de novos membros a nota de ser a pessoa “limpo de sangue”⁴³⁹. Esse requisito foi reprovado pela Mesa da Consciência e Ordens, fazendo com que a associação revisasse o primeiro capítulo de seu compromisso. De modo geral, aceitavam pessoas que se consideravam católicas e de bons costumes⁴⁴⁰. Como uma confraria relacionada ao culto da Eucaristia, a irmandade deveria conservar a Eucaristia no sacrário do Altar Mor da Igreja Matriz. Essa atividade seria feita com toda a decência e veneração, com o intuito de manter a lâmpada acesa e todos os paramentos precisos, seja dentro ou fora da igreja, incluindo as festividades e procissões em que ganhava o espaço público o “corpo de Cristo”⁴⁴¹.

Na década de 1740, nas Minas do Mato Grosso, localizamos a existência de uma irmandade do Santíssimo Sacramento no Arraial de São Francisco Xavier, anteriormente à fundação de Vila Bela, quando a igreja desse arraial era sede de freguesia. No entanto, a mesma associação não teve existência continuada quando a sede paroquial passou a ser a igreja matriz de Vila Bela, no ano de 1754, pois as associações do Santíssimo Sacramento apenas se formavam em igrejas paroquiais. Em Vila Bela, sua Irmandade do Santíssimo Sacramento obteve a confirmação do compromisso pela Mesa da Consciência e Ordens em 23 de março de 1781⁴⁴². Uma vez tendo entrada uma pessoa como membro dessa irmandade, não poderia dela sair, exceto em situação de prática de algum vício ou ação torpe, que desonrasse a confraria. Contudo, com relação a um “homem velho”, idoso, a Mesa cobraria um valor a ser estipulado pelos dirigentes, pagamento obrigatório⁴⁴³. De modo similar à sua congênere cuiabana, deveria conservar o “corpo de Cristo” em sacrário próprio, no Altar Mor da Igreja Matriz, “com toda a decência e veneração, mantendo a lâmpada sempre acesa”. Além disso, deveriam zelar pelos paramentos precisos para a conservação do sacrário, bem como das festividades e procissões em que saísse do templo religioso o Santíssimo

⁴³⁸ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30.

⁴³⁹ Capítulo 1º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 25 de novembro de 1767.

⁴⁴⁰ Capítulo 1º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30.

⁴⁴¹ Capítulo 6º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30.

⁴⁴² ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. D. Maria I. Livro 11, folhas 55-64. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 23 de março de 1781.

⁴⁴³ Capítulo 1º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

Sacramento, inclusive na leva da comunhão aos enfermos⁴⁴⁴. Ainda almejavam construir uma capela para o Santíssimo Sacramento, em Vila Bela, separada das demais irmandades. Contudo, isso não se efetivou, ficando instalados no altar mor da igreja matriz, bem como outras irmandades que dentro dela construíram seus altares. Mesmo nessa situação de compartilhamento do templo, tiveram sempre suas chaves e seu espaço servido de grades, para assim, realizarem suas celebrações⁴⁴⁵.

Nessas irmandades representativas das elites locais, os estatutos ou compromissos apresentaram o critério da pureza de sangue para selecionar os confrades como representativo mais da identidade religiosa do que um critério racial. Isso correspondeu ao impedimento de entrada de praticantes de religiões não católicas, como judeus e mouros. Os africanos e seus descendentes foram associados às atividades manuais, consideradas degradantes ou desqualificantes, e a cor escura da pele representou ainda a mácula da escravidão⁴⁴⁶. Essas características sociais fizeram com que as elites locais, sobretudo os brancos, não os aceitassem em suas irmandades.

A configuração social da capitania de Mato Grosso era fortemente marcada pela miscigenação de sua população e era pequena a quantidade de brancos nos espaços urbanos e rurais. No entanto, os grupos abastados procuraram estratégias de diferenciação aos demais segmentos sociais, como na formação de irmandades que os representassem. O local privilegiado da atuação dessas associações foi a igreja matriz das vilas, localizada no centro do poder, próxima ao pelourinho, à cadeia e à câmara municipal, enquanto que as demais igrejas e capelas que abrigaram irmandades de africanos e seus descendentes livres, cativos e forros, estiveram espacializadas nos locais periféricos das vilas, nas entradas e saídas dessas localidades.

2.3 Os militares e a Irmandade de Santo Antônio

A formação de irmandades militares estava relacionada com a produção de grupos de defesa, das unidades militares do Império lusitano. Contudo, até o século XVII as atenções metropolitanas relacionadas às forças militares e recursos bélicos

⁴⁴⁴ Capítulo 6º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

⁴⁴⁵ Capítulo 23º e 25º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. D. Maria I. Livro 11, folhas 55-64.

⁴⁴⁶ RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal (1640-1750). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, n. 48, jul/dez 2012, p. 699-723.

estavam voltadas para a Índia. Para Luiz Geraldo Silva, na América portuguesa os cargos militares não eram bem remunerados, além de serem escassos e considerados sem honra. A morte de europeus pelos índios não era considerada tão digna como a morte em campos de batalha na Índia ou no norte da África⁴⁴⁷.

Ainda existia o fator demográfico a ser considerado, pois era preciso contar com um significativo contingente de homens para o serviço militar no ultramar, o que não era o caso português. Mas isso não impediu que a Coroa criasse condições para resolver a questão do recrutamento de soldados, valendo-se dos diferentes povos da Ásia, da América e da África, e de suas diferenças, para compor o quadro militar do Império. Foram realizados acordos de cooperação, de caráter militar, criando-se cargos de chefes militares entre a população local, resultando num maior conhecimento dessas localidades coloniais e diminuindo a inferioridade numérica portuguesa⁴⁴⁸. Mesmo assim, eram muitas as dificuldades no custeamento das despesas da manutenção das tropas pagas, regulares, fazendo com que a Coroa investisse mais em regiões estratégicas ou de clara tensão, a exemplo das terras situadas nas regiões mineradoras, como a capitania de Minas Gerais⁴⁴⁹, bem como as capitanias de Goiás e Mato Grosso.

O processo de construção da estrutura militar luso-americana teve como uma de suas referências o *Regimento do Governador-Geral* Tomé de Sousa, de 1548. Nele se estabeleceu as diretrizes para a formação e manutenção temporária de tropas profissionais, dentre as quais as forças auxiliares às tropas regulares, que deveriam estar armadas às próprias custas e conforme a renda, qualidade e profissão de cada pessoa. Somado a esse conjunto normativo, destinou-se também ao ultramar o que fora estabelecido na *Lei da Armas*, do ano de 1569. Adiante, visando integrar em corpos militares as gentes armadas não-pertencentes às tropas pagas publicou-se o *Regimento das Ordenanças*, em 1570⁴⁵⁰. Sobre os recrutamentos militares, esse Regimento estabeleceu que um capitão-mor fosse o responsável por levantar as listas das ordenanças, com os homens de 18 a 60 anos aptos a servir. As Ordenanças eram todos os alistados em uma determinada jurisdição, que formaram as companhias da tropa paga, formada pelos filhos segundos, geralmente pobres solteiros sem renda regular; dos

⁴⁴⁷ SILVA, Luiz Geraldo. Cooperar e dividir: mobilização de forças militares no Império português (séculos XVI e XVII). In: DORÉ, Andréa, LIMA, Luís Filipe Silvério, SILVA, Luiz Geraldo (orgs.). **Facetas do Império na História: conceitos e métodos**. São Paulo: Hucitec, 2008, p.260.

⁴⁴⁸ SILVA, 2008, p. 264-265.

⁴⁴⁹ GOMES, José Eudes. **As Milícias D'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010, p. 107.

⁴⁵⁰ Cf. SOUZA, Fernando Prestes de. **Milicianos pardos em São Paulo: cor, identidade e política (1765-1831)**. 2011, 192f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Auxiliares, lavradores bem estabelecidos que encarnaram o poder militar e administrativo da monarquia, capazes de custear sua própria farda, armas e cavalos, teoricamente recebendo soldo quando destacados a defender as fronteiras; os próprios Ordenanças, pequenos lavradores pobres e casados que sobravam depois de formadas as outras, e tinham por função defender as praças vizinhas⁴⁵¹.

As unidades militares regulares apenas tardiamente foram implantadas na América portuguesa, a exemplo do *Primeiro Regimento de Infantaria Regular*, que chegou à Bahia em 1625, com a expedição que reconquistou a cidade de Salvador aos Holandeses⁴⁵². Essas tropas eram as únicas profissionais, permanentes e pagas, consistindo em terços e companhias de infantaria, aos quais foram posteriormente acrescentados corpos de artilharia. Além do escasso envio de contingentes reinóis, os soldados dessas tropas de linha eram recrutados forçosamente, dentre os quais degredados, ciganos, criminosos, homens livres pobres e mestiços⁴⁵³. Cabe ainda destaque, a coexistência de soldados brancos e de cor nesses regimentos regulares⁴⁵⁴.

As milícias e as ordenanças eram tropas de caráter local, formadas entre os próprios moradores dos lugares em que foram produzidas e que deveriam custear suas armas e fardas, além de praticar exercícios semanais, sendo mobilizadas em caso de necessidade. Essas milícias eram também chamadas de terços auxiliares ou tropas de segunda linha, responsáveis pela defesa e manutenção da posse territorial. Elas se organizavam em terços e companhias de infantaria e cavalaria, a partir de categorias de cor e classe da população⁴⁵⁵, sendo cada companhia comandada por um oficial da mesma cor dos seus homens⁴⁵⁶.

Os terços de Henriques e Pardos, outro contingente, foram criados no século XVII, nas capitanias do Norte, sobretudo em Pernambuco e na Bahia. Eram milícias auxiliares de negros e mulatos livres e libertos, comandadas por homens de cor. Sua criação se deu numa conjuntura de domínio castelhano na Europa e dos graves ataques de ingleses e holandeses no Índico e no Atlântico Sul⁴⁵⁷. A presença desses homens de cor na América decorria do próprio tráfico de escravos, que deslocou milhões de negros de um para outro lado do Atlântico. Porém, notadamente depois do século XVII, muitos

⁴⁵¹ CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos Impérios nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)**. 2012, 595f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, p. 333-334.

⁴⁵² BOXER, C. R. **O Império Marítimo Português: 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 2011, p. 300-301.

⁴⁵³ GOMES, 2010, p. 103-104.

⁴⁵⁴ BOXER, 2011, p. 301.

⁴⁵⁵ GOMES, 2010, p. 107.

⁴⁵⁶ BOXER, 2011, 301.

⁴⁵⁷ SILVA, 2008, p. 265.

foram os que escaparam do cativeiro e construíram uma camada social de homens livres de cor, que integraram unidades militares, recrutados como furriéis, alferes, sargentos-mores e mestres-de-campo dos terços de Pretos e Pardos⁴⁵⁸.

Para Luiz Geraldo Silva, o processo de constituição desse grupo social e de atribuição de função miliciana aos seus indivíduos teve como um de seus mais importantes fundamentos o desenraizamento social de africanos e de seus descendentes na América⁴⁵⁹. Os africanos foram introduzidos numa sociedade diferente da sua, numa nova configuração social, na qual produziram uma nova identidade. As oficialidades negras dos terços de pardos e de Henriques das capitanias da Bahia e Pernambuco de meados do século XVIII são exemplos efetivos de grupos de afrodescendentes portadores de status radicalmente diferenciados do de seus ancestrais⁴⁶⁰.

A gênese das milícias de pardos e pretos constituiu processo desigual na América portuguesa, marcado por compreensões diversas, tanto locais como metropolitanas, acerca de seu papel e de sua lealdade à Coroa⁴⁶¹. A criação de corpos militares de homens de cor na capitania de Minas Gerais não se deu, como na Bahia e Pernambuco, de guerras contra outras Coroas, inimigos externos. No decorrer da primeira metade do século XVIII, pretos e pardos residentes em Minas Gerais foram recrutados visando o combate a inimigos internos – índios bravios e quilombolas⁴⁶². No caso do Mato Grosso, a população de cor foi recrutada para o combate contra as nações indígenas resistentes ao avanço da conquista portuguesa e contra os hispano-americanos localizados na fronteira, diante da ameaça constante de guerras por posse do espaço.

Sobre a gênese dos grupos militares na fronteira Oeste da América portuguesa, no arraial do Cuiabá foi criada em 1722 uma “Companhia de Hussares⁴⁶³”, importante na defesa dos mineradores e sertanistas contra os ataques indígenas. A corte de Lisboa, quando preparou a instalação da capitania de Mato Grosso, instruiu seu primeiro governador, Antônio Rolim de Moura, sobre a importância de integrar os índios fronteiriços em terços de Ordenanças⁴⁶⁴. Na capitania de Mato Grosso, das listas de Ordenanças eram tirados dois tipos de tropas, uma de homens brancos, a Companhia de

⁴⁵⁸ Idem, 270.

⁴⁵⁹ SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. **Revista de História**, São Paulo, nº 169, julho/dezembro de 2013, p. 118.

⁴⁶⁰ SILVA, 2013, p. 118-119.

⁴⁶¹ Idem, p. 120.

⁴⁶² Ibidem, p. 128.

⁴⁶³ Era um destacamento de cavalaria, sendo seu uso muito comum na Europa moderna para escoltar autoridades em seus deslocamentos. Cf. **Gazeta de Lisboa**, nº04, Ano 1748, p. 61-72.

⁴⁶⁴ CARVALHO, 2012, p. 383.

Dragões, e outra de pardos e mestiços livres, a Companhia de Pedestres (Imagem 14). Os que sobravam nas listas formavam Companhias Auxiliares, que acompanhavam as tropas pagas em expedições, bandeiras e no serviço rotativo das guarnições. Essas tropas auxiliares também eram divididas a partir da cor da pele e status. Houve ainda as Companhias de Aventureiros, Caçadores, Henriques e de Fuzileiros⁴⁶⁵.

Imagem 14 – Soldado Pedestre de Mato Grosso, final do século XVIII



Fonte: Soldado pedestre de Mato Grosso. José Joaquim Freire [?], 1783-1792. Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira, ARF/32, v. 2, fl. 22. Museu Bocage, Lisboa. *Apud.* AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791. São Paulo: Versal, 2014, p. 139.

⁴⁶⁵ Cf. LEVERGER, Augusto. **Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso**. Cuiabá: IHGMT, 2001; CARVALHO, 2012, p. 334-335.

No governo de João Pedro da Câmara (1765-1769), a capitania de Mato Grosso tinha como componentes de suas forças militares uma Companhia de Ordenança de soldados brancos e que tinha ainda o auxílio de homens bastardos, filhos de índias com brancos; uma Companhia de Ordenança de soldados pretos; uma Companhia de Ordenança de soldados pardos; Uma Companhia de Dragões e uma Companhia de Aventureiros e Pedestres, com Praça em Vila Bela, que assistia à vila-capital, à Vila do Cuiabá e ao Destacamento de Nossa Senhora da Conceição⁴⁶⁶.

Com a administração do Governador e Capitão-General Luís Pinto de Sousa Coutinho, ocorrida de 1769 a 1772, existiu a iniciativa de se criar um novo corpo de milícias, a partir do recrutamento dos índios Bororo, em cumprimento das ordens régias de 07 de julho de 1757 e de 22 de agosto de 1758⁴⁶⁷. Contudo, alertava Sousa Coutinho que a referida nação indígena encontrava-se quase aniquilada ou seus membros dispersos pelas terras da capitania, assim como os índios de outras nações que ainda não se achavam aldeados. A distribuição dos indígenas seria feita, segundo Coutinho, nas Companhias das Ordenanças, com seus oficiais próprios. Ao mesmo tempo, dizia o governador que reformaria as Companhias de Ordenanças, por faltar a elas “ordem e polícia”, sobretudo na ocasião da criação do Corpo de Milícias, “porque assim o pede a situação de um governo que é fronteiro dos Domínios Espanhóis”⁴⁶⁸.

No governo de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, de 1772 a 1789, formou-se o Corpo de Milícia dos Bororo e o Corpo Auxiliar dos Voluntários. E no começo do século XIX, em 1808, foi criada a Companhia Franca dos Leais Cuiabanos, que recebiam metade do soldo dos soldados Pedestres, mas que em 1809 foi transformada em Regimento das Milícias, contando em sua organização com uma Companhia dos Granadeiros, uma Companhia dos Caçadores, oito Companhias de Fuzileiros e um Esquadrão de Cavalaria⁴⁶⁹.

Esses militares da capitania de Mato Grosso tiveram templos católicos para se reunirem, em especial os que estavam localizados nas fortificações e destacamentos da

⁴⁶⁶ AHU – Mato Grosso. Caixa 12. Doc. 739. Carta do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, João Pedro da Câmara Coutinho, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que informa sobre o envio de relações e mapas sobre o estado e forças da capitania. Vila Bela da Santíssima, 15 de fevereiro de 1765.

⁴⁶⁷ AHU – Mato Grosso. Caixa 14. Doc. 854. Ofício do Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com que envia mapas que descrevem o estado das tropas da capitania. Vila Bela da Santíssima Trindade, 19 de junho de 1769.

⁴⁶⁸ AHU – Mato Grosso. Caixa 14. Doc. 854.

⁴⁶⁹ JESUS. Nauk Maria de. Organização Militar. In: JESUS, Nauk Maria de (org.). **Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial**. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2011, p. 219-221.

fronteira. Ocuparam ainda a capela de Nossa Senhora da Esperança, na povoação de Casalvasco, na comarca eclesiástica do Mato Grosso e a igreja de Santo Antônio, em Vila Bela. Todavia, além dessas igrejas tiveram ainda uma associação religiosa para se reunirem. Em muitas vilas e cidades da América portuguesa formaram-se irmandades militares, que tinham Santo Antônio como patrono⁴⁷⁰. Localizamos a Irmandade de Santo Antônio, em Vila Bela, espacializada na igreja que tinha o nome desse santo.

Reuniram-se no dia 15 de fevereiro de 1785, em Vila Bela, no palácio dos Governadores e Capitães-Generais, os ocupantes dos cargos de direção e demais membros de Mesa da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa para a aprovação e assinatura do compromisso que serviria para reger essa confraria militar. Após a elaboração dos seus estatutos ou compromissos, esse conjunto de normas foi remetido à Mesa da Consciência e Ordens, obtendo aprovação e confirmação nesse mesmo ano⁴⁷¹.

A Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa foi criada pela iniciativa do Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. O referido governador se empenhou bastante para que fosse formada uma irmandade em honra a Santo Antônio, além de promover todos os anos nos mês de junho suas festividades, também como devoto do santo, assim como todos os militares que se ocupavam da guarnição da fronteira Oeste da América portuguesa. Além desse aspecto devocional, entendemos que a formação de uma confraria de cunho militar serviu para reforçar nos soldados dragões e pedestres um sentimento de unidade importante para a resolução da questão da disciplina militar reclamada pelos governadores do Mato Grosso. Numa fase de negociações dos limites da fronteira, o sentimento de pertencimento ao corpo militar foi reforçado através de símbolos e práticas religiosas.

Santo Antônio era considerado o patrono das forças militares. Construíram uma capela para o santo em Vila Bela e promoveram anualmente suas festividades, no mês de junho. Esse templo foi considerado pela Coroa como debaixo da “real proteção”, contando com o privilégio de não ter obrigação de contratar os serviços do Reverendo Vigário da Igreja e da Vara da comarca eclesiástica do Mato Grosso⁴⁷². Geralmente, as irmandades evitavam contratar os serviços desse religioso, considerados os mais caros, decorrentes do cargo eclesiástico que ocupava na comarca eclesiástica.

⁴⁷⁰ PONTES, Annie Larissa Garcia Neves. **Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos: festas e funerais na Natal oitocentista**. 2008, 124f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, p. 37.

⁴⁷¹ ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067. Compromisso da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa ereta na capela do mesmo santo de Vila Bela do Mato Grosso. Vila Bela da Santíssima Trindade, 1785.

⁴⁷² ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelaria da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 16, folhas 14-15. Provisão de Licença dada ao Juiz, Oficiais e mais Irmãos da Irmandade de Santo Antônio de Vila Bela, Capitania de Mato Grosso. Lisboa, 09 de março de 1786.

No Império lusitano, as igrejas e capelas militares, presentes nas fortificações ou não, receberam a mercê de serem consideradas como templos da “real proteção de Sua Majestade”. Construída a partir das esmolas dadas pelos oficiais da guarnição militar, bem como dos oficiais da governança e justiça, a capela de Santo Antônio recebia ajuda proveniente dos bens da Fazenda Real, sobretudo para o pagamento do capelão dessa irmandade. Este religioso exerceu sua função independente do vigário da Igreja ou da Vara, privilégio que gozavam as capelas de proteção régia⁴⁷³. Entretanto, esse custeio nos pareceu mais norma do que prática no cotidiano da associação, pois para todas as obras de reforma da capela de Santo Antônio e realização de suas festas anuais, recorriam os confrades à população da vila, pedindo esmolas e recursos.

Apesar de Santo Antônio figurar como grande patrono das forças militares da capitania de Mato Grosso era Nossa Senhora da Esperança a santa de devoção do Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque e de sua família, egressos da região de Almeida, em Portugal. Contudo, não localizamos informação sobre a constituição de alguma irmandade dedicada a essa santa na capitania de Mato Grosso, no governo albuquerqueino, mas na povoação de Casalvasco foi construída uma capela em sua homenagem, que em 1785 recebeu “benção e sagração” pelo vigário da vara e da igreja da comarca eclesiástica do Mato Grosso. Nesse ato, estiveram presentes Luís de Albuquerque, ministros, ajudante-de-ordens, secretários do governo, oficiais das demarcações reais, militares e nobreza da terra. Para a ocasião, Luís de Albuquerque mandou confeccionar “medalhas ou verônicas de prata, com a imagem da Senhora da Esperança, que com laços de boa fita puseram todos ao peito”⁴⁷⁴. Mandou Luís de Albuquerque, nos meses de setembro, celebrar na capela real de Casalvasco, a festividade de Nossa Senhora da Esperança, sua padroeira, com a magnificência possível. Promoveram missas cantadas, procissões, jantares, com noites marcadas pelas luminárias e peças de teatro e ópera, como “O Alecrim e Mangerona”⁴⁷⁵.

Santo Antônio nasceu em meados do século XII, com nome de batismo Fernando Martins de Bulhões, numa Lisboa recém reconquistada aos mouros, consolidando-se como uma cidade de posse dos cristãos. Aos vinte anos, Fernando Martins de Bulhões professou na Ordem dos Cônegos Regrantes de Santo Agostinho, em Lisboa, no Mosteiro de São Vicente de Fora, onde realizou seus estudos teológicos.

⁴⁷³ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelaria da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 15, folhas 55 - 55 v. Irmandade de Santo Antônio de Vila Bela, capitania de Mato Grosso. Lisboa, 13 de setembro de 1785.

⁴⁷⁴ AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli. **Anais de Vila Bela (1734-1789)**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2006, p. 253.

⁴⁷⁵ AMADO e ANZAI, 2006, p. 270.

Depois rumou a Coimbra, para o mosteiro de Santa Cruz, onde sendo já sacerdote tomou o hábito franciscano em 1220. Nesse momento Fernando mudou seu nome de batismo para Antônio e foi viver com outros frades no eremitério de Santo Antão dos Olivais. Como grande pregador, Santo Antônio percorreu diversas regiões da Itália, entre 1223 e 1225, servindo ainda em Montpelier e Toulouse, na França. Em 1226, vivendo em Pádua começa por fazer sermões dominicais, mas logo de dentro da igreja passou para os adros falando às multidões que não pararam de aumentar. Logo não demoraram os relatos de milagres e graças conseguidas através da intercessão de Antônio. Faleceu em 13 de junho de 1231, sendo canonizado no ano seguinte⁴⁷⁶.

Durante o episódio da Guerra da Restauração (1640-1668), os soldados portugueses atribuíram a Santo Antônio muitos êxitos de suas ações militares, fazendo com que D. Pedro II, por alvará de 24 de Janeiro de 1668, determinasse que “por tão patriótico serviço” Santo Antônio fosse alistado como praça no Regimento de Infantaria de Lagos. Alguns anos depois, em 12 de Setembro de 1683, D. Afonso VI promoveu o mesmo santo ao posto de capitão. Neste posto, Santo Antônio recebia um soldo de 10.000 réis, garantido até 1779, quando passou a receber 15.000 réis. Todos os soldos pagos a Santo Antônio eram pontualmente entregues à sua irmandade no reino, até que uma determinação do Marquês de Pombal fez com que ele servisse gratuitamente no seu posto de santo-capitão, o que só se alteraria depois com o reinado de D. Maria I, quando voltou a receber seus soldos por ser o “mais antigo dos reais exércitos”⁴⁷⁷.

Os soldos do pagamento a Santo Antônio, pela ocupação de cargos militares em vários regimentos do reino, foram revertidos para suas irmandades, sobretudo para o financiamento das trezenas, celebrações e festividades em honra a esse patrono militar. Os valores arrecadados pelos regimentos serviram ainda para, entre outros, a compra de cera do sepulcro, tochas, pagamento dos pregadores, música, aluguel de madeiras, armação para o coreto, concerto de bancos, luminárias, azeite, papel⁴⁷⁸.

Santo Antônio de Lisboa foi escolhido como o advogado e patrono dos corpos militares da capitania de Mato Grosso, eleito desde o início da formação dos primeiros regimentos de soldados dragões e pedestres. Assim, começaram a construir a igreja

⁴⁷⁶ SANTOS, Rafael Brondani dos. **Martelo dos hereges. Militarização e Politização de Santo Antônio no Brasil Colonial**. 2006, 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, p. 22-36.

⁴⁷⁷ Arquivo Histórico Militar – AHM. 3ª Divisão. 29ª Seção. Assuntos Religiosos. Santo Antônio. Caixa 01. Doc 38. Mapas do Regimento de Infantaria de Lagos, mencionando os vencimentos de Santo Antônio, como Capitão e como protetor do Regimento, referentes aos anos de 1779, 1784.

⁴⁷⁸ Arquivo Histórico Militar – AHM. 3ª Divisão. 29ª Seção. Assuntos Religiosos. Caixa 01. Doc 42. Correspondência de João Jacob de Mestral para Luiz Pinto de Souza, sobre as irmandades dos Regimentos e mais correspondências sobre as despesas das irmandades. 1791.

dedicada ao santo, em Vila Bela, iniciada e acabada no governo de Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, que fez o possível para custear e deixar a igreja ornada, com “alfaias de prata, imagens e ornamentos de damasco e ouro”⁴⁷⁹. Todavia, apesar de ser referida como a irmandade de todos os corpos militares da capitania como um todo, acabou tendo como membros principalmente os militares que atuaram no termo do Mato Grosso, soldados dessa repartição. Os militares atuantes no termo do Cuiabá acabaram se associando nas irmandades de São Miguel e Almas, Santíssimo Sacramento e Senhor Bom Jesus do Cuiabá, de acordo com suas escolhas.

No primeiro capítulo do compromisso da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa estabeleceu-se que Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, por ter sido o fundador e benfeitor dessa confraria, seria o “perpétuo provedor” da irmandade, para que debaixo de sua inspeção e desvelo, bem como de seus sucessores à frente da capitania, conseguisse progressivo aumento dos seus membros e sua manutenção⁴⁸⁰. Como uma confraria militar, o seu conjunto de membros era composto majoritariamente por soldados dragões e pedestres, do termo do Mato Grosso. Os homens que se tornassem soldados estavam relacionados no rol de irmãos, até que dessem baixas de seus cargos militares ou falecessem. Por outro lado, também eram membros os governadores e capitães-generais, oficiais de engenharia e artilharia, provedores da Real Fazenda, ouvidores gerais das tropas, secretários de governo, oficiais da Provedoria da Fazenda Real e da Casa de Fundição⁴⁸¹.

A insígnia da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa era uma verônica de prata, que se traria pendente de uma fita ao peito dos confrades nas funções da irmandade. Esse símbolo era utilizado desde o ano de 1781, demonstrando que a formação dessa confraria era anterior à data de confirmação de seu compromisso. Aquelas medalhas foram repartidas pelo Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque, no mencionado ano, durante os festejos e trezena em honra ao “santo advogado e patrono dos militares”, na sua capela, em Vila Bela da Santíssima Trindade, edificada no fim da rua que era nomeada com o mesmo desse santo⁴⁸².

A formalização da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa também possibilitou a realização com sucesso dos festejos desempenhados todos os anos, no mês de junho, em honra ao orago dessa associação. Esse ato serviu significativamente

⁴⁷⁹ ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067. Compromisso da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa ereta na capela do mesmo santo de Vila Bela do Mato Grosso. Vila Bela da Santíssima Trindade, 1785.

⁴⁸⁰ Capítulo 1º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067.

⁴⁸¹ Capítulo 2º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067.

⁴⁸² AMADO & ANZAI, 2006, p. 226.

para zelar dos cultos ao mesmo santo, dos rendimentos de toda a corporação, através da elaboração do compromisso e dos livros necessários às eleições e aos registros das receitas e despesas, inventários e pagamentos dos anuais e demais ofertas ao santo.

A Irmandade Militar de Santo Antônio perdurou por mais algumas décadas. Contudo, no ano de 1845 relatou o Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, ao Presidente da Província de Mato Grosso, José Gomes Jardim, sobre a quase extinção da Irmandade Militar de Santo Antônio em Vila Bela. Depois de averiguar a situação em que se encontrava a confraria, bem como seus documentos e condições do templo, percebeu D. José Antônio dos Reis que o quadro crítico em que se encontrava essa instituição era devido ao fato de não haver mais naquela cidade a Corporação Militar dos Dragões e Pedestres, cujos membros formavam a dita irmandade. Por outro lado, argumentava que mesmo tendo sido ereta debaixo da proteção régia, já não se encontrava beneficiada com essa mercê, tendo em vista que sua igreja encontrava-se como uma “propriedade pública”, e deveria estar inteiramente sujeita às leis comuns da disciplina eclesiástica. Sugeriu o bispo que o corpo militar erigisse uma nova irmandade, inclusive adotando o mesmo orago e compromisso, ficando a igreja de Santo Antônio sujeita às orientações do Bispado de Cuiabá⁴⁸³.

Os militares eram tidos como fundamentais para a guarnição de uma área de fronteira e de mineração. O reforço do sentimento de pertencimento ao segmento militar através de uma irmandade ocorreu por meio do auxílio, do reforço de práticas religiosas constituidoras de identidades. Desta maneira, esses indivíduos estariam ligados entre si, constituindo, configuração específica⁴⁸⁴.

Todas essas associações, como vimos discutindo, possuíram seus lugares sociais de produção e constituição, empreendendo campos representativos das atividades militares, econômicas e políticas de seus membros. Vimos falando dos segmentos das elites locais e das forças militares, começando do topo da pirâmide social das sociedades do Antigo Regime. Resta-nos agora apresentar a constituição dos grupos que formavam as camadas populares, base da sociedade colonial mato-grossense, composta por africanos e seus descendentes, cativos ou libertos e suas associações.

⁴⁸³ ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1068. Ofício do Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis ao Presidente da Província, José Gomes Jardim, discorrendo sobre a Irmandade Militar da Capela de Santo Antônio. Cuiabá, 07 de novembro de 1845.

⁴⁸⁴ ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 13.

2.4 As irmandades de africanos e seus descendentes livres, cativos e libertos

Antes de destacarmos as irmandades representativas de africanos e seus descendentes livres, cativos e forros da Prelazia do Cuiabá, analisamos o processo de constituição desse grupo e de como compuseram o quadro populacional da capitania de Mato Grosso. Estima-se que desembarcaram na América portuguesa 50 mil africanos escravizados até 1600, 160 mil no período entre 1600 e 1640, 400 mil entre 1640 e 1700, 960 mil entre 1700 e 1760 e 726 mil entre 1760 e 1800⁴⁸⁵. Esses dados se aproximam dos oferecidos por outros levantamentos (Tabela 06), em que apontam para o total de número de 2.227. 970 africanos desembarcados na América portuguesa no século XVIII, entre a região amazônica, Bahia, Pernambuco e o atual sudeste do Brasil.

Tabelas 06 – Estimativas de desembarque de africanos na América portuguesa (1700-1800)

Décadas	Regiões da América portuguesa					Totais
1700	Amazônia	Bahia	Pernambuco	Sudeste do Brasil	Brasil (região não especificada)	
1700	110	8.754	7.423	6.128	0	22.415
1701-1710	1.202	68.501	58.088	46.939	118	174.848
1711-1720	2.045	91.607	43.478	62.334	1.119	200.583
1721-1730	2.552	102.812	42.122	57.826	3.188	208.501
1731-1740	1.648	103.846	25.545	72.931	1.228	205.198
1741-1750	1.359	104.663	33.061	78.986	776	218.845
1751-1760	6.091	82.296	32.822	91.959	998	214.166
1761-1770	13.839	72.534	30.532	95.364	386	212.655
1771-1780	14.470	84.144	23.735	87.937	211	210.497
1781-1790	18.940	87.805	29.074	119.080	0	254.899
1791-1800	20.123	104.703	40.265	131.015	9.257	305.363
Totais	82.379	911.665	366.145	850.499	17.281	2.227.970

Fonte: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces> Acesso em 09 de março de 2015.

⁴⁸⁵ LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos setecentistas**: escravidão, cultura e poder na América portuguesa. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 17.

Os que foram para a capitania de Mato Grosso, no século XVIII, vinham de três macro-regiões da África, Guiné-Bissau e Cacheu, da parte norte do Oeste da África; Costa da Mina, no Oeste da África, tendo como principal porto de exportação a fortaleza de São Jorge da Mina, na atual Gana; África Central, na região que compreende Angola e Congo, tendo como portos de exportação em Luanda e Benguela, em Angola⁴⁸⁶. Por ter maior ligação comercial com as capitanias do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia, o termo do Cuiabá recebeu escravos africanos vindos dessas capitanias pelas monções do sul e pelo caminho terrestre Goiás-Cuiabá. Esses escravos que desembarcaram na Bahia provinham predominantemente da Costa da Mina, na África Ocidental, enquanto que os que desembarcavam no Rio de Janeiro vinham de diversas regiões da África Central, principalmente de Angola. Os escravos enviados para Vila Bela, na segunda metade do século XVIII, foram em grande maioria comercializados através da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, sendo os escravos desembarcados no porto de Belém e em seguida transportados pela via fluvial Madeira/Guaporé até chegar à vila-capital da capitania de Mato Grosso⁴⁸⁷.

Tabela 07 – Mapa geral dos escravos que entraram na capitania de Mato Grosso (1720-1772)

Diferentes períodos	Anos comparativos aos diferentes períodos	Anos relativos	Importados por via do Grão Pará	Importados dos portos do sul	Somas totais
Anos anteriores à fundação do governo próprio da Capitania	31	Desde 1720 até 1750	-	5.951 4.824	10775
Governo de Antônio Rolim de Moura, Conde de Azambuja	14	Desde 1751 até 1764 inclusive	117	3934	4051
Governo de João Pedro da Câmara	4	1765 1766 1767 1768	292	651	943
Governo de Luís Pinto de Souza Coutinho	4	1769 1770 1771 1772	465	1246	1711
Soma total	53	-	874	16606	17480

Fonte: AHU – Mato Grosso. Caixa 17. Doc. 1054.

486 JESUS, Nauk Maria de; SYMANSKY, Luís Cláudio Pereira. Olhares e reflexões sobre africanos e afro-descendentes em Mato Grosso – séculos XVIII e XIX. In: JESUS, Nauk Maria de et. al. **Ensino de História: trajetórias em movimento**. Cáceres – MT: Editora Unemat, 2007, p. 62-63.

487 AHU – Mato Grosso. Caixa 17. Doc. 1054. Mapa geral dos escravos que entraram na capitania de Mato Grosso desde o descobrimento das minas até o fim de 1772. Capitania de Mato Grosso, 1773.

Ao longo de cinquenta e dois anos (Tabela 07), 1720 a 1772, as maiores entradas de africanos deram-se pela rota fluvial sul. Esses escravos inicialmente atuaram apenas na região das minas cuiabanas e seu entorno, mas com a expansão das conquistas pelo vale do Guaporé, na década de 1730, foram compondo a população da região das minas do Mato Grosso. Com a criação da capitania de Mato Grosso, em 1748, os escravos africanos atenderam variadas atividades, tanto no termo do Cuiabá, como no termo do Mato Grosso. Com a promoção de rotas comerciais via norte, na segunda metade do século XVIII, o abastecimento de mão-de-obra escrava africana também foi oferecido por esse percurso. A rota norte passou a se intensificar com a atuação da Companhia de Comércio do Grão-Pará e Maranhão, fundada em 1755 no governo de D. José I, dentre as medidas tomadas pelo Marquês de Pombal.

De 1720 até 1750, foram importados pelos portos do sul através das monções 10.775 escravos africanos, tanto homens como mulheres, crianças, maiores ou menores. No governo de Antônio Rolim de Moura, de 1751 a 1764, foram importados pelas monções do norte, vindos dos portos de Belém do Grão – Pará, desde 1756, 117 cativos; e pelas monções do sul, 3.934; perfazendo um total de 4.051 escravos africanos. Com o governo de João Pedro da Câmara, de 1765 a 1768, foram importados por via do Grão Pará 292 e pelas monções do sul 651, num total de 943 escravos. No governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho (1769- 1772), vieram pelas monções no norte 465 escravos e pelas monções do sul 1.246, destes últimos foram levados para Vila Bela 809 escravos, perfazendo a entrada de 1.711 escravos⁴⁸⁸. Isso contribuiu significativamente para que mais de 75% dos habitantes dessa configuração social fossem da população de cor.

Na vila-capital, por exemplo, em 1769 havia 3.819 habitantes, sendo destes 3.062 mulatos e pretos, perfazendo 80% dessa população. Dessas pessoas de cor, no mesmo ano, eram 282 mulatos livres e 72 escravizados, além de 437 pretos livres e 2.271 pretos escravizados⁴⁸⁹. Os demais 20% dessa população não era composto apenas por brancos, sendo eles 333 brancos, 122 caborés e 173 índios. Esses dados eram referentes aos registros paroquiais consultados pelo governo de Luís Pinto de Souza Coutinho, para montagem dos mapas de população que deveriam ser remetidos à Coroa. Contudo, percebemos que apenas foram registradas as pessoas que conseguiam pagar

⁴⁸⁸ AHU – Mato Grosso. Caixa 17. Doc. 1054.

⁴⁸⁹ AHU – Mato Grosso. Caixa 37. Doc. 1860. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, informando sobre os procedimentos tomados para preparar os mapas de habitantes, acrescentando suas observações sobre a povoação de Vila Bela e as dificuldades para aumentar a população. Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de maio de 1799.

pelos emolumentos paroquiais e conhecimentos, na ocasião das desobrigas. Muitos daqueles que não podiam pagar pelos sacramentos católicos não eram conseqüentemente registrados, ficando de fora desses levantamentos. Reclamaram os moradores que eram elevadas as taxas cobradas pelos padres encomendados⁴⁹⁰, como já observamos repetidas vezes. A população indígena, neste contexto, sempre apareceu com número reduzido, sendo contabilizada com maior cuidado quando pertencia a alguma missão ou aldeia implantada pela monarquia. Este aspecto merece maior atenção dos pesquisadores interessados na análise da demografia de uma população.

Tabela 08 – Mapa da povoação da capitania de Mato Grosso no ano de 1800

Categorias		No distrito de Vila Bela	No distrito da Vila do Cuiabá	Em toda a Capitania de Mato Grosso
População	Branços	504	3.738	4.242
	Índios	131	884	1015
	Pretos	5.163	9.112	14.275
	Mulatos	1.307	5.997	7.304
	Total	7.105	19.731	26.836

Fonte: AHU – Mato Grosso. Caixa 39. Doc. 1966.

Durante o governo de Caetano Pinto de Miranda Montenegro (Tabela 08), a população da capitania de Mato Grosso foi estimada em 26.836 habitantes. Desse conjunto, havia 4242 pessoas brancas, representando 16% da população. A população de cor, constituída por indígenas, pretos, mulatos e seus descendentes somava 22.594 pessoas ou 84% do total de habitantes dessa configuração social. Esses dados nos mostram a população de cor como predominante. Percebemos ainda que Cuiabá concentrou a maior parte da população, em todas as categorias da população. Enquanto no distrito do Cuiabá os brancos representaram 19% e a população de cor 81% dos habitantes, na repartição do Mato Grosso os brancos representaram 7% e a população de cor 93%. A participação de índios, pretos e mulatos mostrou-se expressiva em ambas as repartições, uma configuração social fortemente miscigenada.

Tabela 09 – Mapa da população escrava da capitania de Mato Grosso - 1800

Categorias	No distrito de Vila Bela	No distrito da Vila do Cuiabá	Em toda a Capitania de Mato Grosso
Pretos	3.848	7.106	10.954
Mulatos	132	824	956
Total	3.980	7.930	11.910

Fonte: AHU – Mato Grosso. Caixa 39. Doc. 1966.

⁴⁹⁰ Idem.

Na final do século XVIII (Tabelas 08 e 09), estimou-se que no termo do Cuiabá havia 19.731 habitantes. Destes, 15.993 eram pertencentes à população de cor, da qual 7.930 ou 40% eram escravos e 8.063 ou 41% homens livres. Na repartição do Mato Grosso ou distrito de Vila Bela, o conjunto da população era de 7.015 pessoas. Sua população de cor era de 6.601 pessoas, com 3.980 ou 56% de pretos e mulatos cativos, diante de 2.621 ou 37% de homens livres de cor. Esses dados nos apontam para o avanço da população de cor livre na capitania, de acordo com o observado em outras capitanias da América portuguesa no mesmo período, conforme observamos abaixo.

Pelo norte luso-americano, no Maranhão, a população era de 78.860 pessoas, distribuída em 31% de brancos, 17,3% de mulatos livres, 46% de negros cativos e 5% de índios. No Pará, o conjunto de habitantes era de 80.00 pessoas, com 23% de negros cativos e 20% de indígenas. Em Pernambuco, sua população era estimada em 391.986 pessoas, das quais 28,5% eram brancas, 42% era de mulatos livres, 26,2% de negros escravos e 3,2% de índios. Na Bahia, o conjunto de sua população era de 359.437 habitantes, dos quais 19,8% eram brancos, 31,6% mulatos livres, 47% negros escravos e 1,5% índios. No Piauí, a população foi contada em 58.962 pessoas, com 21,8% de brancos, 18,4 de mulatos livres, 36,2% de negros cativos e 23,6% de indígenas. Indo em direção ao sul e ao oeste, No Rio de Janeiro, o conjunto de habitantes era de 229.582 indivíduos, com 33,6% de brancos, 18,4% de mulatos livres, 45,9% de negros cativos e 2% de índios. Em Minas Gerais, sua população foi contada com 494.759 pessoas, composta por 23,6% de brancos, 33,7% de mulatos livres, 40,9% de negros escravos e 1,8% de índios. Em São Paulo, o conjunto da população era de 208.807 indivíduos, distribuídos em 56% de brancos, 25% de mulatos livres, 16% de negros cativos e 3% de indígenas. Em Goiás, sua população foi estimada em 55.422 pessoas, entre 12,5% de brancos, 36,2% de mulatos livres, 46,2% de negros escravos e 5,2% de índios. No Rio Grande de São Pedro, o total levantado de pessoas foi de 66.420, divididas em 40,4% de brancos, 21% de mulatos livres, 5,5% de negros cativos e 34% de índios⁴⁹¹.

Essas estimativas apontam para grande parte da população da América portuguesa composta por pessoas de origem africana, entre negros e mulatos. As capitanias do interior apareceram ainda como as menos atrativas para os brancos, fazendo com que maiorias de cor predominassem em todas as suas partes. De cada 10

⁴⁹¹ ALDEN, Dauril. El Brasil Colonial tardio, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. 2. América Latina colonial: Europa e América en los siglos XVI, XVII. XVIII. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 306- 358.

homens livres de cor, 06 ou 07 eram mulatos⁴⁹², constituindo-se um grupo social de crescimento rápido na América portuguesa nos finais dos anos setecentos.

Indígenas, pretos e mulatos, escravizados ou livres, constituíram a mão-de-obra primordial nas principais atividades econômicas que se desenvolveram no território de Mato Grosso, atuando na mineração do ouro (Imagem 15), nas atividades agrícolas realizadas nos engenhos e nas fazendas de gado, como vaqueiros, nos criatórios de suínos, na curtição de couros e no processamento da carne, na produção do açúcar e aguardente. Nos núcleos urbanos, realizaram serviços domésticos, no comércio, e em todas as atividades que exigiam trabalho manual, a exemplo do transporte de água das fontes ou bicas para as residências de seus senhores⁴⁹³.

Imagem 15 – Presença de africanos e de seus descendentes nas lavras de mineração do ouro de Cuiabá, século XVIII



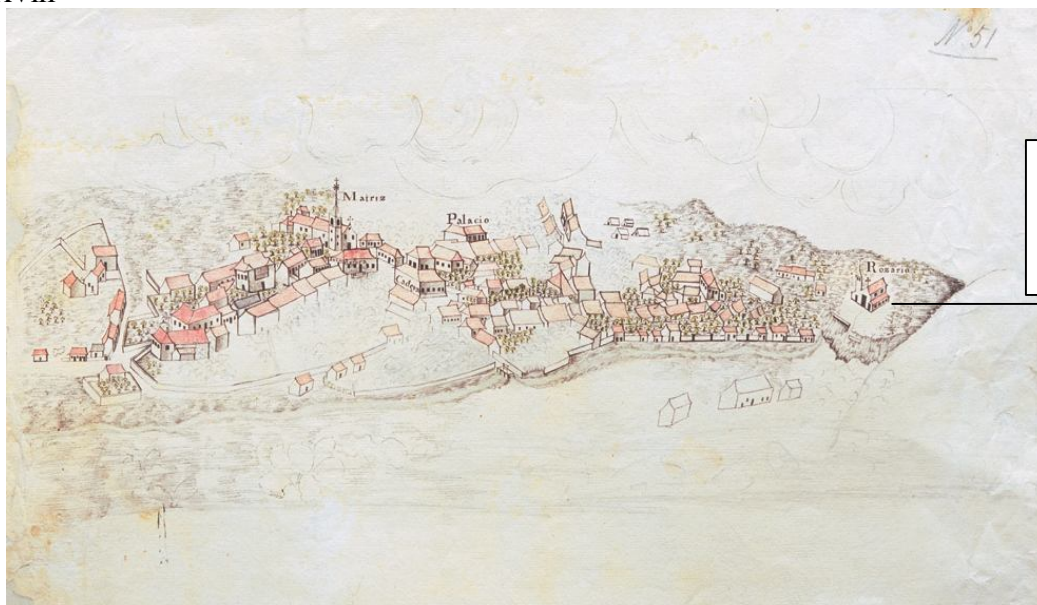
Fonte: Prospecto do desmonte de terra da lavra de ouro do sargento-mor José Paes Falcão das Neves, no Arraial de São José dos Cocais da Vila do Cuiabá. [Freire ou Codina], c.1785. Aquarela (38,3 x 19 cm). Coleção Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792), ARF/33, v. 2. Museu Bocage, Lisboa. *Apud*. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791**. São Paulo: Versal, 2014, p. 206.

⁴⁹² ALDEN, 1990, p. 313.

⁴⁹³ SYMANSKI, Luis Claudio Pereira. Escravidão. In: JESUS, Nauk Maria (orgs.). **Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial**. Cuiabá: Carlini & Caniato editorial, 2011, p. 112-114.

As irmandades representativas dos africanos e seus descendentes, cativos ou libertos, ocuparam templos religiosos de formas diversas na capitania de Mato Grosso. Na Vila do Cuiabá, por exemplo, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário utilizou capela separada do espaço da igreja matriz, provavelmente construída na primeira metade do século XVIII, com o auxílio dos franciscanos. Nessa mesma capela (Imagem 16), instalaram-se as irmandades de São Benedito e de São Francisco de Paula, mas com datas imprecisas, provavelmente no final do século XVIII ou durante o século XIX.

Imagem 16 – Capela de Nossa Senhora do Rosário da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, século XVIII



Fonte: REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2000.

Todavia, a primeira igreja construída na Vila do Cuiabá pelos negros, como vimos, ocorreu em seus anos iniciais, edificada na Rua do Sebo, dedicada a São Benedito, que acabou ruindo em 1722. Nessa mesma localidade construíram um oratório dedicado a Nossa Senhora do Rosário, nos anos 1740. Porém, foi construída pelos negros outra capela, localizada na periferia da vila (Imagem 16), no morro do Rosário, em honra a Nossa Senhora do Rosário. Esse foi o templo onde se especializou a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, formada na primeira metade do século XVIII, com aprovação de seu compromisso pelo Bispado do Rio de Janeiro em 1751⁴⁹⁴, e pela Mesa da Consciência e Ordens no ano de 1783⁴⁹⁵.

⁴⁹⁴ SILVA, Cristiane dos Santos. **Irmãos de fé, Irmãos no poder: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1819)**. 2001, 174f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, p. 60.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da Vila do Cuiabá, enviou seus estatutos para serem aprovados pela Coroa no ano de 1782⁴⁹⁶, obtendo aprovação pela Mesa da Consciência e Ordens em 10 de janeiro de 1783⁴⁹⁷. Seu compromisso estava composto por 33 capítulos, versando sobre os valores das entradas, anuais, ao culto divino, auxílio aos irmãos vivos, assistência fúnebre e realização das festas. Foram solicitados pela Coroa alguns ajustes ou correções de alguns capítulos desse compromisso. Do capítulo 27, que apresentava a cobrança das dívidas da irmandade através de mandados executivos foi solicitado para que não ocorresse dessa forma⁴⁹⁸. Do capítulo 30, que orientava que os livros da irmandade fossem rubricados pelo seu provedor, pediu-se que fossem rubricados pelos provedores da comarca do Cuiabá⁴⁹⁹.

Essa associação era composta por homens e mulheres, que deveriam possuir boa conduta e moral, assim como ter meios de satisfazer os encargos da confraria. Não havia delimitação ou algum critério étnico para entrada como irmão, bem como para ocupar cargos de Mesa. Apenas exigiam que fosse o novo confrade uma pessoa idônea. Tratando-se de homem ou mulher cativos, deveriam primeiramente apresentar por escrito a licença do seu senhor autorizando sua entrada como irmãos dessa confraria⁵⁰⁰.

Com relação à comarca eclesiástica do Mato Grosso, a presença da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos e Mulatos pode ser percebida desde os primeiros anos de Vila Bela. As associações religiosas dividiram nesses anos iniciais o espaço da igreja matriz. Como vimos, isso correspondeu às determinações dos estatutos municipais que não permitiram que as irmandades construíssem suas capelas em separado. As associações deveriam construir um altar colateral dentro da igreja matriz, para dessa forma custearem em conjunto os ornamentos e alfaias do templo⁵⁰¹. A

⁴⁹⁵ AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1393. Requerimento dos irmãos da confraria de Nossa Senhora do Rosário, da Vila do Cuiabá, à rainha D. Maria em que pedem provisão de confirmação do compromisso onde se regulem as entradas e a maneira de dirigir a Irmandade. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 23 de dezembro, anterior a 1782.

⁴⁹⁶ AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1393.

⁴⁹⁷ ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real do Bom Jesus do Cuyabá. Provisão de confirmação do seu compromisso. Lisboa, 10 de janeiro de 1783.

⁴⁹⁸ Capítulo 27. Cf. ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real do Bom Jesus do Cuyabá. Provisão de confirmação do seu compromisso. Lisboa, 10 de janeiro de 1783.

⁴⁹⁹ Capítulo 30. Cf. ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v.

⁵⁰⁰ ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real do Bom Jesus do Cuyabá. Provisão de confirmação do seu compromisso. Lisboa, 10 de janeiro de 1783; Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Documentos Avulsos, Fundação Vilaboense de Cultura – GO, 1751. Apud. SILVA, 2001.

⁵⁰¹ Capítulo 1º - Sobre culto divino e festividades da Câmara e da Igreja desta Vila. Cf. Estatutos Municipais ou Posturas da Câmara da Vila Bela da Santíssima Trindade para o Regimento da República nos casos em que não há lei expressa segundo o Estado do País. Transcrição Carlos Alberto Rosa e Nauk

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário que se instalou na referida igreja era constituída pela população cativa, nos anos iniciais da vila-capital. Com o passar dos anos e com o aumento do número de alforriados e livres, a irmandade de Nossa Senhora do Rosário foi dividida, existindo uma relativa aos pretos forros e outra aos pretos cativos, instaladas em igrejas diferentes. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros continuou na igreja matriz, enquanto a sua congênere, composta por pretos cativos, se especializou na igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo.

O compromisso da Irmandade de Nossa Senhora dos Pretos, dos cativos da vila-capital, foi enviado em 1765 e aprovado pela Mesa da Consciência e Ordens em 15 de dezembro de 1779. A data de 1765 correspondeu ao momento em que enviaram os mesmos estatutos para aprovação via Bispado do Rio de Janeiro, o que foi criticado pela Mesa da Consciência e Ordens que considerava ter tal incumbência. Mesmo com a aprovação do compromisso pela Coroa, foram solicitadas correções em alguns capítulos, sobretudo no que se refere a presença e intervenção do Vigário da comarca eclesiástica nas eleições dos oficiais dessa confraria. A Mesa da Consciência e Ordens determinou que os confrades aceitassem a participação do eclesiástico e que dessem conta do processo eleitoral ao Provedor das Capelas da Comarca do Mato Grosso⁵⁰².

Os estatutos dessa confraria do Rosário aparecem como encaminhados pelo Vigário da igreja e da Vara de Vila Bela, Amaro Barbosa Lima, “do Hábito de São Pedro, bacharel formado nos Cânones, Comissário Subdelegado da Bula da Cruzada e Leis dos Casamentos, Capelas e Resíduos”, que representou os demais confrades enquanto juiz dessa associação⁵⁰³. Para entrada nessa irmandade, a pessoa deveria declarar seu nome e condição à Mesa, se era solteira ou casada⁵⁰⁴. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Vila Bela colaborou na construção da capela de Nossa Senhora do Monte do Carmo, onde se especializou no final do século XVIII, como já foi referido. Esta era uma fase em que a vila-capital encontrava-se mais estabilizada, com maior número de casas e da própria população.

Maria de Jesus. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (orgs.). **A Terra da Conquista: história de Mato Grosso Colonial**. Cuiabá: Adriana, 2003, p. 195.

⁵⁰² ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folha 184. Provisão de confirmação do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário novamente ereta pelos irmãos da Irmandade nesta freguesia de Vila Bela da Santíssima Trindade, Bispado do Rio de Janeiro. Lisboa, 15 de dezembro de 1779.

⁵⁰³ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folha 184.

⁵⁰⁴ Capítulo 7º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

O compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros, de Vila Bela, obteve sua confirmação no dia 30 de março de 1781. Seus irmãos deveriam ser católicos de bom viver e bons costumes e não poderiam sair da confraria depois de assentados, a não ser em situação de algum vício ou situação torpe⁵⁰⁵. Os confrades deveriam obedecer às ordens dos oficiais maiores, componentes da Mesa, nas dependências do templo, caso contrário seriam obrigados a pagar uma libra de cera, havendo conhecimento por todos de sua desobediência⁵⁰⁶. Contudo, ressaltamos que havia nos estatutos dessa associação a demanda dos confrades pela construção de uma capela própria no espaço de Vila Bela, que servisse para o uso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros, como dos demais fregueses da vila-capital.

Diziam que seus membros levantariam os materiais para essa obra, em local destinado para esse fim, conforme orientação do governo da capitania, aproveitando-se toda a madeira e pedra das imediações. Previam também em seus estatutos, que na capela colocariam a imagem de São Benedito e todos aqueles santos que pertenciam à associação. Isso nos demonstra todo um conjunto de oragos que eram devotados pelos irmãos de Nossa Senhora do Rosário, o que daria origem a outras confrarias nas décadas seguintes⁵⁰⁷. A Irmandade de São Benedito de Vila Bela teria maior desenvolvimento no século XIX, fase em que pediram inclusive uma licença de autorização ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, para que pudessem erigir uma capela separada da igreja matriz, local onde possuíam um altar e consistório⁵⁰⁸.

Nessas irmandades representativas de africanos e de seus descendentes na capitania de Mato Grosso não existiu a preponderância de um único grupo étnico africano dentre seus membros, inclusive na ocupação de cargos dirigentes das Mesas, conformando-se todas como irmandades mistas. De modo similar, na capitania de Rio Grande de São Pedro, em Porto Alegre, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário não sofreu um processo interno de divisão étnica, constituindo-se numa instituição mista⁵⁰⁹.

⁵⁰⁵ Capítulo 1º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Bela da Santíssima Trindade, 01 de junho de 1779.

⁵⁰⁶ Capítulo 4º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80.

⁵⁰⁷ Capítulo 20º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80.

⁵⁰⁸ ACBM/IPDAC. Acesso da Irmandade de São Benedito ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, solicitando autorização para erigir uma capela separada da Igreja Matriz de Vila Bela. Vila Bela, 19 de junho de 1810.

⁵⁰⁹ NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana – séculos XVIII e XIX**. 2006, 362f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 110.

Por outro lado, em outras capitanias da América portuguesa existiram especificidades nas formações dessas associações, a exemplo dos negros da Costa da Mina que estavam reunidos na Irmandade de Nossa Senhora dos Remédios, situada na Igreja de Santa Ifigênia do Rio de Janeiro. Em Salvador, os negros angolanos localizavam-se na Ordem Terceira do Rosário de Nossa Senhora das Portas do Carmo, fundada na Igreja de Nossa Senhora do Pelourinho e a confraria do Senhor Bom Jesus das Necessidades e Redenção dos Homens Pretos, fundada em 1752, concentrava os jejes na Igreja do Corpo Santo, na cidade baixa⁵¹⁰. Da Irmandade do Rosário dos Pretos da Igreja da Conceição da Praia, no distrito comercial de Salvador, participavam irmãos e irmãs angolanos e crioulos na época de seu primeiro compromisso, 1686. Embora sem explicitar, previa-se a entrada de gente de outras origens, inclusive brancos e mulatos, mas só crioulos e angolas eram elegíveis, em números iguais, a cargos de direção. Da mesma forma, a Irmandade de Santo Antônio de Categeró, fundada em 1699 na igreja matriz da freguesia de São Pedro, também em Salvador, aceitava pessoas de qualquer condição, embora apenas angolas e crioulos, homens e mulheres, pudessem ocupar cargos de Mesa⁵¹¹. Na Bahia, em finais do século XVIII, algumas irmandades tinham critérios mais exclusivos a respeito da entrada de alguns grupos. No exemplo da Irmandade do Senhor dos Martírios, da cidade de Cachoeira, que era constituída por negros da nação Jeje, provenientes da região da Costa da Mina, não queriam admitir aos negros nascidos na América portuguesa⁵¹².

João José Reis considerou que essas associações representaram um espaço de relativa autonomia negra, no qual seus membros em torno das festas, assembléias, eleições, funerais, missas e da assistência mútua construía identidades sociais. No interior de um universo social às vezes sufocante e incerto, a irmandade era uma espécie de família ritual, na qual africanos viviam e morriam solidariamente⁵¹³. Para Lucilene Reginaldo, as irmandades negras tiveram papel fundamental na defesa dos interesses das populações escravas e libertas. Essas instituições ainda possibilitaram uma vivência do catolicismo, marcado pelos valores africanos desses grupos e seus descendentes⁵¹⁴.

⁵¹⁰ BORGES, Célia Maria. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005, p. 87-88.

⁵¹¹ REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 02, nº03, 1996, p. 06.

⁵¹² SILVA, Luiz Geraldo. "Sementes da sedição": etnia, revolta escrava e controle social na América portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**, nº25-26, 2001, p. 22.

⁵¹³ REIS, 1996, p. 04.

⁵¹⁴ REGINALDO, Lucilene. "África em Portugal": devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII. **História**. São Paulo, 28, 2009, p. 306.

Todavia, consideramos as irmandades religiosas de africanos e seus descendentes como vinculadas às relações de poder nas configurações sociais em que se formaram, do que mobilizadas num conflito contra a escravidão. Esses são os aspectos que serão destacados nos próximos capítulos, presentes nas práticas assumidas pelas irmandades religiosas no espaço eclesiástico da Prelazia do Cuiabá.

Capítulo 3

Nas rodas das irmandades: práticas e representações de poderes

Neste capítulo analisamos práticas confrariais relacionadas às eleições de suas Mesas diretoras, às suas receitas e despesas e às suas relações com o clero secular da Prelazia do Cuiabá. Os estatutos ou compromissos apresentavam um conjunto de cargos e funções, como um conselho consultivo e deliberativo, que tratavam de aspectos da vivência religiosa e social dos confrades. Para Ana Cristina de Araújo, enquanto instituições, as irmandades eram um corpo socialmente hierarquizado. Seu funcionamento ocorreu segundo modelos da administração, decalcados de outras instituições, como as câmaras municipais⁵¹⁵. Consideramos significativo trazermos à baila quem eram as pessoas ocupantes dos cargos confrariais, por isso levantamos informações sobre esses indivíduos, das suas atividades, para caracterizar o perfil socioeconômico dessas associações. Realizamos isso através de análise da amostragem de algumas composições de Mesas dirigentes, registradas nos compromissos.

Na análise dos casos das composições das Mesas dirigentes, localizamos um processo de recusa de entrada de um pardo na Irmandade do Santíssimo Sacramento, de Vila Bela. Tratou-se do caso de José Dias de Figueiredo, que era militar, ferreiro, e atuava como Primeiro Fundidor da Real Casa de Fundição da vila-capital. O motivo alegado para sua recusa na associação era o de “ter sido sua mãe bisneta de uma crioula”. José Dias, por outro lado, procurou todas as formas possíveis para sua admissão, interpretando inclusive alguns alvarás régios do período e os compromissos das Irmandades do Santíssimo Sacramento, de Vila Bela e da Vila do Cuiabá.

Avançando sobre as práticas econômicas confrariais, analisamos o modo pelo qual cada uma delas normatizou suas formas de arrecadação de recursos para sua sustentação e manutenção, para perceber suas posições de poder dentro do campo religioso e da configuração social da capitania de Mato Grosso. A principal maneira de angariar fundos foi o pagamento de entradas e anuais, que inclusive colaborou na seleção das pessoas que pretendiam entrar nas associações, pois muitos não tinham condições de custear valores e taxas cobradas. Contudo, questionamos não apenas a respeito das receitas, mas também sobre as despesas efetuadas e que visavam ganhos

⁵¹⁵ ARAÚJO, Ana Cristina dos Santos Bartolomeu de. **A morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)**. 766f. Tese (Doutoramento em História). Universidade de Coimbra, 1995, p. 493.

sociais nas comarcas eclesiásticas da fronteira Oeste, como os gastos de consumo de representação social⁵¹⁶. Para Adalgisa Arantes Campos, o custo decorrente do consumo representativo trazia retorno em termos de prestígio social e recompensas espirituais, como muitas missas e sufrágios na hora da morte e uma campa em espaço mais sacralizado no âmbito da matriz – a capela mor, símbolo da cabeça de Cristo⁵¹⁷.

Como irmandades de cunho religioso, suas vivências católicas eram acompanhadas de perto pelos representantes da Igreja, principalmente pelo clero secular, que foi predominante na capitania de Mato Grosso, como já foi observado. As irmandades previram a existência de um capelão ou padre no seu corpo constitutivo, com determinação de seus direitos e deveres nessas associações. A relação entre os irmãos e o clero secular ganhou contornos próprios no espaço mato-grossense, tendo em vista que esse grupo era composto por encomendados. Por outro lado, esses bens da salvação eram considerados com preços excessivos pelos fregueses, somados aos descomedimentos comportamentais cometidos pelos capelães e padres. A discussão desse aspecto mostrou-se significativa para nos ajudar a compreender o clero secular enquanto um grupo social e sua relação com outros grupos do campo religioso local.

Interpretamos a configuração social da capitania de Mato Grosso, no século XVIII, considerando o processo de desenvolvimento e diferenciação de seu aparelho religioso e das instâncias incumbidas de assegurar a produção, reprodução e difusão dos bens religiosos desse espaço⁵¹⁸. Em uma sociedade estratificada, os sistemas de práticas e representações de poderes, próprios aos diferentes grupos, contribuíram para a perpetuação da ordem social vigente⁵¹⁹. No cotidiano colonial, estiveram presentes contradições, conflitos e tensões, e não apenas uma vida harmoniosa e pacífica⁵²⁰. Esses aspectos foram considerados neste capítulo, tendo em vista explicitar as relações sociais produzidas pelas irmandades religiosas e que representaram embates entre os campos de poderes formadores do espaço fronteiriço e minerador da Prelazia do Cuiabá.

⁵¹⁶ ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 86.

⁵¹⁷ CAMPOS, Adalgisa Arantes. A visão nobiliárquica nas solenidades do setecentos mineiro. In: **Anais do X Encontro Regional de História – ANPUH – MG – Minas, Trezentos Anos**. Mariana: UFOP/ANPUH, 1996, p. 111-121.

⁵¹⁸ BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 40.

⁵¹⁹ BOURDIEU, 2007, p. 53.

⁵²⁰ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Mário Matos. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993, p. 30.

3.1 Dos cargos das Mesas dirigentes

Consideramos a produção de cargos como instrumentos para o exercício do poder, com a formação de posições, com parâmetros e funções específicas. Por isso, listamos e analisamos quais foram os cargos existentes nas irmandades religiosas da Prelazia do Cuiabá, para compreender esse quadro de funções confrariais interdependentes e que compunham as Mesas de direção dessas associações. Um cargo não se encerrava em si mesmo, pois dependia da existência de outros para desempenhar sua função, e eram legitimados pelo reconhecimento dado pelos demais membros confrariais. Cada campo confrarial apresentou-se como uma rede de homens e grupos sociais interligados, agindo em conjunto ou em oposição uns aos outros⁵²¹.

As Mesas diretoras possuíam função administrativa, da gestão quotidiana dessas associações. As Mesas chamavam a si a resolução dos principais assuntos confrariais. Da mesma forma, elaboravam padrões de admissão e de exclusão das irmandades, que condicionaram substancialmente a sua composição social⁵²².

Na direção das irmandades aparecem os cargos de juiz e provedor. Eram cargos com funções similares, apesar dos nomes diferentes, adotados em cada irmandade, mas considerados como o de maior importância e distinção. O juiz era considerado a cabeça da confraria, e os demais irmãos compunham seu corpo, ganhando grande destaque na realização das festas dos santos padroeiros. Apesar desse papel, não podia resolver tudo sozinho, pois precisava do consentimento dos demais oficiais, principalmente nas decisões acerca dos gastos que eram tomadas nas sessões da Mesa, com a votação dos presentes. Caso contrário, o juiz seria considerado “despótico”, e a Mesa não reconheceria os gastos efetuados por ele no ano de seu mandato⁵²³.

O provedor presidia a Mesa, tendo o poder do voto de decisão em situação de empate nas votações. Competia a ele dirigir os trabalhos, manter a ordem e ficar atento àqueles que excedessem os limites da moderação e prudência. Podia também convocar a Mesa todas as vezes que achasse necessário, como dirigir as festas e decidir

⁵²¹ ELIAS, 2001, p. 133-134.

⁵²² PENTEADO, Pedro. Confrarias. In: In: AZEVEDO, Carlos Moreira. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p.459-470.

⁵²³ Capítulo 9º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário novamente ereta pelos irmãos da Irmandade nesta freguesia de Vila Bela da Santíssima Trindade, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Bela da Santíssima Trindade, 13 de julho de 1765.

provisoriamente por algum assunto urgente, mesmo sem a reunião da Mesa, mas apresentando depois aos demais irmãos de Mesa a prestação de contas⁵²⁴.

Para ocupar esses cargos, o confrade deveria ser reconhecido como “uma pessoa da maior qualidade, autoridade, reputação e virtude”⁵²⁵. Ele era o presidente dos atos representativos da associação. Podia mandar assentar, votar e desempatar votações, sendo substituído pelo escrivão quando precisasse se ausentar. O provedor presidia, portanto, a irmandade em todas as reuniões de Mesa, exceto na eleição dos oficiais da Mesa, em que podia dividir a presidência com o reverendo Vigário da Igreja, para decidirem juntos pelo melhor resultado em caso de empate. Nas irmandades do Santíssimo Sacramento, ao provedor cabia nos momentos de funções “de corpo de irmandade”, levar a insígnia da vara, especialmente nos momentos em que saíam do espaço da igreja matriz, como nas procissões. Nessas ocasiões, como também na procissão do enterro de Cristo, seu lugar era o de ir atrás do púlpito, “exceto alguma função que não toque aos irmãos levá-lo que então irá diante dele no princípio da comunidade na ala da mão direita, como é costume nesta terra observado”⁵²⁶.

Nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros de Vila Bela e de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila do Cuiabá, durante a eleição para a Mesa dirigente, escolhiam ocupantes dos cargos de rei e rainha. Os eleitos eram responsáveis pela realização da festa em honra à padroeira. Ao rei não cabia apenas um posto honorífico nas festividades. Estava incumbido do voto de desempate nas votações da irmandade, juntamente com o Reverendo Vigário da Vara e da Igreja da comarca eclesiástica⁵²⁷. Na vila-capital, ao rei e à rainha coube também a obrigação de darem de esmola o valor de quinze oitavas de ouro para a realização das festas⁵²⁸. Apenas na

⁵²⁴ Capítulo 13º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40. Livro de Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em anexo, solicitação de confirmação do Compromisso (10 jul. 1820), Confirmação de D. João VI (17 abr. 1821), Termo de aceitação pelos Irmãos da Irmandade. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1821.

⁵²⁵ Capítulo 14º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40.

⁵²⁶ Capítulo 12º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 25 de novembro de 1767; Capítulo 12º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. D. Maria I. Livro 11, folhas 55-64. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 23 de março de 1781.

⁵²⁷ Capítulo 2º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Bela da Santíssima Trindade, 01 de junho de 1779; ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá. Provisão de confirmação do seu compromisso. Lisboa, 10 de janeiro de 1783.

⁵²⁸ Capítulo 3º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Vila Bela, relacionada aos cativos, não encontramos a menção aos cargos de rei e rainha nos seus estatutos⁵²⁹.

Esses cargos eram representativos de lideranças das comunidades confrarias. Além dos aspectos mencionados relacionados à direção e ao poder de decisão, coube destaque o peso que essas funções tinham enquanto prestígio e status de diferenciação dentro das irmandades e do meio social, sobretudo porque eram os que ficavam em evidência nas festas, celebrações, procissões públicas e demais funções da associação.

Geralmente as irmandades tiveram três livros principais, que facilitaram sua organização. O primeiro destinava-se ao registro das entradas dos irmãos, bem como do pagamento das entradas, anuais e esmolos. O segundo servia para anotações sobre as eleições, constando dos nomes dos candidatos e dos oficiais eleitos. O terceiro livro registrava todo o rendimento da irmandade, da fábrica da igreja, constando a relação de receitas e despesas: pagamentos de todas as taxas e esmolos; doações e legados testamentários; rendimento da fábrica da igreja; inventário do patrimônio confrarial; gasto com festas e outras despesas dos serviços religiosos; pagamentos diversos⁵³⁰.

O cargo de secretário ou escrivão substituí o de provedor ou juiz no caso de sua ausência ou impedimento, para a realização das sessões das Mesas confrarias. Contudo, sua principal função era tratar de todas as formas de registro das atividades das irmandades. Em todos os livros, tomava nota das inscrições de entradas, termos de Mesa, atas das reuniões, pagamentos das jóias e anuais e demais escritos formais. Ainda compunha a lista de todos os nomes apresentados para as eleições e também a listagem dos eleitos que divulgava a comunidade. Era importante para a irmandade o bom registro, pois expulsões, cobranças e prestações de contas estavam respaldadas nessas informações, bem como os inventários dos seus bens e alfaías⁵³¹.

de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Bela da Santíssima Trindade, 01 de junho de 1779.

⁵²⁹ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário novamente ereta pelos irmãos da Irmandade nesta freguesia de Vila Bela da Santíssima Trindade, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Bela da Santíssima Trindade, 13 de julho de 1765.

⁵³⁰ Capítulo 13º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88; Capítulo 13º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30; Capítulo 7º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067.

⁵³¹ Capítulo 10º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184; ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá. Provisão de confirmação do seu compromisso. Lisboa, 10 de janeiro de 1783; Capítulo 9º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80; Capítulo 13º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64; Capítulo 15º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40.

O escrivão ou secretário era o responsável pela produção discursiva, da narrativa dos acontecimentos, da dinâmica das associações, seja sobre sua vida econômica, eleitoral, festiva ou celebrativa. Nos compromissos das irmandades de africanos e seus descendentes livres, cativos e libertos, da Prelazia do Cuiabá, estava prevista para exercer essa e outras funções, como tesoureiro e procurador, uma pessoa branca, iniciada no mundo das contas e letras. Sobre este aspecto, João José Reis afirmou que essa presença de brancos nas confrarias das populações de cor, além dos aspectos devocionais, serviu como estratégia de controle sobre cativos e libertos. Para o autor, os pretos os aceitavam para que cuidassem dos livros das associações, por não terem instrução para escrever e contar, para receberem doações ou por imposição das autoridades locais⁵³². Todavia, discordamos de João José Reis, pois a análise de outras tipologias documentais nos mostrou que pretos e mulatos desempenharam essas funções nas Mesas das associações. Muitos deles tinham instrução necessária para o exercício desses cargos, sabendo ler, escrever e contar. Percebemos que os estatutos representaram os aspectos normativos das associações, mas poucos explicitaram a respeito das disputas por posições sociais e prestígio dentro das associações religiosas.

Aos tesoueiros competiam os cuidados financeiros das irmandades, deixando sempre claro a todos através dos inventários quais eram os bens, de ouro, prata, jóias, ornamentos, alfaia e mais utensílios litúrgicos de posse das confrarias no decorrer de seu mandato. Tudo deveria estar em boa guarda e todos os objetos e bens deveriam ter como destino a manutenção das irmandades, bem como a realização de suas principais atividades, quais sejam, as missas, celebrações, festividades e ritos fúnebres de sua competência confrarial. Deveria também receber todo o dinheiro existente no cofre, prestando contas à Mesa e às autoridades civis quando solicitado. Da mesma forma, passavam sempre pelo tesoureiro as entradas e retiradas de valores que compunham o patrimônio financeiro das confrarias. Sempre que a Mesa decidisse por algum gasto, as retiradas eram feitas pelo tesoureiro, que repassava ao secretário todas as informações disponíveis para registro nos livros competentes, bem como avisava aos procuradores sobre as inadimplências dos irmãos devedores, fossem vivos ou falecidos⁵³³.

Além desse cuidado com a questão financeira, o tesoureiro era também responsável por acompanhar o trabalho do sacristão, do zelador e do andador, quanto ao

⁵³² REIS, João José. Identidade e diversidade étnicas nas irmandades negras no tempo da escravidão. *Tempo*, Rio de Janeiro, v. 02, nº03, 1996, p. 12.

⁵³³ Capítulo 11º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184; Capítulo 14º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30.

preparo do que fosse necessário para a realização do culto divino e com os seus gastos, seja na compra do azeite, cera, incenso, vinho e outras miudezas, que eram considerados gastos comuns, saídos dos cofres da confraria. O tesoureiro deveria prestar contas à Mesa sobre essas movimentações e sobre as finanças da associação⁵³⁴. Todo o patrimônio financeiro da confraria era registrado em seu inventário. Na ausência do tesoureiro eleito, a Mesa poderia nomear um tesoureiro substituto⁵³⁵.

Especificamente com relação à Irmandade de Santo Antônio, como uma associação considerada como “debaixo da proteção régia”, seus rendimentos ficaram sob a guarda da Provedoria da Fazenda Real. Esta instância conservou suas esmolas e anuais em cofre e livro separado daqueles que eram provenientes dos rendimentos da Fazenda Real. Além disso, o tesoureiro da Irmandade de Santo Antônio era o mesmo que serviu na Provedoria da Real Fazenda⁵³⁶.

Como era grande a tarefa de zelar pelos rendimentos da Provedoria da Fazenda Real, a Mesa da Irmandade de Santo Antônio teve que escolher um irmão para fazer às vezes de almoxarife, auxiliando o tesoureiro. Ele tomou conta dos ornamentos, pratas e móveis, previstos no inventário da irmandade, para sua boa conservação. O almoxarife ainda tinha a responsabilidade de inspecionar o sacristão da igreja, que tinha a função de limpá-la e todos os móveis e objetos em seu interior. Além desse cargo, ainda como auxiliar, um soldado dragão exerceu a tarefa de andador, avisando a todos os membros da irmandade sobre suas atividades⁵³⁷.

Essa diferenciação na guarda dos bens e rendimentos da Irmandade de Santo Antônio nos demonstra como esse grupo tinha especial atenção da monarquia lusitana. Do mesmo modo como eram zelados os destacamentos, fortificações e capelas militares, a associação religiosa pertencente aos militares representou um importante mecanismo de produção identitária significativa para a reunião dos homens responsáveis pela defesa dos domínios portugueses. Contudo, isso não representou o recebimento de recursos autorizados pela Mesa da Consciência e Ordens.

Os procuradores eram responsáveis por efetuar as cobranças de jóias, mesadas, esmolas, anuais, dívidas e legados deixados em prol da irmandade religiosa. Além do

⁵³⁴ Capítulo 10º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Bela da Santíssima Trindade, 01 de junho de 1779.

⁵³⁵ Capítulo 14º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

⁵³⁶ Capítulo 8º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067. Compromisso da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa ereta na capela do mesmo santo de Vila Bela do Mato Grosso. Vila Bela da Santíssima Trindade, 1785.

⁵³⁷ Capítulo 9º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067.

serviço de cobrança, inclusive por via de processo judicial, os procuradores ajudavam na compra do que fosse preciso aos serviços litúrgicos e festividades da confraria, cuidando do asseio da capela mor da igreja. Ficava atento às lâmpadas, para que estivessem sempre acesas, guarnecidas com azeite, assim como pela distribuição das opas da irmandade e tochas aos irmãos nas ocasiões em que todos deveriam estar em “corpo de irmandade”, sobretudo nas festas, procissões reais e rituais fúnebres. O cuidado com a lembrança dos nomes a serem mencionados nas missas pelas almas dos irmãos mortos era também de sua competência⁵³⁸. Os procuradores também tinham a função de observar quais eram os irmãos que precisavam de auxílio, em caso de enfermidade e de pobreza, para que a irmandade pudesse exercer sua função caritativa⁵³⁹. No caso da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa, os procuradores cobravam o pagamento dos anuais dos soldados dragões e pedestres⁵⁴⁰. Diante do conjunto de atribuições do cargo de procurador, ficavam as pessoas ocupantes dessa função isentas do pagamento das taxas confrarias.

Os procuradores entregavam aos tesoureiros aquilo que fosse arrecadado das dívidas, bem como ao escrivão a relação dos pagamentos e devedores para que registrasse essas informações nos livros correspondentes. Ao final de cada ano, o escrivão elaborava uma lista contendo os nomes dos irmãos que se encontravam em dívida com a irmandade, sobretudo com relação aos anuais e mesadas. Tendo essa relação de devedores em mãos, os procuradores buscavam arrecadar os valores pertencentes aos cofres da confraria, fazendo com que muitas vezes se processassem irmãos devedores, tanto os vivos como os já falecidos. Os procuradores das irmandades do Santíssimo Sacramento, por exemplo, rogaram a mercê real de poderem fazer a cobrança com o privilégio da Fazenda Real, para que não faltasse a sustentação anual do sacramento da eucaristia. Numa situação de dificuldade econômica de algum irmão era suspenso provisoriamente o pagamento dos anuais e mesadas, até que o mesmo pudesse se recuperar. Contudo, deveria o confrade remeter à Mesa um requerimento, explicando sua situação econômica, para que fosse avaliada pelos oficiais da irmandade⁵⁴¹.

O andador deveria avisar os confrades sobre as atividades da irmandade, com antecedência. Convocaria todos os integrantes com toques de campanha pelas ruas,

⁵³⁸ Capítulo 11º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80; Capítulo 17º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40.

⁵³⁹ Capítulo 21º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁵⁴⁰ Capítulo 10º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067.

⁵⁴¹ Capítulo 15º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30; Capítulo 15º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

para que participassem das funções confrariais, a exemplo de enterros, celebrações, festas e reuniões de Mesa, recebendo uma gratificação por esse trabalho. Nessas saídas pelas ruas, o mesmo vestia uma opa representativa da irmandade e um chapéu na cabeça. O capelão aguardava sempre os chamados do andador, que o avisava sempre da necessidade de oferta de algum sacramento, seja da eucaristia ou da extrema unção, a algum irmão enfermo ou moribundo e da mesma forma para a encomenda de alguma alma ou acompanhamento de defuntos às sepulturas das irmandades religiosas⁵⁴².

O andador devia ser um “irmão de boa nota e procedimento”, que teria o aval dos oficiais da Mesa que lhe pagariam para trabalhar pelo tempo de um ano. O andador tinha como incumbência tratar da lâmpada, mantendo-a acesa, além de se ocupar ainda da limpeza do consistório da irmandade, da manutenção da água, que deveria estar limpa, bem como da preparação do espaço celebrativo com os ornamentos e alfaia e objetos litúrgicos. Para as sessões e eleições deixavam pronto papel e tinta⁵⁴³.

Os cargos de sacristão e de zelador tinham funções semelhantes ou mesmo complementares ao do andador. No começo de cada ano, em sessões de Mesa, o sacristão podia ser escolhido para ser pago por um trabalho anual, em que deveria zelar da igreja. Ele tinha que abrir e fechar as portas, cuidando ainda da limpeza do templo, das roupas brancas, alfaia, altares e lugares sagrados. Deveria manter as velas acesas quando fosse preciso, conferindo todos os objetos constantes no inventário da irmandade para se evitar extravios, dando conta de tudo ao tesoureiro⁵⁴⁴. Na realização de uma devassa no começo do ano de 1770, o vigário da vara e da igreja do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Vicente José da Gama Leal, verificou que um dos sacristãos das irmandades da igreja matriz, Floriano de Souza Neves, havia cometido um crime de furto. Havia sido furtados por ele alguns galões que serviam para a guarda de ornamentos sagrados, bem como alfaia que foram utilizados pelo sacristão em “usos profanos”. Contudo, o sacristão mencionado obteve o perdão do Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque, em portaria expedida no dia 26 de dezembro de 1788⁵⁴⁵.

⁵⁴² Capítulo 20º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88. Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 15 de outubro de 1765.

⁵⁴³ Capítulo 5º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30; Capítulo 5º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

⁵⁴⁴ Capítulo 6º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80.

⁵⁴⁵ ACBM/IPDAC Pasta 34 – nº 1488 Caixa 45'. Carta de Vicente José Leal vigário da Nova igreja do Senhor Bom Jesus da vila Real de Cuiabá para o Bispo diocesano José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelobranco descrevendo sobre um crime de furto praticado por um jovem. Cuiabá, 14 de janeiro de 1789.

Verificamos que os cargos de andador, sacristão e zelador representaram não apenas o zelo com os templos e objetos religiosos das irmandades, mas principalmente a de ser um canal de comunicação das irmandades com o seu corpo interno e com a própria vila. Seu bom desempenho satisfaria ainda a função de divulgação dos serviços confrariais à população, o que poderia render novos associados.

Outras funções ainda foram delegadas aos oficiais de Mesa das irmandades, a exemplo da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros, de Vila Bela da Santíssima Trindade, que resolveu ainda que em todos os domingos do ano sairia um dos irmãos, com vara e bacia, para pedir pelos fiéis esmolas para a sustentação da confraria. Mesmo considerando-se o dia de sábado como o dia dedicado à santa, optaram pelo domingo por ser o dia em que se tem “maior concurso de gente”⁵⁴⁶.

Os oficiais das irmandades desempenharam atividades complementares para a composição de seu patrimônio econômico. Na Irmandade de São Miguel e Almas, por exemplo, os confrades arrecadavam as chamadas “esmolas das benditas almas”. O provedor convocava reunião para estabelecer o melhor dia para que fossem arrecadados os referidos recursos pelas localidades próximas. Frisavam os oficiais que nenhuma outra confraria poderia proceder da mesma forma, pois somente a Irmandade de São Miguel e Almas havia sido escolhida para “fazer às vezes de Misericórdia” na capitania, sendo obrigatório o repasse dos valores arrecadados com esse propósito a essa associação, na pessoa de seu tesoureiro. Numa situação de desobediência ou atitude contrária, a associação faria o registro na junto à Provedoria das Capelas e Resíduos. Para facilitar o processo de arrecadação desses valores, a confraria escolhia uma pessoa para realizar a recolha das esmolas nas segundas-feiras⁵⁴⁷.

Acompanhando toda a roda dos cargos do oficialato das irmandades religiosas da capitania de Mato Grosso, percebemos como cada um deles não se encerrava em si mesmo. Existiu uma interdependência de funções, que eram legitimadas na medida em que juntos criaram um conselho consultivo e deliberativo. Sua ocupação dava aos indivíduos honra e prestígio social, sobretudo quando participavam das funções públicas das irmandades, a exemplo das festas. O panorama de cargos confrariais que apresentamos representou a produção de hierarquias internas em cada associação⁵⁴⁸. Os

⁵⁴⁶ Capítulo 14°. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80.

⁵⁴⁷ Capítulo 12°. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁵⁴⁸ SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português (1500-1800)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997, p. 89.

indivíduos que tomaram posse dessas funções experimentaram o exercício de poder sobre os demais membros do grupo confrarial e foram reconhecidos como lideranças na Prelazia do Cuiabá. Esse poder de controle, de mando, fez com que, por exemplo, aceitassem ou recusassem pedidos de novos filiados, como ocorreu no caso de José Dias de Figueiredo, em Vila Bela, que acompanharemos neste capítulo.

3.2 Relações de poderes, cargos e funções

A configuração social da capitania de Mato Grosso no século XVIII foi constituída por indivíduos que estabeleceram relações complexas entre si, tanto harmoniosas como conflituosas, de acordo com seus interesses. Nesse jogo de interdependências, a trajetória pessoal esteve relacionada com o desenvolvimento social, em que os campos de poderes produziram espaços definidos pelas relações socialmente construídas⁵⁴⁹. As irmandades atuaram produzindo suas relações e lugares sociais, criando hierarquizações internas e externas, incluindo e excluindo indivíduos, participando da dinâmica dos espaços urbanos e rurais através de várias práticas sociais.

De forma geral, os cargos e funções eram similares nas irmandades, sobretudo porque foi recorrente que buscassem umas às outras para a escritura dos seus estatutos ou compromissos. Conforme discutimos, as confrarias tiveram os seguintes cargos: provedor, juiz/juíza, como cargos principais e de maior importância; secretário ou escrivão; tesoureiro; procuradores; andadores; sacristão ou zelador; almoxarife; esmoler; capelão. Nas irmandades representativas de africanos e seus descendentes foi comum a existência de reis e rainhas. A Mesa ainda contou com outros confrades, que eram escolhidos para compor as sessões, sendo geralmente doze membros.

Para Maria Marta Lobo de Araújo, pertencer a uma confraria redundava numa capitalização de poder e prestígio para os que a integravam. Em termos pessoais tornava-se muito importante integrá-las e, ao mesmo tempo, aproveitar as oportunidades de exercício do poder que os seus cargos podiam proporcionar aos seus membros⁵⁵⁰. Analisamos nesta seção alguns casos de composição de Mesas dirigentes, registrados nos compromissos das irmandades que localizamos no processo de levantamento

⁵⁴⁹ ELIAS, 2001, p. 61.

⁵⁵⁰ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Festas e rituais de caridade nas Misericórdias. **Piedade Popular**. Lisboa: Centro de História da Cultura, Terramar, 1998, p. 502.

documental. Observamos quem eram esses indivíduos, quais atividades desempenharam e como contribuíram para caracterizar o perfil socioeconômico dessas associações. Seguindo a hierarquização social das sociedades de Antigo Regime, começamos a discussão pelo topo da pirâmide social, pelas elites locais, até chegarmos às camadas populares, composta por africanos e seus descendentes. As irmandades representativas das elites foram São Miguel e Almas, Senhor Bom Jesus do Cuiabá e Santíssimo Sacramento, localizadas em Vila Bela e Vila do Cuiabá.

Na Vila do Cuiabá, a eleição para a composição da Mesa da Irmandade de São Miguel e Almas deu-se a partir da indicação de três nomes de candidatos pelos oficiais da confraria. Havia os cargos de provedor, escrivão, tesoureiro e procuradores. No caso da existência de empate, competia ao provedor o desempate. O resultado do processo eleitoral era escrito nos livros correspondentes e numa folha de papel à parte, para que fosse publicado pelo padre durante a realização da missa⁵⁵¹.

Quadro 05 – Irmãos de Mesa da Irmandade de São Miguel e Almas da Vila do Cuiabá - 1765

Membros
Pedro de Barros Figueira
José Gomes da Silva
Félix Gonçalves Neto
Manoel de Oliveira Pombal
Gaspar Luiz de Amorim
Manoel Francisco Gomes
Carlos José da Fonseca
Manoel José Vieira da Rocha
Francisco Dias da Cruz Cardoso
Nicolas Pereira da Mata
José Barbosa de Sá
João Manoel Oliveira Andrade

Fonte: ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

Seus oficiais (Quadro 05) desempenharam diferenciadas atividades na Vila do Cuiabá. Pedro de Barros Figueira foi vereador da câmara da Vila do Cuiabá no ano de 1776. José Gomes da Silva era comerciante, que trazia produtos do Rio de Janeiro, via monções do sul⁵⁵². Félix Gonçalves Neto era proprietário de terras⁵⁵³. Manoel de Oliveira Pombal era militar, mas que também desenvolveu atividades relacionadas ao comércio, ocupando ainda o cargo de vereador na Vila do Cuiabá e em Vila Bela da

⁵⁵¹ Capítulo 5º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁵⁵² APEMT - Livro de cartas régias e correspondências expedidas e recebidas. (1760-1767). N.º C11, pp. 27-52.

⁵⁵³ AHU – Mato Grosso. Doc. 702. Rolo 12. Requerimento de Félix Gonçalves Neto ao rei D. José I. 22 de agosto de 1763.

Santíssima Trindade. Em Cuiabá ocupou essa função em 1755 e na vila-capital nos anos de 1770, 1775, 1777, 1779, 1782 e 1784. Gaspar Luiz de Amorim era militar, ocupando o posto de Alferes⁵⁵⁴. Carlos José da Fonseca também era militar⁵⁵⁵. José Barbosa de Sá era advogado, escreveu crônicas relatando a história da região e era dono de uma das mais significativas bibliotecas existentes no Mato Grosso⁵⁵⁶.

A Irmandade de São Miguel e Almas, como dissemos anteriormente, foi criada nos anos iniciais da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, provavelmente na década de 1730. Estava localizada no principal espaço do poder da vila, na igreja matriz, situada próxima à câmara municipal, pelourinho e cadeia. Seu recrutamento inicial de confrades foi de mineradores e primeiros conquistadores, mas com o avanço da diversificação das atividades econômicas também alistou pessoas relacionadas às atividades camarária, militar, comercial e à produção agrícola e criatória locais.

A respeito da Irmandade do Senhor Bom Jesus, todas as questões atinentes a essa confraria eram resolvidas através de votação⁵⁵⁷. Especificamente, a eleição para os cargos de Mesa era feita por voto secreto e os candidatos não poderiam ser reeleitos. Depois de ocupar um cargo de oficial, para uma nova candidatura o confrade deveria esperar pelo tempo de três anos, assim como ocorreu nas demais confrarias⁵⁵⁸.

Quadro 06 – Irmãos de Mesa da Irmandade do Senhor Bom Jesus - 1800

João Poupino Caldas
João José Gomes da Costa
Albano de Sousa Osório
Francisco Xavier da Silva Pereira
Sabino José de Mello
José da Costa Leite de Almeida
Manoel Joaquim Correa
Antônio José Guimarães e Silva
José Joaquim da Gama
José Paes Falcão

Fonte: ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40.

⁵⁵⁴ **Annaes do Sennado da Câmara do Cuyabá (1719-1830)**. Transcrição e Organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 106.

⁵⁵⁵ **Annaes do Sennado da Câmara do Cuyabá (1719-1830)**, 2007, p. 122.

⁵⁵⁶ Idem, p. 23, 25, 26, 29, 30, 43, 45, 78, 133. Mais informações sobre a trajetória de José Barbosa de Sá, ver: CAMPOS, Rafael Dias da Silva. “**Que de autor basta eu...”: o mundo natural nos Diálogos Geográficos de José Barbosa de Sá**. 2012, 143f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.

⁵⁵⁷ Capítulo 2º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40.

⁵⁵⁸ Capítulo 3º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40.

Sobre seus oficiais dirigentes (Quadro 06), João Poupino Caldas foi militar, ocupando o posto de Capitão, e de vereador⁵⁵⁹. João José Gomes da Costa era padre e capelão da irmandade⁵⁶⁰. Albano de Sousa Osório foi militar, ocupando o posto de Capitão e vereador⁵⁶¹. Francisco Xavier da Silva Pereira foi vereador na Vila do Cuiabá, nos anos de 1790, 1794 e 1795⁵⁶². José da Costa Leite de Almeida e Antônio José Guimarães e Silva foram militares e ambos ocuparam o posto de Tenente-coronel⁵⁶³. Joaquim José da Gama foi vereador no ano de 1789⁵⁶⁴. José Paes Falcão foi militar, ocupando o posto de Capitão das Ordenanças, e também minerador nas lavras de São José dos Cocais, possuindo grande número de escravos⁵⁶⁵.

A localização dessa associação era a mesma da Irmandade de São Miguel e Almas, ocupando um dos altares colaterais da igreja matriz do Senhor Bom Jesus. No entanto, apesar de existir a devoção a seu orago desde os anos iniciais da Vila do Cuiabá, nomeando inclusive essa povoação, sua irmandade existiu enquanto uma associação de devoção na primeira metade do século XVIII. Como já referimos, redigiram seus estatutos na década de 1770, seguindo determinação do Provedor das Capelas da Comarca e pelo Bispado do Rio de Janeiro, mas a chancela dada pela Mesa da Consciência e Ordens se deu apenas nos primeiros anos do século XIX. Esse grupo foi constituído em sua maioria por militares, que atuaram na repartição do Cuiabá.

A data da eleição anual para novos mandatos de Mesa era 31 de dezembro, contando com a assistência do pároco, e publicada no dia seguinte, novo ano, na ocasião da realização da missa. Todos os eleitos deveriam cumprir o compromisso da irmandade, debaixo de juramento e diante dos presentes. Para ocupar os cargos de direção da Irmandade do Senhor Bom Jesus não necessariamente precisava ser a pessoa um irmão inscrito, mas sendo eleita pelos confrades gozaria no ano de seu mandato de todos os benefícios e direitos oferecidos para um irmão formalizado⁵⁶⁶. No momento da posse não ocorria apenas a transmissão dos cargos, era apresentada a relação de receitas

⁵⁵⁹ **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**, 2007, p. 209, 213, 214, 242, 244.

⁵⁶⁰ ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 17. Caixa 17. Avulsos. Paróquias da Capitania de Mato Grosso e das contribuições Eclesiásticas propostas pelo Governador e Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Lisboa, Mesa da Consciência e Ordens, 09 de julho de 1803.

⁵⁶¹ **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**, 2007, p. 236, 248.

⁵⁶² Idem, p. 139, 146, 149, 179.

⁵⁶³ SIQUEIRA, Elizabeth Madureira de. **A Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: devoção, resistência e poder (1821-1857)**. Cuiabá: IHGMT, 2010, p. 31, 40.

⁵⁶⁴ **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**, 2007, p. 163.

⁵⁶⁵ Idem, 2007, p. 90, 91, 93, 170.

⁵⁶⁶ Capítulo 4º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40.

e despesas à nova Mesa dirigente. E, em caso de alguma pendência financeira, os antigos oficiais tinham o prazo de quinze dias para restituir os cofres da associação⁵⁶⁷.

Ainda na Vila do Cuiabá, mas também em Vila Bela, as irmandades do Santíssimo Sacramento realizavam suas eleições para o corpo da Mesa nas manhãs da celebração do Corpo de Deus. Tudo se passava no espaço do consistório das irmandades nas igrejas matrizes das vilas, com o auxílio dos vigários e a presença dos membros confrariais. Candidatavam-se três pessoas para cada cargo, “das melhores e mais possibilidades que houver na terra”, para o exercício de um ano. Nelas, havia os cargos de provedor, escrivão, tesoureiro, três procuradores e doze irmãos de Mesa. O escrivão, no momento da votação, conferia a lista de acordo com os presentes, assinalando todos que já tivessem votado. Em caso de empate, cabia ao presidente o papel de decidir e desempatar. Todo o processo era feito com voto secreto e o resultado publicado no dia da festividade da irmandade, no momento da missa, e também nas portas das igrejas, constando nas listas as assinaturas dos provedores e dos reverendos vigários. Não era permitida a reeleição para os cargos de Mesa, devendo permanecer o irmão fora de candidaturas pelo tempo de três anos. Isso era similar ao que ocorria nas demais irmandades, como uma forma de fazer com que os inscritos nas associações tivessem a possibilidade de participar de seu governo, de exercitar o poder sobre a confraria, “correndo assim toda a roda da Irmandade”. Os pobres⁵⁶⁸ eram excluídos desse processo, pois não tinham como pagar as esmolos dos cargos de oficiais de Mesa⁵⁶⁹.

⁵⁶⁷ Capítulo 9º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40.

⁵⁶⁸ Os pobres foram definidos como todos aqueles que não conseguiam custear o seu sustento, alimentação, dependendo da caridade ou assistência de outras pessoas, sobretudo da rede familiar. Também foram consideradas pobres as pessoas que não conseguissem pagar os serviços litúrgicos ou sacramentais. Cf. AHU – Mato Grosso. Caixa 21. Doc. 1242. Ofício do Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro em que informa sobre a queixa apresentada pelo mestre de campo da Vila de Cuiabá Antônio José Pinto de Figueiredo contra os abusos dos eclesiásticos da vila. Vila Bela da Santíssima Trindade, 05 de julho de 1779.

⁵⁶⁹ Capítulo 2º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30; Capítulo 2º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

Quadro 07 – Irmãos de Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila do Cuiabá - 1767

Membros
Miguel José Rodrigues
Pedro Marques de Fontes
Pedro Álvares de Carvalho
Jerônimo Soares de Sousa
Manoel de Sousa Peçanha
Antônio da Costa Nunes
Antônio da Silva Pereira
Francisco Duarte
João José da Rosa
Agostinho Francisco

Fonte: ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30.

Levantamos informações sobre alguns dos oficiais da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento (Quadro 07), da Vila do Cuiabá. Miguel José Rodrigues era militar, ocupando os cargos de Alferes, Capitão das Ordenanças, e já havia atuado no Destacamento das Pedras e no Presídio de Coimbra. Foi também escrivão da câmara de Cuiabá em 1757, vereador nos anos de 1792 e 1797 e possuía muitos escravos⁵⁷⁰. Pedro Marques de Fontes era proprietário de terras e comerciante⁵⁷¹. Pedro Álvares de Carvalho também foi vereador no ano de 1792⁵⁷². Jerônimo Soares de Souza foi militar, no posto de Capitão, e vereador no ano de 1774⁵⁷³. Antônio da Silva Pereira era natural do Recife, capitania de Pernambuco, advogado, foi juiz de fora na Vila do Cuiabá⁵⁷⁴.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento, da Vila do Cuiabá, também estava localizada na igreja matriz. Sua formação também se relacionou com a elevação desse templo à categoria de sede de freguesia, pois apenas poderiam ser criadas em igrejas paroquiais. Essa relação entre irmandades do Santíssimo Sacramento com as igrejas paroquiais estava pautada no culto a Eucaristia, fazendo com que os templos dispusessem de um sacrário próprio onde pudessem ser conservadas as partículas eucarísticas. Como já discutimos, a igreja do Senhor Bom Jesus tornou-se paróquia no ano de 1733, fase provável da formação dessa associação na vila. Seu recrutamento de

⁵⁷⁰ **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**, 2007, p. 88, 90, 105, 106, 107, 109, 110, 111, 139, 140, 141, 154, 155, 156, 157.

⁵⁷¹ AHU – Mato Grosso. Caixa 08. Doc. 484. Requerimento de Pedro Marques de Fontes ao rei D. José I em que pede confirmação de sesmaria no rio Cuiabá. Ant. a 20 de abril de 1755; **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**, 2007, p. 175.

⁵⁷² JESUS, Nauk Maria de. **Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)**. 2006, 442f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminenses, Niterói, p. 433.

⁵⁷³ JESUS, 2006, p. 299, 432.

⁵⁷⁴ **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**, 2007, p. 118, 120, 121; AHU – Mato Grosso. Caixa 21. Doc. 1297. Recibo do juiz Antônio da Silva Pereira em que atesta ter recebido uma provisão com data de 20 de agosto de 1779. Vila do Cuiabá, 13 de dezembro de 1780.

confrades deu-se com pessoas que exerciam diversas atividades sociais, relativas ao comércio, agricultura, às forças militares e da vereança municipal.

Quadro 08 – Irmãos de Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela - 1781

Membros	Cargos identificados
Felipe José Nogueira Coelho	Provedor
Belchior Alves Pereira	Escrivão
José da Silva	Tesoureiro
Manoel da Silva Barata	Procurador
Demais membros componentes da Mesa	
Jacob José Velho	
Hilário Antônio de Almeida Pessoa	
Antônio Carneiro Peixoto	
Alberto Nunes de Freitas	
Custódio José da Silva	
Francisco Pinheiro da Costa	
Antônio Teixeira de Oliveira	
Manoel José de Azevedo	
José Caetano da Fonseca	
José Antônio Peixoto de Abreu	
Antônio Leite Guimarães	
João de Souza Pinto	
Joaquim da Fonseca Freitas	

Fonte: ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. D. Maria I. Livro 11, folhas 55-64.

Sobre a trajetória de alguns dos oficiais da Irmandade do Santíssimo Sacramento da vila-capital (Quadro 08), Felipe José Nogueira Coelho chegou a Vila Bela no ano de 1776, para ocupar o cargo de provedor da Fazenda Real, como funcionário nomeado pelo rei. Em 1778 exerceu ainda o cargo de Ouvidor, provisoriamente; fez parte de uma Junta para a resolução das dívidas dos comerciantes locais com a Companhia do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, em 1779; em 1781 foi o fundador da capela de Nossa Senhora do Monte do Carmo, custeando parte de sua construção; em 1782, seguindo as determinações do Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, atuou como provedor interino da “Procuradoria da Expedição das Demarcações dos Reais Domínios”⁵⁷⁵. José da Silva era comerciante, militar, proprietário de terra, e foi vereador da câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade nos anos de 1774, 1776, 1778 e 1782⁵⁷⁶. Manoel da Silva Barata era comerciante, militar da Companhia de Ordenanças de Vila Bela, dono de mineração e de propriedades agrícolas. Ele vendia produtos vindos pelas monções do norte, da

⁵⁷⁵ AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli. **Anais de Vila Bela (1734-1789)**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2006, p. 203, 215, 218, 228, 230, 252, 272, 273.

⁵⁷⁶ AMADO & ANZAI, 2006, p. 70; JESUS, 2006, p. 430.

cidade de Belém do Grão-Pará para Vila Bela⁵⁷⁷. Hilário Antônio de Almeida Pessoa era comerciante, vivendo de negócios na vila-capital, ocupando ainda o cargo de vereador no ano de 1778⁵⁷⁸. Antônio Carneiro Peixoto era também comerciante e vereador nos anos de 1770, 1773 e 1777⁵⁷⁹. Alberto Nunes de Freitas foi vereador na vila-capital nos anos de 1780 e 1784. Custódio José da Silva era proprietário de gado, de terra e de engenho, possuindo contratos junto à câmara de Vila Bela, onde ocupou o cargo de vereador no ano de 1770⁵⁸⁰. Francisco Pinheiro da Costa era militar e também era comerciante, trazendo produtos de Belém para a vila-capital⁵⁸¹. Antônio Teixeira de Oliveira foi vereador na vila-capital nos anos de 1779 e 1780, possuindo ainda contratos com essa instituição, ficando responsável pelas frasqueiras no ano de 1780⁵⁸². Manoel José de Azevedo também foi vereador no ano de 1781⁵⁸³. José Caetano da Fonseca foi militar, proprietário de terras e comerciante, vereador em Vila Bela no ano de 1789⁵⁸⁴. José Antônio Peixoto de Abreu era militar, no posto de Alferes⁵⁸⁵. Antônio Leite Guimarães era militar, no posto de Alferes, comerciante e ocupou o cargo de vereador nos anos de 1777 e 1789⁵⁸⁶. João de Souza Pinto era militar, no posto de Capitão, também foi comerciante e vereador de Vila Bela nos anos de 1778 e 1779⁵⁸⁷. Joaquim da Fonseca Freitas era outro vereador, função exercida no ano de 1784⁵⁸⁸.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento da vila-capital formou-se no período em que Vila Bela teve sua igreja matriz elevada à sede de freguesia, no ano de 1754. Nessa fase, a vila-capital estava em formação, fazendo com que essa associação compartilhasse o templo católico com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos

⁵⁷⁷ AHU – Mato Grosso. Caixa 24. Doc. 1414. Requerimento do comerciante Manoel da Silva Barata à rainha D. Maria em que pede que o ouvidor Joaquim José de Moraes proceda ao auto contra João de Souza Pinto, tesoureiro das fazendas dos Defuntos e Ausentes, por ameaças e invasão armada da sua casa, dando apelação e agravo para a Relação e não à Junta de Justiça de Mato Grosso. Ant. a 04 de junho de 1783; AMADO & ANZAI, 2006, p. 187; RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. A capitania de Mato Grosso e a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). In: ANZAI, Leny Caselli e MARTINS, Maria Cristina Bohn (orgs.). **Histórias coloniais em áreas de fronteiras: índios, jesuítas e colonos**. São Leopoldo, RS: Oikos; Unisinos; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008, p. 150-151.

⁵⁷⁸ JESUS, 2006, p. 262, 430.

⁵⁷⁹ Idem, p. 262, 430.

⁵⁸⁰ AMADO & ANZAI, 2006, p. 195, 224, 232, 233, 234, 240, 283.

⁵⁸¹ RODRIGUES, 2008, p. 149.

⁵⁸² JESUS, 2006, p. 262, 297, 430, 431.

⁵⁸³ AMADO & ANZAI, 2006, p. 223, 225.

⁵⁸⁴ JESUS, 2006, p. 262, 431.

⁵⁸⁵ AMADO & ANZAI, 2006, p. 271.

⁵⁸⁶ Idem, p. 265, 287.

⁵⁸⁷ AHU – Mato Grosso. Caixa 24. Doc. 1414. Requerimento do comerciante Manoel da Silva Barata à rainha D. Maria em que pede que o ouvidor Joaquim José de Moraes proceda ao auto contra João de Souza Pinto, tesoureiro das fazendas dos Defuntos e Ausentes, por ameaças e invasão armada da sua casa, dando apelação e agravo para a Relação e não à Junta de Justiça de Mato Grosso. Ant. a 04 de junho de 1783; AMADO & ANZAI, 2006, p. 214-222.

⁵⁸⁸ AMADO & ANZAI, 2006, p. 245-249; JESUS, 2006, p. 430.

Pretos, conforme já discutimos, visando concentrar recursos na ornamentação da igreja. Esse quadro de ocupantes dos cargos de direção da Irmandade do Santíssimo Sacramento, de Vila Bela, destaca indivíduos que ocuparam várias atividades concomitantes, conformando características das elites locais da vila-capital. Por outro lado, mesmo Vila Bela contendo uma irmandade de cunho militar, Santo Antônio de Lisboa, não impediu que pessoas ligadas a esse segmento procurassem outras associações para se filiarem. Ao participarem da mesma irmandade possivelmente esses indivíduos estreitaram laços econômicos e políticos, reforçados pelo sentimento de identidade, pertencimento, produzidos pelas irmandades religiosas.

Todavia, reclamaram os irmãos do Santíssimo Sacramento de Vila Bela que nas Minas do Mato Grosso existiam muitos homens de posses que poderiam servir na irmandade, mas se recusavam por não quererem gastar seus bens com o pagamento das entradas, jóias e anuais. Dessa forma, para não onerar sempre as mesmas pessoas, permitiram que se elessem pessoas que não fossem irmãos de compromisso para funções de direção, das quais não poderiam recusar participar, pelo mandato de um ano, gozando dos mesmos direitos e privilégios que os irmãos inscritos de maneira formal⁵⁸⁹.

No final do século XVIII, a extração aurífera em Mato Grosso apresentava declínio, ocorrido da década de 1760 ao final dessa centúria, com cerca de meia tonelada de ouro por cada década⁵⁹⁰. Interessante observar que essa reclamação efetuada pelos confrades do Santíssimo Sacramento da vila-capital sinalizou para esse quadro econômico de crise, que afetou também as associações religiosas. Por outro lado, esse ato sinalizou também a forte pressão existente sobre as pessoas para que praticassem a caridade, contribuindo financeiramente com as irmandades e demais bens religiosos⁵⁹¹.

A Irmandade de Santo Antônio, da vila-capital, comportava pessoas provenientes de vários segmentos sociais da capitania de Mato Grosso, tanto das elites coloniais como das camadas populares. Isso ocorreu porque ela estava relacionada aos integrantes das forças militares. Essa associação militar era sediada em Vila Bela, constituída de provedor, juiz, escrivão, tesoureiro, dois procuradores e mais irmãos de Mesa, contando ainda com outros cargos auxiliares, de acordo com a necessidade. A eleição para constituição da Mesa era realizada na véspera do dia de Santo Antônio, 13

⁵⁸⁹ Capítulo 2º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

⁵⁹⁰ SCHWARTZ, Stuart. De ouro a algodão: a economia brasileira no século XVIII. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da Expansão Portuguesa: o Brasil na balança do Império (1697 – 1808)**. Vol. III. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 88.

⁵⁹¹ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Assuntos de pobres: as esmolas dos confrades de São Vicente de Braga (1783-1839). In: ESTEVES, Alexandra (org.). **Marginalidade, pobreza e respostas sociais na Península Ibérica (séculos XVI – XX)**. Braga: CITCEM, 2012, p. 109-126.

de junho. Eram três os candidatos para os cargos de juiz, escrivão e tesoureiro. Para os cargos de procuradores eram seis candidatos. Os nomes dos eleitos para os cargos de Mesa eram lançados no livro de registros e uma lista era redigida pelo escrivão para ser publicada na festa de Santo Antônio e anexada à porta de sua igreja⁵⁹².

Quadro 09 – Irmãos de Mesa da Irmandade de Santo Antônio - 1785

Membros	Cargos
Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres	Provedor
Francisco José Pereira da Cunha	Juiz
José Manoel Cardoso da Cunha	Escrivão
Felipe José Nogueira Coelho	Tesoureiro
Antônio Felipe da Cunha Ponte	Procurador
Demais irmãos de Mesa	
Joaquim José de Moraes	
Joaquim José Cavalcante de Albuquerque Lins	
Victoriano Lopes de Macedo	
Ignácio de Souza Nogueira	
Francisco Pedro de Melo	
José Ignácio dos Santos	
Cláudio Antônio de Oliveira	
Manoel Rebello Leite	
Antônio Ferreira Coelho	
Justino Gonçalves Campos	
Jerônimo Joaquim Ramos e Costa	

Fonte: ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067

Na análise da composição de Mesa da Irmandade de Santo Antônio (Quadro 09), observamos que ela se referiu à sua primeira constituição, na qual Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres aparecia como seu provedor e patrono. Durante seu longo governo, o quarto governador da capitania de Mato Grosso fundou povoações, fortificações, expandiu as edificações na fronteira num contexto de realização das reais demarcações dos domínios entre Portugal e Espanha na América⁵⁹³. José Manoel Cardoso da Cunha era militar, tenente de Dragões. Em 1775 foi comandante da fortaleza de Nossa Senhora da Conceição e em 1781 foi nomeado segundo comissário da demarcação de fronteiras⁵⁹⁴. Felipe José Nogueira Coelho, como já apresentamos, foi funcionário régio e atuou também como um dos oficiais da Mesa da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da vila-capital. Com certeza, fazer parte de duas irmandades, e de suas Mesas, lhe conferiu prestígio e distinção. Antônio Felipe da Cunha Ponte foi militar, sendo Ajudante de Ordens de Luís de Albuquerque; em 1781

⁵⁹² Capítulo 4º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067.

⁵⁹³ AMADO & ANZAI, 2006, p. 183, 184, 186, 192, 196, 203, 208, 214, 218, 223, 226, 230, 236, 245, 250, 256, 265, 272, 277, 281, 282, 283, 284, 285, 286.

⁵⁹⁴ SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. **Dicionário biográfico mato-grossense: período colonial, 1524/1822: autoridades, bandeirantes, cientistas, conquistadores, índios, militares, religiosos, sertanistas, viajantes**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005, p. 82.

foi primeiro comissário da Terceira Divisão de Demarcação de Fronteiras e ocupou o posto de Capitão dos Dragões; no ano de 1783 participou da fundação da povoação de Casalvasco⁵⁹⁵. Joaquim José de Moraes foi nomeado Ouvidor-Geral, tendo antes servido como juiz-de-fora e Provedor da Fazenda na capitania do Maranhão⁵⁹⁶. Joaquim José Cavalcante de Albuquerque Lins foi secretário do governo da capitania de Mato Grosso⁵⁹⁷. Victoriano Lopes de Macedo era militar, ocupou os postos de cadete, alferes, ajudante-de-ordens e tenente-coronel⁵⁹⁸. Ignácio de Souza Nogueira era Sargento da Artilharia, transferido do Rio de Janeiro para Mato Grosso em 1773; foi Tenente de Artilharia de Vila Bela e em 1792 comandou o Presídio de Coimbra⁵⁹⁹. Francisco Pedro de Melo era militar, ocupando os cargos de cabo-de-esquadra e alferes-de-dragões⁶⁰⁰. José Ignácio dos Santos foi furriel⁶⁰¹. Manoel Rebello Leite foi porta-estandarte da Companhia dos Dragões de Vila Bela e alcançou o cargo de Tenente-Coronel, no século XIX⁶⁰². Antônio Ferreira Coelho foi escrivão da Fazenda Real⁶⁰³. Jerônimo Joaquim Ramos e Costa foi Tenente-de-Artilharia⁶⁰⁴.

A Irmandade Militar de Santo Antônio, de Vila Bela da Santíssima Trindade, foi criada no governo de Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, ano de 1785. Observamos que os principais cargos da Mesa dirigente da Irmandade de Santo Antônio, acima relacionados, estavam ligados às hierarquias dos postos de comando militares. Os demais integrantes dessa associação, que serviam como base, eram os soldados pedestres e dragões, que contribuíam financeiramente para seu funcionamento. A irmandade reforçava os lugares e postos de comandos militares.

Com relação às irmandades representativas de africanos e seus descendentes, cativos ou libertos, a eleição para a composição da Mesa das irmandades de Nossa Senhora do Rosário, tanto da Vila do Cuiabá como as de Vila Bela, ocorria anualmente nas vésperas das festividades em honra à santa padroeira, em outubro e em dezembro. Na Vila do Cuiabá, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário a realizava no dia 26 de dezembro. Em Vila Bela, na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros ocorria no dia 27 de dezembro e na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos

⁵⁹⁵ SILVA, 2005, p. 193; AMADO & ANZAI, 2006, p. 165, 166, 167, 168, 191, 205, 218, 228, 240, 241, 247, 252, 265, 273, 283.

⁵⁹⁶ AMADO & ANZAI, 2006, p. 225, 236, 252, 266, 273.

⁵⁹⁷ Idem, 2006, p. 236.

⁵⁹⁸ Ibidem, 2006, p. 234, 263, 265, 267, 273, 283.

⁵⁹⁹ SILVA, 2005, p. 193; AMADO & ANZAI, 2006, p. 170.

⁶⁰⁰ AMADO & ANZAI, 2006, p. 226, 233, 265, 278.

⁶⁰¹ Idem, 2006, p. 265.

⁶⁰² Ibidem, p. 230, 265, 268; SILVA, 2005, p. 128.

⁶⁰³ SILVA, 2005, p. 70.

⁶⁰⁴ Idem, p. 77.

no primeiro domingo de outubro. Esse processo foi similar nas referidas confrarias, acompanhado pelo reverendo vigário. Os oficiais eleitos eram responsáveis pela organização e funcionamento das associações e pela realização da mencionada festa⁶⁰⁵. Além de cargos comuns às demais irmandades religiosas da Prelazia do Cuiabá, existiram nas associações de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Cuiabá e dos Pretos Forros de Vila Bela os cargos de rei e de rainha, os quais não apareciam na associação dos pretos cativos da vila-capital. Essas funções conferiam aos seus ocupantes prestígio, honra e reconhecimento da comunidade nas ocasiões festivas⁶⁰⁶.

Segundo Russel-Wood, na América portuguesa alguns estatutos das irmandades de negros e mulatos, com exceção das associações de escravos, determinavam que todos os membros da Mesa fossem libertos⁶⁰⁷. Não observamos nos compromissos de Mato Grosso essa exigência. Todavia, como referido no capítulo anterior, localizamos em Vila Bela duas associações de africanos e seus descendentes, formadas em honra a Nossa Senhora do Rosário. O processo de diferenciação social dos grupos na vila-capital, no final do século XVIII, dividiu a então existente confraria de Nossa Senhora do Rosário. O aumento do número de libertos fez com que surgisse uma associação representativa dos pretos forros nesse espaço.

Em nossa análise das confrarias do Rosário da Prelazia do Cuiabá, não localizamos também nenhum critério de privilégio étnico para ocupação de quaisquer cargos ou de composição das irmandades de forma geral. Diferente do ocorrido em Mato Grosso, como já observamos, na capitania da Bahia algumas das irmandades do Rosário reservaram o cargo de juiz aos crioulos e angolas, lugar destacado na Mesa diretora⁶⁰⁸. Nessa mesma capitania, assim como no Rio de Janeiro, as associações eram permeadas por conflitos entre cativos e livres, de procedências Angola e Mina. Nas

⁶⁰⁵ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Documentos Avulsos, Fundação Vilaboense de Cultura – GO, 1751. Apud. SILVA, 2001; ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real do Bom Jesus do Cuyabá. Provisão de confirmação do seu compromisso. Lisboa, 10 de janeiro de 1783; Capítulos 2º e 5º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80; Capítulo 1º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁶⁰⁶ ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real do Bom Jesus do Cuyabá. Provisão de confirmação do seu compromisso. Lisboa, 10 de janeiro de 1783; Capítulos 2º e 5º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80; Capítulo 1º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁶⁰⁷ RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil Colonial**. Trad. Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, p. 205-206.

⁶⁰⁸ REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista**. 2005, 251f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, p. 104.

associações dos homens de cor de Minas Gerais, nos anos setecentos, a tendência geral foi a de se criar uma forma de identidade racial que opunha negros a brancos⁶⁰⁹.

Quadro 10 – Irmãos de Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1807)

Ano	Irmão	Condição	Cargo	Cor
1751	Joaquim Lamego	-	Fundador	-
1751	João da Costa	-	Fundador	-
1751	Francisco de Souza Lionel	-	Fundador	-
1769	José Pereira Nunes	Livre	Juiz	-
1769	Antônio Martins Sá	Livre	Escrivão	-
1773	Domingos Mendes	Livre	Escrivão/Irmão de Mesa	Branco
1774	João de Souza Vaz Canavarros	Livre	Escrivão	Branco
1774	Manoel José Soares	Livre	Tesoureiro	Branco
1781	Lourenço Francisco Silva	-	Zelador/Procurador	-
1784	Carlos de Souza Moreira	Forro	Escrivão	Crioulo
1784	Manoel José de Souza Guimarães	Livre	Tesoureiro/Escrivão	-
1793	Antônio José Pinto de Figueiredo	Livre	Provedor/ Mestre de Campo	Branco
1793	Pedro Gonçalves Neto	Livre	Escrivão	-
1795	Guilherme Zacarias Barbosa	Livre	Escrivão	Branco
1797	Diadorio Gonçalves	-	Juiz	Crioulo
1802	José Rodrigues Correa Leal	Forro	Escrivão/Tesoureiro/Rei	Preto
1803	Manoel Gonçalves Fernandes da Silva	-	Irmão de Mesa	-
1804	Joaquim do Rosário Figueira	Forro	Procurador/Escrivão/Mestre de Capela	Crioulo
1804	José de Oliveira Capacidade	-	Rei/Tesoureiro	Preto Mina
1805	Reginaldo Rodrigues	Escravo	Irmão de Mesa	Preto
1806	Francisco de Souza Lima	-	Procurador	-
1806	Julião Pizarro	-	Juiz	-
1807	Felix da Mota Leitão	-	Tesoureiro/ Procurador	-
-	Antônio Francisco Neves	-	Irmão de Mesa/Mestre de música	-
-	Bento de Toledo Pizza	-	Escrivão/Procurador/Tesoureiro	-
-	Custódio Ferreira Machado	-	Tesoureiro	-
-	Domingos Carlos de Oliveira	-	Escrivão	-
-	João de Barros	-	Escrivão	-
-	João Manoel Alves da Rocha	-	Tesoureiro/Escrivão	-
-	João Manoel Fernandes Rocha	-	Escrivão	-
-	João Soares de Souza	-	Escrivão	-
-	José Dias Souza	-	Irmão de Mesa	-
-	José Gomes Monteiro	-	Escrivão	-
-	José Pedro Gomes	-	Escrivão	-
-	Manoel de Fonseca e Silva	-	Tesoureiro/Procurador	-
-	Manoel José Gomes	-	Tesoureiro	-
-	Manoel Peixoto de Azevedo	-	Irmão de Mesa	-
-	Marcelino Soares de Souza	-	Capitão/Tesoureiro/Zelador	-
-	Pedro de Barros Figueira	-	Tesoureiro/Escrivão	-
-	Pedro de Oliveira	-	Irmão de Mesa	-
-	Rodrigo Manoel de Almeida	Livre	Reverendo/Provedor	-
-	Roque da Costa e Silva	-	Escrivão	-
-	Victo Modesto Monteiro	-	Tesoureiro	-
-	Victoriano Francisco Pereira	-	Escrivão	-

Fonte: Livro de Registros dos Termos de Entrada dos Irmãos da Senhora do Rosário; Cuiabá, 1767-1819, Mss. Arquivo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, Cuiabá. In: SILVA, 2001.

⁶⁰⁹ SILVA, Luiz Geraldo. “Religião e identidade étnica. Africanos crioulos e irmandade na América Portuguesa”. *Cahiers des Amériques Latines*, Paris, v.44, n.3, 2003, p. 77-96.

A respeito de alguns oficiais de Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, da Vila do Cuiabá (Quadro 10), foi registrado como os fundadores da confraria Joaquim Lamego, João da Costa e Francisco de Souza Lionel. João da Costa, um dos fundadores da associação, foi um dos padres que atuaram na capela de Nossa Senhora do Rosário da Vila de Cuiabá⁶¹⁰. José Pereira Nunes era militar, desempenhando os postos de Capitão da Companhia dos Hussares e de Sargento-Mor; foi vereador no ano de 1777, além de ter sido proprietário de terras, de gado e comerciante⁶¹¹. Domingos Mendes havia sido sertanista, participando de combates contra os índios na década de 1730, e estabeleceu-se como comerciante na Vila do Cuiabá⁶¹². João de Souza Vaz Canavarros foi militar, no posto de Capitão, e proprietário de terras⁶¹³. Manoel José Soares foi funcionário régio, como Ouvidor, Intendente e Provedor⁶¹⁴. Antônio José Pinto de Figueiredo era militar, ocupando os postos de Mestre de Campo do Terço Auxiliar das Minas, Comandante de Milícias, Capitão das Ordenanças, sendo ainda proprietário de terras⁶¹⁵. Pedro Gonçalves Neto era proprietário de terras, militar, foi procurador e vereador da Vila de Cuiabá no ano de 1785⁶¹⁶. José Rodrigues Correa Leal era preto forro, proprietário de terras e de escravos

⁶¹⁰ SÁ, José Barbosa de. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá: Editora UFMT, 1975, p. 45; Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830), 2007, p. 75.

⁶¹¹ **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**, 2007, p. 109, 123, 135, 139, 140.

⁶¹² SILVA, 2005, p. 150.

⁶¹³ SILVA, Vanda da. **Administração das terras: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823)**. 2008, 184f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, p. 131.

⁶¹⁴ AHU – Mato Grosso. Caixa 13. Doc. 775. Carta do Ouvidor e Provedor Manuel José Soares ao rei D. José sobre a impossibilidade de remeter ao Erário Régio a importância referente ao desconto de 124 mil réis anuais feito nos soldos do Sargento-Mor engenheiro José Matias de Oliveira Rego. Vila Bela, 04 de maio de 1766; AHU – Mato Grosso. Caixa 13. Doc. 776. Carta do Ouvidor, Intendente e Provedor de Mato Grosso Manuel José Soares ao rei D. José sobre a impossibilidade de remeter ao Erário Régio o desconto de 200 mil réis anuais feito no ordenado do secretário do governo de Mato Grosso Manuel Cardoso da Cunha. Vila Bela, 04 de maio de 1766; AHU – Mato Grosso. Caixa 14. Doc. 777. Carta do Ouvidor, Intendente e Provedor de Mato Grosso Manuel José Soares ao rei D. José sobre a impossibilidade de remeter o Erário Régio o desconto de 6 mil cruzados feito no soldo do Governador e Capitão-General da capitania João Pedro da Câmara Coutinho. Vila Bela, 04 de maio de 1766.

⁶¹⁵ SILVA, 2005, p. 98; **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**, 2007, p. 93, 103, 115, 120, 122, 126, 129, 142, 151; AHU- Mato Grosso. Caixa 21. Doc. 1242. Ofício de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro em que informa sobre a queixa apresentada pelo mestre de campo da Vila de Cuiabá Antônio José Pinto de Figueiredo contra os abusos dos eclesiásticos da vila. Vila Bela, 05 de julho de 1779; AHU-MT. Caixa 21. Doc. 1312. Ofício de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro com que informa as notícias que deu o mestre de campo comandante da Vila de Cuiabá Antônio José Pinto de Figueiredo sobre o Arraial de São Pedro d'El Rey ou Beripoconé. Vila Bela, 19 de fevereiro de 1781.

⁶¹⁶ **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**, 2007, p. 136; AHU – Mato Grosso. Caixa 12. Doc. 702. Requerimento de Felix Gonçalves Neto e Pedro Gonçalves Neto a rei D. José em que pedem confirmação de sesmaria no ribeirão de Santa Ana. Ant. a 22 de agosto de 1763.

nas proximidades do rio Aricá⁶¹⁷; havia exercido na associação os cargos de escrivão, tesoureiro e rei. Francisco de Souza Lima era militar, no posto de Tenente⁶¹⁸. Antônio Francisco Neves era Mestre de Música na Vila de Cuiabá⁶¹⁹. Bento de Toledo Pizza desempenhou na irmandade os cargos de escrivão, procurador e tesoureiro; era militar, ocupando o posto de Capitão da 1ª Companhia de Milícias, proprietário de terras, de gado e foi vereador da câmara municipal nos anos de 1792 e 1797⁶²⁰. Domingos Carlos de Oliveira era militar, nos postos de Alferes das Ordenanças e depois de Capitão da Companhia de Cocais⁶²¹. João Soares de Souza foi procurador da câmara da Vila do Cuiabá, em 1757⁶²². José Gomes Monteiro era português, da Vila de São Sebastião do Monte Cordova, Bispado do Porto, e foi militar, no posto de Capitão de Milícias, procurador e vereador da câmara⁶²³. José Pedro Gomes era proprietário de terras e foi ainda vereador nos anos de 1788 e 1789⁶²⁴. Pedro de Barros Figueira foi tesoureiro e escrivão da associação, e também foi vereador na Vila do Cuiabá no ano de 1776⁶²⁵. Rodrigo Manoel de Almeida era padre, Reverendo Coadjutor da igreja matriz do Senhor Bom Jesus, mas que também atuou capelão da associação⁶²⁶. Victo Modesto Monteiro era militar, servindo como furriel da 1ª Companhia de Milícias⁶²⁷.

Através dessas informações contidas no livro de registros dos termos de entrada da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da Vila do Cuiabá (Quadro 10), percebemos ainda que alguns oficiais tiveram sua cor declarada. Isso nos possibilitou verificarmos quais foram os homens de cor que ocuparam cargos confrariais geralmente associados a pessoas brancas e com maior instrução na escrita, leitura e contas. No ano de 1784, Carlos de Souza Moreira, crioulo forro, foi escrivão. Em 1797, Diadorio Gonçalves, crioulo, ocupou a função de juiz. Em 1802, José Rodrigues Correa Leal, preto forro, além de ter sido escrivão da irmandade, foi também tesoureiro e rei. No ano de 1804, Joaquim do Rosário Figueira, crioulo forro, da mesma forma que o confrade anterior, desempenhou mais de uma função, sendo procurador, escrivão e mestre de

⁶¹⁷ SILVA, 2005, p 125.

⁶¹⁸ Idem, p 134.

⁶¹⁹ Ibidem, p 168.

⁶²⁰ *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)*, 2007, p. 139, 141, 156; SILVA, 2005, p 192.

⁶²¹ *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)*, 2007, p.122; SILVA, 2005, p 174.

⁶²² Idem, p.86.

⁶²³ SILVA, 2005, p 156-157; *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)*, 2007, p 149, 174, 176, 227.

⁶²⁴ JESUS, 2006, p. 261, 432.

⁶²⁵ SILVA, 2005, p 98; JESUS, 2006, p. 432.

⁶²⁶ *Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)*, 2007, p 222-225.

⁶²⁷ SILVA, 2005, p 157.

capela. Também em 1804, José de Oliveira Capacidade, preto mina, foi rei e tesoureiro. No ano de 1805, o escravo Reginaldo Rodrigues foi irmão de Mesa.

Como referimos no capítulo anterior, a associação do Rosário de Cuiabá teve seus estatutos aprovados pelo Bispado do Rio de Janeiro no ano de 1751 e pela Mesa da Consciência e Ordens no ano de 1783. Sua capela estava localizada na periferia da vila. Apesar de não ter sido possível explicitar informações sobre todos os seus oficiais, observamos que havia muitos negros com terras, escravos e posições importantes nessa composição confrarial. Existiram confrades pertencentes às elites locais, constituída por proprietários de terras e escravos e investidos de funções camarárias e militares. Isso se relacionou com a própria composição da sociedade, na qual mais de 75% da população era formada por indígenas, africanos e seus descendentes. Isso nos demonstra que as associações das camadas populares também foram procuradas por pessoas detentoras de capital político e econômico, visando ganho de mais prestígio social.

Nas associações do Rosário da Vila do Cuiabá e de Vila Bela, para serem candidatos aos cargos de oficiais da Mesa, eram preferidas as pessoas que tivessem a mais tempo nas irmandades, que não tivessem “defeitos ou costumes escandalosos”, pois entendiam que os oficiais de Mesa serviriam de exemplo aos demais integrantes da associação, tendo em vista o aumento dela⁶²⁸. Cada irmão presente daria seu voto na sua respectiva vez, enquanto o escrivão conferia os nomes em uma lista preparada previamente, em que assinavam os que sabiam escrever, enquanto outros que não tinham instrução assinavam com um risco ou uma cruz. Em situação de empate cabia ao rei o desempate. Assim que fosse encerrada a eleição, os nomes dos eleitos eram anotados nos livros de registros e depois publicados, com assinatura do rei e do reverendo vigário, no dia da festa do Rosário. De modo similar ao ocorrido na maioria das irmandades, não era permitida a reeleição aos cargos de Mesa, devendo a pessoa esperar o período de três anos para submeter-se novamente às eleições. Em situação de se eleger uma pessoa que não fosse irmão formalizado, inscrito, gozaria ela de todas as graças e benefícios dos que fossem matriculados no ano em que fosse oficial de Mesa. Todo o processo eleitoral era registrado pelo escrivão em ata, que depois era aprovada

⁶²⁸ Capítulo 1º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184; Capítulo 1º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80; Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Documentos Avulsos, Fundação Vilaboense de Cultura – GO, 1751. Apud. SILVA, 2001; ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá. Provisão de confirmação do seu compromisso. Lisboa, 10 de janeiro de 1783.

em reunião pelos componentes da Mesa, e em seguida a lista dos eleitos era divulgada na Missa festiva e afixada na porta da capela⁶²⁹.

Quadro 11- Irmãos de Mesa da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros – 1779

Membros	Cargos
João Leme de Silveira	Rei
Manoel Pereira de Souza	Juiz
Luiz Ferreira Diniz	Escrivão
Manoel Benedito de Siqueira	Procurador
Cipriano Antônio da Silva	Procurador
Antônio Francisco Bessa	Andador
Demais membros	
Estevão Barbosa de Arvelo	
Porfírio Antônio de Moraes	
Francisco da Silveira	
Estevão Ferreira Ferro	
Domingos da Ponte	
Domingos da Silva Pereira	
Antônio Ramos Porto	
Antônio da Silva	
Teles da Cunha	
Martinho Gomes de Campos	
André Rolim da Ponte	
Gonçalo de Santiago	

Fonte: ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80.

Da trajetória de alguns oficiais da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros (Quadro 11), de Vila Bela, não encontramos informações sobre o rei João Leme de Silveira e sobre muitos outros membros que compuseram esse quadro. Todavia, sobre os oficiais em geral, levantamos os dados disponíveis. Manoel Pereira de Souza era militar, ocupando o posto de Capitão da Companhia de Caçadores do Corpo de Auxiliares Voluntários de Vila Bela⁶³⁰. Luiz Ferreira Diniz, que ocupou o cargo de escrivão na confraria, foi eleito escrivão e vereador na vila-capital no ano de 1785, mas encontrou problemas para assumir as funções camarárias por ser casado com uma negra⁶³¹. Estevão Ferreira Ferro era religioso, Vigário da Vara e da Igreja de Vila Bela

⁶²⁹ Capítulo 1º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184; Capítulos 1º e 2º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80; Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Documentos Avulsos, Fundação Vilaboense de Cultura – GO, 1751. Apud. SILVA, 2001; ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real do Bom Jesus do Cuyabá. Provisão de confirmação do seu compromisso. Lisboa, 10 de janeiro de 1783.

⁶³⁰ SILVA, 2005, p 243.

⁶³¹ Idem, 2005, p 85; JESUS, 2006, p. 265, 430; AHU- Mato Grosso. Caixa 35. Doc. 1804. Ofício de Caetano Pinto Montenegro a Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a informação que deu Luís Ferreira Diniz da existência de salitre e a construção de um forno de cal no registro do Jauru. Vila Bela, 24 de julho de 1798.

nas décadas de 1770 e 1780⁶³². Antônio Ramos Porto era um dos membros das elites locais, sendo proprietário de gado, de terras, comerciante e possuidor de contratos firmados com a câmara de Vila Bela⁶³³. Antônio da Silva era contra piloto de canoa⁶³⁴.

Acreditamos que grande parte dos membros dessa associação fosse livre ou alforriada, pois nos seus estatutos a confraria aparece nomeada como Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros⁶³⁵. Essa associação teve sua origem na outra irmandade do Rosário da vila-capital, conforme já analisamos, que com o passar dos anos e com o aumento da presença de libertos acabou sendo dividida, em duas, uma dos cativos e a outra dos forros.

Não localizamos no compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, relativa aos cativos da vila-capital, a relação de seus oficiais de Mesa. Os estatutos dessa confraria aparecem como encaminhados, na década de 1760, pelo Vigário da igreja e da Vara de Vila Bela, Amaro Barbosa Lima, “do Hábito de São Pedro, bacharel formado nos Cânones, Comissário Subdelegado da Bula da Cruzada e Leis dos Casamentos, Capelas e Resíduos”, que representou os demais confrades enquanto juiz dessa associação⁶³⁶. Sobre o processo eleitoral dos oficiais da Mesa, quando ocorria de um irmão eleito se recusar a ocupar um dos cargos, deveria o mesmo remeter à associação uma justificativa dessa atitude. Os motivos apresentados seriam avaliados pelos oficiais da irmandade, que decidiriam sobre a questão. O resultado incidiria sobre o destino do confrade na associação, pois apresentando “fracoso pretexto” corria o risco de ser expulso e riscado do livro de registro de entrada na irmandade⁶³⁷. No dia da posse, eram verificadas também as condições em que se encontravam os bens, alfaías, o patrimônio da associação. Consultavam os inventários, registros das receitas e despesas, a quantidade do ouro e dos bens. As chaves do cofre eram ainda entregues à nova Mesa⁶³⁸.

O primeiro desenho das relações de poder intra-confrarial, como apresentamos, foi a definição de cargos e funções para a organização dessas associações no século

⁶³² SILVA, 2005, p. 98; AMADO & ANZAI, 2006, p. 144, 145, 239, 275.

⁶³³ AMADO & ANZAI, 2006, p. 39, 195.

⁶³⁴ SILVA, 2005, p. 227.

⁶³⁵ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80.

⁶³⁶ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folha 184. Provisão de confirmação do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário novamente ereta pelos irmãos da Irmandade nesta freguesia de Vila Bela da Santíssima Trindade, Bispado do Rio de Janeiro. Lisboa, 15 de dezembro de 1779.

⁶³⁷ Capítulo 3º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁶³⁸ Capítulo 4º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

XVIII. Cada cargo confrarial encontrava-se numa situação de ligação, em dependência funcional uns dos outros⁶³⁹. Essa produção de uma hierarquia interna fez com que cada indivíduo tivesse seu lugar próprio no grupo, com responsabilidades específicas, produtoras de distinção. Esses princípios de hierarquização tinham em vista impor a legitimidade do domínio por meio da produção simbólica de postos de comando⁶⁴⁰.

Os casos de composição de Mesa apresentados neste item foram encontrados nos compromissos remetidos à Mesa da Consciência e Ordens, a partir do período pombalino ao final dos anos setecentos, entre as décadas de 1760 e 1790, para serem avaliados e confirmados. Analisamos, portanto, uma pequena amostra da distribuição dos cargos entre os integrantes das confrarias, uma pequena faceta do compartilhamento do poder confrarial. Com isso, foi possível desvelar características dos perfis das associações, ora concentrando mais pessoas relacionadas aos cargos da administração e justiça, militares, comerciantes ou proprietários de terras, livres, cativos ou libertos. De qualquer modo, compreendemos que as associações religiosas serviram como outro possível espaço de distinção social e de explicitação de poder na capitania de Mato Grosso. As irmandades religiosas, bem como as câmaras municipais, foram os principais lugares sociais para a operação dessas diferenciações entre os grupos. Por isso, a insistência em integrar-se nessas associações se constituiu numa necessidade de afirmação social, como acompanharemos agora com o caso de José Dias de Figueiredo.

3.3 Das interdições, o caso de José Dias de Figueiredo

Pretendendo erigir nova composição da Irmandade do Santíssimo Sacramento em Vila Bela, Manuel da Silva Barata, comerciante, alistou várias pessoas para a formação da confraria, coletando suas assinaturas, para que contribuíssem com seus anuais e mais esmolas. Em seguida, foram elaborados os estatutos da irmandade, a partir do compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, e depois remetido à Mesa da Consciência e Ordens⁶⁴¹.

⁶³⁹ ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Mário Matos. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993, p. 34.

⁶⁴⁰ BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989, p. 12.

⁶⁴¹ O alistamento inicial para a elaboração dos estatutos ocorreu no começo da década de 1780, correspondendo a uma Ordem Real de 08 de março de 1765, expedida pelo Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, para que as irmandades e confrarias existentes remetessem seus estatutos e

Nesse recrutamento de confrades, quis se inscrever José Dias de Figueiredo⁶⁴². Nascido na Vila do Cuiabá, atuou como militar, ferreiro e primeiro fundidor da Real Casa de Fundição em Vila Bela. Ofereceu para entrada na associação meia arroba de cera, que custava na repartição do Mato Grosso 19.200 réis a arroba, mais o pagamento dos anuais correspondentes. Entretanto, o eretor da irmandade, Manoel da Silva Barata, o orientou a fazer um requerimento formal para ser avaliado pela Mesa diretora, e isso o levou a perceber que essa foi uma forma de excluí-lo da associação.

Passada a confirmação dos estatutos da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela, pela Mesa da Consciência e Ordens, obtida em 1781, José Dias de Figueiredo ainda não havia conseguido sua admissão nessa confraria. Preferiu ficar em silêncio, dedicando-se às suas atividades na vila-capital. E nessas tarefas cotidianas, foi procurado pelo escrivão da irmandade, Antônio Nunes Ferreira, para que fizesse uma ferragem para a porca do sino da igreja. José Dias atendeu e realizou o serviço, mas não quis cobrar nada por isso, fazendo isso como sinal da sua devoção e porque ainda guardava a esperança de ser aceito como confrade. Antônio Nunes Ferreira recomendou a José Dias que remetesse novo pedido de filiação na associação, e como retribuição comprometeu-se a defender sua aprovação. Mas, novamente seu pedido foi indeferido.

No final da década de 1780, Gregório Pereira de Souza, outro oficial do Santíssimo Sacramento, procurou José Dias para pedir materiais para o consistório da associação. Foi prontamente atendido, novamente sem custo algum à confraria. Contudo, José Dias recebeu de Gregório a promessa de apoio diante de mais um pedido de admissão que faria à irmandade. Nesse novo pedido, José Dias prometeu de esmola meia arroba de cera de entrada, azeite para a lâmpada do altar da irmandade pelo período de seis meses, que geraria um gasto semanal de 1.200 réis ou uma oitava de ouro. José Dias parecia ter esquecido as recusas anteriores, queria acreditar que nessa nova oportunidade seria admitido, mas para sua frustração não foi o que ocorreu.

Nesse decurso, mais um oficial, José Pereira de Souza, com o cargo de procurador, veio também prometer auxílio para o efetivo deferimento da entrada de José Dias na irmandade. Orientou José Pereira que José Dias remetesse mais uma vez à Mesa

compromissos para serem avaliados e confirmados pela Coroa. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. D. Maria I. Livro 11, folhas 55-64.

⁶⁴² As informações analisadas neste item estão disponíveis em: AHU – Mato Grosso. Caixa 26. Doc. 1545. Auto de Justificação de José Dias de Figueiredo à rainha D. Maria em que reclama por ter sido recusada a sua admissão na Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela por alegadamente ter sido sua mãe bisneta de uma crioula. Vila Bela da Santíssima Trindade, 21 de maio de 1789.

seu pedido, que seria entregue pessoalmente por ele aos demais oficiais. Porém, desta vez o pedido ficou sem resposta, “jamais teve boa ou má solução”⁶⁴³.

A situação estava ficando cada vez mais embaraçosa e José Dias não pôde mais ficar em silêncio, conforme havia decidido antes. Ele quis saber quais eram os verdadeiros motivos de sua recusa na confraria, porque já havia demonstrado ser capaz de arcar com todos os custos pela sua filiação. Havia oferecido seus serviços como ferreiro, bem como pagamento de boa entrada e mais o mimo do pagamento do azeite para o altar da confraria. Decidiu, portanto, questionar essa situação a outros oficiais da Mesa, procurando Antônio Pires da Silva Pontes e Filipe José Nogueira Coelho, que também ocupavam cargos políticos importantes na vila-capital, para que obtivesse respostas sobre essa situação conflituosa. Ambos os confrades acabaram lhe dizendo que sempre havia de ser recusado por alegarem os demais oficiais que ele tinha um defeito, “que o motivo era por uma mancha, que tinha no quarto grau por parte de sua mãe, por ser bisneta de uma crioula, filha de uma preta de nação conga”⁶⁴⁴.

Ao romper com o silêncio, José Dias de Figueiredo quis ressoar seu descontentamento, não só para os oficiais do Santíssimo Sacramento. Queria que a justiça régia resolvesse o caso, que todos soubessem que havia sido publicamente ofendido. Elaborou um processo com o pedido de justificação da recusa por parte da confraria. No teor de seu pedido, José Dias transitou por vários argumentos, respaldando-se em um Alvará expedido em 16 de janeiro de 1773⁶⁴⁵, em capítulos dos estatutos que versavam sobre a entrada de irmãos nas irmandades do Santíssimo Sacramento da Vila do Cuiabá e de Vila Bela. Solicitou também acesso aos termos lavrados sobre o assunto nos livros da irmandade. José Dias ainda evocou a memória do seu falecido avô, o juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão, dizendo que por sua ascendência “nenhum dos irmãos tem mais nobreza” do que ele⁶⁴⁶.

O Bacharel Teotônio da Silva Gusmão, natural da Vila de Santos, havia servido como juiz de fora da Vila de Itu. Em 1749, recebeu a mercê de ocupar o recém criado cargo de juiz de fora de Vila Bela, repartição do Mato Grosso, desanexo da Ouvidoria da Comarca de Cuiabá. Tinha também como cargos anexos o de Provedor das Fazendas

⁶⁴³ AHU – Mato Grosso. Caixa 26. Doc. 1545.

⁶⁴⁴ Idem.

⁶⁴⁵ Alvará com Força de Lei de 16 de janeiro de 1773. LARA, Silvia. H. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Dir. e Coord.). **Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica**. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000, p. 359; Sobre essa discussão, ver: LIMA, Priscila de. **De libertos a habilitados. Interpretações populares dos alvarás antiescravistas na América portuguesa (1761 – 1810)**. 2011, 156f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

⁶⁴⁶ AHU – Mato Grosso. Caixa 26. Doc. 1545.

dos Defuntos e Ausentes, Capelas e Resíduos⁶⁴⁷. Teotônio da Silva Gusmão era sobrinho do embaixador Alexandre de Gusmão (1695-1753). Este, natural de Santos, foi um estadista, diplomata e secretário do governo de D. João V e considerado um dos principais responsáveis pelo Tratado de Madri⁶⁴⁸. Como já referimos, na década de 1750, em Vila Bela, Teotônio da Silva Gusmão havia ajudado no custeio da construção da capela de Nossa Senhora Mãe dos Homens, com disponibilização da mão-de-obra de seus escravos para essa atividade⁶⁴⁹. Em 1755, ainda na vila-capital, depois da derrubada da antiga capela de Santo Antônio, Teotônio da Silva Gusmão também contribuiu financeiramente para a edificação da igreja matriz da Santíssima Trindade, juntamente com a Irmandade do Santíssimo Sacramento⁶⁵⁰.

José Dias de Figueiredo acusou os oficiais do Santíssimo Sacramento de Vila Bela de fazerem considerações ofensivas à sua ascendência. Isso foi considerado por ele como um ultraje, tendo em vista que seu avô havia colaborado no custeio de templos que a própria associação utilizou para sua instalação. Diante dessa situação, fez requerimento à Ouvidoria da capitania de Mato Grosso, pedindo justificativa à sua recusa na dita confraria, pois se sentia amparado pelas leis vigentes na monarquia.

José Dias fez questão de falar sobre suas ocupações, demonstrando que sempre trabalhou para o bom serviço real. Mas visava principalmente mostrar que tinha sido admitido, como muitos outros membros da Irmandade do Santíssimo Sacramento, em grupos considerados especificamente de brancos, como o grupo de soldados da Infantaria Auxiliar, do qual era membro, juntamente com outros soldados brancos. Como poderia ser excluído da Irmandade do Santíssimo Sacramento, considerada, portanto, de brancos, se foi aceito num grupo militar de soldados brancos? Indagou.

Ainda em sua argumentação processual, José Dias citou os primeiros capítulos dos compromissos das Irmandades do Santíssimo Sacramento, da Vila do Cuiabá e de Vila Bela, que versavam sobre a entrada nas associações. Neles, inclusive a exigência da pureza de sangue havia sido corrigida, depois da avaliação realizada pela Coroa portuguesa, no período das reformas pombalinas. Primeiramente foi corrigido o compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento cuiabana, que foi remetido no

⁶⁴⁷ ANTT. Registro Geral de Mercês. D. João V. Livro 38, f. 331. Teotônio da Silva Gusmão.

⁶⁴⁸ ALMEIDA, Gustavo Balbuena de. **Os Juizes de Fora e os conflitos de jurisdição na capitania de Mato Grosso (1748-1796)**. 2012, 137f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, p. 27.

⁶⁴⁹ AHU – Mato Grosso. Caixa 07. Doc. 468. Carta do juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão ao rei D. José em que pede alvará para que os juizes de fora de Vila Bela sejam protetores e administradores da capela que mandou construir. Vila Bela da Santíssima Trindade, 27 de janeiro de 1755.

⁶⁵⁰ AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli. **Anais de Vila Bela (1734-1789)**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2006, p. 59-62.

ano de 1767⁶⁵¹. Logo em seguida, a mesma correção foi operada nos estatutos de sua congênere vilabelense, em 1781⁶⁵². José Dias de Figueiredo citou ainda o caso de impedimento de seu cunhado, vereador cidade de São Paulo, de participar de alguns rituais em corpo de câmara por ser casado com sua irmã, uma mulata, que lhe fazia ter uma “mancha”⁶⁵³. Outra observação feita por José Dias foi a de que não era negada a entrada na associação do Santíssimo Sacramento aos recém chegados da Europa. Essa irmandade não questionava inclusive se essas pessoas eram batizadas ou se professavam o catolicismo, quando se tratava de uma pessoa branca.

Segundo Francis Dutra, existiu uma distinção entre os conceitos de “limpeza ou pureza de sangue” e o de “qualidade” na época moderna. A dispensa da “limpeza de sangue” quase sempre envolveu o papado e representou elo ou ascendência judia ou moura. A “falta de qualidade” relacionou-se ao exercício de atividade mecânica ou manual, independente do antecedente racial. A herança africana foi associada, nesse contexto, ao trabalho manual, inserida num sentido de falta de qualidade⁶⁵⁴.

Com relação à pureza de sangue, Fernanda Olival analisou que na Península Ibérica a exclusão de alguém em função desse critério não visou à pureza biológica da raça pelas suas qualidades genéticas, mas correspondeu a um problema de natureza ideológico-religiosa, com impacto na estrutura social e política⁶⁵⁵. Em 1546, os cristãos-novos queixaram-se ao rei D. João III da discriminação que sofriam nas misericórdias, nos colégios, nas corporações de ofícios e no alistamento de soldados para a Índia⁶⁵⁶. Em 1558, a publicação de um breve papal teria excluído os cristãos-novos da Ordem de São Francisco. A Ordem de São Jerônimo foi uma das primeiras em Portugal a incorporar oficialmente esse sistema de exclusão, no ano de 1565⁶⁵⁷. Até o final de 1560, a pureza de sangue abarcaria apenas alguns colégios maiores conimbricenses e ordens do tipo regular⁶⁵⁸. Com relação às Ordens Militares, a introdução da pureza de sangue se fez através da bula de Pio V, *Ad Regie Maiestatis*, de 18 de agosto de 1570, que afastava os descendentes de judeus e mouros⁶⁵⁹. No século XVII a pureza de sangue

⁶⁵¹ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-31.

⁶⁵² ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. D. Maria I. Livro 11, folhas 55-64.

⁶⁵³ AHU – Mato Grosso. Caixa 26. Doc. 1545.

⁶⁵⁴ DUTRA, Francis A. Ser mulato em Portugal nos primórdios da época moderna. **Tempo**, vol. 15, n 30, Rio de Janeiro, julho de 2011, p. 104-105.

⁶⁵⁵ OLIVAL, Fernanda. Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal. In: **Cadernos de Estudos Sefarditas**, nº04, 2004, p. 152.

⁶⁵⁶ OLIVAL, 2004, p. 153.

⁶⁵⁷ Idem, p. 154.

⁶⁵⁸ Ibidem, p. 155.

⁶⁵⁹ Ibid., p. 156.

se espalhou em diversas instituições, como irmandades, benefícios eclesiásticos, alguns governos dos municípios e diversos cabidos⁶⁶⁰. Os estatutos de limpeza de sangue representaram uma forma de eliminar a concorrência, de excluir segmentos indesejados nas instituições. No campo confrarial, um exemplo ocorreu no ano de 1663, na confraria do Santíssimo Sacramento de Santa Engrácia, que dispusera em seus estatutos apenas admitir pessoas cristãs-velhas, reconhecidas pela memória da comunidade de sua linhagem familiar. O último quartel de seiscentos e os primeiros trinta anos do XVIII foi a fase de maior apego puritano na exclusão pelo critério da pureza de sangue⁶⁶¹.

O caso da “mancha” atribuída a José Dias de Figueiredo, pelos confrades do Santíssimo Sacramento, relacionou-se à sua ascendência africana, fortemente associada ao cativo e ao trabalho manual, diferente da natureza das exclusões sociais analisadas por Fernanda Olival. Os mestiços não estavam submetidos à mesma exclusão imposta a judeus e mouros. Sua rejeição estava associada a atividades consideradas degradantes, aos ofícios mecânicos, ao trabalho manual, diferente dos considerados nobres e que exercitavam o ócio⁶⁶². Ser negro cativo ou deste descendente equivalia associar-se à desonra associada ao labéu⁶⁶³. José Dias era ferreiro e atuou como primeiro fundidor da Real Casa de Fundição, exercia um trabalho manual na vila-capital.

Os despachos aos requerimentos remetidos por José Dias ocorreram em sessões realizadas pelos oficiais da Irmandade do Santíssimo Sacramento, no consistório da igreja matriz da vila-capital. Exposto o assunto, avaliaram os pedidos, com votação sobre a questão. No total das 30 pessoas presentes, 04 votaram a seu favor e 26 contra a sua entrada. Muitos alegaram ainda ser José Dias uma pessoa altiva e arrogante. No entanto, observamos que sua recusa ocorreu por ser descendente de africanos.

José Dias de Figueiredo, em sua petição à rainha D. Maria I, relatou que a capitania de Mato Grosso ainda merecia real atenção, “por ser uma fronteira onde só povoam homens de negócio e não famílias nobres, e se compõem o feminino em muitas mais partes de pretos da Costa”, com sua população composta por grande parcela de pretos, pardos e mulatos. Isso dificultaria qualquer pessoa a ocupar cargos de vereança ou até mesmo em irmandades, pois “haverá tempo em que se dificultem os empregos do Real Serviço de Vossa Real Majestade, havendo muitos neste país com suficiência de

⁶⁶⁰ Ibid., p. 158.

⁶⁶¹ Ibid., p. 159.

⁶⁶² RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal (1640-1750). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, n. 48, jul/dez 2012, p. 699-723.

⁶⁶³ SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Priscila de Lima. Without freedmen note: changes in the petitions of the pardos of Portuguese America throughout the eighteenth century. In: **Colonial (Mis) understanding: Portugal and Europe in Global Perspective, 1450 -1900**, 2013. Lisboa: FCT/CHAM, v.1, p.140.

servir e vivem abandonados e ultrajados contra o espírito das ordens de vossa real majestade e da humanidade e religião cristã”⁶⁶⁴. Segundo José Dias, a recusa teria que ser revista, tendo em vista ainda o Alvará de 16 de janeiro de 1773.

O Alvará de 16 de janeiro de 1773, acerca dos escravos do reino, “cujas mães e avós são ou houverem sido escravas, fiquem no cativeiro em que se acham, durante a sua vida somente. Que, porém aqueles cuja escravidão vier das bisavós, fiquem livres e desembargados, posto que as mães e avós tenham vivido no cativeiro”⁶⁶⁵. Isto previa a liberdade imediata dos escravos de quarta geração de cativeiro, cuja condição jurídica procedia das bisavós, e com relação ao futuro a todos os que nascessem a partir da publicação da lei. Também habilitaria a todos os descendentes de africanos vinculados ancestralmente ao cativeiro das inabilitações que lhes eram impostas.

No ano de 1789, a Ouvidoria Geral e Correição de Vila Bela da Santíssima Trindade, diante da realização de auto de justificação, convocou algumas testemunhas para que falassem sobre o caso de José Dias de Figueiredo e assim compreender os motivos para sua recusa na Irmandade do Santíssimo Sacramento. Uma delas foi João Raposo da Fonseca Góes, que era Sargento Comandante do Terço das Ordenanças, no qual havia servido José Dias de Figueiredo. Segundo esse militar, como Capitão da Companhia dos Brancos havia feito José Dias de Figueiredo como seu soldado, não havendo nenhuma reclamação a ser feita sobre seu desempenho, que ainda serviu na Companhia de Voluntários e depois na Infantaria Auxiliar. Além desses cargos militares, José Dias de Figueiredo ocupava o cargo de primeiro fundidor na Real Casa de Fundição de da capitania de Mato Grosso, instalada em Vila Bela⁶⁶⁶.

Na consulta ao depoimento de alguns dos oficiais de Mesa, pelo Ouvidor Geral e Corregedor, os mesmos irmãos que juraram em abono do recorrente foram os que anteriormente assinaram o termo em seu desabono, quando da avaliação de sua entrada na Irmandade do Santíssimo Sacramento. Essas testemunhas disseram que José Dias de Figueiredo era filho legítimo de Inácio Dias de Figueiredo e de sua mulher Domingas Inácia da Silva. Seu pai ocupou o cargo de primeiro fundidor da Real Casa da Fundição da capitania de Mato Grosso, instalada em Vila Bela. José Dias de Figueiredo aprendeu com o pai as artes do ofício de ferreiro, servindo de segundo fundidor enquanto o pai ainda era vivo. Depois, com a morte do pai, o sucedeu no cargo de primeiro fundidor. Disseram ainda as testemunhas que José Dias era católico romano, bem como sua

⁶⁶⁴ AHU – Mato Grosso. Caixa 26. Doc. 1545.

⁶⁶⁵ LIMA, 2011, p. 74; SILVA, Luiz Geraldo. Esperança de liberdade. Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774). **Revista de História**, São Paulo, v. 144, p. 107 – 150.

⁶⁶⁶ AHU – Mato Grosso. Caixa 26. Doc. 1545.

família, e que era bem estabelecido em Vila Bela da Santíssima Trindade, onde tinha uma “tenda de ferreiro” em seu sítio, onde trabalhava com seus escravos⁶⁶⁷.

José da Silva Terra era militar, ocupando o posto de Capitão, homem branco, natural do Bispado de Angra. Morava em Vila Bela da Santíssima Trindade, e além de militar, era também minerador e irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Leandro José Pinheiro era homem branco, natural da cidade de Lisboa e viveu do comércio nas minas do Mato Grosso e em Vila Bela, sendo confrade na Irmandade do Santíssimo Sacramento. Ambas as testemunhas disseram que José Dias de Figueiredo era “homem de sã consciência e verdade e católico romano livre de infecta nação”⁶⁶⁸.

Manoel de Oliveira Pombal também era homem branco, natural da Vila de Pombal, Bispado de Coimbra. Era morador de Vila Bela, onde vivia como comerciante. Também era irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento. Segundo o seu relato, os pais de José Dias de Figueiredo se mudaram da Vila do Cuiabá para Vila Bela quando o mesmo ainda era muito jovem, para o trabalho na Real Casa da Fundição, alegando também como os outros que José Dias era “católico romano livre de infecta nação”. Falou também que José Dias de Figueiredo tinha boas casas em Vila Bela e um sítio, onde ficava sua “tenda de ferreiro”⁶⁶⁹.

Em ambos os relatos das testemunhas, notamos que a afirmação de ser José Dias “católico romano livre de infecta nação” correspondia a não ter ascendência judia ou moura, não sendo ele um cristão-novo, pelo contrário, vinha de uma família com tradição católica e residente na capitania de Mato Grosso.

Em 1789, o Doutor Antônio Soares Calheiros Gomes de Abreu, Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca, consultou as testemunhas para a composição do Auto de Justificação. No entanto, não localizamos a resposta conclusiva desse processo.

No Antigo Regime, pertencer à confraria mais prestigiada da localidade conferia ao indivíduo diferenciação, status e poder, ao mesmo tempo em que abria portas para aceder a espaços de sociabilidades que de outra forma estavam vedados. Promovia a admiração e estima da comunidade, ao mesmo fazia aumentar o orgulho de quem as integrava, também desenvolvendo relações interpessoais⁶⁷⁰.

No caso de José Dias, observamos um reforço de diferenciação, de exclusão diante da necessidade do grupo confrarial preservar uma pretensa homogeneidade. O

⁶⁶⁷ Idem.

⁶⁶⁸ Ibidem.

⁶⁶⁹ Ibid.

⁶⁷⁰ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. As Misericórdias enquanto palcos de sociabilidade no século XVIII. In: **Anais da V Jornada Setecentista**. Curitiba: UFPR/CDOP/PGHIS, 2003, p. 450.

discurso da recusa, bem como todas as justificativas dadas pelos irmãos do Santíssimo Sacramento, demonstrou como um grupo tentou impor sua concepção do mundo social, com valores próprios e o seu domínio. José Dias de Figueiredo se mobilizou diante do controle exercido sobre ele, consultando a legislação disponível, operando com a memória de sua pertença a uma linhagem de oficiais de Sua Real Majestade, operando com seu capital social⁶⁷¹. Contudo, o mais importante com esse caso, foi a explicitação de uma sociedade miscigenada, com pequeno número de homens e mulheres brancas e uma imensa população de cor, composta de pretos, mulatos e indígenas, bem diferente do cenário europeu e suas casas aristocráticas.

3.4 Entre receitas e despesas: a economia confrarial

As finanças constituíram preocupação constante das irmandades religiosas. Era preciso ter recursos para a materialização do culto, das festas, dos rituais fúnebres e outras funções confrariais. Como já discutimos, as irmandades custearam ainda os serviços dos padres e colaboraram na construção e manutenção da estrutura eclesiástica da Prelazia do Cuiabá, juntamente com os demais fregueses. Havia ainda despesas de consumo representativo, que traziam às pessoas e associações um retorno em termos de prestígio social e recompensas espirituais⁶⁷². Entretanto, a trajetória financeira das associações variou ainda de acordo com as oscilações econômicas gerais, pois dependeram do seu meio circundante, somadas às suas opções de gestão.

Os recursos podiam ser obtidos pelo pagamento de entradas, anuais, esmolas e recolhimento de ofertas. Existiu a possibilidade de recebimento também de legados testamentários, doações para os santos de devoção e seus altares. A sobrevivência dessas associações decorreu da produção desse patrimônio econômico variado⁶⁷³. Essas economias confrariais fizeram com que as associações obtivessem importância no seio do campo religioso local, na medida em que se converteram também em lugares de

⁶⁷¹ BOURDIEU, 1989, p. 135.

⁶⁷² CAMPOS, Adalgisa Arantes. A visão nobiliárquica nas solenidades do setecentos mineiro. In: **Anais do X Encontro Regional de História – ANPUH – MG – Minas, Trezentos Anos**. Mariana: UFOP/ANPUH, 1996, p. 111-121.

⁶⁷³ BOSCHI, Caio. Sociabilidade religiosa laica: as irmandades. In: BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da Expansão portuguesa**. O Brasil na Balança do Império (1697-1808). Vol. III. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 358.

atividades econômicas⁶⁷⁴. Muitas delas alugavam propriedades que lhes pertenciam, vendiam cabeças de gado, e arrecadavam recursos com oferta de assistência funerária.

Como vínhamos apresentando no decorrer deste trabalho, analisamos as receitas e despesas confrariais seguindo a hierarquização das sociedades de Antigo Regime. Começamos nossa discussão pelas associações pertencentes às elites locais, até as camadas populares, composta por africanos e seus descendentes, cativos ou livres.

Na Irmandade de São Miguel e Almas, era cobrada de entrada uma oitava de ouro e de anual o mesmo valor⁶⁷⁵. Os oficiais de Mesa pagavam de esmolas ou jóias, valores diferenciados, de acordo com o cargo. O provedor pagava oitenta oitavas de ouro, o escrivão quarenta oitavas de ouro, o tesoureiro vinte oitavas de ouro e os demais irmãos de Mesa pagavam sete oitavas de ouro. Os procuradores estavam isentos do pagamento dessas taxas⁶⁷⁶. Todos esses valores foram aprovados pela Mesa da consciência e Ordens, sem determinação de correção ou ajuste.

O patrimônio da irmandade ainda era composto pelas demais esmolas recolhidas por seus oficiais, quando saíam nas segundas-feiras, com uma vara e uma bacia. Esses valores eram arrecadados para as missas pelas almas, que era recolhido também em arraiais da capitania. Quem iniciava esse trabalho era o provedor, logo após o dia do Arcanjo São Miguel, pelo período de um mês, para em seguida os demais oficiais continuarem desempenhando essa função, cada um na sua vez, pelo mesmo período de um mês. Os valores recolhidos eram entregues ao tesoureiro. Como eram esmolas para as almas, utilizavam esse recurso para pagarem as missas e celebrações realizadas pelos padres encomendados, sendo uma delas promovida nas segundas-feiras e a outra nos domingos e também nos dias santos⁶⁷⁷. Essa foi uma prática desempenhada por associações similares, em outros espaços da América portuguesa. Na capitania de Minas Gerais, por exemplo, as irmandades de São Miguel e Almas reservaram as esmolas recebidas – com as bacias das almas – para o pagamento de missas para as almas do Purgatório⁶⁷⁸.

⁶⁷⁴ BARRAL, María Elena. La Iglesia Católica en Iberoamérica: las instituciones locales en una época de cambios (siglo XVIII). **Revista de História**. São Paulo, nº 169, julho/dezembro 2013, p. 157.

⁶⁷⁵ Capítulo 2º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁶⁷⁶ Capítulo 3º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁶⁷⁷ Capítulo 18º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁶⁷⁸ CAMPOS, Adalgisa Arantes. A veneração às almas do Purgatório: um contraponto entre Portugal e a Colônia. Disponível em:

http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.geocities.ws%2Fadarantes%2FArtigos_Adalgisa%2F13_A_veneracao_as_almas_do

Todas as rendas e despesas eram obrigatoriamente conferidas pelo tesoureiro e escrivão, que prestavam contas ao provedor e aos demais membros da Mesa dirigente⁶⁷⁹. Compondo o conjunto de rendas da Irmandade de São Miguel e Almas, ainda eram cobradas multas aos irmãos que faltassem aos seus compromissos, como enterros, cortejos fúnebres ou festividades em que a associação saía em “corpo de irmandade”. Era cobrado o valor de multa de uma libra de cera por cada pessoa⁶⁸⁰.

Ainda sobre o patrimônio da Irmandade de São Miguel e Almas, o mestre de campo Antônio José Pinto de Figueiredo, em bando ao Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, relatou que conversou com o provedor dessa irmandade sobre o interesse do governo da capitania na compra de seu “gado vacuum”. O valor cobrado pela Irmandade de São Miguel e Almas era de “uma oitava e quarto cada cabeça de gado, exceto as novilhas por andarem ao peito das mães”⁶⁸¹. Estimava o provedor que a irmandade tivesse no ano de 1782 cerca de 600 cabeças de gado em seus currais. Disse Antônio José Pinto de Figueiredo ter visto os currais e serem boas as criações que estavam à disposição da Fazenda de Sua Majestade, sendo o valor da venda direcionado para o aumento do patrimônio confrarial.

Contudo, informou o provedor da Irmandade de São Miguel e Almas que o único problema na venda do gado estava relacionado à condução do rebanho até os currais reais, por não terem como realizá-lo, cabendo ao governo decidir em como proceder, nem que para isso fosse renegociado o preço da venda⁶⁸². Além da posse de muitas cabeças de gado, a Irmandade de São Miguel e Almas dispunha de casas na Vila do Cuiabá que eram arrendadas. Essas casas serviram para quartel militar e de hospital para os soldados, apesar da reclamação de que precisavam de consertos e reformas,

[Purgatorio um contraponto entre Portugal e a Colonia.doc&ei=SNYIVfbBEISuggSipYToDw&usg=AFQjCNFzxiqhG0oorB2hxZDdJ7l8OHXRaA&bvm=bv.90237346.d.eXY](#). Acesso em 08/04/2015.

⁶⁷⁹ Capítulo 19°. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁶⁸⁰ Capítulo 21°. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁶⁸¹ APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropa Militar. Série: Carta. Doc. 1107. Caixa 017. Carta do Mestre de Campo Antônio José de Figueiredo ao Governador Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20 de março de 1782.

⁶⁸² APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropa Militar. Série: Carta. Doc. 1131. Caixa 017. Carta do Mestre de Campo Antônio José de Figueiredo ao Governador Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 29 de julho de 1782.

visando colocar os soldados debaixo de alguma disciplina militar⁶⁸³. Os valores desses negócios eram contabilizados pelo tesoureiro e verificados pelos demais oficiais⁶⁸⁴.

As irmandades religiosas faziam inventários dos móveis, ornamentos e bens que constituíam seu patrimônio. Através deles foi possível ter a dimensão dos bens que uma associação possuía, se tinha parques ou grandes recursos. Os inventários dos bens das associações religiosas expunham a quantidade objetos de ouro e prata, tecidos e bens que serviram para demonstrar a magnificência, grandeza e poder dessas organizações nas ocasiões em que se manifestavam publicamente, como nas festas e celebrações. Esses eventos explicitavam o seu poder, em meio ao brilho dos metais preciosos, às cores dos paramentos, andores e objetos sagrados⁶⁸⁵. Localizamos parte de um desses inventários da Irmandade de São Miguel e Almas, da Vila do Cuiabá. A associação possuía diferentes objetos litúrgicos, vasos de ouro e prata, ornamentos e vestimentas utilizadas por seus capelães particulares, bem como opas, lençóis, forros para os altares e uma tumba para transporte de cadáveres⁶⁸⁶.

Na Irmandade do Senhor Bom Jesus do Cuiabá foi cobrado de entrada 1.200 réis, correspondente a uma oitava de ouro. De anual cobravam 600 réis, cerca de meia oitava de ouro. Existiram valores diferenciados, para outros associados, como das pessoas com mais de cinquenta anos que deveriam pagar trinta e seis mil réis para se associarem “porque delas se não espera serviço, nem utilidade para a irmandade”. Também para aqueles que quisessem se livrar do pagamento dos anuais e dos emolumentos de ocupação de cargos da Mesa havia a opção do pagamento da esmola de trinta mil réis⁶⁸⁷. Seus oficiais pagavam de esmolas ou jóias, o provedor trinta mil réis ou vinte e cinco oitavas de ouro; escrivão vinte e cinco mil réis ou vinte oitavas de ouro; tesoureiro vinte mil réis ou dezesseis oitavas de ouro; irmãos de Mesa quatro mil réis ou três oitavas de ouro; os procuradores estavam isentos desse pagamento. Tanto homens

⁶⁸³ APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropas Militares. Série: Carta. Carta do sargento mor Alexandre José Leite de Chaves Melo ao Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’Oeynhausien e Gravemberg, falando sobre uma casa da Irmandade das Almas que serviu de quartel. Vila do Cuiabá, 31 de maio de 1808.

⁶⁸⁴ APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropas Militares. Série: Carta. Carta de Gabriel de Fonseca Souza ao Governador e Capitão – General da Capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D’Oeynhausien e Gravemberg, falando sobre as casas da Irmandade das Almas. Vila do Cuiabá, 25 de novembro de 1807.

⁶⁸⁵ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. As manifestações de rua das Misericórdias portuguesas em contexto barroco. *Hispania Sacra*, v. LXII, nº 125, enero-junio 2010, p. 99.

⁶⁸⁶ ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1071 Caixa 16. Inventário dos móveis, ornamentos e bens da Irmandade de São Miguel e Almas, da Igreja Matriz de Cuiabá. Cuiabá, 1818 a 1861.

⁶⁸⁷ Capítulo 6º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40. Livro de Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em anexo, solicitação de confirmação do Compromisso (10 jul. 1820), Confirmação de D. João VI (17 abr. 1821), Termo de aceitação pelos Irmãos da Irmandade. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1821.

como mulheres podiam ocupar os cargos de oficiais da Mesa⁶⁸⁸. Esses valores foram aprovados pela Mesa da Consciência e Ordens, sem correções.

O conjunto de fontes de rendimentos da Irmandade do Senhor Bom Jesus era composto pelos pagamentos das jóias, mesadas, anuais, legados e ofertas oferecidas à associação, que eram guardados no cofre. As chaves desse cofre ficavam sob os cuidados do provedor, escrivão e do tesoureiro⁶⁸⁹. No livro do inventário da Irmandade do Senhor Bom Jesus (Quadro 12), localizamos uma descrição parcial dos bens que a associação possuía, entre imagens de santos, objetos litúrgicos, móveis, tecidos, objetos em ouro e prata⁶⁹⁰. A irmandade possuía na sacristia da igreja matriz um armário grande, com gavetas em que se guardavam as pratas, cálices e vestimentas do serviço do divino culto. O tesoureiro não deveria deixar que esses objetos ou outros ornamentos da igreja, que eram para as celebrações litúrgicas, fossem emprestados para usos não religiosos⁶⁹¹. Todos os objetos e utensílios que não fossem mais utilizados eram apresentados à Mesa que decidiria por seu destino⁶⁹².

Quadro 12 - Inventário dos bens e alfaías da Irmandade do Senhor Bom Jesus do Cuiabá - 1800

Um resplendor de ouro de São João, com o peso de 17/8 ½.
Três alvas de Bretanha de França com babados.
Três amitos de cassa e três cordões.
Quatro alvas de Bretanha, com renda.
Cinco toalhas do altar, ainda novas.
Quatro ditas muito velhas.
Cinco manusterges, incluso um rico.
Dois jogos de sacras, 1 de vidro e outro simples.
Três mantos de seda.
Um diadema que de prata, com pedra cravada e mais uma corda de fio de ouro.
Uma casula rica, frontal e aviamento do cálice.
Dois missais, um com dobradiças de prata.
Um cálice, patena e colher, tudo dourado.
Uma casula ordinária de damasco branco e vermelho.
Quatro panos de estantes: 2 de damasco e franjas de ouro e 2 ordinários.
Três opas de seda roxas, velhas.
Dois jogos de cortinas de damasco: 1 vermelha e outra roxa.
Quatro sanefas de damasco com franjas de ouro para o andor.
Quatro ditas com espeguilha, pertencente ao dito andor.
Quatro forquilhas, com cabos de pratas.
Um par de galhetas de estanho.
Um dito de vinho.
Um dito de louça.

⁶⁸⁸ Capítulo 7º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40. Livro de Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em anexo, solicitação de confirmação do Compromisso (10 jul. 1820), Confirmação de D. João VI (17 abr. 1821), Termo de aceitação pelos Irmãos da Irmandade. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1821.

⁶⁸⁹ Capítulo 10º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40.

⁶⁹⁰ ACBM/IPDAC Pasta 166 – nº 353 Caixa 45. Livro de registro do inventário dos bens alfaías e dividas da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, eleições e assentos da diretoria no período de 1821 a 1870. Cuiabá, 26 de dezembro de 1821.

⁶⁹¹ Capítulo 19º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40.

⁶⁹² Capítulo 20º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40.

Uma banquetta e crucifixo, tudo de prata.
 Uma dita de estanho, com crucifixo.
 Uma imagem do Senhor Crucificado, com biscates de prata.
 Um jogo de sacras, com molduras pretas.
 Quatro ramalhetes, dourados de prata.
 Seis ditos dourados de ouro.
 Seis castiçais pequenos de estanho.
 Seis ditos de latão.
 Dois tapetes.
 Uma imagem de Santo Antônio, com resplendor de prata.
 Dez côvados de cetim azul.
 Cinco campainhas.
 Quatro asas de folha de flandres.
 Quatro ramalhetes de lata.
 Oito almofadas de seda para o andor.
 Quatro tocos de cera.
 Uma colcha de algodão.
 Um andor.
 Dois bancos de encosto.
 Um dito pequeno.
 Um arcáz.
 Um caixão pequeno.
 Dois rapazes de pão.
 Um jogo de sacras de prata.
 Uma lâmpada de prata.
 Três jarras de louça.
 Um lençol de algodão que serve para forro.
 Três touros de madeira para o novo retábulo.
 Duas cabeleiras para o Senhor.
 Uma caixinha para as esmolas.
 Dois parafusos de apertar o andor.
 Um crucifixo pequeno.
 Duas pedras de ara.
 Três frontais na grade.
 Duas imagens no altar: uma de Santo Elesbão e uma de São João.
 Uma mesa pequena.
 Um sitial de damasco e franja de ouro.
 Um diadema de folha.
 Uma campainha de metal branco.
 Uma casula de damasco roxo, com galões de ouro.
 Uma almotolia para o azeite.

Fonte: ACBM/IPDAC Pasta 166 – nº 353 Caixa 45.

Na Irmandade do Santíssimo Sacramento, da Vila do Cuiabá, não foi estabelecido um valor a ser pago de entrada na associação. Todavia, aceitaram esmolas de valores doados segundo a devoção ou desejo do confrade. Todos os que tivessem idade mais avançada ou que fossem enfermos deveriam pagar o valor a ser arbitrado pela Mesa da irmandade⁶⁹³. Inicialmente foram definidos os valores das esmolas ou jóias dos seus oficiais e também do anual. No entanto, todas as quantias foram revisadas pela Mesa da Consciência e Ordens, por considerá-los excessivos. De anual, antes estabelecido em duas oitavas, foi determinada a cobrança de um cruzado, correspondente a quinhentos réis ou meia oitava de ouro. Para o provedor, passou-se de

⁶⁹³ Capítulo 1º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30.

cento e vinte e oito oitavas de ouro para vinte e cinco oitavas de ouro. Escrivão, de sessenta e quatro oitavas de ouro para doze oitavas de ouro. Tesoureiro, de trinta e duas oitavas de ouro para quatro oitavas de ouro. Os demais doze irmãos de Mesa, passou-se de oito oitavas de ouro para um cruzado, correspondente a meia oitava de ouro. Os procuradores estavam isentos desse pagamento⁶⁹⁴. As reduções dos valores foram significativas e ocorreram em vários estatutos avaliados a partir da década de 1760. Isso correspondeu às reformas pombalinas e suas intervenções no campo religioso católico.

Os oficiais da Mesa deveriam participar da arrecadação de esmolas entre os fiéis, utilizando uma vara e uma bacia, nas quintas-feiras. Cada irmão ficou responsável por um determinado mês, seguindo a hierarquia de cargos, começando pelo provedor. Todos os valores arrecadados eram entregues ao tesoureiro⁶⁹⁵. Os recursos da irmandade deveriam cobrir seus principais gastos e para a compra de ornamentos e alfaia⁶⁹⁶.

Na Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela da Santíssima Trindade também não foi definido um valor de entrada, aceitando como sua congênere cuiabana a doações de esmolas dos confrades⁶⁹⁷. Seu anual tinha o valor de uma oitava de ouro. Os emolumentos ou jóias dos oficiais não passaram por correção da Mesa da Consciência e Ordens. O provedor pagava cinquenta oitavas de ouro, o escrivão vinte e cinco oitavas de ouro, o tesoureiro doze oitavas de ouro e os demais Irmãos de Mesa quatro oitavas. Os procuradores estavam isentos desse pagamento, como ocorrido nas outras confrarias. Os valores a serem pagos pelos oficiais foram estabelecidos de acordo com os preços dos produtos que a irmandade precisava adquirir. Os confrades registraram no compromisso o contexto econômico vilabelense e os valores dos produtos locais⁶⁹⁸.

Para complementar as rendas da confraria, todos os domingos saía um dos confrades com uma vara e uma bacia a pedir esmolas entre os fiéis. O dia inicial para essa atividade era o de quinta-feira, associado à quinta-feira maior e da instituição da santa ceia, mas transferiram para o domingo por ser o dia com o maior concurso de pessoas na igreja matriz. Para a realização do “esmoler”, estabeleceram que cada confrade ficasse responsável por um mês completo, a começar pelo provedor e por toda

⁶⁹⁴ Capítulo 3º. Cf. ANTT – Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 25 de novembro de 1767. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo, Livro 297, folhas 27-31.

⁶⁹⁵ Capítulo 17º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30.

⁶⁹⁶ Capítulo 18º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30.

⁶⁹⁷ Capítulo 1º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

⁶⁹⁸ Capítulo 3º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

a roda de oficiais da irmandade⁶⁹⁹. Depois de pagas todas as despesas da irmandade, todo o valor que sobrasse seria investido na compra de ornamentos e alfaias necessárias para a celebração do Santíssimo Sacramento, sobretudo para a promoção da Semana Santa e do Corpo de Deus, sempre com o aval da Mesa⁷⁰⁰. Todas as dívidas dos irmãos, mesmo falecidos, eram cobradas pelos procuradores, sob processo judicial⁷⁰¹.

Observamos que o patrimônio econômico das irmandades religiosas representativas das elites locais se mostrou diversificado. Possuíam propriedades nas vilas e tinham objetos religiosos em ouro e prata, somados aos legados testamentários, esmolas e doações que recebiam dos seus confrades e dos devotos dos santos católicos. Consideramos as taxas confrariais as mais significativas para a composição desse patrimônio econômico, pois era através dos pagamentos regulares dos irmãos que essas associações conseguiram custear a estrutura católica de suas localidades, através do pagamento dos padres encomendados, da manutenção das igrejas e capelas e na promoção das festas, celebrações e rituais fúnebres. Nos casos das pessoas idosas que almejavam filiar-se nessas associações, percebemos que tinham que pagar valores maiores, demonstrado que essas associações não queriam arcar com os altos custos relativos às cerimônias fúnebres, pois os consideravam mais próximos da morte.

Também em Vila Bela, a Irmandade de Santo Antônio tinha como fonte de renda principal os anuais pagos por seus irmãos, para deste modo pagar as despesas da associação, sobretudo com a festa anual a Santo Antônio. Outras fontes complementares do patrimônio financeiro da irmandade advinham das ofertas de esmolas das missas pelos irmãos vivos e defuntos e outros sufrágios pelas almas. Mas do seu corpo de membros, os soldados e oficiais inferiores do corpo de dragões pagavam de anual uma oitava de ouro. Os soldados e oficiais de corpo de pedestres pagavam meia oitava. Os oficiais com postos mais elevados e de maior prestígio, como Alferes de Dragões, Ouvidor e Auditor Geral, Secretário de governo pagavam de anuais três oitavas. Os oficiais de Engenharia, Artilharia e de Pedestres, Escrivão, Tesoureiro da Fazenda Real, pagavam duas oitavas. Os anuais pagos eram guardados no cofre da Provedoria da Fazenda Real, sendo descontados os respectivos valores dos pagamentos aos cargos e ocupações mencionados, com registro feito pelo tesoureiro e pelo escrivão da

⁶⁹⁹ Capítulo 17°. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

⁷⁰⁰ Capítulo 18°. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

⁷⁰¹ Capítulo 24°. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

confraria⁷⁰². O juiz da Irmandade de Santo Antônio pagava de esmola cinco oitavas de ouro ou poderia optar por custear as despesas da festividade anual a Santo Antônio⁷⁰³. Não há menção nos estatutos os valores das jóias pagas pelos demais oficiais de Mesa. Por outro lado, todos os valores constantes não foram reprovados ou corrigidos pela Mesa da Consciência e Ordens, na década de 1780.

Constatamos que no caso da Irmandade de Santo Antônio, por ser constituída por militares e oficiais régios, as taxas confrarias eram descontadas dos pagamentos dos ordenados dessas pessoas, constituindo sua principal fonte de renda. Seguindo a hierarquia dos cargos militares e dos oficiais da administração e justiça régia, quem recebia maior ordenado ou ocupava maior posto acabava por pagar um valor maior de taxas dessa irmandade. Os recursos eram arrecadados tendo como justificativa o sucesso da realização dos festejos a Santo Antônio, patrono militar.

Na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da Vila do Cuiabá, toda a pessoa que se filiava à confraria pagava de entrada uma oitava de ouro. Em se tratando de cativos, era ainda necessária a permissão, por escrito, de seus senhores. Os oficiais de Mesa também contribuía com suas jóias ou esmolas. O Juiz e a juíza pagavam, cada um, vinte oitavas de ouro. O rei e a rainha, respectivamente, pagavam quinze oitavas de ouro. O escrivão e o tesoureiro pagavam a quantia de cinco oitavas de ouro. Os demais Irmãos de Mesa pagavam uma oitava de ouro. Os bens eram guardados em um cofre que continha três chaves e que ficavam em poder do tesoureiro, secretário e juiz da associação. Era importante que se guardassem todas as peças de ouro, prata, preciosidades e mais valores arrecadados pela confraria. Ainda eram guardados dentro desse cofre os livros de receitas e despesas e inventário, termos de assentos de entradas de irmãos e atas das sessões de Mesa. Os gastos mais importantes eram com as festas e rituais fúnebres. Gastavam ainda com obras na capela e mais utensílios litúrgicos⁷⁰⁴. Os valores das taxas não foram reprovados pela Mesa da Consciência e Ordens, em 1783.

⁷⁰² Capítulo 3º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067.

⁷⁰³ Capítulo 6º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067.

⁷⁰⁴ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Documentos Avulsos, Fundação Vilaboense de Cultura – GO, 1751. Apud. SILVA, 2001; ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá. Provisão de confirmação do seu compromisso. Lisboa, 10 de janeiro de 1783; Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 02. Processo nº 916. Testamento de Antônio Gomes de Faria. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1793; Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 08. Processo nº 551. Inventário de Antônio Francisco Pacheco de Souza. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1801; Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 13. Processo nº 563. Inventário de Ignácio de Pinho. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1807.

Na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, relativa aos cativos de Vila Bela, cobrou-se uma oitava de entrada. A quantia do seu anual foi revisada pela Mesa da Consciência e Ordens, passando de uma oitava de ouro para um cruzado ou meia oitava de ouro⁷⁰⁵. Dos emolumentos dos oficiais da associação, o juiz e a juíza pagava vinte oitavas de ouro, cada um; o escrivão cinco oitavas de ouro; o tesoureiro cinco oitavas de ouro e os demais Irmãos de Mesa duas oitavas de ouro. Os procuradores estavam isentos desse pagamento⁷⁰⁶. Todos os gastos realizados pela Irmandade de Nossa Senhora do Rosário obrigatoriamente precisariam ser aprovados nas sessões de Mesa, seja para as despesas com obras, paramentos, solenidades ou festas. As decisões seriam tomadas por votação entre os presentes⁷⁰⁷. Numa situação de realização de obras na igreja ou outras que fossem necessárias à irmandade, a festa poderia deixar de ser realizada, tendo em vista a contenção de gastos⁷⁰⁸. Era obrigatório o pagamento dos anuais, considerados como principal rendimento da confraria, tendo em vista realizar o seu culto divino e demais serviços. Em caso de não pagamento das taxas por parte de algum dos confrades, os serviços e sufrágios seriam suspensos até que o mesmo efetivasse o pagamento do que devesse⁷⁰⁹. Essa interrupção do atendimento era realizada apenas com aqueles que tivessem condições financeiras de pagar seus anuais e não o faziam. Isso era relativizado com aqueles que estivessem em situação notória de pobreza ou miséria. Neste caso, a associação perdoaria alguns anuais, de forma provisória, até que esse confrade pudesse se restabelecer⁷¹⁰.

Na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros, da vila-capital, a única interdição feita pela Mesa da Consciência e Ordens era sobre a cobrança de duas oitavas de ouro, que seria paga como multa cometida por alguma infração ou falta nas funções confrariais e que foi anulada. Outros valores não foram reprovados. A entrada tinha o valor de uma oitava de ouro⁷¹¹. O rei e a rainha tinham que pagar quinze oitavas de ouro, cada um, de jóia ou esmola. O juiz e a juíza dez oitavas de ouro,

⁷⁰⁵ Capítulo 7º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁷⁰⁶ Capítulo 8º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁷⁰⁷ Capítulo 14º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁷⁰⁸ Capítulo 19º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁷⁰⁹ Capítulo 20º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁷¹⁰ Capítulo 25º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁷¹¹ Capítulo 1º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80.

respectivamente. Estavam isentos desse pagamento o tesoureiro, os procuradores e andadores. Os demais Irmãos de Mesa pagavam uma oitava de ouro⁷¹². Os gastos dessa confraria estavam relacionados com a festa anual em honra a Nossa Senhora do Rosário e às demais despesas cotidianas, como cera e azeite para seu altar e obras na igreja. Os bens, valores e demais objetos valiosos ficavam guardados no cofre da associação, sob a guarda do tesoureiro, sendo retirados apenas com permissão da Mesa dirigente⁷¹³. O cofre tinha duas chaves que ficavam com o escrivão e o tesoureiro⁷¹⁴.

Comparando as diferentes formas de contribuição para a entrada nessas associações, verificamos que a Irmandade de São Miguel e Almas e a Irmandade do Senhor Bom Jesus cobravam valores similares, em torno de uma oitava de ouro⁷¹⁵. Não há menção no compromisso da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa sobre a cobrança de taxa de entrada, apenas sobre os valores dos anuais⁷¹⁶. As irmandades de Nossa Senhora do Rosário da capitania de Mato Grosso cobraram taxas confrarias de valores similares. Na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila do Cuiabá, seus filiados também deveriam pagar de entrada uma oitava de ouro⁷¹⁷. Com relação às suas congêneres de Vila Bela, o pagamento de entrada também era de uma oitava de ouro⁷¹⁸. Esses valores são os mesmos cobrados pelas Irmandades de São Miguel e Almas e do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. A cobrança de valores similares de entrada pode ocultar diferenciações entre essas associações. Ressaltamos que enquanto as irmandades brancas, representativas das elites locais, possuíam casas e gado, as irmandades de africanos e seus descendentes possuíam menos bens. Outras diferenças

⁷¹² Capítulo 3º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80.

⁷¹³ Capítulo 15º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80.

⁷¹⁴ Capítulo 16º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80.

⁷¹⁵ Capítulo 2º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88. Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 15 de outubro de 1765; Capítulo 6º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40. Livro de Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em anexo, solicitação de confirmação do Compromisso (10 jul. 1820), Confirmação de D. João VI (17 abr. 1821), Termo de aceitação pelos Irmãos da Irmandade. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1821.

⁷¹⁶ Capítulo 3º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067. Compromisso da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa ereta na capela do mesmo santo de Vila Bela do Mato Grosso. Vila Bela da Santíssima Trindade, 1785.

⁷¹⁷ Capítulo 1º. Cf. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Documentos Avulsos, Fundação Vilaboense de Cultura – GO, 1751. Apud. SILVA, 2001; ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá. Provisão de confirmação do seu compromisso. Lisboa, 10 de janeiro de 1783

⁷¹⁸ Capítulo 1º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80; Capítulo 7º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

importantes apareceram quando comparamos a quantidade de ouro arrecadada pelas jóias ou esmolos dos oficiais das Mesas dirigentes, como veremos mais adiante.

As Irmandades do Santíssimo Sacramento, tanto da Vila do Cuiabá como de Vila Bela, não fixaram valores para o pagamento das entradas. Contudo, isso não representou a isenção de qualquer forma de pagamento, pelo contrário. Como afirmamos, essas associações do Santíssimo Sacramento estavam abertas ao recebimento das “esmolos de devoção”⁷¹⁹, que poderiam superar a quantia de uma oitava de ouro cobrada por outras associações mencionadas. A opção por não estipular um valor para o pagamento das entradas pode ser interpretada como uma forma de arrecadar valores mais avultados, sem correrem o risco de serem impedidas pela Mesa da Consciência e Ordens, que poderia considerar abusivo o valor cobrado. Como vimos, foi comum que as associações tivessem que revisar os valores cobrados para as entradas e anuais quando eram considerados exagerados. Por outro lado, entrar numa irmandade religiosa e arcar com os pagamentos das taxas confrariais era uma forma do indivíduo ser identificado como um ser social, identificado e reconhecido pelos outros do seu grupo⁷²⁰. Esse caráter econômico contribuiu para o recrutamento social seletivo, no qual as pessoas se filiaram às associações de acordo com suas condições financeiras. Os que não conseguiam pagar esses valores acabavam sendo excluídos das confrarias ou participando ou assistindo às suas funções religiosas, por suas devoções aos santos.

⁷¹⁹ Capítulo 1º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 23 de março de 1781; Capítulo 1º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 25 de novembro de 1767.

⁷²⁰ ELIAS, 2001, p. 20-21.

Tabela 10 - Esmolas ou jóias dos oficiais de Mesa das Irmandades das elites locais, da Prelazia do Cuiabá (1760 a 1800)

Irmandades	Provedor	Escrivão	Tesoureiro	Procuradores	Irmãos de Mesa
Irmandade de São Miguel e Almas – Vila do Cuiabá	80 oitavas	40 oitavas	20 oitavas	isentos	07 oitavas
Irmandade do Senhor Bom Jesus – Vila do Cuiabá	25 oitavas	20 oitavas	16 oitavas	isentos	03 oitavas
Irmandade do Santíssimo Sacramento – Vila do Cuiabá	25 oitavas	12 oitavas	04 oitavas	isentos	½ oitava
Irmandade do Santíssimo Sacramento – Vila Bela	50 oitavas	25 oitavas	12 oitavas	isentos	04 oitavas

Fonte: ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88; ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40; ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30; ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

Tabela 11 – Esmolas ou jóias dos oficiais de Mesa das Irmandades de africanos e seus descendentes livres, cativos ou libertos, da Prelazia do Cuiabá (1760-1780)

Irmandades	Juiz/Juíza	Rei/Rainha	Escrivão	Tesoureiro	Procuradores	Irmãos de Mesa
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário – Vila do Cuiabá	20 oitavas	15 oitavas	05 oitavas	05 oitavas	isento	01 oitava
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos – Vila Bela	20 oitavas	-	05 oitavas	05 oitavas	isento	02 oitavas
Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos Forros – Vila Bela	10 oitavas	15 oitavas	03 oitavas	isento	isento	01 oitava

Fonte: ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35-40; ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184; ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80; ACBM/IPDAC Pasta 55– nº 1066 Caixa 16.

Analizamos os valores arrecadados com as esmolas ou jóias dos oficiais de Mesa das irmandades religiosas da Prelazia do Cuiabá, entre as décadas de 1760 a 1800 (Tabelas 10 e 11). Em comum, como próprio de uma região mineradora, todas elas cobravam esses valores em ouro. A Irmandade de São Miguel e Almas era a associação melhor posicionada com relação à quantidade de ouro arrecadado dentro do campo religioso local. As outras associações representativas das elites locais arrecadaram também mais ouro, sobretudo quando as comparamos com as associações representativas dos africanos e seus descendentes, cativos ou libertos, da Prelazia do Cuiabá. Nestas últimas associações, os valores mais avultados eram os de juiz, juíza, rei e rainha, representativos das lideranças nessas associações. Isto representou grande

esforço por parte das pessoas que ocuparam essas funções no pagamento desses emolumentos, mas que traziam ganhos em termos de prestígio social.

Uma forma encontrada de entender o esforço dos confrades da capitania de Mato Grosso no pagamento de suas taxas confrariais foi a de comparar esses valores com outras capitanias, especialmente Minas Gerais e Goiás, conforme já empreendemos em outras partes deste trabalho, por serem zonas de mineração formadas no XVIII.

Levantamos na historiografia alguns valores de entradas e anuais referentes às associações de leigos da capitania de Minas Gerais. Nas irmandades de Nossa Senhora da Boa Morte, os valores médios pagos de entrada eram de uma oitava de ouro e de anual meia oitava de ouro⁷²¹. Os valores cobrados de entrada nas arquiconfrarias mineiras de homens de cor não possuíam grande variação entre si. Em geral, as entradas variavam entre 1\$200 réis e 1\$800 réis, ou seja, uma oitava e uma oitava e meia⁷²². Ainda em Minas Gerais, a média do valor das anuidades cobradas pelas ordens terceiras e arquiconfrarias de homens de cor também se manteve equilibrada, em que cobravam 600 réis ou meia oitava de anualidade⁷²³. Sobre as arquiconfrarias do Cordão, na cidade de Mariana, a entrada era 1\$800 réis ou uma oitava e meia de ouro e a anuidade 900 réis ou um pouco mais de meia oitava; na Vila Nova da Rainha do Caeté, a entrada era 1\$800 réis ou uma oitava e meia e anuidade 600 réis ou meia oitava⁷²⁴. A respeito das arquiconfrarias das Mercês, no arraial de São Gonçalo do Rio Abaixo, a entrada era 1\$200 ou uma oitava e uma vela e o anual \$020; em Vila Rica, freguesia de Nossa Senhora do Pilar, a entrada 1\$200 réis ou uma oitava e anuidade \$600 réis ou meia oitava; na Vila de Sabará, entrada 1\$800 ou uma oitava e meia e anuidade \$600 ou meia oitava; na Vila de São João Del rei, a entrada e anuidade custavam \$600 ou meia oitava, respectivamente; na Vila de São José del Rei, entrada e anuidade \$600 ou meia oitava, para cada taxa⁷²⁵. Em Minas Gerais, das taxas das Irmandades de Nossa Senhora da Boa Morte, no ano de 1730 em Cachoeira a entrada era de uma oitava e a anuidade meia oitava. Em 1779, em Guarapiranga a entrada era de uma oitava e anuidade meia oitava. No ano de 1782, em Borda do Campo a entrada era de uma oitava e anuidade meia oitava. Em São João Del Rei, no ano de 1786, a entrada era de uma oitava e meia e

⁷²¹ SANT'ANNA, Sabrina Mara. **A Boa Morte e o Bem Morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)**. 2006, 142f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, p. 79.

⁷²² PRECIOSO, Daniel. **Terceiros de cor: pardos e crioulos em Ordens Terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)**. 2014, 356f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, p. 93-94.

⁷²³ PRECIOSO, 2014, p. 94.

⁷²⁴ Idem, p. 315.

⁷²⁵ Ibidem, idem.

anuidade meia oitava. Em Vila Rica, no final dos anos setecentos, entrada era uma oitava e anuidade meia oitava⁷²⁶.

Comparamos esses valores com os cobrados de entrada e anuidade nas associações religiosas da Prelazia de Cuiabá. Percebemos que em Minas Gerais e no Mato Grosso os valores de entrada e anuais eram similares, variando entre \$600 réis ou meia oitava e 1\$200 réis ou uma oitava de ouro. Essa hipótese é relativa aos dados apresentados sobre irmandades, confrarias e arquiconfrarias e ordens terceiras dos homens de cor de Minas Gerais, não sendo comparadas com os valores cobrados pelas Ordens Terceiras de brancos ou mesmo Misericórdias dessa configuração social. As diferenças parecem ter sido maiores com relação aos valores das jóias ou mesadas dos cargos das Mesas dirigentes, em comparação com Minas Gerais e Goiás.

Sobre os valores das mesadas ou jóias de algumas associações de Minas Gerais. Nas confrarias e arquiconfrarias das Mercês, por exemplo, a mesada mais alta era a do juiz, variando entre 8\$000 e 14.400 réis, ou seja, de seis a doze oitavas de ouro⁷²⁷. Dos valores das mesadas ou jóias nas arquiconfrarias das Mercês, na segunda metade dos anos setecentos, no arraial de São Gonçalo do Rio Abaixo, pagavam juiz 9\$600 ou oito oitavas, escrivão 4\$800 ou quatro oitavas, tesoureiro 4\$800 ou quatro oitavas, Irmãos de Mesa 2\$400 ou duas oitavas, Irmãos do Culto Divino 2\$400 ou duas oitavas; no arraial do Sumidouro, pagavam juiz 12\$000 ou dez oitavas, escrivão 6\$000 ou cinco oitavas, tesoureiro 3\$000 ou duas oitavas e meia, Irmãos de Mesa 1\$200 ou uma oitava; em Vila Rica, Freguesia de Nossa Senhora do Pilar, pagavam juiz 24\$000 ou vinte oitavas, escrivão 14\$400 ou doze oitavas, Irmãos de Mesa 2\$400 ou duas oitavas; na Vila de Sabará, pagavam juiz 19\$200 ou dezesseis oitavas, escrivão 9\$600 ou oito oitavas, tesoureiro 4\$800 ou quatro oitavas, Irmãos de Mesa 2\$400 ou duas oitavas, Irmãos do culto divino 2\$400 ou duas oitavas; na Vila de São João del Rei, pagavam juiz 24\$000 ou vinte oitavas, escrivão 12\$000 ou dez oitavas, tesoureiro 3\$600 ou três oitavas, Irmãos de Mesa 2\$400 ou duas oitavas; na Vila de São José del Rei, pagavam juiz 14\$400 ou doze oitavas, escrivão 7\$200 ou seis oitavas, tesoureiro 3\$600 ou três oitavas, Irmãos de Mesa 1\$800 ou uma oitava e meia⁷²⁸.

Verificamos na capitania de Goiás os valores das mesadas ou jóias de suas associações religiosas nos anos setecentos. Nas Irmandades de São Miguel e Almas, de Vila Boa, arraial de São José do Tocantins e arraial de Crixás, havia um juiz, um

⁷²⁶ SANT'ANNA, 2006, p. 79.

⁷²⁷ PRECIOSO, 2014, p. 95.

⁷²⁸ Idem, p. 315.

escrivão, um tesoureiro, um procurador, dize irmãos de mesa e um número indefinido de irmãos de compromisso. Das suas esmolas ou jóias, pagavam juiz quarenta oitavas, escrivão vinte oitavas, tesoureiro dez oitavas, irmãos de Mesa duas oitavas⁷²⁹. Na Irmandade de Santo Antônio de Vila Boa, os oficiais pagavam as esmolas de acordo com sua devoção e os anuais eram pagos de acordo com seus postos ou cargos régios⁷³⁰. Na Irmandade de Nossa Senhora da Lapa, de Vila Boa, no ano de 1757 pagavam juiz trinta oitavas de ouro, juíza vinte oitavas de ouro, escrivão quinze oitavas de ouro e dos 12 irmãos seis oitavas de ouro cada um⁷³¹. Nas Irmandades do Santíssimo Sacramento, todas tinham os cargos de provedor, escrivão, tesoureiro, procurador, capelão e doze irmãos de mesa, um zelador. Nessas associações do Santíssimo Sacramento, para a jóia do cargo de provedor, no arraial de Jaraguá se pagava três oitavas, no arraial de Meia Ponte duas oitavas e meia e no arraial de Traíras oito oitavas. O escrivão pagava, no arraial de Traíras e no arraial de Jaraguá 12\$000 réis ou dez oitavas, e na Meia Ponte 10\$000 réis ou oito oitavas⁷³². Das jóias dos Irmãos de Mesa do Santíssimo Sacramento, em Vila Boa era o valor de vinte oitavas; no arraial de Meia Ponte três oitavas e meia; no arraial de Pilar vinte oitavas; nos arraiais de Cavalcante, Traíras e Crixás eram isentos⁷³³. Nas Irmandades do Senhor dos Passos de Vila Boa e dos arraiais de Pilar e de São José do Tocantins, todas tinham um provedor, um escrivão, um tesoureiro, um procurador, um zelador e doze irmãos de mesa⁷³⁴. O provedor pagava de jóia no arraial de Pilar e Vila Boa o valor de trinta e duas oitavas, e no arraial de São José meia libra de ouro⁷³⁵. O escrivão pagava nessas irmandades trinta e duas oitavas de ouro⁷³⁶. Nos compromissos de Vila Boa e São José do Tocantins, o tesoureiro pagava dezesseis oitavas⁷³⁷. No arraial de Pilar, o tesoureiro pagava oito oitavas de ouro⁷³⁸. Os Irmãos de Mesa, de Vila Boa e arraial de Pilar, pagavam duas oitavas de ouro de entrada e uma oitava de anuidade⁷³⁹.

Sobre as irmandades representativas de africanos e seus descendentes, cativos ou livres, da Prelazia de Goiás, nas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário de Vila

⁷²⁹ MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do Corpo Místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás (1736-1808)**. Tese (Doutorado em História e Teoria das Idéias). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005, p. 177-180.

⁷³⁰ MORAES, 2005, p. 185-187.

⁷³¹ Idem, p. 194-195.

⁷³² Ibidem, p. 209-210.

⁷³³ Ibid., p. 223.

⁷³⁴ Ibid., p. 244.

⁷³⁵ Ibid., p. 247.

⁷³⁶ Ibid., idem.

⁷³⁷ Idem.

⁷³⁸ Ibidem, p. 248.

⁷³⁹ Ibid., p. 251-252.

Boa, arraiais de Traíras e Pilar, havia um rei, uma rainha, um juiz e uma juíza, um escrivão e um tesoureiro, um procurador, um zelador, um andador, doze irmãos e doze irmãs de mesa, na segunda metade do século XVIII. A anuidade para os quatro principais cargos era de vinte e quatro oitavas de ouro. O escrivão, tesoureiro, procurador e o andador eram isentos desse pagamento. Os 24 irmãos de Mesa pagavam três oitavas de ouro cada um e os demais irmãos, designados por irmãos rasos pagavam uma oitava de ouro de anuidade⁷⁴⁰. Nas irmandades de Nossa Senhora do Rosário dos arraiais de Crixás e São José do Tocantins havia um rei e uma rainha, um juiz e uma juíza, um escrivão, um tesoureiro, dois procuradores e doze irmãos de mesa entre homens e mulheres. O rei e a rainha pagavam a anuidade de vinte oitavas de ouro cada um, o juiz e a juíza pagavam dezesseis oitavas, o escrivão, o tesoureiro e o procurador estavam isentos⁷⁴¹.

Enquanto em Minas Gerais e Goiás os valores das mesadas estiveram entre seis a vinte e quatro oitavas para os cargos de juiz, juíza, rei, rainha e de provedor das associações de leigos, na capitania de Mato Grosso variaram de vinte e cinco a oitenta oitavas nas irmandades representativas das elites, e de dez a vinte oitavas nos principais cargos de Mesa das associações do Rosário. Esse panorama geral dos valores das mesadas ou jóias de algumas irmandades das configurações sociais mineradoras da América portuguesa representa o esforço das sociedades mineradoras no pagamento dos serviços e bens religiosos nos anos setecentos. São indícios, representativos de algumas associações, sobretudo irmandades, confrarias e arquiconfrarias. Percebemos um grande esforço financeiro dos confrades que se associaram nas irmandades religiosas da capitania de Mato Grosso, sobretudo dos que ocuparam cargos nas Mesas dirigentes.

Outra possibilidade de compreensão do esforço financeiro dos confrades no custeio dos seus emolumentos associativos se deu na observância dos valores dos produtos e serviços da configuração social da capitania de Mato Grosso nos anos setecentos. Após reclamação dos fregueses da Prelazia do Cuiabá sobre os valores excessivos dos emolumentos religiosos, o Bispado do Rio de Janeiro determinou, na década de 1760, que na capitania de Mato Grosso se adotasse o Regimento Eclesiástico de Vila Boa, Prelazia de Goiás⁷⁴², do qual acompanhamos a relação dos preços a seguir.

⁷⁴⁰ Ibid., p. 282-283.

⁷⁴¹ Ibid., p. 283.

⁷⁴² AHU – Mato Grosso. Caixa 09. Doc. 532. Carta dos Oficiais da Câmara de Vila Bela ao rei D. José I em que reclamam da exorbitância dos salários e emolumentos eclesiásticos, dos que pertencem ao judicial e dos direitos paroquiais. Vila Bela da Santíssima Trindade, 04 de outubro de 1756.

Ao Vigário, pagava-se por missa cantada na igreja matriz oito oitavas de ouro e por sua participação em procissão nas festas também oito oitavas de ouro. Dessa missa pertenciam ao Vigário seis velas, de meia libra, e mais seis velas pela sua participação na procissão festiva. Tratando-se de missa cantada fora da igreja matriz, em capelas ou igrejas distantes, eram cobradas oito oitavas e a mesma quantidade de velas em procissões. Pelas “Vésperas”, orações da tarde, eram dadas seis velas da banquetta “e o mais gratuito por devoção”. Pelo “Pregão de Banhos” ou “Banho de casamento”, que era uma publicação dada pelo pároco para saber sobre algum impedimento ao casamento a ser realizado, cobrava-se meia pataca. Por Certidão meia oitava de ouro. Por Publicação de Carta de Excomunhão uma oitava de ouro. Por Absolição uma oitava de ouro. Certidões de Batizados, Casamentos e Óbitos cobrava-se meia oitava de ouro. De Conhecenças, estipêndio por algum serviço religioso, pagava-se meia pataca. Para as confissões fora da vila, em capelas ou arraiais mais distantes, cobrava-se meia oitava de ouro. Nos batizados e casamentos, os padrinhos não pagavam taxas, mas foi comum darem ofertas ao padre ou à igreja. Para a celebração da Semana Santa, oitenta oitavas de ouro e toda cera das banquetas, e uma vela de libra⁷⁴³.

Os auxiliares dos párocos recebiam também seus emolumentos, na oferta dos serviços litúrgicos e sacramentais. O Reverendo Coadjutor recebia pelas missas cantadas de Epístola ou Evangelho quatro oitavas; em missas com procissão, quatro oitavas; acompanhamento de defuntos, duas oitavas e uma vela de meia libra; pelo canto no acompanhamento de defuntos, meia libra de cera; assistência de ofício fúnebre, quatro oitavas; participação em missa de corpo presente, duas oitavas. Já o Sacristão, recebia de missa cantada, duas oitavas; de assistência de ofício, duas oitavas; de missa do mesmo ofício, duas oitavas; de levar a cruz nos acompanhamentos de cadáveres, uma oitava; de riscar sepultura dentro da igreja, uma oitava; atos fúnebres no adro da igreja, meia oitava; e da participação na Semana Santa, dez oitavas⁷⁴⁴.

Sobre os valores dos emolumentos fúnebres, pelos serviços ofertados aos brancos e forros, deveria ser pago ao Reverendo Vigário pelo acompanhamento quatro oitavas; de encomendação da alma do falecido duas oitavas e uma vela de meia libra; da

⁷⁴³ AHU – Mato Grosso. Caixa 09. Doc. 532; ACBM/IPDAC Pasta 69 – nº 1413 Caixa 20. Ofício acusando recebimento da certidão carta pastoral do Bispo Antônio do Desterro. Santa Ana da Vila Boa de Goiás, 26 de janeiro de 1756; ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 17. Caixa 17. Avulsos. Paróquias da Capitania de Mato Grosso e das contribuições Eclesiásticas propostas pelo Governador e Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Lisboa, Mesa da Consciência e Ordens, 09 de julho de 1803.

⁷⁴⁴ AHU – Mato Grosso. Caixa 09. Doc. 532; ACBM/IPDAC Pasta 69 – nº 1413 Caixa 20; ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 17. Caixa 17. Lisboa, Mesa da Consciência e Ordens, 09 de julho de 1803.

missa de corpo presente rezada duas oitavas; da missa de corpo presente cantada oito oitavas; da Missa de corpo presente cantada tinha ainda o padre o direito a uma libra de cera; pelo depósito do cadáver de na igreja era cobrado quatro oitavas. Com relação às crianças brancas ou forras, pelo acompanhamento do cadáver e encomendação de sua alma seis oitavas; depósito do cadáver quatro oitavas, mas em caso de família pobre cobravam-se duas oitavas e uma vela de meia libra. Não era costume enterrar o cadáver de crianças em adros das igrejas, na área externa, mas dentro dos templos. Aos brancos e forros de modo geral, os três primeiros sinais fúnebres não eram cobrados, mas em todos os demais atos levava o sacristão meia pataca. O uso da cruz da fábrica da igreja, no acompanhamento de cadáver era de uma oitava. Para outros usos da cruz da fábrica da igreja nos rituais fúnebres o valor era igualmente de uma oitava⁷⁴⁵.

A respeito dos emolumentos fúnebres cobrados à população de cor cativa, a encomendação de qualquer escravo adulto era de duas oitavas e uma vela, mais duas oitavas pelas duas missas que se fazia em intenção de sua alma. Da encomendação de corpo de criança escrava cobravam-se duas oitavas e uma vela. O acompanhamento do corpo de escravos tinha o valor de meia oitava⁷⁴⁶. Dos emolumentos celebrativos, pagava-se ao Reverendo Vigário, da missa cantada, oito oitavas, e havendo procissão junto a essa função pagavam-se mais oito oitavas. Da banqueta, pertencia ao Vigário seis velas de meia libra, e também seis da procissão; pertencia ainda ao Vigário uma libra de cera da procissão. Da missa cantada realizada fora da igreja matriz, cobrava-se o mesmo, mas se fosse celebrada em capela distante cobravam-se oito oitavas. Ainda sobre a cera, as que se colocavam na banqueta não poderiam ser de menos de meia libra. Havendo o Santíssimo Sacramento exposto na missa, as duas velas ao pé da custódia pertenciam a quem levasse esse objeto ao trono. Para a realização das Vésperas pagava-se de cera seis velas da banqueta⁷⁴⁷.

Na capitania de Minas Gerais, os moradores reclamaram também sobre os emolumentos religiosos cobrados pelos párocos. Na década de 1730, houve uma tentativa de reformar os valores dos emolumentos dos párocos, como dos oficiais de justiça secular e eclesiástica, mas não surtiu efeito. Outra tentativa ocorreu no final da década de 1740, mas os impostos dos direitos paroquiais ainda foram considerados elevados pela população⁷⁴⁸. Na década de 1750, após a criação do Bispado de Mariana, o bispo D. Manuel da Cruz estipulou os valores dos referidos ofícios paroquiais,

⁷⁴⁵ Idem.

⁷⁴⁶ Ibidem.

⁷⁴⁷ Ibid.

⁷⁴⁸ PRECIOSO, 2014, p. 215-216.

atendendo as representações que fizeram os fregueses de sua jurisdição. O Reverendo Pároco receberia quatro oitavas de missa cantada; outras quatro por assistir ao ofício; ao Diácono e o Sub-Diácono por irem ao altar duas oitavas cada um, e por assistirem ao ofício mais duas. Pelas sepulturas fora da Igreja, eram dadas esmolas para a Fábrica, mas o Reverendo Pároco receberia três quartos de oitavas pela encomendação da alma e uma oitava por suas missas dedicadas às almas⁷⁴⁹.

Apesar de não se tratar do quadro completo dos preços dos emolumentos religiosos do Bispado de Mariana, capitania de Minas Gerais, analisamos que os preços dos serviços litúrgicos e sacramentais poderiam chegar a ser 50% mais baratos do que os cobrados pelo Regimento Eclesiástico de Vila Boa, nas Prelazias de Goiás e Cuiabá. Tal constatação vai de encontro ao que reclamavam os moradores da Prelazia do Cuiabá, na medida em que desejavam que fossem cobrados na capitania de Mato Grosso os mesmos valores que eram pagos em Minas Gerais. O esforço financeiro dos moradores se mostra maior quando observamos ainda os valores dos produtos comercializados, bens e serviços no cotidiano desse espaço fronteiriço e minerador.

Apesar do estabelecimento dos valores dos emolumentos religiosos, no começo da década de 1770, o governador Luís Pinto de Sousa Coutinho ainda observou que eram muitos os excessos cometidos pelos padres, chegando-se ao ponto de cobrarem 375 réis de conhecimento de cada pessoa das proximidades das igrejas matrizes e 750 réis de conhecimentos daquelas pessoas que viviam nos subúrbios, mais distantes. Isso fez com que muitos continuassem a viver sem acesso aos sacramentos, sobretudo os escravos pertencentes aos mineiros, que não queriam ter gastos de serviços litúrgicos com seus cativos. Segundo Coutinho, os bispos do Rio de Janeiro haviam ordenado aos párocos que não levassem mais do que 300 réis de cada pessoa, na administração dos sacramentos, e que não cobrassem valores dos mais pobres, oferecendo gratuitamente esses serviços. Todavia, essas ordens não foram cumpridas na Prelazia do Cuiabá, fazendo com que “as sepulturas traficam-se a peso de ouro e a espada da excomunhão está sempre desembainhada para defender os pretendidos direitos paroquiais dos párocos”⁷⁵⁰. Na visão de Luís Pinto, os párocos cobravam valores cada vez mais elevados porque não eram colados e por isso não recebiam cômmodos regulares dos bens da Fazenda Real, fazendo com que vivessem dos recursos adquiridos da oferta dos

⁷⁴⁹ EUGÊNIO, Alisson. Tensões entre os Visitadores Eclesiásticos e as Irmandades Negras no século XVIII mineiro. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº43, 2002, p. 40-41.

⁷⁵⁰ AHU – Mato Grosso. Caixa 15. Doc. 927. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro sobre o agravamento do seu estado de saúde e dá o conhecimento da situação e negócios da Capitania. Vila Bela da Santíssima Trindade, 01 de maio de 1771.

serviços religiosos. Arrecadavam maiores valores dos que viviam mais distantes das igrejas matrizes, ou seja, o dobro do valor original. Além disso, era comum na Prelazia do Cuiabá que os párocos responsáveis pelas igrejas matrizes ainda acumulassem as funções de vigários da Vara e de Visitadores de suas jurisdições.

Em 1727, foram cobradas as entradas das fazendas vindas de povoado no valor de oito oitavas de ouro, por cada fardo de cargas de secos e molhados, e mais quatro oitavas por negros⁷⁵¹. Em 1729, as camisas eram vendidas por doze oitavas de ouro na Vila do Cuiabá⁷⁵². Nas áreas de mineração das Minas do Mato Grosso, na década de 1730, fase de suas descobertas, os valores eram elevados, entre o quais, um alqueire de milho custava seis oitavas, um alqueire de feijão de dez a vinte oitavas, uma libra de carne de vaca ou de porco duas oitavas, uma libra de toucinho duas oitavas e meia, um frasco de aguardente de cana quinze oitavas. Ainda com valores excessivos, uma caixeta de marmelada branca custava cinco oitavas, uma galinha seis oitavas, uma camisa de linho seis oitavas, ceroulas quatro oitavas, um chapéu grosso de baeta quatro oitavas⁷⁵³. Os jornais seguiam as mesmas tendências de alta, sendo pagos de três a quatro oitavas por cada dia de trabalho. Após os primeiros anos de descoberta das zonas de mineração, os valores dos jornais variaram para duas oitavas e meia por dia⁷⁵⁴. Entre as décadas de 1740 e 1750, nas Minas do Mato Grosso, o preços dos cortes de carne de vaca variavam de acordo com a entrada de alguma boiada, ou seja, de acordo com a disponibilidade do produto. A carne de vaca custou desde quatro oitavas a arroba, na ocasião da pouca oferta, indo a duas oitavas meia a arroba com sua maior disponibilidade nos arraiais e povoados⁷⁵⁵. Nos primeiros anos de formação de Vila Bela, na década de 1750, os oficiais iniciados na arte da construção de casas e edifícios cobravam duas oitavas de ouro por dia de trabalho e os negros duas oitavas de ouro por semana de trabalho⁷⁵⁶. No ano de 1770, tanto em Vila Bela como na Vila do Cuiabá o valor do sal era elevado, sendo cobrada de cinco a cinco oitavas e meia por um prato do produto⁷⁵⁷. Na década de 1780, na repartição do Cuiabá a cabeça de gado podia ser vendida por uma oitava e

⁷⁵¹ **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**. Transcrição e Organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007, p. 56.

⁷⁵² **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**, 2007, p. 62.

⁷⁵³ AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli. **Anais de Vila Bela (1734-1789)**. Cuiabá: Ed. UFMT, 2006, p. 42.

⁷⁵⁴ AMADO & ANZAI, 2006, p. 43.

⁷⁵⁵ Idem, 2006, p. 48.

⁷⁵⁶ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Capitania de Mato Grosso – Secretaria de Governo (1750-1767). Livro de Provisões, Patentes, Cartas e Bandos – Governo de Antônio Rolim de Moura Tavares. Manuscrito. Estante 01. Livro 04. Provisão sobre a como se deve o Provedor Comissário desta Vigararia. Vila Bela da Santíssima Trindade, 02 de abril de 1757.

⁷⁵⁷ AMADO & ANZAI, 2006, p. 138.

quarto⁷⁵⁸. No ano de 1789, a farinha de mandioca custava uma oitava e oitenta, o toucinho sessenta réis a arroba, o azeite um quarto e oitenta réis o frasco⁷⁵⁹.

Segundo os oficiais do Santíssimo Sacramento vilabelenses, no final do século XVIII, “Vila Bela se acha situada no sertão mais remoto do Brasil em distância do melhor de oitocentas léguas da cidade do Rio de Janeiro, e da Bahia, e Pará, por viagens trabalhosas e de muito risco, tanto da cidade do Pará, como do Rio de Janeiro e Bahia”⁷⁶⁰. Essa distância refletia-se no alto preço dos gêneros comercializados na vila-capital. A libra de cera, por exemplo, custava uma oitava e meia de ouro. O “frasco de azeite da terra”, utilizado na iluminação das casas e das igrejas custava mil e doze reis em dinheiro. Era grande a despesa também com o pagamento dos padres pela irmandade, que cobravam “por uma missa cantada o reverendo vigário e mais padres dezesseis oitavas, por uma missa rezada uma oitava, e por um sermão trinta e duas oitavas”⁷⁶¹. Esses valores foram listados pelos oficiais como forma de justificar os valores cobrados das esmolas de cada oficial da associação.

Nas Minas do Cuiabá e do Mato Grosso, a produção aurífera foi crescente até o final da década de 1750, mas da década de 1760 ao final do século XVIII ocorreu seu declínio⁷⁶². As mercadorias, bens e serviços eram pagos com o ouro, fazendo com que a retração ou avanço na produção aurífera influenciasse na subida ou descida dos preços. Os custos variaram ainda de acordo com as condições climáticas ou ambientais, como as cheias dos rios ou falta de chuvas, e do mesmo modo pela perda de colheitas e atraso na importação de mercadorias. Desta forma, todos os recursos eram importantes para a sustentação das irmandades religiosas, fazendo com que não se medissem esforços para arrecadar cada valor prometido ou devido às mesmas.

Um desses exemplos é o de Francisco Pedro de Melo, que foi cobrado por suas esmolas à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, de Vila Bela, no ano de 1796. O padre que serviu de provedor dessa irmandade havia feito um requerimento ao Governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres solicitando o pagamento dessas esmolas que foram prometidas à confraria, encaminhando em seguida quatro

⁷⁵⁸ APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropa Militar. Série: Carta. Doc. 1107. Caixa 017. Carta do Mestre de Campo Antônio José de Figueiredo ao Governador Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20 de março de 1782.

⁷⁵⁹ AMADO & ANZAI, 2006, p. 278.

⁷⁶⁰ Idem.

⁷⁶¹ Ibidem.

⁷⁶² SCHWARTZ, Stuart. De ouro a algodão: a economia brasileira no século XVIII. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da Expansão Portuguesa: o Brasil na balança do Império (1697 – 1808)**. Vol. III. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 88.

irmãos para realizar sua cobrança⁷⁶³. Outro exemplo de cobrança de dívidas envolveu uma contenda de Calisto José de Abreu com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da vila-capital, no começo do século XIX. Ele era devedor de um falecido irmão, chamado Antônio Francisco de Carvalho, que deixou essa dívida como penhora ao que devia à associação. Os procuradores trataram logo de executar a cobrança, que agora estava a cargo de Calisto José de Abreu, que possuía algumas pequenas casas. Para não perder esses imóveis, Calisto aceitou como forma de pagamento da dívida trabalhar na obra do estábulo da irmandade. Contudo, seu cunhado, o Alferes José de Santa Ana pagou essa dívida com a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, e acabou ficando com suas casas até que o Calisto terminasse seu trabalho nas obras, como uma forma de garantia de que terminaria o serviço. O total da dívida junto à irmandade era de 29 oitavas de ouro, que acabou sendo paga, num processo de transferência de dívidas⁷⁶⁴.

A economia confrarial foi ainda acompanhada de perto pelas autoridades civis na capitania de Mato Grosso. As irmandades sediadas numa sede de freguesia geralmente tinham seus livros de receitas e despesas mais controlados, bem como ameaçados seus direitos de propriedade sobre os paramentos e as alfaias, altar, jóias e ornamentos utilizados nos atos solenes pelo poder exercido pelo Vigário da Vara e da Igreja⁷⁶⁵. Os juízes de fora tiveram na capitania de Mato Grosso vários cargos anexos à sua função principal, como a de conservador dos índios e de provedor dos resíduos, capelas e ausentes. Antônio Rodrigues Gaioso exerceu essa função, cabendo a ele o trabalho de avaliação dos livros de registros das irmandades e de suas contas. Nessa atuação, envolveu-se em conflitos com irmandades.

No ano de 1782, escreveu uma carta ao Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque dando conta do seu trabalho no campo da justiça. Dentre os assuntos relatados, mencionou sobre a reclamação feita pelos irmãos da Irmandade de São Miguel e Almas, da Vila do Cuiabá, de que o mesmo teria cobrado cerca de quarenta réis de ouro quando revisava as contas dessa confraria. Antônio Rodrigues Gaioso confirmou ter recebido esse emolumento, porém antes havia consultado o reverendo João de Almeida sobre o direito a esse pagamento, sendo o padre um irmão da

⁷⁶³ APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropas Militares. Série: Carta. Carta de Francisco Pedro de Mello para o Governador e Capitão-General de Mato Grosso João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, tratando sobre esmolas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Casal Vasco, 25 de janeiro de 1796.

⁷⁶⁴ APEMT – Fundo: Câmara de Vila Bela. Grupo: Juiz ordinário. Carta do juiz ordinário Francisco de Paula Correa ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D'Oeynhausien e Gravemberg referente a contenda entre Calisto José de Abreu e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Vila Bela, 28 de dezembro de 1807.

⁷⁶⁵ NASCIMENTO, 2006, p. 111-112.

confraria, além de ser uma prática comum receber pela revisão das contas. Contudo, havia deixado uma parte desse valor como esmola à mesma associação⁷⁶⁶.

Em 1784, Antônio Rodrigues Gaioso também mandou prender a um taverneiro chamado Pantaleão de Santo Agostinho, que havia sido um dos procuradores da Irmandade de São Miguel e Almas, atendendo as ordens do Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, por ter ajudado na fuga de Pedro Marques Henriques e recebido em troca um escravo dele. Mas antes disso, o taverneiro havia se desentendido com outros oficiais dessa confraria, em especial com o escrivão Antônio da Silva Pereira e com o tesoureiro Pedro Queiróz Neto, por não ter prestado contas de quantias arrecadadas das dívidas junto à Irmandade de São Miguel e Almas. Todos esses fatos fizeram com que o mesmo permanecesse preso⁷⁶⁷.

No ano de 1785, os oficiais do Santíssimo Sacramento de Cuiabá fizeram um requerimento ao Governador Luís de Albuquerque, juntamente com um ofício do Ouvidor Joaquim José de Moraes, questionando suas funções no controle das irmandades e das atividades das capelas e igrejas. O taverneiro Manoel José, em nome da Irmandade do Santíssimo Sacramento se queixou das rubricas dadas por Gaioso como provedor das capelas, reclamando da demora e dos emolumentos pagos. Por outro lado, Gaioso respondeu a Luís de Albuquerque dizendo estar enfermo e ser o taverneiro “uma pessoa malévola, imprudente e arrogante”, pois até então todos os antecessores juízes de fora haviam exercido a função anexa de provedor das capelas e resíduos na capitania de Mato Grosso, como “era comum em outras colônias”⁷⁶⁸. Ao exercer esse trabalho, considerando ter o direito de tomar contas dos testamentos, envolveu-se em contendas com o ouvidor Manoel José Soares, que fez correição de todas as contas, rendimentos e despesas das confrarias, mandando buscar os livros de todas elas. Manoel José Soares alegou que outros ouvidores, como os da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco ficaram responsáveis pelas contas das capelas das cidades de suas comarcas. Nesse conflito de jurisdições entre o juiz de fora e o ouvidor, aproveitaram os

⁷⁶⁶ APEMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Grupo: Juiz de Fora. Série: Carta. Doc. 0568. Caixa 011. Carta do Juiz de Fora, Antônio Rodrigues Gaioso ao Governador Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 25 de maio de 1782.

⁷⁶⁷ APEMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Grupo: Juiz de Fora. Série: Carta. Doc. 0608. Caixa 011. Carta do Juiz de Fora, Antônio Rodrigues Gaioso ao Governador Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 16 de novembro de 1784.

⁷⁶⁸ APEMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Grupo: Juiz de Fora. Série: Carta. Doc. 0614. Caixa 011. Carta do Juiz de Fora, Antônio Rodrigues Gaioso ao Governador Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 21 de fevereiro de 1785.

irmãos do Santíssimo Sacramento para contestarem a atuação de Antônio Rodrigues Gaiosio na avaliação de suas contas⁷⁶⁹.

Percebemos que a composição da economia confrarial foi um processo dinâmico, pois não bastava apenas estabelecer os valores a serem arrecadados com a participação dos fregueses nas associações. Foi preciso ter essa relação de taxas avaliadas e aprovadas pela Mesa da Consciência e Ordens, juntamente com os estatutos, e ainda dispor de regularidade dos pagamentos por parte dos confrades. A arrecadação de cada recurso foi imprescindível, pois as associações tinham um conjunto de despesas, relativas à oferta de seus serviços, pagamento de taxas às autoridades que avaliavam seus livros, entre outros, o pagamento dos padres que contratavam como seus capelães. Isso se tornava mais difícil num cotidiano em que os preços dos produtos e serviços eram considerados excessivos. Todavia, a economia confrarial definiu a posição de cada confraria na configuração social e no seu respectivo campo religioso, explicitando aquelas que dispunham de maior patrimônio financeiro. Essas associações adquiriram importância na economia local, contribuindo para a organização da vida comunitária, possuindo gado, terras, propriedades, entre outros bens. Por outro lado, empreenderam muitas vezes gastos por prestígio, ostentação e status, sobretudo em suas festas e celebrações, arcando com um consumo de representação⁷⁷⁰. Este último aspecto será mais observado no último capítulo desta tese.

3.5 Um campo de conflitos: irmãos, fregueses e clérigos

Desenhando mais práticas confrariais, destacamos a relação das irmandades com o clero secular, especificamente com os capelães. Frisamos mais uma vez que o espaço da capitania de Mato Grosso foi palco de atuação dos padres encomendados no século XVIII. Isso fez com que as irmandades religiosas os contratassem como capelães beneméritos, para servir pelo período de um ano. Seu pagamento era acertado pelas Mesas dirigentes dessas associações, pelo valor mais baixo possível. Analisamos os direitos e deveres desses capelães nas irmandades religiosas e as características desse grupo religioso na configuração social da capitania de Mato Grosso.

⁷⁶⁹ Idem.

⁷⁷⁰ ELIAS, 2001, p.83-86.

A administração eclesiástica ganhou contornos próprios em cada configuração social dos domínios lusitanos. Apresentamos ao longo deste trabalho o universo católico da América portuguesa, composto por Arcebispado, bispados e prelazias. Esta última estava dividida em distritos compreendendo várias paróquias denominadas comarcas. Essas paróquias dispunham de uma jurisdição eclesiástica própria, com sua igreja matriz, governados por um pároco ou vigário. Além desse religioso, outros padres atuaram nas igrejas e capelas desses espaços, pertencentes ao clero regular ou ao secular. O clero regular, como já observamos, foi menos atuante na capitania de Mato Grosso. No século XVIII, não houve a instalação de Ordens religiosas nesse espaço, a não ser o trabalho dos jesuítas em algumas missões e aldeamentos ou no auxílio às obras de templos religiosos, pelo conhecimento que tinham sobre edificações de igrejas⁷⁷¹. As comarcas eclesiásticas da Prelazia do Cuiabá tiveram predominantemente a atuação do clero secular, dos padres encomendados, custeados pelos fregueses e pelas irmandades religiosas das igrejas e capelas das vilas, arraiais e fortificações militares.

O clero secular se dedicou a administrar os sacramentos, como o batismo, o matrimônio, a confissão anual da Páscoa, bem como os ritos funerários e a missa do domingo. Os sacramentos eram administrados à população, mas não somente aos grupos que os aceitavam livremente, pois eram considerados obrigatórios. Parte do clero secular se ocupou das capelas de diferentes irmandades nas cidades, vilas e áreas rurais. Alguns desses religiosos se tornaram párocos e ficaram responsáveis pelas visitas regulares às capelas de sua jurisdição eclesiástica. O clero secular dispunha de uma hierarquia de cargos e funções. O arcebispo e os bispos tinham o auxílio de cônegos, capitulares, deões, arcediagos, chantres e monsenhores. Alguns religiosos exerceram funções mais modestas, como a de capelão, mas do mesmo modo podiam ascender à função de pároco de uma freguesia⁷⁷². No universo social do clero da Prelazia do Cuiabá, os padres muitas vezes exerceram outras atividades concomitantes ao seu serviço religioso, visando à obtenção de mais recursos.

Enquanto na Prelazia do Cuiabá, no século XVIII, como já sublinhamos, não houve prelado e nem número considerado suficiente de padres para o atendimento espiritual da população, no reino foram numerosas as queixas contra o excessivo

⁷⁷¹ AHU – Mato Grosso. Caixa 12. Doc. 730. Ofício do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, João Pedro da Câmara Coutinho, em que informa que vai para a Vila de Cuiabá, com licença de Sua Majestade, o Frei José de Nossa Senhora da Conceição, religioso da Ordem das Menores Observantes da Província dos Algarves, que substituirá o lugar de esmoler da Terra Santa. Lisboa, 29 de dezembro de 1764.

⁷⁷² SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 119.

número de regulares e clérigos seculares, como podemos observar. Estimou-se que em Portugal, em meados do século XVII, existia mais de 30 000 clérigos, o que correspondia a um eclesiástico para cada 67 habitantes. No século XVIII, a situação se manteve, a exemplo do então recém-criado Bispado de Beja, onde havia um padre para cada 240 almas⁷⁷³. Do mesmo modo como ocorria em Espanha, França e Itália, em Portugal esses clérigos estavam longe de apresentarem uma distribuição uniforme, pois se concentraram mais nas cidades do que nos meios rurais⁷⁷⁴. Ainda foi comum durante o século XVIII que um prelado iniciasse seu múnus pastoral numa diocese e depois fosse promovido para dioceses mais prestigiadas ou mais rendosas do ponto de vista financeiro. Um exemplo, durante o reinado de D. João V, foi o de Tomás de Almeida. Ele era bispo de Lamego em 1706, passou para o Porto em 1709, e passou a primeiro patriarca de Lisboa, em 1716⁷⁷⁵. Ainda sobre o reino, localizamos outras estimativas da quantidade de padres do clero secular para o atendimento dos fregueses. Em 1775, no centro-litoral, na diocese de Aveiro, havia um total de 397 clérigos, o que correspondia a uma proporção de 1 clérigo por 335 habitantes. Em 1776, mais a sul, na diocese de Beja, havia 340 padres para uma população de 100.000 pessoas, ou seja, 1 padre por 294 habitantes. No ano de 1795, na comarca de Vila Real, havia um 1 sacerdote para 98 habitantes. Em 1796, na província de Trás-os-Montes a proporção era de 1 clérigo para 97,5 habitantes, e no Minho, 1 clérigo para 123 pessoas⁷⁷⁶.

Com relação às irmandades religiosas da capitania de Mato Grosso, o padre contratado como seu capelão tinha a obrigação de em dias determinados presidir uma missa rezada nos altares das associações em benefício dos confrades vivos e falecidos. Em situação de impedimento dessa obrigação, sobretudo pelo acometimento de alguma doença, a missa rezada seria transferida para outro dia, mas não deixaria de ser executada. Durante a realização das funções da irmandade, o capelão deveria acompanhar todo o corpo da confraria, mesmo nos momentos em que saíam da igreja, além de precisar sempre estar pronto para atender ao sacramento da confissão aos confrades, além de cumprir com as datas do calendário litúrgico, nos momentos de festividades, jubileus e quaresma. Contudo, foi consensual nas irmandades a crítica aos

⁷⁷³ OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820). In: **Análise Social**, vol. XXXVII (165), 2003, p. 1215.

⁷⁷⁴ OLIVAL; MONTEIRO, 2003, p. 1216.

⁷⁷⁵ PAIVA, José Pedro. Os novos prelados diocesanos nomeados no Consulado Pombalino. **Penélope**, n.º25, 2001, p. 44.

⁷⁷⁶ PAIVA, José Pedro. Os mentores. In: AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.). **História Religiosa de Portugal**. Humanismos e Reformas. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 210.

valores pagos pelos serviços dos Vigários da Vara e da Igreja, que pediam emolumentos excessivos pelos empregos litúrgicos e sacramentais⁷⁷⁷.

Na Irmandade de São Miguel e Almas, o capelão tinha a obrigação de presidir as missas nas segundas-feiras no altar da confraria, dentro do espaço da igreja matriz, para os irmãos vivos e falecidos. O valor pago ao religioso era ajustado em sessão da Mesa, pelo trabalho de um ano. Ele deveria estar presente em todas as funções confrariais, realizadas dentro ou fora da igreja. Evitavam a contratação de padres que fossem vigários da Vara ou da Igreja, mas estavam presentes nas eleições dos cargos da Mesa dirigente⁷⁷⁸. Como a principal função da Irmandade de São Miguel e Almas era a realização dos sufrágios às almas dos falecidos, o capelão tinha que estar disponível a qualquer hora do dia para a realização de missas, além de cumprir com a promoção da “Procissão das Almas” que era também realizada às segundas-feiras⁷⁷⁹.

A Irmandade do Senhor Bom Jesus também tinha seu capelão, sendo pago o valor acordado pela Mesa. Esse religioso deveria “ser sempre clérigo de bom exemplo e vida”⁷⁸⁰. Ele era obrigado a celebrar missas em todas as sextas-feiras, às sete horas da manhã, em intenção de todos os irmãos vivos e defuntos, bem como confessar aos irmãos nos dias de festas e acompanhar os confrades defuntos usando sobrepeliz⁷⁸¹.

Na Irmandade do Santíssimo Sacramento, da Vila do Cuiabá, elegiam também um capelão que cobrasse menor valor por seus serviços anuais, devendo do mesmo modo acompanhar a confraria em todas as suas funções e estar disponível para a confissão dos irmãos em todas as festividades, jubileus e quaresmas⁷⁸². As missas dessa confraria, de igual modo ao de sua consorte vilabelense, eram celebradas nas quintas-feiras, em honra aos confrades vivos e falecidos, no altar mor da igreja matriz do Senhor Bom Jesus do Cuiabá⁷⁸³. Nenhum prelado ou visitador deveria ainda intrometer-se nos

⁷⁷⁷ Capítulo 5º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80; Capítulo 4º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

⁷⁷⁸ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 88-89. Provisão de confirmação do Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Lisboa, 14 de janeiro de 1768.

⁷⁷⁹ Capítulo 4º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁷⁸⁰ Capítulo 11º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40.

⁷⁸¹ Capítulo 12º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40.

⁷⁸² Capítulo 4º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30.

⁷⁸³ Capítulo 8º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30.

assuntos atinentes à associação e nem propor mudanças em seus estatutos, exceto quando fosse uma determinação régia ou da Provedoria das Capelas e Resíduos⁷⁸⁴.

A Irmandade do Santíssimo Sacramento, de Vila Bela, não estava satisfeita com os preços cobrados pelos padres por seus serviços religiosos realizados na vila-capital, pois consideravam “excessivas as esmolas que costumam levar os Ministros da Igreja ver pago por uma Missa Cantada o Reverendo Vigário e mais Padres dezesseis oitavas, por uma Missa Rezada uma oitava, e por um Sermão trinta e duas oitavas”. Consideravam os oficiais vilabelenses que esse valor era duas ou três vezes mais caro do que o cobrado em outras capitânicas da América portuguesa⁷⁸⁵. Mesmo assim, essa irmandade elegeu um capelão para servir na associação, dentre os padres que cobrassem o valor mais barato, para o período de um ano. Como nas demais confrarias, o capelão atenderia na confissão aos confrades, realizaria missas, participaria das festividades, ritos fúnebres e demais funções da irmandade. Evitavam também como capelão o religioso que estivesse de vigário da Vara e da Igreja, pois cobrava mais caro por seu atendimento⁷⁸⁶. Também não aceitavam a intromissão desse mesmo religioso nos assuntos da associação ou em seus estatutos⁷⁸⁷. O dia escolhido para a realização das missas era o da quinta-feira, em intenção dos vivos e falecidos⁷⁸⁸.

Com relação aos militares, a Irmandade de Santo Antônio determinou que seu capelão realizasse missa pelos irmãos vivos e falecidos sempre nas terças-feiras. Ele acompanharia também os corpos dos irmãos defuntos em seus enterros e demais atos fúnebres, sem esmola alguma, além de precisar estar pronto para assistir a todas as demais funções da irmandade e a confessar os seus irmãos. Estabeleceram ainda que o capelão recebesse por ano sessenta e quatro oitavas de ouro, conforme ocorria nas demais irmandades de Vila Bela. Além disso, por pagarem valores mais elevados de anual, os oficiais da Mesa tinham o direito a quatro missas presididas pelo capelão na ocasião de suas mortes, enquanto que os demais irmãos tinham o direito a duas, a serem pagas pelos rendimentos da Irmandade de Santo Antônio⁷⁸⁹.

⁷⁸⁴ Capítulo 21º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30.

⁷⁸⁵ Capítulo 3º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

⁷⁸⁶ Capítulo 4º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

⁷⁸⁷ Capítulo 21º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

⁷⁸⁸ Capítulo 8º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

⁷⁸⁹ Capítulo 11º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067.

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, da Vila do Cuiabá, acordou que seu capelão presidiria a celebração de missas todos os domingos e dias santos, para todos os irmãos vivos e defuntos. Deveria ainda o religioso participar de todos os atos festivos e fúnebres da associação, recebendo uma gratificação acertada pela Mesa⁷⁹⁰. Na Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, dos pretos cativos de Vila Bela, o capelão realizava missas em todos os sábados, em escopo dos confrades vivos e mortos, bem como a promoção de ladainhas, recebendo da irmandade espórtula anual de cinquenta oitavas de ouro. Ainda como parte de suas obrigações, tinha como dever acompanhar a reza do terço aos domingos e todos os atos e funções da irmandade, tanto festivas como fúnebres. Por outro lado, caso fosse um reverendo pároco ainda tinha como ganhos as benesses paroquiais pagas pelos serviços litúrgicos e sacramentais, sobretudo dos demais fregueses⁷⁹¹. Com relação à outra irmandade dedicada a Nossa Senhora do Rosário, dos pretos forros da vila-capital, não houve em seu compromisso referência ao pagamento de valores a um capelão próprio. Contudo, o sacristão era obrigado a não consentir que o reverendo vigário da Igreja recolhesse pra si as velas que a irmandade colocasse na banqueta e no altar mor. Também não permitiram que qualquer prelado ou visitante se intrometesse nos assuntos confrariais, alegando os irmãos que apenas obedeceriam às orientações do juiz da Provedoria das Capelas e Resíduos⁷⁹².

Percebemos que os compromissos confrariais normatizaram os deveres e direitos dos padres que eram contratados como seus capelães beneméritos. Sua atuação estava voltada para a oferta dos serviços litúrgicos e sacramentais aos confrades inscritos nessas associações. Todavia, foi recorrente a reclamação do alto preço cobrado pelos padres na capitania de Mato Grosso, por isso procuravam contratar o padre que oferecessem esse atendimento pelo menor valor possível. Esse foi o principal critério adotado pelas irmandades para a escolha de um padre, bem como acerca de sua boa conduta na sociedade. Entendemos que diante de um universo de padres encomendados, essa era uma boa oportunidade de ganhos financeiros para um padre residente na capitania de Mato Grosso, pois teria a garantia de pagamento pelo período de um ano ao atenderem às associações. Sem padres colados, pagos pelo padroado régio, a Prelazia do

⁷⁹⁰ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Documentos Avulsos, Fundação Vilaboense de Cultura – GO, 1751. Apud. SILVA, 2001; ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá. Provisão de confirmação do seu compromisso. Lisboa, 10 de janeiro de 1783.

⁷⁹¹ Capítulo 16º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁷⁹² Capítulos 17º e 18º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80.

Cuiabá, também sem um prelado efetivo, se manteve atuante através do custeio realizado pelas irmandades religiosas e pelos fregueses dessa jurisdição católica.

Evitando contratar padres que atuavam como Vigários da Igreja e da Vara, as irmandades religiosas da Prelazia do Cuiabá depararam-se com conflitos. Por ocuparem o cargo de direção da administração das comarcas eclesiásticas, os valores cobrados na oferta dos serviços religiosos eram sempre mais caros. Os estatutos normatizaram a não intervenção desses religiosos nas irmandades, especialmente nos momentos de eleições para os cargos da Mesa dirigente. No entanto, corrigindo esses dispositivos estatutários, a Mesa da Consciência e Ordens determinou que esses padres participassem dessas ocasiões, objetivando controlar a atuação dessas organizações.

Nos compromissos confrariais do XVIII, comumente se encontra cláusulas que restringiam a autoridade paroquial no interior de capelas construídas por fraternidade leigas⁷⁹³. Na capitania de Minas Gerais, ocorreu do pároco ameaçar de excomunhão dos confrades da Arquiconfraria das Mercês de Baixo, interdição da capela e suspensão do capelão, caso realizassem missa cantada sem a sua assistência⁷⁹⁴. Nos anos de 1793 e 1794, os vigários colados das igrejas paroquiais do Bispado de Mariana enviaram representações ao Conselho Ultramarino expondo a corrupção e desordens presentes nas ordens terceiras e irmandades de pretos e pardos⁷⁹⁵. A população acusava os padres do Bispado de Mariana de cobrarem valores excessivos pelos serviços litúrgicos⁷⁹⁶.

Esses conflitos também ocorreram na Prelazia do Cuiabá, nos anos setecentos. No ano de 1782, relatou o Mestre de Campo Antônio José de Figueiredo ao governador Luís de Albuquerque sobre as vexações que estavam ocorrendo na igreja matriz do Senhor Bom Jesus. O Reverendo Vigário da Igreja e da Vara, Manoel Bruno Pina, havia mandado prender o Provedor da Irmandade de São Miguel e Almas, por se opor à sua avaliação dos livros da referida irmandade. Os oficiais acusaram o religioso de querer receber pelas rubricas dadas nessa avaliação. Outro conflito entre a Irmandade de São Miguel e Almas e Manoel Bruno Pina ocorreu no dia da celebração da festa do Divino Espírito Santo desse mesmo ano. A igreja matriz estava lotada, com “muita gente”, por isso mandou o padre muitos dos oficiais para fora do templo, mantendo nela apenas os músicos da associação⁷⁹⁷.

⁷⁹³ PRECIOSO, 2014, p. 209.

⁷⁹⁴ Idem, p. 202.

⁷⁹⁵ Ibidem, p. 192.

⁷⁹⁶ Ibid., p. 212.

⁷⁹⁷ APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropa Militar. Série: Carta. Doc. 1122. Caixa 017. Carta do Mestre de Campo Antônio José de Figueiredo ao Governador Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 28 de maio de 1782.

Mas não somente dos valores pagos pelas irmandades sobreviveram os padres seculares da capitania de Mato Grosso. Os fregueses, de forma geral, das comarcas eclesiásticas do Mato Grosso e do Cuiabá, pagavam pela oferta dos serviços religiosos. Ao longo do século XVIII, verificou-se grande número de reclamações acerca desses valores cobrados. Como já apresentamos, ganhou destaque as reclamações feitas pelos moradores na década de 1750 e que levou à adoção do Regimento Eclesiástico de Vila Boa, Prelazia de Goiás, para a Prelazia do Cuiabá, pelo Bispado do Rio de Janeiro⁷⁹⁸.

A cobrança de valores elevados era interpretada como atitude que levava ao detrimento espiritual, seja para o pagamento dos exorbitantes salários, do juízo da vara eclesiástica, do pé do altar ou dos direitos paroquiais. A maioria da população não tinha condições de pagar todas as taxas religiosas, pois ainda contribuía com o pagamento do dízimo, o que fez com que muitos vivessem sem os sacramentos cristãos, sobretudo não formalizando suas uniões conjugais através do matrimônio, como queria a Igreja. Diziam os oficiais da câmara da vila-capital, no final da década de 1750, que era grande a miséria das pessoas que viviam na Comarca Eclesiástica do Mato Grosso e essa situação, somada aos vultosos valores cobrados pelos padres, fazia com que os moradores transgredissem o “sexto mandamento da Lei de Deus”, ou seja, não pecarem contra a castidade. Alegavam que isso contribuía para que as pessoas vivessem amancebas e não se casassem, por ser muito oneroso⁷⁹⁹.

Nos lugares mais afastados de Vila Bela e da Vila do Cuiabá, sobretudo nos arraiais adjacentes, segundo os vereadores da vila-capital, muitos escravos, pessoas pobres e indígenas faleciam e acabavam tendo seus corpos sepultados nos campos, de forma ocultada. Isso ocorria pela falta de condições de seus senhores ou familiares de pagarem seis oitavas e meia de ouro ao reverendo vigário, para seu enterro e sufrágios correspondentes. Por outro lado, observamos que muitos senhores de escravos indignavam-se com taxas e cobranças extras realizadas com seus escravos, sobretudo com seus enterros, não querendo onerar suas fazendas particulares⁸⁰⁰.

As reivindicações pela redução dos altos valores cobrados pelos serviços religiosos estavam presentes em outras atividades cotidianas, como as festas “em honra de Deus, da virgem santíssima, e dos santos”. Nas festividades anuais, realizadas em Vila Bela, encontraram os devotos dificuldades para pagarem a realização de missas

⁷⁹⁸ AHU – Mato Grosso. Caixa 09. Doc. 532. Carta dos Oficiais da Câmara de Vila Bela ao rei D. José I em que reclamam da exorbitância dos salários e emolumentos eclesiásticos, dos que pertencem ao judicial e dos direitos paroquiais. Vila Bela da Santíssima Trindade, 04 de outubro de 1756.

⁷⁹⁹ Idem.

⁸⁰⁰ Ibidem.

rezadas e cantadas aos padres seculares. Isso fez com que as funções festivas fossem reduzidas, do mesmo modo como a participação dos demais fregueses. Os camarários vilabelenses viam nisso algo urgente, que precisava ser resolvido, sobretudo por serem aquelas “terras cheias de gentilidade”, precisada de conversão ao catolicismo⁸⁰¹.

A expulsão dos jesuítas durante do governo de D. José I, como uma das medidas das reformas pombalinas, como já destacamos, contribuiu para a predominância do clero secular na capitania de Mato Grosso. Em 1758, recebeu o governo da capitania a ordem para que saíssem dos seus domínios os religiosos jesuítas situados nesses sertões, fossem eles portugueses ou castelhanos. Os jesuítas situados nessa fronteira deveriam ser encaminhados ao Pará, para em seguida serem transportados a Pernambuco. Nessa correspondência, os jesuítas foram descritos como espiões que avisavam aos padres castelhanos sobre tudo o que ocorria nos domínios lusitanos na América⁸⁰². No ano de 1765, o Governador João Pedro da Câmara informou à Coroa sobre o cumprimento dessa determinação, em que tratou de “despejar cinco religiosos de São Francisco e do Carmo”. Contudo, ao mesmo tempo, houve a autorização por parte da monarquia para que alguns religiosos enviados pela mesma fossem aceitos nas comarcas eclesiásticas, sobretudo pelo conhecimento que tinham na edificação de igrejas e capelas. Este foi o caso do frei José de Nossa Senhora da Conceição, religioso da Ordem dos Menores Observantes, da Província dos Algarves, que chegou à capitania de Mato Grosso nesse contexto da expulsão dos jesuítas⁸⁰³.

Esses fatos contribuíram para a composição das características do grupo social dos eclesiásticos nessa configuração social. Os párocos das freguesias do Cuiabá e do Mato Grosso exerceram nesse espaço duas funções concomitantes, a de Vigário da Igreja e de Vigário da Vara. Trataram das questões sacramentais e litúrgicas, mas também responderam pela justiça eclesiástica local. Em virtude disso, na década de 1760, os oficiais da câmara do Cuiabá enviaram um novo pedido ao rei, para que essas funções não fossem ocupadas por um mesmo sacerdote. Os Vigários da Igreja e da Vara alegavam que por ocuparem dupla função em cada igreja matriz exigiam pagamentos diferenciados pelos serviços que ofereciam. Seus préstimos eram mais caros do que dos

⁸⁰¹ Ibid.

⁸⁰² AHU – Mato Grosso. Cód. 613, rolo 38. Ordens e avisos para Mato Grosso. 1758, p. 14.

⁸⁰³ AHU – Mato Grosso. Caixa 13. Doc. 760. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, João Pedro da Câmara Coutinho, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre frei José de Nossa Senhora da Conceição, que substituirá o lugar de esmoler da Terra Santa na Vila de Cuiabá, e o despejo de cinco religiosos de São Francisco e do Carmo. Nossa Senhora da Conceição, 14 de dezembro de 1765.

outros padres e capelães⁸⁰⁴. Isso colaborou para que as irmandades religiosas procurassem formas de evitarem a contratação de seus serviços religiosos.

Como vimos demonstrando, o espaço de jurisdição da Prelazia do Cuiabá era extenso, com duas comarcas, a do Mato Grosso e a do Cuiabá. Constantemente relataram os governadores da capitania de Mato Grosso sobre a situação eclesiástica dessa configuração social ao Conselho Ultramarino. João Pedro da Câmara, em 1765, demonstrou sua preocupação pela falta de número suficiente de sacerdotes para o atendimento dos fregueses. Dizia, por exemplo, que na aldeia de índios situada acima do Destacamento de Nossa Senhora da Conceição⁸⁰⁵ não havia padre. O capelão desse destacamento militar tinha que cuidar da capela dessa guarnição e da capela da referida aldeia indígena, o que tornava a situação difícil pela distância grande entre os dois lugares e pela quantidade significativa de pessoas no aldeamento. Ainda havia as aldeias de São José e de Santa Ana, ambas com falta de padres, somado à situação de que em Vila Bela só havia dois sacerdotes, um Vigário da Vara e da Igreja e outro muito idoso, com 80 anos. Nos outros arraiais o quadro era similar, com padres idosos e doentes⁸⁰⁶.

As reclamações dos governadores não se voltaram apenas para a pouca quantidade de padres e suas condições físicas ou de saúde. Na década de 1770, Luís Pinto de Sousa Coutinho relatou que os bispos do Rio de Janeiro haviam ordenado aos párocos que não levassem mais do que 300 réis de cada pessoa, na administração dos sacramentos, e que não cobrassem valores dos mais pobres, oferecendo gratuitamente esses serviços. Todavia, essas ordens não foram cumpridas na Prelazia do Cuiabá, em que “as sepulturas traficam-se a peso de ouro e a espada da excomunhão está sempre desembainhada para defender os pretendidos direitos paroquiais dos párocos”⁸⁰⁷. Os párocos das comarcas eclesiásticas cobravam valores cada vez mais elevados, pois não recebiam cômputos pagas pelos bens da Fazenda Real, fazendo com que vivessem dos recursos adquiridos na oferta dos serviços sacramentais. Esse clero arrecadava valores

⁸⁰⁴ AHU – Mato Grosso. Caixa 11. Doc. 676. Carta dos oficiais da Câmara da Vila do Cuiabá ao rei D. José em que pedem a divisão dos empregos de vigário da Vara e Matriz. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20 de setembro de 1762.

⁸⁰⁵ No local da missão espanhola de Santa Rosa, situada na margem portuguesa do rio Guaporé, isto é, direita ou oriental, o governador Antônio Rolim de Moura estabeleceu o Presídio ou Destacamento de Nossa Senhora da Conceição, na década de 1750. Na década de 1760, esse local foi reedificado e renomeado, no governo de Luís Pinto de Sousa Coutinho, como Forte de Bragança. Cf. AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791. São Paulo: Versal, 2014, p. 62-65.

⁸⁰⁶ AHU – Mato Grosso. Caixa 12. Doc. 733. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, João Pedro da Câmara Coutinho, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a falta que há na Capitania de sacerdotes. Vila Bela da Santíssima, 12 de fevereiro de 1765.

⁸⁰⁷ AHU – Mato Grosso. Caixa 15. Doc. 927.

mais elevados daqueles que viviam distantes das igrejas matrizes, cobrando o dobro valor do original. Para Coutinho, na capitania de Mato Grosso até o seu governo nunca houve padre colado, não recebendo essa mercê do padroado régio. As exceções ocorriam nas igrejas ou “vigarias dos índios”, como Guimarães, Lamego e Balsemão, que tinham padres que recebiam suas cômguas pagas pela Fazenda Real, assim como o capelão do Forte de Bragança. Esses padres recebiam 200 réis de cômgrua⁸⁰⁸. Entretanto, esse pagamento não significou colação e foi irregular no decorrer do XVIII, outra importante característica desse grupo social dentro do campo religioso.

Ainda nos anos 1770, a câmara da Vila do Cuiabá explicou que isso ocorria porque a exuberância do ouro dos primeiros descobrimentos atraiu eclesiásticos ambiciosos e em busca de estabilidade financeira. Esse movimento gerou toda sorte de abusos, com relação à cobrança dos direitos paroquiais, da fábrica da igreja, no exercício da justiça eclesiástica. Pediam os oficiais camarários cuiabanos à Mesa da Consciência e Ordens que as paróquias fossem coladas e não comandadas por padres encomendados, dizendo que muitos desses padres eram afilhados ou parentes dos bispos. Reclamaram mais uma vez dos valores cobrados pelos serviços litúrgicos e sacramentais, pedindo por valores mais acessíveis à população que muitas vezes vivia sem acesso aos sacramentos durante as desobrigas. Indagaram ainda os oficiais como seria possível diante dessa situação que os párocos concentrassem tantas funções numa só pessoa, pois ministravam os sacramentos, operavam visitas eclesiásticas e ainda tratavam da justiça, pois eram ao mesmo tempo Vigários da Vara e da Igreja⁸⁰⁹.

No final da década de 1770, o relato do padre José Correa Leitão, Vigário da Vara e da Igreja da matriz do Senhor Bom Jesus, nos mostra as características desse clero secular. Sobre os padres, em geral, foram descritos da seguinte maneira. José Mendes de Abreu tinha mais de oitenta anos, e foi considerado incapaz de exercer qualquer função do sacerdócio, por isso não presidia celebrações e nem atendia confissões. Manoel da Silva tinha mais de sessenta anos, enfermo, entrevado, por isso não exercia as funções religiosas. João de Almeida Silva tinha mais de oitenta anos, enfermo, achacado de gota, e exercia seu ofício quando as moléstias lhe permitiam. Francisco Leite Cardoso tinha mais de quarenta e seis anos, atendia em uma fazenda da localidade, bem como alguns lugares mais afastados da igreja matriz. José Ponce Diniz

⁸⁰⁸ Idem.

⁸⁰⁹ AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1200. Carta dos Oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá à rainha D. Maria em que pedem a colação da igreja para que os párocos sejam menos ambiciosos e mais afeiçoados às suas ovelhas, em vez de quererem tosquiar-las. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 26 de maio de 1778.

tinha mais de sessenta e quatro anos, assistia ao Arraial de Cocais e no descoberto de Beripoconé. Antônio Arruda Leite tinha mais de quarenta e seis anos, era Adjunto na freguesia do Senhor Bom Jesus, mas havia sido nomeado para assistir ao Presídio de Nova Coimbra. Francisco Xavier Leite tinha quarenta e seis anos e era o segundo Adjunto também na mesma freguesia. Manoel de Albuquerque Fragoso tinha quarenta e sete anos e havia sido pároco na Missão de Santa Ana, no Lugar de Guimarães. Bento de Andrade de mais de cinquenta e quatro anos, tinha maior instrução, mas estava enfermo, cheio de impingem e outras moléstias, que o obrigava a usar remédios⁸¹⁰.

Esse quadro referente ao final da década de 1770 não foi diferente do relatado pelo governador João Pedro da Câmara, na década de 1760. Apesar de pouco numerosos e doentes, continuaram sendo criticados pelos valores dos emolumentos que cobravam. Em 1779, o governador Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres relatou a Martinho de Melo e Castro, Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, a permanência ainda em seu governo dos valores exorbitantes dos emolumentos religiosos cobrados pelo clero secular, inclusive pelo padre José Correa Leitão, que processava os devedores, mesmo diante de atestações de pobreza⁸¹¹.

O envio de correspondências sobre essa questão à monarquia portuguesa e ao Bispado do Rio de Janeiro representou a demanda popular pelos bens religiosos católicos na capitania de Mato Grosso. Na década de 1780, os moradores do Arraial de São Pedro D'El Rei e do Arraial de Nossa Senhora do Rosário do Rio Acima fizeram uma representação à rainha D. Maria I pedindo auxílio para a edificação de capelas e o envio de padres para atendê-los. Diziam esses moradores que não tinham a oportunidade de freqüentemente assistirem aos ofícios divinos e de terem acesso aos sacramentos católicos. Eram realizadas, uma vez ao ano, desobrigas nesses arraiais, às vezes durante a Quaresma. Esses arraiais ficavam distantes da igreja matriz da Vila de Cuiabá, dificultando o deslocamento dos moradores às missas e aos padres da freguesia. Nessa correspondência, disseram que seus arraiais rendiam ao reverendo vigário da Vila do Cuiabá nove mil cruzados anualmente, com as desobrigas, e esse valor seria suficiente para o sustento de três ou quatro párocos. Os valores dos serviços litúrgicos

⁸¹⁰ APEMT – Fundo: Governadoria. Doc. 138. Carta do padre José Correa Leitão ao Governador e Capitão – General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 28 de fevereiro de 1779.

⁸¹¹ AHU – Mato Grosso. Caixa 21. Doc. 1242. Ofício do Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro em que informa sobre a queixa apresentada pelo mestre de campo da Vila de Cuiabá Antônio José Pinto de Figueiredo contra os abusos dos eclesiásticos da vila. Vila Bela da Santíssima Trindade, 05 de julho de 1779.

foram considerados excessivos, sendo na Quaresma cobrada de cada “cabeça de casal” quatro vinténs de prata e cada filho, escravos ou agregados dois vinténs⁸¹².

Por outro lado, as demandas dos padres das comarcas eclesiásticas também foram remetidas à Mesa da Consciência e Ordens nos anos setecentos. Os párocos das igrejas matrizes eram responsáveis pelo Juízo Eclesiástico de suas comarcas. Em 1790, reclamava o Vigário da Vara e da Igreja, padre Antônio José Marques, da comarca eclesiástica do Mato Grosso, acerca da Provisão de 22 de maio de 1780, em que o Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens dava ao Provedor da Fazenda a autorização para proceder aos inventários dos que faleciam na capitania, como uma alternativa ao serviço eclesiástico. Reivindicava o religioso ser essa atribuição de sua jurisdição⁸¹³. Conflitos de jurisdições ocorreram, sobretudo entre o Provedor das Capelas e Ausentes e os Vigários da Vara. Ambos reclamavam pra si a responsabilidade pelos inventários e o controle sobre o funcionamento das igrejas e irmandades religiosas.

No final do século XVIII, a Mesa da Consciência e Ordens remeteu ordem ao governo da capitania de Mato Grosso para que informasse acerca do seu quadro eclesiástico⁸¹⁴. Em 1798, Caetano Pinto de Miranda Montenegro informou que a Prelazia do Cuiabá ainda continuava sem prelado efetivo⁸¹⁵. Relatou ainda que a comarca eclesiástica de Mato Grosso tinha uma única paróquia, a da Santíssima Trindade em Vila Bela, com algumas capelas sob sua jurisdição. Uma delas era a do forte do Príncipe da Beira, que tinha um capelão militar, pago pelos moradores dos arredores. Uma capela na povoação de Casalvasco, atendida também pelo capelão do forte do Príncipe da Beira nas ocasiões das desobrigas. Nos arraiais de São Vicente, Nossa Senhora do Pilar, Santa Ana, São Francisco Xavier da Chapada e Ouro Fino também havia capelas com seus respectivos capelães. Os moradores das Lavrinhas, Aguapeí e Jaurú só tinham assistência sacramental na ocasião das desobrigas anuais, que mesmo assim não eram regulares. Informava ainda que não havia padres colados na

⁸¹² AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1380. Representação dos moradores dos arraiais de São Pedro Del Rey e Rio Acima, do distrito de Cuiabá à rainha [D. Maria] em que pedem capelas e capelões para os ditos lugares. Post. a 03 de novembro de 1782.

⁸¹³ AHU – Mato Grosso. Caixa 27. Doc. 1574. Carta do presbítero secular do Hábito de São Pedro, Antônio José Marques, à rainha D. Maria sobre a insistência dos juizes seculares de que lhes pertence proceder a inventário dos que morrem. Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de maio de 1790.

⁸¹⁴ AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1753. Provisão de D. Maria para o Governador e Capitão – General da capitania de Mato Grosso pedindo informações sobre os emolumentos que exigem os párocos de cada freguesia, solicitando a relação e o orçamento do rendimento total de cada vigararias. Lisboa, 17 de junho de 1797.

⁸¹⁵ AHU – Mato Grosso. Caixa 34. Doc. 1787. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que não existem na Capitania nem Ordens Monásticas, nem as Mendicantes. Vila Bela da Santíssima Trindade, 12 de junho de 1798.

comarca eclesiástica de Mato Grosso. As rendas obtidas por esses padres eram provenientes das Benesses, Pé de Altar ou direitos da Estola, custeados pelas irmandades religiosas e demais moradores das localidades.

Montenegro disse que a comarca eclesiástica de Cuiabá continha três freguesias, a de São Luiz de Vila Maria do Paraguai, a do Senhor Bom Jesus da Vila do Cuiabá, e a de Santa Ana da Chapada dos Guimarães. A freguesia de São Luiz de Vila Maria e a freguesia de Santa Ana da Chapada tiveram suas origens na instalação de índios em seus espaços, por isso seus párocos recebiam uma cômputa e Guizamentos pagos pelos recursos da Fazenda Real. A Freguesia do Senhor Bom Jesus era constituída por sua igreja matriz, capelas da Vila do Cuiabá e mais quatro capelanias, a de São Pedro D'El Rey, a de Nossa Senhora do Livramento, estas duas com seus capelães, a de Santo Antônio de Rio Abaixo e a de Nossa Senhora do Rosário de Rio Acima, que não possuíam capelães. Também não havia padres colados nessa jurisdição, pois mesmo os padres das “freguesias dos índios” eram encomendados⁸¹⁶.

Depois de feitas essas considerações, Montenegro sugeriu à Coroa a divisão das freguesias em outras unidades eclesiásticas, visando melhorar a oferta dos serviços sacramentais e a efetivação de um prelado na Prelazia de Cuiabá. Enviou também um levantamento da quantidade de padres atuantes na capitania de Mato Grosso (Quadro 13), com nomes, perfis desses religiosos e críticas a eles. O descrédito em relação aos eclesiásticos talvez fosse atizado pelo número considerável de padres conhecidos pelo mau viver. Em Minas Gerais, por exemplo, esses religiosos estiveram envolvidos em rixas, defloramentos, concubinatos, raptos, jogatina, bebedeiras e desacatos aos fiéis⁸¹⁷.

⁸¹⁶ AHU – Mato Grosso. Caixa 38. Doc. 1938. Carta do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao príncipe regente D. João, enviando um mapa dos rendimentos das vigárias da capitania, uma descrição das paróquias e um quadro dos eclesiásticos existentes e necessários. Vila Bela da Santíssima Trindade, 03 de julho de 1801.

⁸¹⁷ SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p. 105-106.

Quadro 13 – Relação dos eclesiásticos que são necessários na capitania de Mato Grosso - 1798

Comarca de Mato Grosso		Comarca do Cuiabá	
Vigário de Vila Bela	01	Vigário da Vila e seu Coadjutor	02
Seu Coadjutor	01	Vigário de Vila Maria do Paraguai	01
Capelão da Tropa e da Capela de Santo Antônio	01	Do de São Pedro D'El Rey	01
Vigário de São Vicente	01	Do de Nossa senhora do Livramento	01
Do de Nossa senhora do Pilar	01	Do de Rio Cuiabá acima	01
Do das Lavrinhas	01	Do de Rio Cuiabá abaixo	01
Capelão Militar de Casalvasco	01	Vigário da Chapada ou Lugar de Guimarães	01
Do Forte Príncipe da Beira	01	Capelão Militar do Presídio de nova Coimbra	01
Do novo Estabelecimento na Cachoeira do Ribeirão	01	Do novo Presídio de Miranda	01
Para suprir a falta e impedimento dos antecedentes	2	Para suprir a falta e impedimento dos antecedentes	2
Soma	11	Soma	12

Fonte: ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 17. Caixa 17.

Montenegro caracterizou cada um dos religiosos da comarca eclesiástica do Mato Grosso. O Vigário da Vara e da Igreja em Vila Bela, Antônio Antunes Maciel, foi considerado um “bom eclesiástico”. Manoel Thomas Fernandes foi Coadjutor e era natural do reino. Compondo o baixo clero, José Ribeiro de Almeida foi apontado como vindo “exterminado da Sé do Pará”, estando “velho e arruinado de saúde”. Antônio Cardoso de Menezes era primo do próprio Caetano Pinto de Miranda Montenegro, mas se envolveu em conflitos com a câmara da vila-capital e se demitiu do cargo. Antônio Manoel Lopes de Faria foi capelão militar do Forte Príncipe da Beira e era natural do reino, mas estava “arruinado e perdido com excessos de cachaça”. Silvestre José da Costa Gerás foi capelão da Tropa e da capela militar de Santo Antônio e era natural da capitania de Minas Gerais. Antônio Simões Portugal era natural do reino, mas conhecido como de “um gênio ardentíssimo e desconfiado que o fazia impróprio para qualquer emprego”. Francisco José Ribeiro atuou na capela do Arraial de São Vicente, era natural do reino, mas também serviu como capelão particular do Sargento Mor Ignácio Rodrigues da Silva que tinha como seus bens cerca de 200 escravos. José Ignácio Mendes era natural dos domínios espanhóis, de Santa Cruz de La Sierra, foi capelão no Arraial do Pilar e atuou como capelão particular de Joaquim Leite Paes, irmão do Sargento Mor Ignácio Rodrigues da Silva, dono de cerca de 200 escravos⁸¹⁸.

⁸¹⁸ ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 17. Caixa 17. Avulsos. Paróquias da Capitania de Mato Grosso e das contribuições Eclesiásticas propostas pelo Governador e Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Lisboa, Mesa da Consciência e Ordens, 09 de julho de 1803.

Sobre os padres da comarca eclesiástica do Cuiabá, continuou Montenegro o detalhamento de suas características. Agostinho Luiz Gualarte Pereira serviu de Vigário da Vara e da Igreja, sendo natural do Rio de Janeiro, foi considerado de “talento, boa instrução e conduta”. Foram Coadjutores Manuel José Pinto e Manoel Machado de Siqueira, ambos naturais de Cuiabá. Sobre o baixo clero, Antônio de Arruda Leite era natural de São Paulo, avaliado como “muito velho”. José Gomes da Silva havia atuado como Vigário da Vara e da Igreja e como capelão da Irmandade do Senhor Bom Jesus, era natural de Cuiabá, mas estava em “demasiada nutrição”, muito obeso. José Manoel de Siqueira era natural de Cuiabá e foi professor de Filosofia Racional e Moral. Constantino José Pinto era natural de Cuiabá, filho do Mestre de Campo Antônio José Pinto, mas era considerado com “alguns defeitos de educação”. Antônio Tavares da Silva era natural de Cuiabá e foi Vigário da freguesia de Santa Ana da Chapada, “bom eclesiástico”. Manuel Alves da Cunha era natural de Cuiabá e foi Vigário da freguesia da Vila Maria do Paraguai, “bom eclesiástico”. Manuel da Cunha e Arruda era natural de Cuiabá e atuou como capelão no Arraial de São Pedro D’El Rey. João Manoel de Melo Lobo era natural do reino e atuou como padre da capela militar do Presídio de Coimbra, mas “não tinha a melhor conduta”. João José Gomes da Costa era também natural do reino e capelão no Presídio de Coimbra. João Heitor era natural do reino, mas era “tão amigo do ouro que até durante o dia pelas ruas da vila anda fazendo conta das oitavas que têm e pode vir a ter”. Manoel de Albuquerque Fragoso era natural de Piracatú, de onde veio com sua família, e viveu em engenho localizado nas proximidades do rio São Lourenço, com “grande escravatura”. Ignácio de Albuquerque, irmão do padre Manoel de Albuquerque Fragoso, estava “arruinado por doença”⁸¹⁹.

A maior parte do clero secular da capitania de Mato Grosso, apontado pelo governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, era de nascidos na América portuguesa, muitos da própria capitania de Mato Grosso. Observamos que alguns foram considerados com boa formação eclesiástica e bastante dedicados ao seu ofício, mas outros também foram caracterizados como muito idosos, doentes, gordos, com má formação ou muito interessados no ouro. A quantidade era insuficiente para o atendimento religioso dos fregueses e os descobrimentos auríferos atraíram muitos religiosos em busca de ganhos maiores ou estabilidade financeira. Esses eclesiásticos estavam situados num espaço distante dos centros da administração eclesiástica, numa

⁸¹⁹ ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 17. Caixa 17. Avulsos. Paróquias da Capitania de Mato Grosso e das contribuições Eclesiásticas propostas pelo Governador e Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Lisboa, Mesa da Consciência e Ordens, 09 de julho de 1803.

jurisdição eclesiástica criada no papel, mas sem um prelado efetivo em sua direção. Para Montenegro a efetivação de um prelado contribuiria para resolver o problema dos excessos dos padres, reclamado pela população por muitas décadas⁸²⁰. Esse panorama mudou a partir do ano de 1803, no qual a Mesa da Consciência e Ordens lançou edital para a candidatura de padres interessados no cargo de prelado dessa jurisdição católica.

Como discutimos, na capitania de Mato Grosso os padres seculares foram predominantes nos anos setecentos, sobretudo a partir da expulsão dos regulares na década de 1750. Esse grupo social tinha como característica marcante a condição de encomendados, como vimos analisando no decorrer deste trabalho. Para sobreviverem, necessitavam do pagamento dos seus serviços religiosos pelos moradores. Nas vilas, povoados e arraiais de mineração, esses religiosos tinham a oportunidade de arrecadarem ouro, por isso estavam empenhados no levantamento de capelas nesses espaços. Esses templos eram representativos da estabilidade dessas localidades, o que era do interesse dos mineradores no asseguramento das suas datas minerais, e do mesmo modo local privilegiado para a oferta dos bens e mensagens religiosas e para a cobrança dos dízimos reais, do interesse da Mesa da Consciência e Ordens.

Os padres, que atuaram nas capelas dos destacamentos e fortificações militares e aldeias ou povoações indígenas, tinham a possibilidade de ganho de seus emolumentos religiosos pela Folha Eclesiástica da Fazenda Real. Todavia, como vimos, suas cômputos foram irregulares e não obstante tiveram que atender povoados próximos, na ocasião das desobrigas, para obtenção de mais recursos financeiros. Outros atenderam nas capelas particulares, situadas em propriedades agrícolas e pastoris, pagos pelos seus proprietários, para atenderem à sua família, agregados e escravatura. Conforme já apresentamos, os padres presentes nos espaços urbanos tinham também a oportunidade de serem contratados como capelães beneméritos das irmandades religiosas. Por outro lado, estavam mais acessíveis ao controle das autoridades eclesiásticas e civis locais e à concorrência com os demais religiosos.

Outras características desse universo religioso católico serão acompanhadas no próximo capítulo, relacionadas às práticas associativas fúnebres, caritativas, festivas e celebrativas, e que também explicitaram a iniciativa dos fregueses pelos bens e serviços religiosos no espaço da Prelazia do Cuiabá.

⁸²⁰ ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 17. Caixa 17. Avulsos.

Capítulo 4

Urbi et Orbi: para os do céu e para os da Terra

Neste capítulo analisamos as práticas confrarias relacionadas ao universo da morte, como os sepultamentos dos cadáveres e a realização de missas e sufrágios em prol das almas, normatizadas nos seus estatutos. Na leitura e transcrição de alguns testamentos e inventários, referentes ao nosso período de estudo, foi possível levantar informações acerca do cumprimento desses dispositivos normativos confrariais. Pudemos observar quais foram os desejos, vontades e preocupações dos confrades com relação ao mundo pós-morte e o que esperavam de suas associações nesses momentos. Discutimos ainda sobre as ações caritativas, voltadas ao auxílio dos irmãos pobres e enfermos, e o conjunto de festas e celebrações realizadas em homenagem ao monarca, aos membros da Família Real lusitana, e aos santos padroeiros das irmandades. Dentre essas práticas celebrativas, a festa do Corpo de Deus mereceu em nosso estudo uma discussão à parte, por ter sido considerada uma das principais festas religiosas lusitanas.

A sociedade colonial da capitania de Mato Grosso se formou num espaço distante dos centros da administração eclesiástica, composta por uma população miscigenada, com brancos, nações indígenas, africanos e seus descendentes, escravizados ou livres. O catolicismo luso-americano mesclou elementos religiosos provenientes das práticas culturais desses diversos grupos étnicos⁸²¹. Para Laura de Mello e Souza, a religião católica, com seus símbolos e dogmas, ocuparam espaço considerável nas preocupações cotidianas do homem colonial⁸²². Na fronteira Oeste da América portuguesa, espaço da Prelazia do Cuiabá, a implantação do catolicismo se deu de forma precária, decorrente mais da atuação de sua população pelos bens religiosos do que pela presença permanente de um controle religioso gerido pela monarquia lusitana. A construção de templos, a ausência de igrejas coladas e a reclamação dos abusos dos padres encomendados são alguns dos aspectos que já frisamos e que caracterizaram a vida religiosa dessa região mineradora e de fronteira com os domínios hispano-americanos. Apesar disso, instituições religiosas, como as irmandades, existiram nesse espaço representando divisões sociais, sociabilidades, fraturas e tensões.

⁸²¹ SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.94-95.

⁸²² SOUZA, 2005, p.130.

As atividades associativas estavam previstas nos estatutos confrariais. Cada associação as realizou de acordo com sua organização interna, com seus interesses e possibilidades econômicas. Essas diferenciações explicitaram publicamente o poder de atuação e a identidade social de cada irmandade. Segundo Fernanda Olival, nas sociedades do Antigo Regime, as desigualdades e as distinções não eram escamoteadas. As diferenças sociais eram tornadas patentes aos olhos de toda a população, pois a honra e o prestígio também eram construídos na esfera pública⁸²³. Essas considerações alinham-se com o que discute Norbert Elias, para quem numa sociedade fortemente hierarquizada as diferenças eram visíveis em todos os atos da vida social. As posições de cada pessoa ou grupo seguiam uma etiqueta social que atribuía a cada um deles um lugar, precedências demonstrativas do valor na sociedade. Ir contra esse jogo de tensões era ameaçar o equilíbrio social, o sentido dessa configuração social, que era baseada na opinião pública, no que cada um representava⁸²⁴.

Os rituais fúnebres, ações de caridade e as festividades eram componentes da religião católica vivenciada pela população. Todavia, conforme analisa Pierre Bourdieu, como já sublinhamos, as pessoas não esperavam da religião apenas justificação de existir capazes de livrá-las da angústia existencial, da miséria biológica, da doença, do sofrimento e da morte. A religião fornecia as justificações do existir em uma posição social determinada. As práticas religiosas permitiram aos seus espectadores e atores a introjeção de normas da vida coletiva, sentimentos e conhecimentos comunitários⁸²⁵.

Numa perspectiva mais ampla, as cerimônias associativas, festas e celebrações públicas permitiram o enraizamento das estruturas de poder. As câmaras, os bispados, as ordens religiosas, as irmandades e santas casas de misericórdia impeliavam os moradores à vida festiva e celebrativa. Inseridas na lógica da cultura política da Época Moderna, as pessoas recebiam, davam e retribuíaem nessas ocasiões, colocando em circulação solidariedades e mercadorias, os costumes e as regras que orientavam a vida social. Seja no financiamento das armações efêmeras, na iluminação, nos fogos de artifício e divertimentos ou mesmo diante da prática da etiqueta ou na exibição da pompa, as cerimônias procuravam impor uma ordenação formal a um mundo aparentemente instável. No contexto do Império português, dadas as precárias condições de manutenção de controle militar e burocrático, a monarquia portuguesa contou, em

⁸²³ OLIVAL, Fernanda. Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal. In: **Cadernos de Estudos Sefarditas**, nº 4, 2004, p. 171.

⁸²⁴ ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 95.

⁸²⁵ BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

larga medida, com essa série de símbolos e rituais importantes para a transmissão de valores culturais considerados comuns a todos que faziam parte do Império⁸²⁶.

As festas e celebrações, mais do que expressão de uma religiosidade intensa, eram acontecimentos que propiciavam o encontro e a comunicação⁸²⁷. Isso ficava evidente nas sociabilidades festivas, dos códigos sociais reproduzidos pelos seus participantes. As várias formas e espaços de sociabilidades eram atravessados por diferentes escalas de prestígio social, a exemplo dos casos de conflitos de precedência nas procissões das festas das irmandades⁸²⁸. As festas e demais funções confrariais oportunizaram sociabilidades muitas vezes não comuns no cotidiano. Essas manifestações obedeciam a um calendário distinto, combinavam outros grupos sociais e alargavam as redes de fraternidade e de convivialidade entre as pessoas. Essas práticas desenvolveram um sentimento de pertença, sobretudo em torno da devoção aos santos católicos elegidos pelos confrades⁸²⁹. Nos cortejos confrariais, os irmãos da Mesa carregavam símbolos, objetos ou insígnias da sua respectiva irmandade com distinção, ostentação e orgulho. Geralmente, o provedor levava o guião, o escrivão a vara, o tesoureiro a cruz, protegidos pelo pálio ou nas imediações deste. Estes privilegiados ocupavam o lugar mais sacralizado nas procissões, como explicitação de seu poder⁸³⁰.

Neste capítulo, nossa abordagem demonstrará como a população protagonizou, mais do que a ação metropolitana, a promoção e manutenção desse conjunto de práticas sociais que fizeram parte do campo religioso da Prelazia do Cuiabá.

⁸²⁶ JANCSÓ, István e KANTOR, Íris. Falando de festas, in: JANCSÓ, István e KANTOR, Íris (orgs.) Vol. I. **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, p.11.

⁸²⁷ SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982, p. 20-21; 30.

⁸²⁸ LOUSADA, Maria Alexandre. **Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834**. Tese, 439f. (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa-PT, 1995, p. 388.

⁸²⁹ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. As Misericórdias enquanto palcos de sociabilidade no século XVIII. In: **Anais da V Jornada Setecentista**. Curitiba: UFPR/CDOP/PGHIS, 2003, p. 450.

⁸³⁰ CAMPOS, Adalgisa Arantes. A visão nobiliárquica nas solenidades do setecentos mineiro. In: **Anais do X Encontro Regional de História – ANPUH – MG – Minas, Trezentos Anos**. Mariana: UFOP/ANPUH, 1996, p. 111-121.

4.1 O mundo dos mortos e as práticas caritativas no cotidiano confrarial

O cuidado com os cadáveres dos falecidos e com o destino de suas almas estava no centro das preocupações das pessoas que viviam na Época Moderna. As irmandades religiosas eram instituições responsáveis pela oferta da assistência fúnebre, reservando aos seus associados sepultamentos e realização de sufrágios pelas almas. Seus estatutos normatizaram esse serviço, que se tornou um dos principais motivos para a existência dessas organizações e para a entrada de novos associados. No seio dessas associações existiram também práticas caritativas que socorreram os confrades, especialmente em situações de pobreza e enfermidade. Esses dois conjuntos de práticas confrariais serão analisados a partir de agora, dando visibilidade à ação das irmandades religiosas da Prelazia do Cuiabá, no século XVIII.

Segundo Ana Cristina Araújo, nessa temporalidade existiu uma atitude de encenação ritual da morte. O catolicismo mediou um espaço simbólico de comunicação entre vivos e mortos, pois existiu forte preocupação com o destino das almas. Projetado no espaço imaginário do além, havia a visão direta e fantástica de um lugar transitório, de expiação e castigo, o Purgatório, pelo qual deveriam passar as almas pecadoras que partiam à conquista da paz eterna⁸³¹. As irmandades apareceram como organizações que contribuíram, dentro do campo religioso, para essa mediação pretendida pela Igreja. Eram essas associações no cotidiano colonial que realizavam os serviços funerários, no preparo dos corpos e na sua condução às sepulturas e na promoção dos sufrágios.

A celebração fúnebre permitiu rememorar o percurso da Paixão e Morte de Cristo, pois tornou possível aos vivos a esperança na ressurreição, uma idéia de continuidade da vida após a morte. Quanto mais intensa era a comemoração litúrgica da morte, mais aguda se tornava a consciência de salvar o tempo de uma vida, de transformar a sua recordação em memória⁸³².

No século XVIII, morrer sozinho ou em segredo, sem testemunhas ou espectadores, não fazia parte do universo fúnebre. As irmandades religiosas assumiram

⁸³¹ ARAÚJO, Ana Cristina. Despedidas Triunfais – celebração a morte e cultos de memória no século XVIII. In: JANCSÓ, István e KANTOT, Iris (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001, p. 17.

⁸³² ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. Morte, memória e piedade barroca. In: **Separata da Revista de História das Idéias**. Vol. 11, Universidade de Coimbra, 1989, p. 141.

a função de impedir a morte silenciosa, solitária, sem cerimonial⁸³³. Essas associações tinham importante papel na celebração e inumação de seus associados. Promoviam o acompanhamento de seus confrades desde o leito de morte até o enterro, com a garantia de sepultamento dos cadáveres dentro das suas igrejas e a celebração de missas pela alma do falecido⁸³⁴. Pertencer a uma irmandade era ter o direito, estabelecido nos estatutos confrariais, da ação protetora da associação. O associado teria um funeral assistido e alguns sufrágios que essas instituições mandavam celebrar pelos irmãos defuntos. Por causa dessa característica social, algumas pessoas inscreviam-se em mais de uma irmandade, visando obter maior número de missas em intenção de sua alma⁸³⁵.

Dentro do universo fúnebre dos anos setecentos, acreditou-se que quanto mais missas realizassem em prol das almas, mais depressa as mesmas obteriam a salvação. As irmandades religiosas, nesse contexto, arquitetaram a realização individual e espontânea de diversas missas. As missas por alma beneficiavam às pessoas inscritas nas irmandades e àqueles que pagassem por suas realizações, não necessariamente inscritos nessas associações. Muitas vezes, diversas confrarias eram buscadas para a realização de missas, pelas pessoas de maiores posses, que inclusive faziam doações aos altares das irmandades⁸³⁶. Dentro da lógica católica salvacionista, quem doava desejava ser reconhecido como benfeitor para desfrutar da bondade alheia dentro dos templos religiosos, nos momentos de orações aos mortos. As doações aos pobres, aos doentes, aos órfãos e aos necessitados eram demonstração do despojamento, com vistas a alcançar o Paraíso celestial, com o auxílio das orações realizadas pelos vivos⁸³⁷.

Conforme analisa Jacques Le Goff, a devoção na existência do Purgatório e a certeza de que haveria um dia em que todos morreriam fez com que as pessoas almejassem a salvação. Os crentes passariam por dois julgamentos, um logo após as suas mortes e outro no Juízo Final. Enquanto aguardavam a ressurreição, os mortos receberiam auxílio dos vivos para a remissão dos seus pecados e purificação de suas almas, para assim adentrarem no Paraíso⁸³⁸. Com isso, existiu uma atitude de piedade às almas que supostamente sofriam no Purgatório, fazendo com que vivos auxiliassem os mortos com a promoção de missas e orações pelo seu bem-estar na pós-morte.

⁸³³ NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana – séculos XVIII e XIX**. 2006, 362f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, p. 198.

⁸³⁴ MORAES, Juliana de Mello. **Sacralização da pobreza: sociabilidades e vida religiosa numa pequena vila da América portuguesa**. 2003, 111f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, p. 87.

⁸³⁵ ARAÚJO, 2003, p. 448-449.

⁸³⁶ NASCIMENTO, 2006, p. 213.

⁸³⁷ Idem, p. 259.

⁸³⁸ LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do Purgatório**. Lisboa: Estampa, 1981, p.25-44.

Para Maria Marta Lobo de Araújo, essa crença no Purgatório incentivou os homens e mulheres a ingressarem nas associações religiosas, visando à salvação de suas almas. Lucrava-se em vida quando essas pessoas pertenciam a uma irmandade com identidade e prestígio, mas na ocasião da morte, obtinham ainda celebrações de imploração coletiva pela salvação de suas almas, promovidas por essas instituições⁸³⁹. Ainda discute a referida autora, que a celebração da morte encontrou expressão particular nas confrarias das almas, instituições criadas com a finalidade de elevar a alma ao Paraíso, as quais proliferaram no pós-Trento. No entanto, apesar de ser na irmandade das almas que se encontrava o principal apoio aos mortos, todas as restantes irmandades investiram na assistência fúnebre e se esforçaram para celebrar a morte⁸⁴⁰.

As irmandades religiosas, portanto, eram também reconhecidas e distinguidas através da oferta do serviço de acompanhamento fúnebre, pela cruz, pano ou estandarte e pelas vestes dos seus membros. Quase todas possuíam esquife para o transporte do corpo e algumas covas próprias ou espaços de inumação nas suas capelas, normalmente providas por padres com cura das almas⁸⁴¹. Vários elementos compuseram o cenário das celebrações fúnebres confrariais, expostos aos olhos e sentimentos da população.

Sem luzes não se podia fazer o enterro, mesmo durante o dia. Para a mentalidade da Época Moderna, as luminárias revestiam um duplo significado. No plano mágico-simbólico, prefiguravam a luz eterna reservada aos justos ao mesmo tempo em que servia para espantar o demônio, impedindo-o de chegar perto do corpo do defunto⁸⁴². Outro meio de afirmação pública da morte era o toque do sino. Rigorosamente era o seu sinal que escalonava o cerimonial, num sistema de comunicação com os fregueses. O ritmo da vida cotidiana, os acontecimentos excepcionais, os perigos e a perda de vidas humanas irrompiam sonoramente em forma de notícia. A mensagem era transmitida através do toque diferenciado e personalizado do sino⁸⁴³. O toque dos sinos obedecia a normas, regulando o tempo da morte. O primeiro toque correspondia à saída do préstito, o segundo assinalava a entrada do corpo na igreja e o último fazia-se ouvir durante o repouso final. O sino dizia ainda quem era evocado, distinguia homens, mulheres e crianças, com número de sinais distintos⁸⁴⁴.

⁸³⁹ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas misericórdias portuguesas da época moderna. *Comunicação & Cultura*, nº10, 2010, p. 102.

⁸⁴⁰ ARAÚJO, 2010, p. 102.

⁸⁴¹ ARAÚJO, Ana Cristina dos Santos Bartolomeu de. **A morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)**. 766f. Tese (Doutoramento em História). Universidade de Coimbra, 1995, p. 536.

⁸⁴² ARAÚJO, 1995, p. 364.

⁸⁴³ Idem, p. 365-366.

⁸⁴⁴ Ibidem, p. 366.

Outra forma de comunicação em torno da morte eram as manifestações do luto. A cor, utilizada nas vestes e decorações fúnebres, as lamentações e os sinais exteriores atestavam a presença ou recordação do morto⁸⁴⁵. A cor negra era inicialmente utilizada apenas pelos monarcas, mas a partir do reinado de D. Manuel, em finais do século XV, passou a constituir um elemento chave e invariante na exteriorização do luto⁸⁴⁶. No decorrer do século XVIII, o tempo do luto foi normatizado com vistas à diminuição dos gastos, considerados excessivos. O período máximo de seis meses aplicou-se aos casos de falecimento de pessoas reais e a ascendentes ou descendentes diretos: pais, avós, bisavós, filhos, netos e bisnetos. O tempo intermediário de quatro meses abrangia o luto de irmãos, sogros, genros e cunhados. Em relação a tios, sobrinhos e primos eram tolerados dois meses. E para os parentes afastados estipulava-se quinze dias⁸⁴⁷.

O culto, a celebração litúrgica também ocupou lugar central nessa vivência religiosa fúnebre. Esse ato indicava a visibilidade apologética da crença, reconduzindo a representação devocional para o terreno da prática cotidiana. Instaurou novas formas de comunicação com o sagrado. Facilitou a assimilação afetiva da mensagem religiosa. Submeteu a devoção a um processo repetitivo, ritual e empírico e organizou o campo da fé⁸⁴⁸. Segundo Ana Cristina de Araújo, o culto desempenhou um papel fundamental na consolidação da piedade da Contra-Reforma, ao tocar nas emoções dos fiéis⁸⁴⁹.

Na Vila do Cuiabá, a Irmandade de São Miguel e Almas realizava as missas para os confrades vivos e mortos nas segundas-feiras, no altar da confraria, dentro da igreja matriz do Senhor Bom Jesus⁸⁵⁰. Essas celebrações eram presididas pelos capelães da associação, como mencionamos no capítulo anterior. A Irmandade de São Miguel e Almas possuía doze sepulturas. Elas estavam situadas “da porta travessa para cima, da parte do altar das mesmas almas” (Imagem 17). Essas sepulturas eram para uso dos associados e também de seus filhos legítimos até a idade de doze anos. Além dessas doze sepulturas, ainda eram possível enterrar corpos nas sepulturas da fábrica da igreja matriz, com as despesas pagas pela associação⁸⁵¹. Do conjunto de sufrágios pelas almas, eram oferecidas doze missas pelas almas dos membros da irmandade. Ainda rezavam

⁸⁴⁵ Ibid., p. 367.

⁸⁴⁶ Ibid., p. 368.

⁸⁴⁷ Ibid., p. 369-370.

⁸⁴⁸ Ibid., p. 521.

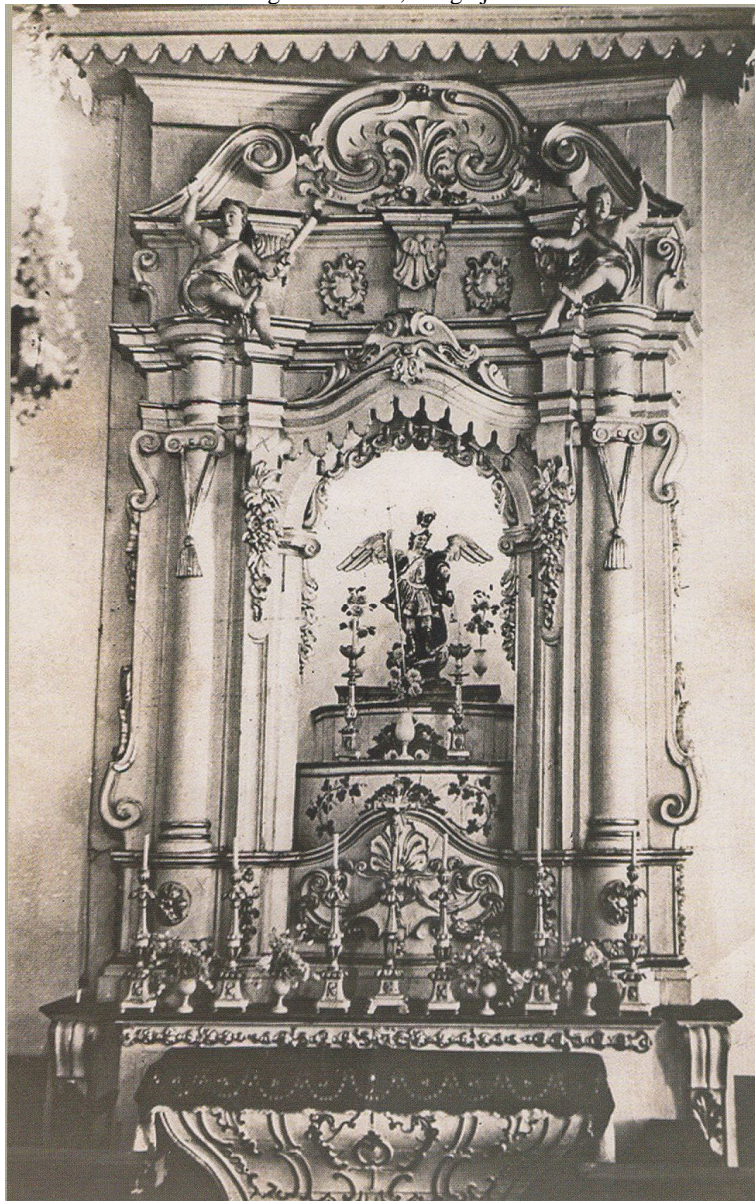
⁸⁴⁹ Ibid., p. 525-526.

⁸⁵⁰ Capítulo 4º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88. Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 15 de outubro de 1765.

⁸⁵¹ Capítulo 8º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

cinquenta missas anualmente pelas almas dos irmãos defuntos no Oitavário, dia de todos os santos ou no decorrer de todo o mês de novembro⁸⁵². Quando falecia um dos confrades eram realizadas as missas por sua alma imediatamente, independente de dívidas junto à confraria, que seriam cobradas dos herdeiros posteriormente⁸⁵³.

Imagem 17 – Altar dedicado a São Miguel e Almas, na igreja matriz do Senhor Bom Jesus - Cuiabá



Fonte: Edgard Jacintho da Silva. “Altar dedicado a São Miguel e Almas – Catedral Bom Jesus de Cuiabá”. Cuiabá-MT, 1956. Gelatina e prata, p&b, 18x12cm. Acervo: Museu Histórico de Mato Grosso. Coleção D. Aquino Corrêa. In: LUCÍDIO, João Antônio Botelho. **Ofício e Arte: fotografos e fotografias em Mato Grosso 1860-1960**. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2008, p. 251.

⁸⁵² Capítulo 9º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁸⁵³ Capítulo 11º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

Ainda sobre o serviço de assistência fúnebre da Irmandade de São Miguel e Almas, havia uma tumba para a condução dos cadáveres dos confrades. Isso ocorria durante o cortejo fúnebre, com a participação de todo o corpo da irmandade e de seu capelão. Porém, o uso da tumba não era restrito somente aos associados. De forma extra associativa, seu arrendamento para cortejo fúnebre custava a esmola de oito oitavas de ouro. A presença dos irmãos da Irmandade de São Miguel e Almas e de seu capelão nos cortejos fúnebres também poderia ser paga, e junto com a tumba somava o pagamento do valor de dezesseis oitavas de ouro. Os valores eram pagos ao tesoureiro e cobrados pelos procuradores, dando o direito também ao uso de tochas e uma cruz⁸⁵⁴. Essa associação oferecia ainda aos seus membros as mortalhas para os cadáveres, a cera, o acompanhamento do corpo e a encomendação da alma pelo capelão⁸⁵⁵. Não era permitida a falta sem justificativa dos confrades aos enterros dos corpos dos falecidos e às festividades. O faltoso era condenado, quando da primeira vez, a pagar a quantia de uma libra de cera, estando o procurador encarregado da cobrança⁸⁵⁶.

A Irmandade de São Miguel e Almas tinha como particularidade ser a única confraria com a função de conduzir os cadáveres fora do espaço da igreja. As outras irmandades tinham a possibilidade de possuir suas tumbas ou esquifes, mas apenas para transportarem os corpos de seus confrades da entrada das igrejas até suas sepulturas correspondentes. Essa exclusividade era justificada pelos irmãos por sua confraria possuir função de uma misericórdia, a respeito do serviço fúnebre, pois “esta Irmandade desde a criação desta Vila está fazendo as vezes de Misericórdia enterrando os pobres e governando as casas que deram de esmola para hospital dos pobres”⁸⁵⁷. Em seu compromisso constava a permanência desse atributo mesmo diante da existência de outras irmandades religiosas na Vila do Cuiabá⁸⁵⁸.

Possuir um esquife fúnebre próprio denotava maior visibilidade à irmandade no campo religioso local, pois demonstrava à comunidade o luxo do seu aparato fúnebre associativo⁸⁵⁹. O serviço de assistência fúnebre, com a utilização da tumba, foi

⁸⁵⁴ Capítulo 15º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁸⁵⁵ Capítulo 10º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁸⁵⁶ Capítulo 21º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁸⁵⁷ Capítulo 16º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁸⁵⁸ Capítulo 17º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

⁸⁵⁹ MORAES, Juliana de Mello. **Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)**. 2009, 636f. Tese (Doutoramento em História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal, p. 526.

destacado como uma das práticas pertencentes às Misericórdias e foi desempenhado em Mato Grosso pela Irmandade de São Miguel e Almas. A Misericórdia de Lisboa, nessa mesma fase, dispunha de tumbas para levar os corpos dos pobres às sepulturas, pessoas comuns e irmãos. Estes serviços eram gratuitos aos seus associados e aos pobres, mas todos os restantes tinham de pagar⁸⁶⁰. Nesse aspecto é que entendemos “as vezes” de misericórdia que desempenhou a Irmandade de São Miguel e Almas.

Visando garantir a assistência fúnebre, a Irmandade de São Miguel e Almas, arrecadava esmolas para a realização de missas para as almas, usando vara e bacia levadas por seus oficiais, que eram distribuídos para desempenhar essa tarefa no decorrer do ano. O provedor era o primeiro a percorrer o espaço da vila, seguindo a hierarquia de cargos da mesa dirigente. Cabia ao tesoureiro e ao escrivão programarem a oferta das missas, tomando nota dos nomes de todos os irmãos falecidos, bem como dos nomes dos falecidos indicados por aqueles que contribuíram com as esmolas para a realização das celebrações. De costume confrarial, reservavam as segundas-feiras para esses atos litúrgicos, bem como as celebrações dos domingos e dias santos⁸⁶¹.

Sobre a Irmandade do Senhor Bom Jesus (Imagem 18), também da Vila do Cuiabá, a realização da missa era tida como um “remédio para nossas necessidades” e para socorrer as almas do Purgatório⁸⁶². Essas celebrações litúrgicas eram realizadas na igreja matriz, às sete horas da manhã das sextas-feiras⁸⁶³. Quando falecia um dos irmãos, a irmandade mandava rezar sete missas por sua alma e seu corpo era acompanhado pelo capelão e demais confrades, conduzindo o cadáver em esquife da associação até a sepultura. Os filhos dos irmãos de compromisso tinham o direito aos sepultamentos também, os meninos até a idade de quatorze anos e as meninas até a idade dos doze anos⁸⁶⁴. No dia do Oitavário dos Defuntos, em novembro, como acontecia nas demais associações religiosas, eram realizadas missas em intenção das almas. Para esta data litúrgica, a associação determinou a celebração de trinta missas⁸⁶⁵.

⁸⁶⁰ ARAÚJO, 2010, p. 104.

⁸⁶¹ Capítulo 18°. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

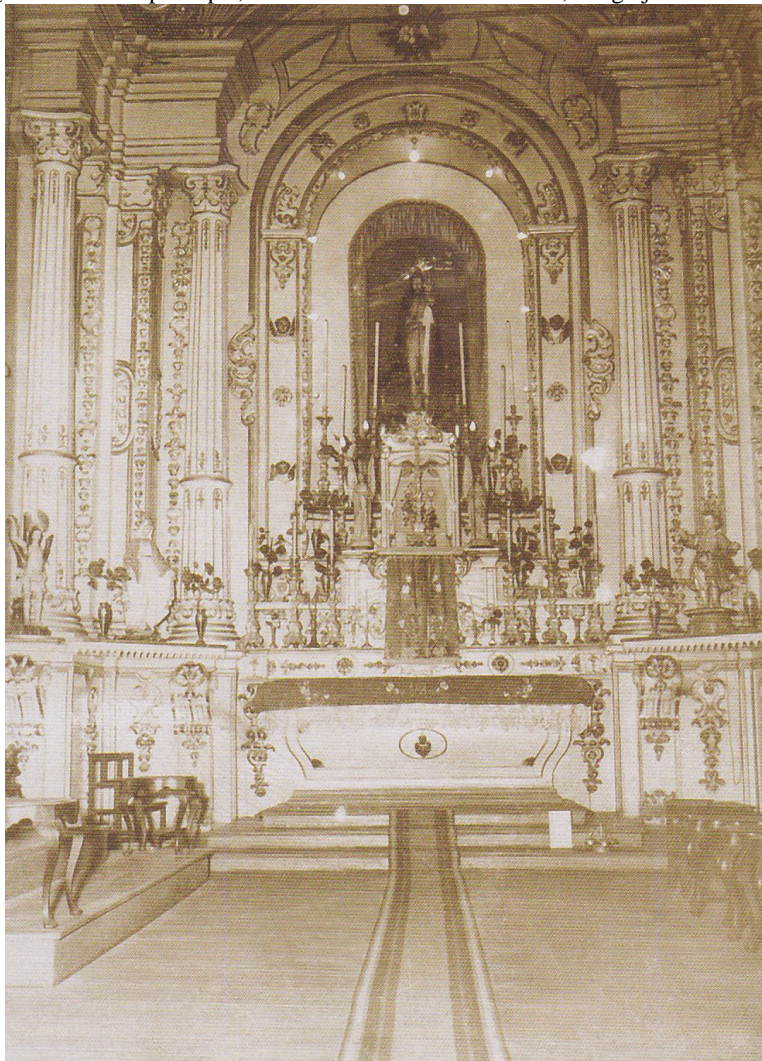
⁸⁶² Capítulo 11°. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40. Livro de Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em anexo, solicitação de confirmação do Compromisso (10 jul. 1820), Confirmação de D. João VI (17 abr. 1821), Termo de aceitação pelos Irmãos da Irmandade. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1821.

⁸⁶³ Capítulo 12°. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40

⁸⁶⁴ Capítulo 22°. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40

⁸⁶⁵ Capítulo 23°. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40

Imagem 18 – Altar principal, dedicado ao Senhor Bom Jesus, na igreja matriz - Cuiabá



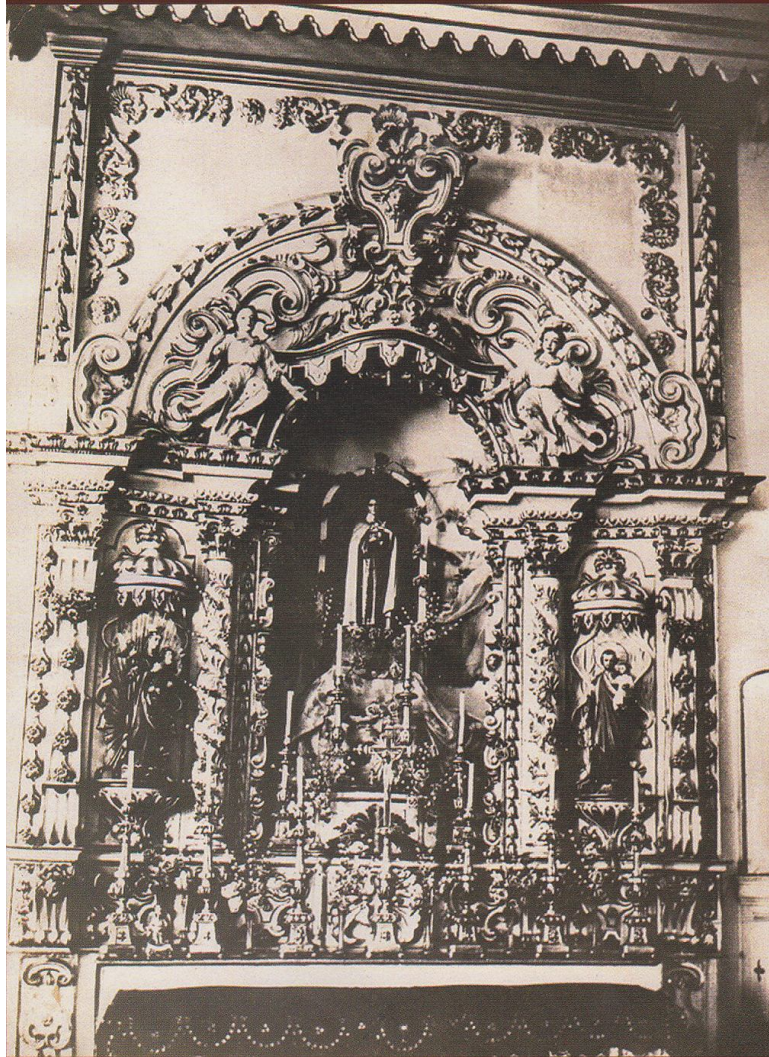
Fonte: Lázaro Papazian. “Altar-mor do padroeiro da cidade – Senhor Bom Jesus de Cuiabá”. Cuiabá-MT, 1960. Gelatina e prata, p&b, 18x12cm. Acervo: Museu Histórico de Mato Grosso. Coleção D. Aquino Corrêa. In: LUCÍDIO, João Antônio Botelho. **Ofício e Arte: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860-1960**. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2008, p. 252.

As sepulturas dessa irmandade estavam localizadas no seu consistório na igreja matriz do Senhor Bom Jesus, “que desde os princípios da Igreja do Cuiabá tem servido para os ajuntamentos dos devotos do Bom Jesus”⁸⁶⁶ (Imagem 19)⁸⁶⁷. Ainda contava com um esquife e doze opas roxas para o cortejo fúnebre e outras funções religiosas.

⁸⁶⁶ Capítulo 24º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40

⁸⁶⁷ No altar lateral, dedicado a Santa Terezinha, ficava anteriormente a imagem do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em 1919, durante as comemorações do Bicentenário de Cuiabá, a imagem do Senhor Bom Jesus passou a ocupar lugar de destaque no Altar-mor, junto ao Santíssimo Sacramento. Foi assim que a imagem de Santa Terezinha passou a ocupar lugar no altar construído a expensas da Irmandade do Bom Jesus, ainda em meados do século XVIII. Cf. LUCÍDIO, João Antônio Botelho. **Ofício e Arte: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860-1960**. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2008, p. 250.

Imagem 19 – Antigo altar dedicado ao Senhor Bom Jesus, na igreja matriz - Cuiabá



Fonte: Edgard Jacintho da Silva. “Altar dedicado a Santa Terezinha – Catedral Bom Jesus de Cuiabá”. Cuiabá-MT, 1956. Gelatina e prata, p&b, 18x12cm. Acervo: Museu Histórico de Mato Grosso. Coleção D. Aquino Corrêa. In: LUCÍDIO, João Antônio Botelho. **Ofício e Arte: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860-1960**. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2008, p. 250.

Outra associação da Vila do Cuiabá, a Irmandade do Santíssimo Sacramento determinou a realização de missas em intenção dos irmãos vivos e mortos às quintas-feiras, do mesmo modo como determinou sua congênere de Vila Bela⁸⁶⁸. Um ofício anual ocorria com o mesmo fim, que seria cantado e contaria com a participação de nove sacerdotes que cobrassem “pelo valor mais barato”. Ainda em intenção das almas dos confrades realizavam sessenta missas no decorrer do ano⁸⁶⁹. As sepulturas dessa irmandade também estavam situadas na igreja matriz do Senhor Bom Jesus, entre as grades do templo até as escadas do altar mor. Este era o espaço que servia como capela da confraria e que era conservado à sua custa, para que nele se enterrassem os confrades defuntos, assim como suas mulheres, mesmo que viúvas. Os filhos dos irmãos até a idade dos quatorze anos também eram enterrados nessas sepulturas, bem como prelados da associação. Em todos os atos fúnebres participavam os membros da confraria, que continha também uma tumba para o transporte dos corpos dos falecidos confrades. Eram também oferecidas doze missas em intenção de suas almas⁸⁷⁰.

Na Irmandade do Santíssimo Sacramento, de Vila Bela, também eram oferecidas missas aos irmãos vivos e falecidos. Elas aconteciam no altar mor da igreja matriz da vila-capital ou onde estivesse a eucaristia, nas quintas-feiras. Para esse ato acordaram que não era preciso pedir licença ou autorização prévia ao Vigário da Igreja, nem pagar taxa alguma além daquela que já custeavam pelos serviços litúrgicos e sacramentais ao seu próprio capelão⁸⁷¹. Era realizado ainda um ofício anual cantado em honra dos confrades vivos e defuntos. Contudo, isso era feito em situação de disponibilidade de recursos, pois caso contrário tinha a irmandade opção de oferecer trinta missas rezadas ou de utilizarem tochas no lugar da cera das velas para as celebrações religiosas⁸⁷². Do mesmo modo, uma procissão era promovida todos os terceiros domingos de cada mês. Nesse momento posicionavam-se os irmãos à roda do

⁸⁶⁸ Capítulo 8º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 25 de novembro de 1767.

⁸⁶⁹ Capítulo 9º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30.

⁸⁷⁰ Capítulo 11º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30.

⁸⁷¹ Capítulo 8º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 23 de março de 1781.

⁸⁷² Capítulo 9º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

cruzeiro da igreja matriz, com música, reunindo os membros da confraria⁸⁷³. As sepulturas dessa confraria estavam situadas “das grades da igreja matriz para cima até a escada do altar mor”. Eram enterrados nessas sepulturas os cadáveres dos irmãos, suas mulheres e filhos até a idade de quatro anos. A irmandade ainda acompanhava os enterros dos corpos nas sepulturas, participando dos cortejos fúnebres com opas e tochas, conduzindo os cadáveres em esquife da associação⁸⁷⁴.

Ainda em Vila Bela, a Irmandade de Santo Antônio tinha do mesmo modo que as demais confrarias a preocupação em realizar missas em intenção dos irmãos vivos e defuntos⁸⁷⁵. O capelão da irmandade celebrava uma missa às terças-feiras, na igreja de Santo Antônio. Ofereciam quatro missas pelos oficiais que pagavam valores maiores de anuais e duas missas aos demais irmãos. Havia ainda um esquife para conduzirem os cadáveres, que eram acompanhados pelos irmãos e pelo capelão⁸⁷⁶.

Sobre as irmandades relativas aos africanos e seus descendentes livres, cativos ou libertos da Prelazia do Cuiabá, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Cuiabá previu em seus estatutos a realização de serviço fúnebre aos seus associados. Era oferecido o cortejo fúnebre, em rede da irmandade, com o acompanhamento dos confrades e capelão até uma de suas sepulturas situadas na capela de Nossa Senhora do Rosário. Os filhos dos matriculados também tinham o direito aos sepultamentos nessas covas, até a idade de doze anos e do mesmo modo as viúvas. Realizavam missas pelas almas dos irmãos inscritos, no dia dos falecimentos e também aos domingos e no dia do Oitavário dos Defuntos, no mês de novembro. Durante a realização dos atos fúnebres os irmãos da confraria usavam suas opas e seguiam o cortejo do cadáver com tochas⁸⁷⁷.

⁸⁷³ Capítulo 10º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

⁸⁷⁴ Capítulo 11º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

⁸⁷⁵ Capítulo 3º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067. Compromisso da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa ereta na capela do mesmo santo de Vila Bela do Mato Grosso. Vila Bela da Santíssima Trindade, 1785.

⁸⁷⁶ Capítulo 11º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067.

⁸⁷⁷ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Documentos Avulsos, Fundação Vilaboense de Cultura – GO, 1751. Apud. SILVA, 2001; ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá. Provisão de confirmação do seu compromisso. Lisboa, 10 de janeiro de 1783; Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 02. Processo nº 916. Testamento de Antônio Gomes de Faria. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1793; Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 08. Processo nº 551. Inventário de Antônio Francisco Pacheco de Souza. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1801; Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 13. Processo nº 563. Inventário de Ignácio de Pinho. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1807; ACBM/IPDAC Pasta 55– nº 1066 Caixa 16. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Cuiabá. Cuiabá, 20 de fevereiro de 1838.

As Irmandades de Nossa Senhora do Rosário, de Vila Bela, igualmente normatizaram sua assistência fúnebre. Na primeira, que congregava os pretos cativos, todos os sábados o capelão rezava uma missa aos irmãos mortos e vivos, com uma ladainha ao final da celebração. Outro ato religioso freqüente era a reza do terço aos domingos. Nos cortejos fúnebres dos confrades falecidos obrigatoriamente participavam cinco irmãos com suas opas e tochas, acompanhando o cadáver, juntamente com o capelão, a uma de suas covas⁸⁷⁸. As sepulturas à disposição dos irmãos mortos estavam localizadas desde a porta principal até o terceiro andar da igreja. Para esse atendimento funerário, dispunha a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de um esquife para o transporte dos cadáveres⁸⁷⁹. Todavia, funções fúnebres adicionais, como ofício de música e realização de mais missas deveriam ser pagas ao Reverendo Vigário, de acordo com seus direitos paroquiais⁸⁸⁰.

Com relação aos filhos falecidos dos irmãos dessa confraria, era realizado o acompanhamento de seus cadáveres até a sepultura, sem cobrança de espórtula alguma, contudo o mesmo não ocorria em se tratando de filhos de pessoas que não estivessem inscritas nessa associação⁸⁸¹. Por conseguinte, só eram enterrados os filhos dos irmãos de compromisso até doze anos de idade⁸⁸². Eram oferecidas oito missas pela alma do confrade morto, devendo o juiz da irmandade observar para que ocorressem com a maior brevidade possível⁸⁸³. O quadro de ofertas dos serviços fúnebres e sufrágios pelas almas eram alterados quando ocorria o não pagamento dos anuais e esmolos. Os devedores ficavam impedidos de usufruir desse atendimento até que resolvesse sua situação junto à confraria⁸⁸⁴. Não apenas os devedores de anuais, mas também aqueles que ocupassem os cargos de mesa dirigente e não realizassem o pagamento de sua espórtula anual também ficariam impedidos desse mesmo usufruto fúnebre⁸⁸⁵.

⁸⁷⁸ Capítulo 16º e 22º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário novamente ereta pelos irmãos da Irmandade nesta freguesia de Vila Bela da Santíssima Trindade, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Bela da Santíssima Trindade, 13 de julho de 1765.

⁸⁷⁹ Capítulo 27º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁸⁸⁰ Capítulo 16º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁸⁸¹ Capítulo 23º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁸⁸² Capítulo 28º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁸⁸³ Capítulo 24º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁸⁸⁴ Capítulo 25º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

⁸⁸⁵ Capítulo 26º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184.

Ainda em Vila Bela, a outra irmandade dedicada a Nossa Senhora do Rosário, relativa aos pretos forros, costumou dedicar de igual modo os últimos domingos de todos os meses para a reza do terço, em que se lembravam dos irmãos falecidos. O capelão era o responsável por esse ato religioso, dedicando o terço e ladainha a Nossa Senhora do Rosário⁸⁸⁶. Todavia, os que tivessem dívidas com a associação não tinham acesso a seu serviço fúnebre, como sepultamento e encomendação da alma⁸⁸⁷.

Conforme discussões de Maria Marta Lobo de Araújo, consideramos que a realização do cortejo, enterros e demais sufrágios pelas almas dos confrades falecidos, previstos nos compromissos das irmandades, extrapolava a busca pela salvação da alma. Esses atos eram ocasião de mostrar a grandeza e a capacidade da realização desses serviços fúnebres. A presença de todos os irmãos nesses momentos reforçava o sentimento de pertença a uma comunidade fraterna e atestava as obrigações que os vivos tinham com os mortos. As saídas públicas nos atos fúnebres contribuíam para fortalecer as relações com o exterior e mostrar as ações da irmandade⁸⁸⁸.

Esse universo fúnebre das irmandades religiosas foi apresentado até aqui através de seus aspectos formais, normativos. Desde o falecimento até a sepultura, estava tudo formalizado nos estatutos e deveria ser cumprido pelas associações. O aviso do falecimento pelas ruas, hora do enterro, as tochas, as varas, as esquifes, redes ou tumba, o lugar do capelão e dos oficiais, estavam estipulados nos compromissos. Infelizmente os livros de registros das práticas confrariais se perderam ao longo do tempo, sendo raras as informações acerca do cotidiano de cada associação. No entanto, levantamos informações em testamentos e inventários relativos ao período analisado e verificamos se essas práticas presentes nos dispositivos confrariais foram executadas.

As elites locais, enquanto grupo social, tinham suas irmandades representativas na Prelazia do Cuiabá, como discutimos no decorrer deste trabalho. Suas práticas fúnebres foram custeadas tendo em vista angariar maior quantidade possível de sinais e sufrágios em prol do bem estar de suas almas na pós-morte, mas principalmente demonstrar a posição de poder e prestígio desse grupo dentro do campo religioso católico local. Segundo Maria Marta Lobo de Araújo, à medida que o gosto barroco se desenvolveu, as celebrações da morte tornaram-se mais complexas, ficando cada vez

⁸⁸⁶ Capítulo 8º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Bela da Santíssima Trindade, 01 de junho de 1779.

⁸⁸⁷ Capítulo 21º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80.

⁸⁸⁸ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Rituais fúnebres nas misericórdias portuguesas de setecentos. *Forum* 41. Braga, jan-jun 2007, p. 09-10.

mais aparatosas e imponentes⁸⁸⁹. Percebemos isso através da análise de inventários e testamentos de alguns dos seus integrantes, apresentados a seguir.

João Lemes de Barbosa e Silva, de Vila Bela, no ano de 1778, encomendou sua alma a Santíssima Trindade e pediu para que seu corpo fosse sepultado na igreja matriz, amortalhado no Hábito de São Francisco ou no de Nossa Senhora do Carmo. Orientou que seu cadáver fosse levado em esquife disponível e acompanhado à sepultura pelo Reverendo Pároco e demais clérigos que servissem na vila, e que os mesmos religiosos promovessem uma missa de corpo presente. Deixou ainda registrado o pagamento por vinte missas de esmola ordinária pela alma de seus pais e de seus escravos e mais cinquenta missas em intenção de sua própria alma⁸⁹⁰.

Em 1791, o Capitão José Vasconcelos Castelo Branco, da Vila do Cuiabá, registrou que desejava ter seu corpo sepultado na igreja matriz em sepultura pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento, da qual era irmão. Pediu para que fosse amortalhado no Hábito de São Francisco ou no de Nossa Senhora do Carmo. Pediu ainda para que seu cadáver fosse acompanhado à sepultura pela Irmandade do Santíssimo Sacramento, com seus membros integrantes, e também pelo Reverendo Pároco e demais sacerdotes que estivessem na vila. Ainda deixou registrado o pagamento de esmola por uma missa de corpo presente⁸⁹¹.

Em 1793, o Alferes Manuel Nunes de Brito, da Vila do Cuiabá, pediu para que seu corpo fosse amortalhado no Hábito de São Francisco, conduzido no caixão e sepultado em uma das sepulturas da Irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja matriz da vila, em proximidade do altar de Nossa Senhora da Conceição. Solicitou ainda o acompanhamento do Reverendo Pároco, com todos os sacerdotes que houvesse na igreja e a realização de uma missa de corpo presente. Registrou ainda que a Irmandade do Santíssimo Sacramento acompanhasse o seu corpo, bem como a Irmandade de São Miguel e Almas, onde também estava inscrito como associado. Sua vontade ainda era a de que convidassem os padres, demais irmandades e pessoas que quisessem participar da missa de corpo presente, cabendo aos administradores de seus bens o pagamento dessas funções, pelo bem de sua alma e das almas do Purgatório⁸⁹².

⁸⁸⁹ ARAÚJO, 2010, p. 104.

⁸⁹⁰ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Caixa 01. Processo nº 973. Inventário de João Lemes de Barbosa e Silva. Ano de 1778.

⁸⁹¹ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 01. Processo nº 824. Testamento de José Vasconcelos Castelo Branco. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1791.

⁸⁹² Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 02. Processo nº 597. Testamento de Manoel Nunes de Brito. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1793.

Em 1794, Francisco de Souza Brandão, da Vila do Cuiabá, solicitou em seu testamento que seu cadáver fosse amortalhado no Hábito de Nossa Senhora do Carmo, a ser confeccionado e depois benzido por algum sacerdote da vila. Seu corpo deveria ser conduzido em esquife da Irmandade de São Miguel e Almas, para uma das sepulturas dessa associação, de quem era irmão inscrito, dentro da igreja matriz. Deixou ainda registrado o pagamento de uma missa de corpo presente ao Reverendo Pároco⁸⁹³.

Em 1796, o Tenente Pedro Gonçalves Neto, da Vila do Cuiabá, estava inscrito na Irmandade do Santíssimo Sacramento e na Irmandade de São Miguel e Almas, e nesse mesmo ano registrou em seu testamento que seu corpo fosse enterrado em uma das sepulturas da Irmandade do Santíssimo Sacramento, especificamente junto ao altar de Santa Ana (Imagem 20). Pediu para que se cadáver fosse amortalhado no Hábito de São Francisco e acompanhado pelo Reverendo Pároco e pelos capelães das referidas confrarias. Pediu ainda para que utilizassem a tumba da Irmandade de São Miguel e Almas para seu cortejo fúnebre, por ter esse direito por ser inscrito na associação, acompanhado também pelos membros das irmandades. Deixou registrado o pagamento de esmolas por sua missa de corpo presente e o pagamento de vinte missas em intenção de sua alma e por aqueles com quem fez “negócios” ou manteve algum encargo⁸⁹⁴.

⁸⁹³ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 03. Processo nº 715. Testamento de Francisco de Souza Brandão. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1794.

⁸⁹⁴ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 04. Processo nº 281. Testamento de Pedro Gonçalves Neto. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1796.

Imagem 20 – Altar dedicado a Santa Ana, na igreja matriz do Senhor Bom Jesus – Cuiabá



Fonte: Edgard Jacintho da Silva. “Altar do Cruzeiro – Catedral Bom Jesus de Cuiabá”. Cuiabá-MT, 1956. Gelatina e prata, p&b, 18x12cm. Acervo: Museu Histórico de Mato Grosso. Coleção D. Aquino Corrêa. In: LUCÍDIO, João Antônio Botelho. **Ofício e Arte: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860-1960**. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2008, p. 248.

Em 1797, Luzia Cobre Abreu, da Vila do Cuiabá, pediu que seu corpo fosse sepultado na igreja matriz, amortalhado no Hábito de São Francisco ou em um lençol. Solicitou que o Reverendo Pároco, juntamente com os padres disponíveis, acompanhasse seu corpo e realizasse uma missa de corpo presente. Como estava inscrita na Irmandade do Santíssimo Sacramento, requereu que a associação acompanhasse também seu cadáver. Pediu ainda a realização de dezenas de missas por sua alma e registrou a doação de esmolas aos pobres que participassem dos sufrágios por sua alma, onde “se dará de esmola meia quarta de farinha de carne”, do mesmo modo aos que fossem à porta da sua casa no dia de sua moléstia, na proximidade de sua morte⁸⁹⁵.

Também em 1797, Pascoal Delgado Lobo, da Vila do Cuiabá registrou sua vontade de ter o seu corpo amortalhado em Hábito de São Francisco ou em um lençol, a ser enterrado em sepultura pertencente à Irmandade do Santíssimo Sacramento, da qual era associado. Pediu para que se pagasse à Irmandade de São Miguel e Almas pelo uso de sua tumba, pelo valor acostumado, não deixando claro se era associado também a essa associação. Solicitou que o Reverendo Pároco e os demais padres da paróquia acompanhassem o seu corpo e realizassem no mesmo dia, caso fosse possível, uma missa de corpo presente. Deixou como esmola o pagamento de uma libra de cera aos padres e de meia libra de cera aos irmãos da Irmandade do Santíssimo Sacramento, pela participação nos sufrágios por sua alma. Deixou registrado o pagamento por dois momentos de música em seu enterro e de mais doze missas em intenção de sua alma⁸⁹⁶.

No ano de 1798, Miguel José Rodrigues, da Vila do Cuiabá, pediu que seu cadáver fosse amortalhado no Hábito de Nossa Senhora do Carmo, acompanhado em esquife da Irmandade do Santíssimo Sacramento ou em tumba da Irmandade de São Miguel e Almas, pois estava inscrito como irmão em ambas as confrarias. O enterro seria em sepultura de uma dessas associações, na igreja matriz. Solicitou ainda que o Reverendo Pároco e demais padres disponíveis acompanhassem seu corpo e realizassem uma missa de corpo presente, paga pelos seus bens⁸⁹⁷.

Em 1799, José de França e Silva, da Vila do Cuiabá, declarou em seu testamento ser irmão da Irmandade de São Miguel e Almas e da Irmandade do

⁸⁹⁵ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 04. Processo nº 301. Testamento de Luiza Cobre Abreu. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1797.

⁸⁹⁶ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 04. Processo nº 558. Testamento de Pascoal Delgado Lobo. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1797.

⁸⁹⁷ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 04. Processo nº 655. Testamento de Miguel José Rodrigues. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1798.

Santíssimo Sacramento e que ambas as associações eram obrigadas a acompanhar o seu cadáver a uma de suas sepulturas, dentro da igreja matriz. Pediu para que seu corpo fosse conduzido em esquife da Irmandade do Santíssimo Sacramento e amortalhado em Hábito que seu testamenteiro escolhesse. Solicitou ainda que participassem do ato fúnebre o Reverendo Pároco e demais padres disponíveis, incluindo a realização da missa de corpo presente. Declarou também que realizassem na cidade de São Paulo oitenta missas, pelas almas do purgatório, de seus pais e de sua própria alma⁸⁹⁸.

Antônia Maria, crioula forra, moradora na Vila do Cuiabá, teve sua missa de corpo presente presidida pelo Reverendo Pároco Agostinho Luiz de Gulate Pereira. No ano de 1801, teve seu corpo encomendado e sepultado em uma das sepulturas da Fábrica da igreja matriz da vila. O padre realizou nesse ato fúnebre três sinais, sendo cobrado o valor total de doze oitavas e três quartos de ouro⁸⁹⁹.

No ano de 1801, o Alferes Manoel de Moura, da Vila do Cuiabá, pediu que seu corpo fosse amortalhado em Hábito de São Francisco ou no de Nossa Senhora do Carmo e depois fosse conduzido e sepultado na igreja matriz da vila. Solicitou o acompanhamento pelo Reverendo Pároco e padres disponíveis, e a realização de uma missa de corpo presente. Estava inscrito na Irmandade do Santíssimo Sacramento e por isso requereu que os membros da associação participassem do ato fúnebre, utilizando inclusive a esquife da irmandade para a condução de seu corpo. Registrou ainda o desejo de que houvesse música em seu enterro, em três momentos, a serem pagas pelos seus bens, bem como a realização de cinquenta missas por sua alma⁹⁰⁰.

Em 1803, Manoel Pinto Rodrigues, da Vila do Cuiabá, declarou que fazia parte da Irmandade de São Miguel e Almas, na qual inclusive havia ocupado cargos da Mesa dirigente. Era comerciante na capitania de Mato Grosso, trazendo vários produtos e escravos da Praça do Rio de Janeiro. Registrou em seu testamento que se morresse na região das minas cuiabanas desejava ter seu corpo enterrado em sepultura da referida irmandade, na igreja matriz, acompanhado pelo Reverendo Pároco e demais sacerdotes da freguesia, que deveriam ainda realizar uma missa de corpo presente. Declarou ainda querer seu cadáver amortalhado em Hábito de Nossa Senhora do Carmo ou de São

⁸⁹⁸ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 05. Rolo 02. Processo nº341. Inventário de José de França e Silva. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1799.

⁸⁹⁹ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 06. Processo nº 960. Inventário de Antônia Maria. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1801.

⁹⁰⁰ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 07. Rolo 03. Vol. I. Inventário de Manoel de Moura. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1801.

Francisco. Registrou não dever coisa alguma à Irmandade de São Miguel e Almas, sobretudo seus anuais, e se referiu a essa associação como “Irmandade ou Casa de Misericórdia”, sobretudo porque a mesma desempenhava algumas das obrigações de uma Misericórdia na vila cuiabana, conforme discutimos. Deixou registrado o pagamento de vinte sacerdotes para acompanharem o enterro de seu corpo⁹⁰¹.

Do mesmo modo em 1803, o Capitão Antônio Xavier de Siqueira, da Vila do Cuiabá, declarou em seu testamento que desejava ter seu corpo amortalhado em Hábito de São Francisco ou no de Nossa Senhora do Carmo. Era irmão da Irmandade do Santíssimo Sacramento e por isso pediu para que fosse enterrado em uma das sepulturas dessa associação, na igreja matriz, acompanhado pelos membros da confraria, pelo Reverendo Pároco e demais padres disponíveis. Solicitou que realizassem uma missa de corpo presente, seja no dia de seu falecimento ou no de seu enterro. Além dessas pediu dezenas de missas em prol de sua alma e com outras intenções, assim distribuídas: três à Santíssima Trindade; trinta e três à Irmandade do Santíssimo Sacramento, de “Nosso Senhor Jesus Cristo”; cinco às chagas de Cristo; três à Mãe de Deus; três em louvor a Jesus, Maria e José; três à pureza de Nossa Senhora; cinco em louvor do seu Anjo de Guarda; nove em honra a São José; nove em honra a Santo Antônio; treze em glória à Santa Ana; nove em honra a Nossa Senhora do Livramento; nove aos Santos Meninos; trinta e três ao Senhor Bom Jesus; quatro a São João Batista. Todas essas missas seriam realizadas em intenção das divindades cristãs, mas especialmente ao bem-estar da alma do falecido Capitão. Deixou ainda mais vinte missas pagas pelas almas de seus pais, irmãos, avós e parentes de até o terceiro grau. Pediu para que todas essas celebrações fossem realizadas no altar da Irmandade do Santíssimo Sacramento, pelo seu Reverendo Capelão, paga pelos bens que acumulou em vida⁹⁰².

⁹⁰¹ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 09. Processo nº765. Inventário de Manoel Pinto Rodrigues. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1803.

⁹⁰² Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 10. Processo nº659. Inventário de Antônio Xavier de Siqueira. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1803.

Imagem 21 – Altar de Nossa Senhora da Conceição, na igreja matriz do Senhor Bom Jesus - Cuiabá



Fonte: Edgard Jacintho da Silva. “Altar do Cruzeiro – Catedral Bom Jesus de Cuiabá”. Cuiabá-MT, 1956. Gelatina e prata, p&b, 18x12cm. Acervo: Museu Histórico de Mato Grosso. Coleção D. Aquino Corrêa. In: LUCÍDIO, João Antônio Botelho. **Ofício e Arte: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860-1960**. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2008, p. 249.

Catarina Pereira Rocha, moradora na Vila do Cuiabá, no ano de 1803, declarou em seu testamento que desejava ter seu cadáver amortalhado em Hábito de Nossa Senhora do Carmo. Seu sepultamento ocorreria na capela de São Gonçalo, do Porto Geral, em Cuiabá. Nessa igreja, o padre encomendaria seu corpo e realizaria uma missa de corpo presente. Além dessa celebração, registrou o pagamento de esmolos para mais oito missas, a serem realizadas em diferentes igrejas da vila, sendo duas no altar de

Nossa Senhora da Conceição (Imagem 21), da igreja matriz do Senhor Bom Jesus do Cuiabá; duas na capela de Nossa Senhora do Bom Despacho; duas na capela de São Gonçalo; duas na capela de Nossa Senhora do Rosário. Além das esmolas para a realização de missas, deixou como legado a oferta de três oitavas de ouro para a igreja matriz, uma oitava e meia para a capela de Nossa Senhora do Bom Despacho e uma oitava para a capela de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos. Não foi possível verificar sua inscrição nas irmandades da Vila do Cuiabá, mas é possível que ela fizesse parte delas, sobretudo na de São Gonçalo do Porto Geral, onde foi sepultada⁹⁰³.

Ainda em 1803, Francisco Freire de Andrade, da Vila do Cuiabá, declarou em seu testamento querer seu cadáver amortalhado no Hábito de São Francisco ou num lençol, a ser conduzido em tumba da Irmandade de São Miguel e Almas, de quem era irmão. Também estava inscrito na Irmandade do Santíssimo Sacramento, por isso podia ser enterrado dentro da igreja matriz da vila, em sepulturas de uma das duas irmandades. Todos os membros dessa confraria deveriam acompanhar o enterro de Francisco Freire de Andrade, que solicitou também a presença do Reverendo Pároco e demais padres disponíveis na Vila do Cuiabá para o acompanhamento do cadáver e realização de uma missa de corpo presente. Registrou ainda o pagamento de cinquenta missas em sufrágio de sua alma, a serem realizadas na igreja matriz⁹⁰⁴.

No ano de 1804, Manoel da Fonseca, da Vila do Cuiabá, declarou em seu testamento o desejo de ter o seu cadáver amortalhado em Hábito de São Francisco ou no de Nossa Senhora do Monte do Carmo. Era irmão inscrito na Irmandade de São Miguel e Almas e na Irmandade do Santíssimo Sacramento, e por isso requereu para que fosse conduzido em tumba da primeira, mas poderia ser enterrado em uma sepultura disponível de qualquer uma dessas confrarias. Além do acompanhamento garantido pelos irmãos das associações, pediu para que seu corpo fosse acompanhado durante o cortejo fúnebre e enterramento pelo Reverendo Pároco e por dois padres disponíveis no dia do ato. Solicitou a realização de três missas de corpo presente, no dia de seu falecimento. Deixou ainda de esmola para o altar do Senhor Bom Jesus e de Nossa Senhora da Conceição, ambos da igreja matriz, a quantia de cinco oitavas de ouro, para

⁹⁰³ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 09. Rolo 04. Processo nº682. Inventário de Catarina Pereira Rocha. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1803.

⁹⁰⁴ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 10. Processo nº246. Inventário de Francisco Freire de Andrade. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1803.

cada um deles. Pediu, por fim, para que seu testamenteiro ofertasse dez missas pelas almas do purgatório e mais cinco missas por intenção de sua alma⁹⁰⁵.

Luiz Barbosa, da Vila do Cuiabá, no ano de 1804, relatou em seu testamento que desejava ter seu cadáver amortalhado em algum Hábito ou mesmo lençol, a ser conduzido numa rede para alguma sepultura disponível da Fábrica da igreja matriz. Deixou registrado o pagamento de quatro missas em intenção de sua alma, incluindo a de corpo presente. Todos esses pedidos foram feitos ao capelão Joaquim Fernando Coelho, pois Luiz Barbosa não sabia ler nem escrever⁹⁰⁶.

Também em 1804, José Francisco da Conceição, da Vila do Cuiabá, registrou em seu testamento o pedido de realização de seis missas de corpo presente, na ocasião de sua morte. Estava inscrito na Irmandade de São Miguel e Almas e por isso solicitou que fosse acompanhado pela associação, com seus membros, em tumba ofertada por ela, até uma de suas sepulturas dentro da igreja matriz. Ainda no acompanhamento do seu cadáver, pediu a presença do Reverendo Pároco e mais cinco padres disponíveis na freguesia. Chamou a atenção o fato de não querer restrições no acompanhamento de seu cadáver, fazendo questão que participassem pessoas indígenas ou mesmo pretos ou demais pessoas de cor, sem distinção. Pediu ainda para que tivesse o corpo amortalhado em Hábito de Nossa Senhora do Carmo⁹⁰⁷.

Em 1805, o Capitão Bento Toledo Piza, da Vila do Cuiabá, declarou em seu inventário no ano de 1805 que desejava ter o seu corpo sepultado dentro da igreja matriz. Era irmão na Irmandade do Santíssimo Sacramento e na Irmandade de São Miguel e Almas, por isso solicitou ser sepultado em sepultura disponibilizada por uma das duas. Pediu para que utilizassem a esquife da Irmandade do Santíssimo Sacramento na condução de seu cadáver, durante o cortejo fúnebre, com assistências dos membros das mencionadas confrarias, do Reverendo Pároco e demais sacerdotes disponíveis. Desejava também ter seu corpo amortalhado no Hábito de São Francisco. Deixou pagas as esmolas por duas missas de corpo presente, “pelo sacerdote mais pobre que houver nesta Vila”. Além dessas celebrações, pagou por mais quarenta missas em intenção de

⁹⁰⁵ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 10. Processo nº683. Inventário de Manoel da Fonseca. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1804.

⁹⁰⁶ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 10. Rolo 05. Processo nº961. Inventário de Luiz Barbosa. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1804.

⁹⁰⁷ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 11. Processo nº187. Inventário de José Francisco da Conceição. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1804.

sua alma e fez legados às irmandades em que estava matriculado como irmão, doando trinta oitavas de ouro para a Irmandade de São Miguel e Almas⁹⁰⁸.

Também em 1805, Francisco Gomes da Silva, da Vila do Cuiabá, declarou em seu testamento que desejava ter seu cadáver amortalhado em Hábito de Nossa Senhora do Carmo, a ser conduzido no cortejo fúnebre em esquife da Irmandade do Santíssimo Sacramento, da qual fazia parte. Pediu para que acompanhassem o seu corpo os irmãos dessa confraria, bem como os padres disponíveis na paróquia, para depois realizar uma missa de corpo presente na igreja matriz⁹⁰⁹.

Antônio Gonçalves da Silva, da Vila do Cuiabá, declarou no ano de 1807 que se realizassem quatro missas de corpo presente no momento de seu falecimento. Além dessas celebrações, solicitou que fizessem mais setenta missas em intenção de seus pais, irmãos e alguns familiares falecidos e outras duzentas em intenção de sua alma e de “todos aqueles com quem tenho tido negócios e todos os amigos com que me tenho tido amizade”, em igrejas de São Paulo e do Rio de Janeiro. Pediu ainda mais quatro missas em honra a Nossa Senhora da Conceição do Recife, em Pernambuco⁹¹⁰.

Em 1808, Ana Rodrigues Vidal, da Vila do Cuiabá, declarou em seu testamento que era irmã de compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da igreja matriz e que diante do seu falecimento desejava ter a realização de missa de corpo presente e de mais nove celebrações em prol do bem estar de sua alma. Solicitou que seu cortejo fúnebre fosse acompanhado pelos membros da referida associação e pelo Reverendo Pároco, envolvido em um lençol e “levado em pompa a Igreja”, para ser enterrado em uma das sepulturas da Irmandade do Santíssimo Sacramento⁹¹¹.

No mesmo ano de 1808, Luiz Monteiro Salgado, da Vila do Cuiabá, registrou em seu testamento a vontade de ter seu cadáver amortalhado em Hábito de Nossa Senhora do Carmo. Também declarou querer a presença do Reverendo Pároco no acompanhamento do seu corpo, bem como da Irmandade de São Miguel e Almas, da qual fazia parte. Seu enterro se realizaria em uma das covas da referida associação, dentro da igreja matriz da vila. Pediu também para que realizassem vinte missas, em

⁹⁰⁸ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 12. Inventário de Bento Toledo Piza. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1805.

⁹⁰⁹ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 12. Processo nº 169. Inventário de Francisco Gomes da Silva. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1805.

⁹¹⁰ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 13. Processo nº 221. Inventário de Antônio Gonçalves da Silva. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1807.

⁹¹¹ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 14. Processo nº 102. Inventário de Ana Rodrigues Vidal. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1808.

intenção de sua alma e em honra à Paixão de Nosso Senhor Jesus Cristo, à Santíssima Trindade, à Pureza de Maria e em louvor aos Santos Anjos⁹¹².

Percebemos no acompanhamento desses casos que os dispositivos confrariais das elites locais foram cumpridos na realização dos rituais fúnebres dos seus confrades. No entanto, mesmo no interior do grupo social das elites locais havia diferenças entre os seus membros, no sentido do custeio de mais sinais mortuários. Alguns despenderam mais recursos nesses gastos de representação e prestígio social fúnebres, como na oferta de esmolas para os altares das irmandades e pessoas que acompanhassem os cortejos de seus cadáveres, na quantidade de missas, na contratação da música, no aluguel da tumba da Irmandade de São Miguel e Almas, na realização de missa de corpo presente e no acompanhamento dos seus corpos por maior número de sacerdotes pagos.

Foi predominante a presença de militares entre os confrades levantados, havendo comerciantes e ainda o caso da crioula forra, Antônia Maria, enterrada na igreja matriz no ano de 1801. Ela gastou considerável quantia de ouro na realização de seus rituais fúnebres e foi sepultada no espaço do templo representativo das irmandades de brancos e das elites locais. Com certeza esse caso não foi uma exceção, tendo em vista estarmos diante de uma sociedade fortemente miscigenada, com mais de 80% da população composta por indígenas, africanos e seus descendentes, como já analisamos.

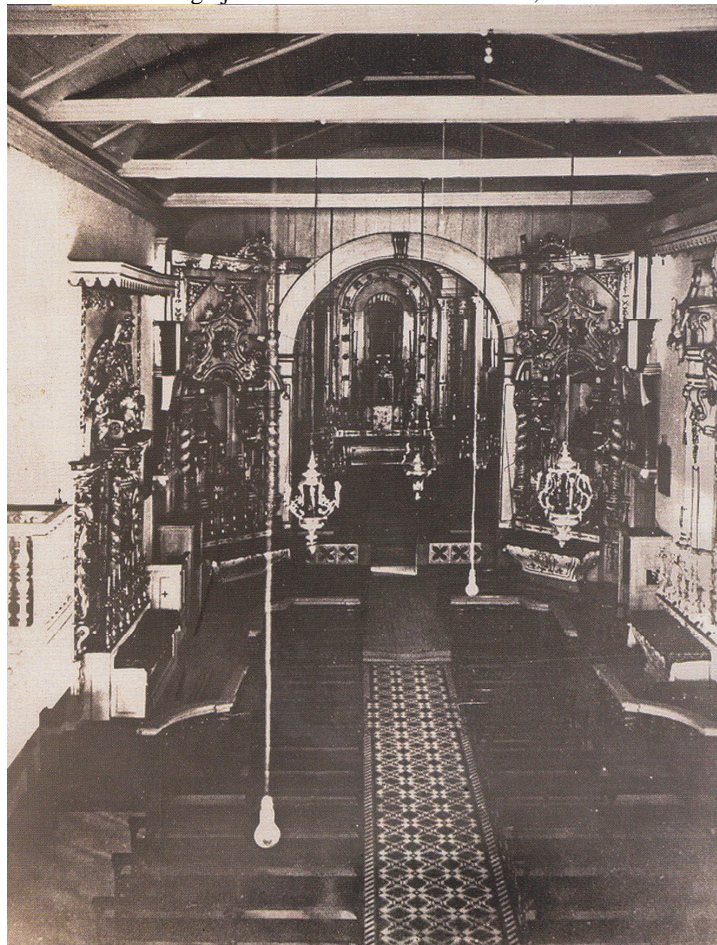
Algumas dessas pessoas estavam inscritas em duas irmandades, na Irmandade de São Miguel e Almas e na Irmandade do Santíssimo Sacramento. Não localizamos inventários ou testamento dos confrades da Irmandade do Senhor Bom Jesus, nos levando a supor que isso ocorreu porque essa associação ainda estava em processo de constituição formalizada na última década do século XVIII. O fenômeno das adesões múltiplas revestiu alguma complexidade. Em rigor, todos os grupos sociais cruzavam, com relativa facilidade, mais do que uma irmandade, mas as camadas populares raramente ultrapassavam o limite da dupla filiação, por causa dos custos confrariais.

Dentro do grupo social das elites locais, os integrantes inscritos em mais associações recebiam maior número de sinais fúnebres nas ocasiões de suas mortes. Isso nos mostra que mesmo no universo fúnebre ficaram expostas as diferenças e hierarquias sociais dentro do campo religioso. Aqueles que possuíam mais bens e posses pagavam por maiores sufrágios às suas almas, maior número de missas e presença dos membros das irmandades em seus cortejos fúnebres. O local da sepultura também era símbolo

⁹¹² Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 14. Processo nº448. Inventário de Luiz Monteiro Salgado. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1808.

dessa diferenciação e prestígio social. As pessoas que reservaram sepulturas próximas ao altar mor ou dos demais alteres colaterais pagavam valores mais avultados, seja através das taxas confrariais ou diretamente à Fábrica das igrejas matrizes (Imagem 22). Essa foi uma explicitação da geografia do poder dos grupos no universo da morte.

Imagem 22 – Interior da igreja matriz do Senhor Bom Jesus, com todos os seus altares



Fonte: Edgard Jacintho da Silva. “Vista da nave central com o altar-mor – Catedral Bom Jesus de Cuiabá”. Cuiabá-MT, 1956. Gelatina e prata, p&b, 18x12cm. Acervo: Museu Histórico de Mato Grosso. Coleção D. Aquino Corrêa. In: LUCÍDIO, João Antônio Botelho. **Ofício e Arte: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860-1960**. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2008, p. 247.

Após acompanharmos os casos de pessoas pertencentes às elites locais, analisamos a seguir as informações testamentárias de pessoas matriculadas em irmandades representativas do grupo social de africanos e seus descendentes, cativos ou libertos. Especificamente, os poucos registros encontrados referem-se aos confrades da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, da Vila do Cuiabá.

Em 1793, Antônio Gomes de Faria registrou que desejava ter seu cadáver sepultado na igreja de Nossa Senhora do Rosário, amortalhado no Hábito de Nossa

Senhora do Carmo. Solicitou ainda que seu corpo fosse conduzido à sepultura em uma rede da confraria, acompanhado pelos demais irmãos da associação. Pediu para que seus familiares pagassem suas dívidas de anuais na irmandade, dessem uma esmola por sua missa de corpo presente e pagassem a encomendação de seu corpo ao sacerdote que realizasse o serviço fúnebre⁹¹³. Em 1797, Narcisa Galharda, preta forra, registrou em seu testamento a vontade de ter o seu corpo acompanhado pelo Reverendo Pároco à capela de Santo Antônio, no rio Cuiabá Abaixo, para ser enterrado em qualquer lugar no interior do templo religioso. Deixou ainda esmolas por sua alma, para a realização de seis missas⁹¹⁴. Antônio Francisco Pacheco de Souza pediu no ano de 1801, que fosse seu cadáver amortalhado em Hábito de São Francisco, conduzido pela irmandade de Nossa Senhora do Rosário e que custeassem sua missa de corpo presente⁹¹⁵. No ano de 1807, Ignácio de Pinho, crioulo forro, declarou o desejo de ter missa de corpo presente, realizadas pelo Reverendo Pároco. Era confrade de Nossa Senhora do Rosário e queria ser enterrado em sepultura na capela da confraria. Solicitou também que tivesse seu cadáver amortalhado em Hábito de São Francisco ou no de Nossa Senhora do Carmo⁹¹⁶.

Os casos acima descritos nos mostram o contraste, as diferenças entre os grupos sociais e suas posições dentro do campo religioso. Enquanto as elites locais tinham seus membros enterrados dentro do espaço da igreja matriz, localizada no centro dos poderes da vila, africanos e seus descendentes, escravos ou livres, eram enterrados nas capelas de suas irmandades, quando nelas estavam inscritos. A igreja de Nossa Senhora do Rosário estava localizada na periferia da Vila do Cuiabá, como já discutimos, nos explicitando as fronteiras entre os grupos sociais nessa configuração social. Percebemos ainda nos exemplos levantados dos confrades do Rosário, que alguns possuíam dívidas junto a essa associação, deixando registrado em seus testamentos o pedido para que sua rede familiar as liquidasse, bem como custeasse missa de corpo presente, sufrágios pelas suas almas e a encomendação do corpo, feita pelos padres encomendados. Seus corpos eram conduzidos na rede da associação, bem

⁹¹³ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 02. Processo nº 916. Testamento de Antônio Gomes de Faria. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1793.

⁹¹⁴ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 04. Processo nº 283. Testamento de Narcisa Galharda. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1797.

⁹¹⁵ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 08. Processo nº 551. Inventário de Antônio Francisco Pacheco de Souza. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1801.

⁹¹⁶ Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 13. Processo nº 563. Inventário de Ignácio de Pinho. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1807.

diferente do uso da tumba da Irmandade de São Miguel e Almas ou esquife da Irmandade do Santíssimo Sacramento, utilizadas pelo grupo das elites locais. Os mais pobres pagavam por uma quantidade menor de atos fúnebres, em que muitas das vezes só podiam dispor do custeio de uma “rede” ou “lençol” para conduzir e cobrir seus cadáveres às covas das Fábricas das igrejas e capelas.

Existiu uma distribuição espacial das sepulturas dentro dos templos religiosos católicos, o que torna possível analisar seu peso social dentro do campo religioso local. O espaço interior da igreja era quantificado pelo número de passos ou andares, que se dava em direção ao altar-mor. As sepulturas no primeiro andar eram pouco mais baratas, enquanto que as do segundo em diante eram encarecidas, sucessivamente. Quanto mais próximas dos altares de celebrações eucarísticas, mais dispendiosas eram as covas. Por causa disso, o pároco geralmente as distribuía segundo a qualidade das pessoas e suas possibilidades financeiras. As sepulturas no piso da capela-mor eram extremamente qualificadas, destinadas comumente aos sacerdotes, irmãos provedores das irmandades e suas respectivas esposas e aos fundadores beneméritos das associações. O recinto sagrado ainda era repartido pela balaustra ou engradamento, à moda de cancela, que delimitava o presbitério, a nave e o batistério⁹¹⁷.

A fábrica era também a proprietária e administradora das sepulturas internas, próximas aos altares e as contíguas aos corredores do templo. As covas existentes no adro ou no cemitério também eram administradas pela fábrica⁹¹⁸. A fábrica das igrejas podia ser definida como sendo tudo aquilo que dizia respeito às rendas e ao seu patrimônio, desde gente, animais de serviço, máquinas e provimentos. Podia referir-se ainda à sua estrutura, construção e organização ou aos gastos relativos com os reparos do prédio religioso, mas igualmente ao necessário para a construção do edifício⁹¹⁹. A cova do adro era desprestigiada e podia ser obtida gratuitamente. Esse espaço era destinado em grande parte aos escravos ou a pessoas livres pobres⁹²⁰.

Observamos que as missas realizadas em prol dos falecidos visavam proporcionar a remissão de seus pecados, além de assistir às almas do Purgatório. Essa

⁹¹⁷ NASCIMENTO, 2006, p. 231.

⁹¹⁸ CAMPOS, Adalgisa. Locais de sepultamentos e escatologia através de registros de óbitos da época barroca. A freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. *Varia História*, nº 31, janeiro de 2004, p. 174.

⁹¹⁹ NEVES, Guilherme Pereira das. **E Receberá mercê. A Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil. 1808-1828**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997, p. 227-229.

⁹²⁰ REIS, João José. **A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 175.

assistência dada pelo mundo dos vivos aos mortos objetivava manter as almas no Purgatório pelo menor tempo possível, para que alcançassem o reino celeste⁹²¹.

O uso dos hábitos das ordens religiosas estava relacionado ao seu significado de pobreza no universo cristão. Para Isabel dos Guimarães Sá, os pobres, pelo fato de serem desprovidos de riqueza, eram considerados os mais próximos do céu, com maiores privilégios em matéria espiritual. O modelo de comunidade cristã exemplificado por Cristo e seus apóstolos também era baseado na pobreza e serviu de exemplo para as ordens religiosas surgidas ao longo da história do cristianismo⁹²². Isso nos ajuda a entender o constante pedido do uso dos hábitos das ordens religiosas, sobretudo de São Francisco e de Nossa Senhora do Carmo, pelos irmãos e fregueses da Prelazia do Cuiabá, no século XVIII. O hábito, como sinal de pobreza, era mais um elemento simbólico apropriado como capital religioso da salvação da alma.

O universo fúnebre no cotidiano confrarial nos mostrou vivências religiosas de grupos pertencentes a diferenciados segmentos sociais da Prelazia do Cuiabá, tantos das elites locais como das camadas populares. Houve um esforço grande dessas pessoas visando à salvação de suas almas e a obtenção da paz eterna. A realização de missas, ofícios fúnebres e orações, do mesmo modo o uso de mortalhas ou hábitos religiosos, velas, tochas, adereços e objetos litúrgicos representou a materialidade dessas devoções cristãs. Como acompanhamos, para além dos objetivos religiosos, existiu uma forte hierarquização e exibição das diferenças sociais entre os membros dessa configuração social nas vivências fúnebres. Pertencer a uma irmandade religiosa era ter o direito à assistência fúnebre em um universo social em que os valores cobrados pelos emolumentos religiosos eram tidos como excessivos. As pessoas pobres, não matriculadas nas confrarias, tinham atos fúnebres considerados básicos, diferente da gama de missas e rituais pagos pelos membros das irmandades representativas das elites locais e dos demais grupos sociais. Indivíduos sem posses, grande parte da população, acabava em seus falecimentos atendidos pela Irmandade de São Miguel e Almas, instituição que inclusive recolhia esmolas para que essas pessoas fossem sepultadas.

Além da assistência aos mortos, algumas irmandades religiosas da Prelazia do Cuiabá previram em seus estatutos auxílio aos confrades em situação de pobreza ou enfermidade. Essas práticas eram consideradas caritativas, representativas da atividade

⁹²¹ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Festas e rituais de caridade nas misericórdias. **Piedade popular**. Lisboa: Centro de História da Cultura, Terramar, 1998, p. 511.

⁹²² SÁ, Isabel dos Guimarães. Igreja e assistência em Portugal no século XV. **Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**. Vol. LIII, 1995, p. 226.

cristã. Para Ana Cristina Bartolomeu de Araújo, as associações eram famílias artificiais, micro sociedades, responsáveis também pela prática caritativa aos seus associados⁹²³.

Dentro do campo religioso da Prelazia do Cuiabá, sobre as associações das elites locais, não encontramos informações sobre o auxílio aos irmãos pobres e enfermos nas Irmandades de São Miguel e Almas⁹²⁴ e Senhor Bom Jesus, da Vila do Cuiabá. Pareceu-nos que São Miguel e Almas voltou-se para o cuidado com os cadáveres e a Irmandade do Senhor Bom Jesus preocupou-se em não admitir os que não pudessem pagar as taxas confrariais. Com atuação diferente, as Irmandades do Santíssimo Sacramento, da Vila do Cuiabá e de Vila Bela, normatizaram esse tipo de assistência. Quando algum confrade estivesse num estado de pobreza ou enfermidade deveria elaborar um requerimento explicando sua situação à Mesa dirigente. Depois de analisar o caso, caberia aos oficiais decidir por conceder ou não uma esmola de auxílio, de acordo com as possibilidades da irmandade e da urgência do associado⁹²⁵. Na Irmandade de Santo Antônio, da vila-capital, o enfoque de atuação confrarial era na festa ao santo padroeiro e na oferta da assistência fúnebre. Não localizamos nessa confraria militar norma específica sobre a assistência aos confrades pobres e enfermos.

Nas irmandades de africanos e seus descendentes, escravos ou libertos, havia normatizada a assistência aos confrades pobres e enfermos. Seus procuradores deveriam saber quem eram os irmãos doentes, sobretudo se algum deles estivesse em estado de morte iminente. Diante de tal situação, era preciso logo que se avisasse ao juiz, escrivão ou tesoureiro para que as providências fossem tomadas. Os irmãos que vivessem mais próximos ao enfermo eram encarregados de assisti-lo durante o dia e noite, revezando-se no cuidado e avisando um ao outro sobre seu estado. Essa tarefa era vista como um ato piamente caritativo. Essa ajuda era tida como mais fundamental em se tratando de pessoa solteira ou pobre, sem nenhum tipo de amparo. Caberia aos irmãos colaborar inclusive no momento de certeza de morte próxima, preparando na casa do moribundo um altar com castiçais e velas, para que a comunhão pudesse ser administrada, juntamente com a extrema-unção pelo capelão da irmandade. No caso de pobreza, ainda

⁹²³ ARAÚJO, 1995, p. 479-480.

⁹²⁴ ANTT – Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 14 de janeiro de 1768. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo, Livro 297, folhas 85-89.

⁹²⁵ Capítulo 16 ° Cf. ANTT – Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 25 de novembro de 1767. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo, Livro 297, folhas 27-31; Capítulo 16°. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 23 de março de 1781.

havia a possibilidade da doação de uma esmola por parte da irmandade, num valor também a ser acordado, como auxílio em seu estado de enfermidade⁹²⁶.

Todavia, não entendemos o auxílio das associações religiosas aos seus confrades, nos casos de pobreza ou enfermidade, como uma regra geral. Essa prática era considerada dispendiosa para os seus cofres, fazendo com que existisse uma pressão social sobre as pessoas de maiores posses para que realizassem esse tipo de atividade. Por outro lado, quando isso ocorria por iniciativa institucional das irmandades era uma oportunidade significativa de ganho de prestígio social dentro do campo religioso. Visitar um enfermo matriculado ou mesmo oferecer uma esmola por situação de pobreza mostrava o poder de atuação da associação em prol de seus confrades. Numa sociedade em que tudo ganhava a esfera pública e a opinião coletiva, observando o rol caritativo das irmandades os fregueses podiam avaliar os benefícios e possíveis ganhos de suas inserções nessas associações religiosas. Essas práticas explicitaram o poder de atuação das associações em prol de seus matriculados, do mesmo modo como as práticas festivas e celebrativas que acompanharemos nos demais itens deste capítulo.

4.2 Festas e procissões reais

Festas e procissões reais fizeram parte do cotidiano dos moradores da capitania de Mato Grosso, por causa dos eventos de vida da família real portuguesa. Essas manifestações públicas eram consideradas como demonstrativas de alegria, como nascimentos, aniversários e casamentos reais, e também demonstrativas de tristeza, como os falecimentos reais. Sua promoção e custeio se deram pelas câmaras municipais, contando com a participação obrigatória dos moradores e das irmandades religiosas. Segundo Juliana de Mello Moraes, essas festas reforçaram o sentimento de pertença a

⁹²⁶ Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Documentos Avulsos, Fundação Vilaboense de Cultura – GO, 1751. Apud. SILVA, 2001; ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real do Bom Jesus do Cuiabá. Provisão de confirmação do seu compromisso. Lisboa, 10 de janeiro de 1783; Capítulos 16º e 21º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário novamente ereta pelos irmãos da Irmandade nesta freguesia de Vila Bela da Santíssima Trindade, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Bela da Santíssima Trindade, 13 de julho de 1765; Capítulo 13º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Bela da Santíssima Trindade, 01 de junho de 1779.

um império encabeçado pela mesma monarquia e pela mesma Igreja. A realização de festividades análogas promoveu a tentativa de produção de uma identidade portuguesa em localidades com características sociais distintas⁹²⁷.

As *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*⁹²⁸, legislação religiosa do período, listavam os dias santos fixos no decorrer dos meses do ano. Essas datas estavam relacionadas aos eventos da história do cristianismo e dos santos católicos, servindo de orientação para as festas e celebrações ocorridas no século XVIII. Elaboramos uma relação, no quadro abaixo, de todas as comemorações anuais previstas nessa normativa católica e de acordo com o calendário litúrgico.

Quadro 14 - Dias santos fixos no calendário litúrgico

MESES	DATAS COMEMORATIVAS
JANEIRO	01 Circuncisão de Nosso Senhor Jesus Cristo 06 Epifania (Dia de Reis)
FEVEREIRO	02 Purificação de Nossa Senhora. 24 São Matias Apóstolo, e no ano bissexto, 25
MARÇO	19 São José, esposo da Virgem Nossa Senhora 25 Anunciação de Nossa Senhora
MAIO	01 São Felipe e Santiago Apóstolos 03 Invenção da Santa Cruz
JUNHO	13 Santo Antônio, “por ser natural do nosso Reino” 24 Nascimento de São João Batista. 29 São Pedro e São Paulo Apóstolos
JULHO	25 Santiago Apóstolo 26 Santa Ana, Mãe da Virgem Nossa Senhora
AGOSTO	10 São Lourenço Mártir 15 Assunção da Virgem Nossa Senhora 24 São Bartolomeu Apóstolo
SETEMBRO	08 Nascimento da Virgem Nossa Senhora 21 São Mateus Apóstolo 29 Dedicção de São Miguel Arcanjo
OUTUBRO	28 São Simão e São Judas Apóstolos.
NOVEMBRO	01 Festa de todos os Santos. 30 São André Apóstolo

⁹²⁷ MORAES, Juliana de Mello. As festas religiosas nas ordens terceiras franciscanas: a procissão das cinzas em São Paulo e em Braga no século XVIII. IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano. *Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano*. Ouro Preto, 2006, v.1, p. 470-471.

⁹²⁸ VIDE, Sebastião Monteiro. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Estudo introdutório e edição de Bruno Fleiter, Evergton Sales, Istvan Jancsó (orgs.). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010 (Documenta Uspiana; 4).

DEZEMBRO	08 Conceição da Virgem Nossa Senhora, “Padroeira do nosso Reino”
	03 São Francisco Xavier
	21 São Thomé Apóstolo
	25 Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo
	26 Santo Estevão Protomártir
	27 São João Apóstolo e Evangelista
	28 Santos Inocentes
	31 São Silvestre Papa

Fonte: VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Estudo introdutório e edição de Bruno Fleiter, Evergton Sales, Istvan Jancsó (orgs.). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010 (Documenta Uspiana; 4).

Desse modo, o Arcebispado da Bahia orientava os párocos comunicassem aos seus fregueses sobre as datas e comemorações importantes do catolicismo, durante a realização das celebrações litúrgicas. Esses religiosos reforçariam também a obrigação de se guardar os domingos e dias santos, sem perturbações profanas. Insurgir-se contra estas orientações seria cair em pecado. Guardar domingos e dias santificados era considerado uma forma de agradecimento a Deus, pela criação do mundo e ressurreição de Cristo. Existiram outros dias eleitos pela Igreja que ainda deveriam ser guardados, em homenagem às figuras ou personalidades relacionadas à fé cristã, como os santos. No calendário litúrgico além dos dias santos fixos havia os móveis (Quadro 15).

Quadro 15 - Dias santos móveis

Todos os Domingos do ano
Domingo de Páscoa da Ressurreição, e a segunda-feira e terça-feira seguintes
Quinta-feira da Ascensão de Nosso Senhor Jesus Cristo
Dia do Espírito Santo, com os dois dias imediatamente seguintes
Quinta-feira em que a Igreja universal celebra a festa do Corpo de Deus

Fonte: VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Estudo introdutório e edição de Bruno Fleiter, Evergton Sales, Istvan Jancsó (orgs.). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010 (Documenta Uspiana; 4).

Essas datas se fizeram sentir através das festas e celebrações, que atuaram como produtoras de uma memória religiosa importante para a Igreja e para Portugal. Essas manifestações reforçaram na população a comemoração periódica dos principais eventos da história do cristianismo e seus personagens. Isso fez com que a adesão a uma única fé elaborasse a imagem de um único povo cristão diante de sociedades coloniais divididas por múltiplas clivagens culturais. Na mesma direção, a cultura política exerceu papel fundamental na criação de identidades e de sentidos de pertencimento,

bem como na legitimação de valores de interesse da monarquia portuguesa⁹²⁹. Contudo, concordamos com Laura de Mello e Souza ao afirmar que padrões ordenadores ganharam tonalidades locais nos domínios lusitanos, sofrendo adaptações, conforme cada contexto e expectativas dos grupos sociais⁹³⁰.

Os festejos religiosos foram realizados em várias localidades da capitania de Mato Grosso. Nas fortificações militares, os soldados promoviam missas cantadas, com direito a fogos e tiros de artilharia. No Forte do Príncipe da Beira, por exemplo, no ano de 1787, promoveram a festa do Divino Espírito Santo, participando vários soldados e moradores das proximidades dessa guarnição. Havia sido imperador do festejo Bartolomeu Bueno, responsável pela organização do evento. Realizaram missa cantada e deram salvas de artilharia, que por acidente quase deixou cego Domingos Lourenço, que teve o rosto atingido durante a função⁹³¹.

O exemplo citado acima estava relacionado à devoção dos fregueses, que custearam o festejo. No entanto, existiu um programa festivo em que as câmaras municipais eram as responsáveis por sua realização e custeio. Essas instituições, como parte da etiqueta política, enviavam por escrito cartas de convite ao Governador e Capitão-General, demais oficiais régios, ao clero, às irmandades religiosas, aos militares e aos fregueses⁹³². Esses eventos reuniam os membros do corpo social da capitania de Mato Grosso, pois eram manifestações consideradas da “fidelidade portuguesa”. Imagens sobre o monarca e dos poderes locais eram explicitadas a cada evento festivo, através de palavras, atos simbólicos, procissões, bailes, danças e representações teatrais.

A participação da população era obrigatória, mas não sem resistência. No ano de 1758 foi expedida ordem régia para que realizassem na capitania de Mato Grosso as solenidades festivas de São Francisco Borja e do Patrocínio de Nossa Senhora. Essas eram algumas das comemorações religiosas consideradas representativas da monarquia. Porém, os camarários da Vila do Cuiabá tiveram dificuldades em custear essas despesas, sobretudo o pagamento do pároco, dos sacerdotes auxiliares e do mestre de música.

⁹²⁹ Sobre essa discussão, discutimos o sentimento de pertencimento ao corpo político do Império luso, através das festas e celebrações em estudo anterior: SILVA, Gilian Evaristo França. **Festas e celebrações em Vila Bela da Santíssima Trindade no século XVIII**. 2008, 155f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

⁹³⁰ SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 31.

⁹³¹ APEMT – Fundo: Real Forte Príncipe da Beira. Série: Carta. Doc. 0446. Caixa 006. Carta do Capitão Engenheiro José Pinheiro de Lacerda ao Governador e Capitão-General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Forte Príncipe da Beira, 10 de julho de 1787.

⁹³² APEMT – Fundo: Câmara de Vila Bela. Série: Carta. Doc. 0387. Caixa 006. Carta dos vereadores da Câmara de Vila Bela ao Governador Capitão General da capitania de Mato Grosso, João Carlos Augusto D'Oeynhausien e Gravemberg, rogando a presença do Governador nos festejos ao glorioso Mártir São Sebastião. Vila Bela da Santíssima Trindade, 16 de janeiro de 1808.

Todos eles se recusavam em participar dessas manifestações se não fossem pagos. Para além dessas despesas, havia ainda o custeio da cera utilizada no altar mor da igreja matriz. A resposta da Coroa foi bastante rígida, pedindo para que a câmara pagasse a despesa da cera, mas que devia o pároco, demais sacerdotes e mestre de música servirem gratuitamente a esses ofícios, sob pena de pronta prisão se recusassem⁹³³.

Além de São Francisco Borja e do Patrocínio de Nossa Senhora, nos mapas de receitas e despesas das câmaras municipais é possível observar outros festejos e procissões reais que compunham o programa celebrativo obrigatório. A câmara da Vila do Cuiabá teve gastos com a compra de cera para as festas e procissões da Visitação de Santa Ana, do Anjo Custódio e do Corpo de Deus. Ainda pagou pela compra de materiais para a confecção do mausoléu fúnebre e realização das exéquias reais de D. José I, na igreja matriz, como madeiras, pregos, alfinetes, cera, pólvora e orador⁹³⁴. Ainda houve gastos dessa câmara com as procissões e festas relacionadas ao padroeiro da vila, Senhor Bom Jesus, a São Sebastião, às Ladainhas de maio, Corpo de Deus, Visitação, Anjo Custódio e Publicação da Bula. Foram despesas com missas cantadas, pagamento de padres, música, azeite, cera, luminárias e com o *Te Deum Laudamus*⁹³⁵. Todavia, esses gastos foram recorrentes em todo o século XVIII.

Desde a primeira metade da mencionada centúria, as festas e celebrações reais eram promovidas na Vila do Cuiabá. Em 1736, sua câmara resolveu que compraria quatro tochas de cera branca para acompanharem as procissões reais. Ainda passou aviso sobre a participação obrigatória das irmandades da igreja matriz da vila, do mestre de capela e dos sacerdotes em todas as procissões reais. Muitos desses grupos citados não compareciam aos eventos públicos programados pela câmara. Esta instituição pagou ao pároco e demais padres as esmolas pela missa cantada nas festas reais e as despesas com a cera, que era pouco utilizada pelos fregueses nesses eventos⁹³⁶.

⁹³³ AHU – Mato Grosso. Caixa 11. Doc. 674. Carta dos oficiais da Câmara da Vila do Cuiabá ao rei D. José sobre a ordem para que assistam às solenidades de São Francisco de Borja e patrocínio de Nossa Senhora sem vencer propinas e fazer outras despesas. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 19 de setembro de 1762.

⁹³⁴ APEMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Série: Mapa de Despesas e Rendas. Doc. 0103. Caixa 003. Mapa de despesa e receita feito pelo Escrivão da Câmara da Vila do Cuiabá, João da Silva Nogueira. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 16 de abril de 1779.

⁹³⁵ APEMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Série: Mapa de despesas e rendas. Doc. 0178. Caixa 005. Mapa de rendimento dos bens do Conselho da Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, no ano de 1799, feito pelo Escrivão Francisco da Costa e Souza. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1799.

⁹³⁶ AHU – Mato Grosso. Caixa 01. Doc. 96. Carta do Ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V sobre o salário e emolumentos dos ministros e oficiais de justiça, regimentos feitos e despesa de cera para a festa do Corpo de Deus. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20 de julho de 1737.

Como mencionamos, as celebrações reais relacionaram-se aos acontecimentos de alegria e de tristeza, relativos às etapas de vida da família real lusitana. Observando primeiramente os eventos demonstrativos de alegria, a notícia do casamento de D. Maria com seu tio D. Pedro, em 1760, foi celebrada no ano de 1761 na capitania de Mato Grosso. Segundo Antônio Rolim de Moura, o casamento real foi festejado nas vilas com “todas as demonstrações civis e militares”, em sinal de honra e da fidelidade portuguesa⁹³⁷. Em 1768, o governador João Pedro da Câmara festejou o nascimento do neto do rei, ocorrido um ano antes. O ato representou a demonstração de alegria dos súditos, que beijaram a mão do seu monarca com tais atos festivos⁹³⁸. O nascimento de D. Maria Ana Vitória Josefa de Bragança, no ano de 1768, foi comemorado no ano de 1770. O governador Luís Pinto de Sousa Coutinho mandou celebrar missas cantadas nas igrejas matrizes⁹³⁹. Os avisos chegavam quase um ano após os eventos ocorridos, fazendo com que fosse comum que as festas fossem realizadas em anos posteriores.

Em 1777, Luís de Albuquerque recebeu a notícia do casamento da infanta Maria Francisca Benedita e expediu ordem para que a população participasse das demonstrações de alegria pelo acontecimento⁹⁴⁰. No ano de 1787, Luís de Albuquerque ordenou também a celebração de missas cantadas nas igrejas matrizes de Vila Bela e da Vila do Cuiabá, por causa dos casamentos dos infantes de Portugal D. João e Dona Mariana Vitória com os infantes de Espanha Dona Carlota Joaquina e Dom Gabriel. Além das missas cantadas, tiveram Senhor Exposto e Te Deum Laudamus⁹⁴¹. No ano de 1796, o governador João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ordenou a

⁹³⁷ AHU-NDIHR – Caixa 11. Doc. 646. Ofício de Antônio Rolim de Moura ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a notícia do casamento da princesa do Brasil com o infante D. Pedro. Vila Bela, 06 de julho de 1761.

⁹³⁸ AHU-NDIHR - Doc. 816. Ofício de João Pedro da Câmara ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que diz ter recebido a notícia do nascimento do neto do rei e que o fará festejar em toda a Capitania com extraordinária pompa. Nossa Senhora da Conceição, 28 de julho de 1768.

⁹³⁹ AHU-NDIHR - Doc. 882. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que felicita o rei pelo nascimento da infanta. Vila Bela, 28 de fevereiro de 1770.

⁹⁴⁰ AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1176. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, com que se congratula com o casamento do príncipe com a infanta Maria Francisca Benedita. Vila Bela da Santíssima Trindade, 22 de dezembro de 1777.

⁹⁴¹ AHU – Mato Grosso. Caixa 25. Doc. 1497. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro sobre a notícia dos casamentos dos infantes de Portugal Dom João e Dona Mariana Vitória com os infantes de Espanha Dona Carlota e Dom Gabriel. Vila Bela da Santíssima Trindade, 25 de março de 1787.

celebração de missas cantadas nas igrejas matrizes, pela notícia do nascimento do infante D. Antônio, mas de acordo com as possibilidades de cada localidade⁹⁴².

Dentro do contexto cultural e político do barroco, as demonstrações de alegria acima referidas ficaram visíveis nas cores e nas armações efêmeras construídas nas igrejas matrizes e locais públicos. A cor branca ou outras de tonalidades claras ganharam evidência nessas ocasiões celebrativas, nos forros dos altares, nas cortinas e nas roupas das pessoas. Os tablados públicos para encenações teatrais, música e dança eram da mesma forma elementos que deveriam explicitar a alegria da população pelos acontecimentos positivos relativos aos monarcas e seus familiares. Todavia, cada evento era realizado conforme a disponibilidade de recursos das câmaras municipais e das doações de donativos por parte dos moradores, pois diante de possíveis poucos recursos se fariam apenas missas rezadas nas igrejas matrizes.

Com relação às celebrações demonstrativas de tristeza, no ano de 1751, no governo de Antônio Rolim de Moura, realizaram-se na igreja matriz da Vila do Cuiabá as exéquias reais de D. João V, com “os sufrágios e demonstrações possíveis de sentimento”. Nesse mesmo ano realizaram também a celebração de Aclamação de D. José I. A população foi convocada a contribuir com esmolas para o pagamento do que fosse necessário para essas celebrações públicas. Era necessário pagar as missas aos sacerdotes, a cera do altar mor e dos altares colaterais, as armações efêmeras⁹⁴³.

Como dissemos sobre as exéquias de D. João V, os oficiais régios haviam demonstrado sua tristeza pelo falecimento do monarca. No dia 22 de maio de 1751, no cortejo fúnebre real saíram os oficiais camarários com o Estandarte Real de luto e com as varas, sendo eles o Ouvidor Geral e Corregedor da Comarca João Antônio Vaz Morilhas, os Juízes Ordinários Antônio de Moraes Navarro e Antônio Fernandes dos Reis, os vereadores Luís Soares Pais, Francisco da Silva Ribeiro, Francisco João Botelho, o Procurador do Conselho Francisco da Silva Lisboa, e o escrivão da câmara José da Cruz Almada. Nessa cerimônia fúnebre real, vestiram luto, com capa e volta. Estiveram presentes ainda toda a “nobreza da terra”, irmandades, sacerdotes e fregueses, numa demonstração da “fidelidade portuguesa”, de pertencimento ao corpo político da monarquia. Na celebração de Aclamação de D. José I também estavam os mesmos

⁹⁴² AHU-NDIHR - Doc. 1721. Ofício de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Luís Pinto de Sousa Coutinho informando sobre ter recebido notícia do nascimento do príncipe D. Antônio. Vila Bela, 05 de fevereiro de 1796.

⁹⁴³ AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 360. Ofício do Governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real sobre as cerimônias realizadas pela morte do rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 06 de agosto de 1751.

oficiais vestidos com trajes de gala, levando o Estandarte Real para a igreja matriz. Assistiram todos à missa cantada e ao Te Deum Laudamus, em honra ao novo rei⁹⁴⁴.

Em 1771, Luís Pinto de Sousa Coutinho recebeu a notícia do falecimento da infanta Dona Maria Francisca Dorothea e logo solicitou que as câmaras praticassem as públicas demonstrações de tristeza pelo ocorrido⁹⁴⁵. Em 1777, após receber a notícia do falecimento do rei D. José I, Luís de Albuquerque prontamente avisou as câmaras das vilas sobre o ocorrido, bem como deu ordens para que as mesmas realizassem as exéquias reais ao monarca falecido. Ainda foi dada a ordem de início do luto geral de um ano, sendo seis meses rigorosos e seis meses aliviados, como era de costume⁹⁴⁶.

Os oficiais da câmara da Vila do Cuiabá realizaram no ano de 1782 as exéquias pela morte de Dona Maria Vitória, mãe da rainha Dona Maria I. Fizeram as celebrações públicas correspondentes a tal momento, incluindo a construção do mausoléu dentro da igreja matriz da vila. Todavia, solicitaram o pagamento das propinas pela participação nessa celebração pública real, em “corpo de câmara”⁹⁴⁷. A morte de D. Pedro III, ocorrida em 1786, foi celebrada na capitania de Mato Grosso um ano depois, em 1787. Luís de Albuquerque informou ao Conselho Ultramarino sobre a realização dessas exéquias reais e demais demonstrações de tristeza, a exemplo do cumprimento do luto de um ano. Todavia, o mencionado luto era dividido em duas partes. Na primeira, de seis meses rigorosos, tecidos pretos eram utilizados dentro das igrejas, nas vestimentas militares ou amarrados nas armas e símbolos reais. Na segunda parte, de seis meses aliviados, evitavam-se apenas promoções de divertimentos públicos, a não serem nas celebrações de aclamações reais ou festejos dos santos das irmandades⁹⁴⁸.

⁹⁴⁴ AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 406. Representação dos juízes ordinários nas Minas da Vila de Cuiabá Antônio Fernandes dos Reis e Antônio de Moraes Navarro, dos vereadores Luís Soares Pais, Francisco da Silva Ribeiro e Francisco João Botelho, do procurador do Conselho Francisco da Silva Lisboa e do escrivão da câmara José da Cruz Almada ao rei D. José I em que pedem cem oitavas de ouro cada um pelas despesas por ocasião do falecimento de D. João V e pela coroação do novo rei D. José. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 30 de março, anterior a 1753.

⁹⁴⁵ AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 949. Ofício do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a notícia de falecimento da infanta D. Maria Francisca Dorothea. Vila Bela, 13 de setembro de 1771.

⁹⁴⁶ AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1178. Ofício do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a morte de D. José I e o luto geral de um ano e seis meses rigoroso e seis aliviado. Vila Bela, 28 de dezembro de 1777.

⁹⁴⁷ AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1383. Carta dos oficiais da Câmara à rainha D. Maria I em que pedem restituição dos gastos com as exéquias de D. Maria Vitória, mãe da rainha. Vila de Cuiabá, 12 de novembro de 1782.

⁹⁴⁸ AHU – Mato Grosso. Doc. 1499. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro sobre a notícia da morte do rei D. Pedro III. Vila Bela, 30 de abril de 1787.

Geralmente, na ocasião de uma morte de membro da realeza, a notícia era recebida pelo Governador e Capitão-General e pelas câmaras municipais. Em seguida, avisavam a população do ocorrido, bem como do tempo do luto e do dia e horário da celebração das exéquias e honras fúnebres reais. Construíam mausoléu na igreja matriz da vila e convocavam todo o clero e irmandades e demais fregueses para as cerimônias. Custeavam, juntamente com a ajuda da população, a contratação da música e do orador. Requeriam também do Mestre de Campo a participação do Corpo de Milícias, para darem as descargas de tiros ao final do evento⁹⁴⁹.

Em 1798, atendendo às ordens da rainha D. Maria I, Caetano Pinto de Miranda Montenegro informou por carta como se praticavam na capitania de Mato Grosso as formalidades de funerais e exéquias dos membros da família real portuguesa. O relato de Caetano Pinto, por outro lado, demonstrou realidades distintas entre as vilas. Vila Bela apenas realizou as celebrações reais quando estava mais estabilizada e em condições de arcar com os custos desses eventos. A morte de D. João V não foi celebrada nessa localidade, pois a vila-capital havia sido fundada em 1752, após a morte do referido rei, ocorrida em 1750. Apenas havia o registro das exéquias realidades pela morte de D. José I, ocorrida em 1777. A câmara custeou essa celebração fúnebre, com o ato simbólico da quebra dos escudos reais e fez sufrágios pela alma do rei na igreja matriz. Todavia, disseram os oficiais camarários que os rendimentos de sua instituição eram parcos e insuficientes para pagar todos os atos celebrativos. Para as exéquias de D. José I foram pagos os serviços de música, a cera para a celebração e para fixar os avisos das datas e horários, tábuas, baeta preta, os jornais de pretos, o perfume do ofício ou incenso, folhas de lata para a coroa do mausoléu, ferrões e gissaras⁹⁵⁰.

Sobre a Vila do Cuiabá, informaram seus camarários que sempre promoveram as exéquias das pessoas reais, desde a criação da vila em 1727. Era prática abrir a carta do aviso da morte enviada pelo Governador e Capitão-General, em sessão da câmara. Depois eram publicados pela vila editais de aviso da morte e começo do luto, sendo seis meses rigorosos e seis meses aliviados, bem como das datas e horários das celebrações fúnebres na igreja matriz. O Senado da câmara mandava construir, dentro da matriz, um

⁹⁴⁹ APEMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Série: Carta. Doc. 0169. Caixa 005. Carta dos vereadores da Câmara da Vila do Cuiabá ao Governador Capitão General, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, informando sobre a forma de como as exéquias eram conduzidas na Vila do Cuiabá. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 04 de novembro de 1797.

⁹⁵⁰ AHU – Mato Grosso. Caixa 34. Doc. 1781. Carta do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, à rainha D. Maria sobre o cumprimento da provisão régia que ordena que as câmaras pratiquem as formalidades de funerais e exéquias das pessoas reais, e as dificuldades da câmara de Vila Bela em cumprir essa determinação pela carência de recursos. Vila Bela, 10 de junho de 1798.

mausoléu representativo do cadáver real. Era convocado todo o clero, irmandades e demais fregueses para obrigatoriamente participarem das exéquias reais. Pagava um orador e um mestre de música para entoar cânticos e um corpo de Aleluias. Eram ainda dadas descargas de tiros do estilo. As despesas do mausoléu, da música, do orador, da pólvora, da cera, entre outros, era dividida entre o clero, irmandades, oficiais da governança e demais fregueses⁹⁵¹. Mais uma vez percebemos a atuação da população custeando eventos representativos da monarquia portuguesa.

Vimos acompanhando as celebrações fúnebres e exéquias das pessoas reais no espaço da capitania de Mato Grosso, durante o século XVIII. Localizamos também relatos dessas mesmas cerimônias fúnebres, mas realizadas no espaço do reino. Sua descrição nos permite observar como era o seu programa celebrativo, com as posições dos grupos sociais e a etiqueta social exigida. As localidades do ultramar lusitano procuravam se aproximar desse roteiro cerimonial, mas sua reprodução não foi homogênea porque dependeu significativamente da capacidade financeira das câmaras municipais e dos moradores dessas localidades.

Na morte de D. João V, seu desfile fúnebre saiu do Senado, no Rossio, em Lisboa, precedido por um procurador montado à cavalo, que trajava pesado luto, levando ao ombro uma haste negra da qual pendia um bandeira enorme que se arrastava pela rua. Depois, repartidos por duas alas, caminharam dois corpos de homens-bons e magistrados, também com capas compridas e varas pretas nas mãos. Ao meio, postavam-se três juízes dos órfãos da repartição da cidade, cada um com o seu escudo negro. Atrás seguiam os restantes oficiais e vereadores do Senado da Câmara⁹⁵².

Esse cortejo seguiu parando em três pontos-chave do percurso. O primeiro na Praça do Rossio, em seguida na Rua Nova do Almada e por fim defronte da Igreja Patriarcal, em vez do tradicional largo da Sé⁹⁵³. Em cada um desses espaços se tinham erguido estrados cobertos de preto, onde os juízes erguiam a voz e proclamavam “Chorai Nobres! Chorai povo que morreu o vosso rei D. João V de Portugal”, e imediatamente, no meio de copiosas manifestações de pesar, quebravam o seu escudo.

⁹⁵¹ AHU – Mato Grosso. Caixa 34. Doc. 1781. Carta do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, à rainha D. Maria sobre o cumprimento da provisão régia que ordena que as câmaras pratiquem as formalidades de funerais e exéquias das pessoas reais, e as dificuldades da câmara de Vila Bela em cumprir essa determinação pela carência de recursos. Vila Bela, 10 de junho de 1798.

⁹⁵² ARAÚJO, 1989, p. 165-166.

⁹⁵³ Idem, p. 166.

Esse ato simbólico representava o sacrifício da morte, do rei, através do uso dos símbolos representativos do poder da monarquia portuguesa⁹⁵⁴.

Por toda a parte erigiram ainda mausoléus, uma tradição da arquitetura barroca⁹⁵⁵. A construção do mausoléu apareceu como o símbolo mais representativo dessas celebrações públicas, atuando como a presença do corpo de um rei distante, ausente, mas presente através dessa armação efêmera. Do mesmo modo, o tempo do luto foi parte significativa, servindo como vivência de uma transição, de um rei para outro, e para transformar a figura do rei falecido em memória. Para Ana Cristina de Araújo, o aparato cerimonial da morte dos reis constituía motivo de atração popular e era manifestação póstuma de vaidade e prestígio. Os atos fúnebres recapitulavam o sentido da distinção social pela exibição da etiqueta inspirados na vida da corte⁹⁵⁶.

Esses símbolos, cores, armações efêmeras foram utilizados nessas celebrações almejando integração social, um possível consenso acerca do sentido do mundo social⁹⁵⁷. Com esse poder simbólico, ocorria uma comunicação que cumpriu uma função determinada, em especial da imposição ou da legitimação da dominação⁹⁵⁸. A monarquia portuguesa através desses atos públicos reforçava sua relação de dominação sobre os indivíduos ou grupos que lhes estavam sujeitos, na própria estrutura do campo social em que se produziu e reproduziu a crença no poder da monarquia⁹⁵⁹.

Como parte desse universo social, a questão da precedência foi fator de tensão e conflitos nos atos celebrativos. Na Aclamação Real de D. José I, na Vila do Cuiabá, na igreja matriz estavam presentes o Governador e Capitão – General Antônio Rolim de Moura, oficiais da câmara, irmandades, religiosos e demais fregueses, quando uma questão de precedência gerou um conflito. Segundo o Ouvidor João Antônio Vaz Morilhas, foi facultado pela Coroa que os oficiais da câmara tivessem assentos com encostos nas igrejas, das grades da capela mor para dentro, em festas em que não estivesse exposto o Santíssimo Sacramento. Seguindo esta premissa, os referidos oficiais mandaram confeccionar esses tipos de cadeiras, sem braços, mas com encosto, para serem utilizadas pelos mesmos em tais eventos festivos. Contudo, no dia 06 de junho de 1751, nessa manifestação festiva de Aclamação Real, Antônio Rolim de Moura os proibiu de utilizarem esses móveis para “assentarem-se em um tosco banco”.

⁹⁵⁴ Ibidem, p. 166.

⁹⁵⁵ Ibid., idem.

⁹⁵⁶ Ibid., p. 134.

⁹⁵⁷ BOURDIEU, 1989, p. 10.

⁹⁵⁸ Idem, p. 11.

⁹⁵⁹ Ibidem, p. 14-15.

Alegava Rolim de Moura que nem o Ouvidor e nem os camarários poderiam ter esse tipo de assento diante de sua presença, por uma questão de precedência⁹⁶⁰.

Havia uma etiqueta política a ser cumprida, relacionada à posição que cada indivíduo ou grupo ocupava naquela sociedade. No ano de 1770, em Vila Bela, as Ladainhas de maio foram marcadas pelas contendas entre o Vigário da Vara e da Igreja, Domingos Gomes da Costa, e o Ouvidor Miguel Pereira Pinto e os demais oficiais camarários. Relataram os camarários a recusa do mencionado padre em tocar o sino da igreja matriz quando os mesmos saíam do prédio da câmara, em procissão, para a celebração festiva das Ladainhas de maio. O protocolo previa a chegada ao templo, após o repique dos sinos, em que os mesmos receberiam a aspersão da água benta. Era um ato público, em que estariam presentes as irmandades, clero, nobreza da terra e outros fregueses. Todavia, resistiu o padre, dizendo não haver o repique dos sinos em outras igrejas em igual ato, a não ser na Vila do Cuiabá que “foi totalmente criada sem norma, nem forma”. O padre foi condenado a pagar os valores de propinas a serem recebidas pelos camarários, o que foi feito ao Procurador da câmara Tomé da Silva Guimarães⁹⁶¹.

Outro conflito ocorreu na Vila do Cuiabá, no ano de 1782, expressado pelos oficiais da câmara da Vila do Cuiabá numa representação enviada à Coroa a respeito do custeio das festas reais. Disseram que o Reverendo Vigário da Igreja e da Vara Manoel Bruno Pina queria que a câmara desse a cada um dos membros do clero uma libra de cera, em todas as funções eclesiásticas em que tinham a obrigação de participar e custear. Todavia, reclamavam que o preço da cera era mais cômodo na corte do que “nesta região totalmente remota” e de que Manoel Bruno Pina havia devolvido à câmara a cera paga pela festividade da Visitação de Nossa Senhora, por não ser de libra para cada um dos sacerdotes. Consideraram os oficiais camarários esse um ato de ofensa pública, sobretudo pelo papel que a câmara representava no ultramar, de integrantes do corpo político do Império. Por essa razão, resolveram os vereadores suspender provisoriamente a celebração das festas que eram obrigados a participar, segundo as ordenações do reino, para promover apenas missas rezadas enquanto a monarquia não resolvesse o assunto. Mais uma vez reclamaram dos valores excessivos cobrados pelos sacerdotes em ocasiões que a câmara custeava os gastos festivos, sendo cobrados de

⁹⁶⁰ AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 365. Carta do Ouvidor da Vila de Cuiabá João Antônio Vaz Morilhas ao rei D. José sobre ter o governador Antônio Rolim de Moura Tavares negado ao dito ouvidor e aos oficiais da Câmara o privilégio de se sentarem em cadeiras de encosto na igreja. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 30 de agosto de 1751.

⁹⁶¹ AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 977. Requerimento do padre Domingos Gomes da Costa, Vigário da Vara e da igreja matriz de Vila Bela, ao rei D. José, em que pede que se lhe seja restituído o que pagou aos oficiais da Câmara, que o processaram por se recusar a apicar os sinos de forma imperiosa quando os oficiais fossem à igreja em funções. Capitania de Mato Grosso, anterior a 19 de junho de 1772.

esmolos por cada missa cantada nove mil seiscientos réis aos sacerdotes, quatro mil e oitocentos para os acólitos, dois mil e quatrocentos réis para o sacristão⁹⁶².

A prática da precedência, do lugar que cada indivíduo ou grupo deveria ocupar, fez parte da etiqueta social do Antigo Regime e esteve presente em diversas festas e celebrações públicas da capitania de Mato Grosso. A precedência expressava as posições de poder, prestígio, honra e a fama dos indivíduos aos olhos de todos. A opinião social legitimava o prestígio dessas pessoas, cada uma em relação à outra, dentro de um desempenho conjunto que seguia determinadas regras⁹⁶³. O ser social era identificado com a representação que era dada pela própria pessoa ou pelos outros⁹⁶⁴. As demarcações de posições em procissões, lugares dentro do espaço da igreja matriz, lugares nos cortejos e festividades expressavam as fronteiras de poder da sociedade.

Os oficiais régios e demais corpos sociais da capitania de Mato Grosso explicitavam seus lugares sociais durante as festas e procissões reais. Cada grupo possuía seu lugar nas procissões e também dentro da igreja matriz. As irmandades religiosas, com participação obrigatória nesses eventos, compareciam trajando suas opas e tomavam seus lugares nos atos celebrativos. As irmandades representativas dos africanos e seus descendentes, cativos ou libertos, seguiam nos últimos lugares nas procissões, mas eram convocadas a contribuir com esmolos para o custeio do evento.

A precedência era parte importante da composição das sociedades do Antigo Regime, mas de forma relacionada encontrava-se também o consumo representativo⁹⁶⁵. Promover as festas e celebrações reais era prática onerosa, dispendiosa de recursos à população colonial, e coube à câmara municipal a responsabilidade pelo custeio das festas e procissões reais, mas não somente a essa instituição. A população era sempre convocada a participar, mas também a contribuir com esmolos para as despesas festivas. As irmandades religiosas não ficaram de fora desse conjunto, pelo contrário. Essas associações compareciam com suas opas representativas, andores, cera e símbolos ou objetos religiosos e, principalmente, ajudaram no custeio desses eventos.

O custeio basicamente referiu-se ao pagamento da cera, dos produtos comprados para as armações efêmeras e ao pagamento dos padres pelos serviços litúrgicos. Ao longo do século XVIII, como vimos demonstrando, a oferta dos bens

⁹⁶² AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1384. Carta dos oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá à rainha D. Maria em que expõem o diferendo com o vigário Manoel Bruno Pina acerca do seu pedido de uma libra de cera para as festividades por cada um dos do seu clero. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12 de novembro de 1782.

⁹⁶³ ELIAS, 2001, p. 117-118.

⁹⁶⁴ Idem, p. 20-21.

⁹⁶⁵ Ibidem, p. 86.

católicos tinha valores excessivos, custeados pela população. Pessoas que desejavam pagar alguma promessa ou graça alcançada encontravam dificuldades em cumpri-las. As missas cantadas nas festividades aos santos padroeiros eram dispendiosas. As festividades anuais aos santos, de modo geral, acabavam sofrendo redução de atos ou funções por esse motivo. Como já discutimos, diante da falta de recursos preferiam uma missa rezada, por ser mais barata do que a cantada ou não realizavam a festividade⁹⁶⁶.

As festas e celebrações reais reforçaram o sentimento de pertença a um império encabeçado pela mesma monarquia e pela mesma religião, mas não foram realizadas da mesma maneira nas distintas localidades do reino e do ultramar. Existiram realidades diferenciadas, com grupos sociais e economias distintas. Como discutimos, imagens sobre o monarca e dos poderes locais eram explicitadas a cada evento festivo, através de palavras, atos simbólicos, procissões, bailes, danças e representações teatrais. O poder monárquico se mostrava aos súditos nesses eventos. Aparentemente, era o rei, através da câmara e da Fazenda Real, que custeava esses momentos festivos às populações sob seu domínio. Todavia, era a população que custeava com suas esmolas o extenso programa festivo representativo da Coroa e as irmandades tiveram papel importante nesse processo, por serem instituições representativas dos grupos locais. As celebrações públicas reais relacionaram-se aos acontecimentos de alegria e de tristeza, compondo o universo político e cultural do barroco nas festas e celebrações.

4.3 Entre honras e mercês: o Corpo de Deus

Do conjunto de festejos mencionados neste capítulo, a festa do Corpo de Deus ou Corpus Christi mereceu em nosso estudo um tratamento à parte, sobretudo por ter sido considerada uma das principais festas religiosas do Império português. Segundo Cleide Santos Costa Biancardi, na Época Moderna, com as disposições tridentinas, existiu um reforço do culto à Eucaristia, convertendo-a em um dos fenômenos mais característicos da religiosidade barroca. Reafirmou-se a presença simbólica de Jesus Cristo na Eucaristia, nas frações de pão ou hóstias e no vinho, ambos consumidos pelos

⁹⁶⁶ AHU – Mato Grosso. Caixa 09. Doc. 532. Carta dos Oficiais da Câmara de Vila Bela ao rei D. José I em que reclamam da exorbitância dos salários e emolumentos eclesiásticos, dos que pertencem ao judicial e dos direitos paroquiais. Vila Bela da Santíssima Trindade, 04 de outubro de 1756.

fiéis nas celebrações litúrgicas⁹⁶⁷. Na procissão festiva do Corpo de Deus, a Eucaristia operava a marcação litúrgica do espaço urbano. O clero exibia seu poder de consagração na rua e os leigos reconheciam os méritos do corpo de Cristo. A sociedade encontrava-se unida pelo sentimento eucarístico que fortalecia sua identidade na promessa teleológica da salvação⁹⁶⁸. Nas vilas mato-grossenses, com nas demais localidades do reino e da América portuguesa, Corpus Christi era organizada e custeada pelos bens das câmaras, assim como a festa do padroeiro de cada vila, São Sebastião, as Ladainhas de maio, Visitação de Santa Isabel, Anjo Custódio e Publicação da Bula⁹⁶⁹. Entretanto, como já discutimos, cada localidade realizou essas celebrações públicas de acordo com suas características sociais e condições financeiras.

Para a celebração do Corpo de Deus foi exigida a participação dos súditos do Império, através do controle das câmaras municipais de cada localidade. A presença das irmandades e confrarias nesse evento também era obrigatória, tanto no reino como no ultramar. Em 1718, a Mesa da Consciência e Ordens informava sobre essa determinação às irmandades e confrarias da igreja de Nossa Senhora da Conceição, de Lisboa⁹⁷⁰. Outros segmentos sociais tiveram essa mesma convocatória, a exemplo dos possuidores de hábitos das Ordens Militares, com seus lugares próprios nas procissões. Era um evento de explicitação do poder da monarquia portuguesa, num ato público em que o Santíssimo Sacramento era conduzido pelas principais ruas dos espaços urbanos.

Segundo Beatriz Catão Cruz Santos, a festa do Corpo de Deus teria se iniciado em 1264, por meio da Bula *Transiturus* de Urbano IV. Esse documento prescrevia missa e ofício, mas não a procissão. Esta função tornou-se, no século XIV, a forma por excelência de celebração da festa da eucaristia, conforme se processou nos séculos seguintes⁹⁷¹. Em Portugal, a história da festividade de Corpus Christi esteve relacionada às câmaras municipais. Desde 1387, essas instituições elegeram essa festividade em comemoração à batalha de Aljubarrota sobre os espanhóis. Tal como em Portugal, na América essas instâncias foram as principais difusoras dessa prática festiva,

⁹⁶⁷ BIANCARDI, Cleide Santos Costa. Liturgia, arte e beleza: o patrimônio móvel das sacristias barrocas no Brasil. In: TIRAPELI, Percival (org.). **Arte sacra: barroco memória viva**. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: editora UNESP, 2005, p. 46.

⁹⁶⁸ ARAÚJO, 1995, p. 353.

⁹⁶⁹ APEMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Série: Mapa de despesas e rendas. Doc. 0178. Caixa 005. Mapa de rendimento dos bens do Conselho da Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, no ano de 1799, feito pelo Escrivão Francisco da Costa e Souza. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1799.

⁹⁷⁰ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Ordens Militares. Papéis Diversos. Maço 24. Caixa 24. Macete 05. Doc. 107. Sobre a participação das Irmandades e confrarias na Procissão do Corpo de Deus. Lisboa, 14 de junho de 1718.

⁹⁷¹ SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O Corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa – século XVIII**. São Paulo: Annablume, 2005, p. 26.

organizando-a e custeando-a⁹⁷². Todavia, não acreditamos que essa tenha sido uma exclusividade dos camarários. A população foi fundamental na execução dessa celebração, em especial as irmandades do Santíssimo Sacramento, pois pagaram com suas esmolas as funções festivas previstas em cada localidade.

Mesmo sendo organizada pela câmara municipal, a procissão festiva de Corpus Christi era uma das principais responsabilidades das irmandades do Santíssimo Sacramento. Tanto em Vila Bela da Santíssima Trindade como na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá essas irmandades mobilizavam-se, juntamente com os camarários, para dar o suporte necessário ao momento celebrado. O dia do Corpo de Deus era também o momento em que todos os oficiais e irmãos se reuniam nos consistórios de cada igreja matriz para a eleição de sua nova Mesa dirigente. No domingo seguinte, em que as confrarias celebravam sua festividade, a lista de eleitos era divulgada⁹⁷³.

O Corpo de Deus era uma celebração promovida de acordo com os Cânones da Igreja e do Concílio Tridentino. Na Prelazia do Cuiabá, geralmente nesse dia, pela manhã, por volta das dez horas na igreja matriz concentravam-se todos os clérigos, cada um com seu hábito, com “sobrepeliz lavada, barba feita, na forma recomendada na Constituição do Arcebispado da Bahia”. Do mesmo, todas as irmandades religiosas da vila, levando cada uma a sua cruz, e a presença dos demais fregueses. Como determinação camarária, todas as ruas e lugares por onde percorreria a procissão deveriam estar limpas e ornadas com ramos e flores. As janelas e portas deveriam estar arrumadas e consertadas no “melhor asseio possível”⁹⁷⁴.

Na década de 1730, o Ouvidor João Gonçalves Pereira dava conta o rei D. João V sobre o cumprimento das festas e celebrações reais pela câmara da Vila do Cuiabá. Dizia haver problemas com relação ao pagamento das propinas dos oficiais camarários e representantes da monarquia lusitana, pois seguiam o que se pagava aos oficiais de São Paulo, considerados valores onerosos diante do atual estado das rendas do senado. Por

⁹⁷² SANTOS, 2005, p. 44-45.

⁹⁷³ Capítulos 2º e 6º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 23 de março de 1781; Capítulo 2º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 25 de novembro de 1767.

⁹⁷⁴ ACBM/IPDAC Pasta 13 – nº 236 Caixa 2. Carta do Cônego José da Silva Guimarães ao Bispo de Cuiabá comunicando sobre a procissão de Corpus Christi e como deverá seguir o cortejo. Cuiabá, 12 de julho de 1810; ACBM/IPDAC Pasta 13 – nº 168 Caixa 2. Ofício do Cônego Joaquim Teixeira Coelho (Vigário Geral) ao Bispo de Cuiabá, informando o dia que haverá procissão de Corpus Christi na catedral e como deverá seguir o cortejo. Cuiabá, 20 de junho de 1849.

outro lado, havia ainda despesas relativas ao pagamento do clero secular e dos elementos litúrgicos utilizados, como as ceras das procissões do Corpo de Deus⁹⁷⁵.

No ano de 1737, esses mesmos oficiais informaram ainda à Coroa sobre a compra de quatro tochas de cera branca para levarem nessas manifestações régias. Todavia, ainda era oneroso realizá-las e convocar a todos para participação nesses atos. Enviaram aviso às confrarias da igreja matriz, como também ao mestre de capela e sacerdotes, para que acompanhassem obrigatoriamente a todas as procissões reais. Deram conta ainda sobre o pagamento feito ao Vigário da Igreja e da Vara, ao diácono e subdiácono, pela participação em missas cantadas, realizado pelos bens camarários⁹⁷⁶.

Apesar da descrição aparentar rígido zelo ao cumprimento da determinação real, não era assim que as coisas ocorriam. Os próprios oficiais relataram o descumprimento dessas ordens, não reproduzindo nas minas cuiabanas toda a etiqueta exigida pela monarquia em tais atos públicos. Eram muitos os problemas. A procissão da Visitação e todas as outras eram promovidas, segundo os camarários, sem a “solenidade” exigida. As procissões ocorriam sem velas acesas que acompanhassem as imagens religiosas e a cruz, que iam debaixo do pálio. Apesar de serem mais assíduos na festa do Corpo de Deus, os sacerdotes, o mestre da capela, músicos, irmandades e pessoas que viviam ao redor da vila uma légua não compareciam na realização das demais procissões reais, tendo momentos em que participavam “tão somente na procissão dez ou doze pessoas fazendo esta sem levar uma vela acesa”. Além disso, os sacerdotes que participavam da procissão do Corpo de Deus sempre representavam à câmara seus pedidos de pagamentos de esmolos pelas missas cantadas que realizavam, sob a ameaça de não participarem dos demais atos celebrativos⁹⁷⁷.

Desde a criação da Vila de Cuiabá, em 1727, estava em uso dar a câmara para a festividade do Corpo de Deus seis velas de meia libra para o altar mor da igreja matriz e mais quatro outras para cada um dos quatro altares colaterais, totalizando dezesseis velas. Como dissemos, para tornarem as procissões reais “mais solenes”, decidiram por custear a compra de quatro tochas de cera branca. Outras medidas foram tomadas, como de nomearem sempre quatro oficiais para levarem as tochas e o pálio, além de convocarem obrigatoriamente à participação nas festas e celebrações reais todas as

⁹⁷⁵ AHU – Mato Grosso. Caixa 01. Doc. 96. Carta do Ouvidor João Gonçalves ao rei D. João V sobre o salário e emolumentos dos ministros e oficiais de justiça, regimentos feitos e despesa de cera para a festa do Corpo de Deus. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20 de julho de 1737.

⁹⁷⁶ AHU – Mato Grosso. Caixa 01. Doc. 99. Carta dos Oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei [D. João V] em que pedem a compra de tochas de cera para as procissões reais. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20 de agosto de 1737.

⁹⁷⁷ AHU – Mato Grosso. Caixa 01. Doc. 99.

irmandades, mestre de capela com a sua música, os sacerdotes e demais fregueses. A falta nas procissões reais estava passível de multa. Além disso, o pagamento dos sacerdotes seria feito pelas missas cantadas e não pela sua participação na procissão do Corpo de Deus, considerada sua obrigação⁹⁷⁸.

No ano de 1748, os vereadores da Vila do Cuiabá novamente escreveram ao rei sobre a festa do Corpo de Deus. Remeteram uma crítica detalhada acerca da vivência religiosa católica na localidade. Disseram que as festas e procissões que a lei determinava, principalmente a do Corpo de Deus, tinha grande indecência em sua promoção, pois não havia luzes diante das poucas rendas para as despesas com a cera. Observaram ainda que as irmandades existentes na vila não eram bem estabelecidas financeiramente, fazendo com que as mesmas dessem pouca assistência aos atos públicos. Os oficiais camarários entendiam que essas festas e celebrações reais eram importantes para a comarca, sobretudo por ser povoada por uma “imensidade de gentios de várias nações”. Acreditavam que era necessário promover o culto divino aos indígenas para que os mesmos se afastassem de seus “gentílicos ritos”, batizando-os e convertendo-os ao catolicismo⁹⁷⁹. No entanto, nos parece que esse tipo de reclamação visava mobilizar a Coroa a autorizar o pagamento das propinas dos oficiais pela promoção e participação nessas celebrações públicas, que tinham recorrentes atrasos.

Em 1773, no reinado de D. José I, Luís de Albuquerque escreveu ao rei versando sobre as rendas e despesas da câmara de Vila Bela. O principal motivo da carta era a respeito dos gastos com as propinas e a cera que os camarários recebiam das festas e celebrações reais. Luís de Albuquerque alegou não ter consentido que levassem propinas de duzentos mil reis, conforme se dava em Vila Rica e na cidade do Porto. Havia concordado que levasse, por motivo de economia, “cada vereador vinte e oito oitavas de ouro por todas as procissões do ano, e quatro oitavas pela cera, como levam os vereadores da câmara do Cuiabá, que tem hoje menor renda”. Para o Governador e Capitão-General, eram grandes as despesas com o pagamento da cera em todas as funções eclesiásticas do Brasil, sendo necessário reduzir esses gastos. Por outro lado, percebia que muitos oficiais da câmara tinham resistência em servir nesses atos sem pagamento das propinas, pois eram obrigados a comprar um “vestido de capa e volta

⁹⁷⁸ Idem.

⁹⁷⁹ AHU-MT. Caixa 04. Doc. 234. CARTA dos Oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei [D. João V] sobre as despesas com as festas e procissão do Corpo de Deus. Vila do Cuiabá, 22 de junho de 1748.

que custa aqui mais de sessenta oitavas”. Muitos por serem mineradores não participariam desses eventos sem lucro e ainda com despesas pessoais⁹⁸⁰.

Os programas festivos não foram cumpridos ao pé da letra. Interferiam em sua execução a resistência na participação por parte dos moradores, conflitos entre camarários e Vigários da Igreja e da Vara e o alto custo dos emolumentos festivos. As câmaras procuravam, mesmo nessas condições, cumprir com a determinação régia de executar as festas e celebrações reais, com toda “pompa e grandeza possível”. Porém, nos casos de limitação financeira dessa instituição e dos moradores das vilas, a opção era a de realizar funções celebrativas mais simples, como missas rezadas no lugar das missas cantadas. Reclamaram ainda os moradores que o clero secular solicitava sempre mais esmolas, cobrando “por cada missa cantada nove mil seiscentos réis para si e quatro mil e oitocentos para cada um dos acólitos, e para o sacristão dois mil e quatrocentos réis”. Esses pagamentos eram considerados altíssimos⁹⁸¹. Essa situação se fez presente até o final do século XVIII, tanto na Vila do Cuiabá como em Vila Bela⁹⁸².

Como parte desse campo de tensões e conflitos, no ano de 1784, escreveu o juiz de fora da Vila do Cuiabá, Antônio Rodrigues Gayoso, uma carta à rainha D. Maria I sobre o lugar que devia ocupar o mestre de campo Antônio José Pinto de Figueiredo nas procissões. Segundo esse oficial, era costume que todos os ministros régios e oficiais da justiça ocupassem distintos lugares nos atos públicos, como na procissão do Corpo de Deus, o que não ocorria na Vila do Cuiabá. A explicação seria “talvez pela grande distância em que vivem os Ministros dos olhos de Vossa Majestade”, pois um mestre de campo do Terço de Auxiliares ocupava o primeiro lugar nas funções públicas e solenes, mesma posição do que um ministro régio⁹⁸³.

Isso foi percebido durante as procissões do Enterro do Senhor e da Ressurreição, que marcaram a Semana Santa e Páscoa. Nesses eventos, José Pinto de Figueiredo ficou imediato ao Pálio, à mão direita do juiz de fora e os oficiais de justiça seguiram atrás, indo à frente dos soldados Auxiliares. Alegou Antônio Rodrigues

⁹⁸⁰ AHU – Mato Grosso. Caixa 17. Doc. 1050. Carta do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao rei D. José sobre as rendas e despesas da Câmara de Vila Bela da Santíssima Trindade, 27 de julho de 1773.

⁹⁸¹ AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1384.

⁹⁸² APEMT – Fundo: Câmara de Vila Bela. Série: Carta. Doc. 0291. Caixa 005. Carta dos vereadores da Câmara ao Governador e Capitão-General, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, requerendo autorização para celebrar a festividade de Corpo de Deus na igreja Matriz da Vila, unicamente com missa e procissão pelas ruas. Vila Bela da Santíssima Trindade, 03 de junho de 1801.

⁹⁸³ AHU – Mato Grosso. Caixa 24. Doc. 1422. Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá Antônio Rodrigues Gayoso à rainha D. Maria em que pede seja aclarado o lugar que deve ocupar o mestre de campo Antônio José Pinto de Figueiredo nas procissões. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 28 de agosto de 1783.

Gaioso que no reino os ministros dos respectivos bairros seguiam imediatos ao Pálio, em seguida os seus oficiais, depois a tropa paga. Por causa do não cumprimento desse conjunto de precedências, Gaioso resolveu não participar mais das procissões até que se resolvesse essa questão⁹⁸⁴. O parecer da monarquia considerou que os juízes de fora deveriam ocupar o lugar que vinham tomando nas procissões reais, indo seus oficiais diante dos soldados Auxiliares. Sobre José Pinto de Figueiredo, foi considerado que o mesmo tinha jurisdição dos Mestres de campo dos Auxiliares, onde deveria ficar⁹⁸⁵.

Na passagem do século XVIII para o XIX localizamos outro conflito ocorrido na festa do Corpo de Deus. O Vigário da Vara e da Igreja de Vila Bela, Antônio Cardoso de Meneses Montenegro, remeteu uma carta ao governador Caetano Pinto de Miranda Montenegro, seu primo, solicitando sua demissão do cargo eclesiástico que ocupava na vila-capital. A decisão do padre foi tomada diante de um conflito com os vereadores, durante os preparativos dessa festa. Antônio Cardoso de Meneses Montenegro havia recebido cartas da câmara convidando-o para as festividades que tinha obrigação de promover. Verificou ser constante nessas correspondências a alteração do pronome de tratamento dado a ele. Por causa disso, riscava sempre as correspondências, que tinham, segundo ele, a intenção de inferiorizá-lo⁹⁸⁶.

Para Antônio Cardoso, isso ocorria porque havia retirado recursos do cofre do Juizado dos Defuntos e Ausentes, com autorização de Miranda Montenegro. Essa relação de parentesco entre o padre e o governador parece ter sido interpretada pelos camarários como benéfica aos interesses do religioso. Esses valores eram correspondentes à herança de Joaquim da Fonseca, que devia Antônio Cardoso, após várias recusas camarárias. A contenda maior se deu quando o Procurador da câmara, Caetano da Costa Araújo, buscou o padre para lhe informar como seria realizada a festa do Corpo de Deus daquele ano. A câmara havia decidido apenas pela organização de uma procissão pela vila, sem Missa Cantada e Senhor Exposto. Antônio Cardoso considerou aquilo uma afronta, respondendo que se não fosse para realizar a festa com magnificência que a mesma ficasse sob os cuidados da Igreja e não da câmara⁹⁸⁷.

Os ânimos ficaram exaltados. Para agravar ainda mais este estado, indo ao encontro dos fiéis que o esperavam na igreja para a realização da trezena de Santo Antônio, se deparou o padre com um dos oficiais camarários pelo caminho, o Capitão

⁹⁸⁴ AHU – Mato Grosso. Caixa 24. Doc. 1422.

⁹⁸⁵ AHU – Mato Grosso. Caixa 24. Doc. 1422.

⁹⁸⁶ ACBM/IPDAC Pasta 74 – nº 1447- Caixa 23. Carta de Antônio Cardoso de Meneses Montenegro para o Governador da capitania, solicitando sua demissão como vigário da vara e igreja matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade. Vila Bela, 12 de julho de 1800.

⁹⁸⁷ ACBM/IPDAC Pasta 74 – nº 1447- Caixa 23.

José da Silva Portilho. Aproveitando a ocasião, movido pelo “fogo do sentimento”, lançou ao vereador várias perguntas, como “[...] que formulários há lá na Câmara? Umas vezes sou Ilustríssimo, outras Eminentíssimo, outras Digníssimo, outras Senhor e finalmente nos sobrescritos das cartas põem-se Do Escrivão da Câmara, pensam que sou algum maroto, algum tratante, tratam-me de bagatela?” A resposta do Capitão José da Silva Portilho foi a de que isso era coisa do Escrivão, o que deixou o padre ainda mais exaltado, fazendo-o rasgar as cartas e pisotear os seus pedaços no chão⁹⁸⁸.

Após esse episódio e depois de participar da trezena de Santo Antônio, no caminho de volta para casa, o padre Antônio Cardoso ainda encontrou-se com o Cadete Alexandre Bueno. Este oficial disse ao padre que o Coronel queria saber a que horas pela manhã do outro dia deveria mandar a tropa à porta da igreja matriz, para a procissão do Corpo de Deus. Essa pergunta deixou Antônio Cardoso confuso, pois as tropas apenas davam salvas de tiros quando se tratava de Missa Cantada e Senhor Exposto e não nas Missas rezadas. Ouvindo a conversa e vendo a surpresa do religioso, se aproximou Caetano da Costa perguntando se o padre não havia recebido outra correspondência da câmara, optando pela realização da Missa Cantada e Senhor Exposto. Esse impasse gerou imensa discussão, quase levando Antônio Cardoso a “encher a cara do Procurador da Câmara de bofetões”. Mesmo assim, acabou se referindo ao senado como uma “câmara de brejeiros, marotos e malcriados”. O conflito gerou a escrita da carta a Caetano Pinto de Miranda Montenegro com seu pedido de demissão do cargo de Vigário da Vara e da Igreja, pelos atos excedidos⁹⁸⁹.

A festa do Corpo de Deus, como apresentamos, esteve repleta de muitos conflitos, motivados por causa das precedências, do não cumprimento da etiqueta social seguida no reino e pelas dificuldades para o seu custeio. Altos valores dos emolumentos festivos, da cera e ainda o pagamento das propinas aos oficiais régios. Apesar dessas características, quando ocorria a procissão festiva a divisão da sociedade colonial era explicitada, em que participava todos os membros do corpo social. Entendemos que essa estratificação social ficava envolvida pela idéia de unidade mistificadora produzida pelo sistema de representações e práticas religiosas dentro do campo religioso⁹⁹⁰.

Conforme destacamos, foram recorrentes as tensões por causa das precedências festivas e celebrativas. No Rio de Janeiro, o Bispo João da Cruz escreveu uma carta ao rei no ano de 1742 informando da reclamação do Provedor da Fazenda e dos cavalheiros

⁹⁸⁸ ACBM/IPDAC Pasta 74 – nº 1447- Caixa 23.

⁹⁸⁹ Idem.

⁹⁹⁰ BOURDIEU, 2007, p. 52-53.

das ordens militares que queriam “fazer um corpo separado na procissão”. Para o Bispo, isso contrariava as determinações do Direito Canônico. Ainda disse que se seguia o que era comum em Braga, Évora, Porto e no Bispado do Pará. A Coroa respondeu que castigassem os excessos e que os oficiais e cavaleiros das ordens deveriam seguiriam “debaixo da cruz de alguma das comunidades que costumam ir nela ou debaixo da cruz do clero, mas nunca debaixo da cruz do Reverendo Cabido”. Dentre as chamadas comunidades, estavam as irmandades, confrarias, pias uniões e Misericórdias⁹⁹¹.

Os cavaleiros das ordens militares do Rio de Janeiro se mostraram bastante preocupados, pois consideravam que o bispo João da Cruz havia reservado a eles um lugar na procissão que consideravam ultrajante, de ir adiante de todo o clero secular. Essa atitude do prelado fez com que muitos dos cavaleiros resistissem e tirassem seus mantos à porta da igreja como um sinal de descontentamento e protesto, abandonando o ato festivo. Um dos descontentes ainda optou por acompanhar o cortejo da sua janela, o que era considerado ofensivo, gerando conflito com as autoridades religiosas. Algumas prisões haviam sido realizadas àqueles que desrespeitavam a realização de um ato celebrativo representativo da monarquia lusitana, diziam os cavaleiros, solicitando da monarquia portuguesa um parecer sobre esse impasse⁹⁹².

A execução da festa do corpo de Deus esteve relacionada com os contextos sociais de cada localidade. Apesar de ter existido formas de obrigar a participação da população e dos segmentos políticos nas festas e procissões reais, nem sempre foi o que acabou acontecendo. Na Vila de Viçosa, do reino, seu Ouvidor havia notificado os cavaleiros das ordens militares, residentes na vila, por sua falta nas procissões da Ressurreição e na do Corpo de Deus, no ano de 1756. Caso não atendessem à notificação e não comparecessem para justificarem-se deveriam ser presos, por ordem da Coroa, pois além da justificativa ainda havia o pagamento da multa pela falta⁹⁹³. Em 1760, o juiz, vereadores e procurador da câmara da cidade do Porto informavam a coroa sobre o cumprimento da realização da procissão festiva do Corpo de Deus. Havia participado os oficiais régios, religiosos, irmandades e confrarias. No entanto, não ocorreu o mesmo com os cavaleiros das três ordens militares, que pela falta foram

⁹⁹¹ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Ordens Militares. Papéis Diversos. Maço 24. Caixa 24. Macete 05. Avulsos. Dos cavaleiros do Rio de Janeiro sobre o lugar em que devem ir os ditos cavaleiros na procissão do Corpo de Deus. 1743.

⁹⁹² ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Ordens Militares. Papéis Diversos. Maço 24. Caixa 24. Macete 05. Doc. 129. Sobre a participação dos cavaleiros das três ordens militares na Procissão do Corpo de Deus. Lisboa, 1743.

⁹⁹³ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Ordens Militares. Papéis Diversos. Maço 24. Caixa 24. Macete 05. Doc. 126. Sobre as procissões da Ressurreição e Corpo de Deus. Paço de Belém, 12 de junho de 1756.

ameaçados de excomunhão pela Sé do Porto⁹⁹⁴. Em 1772, os cavalheiros das ordens militares da Bahia foram lembrados da obrigatoriedade de sua participação, do mesmo modo os desembargadores e demais oficiais régios, recebendo pelos bens da Fazenda Real tochas para serem levadas na procissão. Em 1783, os cavalheiros das ordens militares do Rio de Janeiro e do Funchal foram informados que deveriam ir à procissão “dispersos entre o clero”, conforme resolução de 05 de setembro de 1743⁹⁹⁵.

O poder monárquico utilizava esses momentos celebrativos também para expor à população as honras e mercês concedidas àqueles que desempenhavam bom serviço à monarquia. Receber um Hábito das Ordens Militares era uma honra significativa, dotada de distinção no meio social, pois seus possuidores foram considerados pessoas nobres, dotadas de pureza de sangue, ou seja, não eram e não tinham ascendência judaica, moura ou mecânica, realizadora de trabalho manual para seu sustento. Por isso, no reino e no ultramar, todos os que recebiam os Hábitos das Ordens Militares deveriam obrigatoriamente participar da procissão do Corpo de Deus. Em 1688, a Coroa informou sobre a punição que teria os cavalheiros das três ordens militares se não participassem do Corpo de Deus. Eles pagariam vinte mil réis, cada um, para as despesas do Tribunal da Mesa da Consciência e Ordens, e mais quatro mil réis para o acusador dessas faltas na procissão festiva. Todos deveriam levar os mantos com os hábitos de suas respectivas ordens militares no evento⁹⁹⁶.

A questão da limpeza de sangue apareceu nas Ordens Militares através da Bula de Pio V, *Ad Regie Maiestatis*, de 18 de agosto de 1570. Esse documento afastava os descendentes de judeus e mouros dos hábitos e comendas. Os estatutos decorrentes desse critério, de pureza de sangue, excluíram ainda pessoas que desempenhavam ofícios mecânicos, seus filhos e netos, pois trabalhavam com as mãos para sobreviver e isso era considerado desonroso. Ainda no século XVI, D. Sebastião concedeu a mercê da vantagem para o recebimento dos hábitos ou comendas das Ordens Militares aos que serviam no norte da África, pela prestação de seus serviços aos interesses da monarquia⁹⁹⁷. Com isso, abriram-se brechas para que até o sangue mouro fosse ultrapassável, desses candidatos aos hábitos e comendas das Ordens Militares. Apenas a

⁹⁹⁴ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Ordens Militares. Papéis Diversos. Maço 24. Caixa 24. Macete 05. Doc. 128. Dos vereadores e procurador da Câmara do Porto. Porto, 18 de abril de 1760.

⁹⁹⁵ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Ordens Militares. Papéis Diversos. Maço 24. Caixa 24. Macete 05. Doc. 34. Sobre a Procissão do Corpo de Deus.

⁹⁹⁶ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Ordens Militares. Papéis Diversos. Maço 24. Caixa 24. Macete 05. Doc. 112. Sobre os valores da pena a pagarem os cavalheiros das ordens militares que não participarem do Corpo de Deus. Lisboa, 29 de maio de 1688.

⁹⁹⁷ OLIVAL, 2004, p. 156-157.

herança judaica era ainda repudiada⁹⁹⁸. Entretanto, Fernanda Olival afirma que diversos cristãos-novos conseguiram insígnias das Ordens Militares, em diferentes épocas. Para a autora, quando estavam em jogo grandes interesses da monarquia, fossem de natureza financeira, política ou outra, o rigor era contornável. O rei era o governador e perpétuo administrador dos três Mestrados e tentava habilmente tirar partido desse fato, sem pôr em causa o sistema de distinções e os respectivos códigos de valor⁹⁹⁹.

Um exemplo claro desse aspecto encontra-se no Alvará de 10 de fevereiro de 1757, direcionado às pessoas que investiam seus bens na compra de ações nas companhias de comércio que atuaram no governo de D. José I¹⁰⁰⁰. Essa legislação estabelecia que o usufruto do privilégio de nobre, ocasionado pela compra das dez ações, garantia a dispensa de mecânica para recebimento de um hábito das Ordens Militares. Esperava-se que a pessoa ao ser considerada como nobre deixasse de aparecer na loja, fazendo-se substituir por caixeiros; se comparecia, devia ter um comportamento particular, adequado à sua condição, sob diferentes pontos de vista¹⁰⁰¹. Segundo Olival, quando os estatutos de limpeza de sangue foram oficialmente abolidos, em 1773, pouco distinguiam pelas muitas exceções abertas. A limpeza das Ordens Militares fora uma introdução feita pela realza com o intuito de valorizar as insígnias. Era do interesse da Coroa controlar e ter a possibilidade de abrir exceções, numa economia de mercês¹⁰⁰².

Como acompanhamos, os Hábitos das Ordens Militares foram concedidos às pessoas que prestaram serviços considerados importantes aos interesses da monarquia portuguesa. Outros Alvarás régios abriram a possibilidade do recebimento desses hábitos e foram interpretados e utilizados pelos moradores da capitania de Mato Grosso. O Alvará de 03 de dezembro de 1750 beneficiava os habitantes das regiões auríferas com a concessão desses hábitos, com sua respectiva Tença, aos que apresentassem como resultado do trabalho de até um ano a quantidade mínima de oito arrobas de ouro, de “ouro próprio ou alheio” às Reais Casas de Fundição¹⁰⁰³. O Alvará de 16 de dezembro de 1790 também destinava aos oficiais militares hábito das Ordens Militares,

⁹⁹⁸ Idem, p. 158.

⁹⁹⁹ Ibidem, p. 176.

¹⁰⁰⁰ OLIVAL, Fernanda. O Brasil, as Companhias pombalinas e a nobilitação no terceiro quartel de setecentos. In: CUNHA, Mafalda Soares da (coord.). **Do Brasil à metrópole: efeitos sociais (séculos XVII-XVIII)**. Anais, Universidade de Évora, 1998-1999, p. 91.

¹⁰⁰¹ OLIVAL, 1998-1999, p. 91.

¹⁰⁰² OLIVAL, 2004, p. 182.

¹⁰⁰³ Lei de 03 de dezembro de 1750. Lei dando nova forma à arrecadação dos Quintos. In: SILVA, Antônio Delgado da. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações. Legislação de 1750 a 1762**. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, p. 21-28. Disponível em: Ius Lusitaniae – Fontes Históricas do Direito Português <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt> Acesso em 29 de janeiro de 2015.

com sua Tença relativa, como reconhecimento dos serviços prestados à coroa¹⁰⁰⁴. Muitos dos que atuaram na capitania de Mato Grosso, caracterizada como zona de fronteira e de litígio entre os domínios de Portugal e Espanha na América, solicitaram a mercê dos hábitos das Ordens Militares com base nos mencionados Alvarás. Seus possuidores tinham participação obrigatória nas festas e procissões reais, assim como os demais cavalheiros do corpo social do Império.

Porém, desde 1736 pedidos de hábitos das ordens militares ocorreram nas Minas do Cuiabá. O Capitão Antônio Pinto de Azevedo remeteu petição ao rei D. João V solicitando Hábito de Cristo para seus quatro filhos e dotes para o casamento de suas filhas, além da tença de 50 mil réis. A justificativa para o recebimento dessas mercês era dada por ter sido fiel vassalo da Coroa, exercendo na região das minas cuiabanas os postos de Capitão-Mor das Minas da Vila de Cuiabá, Escrivão da Ouvidoria, Escrivão da Câmara, Escrivão dos Órfãos e Ausentes e Tabelião¹⁰⁰⁵. João de Sousa de Azevedo na década de 1750 também pediu ao rei D. João V a mercê do Hábito de Cristo e a Tença correspondente, por seus serviços prestados na região das minas¹⁰⁰⁶. Em 1768, Antônio de Souza Azevedo solicitou a mercê do Hábito de Cristo, pelos serviços prestados em auxílio do Destacamento de Nossa Senhora da Conceição. Teve seu pedido aceito, recebendo o valor de trinta mil réis de Tença¹⁰⁰⁷.

Na década de 1770, João de Melo Lobo remeteu à Coroa pedidos das referidas mercês, por ter apresentado na Real Casa de Fundição de Vila Bela a quantia de dez arrobas, vinte e dois marcos, duas onças, duas oitavas e cinquenta e cinco grãos de ouro¹⁰⁰⁸. Em 1771, Francisco Mourão de Miranda solicitou o Hábito de Cristo por ter apresentado à Casa de Fundição de Vila Bela, em menos de um ano, “doze arrobas e

¹⁰⁰⁴ Alvará de 16 de dezembro de 1790. Regulando os soldos dos Oficiais efectivos, remuneração de Serviços Militares e Reformas. In: SILVA, Antônio Delgado da. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações. Legislação de 1775 a 1790**. Lisboa: Typografia Maignrense, 1828, p. 626-629. Disponível em: <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt> Acesso em 29 de janeiro de 2015.

¹⁰⁰⁵ AHU – Mato Grosso. Caixa 01. Doc. 93. Requerimento do Capitão Antônio Pinto de Azevedo ao rei D. João V em que pede, pelos serviços que prestou, o posto de capitão-mor das Minas da Vila de Cuiabá e os ofícios de escrivão da Ouvidoria, escrivão da Câmara, escrivão dos Órfãos e Ausentes e Tabelião para quatro filhos que tem, com o Hábito de Cristo para cada um deles com a Tença de 50 mil réis, e dote para quatro filhas. Post. a 1736.

¹⁰⁰⁶ AHU – Mato Grosso. Caixa 05. Doc. 336. Requerimento de João de Sousa de Azevedo ao rei D. João V em que pede mercê do foro de fidalgo e o Hábito de Cristo e a Tença correspondente. Anterior a 20 de abril de 1751.

¹⁰⁰⁷ AHU – Mato Grosso. Caixa 13. Doc. 822. Requerimento de Antônio de Souza Azevedo à rainha D. Maria em que pede a confirmação do Hábito de Cristo com a Tença por ter ido à sua custa socorrer o destacamento de Nossa Senhora Conceição e outros serviços na Capitania de Mato Grosso. Posterior a 17 de dezembro de 1768.

¹⁰⁰⁸ ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 320. Caixa 429. Consultas de 1778-1779. Sobre o requerimento que João de Melo Lobo pede a Sua Majestade a mercê que for servida por seus serviços. Lisboa, 28 de março de 1778.

trinta e seis marcos, cinco onças, duas oitavas e quarenta e oito grãos de ouro”¹⁰⁰⁹. Antônio Felipe da Cunha Ponte era português, natural da Vila de Mirandela. Foi oficial da Irmandade de Santo Antônio, em Vila Bela. Na capitania de Mato Grosso exerceu diversas funções, sobretudo militares, sendo soldado, cabo de esquadra, furriel, alferes da Companhia de Dragões e ajudante das Ordens de Governo. Por causa desses serviços, prestados em benefício da Coroa, solicitou a mercê do Hábito de Cristo e o pagamento de Tença no valor de sessenta mil réis. Em 1772, depois de analisado seu pedido, obteve parecer favorável do Conselho Ultramarino¹⁰¹⁰. Antônio Mendes era natural da Freguesia de Cernache do Bonjardim, em Portugal, e remeteu à Coroa pedido da mercê do Hábito de Cristo. Alegava Antônio Mendes ter arrecadado em menos de um ano, das minas de Cuiabá noventa e dois marcos, quatro onças, duas oitavas e sessenta grãos de ouro; e das minas do Mato Grosso seiscentos e três marcos, três onças e cinco grãos. Desta forma, apresentou a Real Casa de Fundição de Vila Bela, no total, dez arrobas, cinquenta e cinco marcos, sete onças, duas oitavas e sete grãos de ouro. Além disso, havia ainda exercido o cargo de Fiscal da Intendência da referida Real Casa de Fundição. Seu pedido foi deferido pela Mesa da Consciência e Ordens, em 1778¹⁰¹¹.

Em 1781, o Capitão Domingos Jorge da Silva fez pedido der mercê do Hábito de Cristo, com respectiva tença, por ter apresentador em menos de um ano à Real Casa de Fundição de Vila Bela o valor de oito arrobas, trinta e oito marcos, uma onça e setenta grãos de ouro¹⁰¹². Francisco Xavier Dorta Tejo pediu no ano de 1782 remuneração da Coroa por seus serviços prestados. Era militar de longa carreira, tendo servido na Praça de Peniche e na do Alentejo antes de ser destacado para a capitania de Mato Grosso. Exerceu as funções de soldado, cabo de esquadra, alferes e de Tenente da Companhia de Dragões, Ajudante das Ordens do Governo da capitania. Obteve parecer positivo da Mesa da Consciência e Ordens para o recebimento da tença de cem mil réis,

¹⁰⁰⁹ AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 950. Requerimento de Francisco Mourão de Miranda ao rei D. José em que pede mercê do Hábito da Ordem de Cristo, como prêmio por ter metido na Casa da Fundição de Vila Bela mais de oito arrobas de ouro em um ano. Anterior a 20 de setembro de 1771.

¹⁰¹⁰ ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 319. Caixa 427. Consultas de fevereiro a novembro de 1772. Antônio Felipe da Cunha Ponte pede satisfação dos serviços que tem feito na capitania de Mato Grosso. 27 de novembro de 1772.

¹⁰¹¹ ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 320. Caixa 429. Consultas de 1778-1779. Sobre o requerimento que fez Antônio Mendes em que pede mercê do Hábito de Cristo. Lisboa, 24 de outubro de 1778.

¹⁰¹² ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 321. Caixa 430. Consultas de 1781-1788. Sobre o requerimento que fez o Capitão Domingos Jorge da Silva, em que pede a Sua Majestade faça mercê do Hábito da Ordem de Cristo, com a sua tença que for servida, em atenção a ter entrado na Real Casa da Fundição de Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso, com menos de um ano, com oito arrobas de ouro, trinta e oito marcos, uma onça e setenta grãos. Lisboa, 15 de novembro de 1781.

que renunciou em favor de suas irmãs e sobrinha¹⁰¹³. Em 1783, José Carlos Pereira fez pedido de um dos Hábitos das Ordens Militares, com sua respectiva tença, por ter apresentado a Real Casa de Fundição de Vila Bela, em menos de um ano, nove arrobas, sessenta e dois marcos, seis onças, duas oitavas e trinta grãos de ouro¹⁰¹⁴.

Manoel Pedro de Abreu Robalo era morador nas minas do Mato Grosso, mas era natural da Freguesia de São Bartolomeu da Charneca, da cidade de Lisboa. Como havia apresentado a Real Casa de Fundição de Vila Bela, pelo trabalho de menos de um ano, a quantia de dezesseis arrobas, seis marcos, sete onças, sete oitavas e dezenove grãos de ouro, solicitou da monarquia o Hábito de Cristo. Justificou ainda em seu pedido que havia desempenhado funções importantes para a monarquia, sendo almotacés, vereador, tesoureiro do cofre dos Órfãos, fiscal da Real Casa de Fundição e Escrivão do Almojarifado da Real Fazenda. Teve seu pedido deferido no ano de 1790, mas recebeu o Hábito de Santiago da Espada, com Tença de vinte mil réis¹⁰¹⁵.

Em 1794, o Tenente Antônio Francisco de Aguiar recebeu por seus serviços a mercê do Hábito de Santiago da Espada. Relatou ter apresentado a Real Casa de Fundição de Vila Bela, em menos de um ano, mais de treze arrobas de ouro¹⁰¹⁶. Ele era natural da Ínsua, Comarca de Viseu, e atuou militarmente na capitania de Mato Grosso como soldado e Anspeçada, cabo de esquadra, furriel e nos postos de alferes e tenente da Companhia de Dragões¹⁰¹⁷. O Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros, Joaquim José Ferreira, solicitou no ano de 1796 o Hábito de São Bento de Avis, pelos serviços militares prestados à Coroa no Pará, Rio Negro e Mato Grosso. Pediu ainda

¹⁰¹³ ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 321. Caixa 429. Consultas de 1782, 1785, 1786, 1791. Francisco Xavier Dorta Tejo pede remuneração de seus serviços obrados neste reino e na capitania de Mato Grosso. Lisboa, 27 de junho de 1782.

¹⁰¹⁴ ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 321. Caixa 430. Consultas de 1781-1788. Sobre as mercês que pede José Carlos Pereira em atenção a ter metido na Real Casa da Fundição de Vila Bela, em menos de um ano nove arrobas, sessenta e dois marcos, seis onças, duas oitavas e trinta e um grãos de ouro. Lisboa, 29 de julho de 1783.

¹⁰¹⁵ ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 320. Caixa 429. Consultas de 1778-1779. Sobre o requerimento que fez Manoel Pedro de Abreu Robalo em que pede mercê do Hábito de Cristo. Lisboa, 15 de junho de 1779.

¹⁰¹⁶ ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 321. Caixa 430. Consultas de 1792. Sobre o requerimento de Antônio Francisco de Aguiar, Tenente da Companhia de Dragões da capitania de Mato Grosso, em que pede a Sua Majestade a mercê do Hábito de Cristo ou de outra Ordem Militar, em atenção a ter metido na Casa da Fundição da dita capitania, em menos de oito meses, mais de treze arrobas de ouro. Lisboa, 21 de abril de 1792.

¹⁰¹⁷ ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 322. Caixa 431. Consultas de 1793. Sobre Antônio Francisco de Aguiar, que pede remuneração de seus serviços obrados na capitania de Mato Grosso. Lisboa, 09 de dezembro de 1793.

que sua irmã recebesse a tença correspondente ao hábito no seu lugar, por ser casada e pobre, com quatro filhos¹⁰¹⁸.

O Capitão Mor Diogo José Pereira solicitou um dos hábitos militares, juntamente com o pagamento de uma Tença. Foram elencadas diversas atividades desempenhadas por ele, desde 1756 até 1776. Ele era natural da Vila de Chaves, norte de Portugal. Na capitania de Mato Grosso, na Vila do Cuiabá desempenhou as funções de Almojarife dos Armazéns Reais, durante o governo de Antônio Rolim de Moura. Em Vila Bela, foi Tesoureiro da Fazenda Real, Tesoureiro da Intendência, Secretário do Governo da capitania, Tesoureiro da Casa de Fundição e Intendência do Ouro. Ainda serviu no Destacamento de Nossa Senhora da Conceição, na década de 1760. Em 1797, pelo rol de serviços prestados, a Coroa concedeu-lhe o Hábito de Santiago, com sessenta mil réis de Tença em remuneração de seus serviços¹⁰¹⁹. Em 1802, o Comandante do Terço das Ordenanças da Vila do Cuiabá, José Joaquim Correa de Mendonça Corte Real, também solicitou da Coroa a mercê do Hábito da Ordem de Cristo ou de São Bento de Avis, pelos serviços prestados como militar na capitania¹⁰²⁰.

Como analisamos, existiram pedidos de mercês como recompensa pela entrega do ouro nas Reais Casas de Fundição. Os suplicantes demonstraram especial interesse na obtenção de títulos de cavaleiro das Ordens Militares, com suas respectivas tenças. No entanto, não necessariamente essas solicitações eram realizadas pelos mineradores. Segundo Roberta Stumpf, na capitania de Minas Gerais, indivíduos que não eram proprietários de datas minerais, através de seu poder e prestígio, registraram as entradas do ouro em seus nomes e a partir disso fizeram pedidos de mercês à Coroa¹⁰²¹. Esse mesmo procedimento ocorreu na capitania de Mato Grosso e fez com que muitos fossem agraciados com os títulos das ordens militares, visando nobilitação.

No Ultramar, em regiões mineradoras, a concessão de Hábito das Ordens Militares, com sua tença, por uma determinada quantidade de ouro, apresentada à Real Casa de Fundição, visava estimular a extração aurífera. No entanto, essa atividade

¹⁰¹⁸ AHU – Mato Grosso. Caixa 31. Doc. 1733. Requerimento do Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenheiro Joaquim José Ferreira à rainha D. Maria em que pede o Hábito da Ordem de São Bento de Avis e a Tença seja entregue a uma irmã muito pobre. Ant. 21 de junho de 1796.

¹⁰¹⁹ ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 322. Caixa 431. Consultas de 1796. Sobre Diogo José Pereira, que pede remuneração de seus serviços obrados na capitania de Mato Grosso. Lisboa, 06 de julho de 1796.

¹⁰²⁰ AHU – Mato Grosso. Caixa 40. Doc. 2001. Requerimento do Capitão comandante do Terço das Ordenanças da Vila de Cuiabá José Joaquim Correa de Mendonça Corte Real ao príncipe regente [D. João] em que pede o Hábito da Ordem de Cristo ou de São Bento de Avis. Ant. a 05 de novembro de 1802.

¹⁰²¹ STUMPF, Roberta G. **Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das ordens militares nas Minas setecentistas**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília, p. 229-230.

dependia significativamente do uso da mão de obra escrava, na medida em que o Regimento de 19 de abril de 1702 previu o sorteio das datas minerais de acordo com o número de escravos dos requerentes, para atuarem na cata do ouro. O tamanho das datas a serem distribuídas também foi definido de acordo com o número de escravos dos requerentes¹⁰²². Os Hábitos das Ordens Militares foram oferecidos pela monarquia portuguesa aos que conseguissem apresentar às Casas de Fundação oito arrobas de ouro, em um ano. Verifica-se, com essa atitude, que o critério da pureza de sangue não representou um empecilho para os que almejavam ter um Hábito das Ordens Militares. O que importava para a monarquia era garantir a extração do ouro, utilizando-se dos Hábitos como estimuladores para obter a quantidade esperada de extração anual.

Conforme apresentamos, a festa do Corpo de Deus era considerada uma das principais celebrações públicas da monarquia lusitana. Esse evento serviu para exibir à população as honras e mercês concedidas àqueles que desempenhavam bom serviço ao rei, a exemplo dos cavaleiros das Ordens Militares. No reino e no ultramar, os que recebiam os Hábitos dessas Ordens deveriam obrigatoriamente participar dessa procissão real. Era exigida ainda a participação dos súditos, incluindo irmandades e demais fregueses, através do controle da câmara municipal de cada localidade. Essa instituição era responsável pela organização e custeio dessa festividade, mas percebemos que a participação da população foi importante, em especial das irmandades do Santíssimo Sacramento, que contribuíram com suas esmolas para sua realização.

Como nas demais festividades e celebrações públicas do século XVIII, existiram no Corpo de Deus conflitos acerca das precedências, do cumprimento da etiqueta social e do seu custeio. Por outro lado, quando ocorria essa procissão festiva a divisão da sociedade colonial era explicitada, com os grupos que formavam o corpo social. Essa estratificação social ficou envolvida pela idéia de unidade mistificadora produzida pelo sistema de representações e práticas religiosas desse ato celebrativo¹⁰²³.

¹⁰²² HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo I. A Época colonial. Vol. 2: administração, economia, sociedade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003, p. 301-302.

¹⁰²³ BOURDIEU, 2007, p. 53.

4.4 As festas em honra aos santos padroeiros

A celebração dos oragos católicos fazia parte do cotidiano das irmandades. As festas realizadas pelas diferentes associações representaram um momento de exteriorizar a devoção ao santo ou santa nomeador da associação e de sociabilidade entre seus membros¹⁰²⁴. Nessas ocasiões, muitos incensavam as ruas por onde percorriam as procissões e cortejos como um sinal de sacralização dos espaços¹⁰²⁵. Os confrades percorriam várias localidades, com bandeiras representativas dos santos católicos, entoando cantos e realizando orações nas casas, enquanto recolhiam produtos, esmolas ou donativos para as festas (Imagem 23). Além dessa dimensão devocional, as relações sociais e as hierarquias entre os grupos também ficaram evidentes nos momentos festivos e celebrativos, como parte da dinâmica de cada configuração social¹⁰²⁶. Encerrando este capítulo, nesta seção, analisamos os festejos realizados em honra aos oragos das irmandades religiosas da capitania de Mato Grosso, para perceber como cada uma delas definiu e realizou seu festejo. Os moradores prestaram homenagens aos seus santos devocionais através das festas, previstas nos compromissos confrariais.

¹⁰²⁴ MORAES, 2009, p. 234.

¹⁰²⁵ MORAES, 2006, p. 457-471.

¹⁰²⁶ ELIAS, 2001, p. 155.

Imagem 23 – Esmoler para a Festa do Divino Espírito Santo em Diamantino, década de 1820



Fonte: Árvore denominada jenipapeiro e gente que pede esmola para a festa do Divino Espírito Santo em Diamantino. Hercule Florence, 1828. Aquarela (31,6 x 22,6cm). Arquivos da Academia de Ciências / Filial de São Petersburgo da Academia de Ciências da Rússia, São Petersburgo. *Apud.* AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque**: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791. São Paulo: Versal, 2014, p. 145.

Nos momentos de festividades, a população da Vila do Cuiabá e de Vila Bela, bem como dos arraiais e povoados próximos, entravam em efervescência. As pessoas faziam-se presentes no acompanhamento das procissões, novenas, trezenas, celebrações eucarísticas, encenações públicas, cavalhadas, queimas de fogos de artifício e demais funções festivas. Segundo José Ramos Tinhorão, na colônia americana portuguesa, as festas eram momentos de sociabilidades, propiciados ora por efemérides ligadas ao poder do Estado, ora pelo calendário religioso estabelecido pela Igreja¹⁰²⁷. Essas manifestações culturais também foram mecanismos institucionais, compondo uma das obrigações dos funcionários administrativos e das irmandades religiosas. Por outro lado, como expõe Maria Marta Lobo de Araújo, a festa transformava-se num momento importante de reunião dos membros da irmandade, destinada a glorificar o santo padroeiro e constituía uma ocasião de sociabilidade, ao juntar gente que lhe pertencia, mas também muitos outros que se agregavam para viver o momento festivo¹⁰²⁸.

Sobre as festas realizadas aos santos padroeiros das irmandades religiosas representativas das elites locais, na Vila do Cuiabá, a Irmandade de São Miguel e Almas promoveu a festa do “Glorioso São Miguel” no dia 29 de setembro. Entretanto, sua realização dependeu da disponibilidade de recursos financeiros da associação, pois em situação de falta de rendas os irmãos apenas se reuniram no altar da irmandade, na igreja matriz, para realizarem uma missa cantada¹⁰²⁹. Nesse evento, os confrades vestiam opas verdes, do mesmo modo que em outras funções confrariais, a exemplo do momento em que saíam arrecadando esmolas para as benditas almas¹⁰³⁰.

Na Irmandade do Senhor Bom Jesus, da Vila do Cuiabá, sua festa principal era realizada no dia primeiro de janeiro. Realizavam missa cantada pela manhã, com Exposição do Santíssimo Sacramento. Também havia Sermão e Procissão, pela tarde. Nesta última função, cada oficial da irmandade ocupava o seu lugar próprio, com seus respectivos símbolos. O provedor seguia na frente com a vara da irmandade, logo em seguida o escrivão segurava a cruz e o tesoureiro agarrando o pendão, em cuja bandeira

¹⁰²⁷ TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil colonial**. São Paulo: Ed. 34, 2000, p. 105.

¹⁰²⁸ ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Assuntos de pobres: as esmolas dos confrades de São Vicente de Braga (1783 – 1839). In: ESTEVES, Alexandra (org.). **Marginalidade, pobreza e respostas sociais na Península Ibérica (século XVI-XX)**. Braga: CITCEM, 2012, p. 110.

¹⁰²⁹ Capítulo 1º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88. Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 15 de outubro de 1765.

¹⁰³⁰ Capítulo 14º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88.

estava a inscrição “Ecce agnus Dei” – “Eis o Cordeiro de Deus”. Os procuradores e demais irmãos seguiam atrás em duas alas. Todos vestiam opas roxas¹⁰³¹.

As irmandades do Santíssimo Sacramento, de Vila Bela e da Vila do Cuiabá, realizavam na manhã do dia da festa do Corpo de Deus a eleição dos oficiais ocupantes dos cargos de direção das confrarias¹⁰³². O resultado era divulgado no domingo seguinte, em que a irmandade promovia a festividade da “Dominga Grande”¹⁰³³. Segundo Fábio Kühn, as irmandades do Santíssimo Sacramento dedicavam-se à promoção do culto da eucaristia, por isso uma das suas principais atribuições era a realização da festa de Corpus Christi. Nessa celebração festiva, o Santíssimo Sacramento era conduzido em procissão pela paróquia da localidade. As irmandades do Santíssimo Sacramento ainda colaboravam na exposição do Corpo de Deus na quinta-feira da Semana Santa, nas igrejas paroquiais dotadas de sacrário¹⁰³⁴. Esta festa era composta de missa cantada, Senhor Exposto, Sermão e procissão com música. Essas associações tinham a obrigação de conservar a Eucaristia no Sacrário do altar mor das igrejas matrizes, mantendo a lâmpada acesa. Também acompanhavam o Santíssimo Sacramento quando este saísse da igreja, como a sua administração aos enfermos¹⁰³⁵.

No período quaresmal e da Semana Santa, essas irmandades se organizavam para atender seus confrades no espaço de suas igrejas. Os provedores, escrivães e tesoureiros faziam uma lista de irmãos que deveriam dar a Sagrada Comunhão no templo até o meio dia, sendo dois oficiais para cada semana, a começar pelas pessoas que ocupavam os postos de maior prestígio na confraria. Para a Semana Santa, ficavam dois irmãos servindo nas igrejas a cada duas horas, em especial na realização do Tríduo

¹⁰³¹ Capítulo 8º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40. Livro de Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em anexo, solicitação de confirmação do Compromisso (10 jul. 1820), Confirmação de D. João VI (17 abr. 1821), Termo de aceitação pelos Irmãos da Irmandade. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1821.

¹⁰³² Capítulo 2º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 25 de novembro de 1767; Capítulo 2º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 23 de março de 1781.

¹⁰³³ Capítulo 7º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30

¹⁰³⁴ KÜHN, Fábio. “Um corpo, ainda que particular”: as irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. **História Unisinos**, v. 14, nº2, maio/agosto de 2010, p. 123.

¹⁰³⁵ Capítulo 6º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30; Capítulo 6º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

da Paixão¹⁰³⁶. Na Quinta-Feira Santa deveriam todos os irmãos se confessar e comungar e na Sexta-Feira Santa beijar o corpo do Senhor morto¹⁰³⁷.

Acertaram essas associações do Santíssimo Sacramento, da Prelazia do Cuiabá, que tanto na Semana Santa como em outra qualquer função pública não daria a confraria cera, para evitar gastos e favorecimento de poucas pessoas¹⁰³⁸. Também concordaram que os padres não ficassem com os restos das velas ou ceras da banquetta e do trono, onde estava o Senhor Exposto, considerando tal ato um grande abuso. Porém, em caso de insistência de algum religioso secular, não colocariam mais cera nos altares celebrativos, obrigando o sacerdote a custear sua própria cera¹⁰³⁹.

Uma especificidade estava presente no compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela. Aproveitaram seus integrantes para pedir a mercê real de que fossem dispensados durante os atos festivos e celebrativos aqueles que ocupavam cargos militares nas companhias de Auxiliares e de Ordenanças. Isso era justificado por serem muitos deles oficiais da associação e que precisavam estar presentes nos atos em que a confraria saia em corpo de irmandade, exibindo suas insígnias na assistência ao Sacramento Exposto¹⁰⁴⁰.

Em Vila Bela, a Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa realizava todos os anos no mês de junho a festividade do Glorioso Santo Antônio¹⁰⁴¹. No dia 13 de junho promoviam missa cantada, por seu capelão, com a presença obrigatória do juiz e demais oficiais de Mesa da irmandade. A festa e a trezena a Santo Antônio poderiam ser celebradas pelo capelão da associação militar, diferente do que ocorria com outras irmandades que tinham que pagar ao pároco pelas celebrações festivas. Essa foi uma mercê concedida pela Coroa, por considerar essa irmandade da “Real e imediata

¹⁰³⁶ Capítulo 19º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30.

¹⁰³⁷ Capítulo 19º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

¹⁰³⁸ Capítulo 20º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30.

¹⁰³⁹ Capítulo 20º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

¹⁰⁴⁰ Capítulo 22º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64.

¹⁰⁴¹ Sobre a festa de Santo Antônio dos Militares, ver também : SILVA, João Bosco da. **Vila Bela à época de Luís de Albuquerque (1772-1789)**. 2006, 142f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

proteção”¹⁰⁴². Cabia ao juiz dessa confraria dar de esmolos cinco oitavas de ouro para as despesas da associação ou se encarregar de fazer a festividade ao santo à sua custa¹⁰⁴³.

Localizamos informações detalhadas dessa festa, em anos diferenciados. Seu início ocorria com uma trezena, no dia 01 de junho, indo até o dia 13 desse mesmo mês, dia de Santo Antônio. Realizavam orações e cantos, participando pessoas da vila-capital, arraiais e povoações próximas, a exemplo do ano 1777 em que “todas as festividades a trezena se encheu de povo esta Capital, que jamais teve dias tão alegres e cheios de divertimentos, publicados por um bando de máscaras no dia 22 de maio”¹⁰⁴⁴.

Ainda nesse mesmo ano, na véspera do dia de Santo Antonio, os céus de Vila Bela ficaram iluminados por fogos de artifício por quase três horas. No dia seguinte houve cavalhadas, com vinte cavaleiros que formavam duas alas, uma composta por homens vestidos de azul, e outra de homens vestidos de vermelho. Foi um dia de muito festejo, durante o qual foram apresentadas também “óperas, comédias”, e que, com as outras festividades, foram cheios de “farsas, de muitas máscaras”¹⁰⁴⁵. O público da festa era diversificado, com destaque para a participação do Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres e das famílias mais abastadas, vestindo suas melhores roupas. No palácio do capitão-general “houve um grande panegírico”, e em seguida “deu Sua Excelência jantar com a costumada grandeza, como também ceia, fazendo-se todo o festejo do dia seis; e repetindo-se, em ambas, várias poesias”¹⁰⁴⁶.

No ano de 1781, a imagem de Santo Antônio foi entronizada em sua capela, realizando-se uma trezena em sua homenagem. Essa imagem foi carregada em procissão pelas principais ruas da vila, exibindo ao público os oficiais de sua irmandade.

[houve] uma luzida procissão, dando Sua Excelência a mais exemplar edificação em pegar no andor do mesmo santo, com os ministros e oficiais militares mais graduados [...] Continuou a festividade com a maior magnificência e luzimento, mandando Sua Excelência distribuir grande quantidade de medalhas ou verônicas de ouro e prata por toda a nobreza e militares, que as puseram muito gostosamente nos peitos, como insígnias da irmandade, e quase como de uma ordem militar, que tem no santo um grande general e o mais famoso protetor.¹⁰⁴⁷

¹⁰⁴² Capítulo 5º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067. Compromisso da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa ereta na capela do mesmo santo de Vila Bela do Mato Grosso. Vila Bela da Santíssima Trindade, 1785.

¹⁰⁴³ Capítulo 6º. Cf. ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067.

¹⁰⁴⁴ AMADO e ANZAI, 2006, p. 210.

¹⁰⁴⁵ Idem, p. 211.

¹⁰⁴⁶ Ibidem, idem.

¹⁰⁴⁷ Ibid., p. 227.

Nesse evento, fogos de artifício e luminárias clareavam as ruas, e nos dias da trezena apresentaram-se quatro óperas. No pátio em frente à capela de Santo Antônio, a guarnição de dragões e auxiliares postou-se solenemente com duas peças de artilharia, e no pórtico da capela-mor havia elogios escritos ao santo, com mensagens devotas dos moradores e do Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, responsável pelo dístico colocado em homenagem ao santo. Em seguida a essas festividades houve jantar no palácio dos governadores, oferecido aos membros da irmandade e às famílias mais abastadas e demais representantes da monarquia lusa¹⁰⁴⁸.

As festas em homenagem a Santo Antonio eram muito concorridas. Pelo fato do santo ser patrono dos militares, a tropa ficava sempre apostada diante da capela, e dava salva real. Logo após os ritos e funções religiosas, como era comum acontecer, no ano de 1782 foi oferecido “um suntuoso e magnífico jantar, na forma dos mesmos anos antecedentes, tudo com muito júbilo, alegria e animação”¹⁰⁴⁹. Nos anos de 1787 e 1788, contamos com detalhes bastante elucidativos.

No dia 13 de junho celebrou-se, na capela de Santo Antônio, a festividade ao mesmo santo, com a maior solenidade e grandeza, precedendo a sua trezena, da mesma sorte. Assim sendo, Sua Excelência saiu do palácio na sua carruagem, pelas 9 horas da manhã, acompanhado da sua guarda militar. Foi recebido, apostada na mesma capela, com as conveniências devidas ao mesmo militar, e de todas as irmandades do mesmo santo, de que é protetor, e o mais exemplar devoto; também dos ministros, oficiais militares e nobreza, ministrando água benta o padre vigário, paramentado de capa e asperge, e a [ilegível]... de todos os mais, havendo na mesma o mais primoroso concurso de ambos os sexos, uma festa com solene procissão ao redor da capela. E no ato dela se deu uma salva de artilharia, com as mais continências devidas. [...] Recebendo Sua Excelência, em seu palácio deu um magnífico e bem ordenado jantar a todos os ministros, oficiais e nobreza que para isso tenha feito convidar. [...] Foi juiz nessa festa, no presente ano, Vitoriano Lopes de Macedo, natural de Vila Bela, que Sua Excelência nomeou tenente ajudante-de-ordens, sendo servido com boa satisfação os postos de alferes e de tenente dos dragões e outros, nos corpos de ordenação a auxiliares do mesmo juiz, tanto na ação de pôr o mastro, como nos dias da trezena e tarde do dia do santo. Celebrou a festividade com várias danças e comédias e com vistosa iluminação e fogo de cor, com grande despesa sua.¹⁰⁵⁰

As festas religiosas foram momentos privilegiados para a exibição dos símbolos sociais de distinção no espaço da vila capital. A procissão aparece como o principal símbolo a produzir a diferenciação entre os grupos sociais, pois era organizada e fragmentada por situação socioeconômica, de acordo com a posição que cada

¹⁰⁴⁸ Ibid., p. 227-228.

¹⁰⁴⁹ Ibid., p. 232.

¹⁰⁵⁰ Ibid., p. 266-267.

indivíduo ocupava naquela sociedade colonial. Quando do momento de circularem a capela de Santo Antônio, os ocupantes de cargos político-administrativos seguiam sempre à frente, junto ao Governador e Capitão-General, que, inclusive, ajudava a carregar o andor do santo. Seguiam-se as irmandades religiosas, famílias abastadas da vila capital e dos arraiais e povoações próximas e, nas últimas posições, apareciam livres pobres, alforriados, escravos e indígenas. Este esquema organizativo era comumente seguido nas demais “santas festas” dos oragos católicos.

A capela da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa, erigida em Vila Bela da Santíssima Trindade, serviu para as diversas atividades dessa confraria, mas especialmente para a promoção das festividades em honra a Santo Antônio. Ao mesmo tempo, era um templo que abrigava uma irmandade de cunho militar, que tinha como seus membros soldados que faziam a guarnição da capitania de Mato Grosso, além do Provedor da Fazenda Real e do Ouvidor da capitania, que servia de Auditor Geral. Sendo assim, como as demais capelanias militares espalhadas pelos domínios portugueses, foi considerada como uma igreja “debaixo da proteção régia”¹⁰⁵¹.

Diante dessa especificidade, representaram o juiz e demais oficiais da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa à rainha D. Maria I o pedido de mercê para que o capelão da irmandade, não sendo um Vigário da Igreja e da Vara, pudesse desempenhar suas funções independentemente da licença dada pela sede da Comarca Eclesiástica do Mato Grosso. Tal autorização o diferenciaria dos demais capelães de irmandades e o colocava no mesmo patamar de autonomia dos demais párocos da capitania. A mercê real foi dada no ano de 1786, fazendo com que a irmandade gozasse de prestígio frente às suas congêneres, que precisavam recorrer às sedes das comarcas na vila-capital ou na Vila do Cuiabá para promoverem suas celebrações e missas nas festividades, pagando aos párocos pelos emolumentos paroquiais¹⁰⁵².

Um conflito marcou a festa de Santo Antônio do ano de 1786. O Alferes Joaquim de Souza Pereira enfrentava problemas com o Comandante e Diretor do Forte Príncipe da Beira, gerado por causa das atividades de preparação dessa festa. O Comandante e Diretor dessa fortificação havia sido juiz da referida festa e teria se aproveitado do seu posto para o emprego da mão-de-obra do destacamento nas atividades da festividade a Santo Antônio. Usou o serviço de alguns escravos que

¹⁰⁵¹ ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 16, folhas 14-15. Provisão de Licença dada ao Juiz, Oficiais e mais Irmãos da Irmandade de Santo Antônio de Vila Bela, Capitania de Mato Grosso. Lisboa, 09 de março de 1786.

¹⁰⁵² ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 16, folhas 14-15.

trabalhavam nas “Reais Obras” da fortificação, sem fazer registro da quantidade de dias que precisariam ser repostos. Segundo o Alferes, o Comandante “não ocupava número certo de trabalhadores, era um preto um dia, outro meio dia e outros horas, e só na tarde da véspera da festa é que passou o maior excesso, mandando por alguns ditos trabalhadores conduzir ramos para se fazerem uns arcos de arvoredos”¹⁰⁵³.

Procurando o Comandante na capela de Santo Antônio, no dia da festa, para falar pessoalmente sobre o assunto, havia dito que realizaria a reposição dos dias de ausência de trabalho dos pretos na fortificação, o que não teria acontecido integralmente, relatava o alferes. O Comandante disse que tinha o controle dos dias de ausência de trabalho, do número de trabalhadores ocupados, inclusive do uso de “um pedreiro de El Rei”, propondo ainda utilizar de seus próprios escravos na reposição dos dias trabalhados. Contudo, Joaquim de Souza Pereira denunciou que foram repostos apenas dez dias de trabalho, número bem menor dos dias de faltas dos trabalhadores na fortificação. Por outro lado, o mais grave para o alferes era o discurso do Comandante e Diretor do Forte do Príncipe da Beira sobre não conhecer ele oposição dentro da fortificação, cabendo obediência somente ao Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, de quem era subordinado¹⁰⁵⁴.

Mesmo enfrentando doenças e moléstias, os irmãos eram convocados pelos oficiais na realização dos festejos. Um exemplo disso ocorreu com o Tenente Francisco de Pedro e Melo que se encontrava enfermo nos dias de festividades a Santo Antônio. Porém, como desempenhava o cargo de procurador nesse ano, teve que estar presente para compor o corpo da irmandade. Um dos oficiais da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa, Manoel Rabelo Leite, lhe escreveu solicitando sua presença, conforme determinava o juiz e demais irmãos da Mesa dirigente¹⁰⁵⁵.

O campo festivo que vimos descrevendo pertencia às irmandades representativas das elites locais da capitania de Mato Grosso. Esses eventos explicitavam a atuação de cada associação na promoção do festejo, colocando em evidência símbolos, objetos, e as posições das pessoas no seio da sociedade colonial. Isso ocorria quando cada indivíduo participava de uma missa, procissão, baile e demarcava seu lugar, conduzindo o andor de um santo padroeiro, vestindo a opa de sua

¹⁰⁵³ APEMT – Fundo: Real Forte Príncipe da Beira. Série: Carta. Doc. 0419. Caixa 006. Carta do Alferes Joaquim de Souza Pereira ao Governador e Capitão-General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Forte Príncipe da Beira, 10 de julho de 1787.

¹⁰⁵⁴ APEMT – Fundo: Real Forte Príncipe da Beira. Série: Carta. Doc. 0419. Caixa 006.

¹⁰⁵⁵ APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropas Militares. Série: Carta. Carta de Manoel Rebelo Leite ao Senhor tenente Francisco Pedro de Melo, em que trata da festa de Santo Antônio. Vila Bela, 30 de maio de 1810.

irmandade, pagando suas esmolas para a realização das festas. Geralmente eram escolhidas as pessoas de maiores posses, os “homens bons”, para serem os “juízes” dessas festas. Os poderes locais valeram-se desses eventos para representarem seu status, demarcando fronteiras de poder¹⁰⁵⁶ frente aos demais grupos sociais.

As irmandades dos grupos de africanos e seus descendentes também promoveram festas em honra aos santos católicos. João José Reis considerou que as irmandades eram um espaço de relativa autonomia negra, em que construíram sua identidade, explicitada também na ocasião dos festejos¹⁰⁵⁷. Entretanto, não interpretamos essas associações apenas como um espaço de autonomia ou mesmo de resistência negra, pelo contrário, as entendemos ainda como espaço de controle social. Concordamos com Luiz Geraldo Silva, ao considerar que as festas serviram também de suporte para criação, pelas autoridades coloniais, de importantes instrumentos de controle social sobre homens livres de cor e escravos. O crescimento paulatino da camada constituída pelos homens de cor livres, sobretudo na segunda metade do século XVIII, implicou uma constante preocupação das autoridades coloniais sobre indivíduos não submetidos mais às pressões do cativo e às formas senhoriais de controle¹⁰⁵⁸.

Africanos e seus descendentes, tanto escravos como libertos ou livres, explicitaram suas hierarquias de poder nos atos confrariais, sobretudo nas festas e celebrações. As festas religiosas constituíam elementos importantes para a recriação das identidades coletivas, nas quais legados culturais africanos e concepções decorrentes do Ocidente cristão encontraram um novo ambiente. Nesses eventos, como o ocorrido no interior das irmandades de Nossa Senhora do Rosário, foram eleitos reis e rainhas, aspecto que evidenciava as relações dessas instituições com o universo do sagrado¹⁰⁵⁹. Isso demonstra que não apenas brancos das elites locais se manifestaram através de rituais fortemente hierarquizados através de suas associações leigas¹⁰⁶⁰.

Na Prelazia de Cuiabá, no século XVIII, as populações de cor formaram irmandades que tinham como foco privilegiado de devoção Nossa Senhora do Rosário. Conforme analisa Lucilene Reginaldo, desde o século XVI, o Rosário passou a ser uma das principais invocações do movimento de conquista e conversão dos gentios,

¹⁰⁵⁶ BOURDIEU, 1989, p. 28.

¹⁰⁵⁷ REIS, 1996, p. 15.

¹⁰⁵⁸ SILVA, Luiz Geraldo. Da festa à sedição. Sociabilidades, etnia e controle social na América portuguesa (1776-1814). JANCÓS, István, KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: Cultura & Sociabilidade na América portuguesa**. Vol. I. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001, p. 313-335.

¹⁰⁵⁹ SILVA, 2001, p. 313-335.

¹⁰⁶⁰ Sobre as festas e celebrações praticas pelas irmandades religiosas de africanos e seus descendentes, como a festa de coroação de Rei Congo, ver: SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história de coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

passando então a ser divulgada por todas as ordens religiosas. No entanto, a devoção ao Rosário surgiu no século XIII, no contexto dos combates às heresias modernas. Para a tradição católica, Domingos de Gusmão, religioso dominicano e pregador na região de Albi, sul da França, teve uma revelação da Virgem que lhe ensinou uma oração a ser realizada com ajuda de contas unidas por um cordão. No século XV, os dominicanos alemães, temerosos com o avanço da Reforma Protestante, decidiram revigorar essa devoção revelada a Domingos de Gusmão. Em 1475, foi fundada a primeira confraria do Rosário em Colônia, na Alemanha. Em Portugal, a devoção ao Rosário estava estabelecida no final do século XV. Em 1490, Nossa Senhora do Rosário era invocada no reino lusitano por ocasião da peste que assolou Lisboa, ganhando uma capela¹⁰⁶¹.

Com relação aos festejos do Rosário, na Vila do Cuiabá, sua irmandade determinou que a festa à sua padroeira fosse realizada no primeiro domingo de outubro, como foi comum em toda a América portuguesa. Promovia também outra festa à santa na segunda oitava do natal, a do “Reinado”. Nesta última festividade, ocorria pela manhã missa cantada, Sermão, e Senhor Exposto; e pela tarde Procissão. Os recursos financeiros para as festas eram provenientes das jóias e anuais dos irmãos, bem como de esmolas devocionais dos fiéis e juízes das festas¹⁰⁶².

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, dos pretos cativos de Vila Bela, realizavam previamente reunião de Mesa para acordarem se promoveriam ou não a festividade a Nossa Senhora do Rosário com música, missa cantada e procissão¹⁰⁶³. Isso era definido ao verificar se a irmandade dispunha de quantidade de ouro suficiente para o pagamento das despesas festivas. Os recursos confrarias eram arrecadados com a cota dos anuais, entradas e esmolas. Uma das saídas para a falta de recursos era a prática do esmolar à santa, em que cada irmão saía pela freguesia arrecadando os valores ou bens necessários para a promoção do festejo, recolhendo “esmolas do povo”. Caso contrário, quem pagaria as despesas das esportulas festivas seria o irmão juiz e demais irmãos de Mesa¹⁰⁶⁴. As maiores despesas estavam relacionadas com o pagamento do serviço do

¹⁰⁶¹ REGINALDO, Lucilene. “África em Portugal”: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII. **História**. São Paulo, 28, 2009, p. 303.

¹⁰⁶² Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Documentos Avulsos, Fundação Vilaboense de Cultura – GO, 1751. Apud. SILVA, 2001; ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real do Bom Jesus do Cuyabá. Provisão de confirmação do seu compromisso. Lisboa, 10 de janeiro de 1783.

¹⁰⁶³ Capítulo 15º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário novamente ereta pelos irmãos da Irmandade nesta freguesia de Vila Bela da Santíssima Trindade, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Bela da Santíssima Trindade, 13 de julho de 1765.

¹⁰⁶⁴ Capítulo 17º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184

pároco da comarca do Mato Grosso, do diácono, subdiácono, presentes nas missas e atos litúrgicos da festividade. O valor da cera também era considerado caro, e devia ser entregue ao clero secular, aumentando a preocupação com o custeio festivo¹⁰⁶⁵.

A outra irmandade dedicada a Nossa Senhora do Rosário na vila-capital, dos pretos forros, realizava a festa de sua padroeira após a comemoração do natal, no dia 27 de dezembro. Esse também era o dia em que apresentavam à comunidade sua nova Mesa dirigente¹⁰⁶⁶. Os irmãos que ocupavam o cargo de rei na irmandade contribuía com a esmola de quinze oitavas de ouro e a rainha com igual valor. Além deles, o juiz e a juíza da confraria também contribuía com dez oitavas de ouro cada um. Esses valores também eram utilizados para o custeamento da festa anual em honra a Nossa Senhora do Rosário¹⁰⁶⁷. Essa festa anual era composta por missa cantada, Senhor Exposto, Sermão e Procissão com o terço e Ladainha de Nossa Senhora. À irmandade cabia a decisão de realizar integral ou parcialmente essas funções da festas, com mais ou menos “solenidade”, sempre de acordo com o rendimento disponível na confraria. Seus membros deveriam participar desses momentos trajados com suas opas e segurando suas tochas¹⁰⁶⁸. Era desejo dos irmãos de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos que tivessem em Vila Bela sua própria capela, sobretudo para que pudessem melhor realizar seus festejos¹⁰⁶⁹. Além disso, com a construção do templo, em separado, poderiam elaborar altares laterais dentro da igreja para colocar São Benedito e todos os demais santos que pertenciam à associação, com seus festejos¹⁰⁷⁰.

Essas foram algumas das festas devocionais católicas previstas nos estatutos confrariais. No entanto, conforme discutiu Laura de Mello e Souza, existiu um sincretismo entre o catolicismo e práticas religiosas de matriz africana na América portuguesa. Cultuava-se São Benedito, mas também vários Orixás, e batiam-se atabaques nos calundus da colônia. Nas estruturas sociais que lhes foram impostas, os negros, através da religião, procuraram espaços em que pudessem desenvolver

¹⁰⁶⁵ Capítulo 18º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184

¹⁰⁶⁶ Capítulo 2º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Bela da Santíssima Trindade, 01 de junho de 1779.

¹⁰⁶⁷ Capítulo 3º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80.

¹⁰⁶⁸ Capítulo 7º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80.

¹⁰⁶⁹ Capítulo 19º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80.

¹⁰⁷⁰ Capítulo 20º. Cf. ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80.

integradamente suas manifestações religiosas¹⁰⁷¹. Segundo Mário Teixeira de Sá Júnior, os símbolos religiosos do catolicismo, misturados a outros de matriz africana ou mesmo indígena, estiveram presentes nas práticas de magia e feitiçaria de brancos, africanos, indígenas e seus descendentes na capitania de Mato Grosso, no século XVIII. Essas práticas eram constituídas por orações, rituais e alusões a santos católicos¹⁰⁷².

Na Devassa da Visita Eclesiástica, ocorrida no ano de 1785¹⁰⁷³, encontramos exemplos desse sincretismo religioso, envolvendo inclusive o caso de uma irmã de Nossa Senhora do Rosário, da Vila de Cuiabá, chamada Maria Eugênia de Jesus.

A parda Luzia curava lombrigas usando orações. Fazia parte dos ingredientes da feitiçaria do escravo Quiçamá um lenço de tabaco encarnado, com raízes, alguns insetos, orações, contas e ervas. Joaquim Moreira, preto forro, detalhou a oração encontrada no referido lenço como sendo “uma oração do Santíssimo nome de Jesus”. Miguel, preto forro, curava de feitiços através de rezas¹⁰⁷⁴. Leandro Garcia Leite, homem branco, benzia os seus pacientes para curar bicheiras. Francisco, branco, benzia de quebrantos de ar. Roque da Silva, pardo, benzia bicheiras com palavras. Manoel Cardoso, índio, costumava benzer com palavras as feridas dos corpos das pessoas. Um desses benzedores, Francisco Bueno, homem branco, era assistente na capela de Santo Antônio do Rio Abaixo, da freguesia do Senhor Bom Jesus¹⁰⁷⁵. Patrício Antunes, bastardo, benzia crianças para curá-las de lombrigas, usando orações a Santo Antônio. Manoel José fazia adivinhações de peneira e tesoura, com orações de São Pedro e São Paulo¹⁰⁷⁶. Maria Eugênia de Jesus era preta forra, analfabeta, irmã da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da Vila do Cuiabá¹⁰⁷⁷. Essa irmã do Rosário foi presa na Vila do Cuiabá, acusada de difamação e feitiçaria. Por causa desta última acusação, foi cogitado o seu desterro para o Forte Coimbra, na fronteira com os domínios hispano-americanos¹⁰⁷⁸. Na cadeia da Vila do Cuiabá, foi acusada ainda de ter metido fogo a

¹⁰⁷¹ SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005, p.94.

¹⁰⁷² SÁ JÚNIOR, Mário Teixeira de. **Malungos do Sertão. Cotidiano, práticas mágicas e feitiçaria no Mato Grosso setecentista**. 2008, 319 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, p. 120.

¹⁰⁷³ ACMRJ. Visitas Pastorais. Livro nº2. Devassa da Visita Geral à Comarca Eclesiástica do Cuiabá realizada pelo visitador Bruno Pina, ano 1785.

¹⁰⁷⁴ Idem.

¹⁰⁷⁵ Ibidem.

¹⁰⁷⁶ Ibid.

¹⁰⁷⁷ ROSA, Carlos Alberto. O caso Maria Eugênia. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal** Ano I. Cuiabá, 31 de julho de 1986.

¹⁰⁷⁸ JESUS, Nauk Maria de. **Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul (1727-1808)**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, p. 53; SÁ JÚNIOR, Maria Teixeira de. **Malungos do Sertão. Cotidiano, práticas mágicas e feitiçaria no Mato Grosso setecentista**. 2008, 319 f. Tese

imagem de Jesus Cristo Crucificado e de Nossa Senhora, encontradas no fogão das presas, cobertas de cinzas¹⁰⁷⁹.

Esse quadro de práticas religiosas de pessoas pertencentes ao grupo social de indígenas, africanos e seus descendentes, escravos ou livres, nos demonstra que no cotidiano as autoridades coloniais e religiosas não puderam controlar todas as ações dos moradores dentro do campo religioso, conforme objetivavam as disposições tridentinas. A configuração social da capitania de Mato Grosso, como reiteradamente destacamos no decorrer deste trabalho, era um espaço miscigenado, com ampla presença de indígenas, africanos e seus descendentes. Suas ações dentro do campo religioso apresentaram elementos católicos, mas também de suas pertenças étnico-culturais.

As irmandades religiosas da capitania de Mato Grosso foram responsáveis pela organização de festejos anuais que honraram seus oragos, santos de devoção da população da Prelazia de Cuiabá. Essas associações definiram seus festejos de acordo com seus recursos confrariais, mas também de acordo com os valores cobrados dos emolumentos festivos pelos padres das comarcas eclesiásticas. Como discutimos, os valores eram considerados excessivos, o que dificultava a preparação de uma festa anual com diversas funções litúrgicas. As estratégias de custeio eram a da utilização dos recursos obtidos com as entradas e anuais dos confrades, bem como com as recolhidas de esmolas aos santos entre as casas das vilas e povoações próximas. Os juizes das festas também tiveram papel importante, pois contribuía com quantias significativas para a realização do festejo anual, sob sua responsabilidade. Nas irmandades de africanos e seus descendentes livres, cativos ou libertos, o rei e a rainha das festas de Nossa Senhora do Rosário também custearam com esmolas os festejos, e na Irmandade de Santo Antônio, os militares fizeram o mesmo. Essas associações se movimentaram para garantir a oferta dos bens religiosos na Prelazia do Cuiabá, bem como a manutenção da estrutura eclesiástica presente na fronteira Oeste da América portuguesa.

(Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis, p. 120-121.

¹⁰⁷⁹ **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**. Transcrição e Organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

Conclusão

Analizamos ao longo deste trabalho as relações de poderes estabelecidas entre membros das irmandades religiosas na Prelazia do Cuiabá e sua atuação, com os demais fregueses, na formação dos espaços católicos dessa jurisdição eclesiástica. Nesse espaço foi pouco efetiva a ação do padroado régio nos anos setecentos. Esse processo foi compreendido durante a fase de vacância do cargo de prelado, compreendida de 1745 a 1803. A pouca quantidade de padres, a falta de recursos para a construção e manutenção dos templos religiosos, somados aos excessos dos valores cobrados pelos serviços litúrgicos e sacramentais fez com que a população colonial da capitania de Mato Grosso custeasse a estrutura eclesiástica católica. Essa demanda dos moradores contribuiu significativamente para que a monarquia portuguesa e o catolicismo compartilhassem seus poderes na colonização desse espaço de fronteira e de mineração.

Os recursos provenientes da instituição do padroado régio, especialmente os referentes ao pagamento das côngruas e demais emolumentos religiosos do clero secular, e ao financiamento da construção e manutenção dos templos religiosos, não foram aplicados pela Mesa da Consciência e Ordens de forma homogênea nos espaços ultramarinos. Os recursos da Fazenda Real, de forma geral, eram direcionados ao pagamento das Folhas Civil, Militar e Eclesiástica, mas esta última recebia menor quantidade dos valores, como se observou na capitania de Mato Grosso. Ocorreu na América portuguesa um maior investimento financeiro na defesa do território, no pagamento da Folha Civil ou em prol do desenvolvimento do comércio atlântico. Apesar disso, nas áreas luso-americanas de colonização mais antiga ocorreu maior destinação de recursos autorizados pela monarquia para as jurisdições eclesiásticas locais. O alcance do padroado régio variou de uma localidade a outra.

A Prelazia do Cuiabá estava distanciada dos centros de decisão política e eclesiástica, e foi construída com dificuldades pela população dos arraiais, povoados e vilas. Os grupos sociais desse campo religioso eram constituídos por bandeirantes, sertanistas, mineradores, brancos, indígenas, africanos e seus descendentes, cativos ou libertos, que edificaram igrejas e capelas importantes para a implantação do catolicismo na fronteira Oeste luso-americana. A produção dos espaços católicos, assim como dos seus grupos associativos, se deu de acordo com as condições sociais locais e foi experimentada de acordo a composição do quadro social existente nos anos setecentos.

Analizando o universo da mineração da América portuguesa, a capitania de Mato Grosso apresentou cerca de dez irmandades religiosas no século XVIII, frente a mais de três dezenas em Goiás e mais de duas centenas em Minas Gerais. Não se verificou no espaço mato-grossense a formação de uma Misericórdia, arquiconfrarias e nem confrarias relacionadas aos artífices e corporações de ofícios. Nas comarcas eclesiásticas do Mato Grosso e do Cuiabá floresceram, por excelência, irmandades ou confrarias religiosas. Os grupos sociais da capitania de Mato Grosso foram produzindo diferenças econômicas, políticas e sociais, pelo desenvolvimento da mineração, comércio, produção agrícola, criatória ou nos engenhos, bem como na ocupação de importantes cargos político-administrativos, da justiça ou dos altos postos de comando militares. Essa estratificação espacializou diferenças, delimitando o lugar que cada indivíduo ou grupo ocupou nessa configuração social. Esse lugar social de cada grupo estava articulado com a produção sócio-econômica, política e cultural da capitania de Mato Grosso, circunscrito por especificidades próprias, como a pertença às elites coloniais, aos cativos e libertos ou aos corpos militares de defesa do território.

Os grupos sociais se posicionaram dentro do campo religioso da Prelazia do Cuiabá, nos anos setecentos. As elites locais estiveram representadas através das irmandades de São Miguel e Almas, do Santíssimo Sacramento e do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. O lócus privilegiado para a espacialização dessas associações foi o das igrejas matrizes, que juntamente com os prédios da câmara, cadeia e o pelourinho constituíram a demarcação do espaço do poder religioso e régio nas vilas e cidades. Os militares tiveram suas capelas para se reunirem, em especial as que estavam localizadas nas fortificações e destacamentos militares da fronteira. Todavia, criaram do mesmo modo uma associação religiosa para representá-los, a Irmandade de Santo Antônio, instalada na vila-capital. Africanos e seus descendentes, cativos ou libertos, tiveram as irmandades de Nossa Senhora do Rosário como a mais procurada para filiação. Suas capelas geralmente se localizaram nas periferias das vilas da capitania de Mato Grosso. Não percebemos a preponderância de um único grupo étnico africano dentre os confrades do Rosário, inclusive na ocupação de cargos das Mesas dirigentes, conformando-se todas como irmandades mistas.

O panorama de cargos confrariais representou hierarquias internas. Os indivíduos que tomaram posse dessas funções experimentaram o exercício de poder sobre os demais membros do grupo confrarial e foram reconhecidos como lideranças na Prelazia do Cuiabá. As irmandades religiosas, bem como as câmaras municipais, foram os principais lugares sociais para a operação dessas diferenciações entre os grupos. Por

isso, a insistência em integrar-se nessas associações se constituiu numa necessidade de afirmação social. Esse poder de controle, de mando, fez com que, por exemplo, aceitassem ou recusassem pedidos de novos filiados nas irmandades, como ocorreu no caso de José Dias de Figueiredo e a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela. Esse caso nos mostrou como um grupo impôs sua concepção de mundo social. Por outro lado, José Dias de Figueiredo demonstrou sua capacidade de ação frente a essa interdição, consultando a legislação, operando com a memória de sua pertença a uma linhagem de oficiais de Sua Real Majestade.

A economia confrarial definiu a posição de cada confraria no campo social, explicitando aquelas que dispunham de maior patrimônio financeiro. Essas associações adquiriram importância na economia local, contribuindo para a organização da vida comunitária, como vimos, possuindo gado, terras, propriedades, entre outros. Por outro lado, empreenderam muitas vezes gastos por prestígio, ostentação e status, sobretudo em suas festas e celebrações, arcando com um consumo de representação social.

Sobre a relação das irmandades com o clero secular, percebemos que os compromissos confrariais normatizaram os deveres e direitos dos padres que eram contratados como seus capelães beneméritos. Sua atuação estava voltada para a oferta dos serviços litúrgicos e sacramentais aos confrades inscritos nessas associações. Todavia, foi recorrente a reclamação do alto preço cobrado pelos padres na capitania de Mato Grosso, por isso procuravam contratar o padre que oferecessem esse atendimento pelo menor valor possível. Esse foi o principal critério adotado pelas irmandades para a escolha de um padre, bem como acerca de sua boa conduta na sociedade. Entendemos que diante de um universo de padres encomendados, essa era uma boa oportunidade de ganhos financeiros para um padre residente na capitania de Mato Grosso, pois teria a garantia de pagamento pelo período de um ano ao atenderem às associações. Como analisamos, sem padres colados, pagos pelo padroado régio, a Prelazia do Cuiabá, também sem um prelado efetivo, se manteve atuante através do custeio realizado pelas irmandades religiosas e pelos fregueses dessa jurisdição católica.

As irmandades religiosas eram também reconhecidas e distinguidas através da oferta do seu serviço fúnebre. Quase todas possuíam esquife para o transporte do corpo e algumas covas próprias ou espaços de inumação nas suas capelas. As pessoas que possuíam mais bens podiam encomendar e pagar por mais sinais na celebração de sua morte, enquanto os mais pobres pagavam por uma quantidade menor de atos fúnebres, em que muitas das vezes só podiam dispor do custeio de uma “rede” ou “lençol” para conduzir e cobrir seus cadáveres às covas das Fábricas das igrejas e capelas. Além da

assistência aos mortos, algumas irmandades religiosas ofereceram auxílio aos seus matriculados, em vida, especialmente em situação de pobreza ou enfermidade. Todavia, essa prática era mais uma exceção do que regra, por ser dispendiosa de recursos. Isso fez com que houvesse uma pressão social sobre os indivíduos de maiores posses para que realizassem as atividades caritativas, representativas da atividade cristã.

As festas e procissões reais também fizeram parte do cotidiano das irmandades religiosas e dos moradores da capitania de Mato Grosso. Esses eventos foram promovidos em honra aos santos católicos e também aos eventos de vida da família real portuguesa. Essas festas reforçaram o sentimento de pertença a um império encabeçado pela mesma monarquia e pela mesma Igreja. Entretanto, as manifestações festivas e celebrativas ocorreram em espaços diferenciados, sendo realizadas de acordo as realidades locais e suas condições econômicas. A prática da precedência, do lugar que cada indivíduo ou grupo deveria ocupar, fez parte da etiqueta social do Antigo Regime e esteve presente em diversas festas e celebrações públicas da capitania de Mato Grosso. Do conjunto de festejos, a festa do Corpo de Deus ou Corpus Christi foi considerada uma das principais festas religiosas do Império português e a Coroa utilizava esse evento celebrativo para expor à população as honras e mercês concedidas àqueles que desempenhavam bom serviço à monarquia. As irmandades religiosas da capitania de Mato Grosso também foram responsáveis pela organização e custeio desses festejos.

A configuração social da capitania de Mato Grosso foi caracterizada pela quase inexistente ação institucional do padroado régio, no século XVIII. Todavia, o desenvolvimento da análise da documentação nos mostrou que as irmandades religiosas e demais fregueses atuaram para garantir a oferta dos bens e serviços religiosos católicos na Prelazia do Cuiabá, e na manutenção da estrutura eclesiástica local. Essa jurisdição católica teve seu prelado efetivado no começo do século XIX e tornou-se um Bispado na década de 1820. Possivelmente essas mudanças possibilitaram outras dinâmicas, no seio das irmandades e do campo religioso local.

GLOSSÁRIO¹⁰⁸⁰

Almotolia – Vaso em que se coloca o azeite.

Almoxarife – Aquele que cobra os direitos reais de vários gêneros, como vinhos, azeites; cobradores das rendas reais pelas comarcas.

Alqueire: 1. Antiga unidade de medida de capacidade para secos equivalente a 36,27 litros. 2. Unidade de medida de superfície agrária equivalente a 4,84 hectares.

Alva – Vestidura sacerdotal de pano de linho, que chega até o chão. Significa ainda veste branca, cor clara.

Amito – Vestidura sacerdotal.

Andador – Andador de uma Irmandade, aquele que anda dando recados aos Irmãos.

Andor – Carruagem portátil, em que não se servem de bestas ou cavalos, que quatro homens levam aos ombros; instrumento com quatro braços que nas procissões se levam as imagens ou relíquias dos santos.

Arcâz – Arca grande, caixão.

Arcediogo – É o primeiro dos Diáconos, também chamado Vigário e olhos do Bispo. Visita as freguesias, aonde o Bispo o mandava.

Arroba – A arroba espanhola pesava cerca de 11,5 Kg. A arroba portuguesa pesava 14,5kg.

Bacia – Nome genérico de vasos de barro ou de arame, os quais têm muitas serventias, como bacia de fazer a barba, de urinar, de lavar os pés, entre outros.

Baeta: tecido felpudo de lã.

Banho de casamento – Pregão que o pároco lança na estação ou celebração, para ver se há quem se oponha a um casamento; chama-se pregão porque se apregoa, se pronuncia.

Banqueta – Uma pequena altura de terra à roda do pé do parapeito, uma grossa trincheira de terra ou parapeito.

Benesses – Emolumentos do Cura, pagamentos pela realização de batizados, casamentos, sepultamentos, missas.

Bretanha: tecido fino de linho ou algodão.

Brim: tecido forte de linho, algodão.

¹⁰⁸⁰ Lista de termos, elaborada tendo como suporte: BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico** ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v; SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da língua portugueza – recompilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario> Acesso em 30/09/2013.

Cálice – Vaso ou objeto, segundo a liturgia católica usado para se consagrar no Altar o Sangue do Senhor Jesus Cristo.

Capa e volta – Vestidura, que se traz por cima das outras; no verão serve de adorno e no inverno de amparo, podendo dar a volta no corpo ou tronco.

Capelania – A instituição de uma capela com obrigação de realização de missas.

Capelão – Sacerdote assalariado, que tem obrigação de dizer missa em oratório, igreja ou capela de alguém.

Capitulares – Ordenações, que contêm muitos artigos concernentes ao governo eclesiástico, as quais foram feitas por conselho dos Bispos, congregados em Concílio ou em juntas Sinodais.

Casula – Vestidura sagrada que o sacerdote leva ao altar sobre a alva para dizer missa.

Chantre – Aquele que tem a direção do governo do coro, entoação do cantochão e que tem cuidado com os ofícios divinos se celebrem com devoção, silêncio e decência possível.

Colaço – Ato de colar em Benefício ou nomear pessoa juridicamente hábil.

Comarca Eclesiástica – Divisões territoriais de um Bispado, espaço de uma paróquia, sob a administração de um pároco.

Cônegos – Clérigos que viviam com os seus Bispos, guardando com regular observância certo modo e instituto de vida, com que se distinguiram dos outros clérigos que viviam sem essa regra e livres dessas obrigações.

Côngrua – Benefício, pagamento feito aos curas para o seu sustento.

Conhecença – Prêmio, salário ou estipêndio com que se reconhece algum serviço e que depende da vontade e arbítrio de quem a dá.

Conto – Um conto equivalia a 1000\$000 réis (1000 mil-réis).

Côvado – Medida de três palmos, com a qual se mede seda e pano de cor.

Cruzado – O cruzado português equivalia a 400 réis (480 réis na primeira metade do século XVIII); originalmente era cunhada em ouro.

Deão – Nas igrejas catedrais e colegiais, é a primeira das dignidades.

Desobriga – Cumprimento das obrigações sacramentais.

Dízimos – Décima parte que se paga às igrejas, aos párocos delas e pessoas eclesiásticas, para a sua sustentação.

Emolumento – Lucro, proveito.

Encarnado: da cor da carne, vermelho escarlata, rosa encarnada.

Escrivão ou Secretário – Aquele que escreve atos públicos. Oficial de pena, que ganha a vida com as pontas dos dedos, ou seja, escrevendo, redigindo.

Esmolas – Dinheiro que se pediu ou que se dá aos pobres como auxílio.

Esmoler – Caritativo para com os pobres; aquele que por ofício distribui as esmolas.

Espiguilha – Obra de linho ou prata.

Espórtula – Era o donativo em dinheiro ou mesmo em bens ou produtos.

Estola – Vestidura sacerdotal, que usada no pescoço do sacerdote significa misticamente a corda com que Jesus Cristo foi preso e na estola se representa a cruz quando sobre o peito se dobra.

Fábrica da Igreja – A renda para os reparos dela e conservação do templo.

Familiatura – Ser um dos familiares da casa, pessoa ou instituição. Representa uma pessoa, instituição ou grupo.

Forquilha – Objeto geralmente de um palmo, que serve para tirar algo ou alimento.

Frasco: garrafa de pequena de vidro, cristal ou de barro vidrado para medicamentos ou perfumes.

Freguês – Aquele que mora em uma freguesia ou que é de uma freguesia.

Freguesia – A igreja paroquial. O lugar da cidade ou do campo em que vivem os fregueses.

Frontal – O paramento de seda ou outro tecido com que se forra a parte dianteira do altar. A cor do frontal podia ser vermelha, branca, roxa, verde ou preta, segundo prescrevia as rubricas da Igreja.

Galheta: 1. Vaso pequeno, de vidro, em que se serve o azeite e o vinagre nos serviços de mesa. 2. Pequeno vaso que contém água ou vinho para a missa.

Guisamento – Aparelho, o que é necessário para o serviço de uma Igreja, como velas, hóstias, vinho, entre outros.

Légua: antiga unidade brasileira de medida itinerária, equivalente a 3.000 braças, ou seja, 6.600 metros.

Manustérgio – Pequena toalha de linho branco utilizada pelo sacerdote para enxugar os dedos durante a missa.

Matinas – A primeira parte do Ofício Divino porque de ordinário se reza pela meia noite ou pela madrugada.

Missal: livro que encerra as orações das missas.

Monsenhor – Título que se atribui a Duques e pares, a Bispos e Arcebispos.

Múnus pastoral – Função, obrigação ou encargo religioso.

Mursa – Vestidura curta, sem mangas, com seu capelinho atrás. Dela usam Cônegos, Bispos e outros Eclesiásticos, sobre a sobrepeliz ou roquete.

Oitava - 1. Antiga unidade de medida de peso, equivalente a 1/8 da onça, ou seja, 3,586 gramas; correspondentes a 1.200 réis.

Oitavário – Espaço de oito dias de solenidade a algum santo.

Opas – Vestimentas representativas de uma instituição, associação ou irmandade religiosa. Usada em celebrações ou momentos solenes.

Pároco – O Cura de almas de alguma freguesia ou paróquia.

Pataca – Moeda de prata das Índias de Castela, que tinha em Portugal tinha o valor de setecentos e cinquenta réis.

Patena – Espécie de pratinho com que o sacerdote cobre o cálice e serve de recolher os fragmentos da hóstia.

Pé de Altar – Provento pago a sacerdote em decorrência de realização de função religiosa.

Pedras de ara – Pedra abençoada, benta ou benzida sobre a qual durante a missa o sacerdote coloca o cálice e a patena com a hóstia.

Pregão – Publicação de qualquer coisa que convêm que todos saibam.

Prelazia – Circunscrição eclesiástica, Ofício e Dignidade de Prelado.

Ramalhete – Conjunto de flores, atadas, que se levam na mão ou se põe no peito de um defunto.

Réis – A menor unidade monetária de Portugal; existia somente como moeda de cálculo.

Resplendor – Objeto religioso, diadema, representação de luz, com que a pintura e escultura costumam ornar as cabeças dos santos.

Reverendo – Título honorífico que se dá aos sacerdotes.

Sacras – O mesmo que sagradas, características dadas a algo considerado divino.

Sacristão – Pessoa que cuida da Sacristia.

Sacristia – Casa junta com o corpo da Igreja, onde estão as vestiduras sacerdotais, os vasos para a missa, onde os sacerdotes se revestem.

Sanefas – O pedaço ou tira larga de pano que se esconde sobre a parte superior de uma cortina.

Sepultura – Sepulcro ou o modo e cerimônia com que se leva a enterrar o defunto. Queimar o corpo do defunto ou cobri-lo de terra ou metê-lo em uma urna ou arca de pedra.

Sitial – Banco ou genuflexório, coberto de um pano de damasco ou veludo com uma almofada em cima, e outra embaixo, ou mais almofadas para as pessoas reais se

encostarem. Também são chamados os Armadores para todo o aparato de tafetás ou veludos com que ornaram a capela de um santo, com duas cortinas e uma sanefa por cima.

Sobrepeliz – Vestidura eclesiástica de pano de linho ou outros. Veste com um capuz comprido, sem mangas, e que igualmente desce dos ombros por todas as partes até os pés.

Soldo: quantia básica de referência para pagamento militar.

Tafetá: tecido lustroso e armado de seda, de trama finíssima.

Tença – Renda de certa forma de dinheiro que uma pessoa se faz a si mesma, quando renuncia dos mais bens que possui ou que o Príncipe ou outra pessoa assinala a alguém em uma ou mais gerações, em prêmio de algum serviço ou por qualquer outro motivo.

Tumba - Ataúde descoberto ou com os arcos por cima, coberto com um pano preto, em que os irmãos das misericórdias levam às costas quando vão buscar ou enterrar defuntos.

Verônica – A imagem do rosto ou corpo de algum santo impressa em lenço, cera ou metal.

Vésperas – São parte do Ofício Divino, chamado Liturgia das Horas, celebrada à tarde.

Vigário – Aquele que faz às vezes de Prelado.

FONTES E BIBLIOGRAFIA

CATÁLOGOS E INSTRUMENTOS DE PESQUISA

ABRANTES, Maria Luísa Meneses. Fontes para a história do Brasil Colonial existentes no Arquivo Histórico Ultramarino. In: **Acervo – revista do Arquivo Nacional**, vol. 10, nº1, jan/jun. 1997.

ALMEIDA, Eduardo de Castro e. **Inventário dos Documentos relativos ao Brasil existentes no Archivo de Marinha e Ultramar de Lisboa**. Vol. I. Bahia (1613-1762). Rio de Janeiro: Officinas Graphicas da Biblioteca Nacional, 1913.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario portuguez & latino: aulico, anatomico, architectonico ...** Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario> Acesso em 30/09/2013.

BOSCHI, Caio Cesar. Documentos para a História de Minas Gerais existentes nos “Reservados” da Biblioteca Nacional de Lisboa. **Separata dos Anais do VII Simpósio Nacional da ANPUH**. São Paulo, 1974.

BOSCHI, Caio Cesar. O Brasil nos arquivos e bibliotecas de Portugal. **Separata da Revista de História**, nº 101. São Paulo, 1975.

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; HENRIQUE, Maria de Lurdes. No V Centenário da chegada dos portugueses ao Brasil: reviver o patrimônio comum. Contribuição do Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo (Lisboa). In: **Acervo – revista do Arquivo Nacional**, vol. 10, nº1, jan/jun. 1997.

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; JARA, Anabela Azevedo. **Mesa da Consciência e Ordens**. Lisboa: IANTT, 1997.

FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; RUNA, Lucília Maria Luís Ferreira; SOUSA, Maria Joana Braga de (coords.). **Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo**. Vol. VI. Lisboa: Ministério da Cultura, 2005.

FERREIRA, Teresa A. S. Duarte. **Catálogo da Coleção de Códices: COD. 12888-13292**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1999.

FITZLER, M. A. Hedwig; ENNES, Ernesto. **A Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional. Inventários. I. Códices do Extincto Conselho Ultramarino**. Lisboa: Oficinas Gráficas da Biblioteca Nacional, 1928.

GOUVEIA, Alfredo Mendes de. Relação dos compromissos de irmandades, confrarias e Misericórdias do Brasil existentes no Arquivo Histórico Colonial de Lisboa que pertenceram ao Cartório do extinto Conselho Ultramarino. In: **Congresso de História Nacional**, 4º, Rio de Janeiro. I.H.G.B., 1950, v.7, p. 201-238.

Inventário de documentos do Fundo Geral. Arquivo da Marinha e Ultramar. I. Lisboa: Futurista Gráfica, 1931.

MATTOSO, José; GARCIA, Maria Madalena Moura Machado; FARINHA, Maria do Carmo Jasmins Dias; MARIZ, José (Coords). **Guia Geral dos Fundos da Torre do Tombo. Primeira Parte – Instituições do Antigo Regime. Vol. I. Administração Central**. Lisboa: Ministério da Cultura, 1998.

SILVA, Antonio Moraes. **Diccionario da língua portugueza – recompilado dos vocabulários impressos ate agora, e nesta segunda edição novamente emendado e muito acrescentado, por ANTONIO DE MORAES SILVA**. Lisboa: Typographia Lacerdina, 1813. Disponível em: <http://www.brasiliana.usp.br/pt-br/dicionario> Acesso em 30/09/2013.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira; PERARO, Maria Adenir; YAMASHITA, Quelce dos Santos; MORAES, Sibebe (orgs.). **O Arquivo da Cúria Metropolitana de Cuiabá: Edição Digital do Acervo Eclesiástico (1756-1956)**. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

SOUZA, Teresa Andrade e. Guia das Coleções de Manuscritos da Divisão de Reservados. **Revista Biblioteca Nacional**, Lisboa, s.2, 3 (1). 1988, p. 95-129.

TREMOCEIRO, Paulo; JORGE, Teresa Revés. **Secretaria de Estado dos Negócios do Reino / Ministério do Reino**. Lisboa: Ministério da Cultura, 1999.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO – IHGMT / ARQUIVO DA CASA BARÃO DE MELGAÇO – ACBM / INSTITUTO DE PESQUISA DOM AQUINO CORRÊA

ACBM/IPDAC Pasta 11 – nº 26 Caixa 2. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Guia, situada no Coxipó da Ponte, em Cuiabá. Cuiabá, s.d.

ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1076. Compromisso da Irmandade do Glorioso São Francisco de Paula. Cuiabá, s/d.

ACBM/IPDAC Pasta 19 – nº 222 Caixa 7. Cópia de um texto referente à imagem do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, conforme crônicas de José Barbosa de Sá, retirado da RIHGSP, vol.IV. São Paulo, 1729.

ACBM/IPDAC Pasta 90 – nº 2117 Caixa 24. Escritura de doação que fez Manuel da Silveira Sampaio e o capitão João Mendes Coelho, de 100 oitavas de ouro a juros de seis e quatro por cento, para ereção de uma capela que seria construída no engenho Rio Cuiabá Abaixo, em homenagem a Santo Antônio. Cuiabá, 24 de dezembro de 1734.

ACBM/IPDAC Pasta 69 – nº 1413 Caixa 20. Ofício acusando recebimento da certidão carta pastoral do Bispo Antônio do Desterro. Santa Ana da Vila Boa de Goiás, 26 de janeiro de 1756.

ACBM/IPDAC Pasta 90 – nº 2115 Caixa 24. Termo de visita da Capela de Santo Antônio do Rio Abaixo feito pelo reverendo Manuel da Silva Martins e inventariando os bens da mesma capela. Santo Antônio do Rio Abaixo, 20 de julho de 1764.

ACBM/IPDAC Pasta 90 – nº 2114 Caixa 24. Livro da Capela de Santo Antônio do Rio Abaixo contendo o inventário dos bens da mesma e anotações das esmolas recolhidas. Cuiabá, 29 de janeiro de 1765.

ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1067. Compromisso da Irmandade Militar de Santo Antônio de Lisboa ereta na capela do mesmo santo de Vila Bela do Mato Grosso. Vila Bela da Santíssima Trindade, 1785.

ACBM/IPDAC Pasta 34 – nº 1488 Caixa 45. Carta de Vicente José Leal vigário da Nova igreja do Senhor Bom Jesus da vila Real de Cuiabá para o Bispo diocesano José Joaquim Justiniano Mascarenhas Castelobranco descrevendo sobre um crime de furto praticado por um jovem. Cuiabá, 14 de janeiro de 1789.

ACBM/IPDAC Pasta 74 – nº 1447- Caixa 23. Carta de Antônio Cardoso de Meneses Montenegro para o Governador da capitania, solicitando sua demissão como vigário da vara e igreja matriz de Vila Bela da Santíssima Trindade. Vila Bela, 12 de julho de 1800.

ACBM/IPDAC. Acesso da Irmandade de São Benedito ao Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis, solicitando autorização para erigir uma capela separada da Igreja Matriz de Vila Bela. Vila Bela, 19 de junho de 1810.

ACBM/IPDAC Pasta 13 – nº 236 Caixa 2. Carta do Cônego José da Silva Guimarães ao Bispo de Cuiabá comunicando sobre a procissão de Corpus Christi e como deverá seguir o cortejo. Cuiabá, 12 de julho de 1810.

ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1071 Caixa 16. Inventário dos móveis, ornamentos e bens da Irmandade de São Miguel e Almas, da Igreja Matriz de Cuiabá. Cuiabá, 1818 a 1861.

ACBM/IPDAC Pasta 178 – nº 2099B Caixa 40. Livro de Compromisso da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá. Em anexo, solicitação de confirmação do Compromisso (10 jul. 1820), Confirmação de D. João VI (17 abr. 1821), Termo de aceitação pelos Irmãos da Irmandade. Rio de Janeiro, 17 de abril de 1821.

ACBM/IPDAC Pasta 166 – nº 353 Caixa 45. Livro de registro do inventário dos bens alfaías e dividas da Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, eleições e assentos da diretoria no período de 1821 a 1870. Cuiabá, 26 de dezembro de 1821.

ACBM/IPDAC Pasta 55– nº 1066 Caixa 16. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário da cidade de Cuiabá. Cuiabá, 20 de fevereiro de 1838.

ACBM/IPDAC Pasta 55 – nº 1068. Ofício do Bispo de Cuiabá, D. José Antônio dos Reis ao Presidente da Província, José Gomes Jardim, discorrendo sobre a Irmandade Militar da Capela de Santo Antônio. Cuiabá, 07 de novembro de 1845.

ACBM/IPDAC Pasta 13 – nº 168 Caixa 2. Ofício do Cônego Joaquim Teixeira Coelho (Vigário Geral) ao Bispo de Cuiabá, informando o dia que haverá procissão de Corpus Christi na catedral e como deverá seguir o cortejo. Cuiabá, 20 de junho de 1849.

ARQUIVO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO – APEMT, CUIABÁ, MATO GROSSO, BRASIL.

APEMT – Fundo: Real Forte Príncipe da Beira. Série: Carta. Doc. 0419. Caixa 006. Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Capitania de Mato Grosso – Secretaria de Governo (1750-1767). Livro de Provisões, Patentes, Cartas e Bandos – Governo de Antônio Rolim de Moura Tavares. Manuscrito. Estante 01. Livro 04. Provisão sobre a como se deve o Provedor Comissário desta Vigararia. Vila Bela da Santíssima Trindade, 02 de abril de 1757.

APEMT - Livro de cartas régias e correspondências expedidas e recebidas. (1760-1767). N.º C11, pp. 27-52.

Arquivo Público de Mato Grosso – APEMT. Fundo: Cartório do 5º Ofício. Caixa 01. Processo nº 973. Inventário de João Lemes de Barbosa e Silva. Ano de 1778.

APEMT – Fundo: Governadoria. Doc. 138. Carta do padre José Correa Leitão ao Governador e Capitão – General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila do Cuiabá, 28 de fevereiro de 1779.

APEMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Série: Mapa de Despesas e Rendas. Doc. 0103. Caixa 003. Mapa de despesa e receita feito pelo Escrivão da Câmara da Vila do Cuiabá, João da Silva Nogueira. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 16 de abril de 1779.

APEMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Grupo: Juiz de Fora. Série: Carta. Doc. 0493. Caixa 010. Carta do Juiz de Fora e Ouvidor Interino, José Carlos Pereira ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 16 de janeiro de 1780.

APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropa Militar. Série: Carta. Doc. 1107. Caixa 017. Carta do Mestre de Campo Antônio José de Figueiredo ao Governador Capitão General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20 de março de 1782.

APEMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Grupo: Juiz de Fora. Série: Carta. Doc. 0568. Caixa 011. Carta do Juiz de Fora, Antônio Rodrigues Gaioso ao Governador Capitão General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 25 de maio de 1782.

APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropa Militar. Série: Carta. Doc. 1122. Caixa 017. Carta do Mestre de Campo Antônio José de Figueiredo ao Governador Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 28 de maio de 1782.

APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropa Militar. Série: Carta. Doc. 1125. Caixa 017. Carta do Capitão de Ordenanças da Vila do Cuiabá José Pereira Nunes ao Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 03 de julho de 1782.

APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropa Militar. Série: Carta. Doc. 1131. Caixa 017. Carta do Mestre de Campo Antônio José de Figueiredo ao Governador Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 29 de julho de 1782.

APEMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Grupo: Juiz de Fora. Série: Carta. Doc. 0608. Caixa 011. Carta do Juiz de Fora, Antônio Rodrigues Gaioso ao Governador Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 16 de novembro de 1784.

APEMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Grupo: Juiz de Fora. Série: Carta. Doc. 0614. Caixa 011. Carta do Juiz de Fora, Antônio Rodrigues Gaioso ao Governador Capitão General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 21 de fevereiro de 1785.

APEMT – Fundo: Real Forte Príncipe da Beira. Série: Carta. Doc. 0446. Caixa 006. Carta do Capitão Engenheiro José Pinheiro de Lacerda ao Governador e Capitão-General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Forte Príncipe da Beira, 10 de julho de 1787.

APEMT – Fundo: Real Forte Príncipe da Beira. Série: Carta. Doc. 0419. Caixa 006. Carta do Alferes Joaquim de Souza Pereira ao Governador e Capitão-General Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres. Forte Príncipe da Beira, 10 de julho de 1787.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 01. Processo nº 824. Testamento de José Vasconcelos Castelo Branco. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1791.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 02. Processo nº 597. Testamento de Manoel Nunes de Brito. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1793.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 02. Processo nº 916. Testamento de Antônio Gomes de Faria. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1793.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 03. Processo nº 715. Testamento de Francisco de Souza Brandão. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1794.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 04. Processo nº 281. Testamento de Pedro Gonçalves Neto. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1796.

APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropas Militares. Série: Carta. Carta de Francisco Pedro de Mello para o Governador e Capitão-General de Mato Grosso João de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, tratando sobre esmolas da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Casal Vasco, 25 de janeiro de 1796.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 04. Processo nº 283. Testamento de Narcisa Galharda. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1797.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 04. Processo nº 301. Testamento de Luiza Cobre Abreu. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1797.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 04. Processo nº 558. Testamento de Pascoal Delgado Lobo. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1797.

APEMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Série: Carta. Doc. 0169. Caixa 005. Carta dos vereadores da Câmara da Vila do Cuiabá ao Governador Capitão General, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, informando sobre a forma de como as exéquias eram conduzidas na Vila do Cuiabá. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 04 de novembro de 1797.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 04. Processo nº 655. Testamento de Miguel José Rodrigues. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1798.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 05. Rolo 02. Processo nº341. Inventário de José de França e Silva. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1799.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 07. Rolo 03. Vol. I. Inventário de Manoel de Moura. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1801.

APEMT – Fundo: Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá. Série: Mapa de despesas e rendas. Doc. 0178. Caixa 005. Mapa de rendimento dos bens do Conselho da Câmara da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, no ano de 1799, feito pelo Escrivão Francisco da Costa e Souza. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1799.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 06. Processo nº 960. Inventário de Antônia Maria. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1801.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 08. Processo nº 551. Inventário de Antônio Francisco Pacheco de Souza. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1801.

APEMT – Fundo: Câmara de Vila Bela. Série: Carta. Doc. 0291. Caixa 005. Carta dos vereadores da Câmara ao Governador e Capitão-General, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, requerendo autorização para celebrar a festividade de Corpo de Deus na igreja Matriz da Vila, unicamente com missa e procissão pelas ruas. Vila Bela da Santíssima Trindade, 03 de junho de 1801.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 09. Rolo 04. Processo nº682. Inventário de Catarina Pereira Rocha. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1803.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 09. Processo nº765. Inventário de Manoel Pinto Rodrigues. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1803.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 10. Processo nº659. Inventário de Antônio Xavier de Siqueira. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1803.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 10. Processo nº246. Inventário de Francisco Freire de Andrade. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1803.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 10. Processo nº683. Inventário de Manoel da Fonseca. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1804.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 11. Processo nº187. Inventário de José Francisco da Conceição. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1804.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 10. Rolo 05. Processo nº961. Inventário de Luiz Barbosa. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1804.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 12. Inventário de Bento Toledo Piza. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1805.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 12. Processo nº 169. Inventário de Francisco Gomes da Silva. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1805.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 13. Processo nº 221. Inventário de Antônio Gonçalves da Silva. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1807.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 13. Processo nº 563. Inventário de Ignácio de Pinho. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1807.

APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropas Militares. Série: Carta. Carta de Gabriel de Fonseca Souza ao Governador e Capitão – General da Capitania de Mato

Grosso João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravemberg, falando sobre as casas da Irmandade das Almas. Vila do Cuiabá, 25 de novembro de 1807.

APEMT – Fundo: Câmara de Vila Bela. Grupo: Juiz ordinário. Carta do juiz ordinário Francisco de Paula Correa ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravemberg referente a contenda entre Calisto José de Abreu e a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário. Vila Bela, 28 de dezembro de 1807.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 14. Processo nº 102. Inventário de Ana Rodrigues Vidal. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1808.

APEMT - Fundo: Cartório do 5º Ofício. Série: Cível. Sub-série: Inventário. Caixa 14. Processo nº 448. Inventário de Luiz Monteiro Salgado. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 1808.

APEMT – Fundo: Câmara de Vila Bela. Série: Carta. Doc. 0387. Caixa 006. Carta dos vereadores da Câmara de Vila Bela ao Governador Capitão General da capitania de Mato Grosso, João Carlos Augusto D'Oeynhausen e Gravemberg, rogando a presença do Governador nos festejos ao glorioso Mártir São Sebastião. Vila Bela da Santíssima Trindade, 16 de janeiro de 1808.

APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropas Militares. Série: Carta. Carta do sargento mor Alexandre José Leite de Chaves Melo ao Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto D' Oeynhausen e Gravemberg, falando sobre uma casa da Irmandade das Almas que serviu de quartel. Vila do Cuiabá, 31 de maio de 1808.

APEMT – Fundo: Quartel Militar. Grupo: Tropas Militares. Série: Carta. Carta de Manoel Rebelo Leite ao Senhor tenente Francisco Pedro de Melo, em que trata da festa de Santo Antônio. Vila Bela, 30 de maio de 1810.

NÚCLEO DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMAÇÃO HISTÓRICA REGIONAL – NDIHR / UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO – UFMT

NDIHR-UFMT. *Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia*. Coimbra, Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1720.

AHU-NDIHR – Caixa 11. Doc. 646. Ofício de Antônio Rolim de Moura ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a notícia do casamento da princesa do Brasil com o infante D. Pedro. Vila Bela, 06 de julho de 1761.

AHU-NDIHR - Doc. 816. Ofício de João Pedro da Câmara ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que diz ter recebido a notícia do nascimento do neto do rei e que o fará festejar em toda a Capitania com extraordinária pompa. Nossa Senhora da Conceição, 28 de julho de 1768.

AHU-NDIHR - Doc. 882. Ofício de Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que felicita o rei pelo nascimento da infanta. Vila Bela, 28 de fevereiro de 1770.

AHU-NDIHR - Doc. 1721. Ofício de João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Luís Pinto de Sousa Coutinho informando sobre ter recebido notícia do nascimento do príncipe D. Antônio. Vila Bela, 05 de fevereiro de 1796.

ARQUIVO DA CÚRIA METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO – ACMRJ, RIO DE JANEIRO – BRASIL

ACMRJ. Visitas Pastorais. Livro nº2. Devassa da Visita Geral à Comarca Eclesiástica do Cuiabá realizada pelo visitador Bruno Pina, ano 1785.

ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO – AHU, LISBOA – PORTUGAL

AHU – Mato Grosso. Caixa 01. Doc. 93. Requerimento do Capitão Antônio Pinto de Azevedo ao rei D. João V em que pede, pelos serviços que prestou, o posto de capitão-mor das Minas da Vila de Cuiabá e os ofícios de escrivão da Ouvidoria, escrivão da Câmara, escrivão dos Órfãos e Ausentes e Tabelião para quatro filhos que tem, com o Hábito de Cristo para cada um deles com a Tença de 50 mil réis, e dote para quatro filhas. Post. a 1736.

AHU – Mato Grosso. Caixa 01. Doc. 96. Carta do Ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei D. João V sobre o salário e emolumentos dos ministros e oficiais de justiça, regimentos feitos e despesa de cera para a festa do Corpo de Deus. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20 de julho de 1737.

AHU – Mato Grosso. Caixa 01. Doc. 99. Carta dos Oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei [D. João V] em que pedem a compra de tochas de cera para as procissões reais. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20 de agosto de 1737.

AHU – Mato Grosso. Caixa 03. Doc. 139. Carta do Ouvidor João Gonçalves Pereira ao rei [D. João V] sobre o pedido dos moradores da Vila do Cuiabá do estabelecimento de uma igreja da Misericórdia que sirva também de hospital e que lhe seja atribuído parte dos dízimos da comarca e pede ainda o envio de missionários. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20 de setembro de 1740.

AHU-MT. Caixa 04. Doc. 234. CARTA dos Oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei [D. João V] sobre as despesas com as festas e procissão do Corpo de Deus. Vila do Cuiabá, 22 de junho de 1748.

AHU – Mato Grosso. Caixa 05. Doc. 336. Requerimento de João de Sousa de Azevedo ao rei D. João V em que pede mercê do foro de fidalgo e o Hábito de Cristo e a Tença correspondente. Anterior a 20 de abril de 1751.

AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 360. Ofício do Governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso Antônio Rolim de Moura Tavares ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real sobre as cerimônias realizadas pela morte do rei D. João V. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 06 de agosto de 1751.

AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 365. Carta do Ouvidor da Vila de Cuiabá João Antônio Vaz Morilhas ao rei D. José sobre ter o governador Antônio Rolim de Moura Tavares negado ao dito ouvidor e aos oficiais da Câmara o privilégio de se sentarem em cadeiras de encosto na igreja. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 30 de agosto de 1751.

AHU – Mato Grosso. Caixa 06. Doc. 406. Representação dos juízes ordinários nas Minas da Vila de Cuiabá Antônio Fernandes dos Reis e Antônio de Moraes Navarro, dos vereadores Luís Soares Pais, Francisco da Silva Ribeiro e Francisco João Botelho, do procurador do Conselho Francisco da Silva Lisboa e do escrivão da câmara José da Cruz Almada ao rei D. José I em que pedem cem oitavas de ouro cada um pelas despesas por ocasião do falecimento de D. João V e pela coroação do novo rei D. José. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 30 de março, anterior a 1753.

AHU – Mato Grosso. Caixa 07. Doc. 468. Carta do juiz de fora Teotônio da Silva Gusmão ao rei D. José em que pede alvará para que os juízes de fora de Vila Bela sejam protetores e administradores da capela que mandou construir. Vila Bela da Santíssima Trindade, 27 de janeiro de 1755.

AHU – Mato Grosso. Caixa 08. Doc. 484. Requerimento de Pedro Marques de Fontes ao rei D. José I em que pede confirmação de sesmaria no rio Cuiabá. Ant. a 20 de abril de 1755.

AHU – Mato Grosso. Caixa 08. Doc. 489. Ofício do governador e Capitão General Antônio Rolim de Moura Tavares ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Diogo de Mendonça Corte Real em que pede para regressar ao reino, e informa que Vila Bela tem 47 fogos e 538 pessoas. Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de maio de 1755.

AHU – Mato Grosso. Caixa 08. Doc. 521. Ofício do [governador e capitão-general da Capitania de Mato Grosso] Antonio Rolim de Moura Tavares ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Diogo de Mendonça Corte Real sobre a fundação da aldeia de São José e os problemas com os padres espanhóis sobre os limites estabelecidos pelo Tratado. Vila Bela, 29 de junho de 1756.

AHU – Mato Grosso. Caixa 09. Doc. 532. Carta dos Oficiais da Câmara de Vila Bela ao rei D. José I em que reclamam da exorbitância dos salários e emolumentos eclesiásticos, dos que pertencem ao judicial e dos direitos paroquiais. Vila Bela da Santíssima Trindade, 04 de outubro de 1756.

AHU – Mato Grosso. Cód. 613, rolo 38. Ordens e avisos para Mato Grosso. 1758.

AHU – Mato Grosso. Caixa 11. Doc. 674. Carta dos oficiais da Câmara da Vila do Cuiabá ao rei D. José sobre a ordem para que assistam às solenidades de São Francisco de Borja e patrocínio de Nossa Senhora sem vencer propinas e fazer outras despesas. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 19 de setembro de 1762.

AHU – Mato Grosso. Caixa 11. Doc. 676. Carta dos oficiais da Câmara da Vila do Cuiabá ao rei D. José em que pedem a divisão dos empregos de vigário da Vara e Matriz. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 20 de setembro de 1762.

AHU – Mato Grosso. Caixa 11. Doc. 681. Carta do Intendente e Provedor da Fazenda Francisco Xavier dos Guimarães Brito e Costa ao rei D. José sobre as dívidas de Domingos Ferreira Veiga e Manoel Gomes de Campos à Provedoria da Fazenda e a transformação de parte da dívida em artigos para a capela de Nossa Senhora da Conceição a serem comprados no Rio de Janeiro. Vila Bela da Santíssima Trindade, 25 de novembro de 1762.

AHU – Mato Grosso. Caixa 12. Doc. 702. Requerimento de Felix Gonçalves Neto e Pedro Gonçalves Neto a rei D. José em que pedem confirmação de sesmaria no ribeirão de Santa Ana. Ant. a 22 de agosto de 1763.

AHU – Mato Grosso. Caixa 12. Doc. 722. Carta dos Oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá ao rei [D. José] em que pedem uma nova igreja matriz e que seja construída pela mais forte e moderna arquitetura. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 18 de fevereiro de 1764.

AHU – Mato Grosso. Caixa 12. Doc. 730. Ofício do Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado ao Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, João Pedro da Câmara Coutinho, em que informa que vai para a Vila de Cuiabá, com licença de Sua Majestade, o Frei José de Nossa Senhora da Conceição, religioso da Ordem das Menores Observantes da Província dos Algarves, que substituirá o lugar de esmoler da Terra Santa. Lisboa, 29 de dezembro de 1764.

AHU – Mato Grosso. Caixa 12. Doc. 733. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, João Pedro da Câmara Coutinho, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre a falta que há na Capitania de sacerdotes. Vila Bela da Santíssima, 12 de fevereiro de 1765.

AHU – Mato Grosso. Caixa 12. Doc. 739. Carta do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, João Pedro da Câmara Coutinho, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado em que informa sobre o envio de relações e mapas sobre o estado e forças da capitania. Vila Bela da Santíssima, 15 de fevereiro de 1765.

AHU – Mato Grosso. Caixa 12. Doc. 745. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, João Pedro da Câmara Coutinho, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado a informar o número de pretos das minas de Mato Grosso. Vila Bela da Santíssima, 15 de fevereiro de 1765.

AHU – Mato Grosso. Caixa 13. Doc. 760. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, João Pedro da Câmara Coutinho, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Francisco Xavier de Mendonça Furtado sobre frei José de Nossa Senhora da Conceição, que substituirá o lugar de esmoler da Terra Santa na Vila de Cuiabá, e o despejo de cinco religiosos de São Francisco e do Carmo. Nossa Senhora da Conceição, 14 de dezembro de 1765.

AHU – Mato Grosso. Caixa 13. Doc. 775. Carta do Ouvidor e Provedor Manuel José Soares ao rei D. José sobre a impossibilidade de remeter ao Erário Régio a importância

referente ao desconto de 124 mil réis anuais feito nos soldos do Sargento-Mor engenheiro José Matias de Oliveira Rego. Vila Bela, 04 de maio de 1766.

AHU – Mato Grosso. Caixa 14. Doc. 777. Carta do Ouvidor, Intendente e Provedor de Mato Grosso Manuel José Soares ao rei D. José sobre a impossibilidade de remeter o Erário Régio o desconto de 6 mil cruzados feito no soldo do Governador e Capitão-General da capitania João Pedro da Câmara Coutinho. Vila Bela, 04 de maio de 1766.

AHU – Mato Grosso. Caixa 13. Doc. 776. Carta do Ouvidor, Intendente e Provedor de Mato Grosso Manuel José Soares ao rei D. José sobre a impossibilidade de remeter ao Erário Régio o desconto de 200 mil réis anuais feito no ordenado do secretário do governo de Mato Grosso Manuel Cardoso da Cunha. Vila Bela, 04 de maio de 1766.

AHU – Mato Grosso. Caixa 13. Doc. 798. Carta do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso, João Pedro da Câmara Coutinho, ao rei D. José em que informa sobre ter o anterior governador mandado vir do Rio de Janeiro ornamentos para a capela de Nossa Senhora da Conceição. Nossa Senhora da Conceição, 30 de julho de 1767.

AHU – Mato Grosso. Caixa 13. Doc. 822. Requerimento de Antônio de Souza Azevedo à rainha D. Maria em que pede a confirmação do Hábito de Cristo com a Tença por ter ido à sua custa socorrer o destacamento de Nossa Senhora Conceição e outros serviços na Capitania de Mato Grosso. Posterior a 17 de dezembro de 1768.

AHU – Mato Grosso. Caixa 14. Doc. 854. Ofício do Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso, Luís Pinto de Sousa Coutinho, ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, com que envia mapas que descrevem o estado das tropas da capitania. Vila Bela da Santíssima Trindade, 19 de junho de 1769.

AHU – Coleção cartográfica. Planta e Frontispício da Igreja Matriz de Vila Bela, 1769.

AHU – Mato Grosso. Caixa 15. Doc. 927. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís Pinto de Sousa Coutinho ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro sobre o agravamento do seu estado de saúde e dá o conhecimento da situação e negócios da Capitania. Vila Bela da Santíssima Trindade, 01 de maio de 1771.

AHU – Mato Grosso. Caixa 15. Doc. 928. Carta do juiz de fora João Batista Duarte ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro sobre a herança deixada por Manoel Fernandes. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 07 de maio de 1771.

AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 949. Ofício do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso] Luís Pinto de Sousa Coutinho ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a notícia de falecimento da infanta D. Maria Francisca Dorothea. Vila Bela, 13 de setembro de 1771.

AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 950. Requerimento de Francisco Mourão de Miranda ao rei D. José em que pede mercê do Hábito da Ordem de Cristo, como prêmio por ter metido na Casa da Fundição de Vila Bela mais de oito arrobas de ouro em um ano. Anterior a 20 de setembro de 1771.

AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 971. Mapa geral do estado da povoação dos distritos de Vila Bela e Cuiabá no fim do ano de 1769 a 1771. Capitania de Mato Grosso, posterior a 1771.

AHU – Mato Grosso. Caixa 16. Doc. 977. Requerimento do padre Domingos Gomes da Costa, Vigário da Vara e da igreja matriz de Vila Bela, ao rei D. José, em que pede que se lhe seja restituído o que pagou aos oficiais da Câmara, que o processaram por se recusar a repicar os sinos de forma imperiosa quando os oficiais fossem à igreja em funções. Capitania de Mato Grosso, anterior a 19 de junho de 1772.

AHU – Mato Grosso. Caixa 17. Doc. 1046. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, com que envia mapa sobre o estado atual da povoação da capitania. Vila Bela da Santíssima Trindade, 27 de julho de 1773.

AHU – Mato Grosso. Caixa 17. Doc. 1050. Carta do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao rei D. José sobre as rendas e despesas da Câmara de Vila Bela Vila Bela da Santíssima Trindade, 27 de julho de 1773.

AHU – Mato Grosso. Caixa 17. Doc. 1054. Mapa geral dos escravos que entraram na capitania de Mato Grosso desde o descobrimento das minas até o fim de 1772. Capitania de Mato Grosso, 1773.

AHU – Mato Grosso. Caixa 17. Doc. 1083. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, com que envia mapa do estado atual da povoação em todos os estabelecimentos da capitania. Vila Bela da Santíssima Trindade, 30 de setembro de 1774.

AHU – Mato Grosso. Caixa 18. Doc. 1117. Ofício sobre a igreja do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, servida por José Correa Leitão, e o seu rendimento. Capitania de Mato Grosso, 1775.

AHU – Mato Grosso. Caixa 18. Doc. 1118. Ofício do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, com que envia mapa anual da povoação da capitania. Vila Bela da Santíssima Trindade, 10 de janeiro de 1776.

AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1165. Consulta do Conselho Ultramarino à rainha D. Maria sobre a representação dos moradores de Vila Bela em que pedem o necessário para a obra da capela-mor da matriz. 19 de agosto de 1777.

AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1178. Ofício do [governador e capitão-general da capitania de Mato Grosso/ Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao [secretário de estado da marinha e Ultramar] Martinho de Melo e Castro sobre a morte de D. José I e o luto geral de um ano e seis meses rigoroso e seis aliviado. Vila Bela, 28 de dezembro de 1777.

AHU – Mato Grosso. Caixa 19. Doc. 1200. Carta dos Oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá à rainha D. Maria em que pedem a colação da igreja para que os párocos sejam menos ambiciosos e mais afeitos às suas ovelhas, em vez de quererem tosquiá-las. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 26 de maio de 1778.

AHU – Mato Grosso. Caixa. 20. Doc. 1215. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, sobre a fundação de Vila Maria do Paraguai, na margem esquerda do rio Paraguai. Vila Bela, 20 de novembro de 1778.

AHU- Mato Grosso. Caixa 21. Doc. 1242. Ofício de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro em que informa sobre a queixa apresentada pelo mestre de campo da Vila de Cuiabá Antônio José Pinto de Figueiredo contra os abusos dos eclesiásticos da vila. Vila Bela, 05 de julho de 1779.

AHU – Mato Grosso. Caixa 21. Doc. 1242. Ofício do Governador e Capitão-General Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro em que informa sobre a queixa apresentada pelo mestre de campo da Vila de Cuiabá Antônio José Pinto de Figueiredo contra os abusos dos eclesiásticos da vila. Vila Bela da Santíssima Trindade, 05 de julho de 1779.

AHU – Mato Grosso. Caixa 21. Doc. 1297. Recibo do juiz Antônio da Silva Pereira em que atesta ter recebido uma provisão com data de 20 de agosto de 1779. Vila do Cuiabá, 13 de dezembro de 1780.

AHU-MT. Caixa 21. Doc. 1312. Ofício de Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres a Martinho de Melo e Castro com que informa as notícias que deu o mestre de campo comandante da Vila de Cuiabá Antônio José Pinto de Figueiredo sobre o Arraial de São Pedro d'El Rey ou Beripoconé. Vila Bela, 19 de fevereiro de 1781.

AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1380. Representação dos moradores dos arraiais de São Pedro Del Rey e Rio Acima, do distrito de Cuiabá à rainha [D. Maria] em que pedem capelas e capelões para os ditos lugares. Post. a 03 de novembro de 1782.

AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1383. Carta dos oficiais da Câmara à rainha D. Maria I em que pedem restituição dos gastos com as exéquias de D. Maria Vitória, mãe da rainha. Vila de Cuiabá, 12 de novembro de 1782.

AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1384. Carta dos oficiais da Câmara da Vila de Cuiabá à rainha D. Maria em que expõem o diferendo com o vigário Manoel Bruno Pina acerca do seu pedido de uma libra de cera para as festividades por cada um dos do seu clero. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 12 de novembro de 1782.

AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1393. Requerimento dos irmãos da confraria de Nossa Senhora do Rosário, da Vila do Cuiabá, à rainha D. Maria em que pedem provisão de confirmação do compromisso onde se regulem as entradas e a maneira de dirigir a Irmandade. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 23 de dezembro, anterior a 1782.

AHU – Mato Grosso. Caixa 24. Doc. 1414. Requerimento do comerciante Manoel da Silva Barata à rainha D. Maria em que pede que o ouvidor Joaquim José de Moraes proceda ao auto contra João de Souza Pinto, tesoureiro das fazendas dos Defuntos e Ausentes, por ameaças e invasão armada da sua casa, dando apelação e agravo para a Relação e não à Junta de Justiça de Mato Grosso. Ant. a 04 de junho de 1783.

AHU – Mato Grosso. Caixa 24. Doc. 1422. Carta do juiz de fora da Vila do Cuiabá Antônio Rodrigues Gayoso à rainha D. Maria em que pede seja aclarado o lugar que deve ocupar o mestre de campo Antônio José Pinto de Figueiredo nas procissões. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 28 de agosto de 1783.

AHU – Mato Grosso. Caixa 24. Doc. 1448. Requerimento de José Carlos Pereira, ex-juiz de fora da Vila de Cuiabá, à rainha D. Maria em que pede se mobilizem os meios para que se entregue um sacristão na igreja de Santa Ana do Sacramento para que cuide dos móveis que doou para a dita igreja. Ant. a 20 de novembro de 1784.

AHU – Mato Grosso. Caixa 25. Doc. 1497. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres, ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro sobre a notícia dos casamentos dos infantes de Portugal Dom João e Dona Mariana Vitória com os infantes de Espanha Dona Carlota e Dom Gabriel. Vila Bela da Santíssima Trindade, 25 de março de 1787.

AHU – Mato Grosso. Doc. 1499. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Luís de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao secretário de estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro sobre a notícia da morte do rei D. Pedro III. Vila Bela, 30 de abril de 1787.

AHU – Mato Grosso. Caixa 26. Doc. 1545. Auto de Justificação de José Dias de Figueiredo à rainha D. Maria em que reclama por ter sido recusada a sua admissão na Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela por alegadamente ter sido sua mãe bisneta de uma crioula. Vila Bela da Santíssima Trindade, 21 de maio de 1789.

AHU – Mato Grosso. Caixa 27. Doc. 1574. Carta do presbítero secular do Hábito de São Pedro, Antônio José Marques, à rainha D. Maria sobre a insistência dos juízes seculares de que lhes pertence proceder a inventário dos que morrem. Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de maio de 1790.

AHU – Mato Grosso. Caixa 27. Doc. 1599. Requerimento de José Leme do Prado e Francisco Xavier de Abreu, moradores dos arraiais de São Francisco Xavier e Santa Ana, em que pedem a admissão dos ditos arraiais à administração episcopal da Diocese do Grão Pará. 1790.

AHU – Mato Grosso. Caixa 28. Doc. 1600. Requerimento dos irmãos da confraria de Nossa Senhora da Conceição do Arraial de São Vicente Ferreira à rainha D. Maria a solicitar confirmação do compromisso da referida Irmandade. 27 de janeiro, anterior a 1791.

AHU – Mato Grosso. Caixa 28. Doc. 1621. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, enviando o mapa da população da capitania referente a 1790. Vila Bela da Santíssima Trindade, 21 de setembro de 1791.

AHU – Mato Grosso. Caixa 29. Doc. 1646. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, enviando o mapa da

população da capitania referente a 1791. Vila Bela da Santíssima Trindade, 05 de agosto de 1792.

AHU – Mato Grosso. Caixa 30. Doc. 1684. Consulta do Conselho Ultramarino à rainha D. Maria sobre o pedido de 8 mil cruzados para a construção da Igreja Matriz de Vila Bela. Lisboa, 24 de julho de 1794.

AHU – Mato Grosso. Caixa 31. Doc. 1712. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso João de Albuquerque de Melo Pereira e Cáceres ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Martinho de Melo e Castro, com que remete o mapa da população da capitania do ano de 1794. Vila Bela da Santíssima Trindade, 30 de novembro de 1795.

AHU – Mato Grosso. Caixa 31. Doc. 1733. Requerimento do Tenente-Coronel do Real Corpo de Engenheiro Joaquim José Ferreira à rainha D. Maria em que pede o Hábito da Ordem de São Bento de Avis e a Tença seja entregue a uma irmã muito pobre. Ant. 21 de junho de 1796.

AHU – Mato Grosso. Caixa 33. Doc. 1748. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao Secretário de Estado da Marinha e Ultramar Luís Pinto de Souza Coutinho, encaminhando o mapa de população referente ao ano de 1795. Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de abril de 1797.

AHU – Mato Grosso. Caixa 23. Doc. 1753. Provisão de D. Maria para o Governador e Capitão – General da capitania de Mato Grosso pedindo informações sobre os emolumentos que exigem os párocos de cada freguesia, solicitando a relação e o orçamento do rendimento total de cada vigararias. Lisboa, 17 de junho de 1797.

AHU – Mato Grosso. Caixa 34. Doc. 1781. Carta do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, à rainha D. Maria sobre o cumprimento da provisão régia que ordena que as câmaras pratiquem as formalidades de funerais e exéquias das pessoas reais, e as dificuldades da câmara de Vila Bela em cumprir essa determinação pela carência de recursos. Vila Bela, 10 de junho de 1798.

AHU – Mato Grosso. Caixa 34. Doc. 1787. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que não existem na Capitania nem Ordens Monásticas, nem as Mendicantes. Vila Bela da Santíssima Trindade, 12 de junho de 1798.

AHU – Mato Grosso. Caixa 37. Doc. 1860. Ofício do Governador e Capitão-General da capitania de Mato Grosso, Caetano Pinto de Miranda Montenegro, para o secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Rodrigo de Sousa Coutinho, informando sobre os procedimentos tomados para preparar os mapas de habitantes, acrescentando suas observações sobre a povoação de Vila Bela e as dificuldades para aumentar a população. Vila Bela da Santíssima Trindade, 15 de maio de 1799.

AHU – Mato Grosso. Caixa 38. Doc. 1938. Carta do Governador e Capitão-General da Capitania de Mato Grosso Caetano Pinto de Miranda Montenegro ao príncipe regente D. João, enviando um mapa dos rendimentos das vigárias da capitania, uma descrição das paróquias e um quadro dos eclesiásticos existentes e necessários. Vila Bela da Santíssima Trindade, 03 de julho de 1801.

AHU – Mato Grosso. Caixa 40. Doc. 2001. Requerimento do Capitão comandante do Terço das Ordenanças da Vila de Cuiabá José Joaquim Correa de Mendonça Corte Real ao príncipe regente [D. João] em que pede o Hábito da Ordem de Cristo ou de São Bento de Avis. Ant. a 05 de novembro de 1802.

AHU – Mato Grosso. Caixa 42. Doc. 2061. Ofício do cônego da Basílica de Sua Majestade José Pedro Bayard ao secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Visco de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo, sobre a oposição do Bispado de São Paulo à Prelazia da Vila de Cuiabá. Lisboa, 02 de setembro de 1803.

ARQUIVO NACIONAL TORRE DO TOMBO – ANTT, LISBOA – PORTUGAL

ANTT. Registro Geral de Mercês. D. João V. Livro 38, f. 331. Teotônio da Silva Gusmão.

ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 17. Caixa 17. Avulsos.

ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Ordens Militares. Papéis Diversos. Maço 24. Caixa 24. Macete 05. Doc. 34. Sobre a Procissão do Corpo de Deus.

ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Ordens Militares. Papéis Diversos. Maço 24. Caixa 24. Macete 05. Doc. 112. Sobre os valores da pena a pagarem os cavalleiros das ordens militares que não participarem do Corpo de Deus. Lisboa, 29 de maio de 1688.

ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Ordens Militares. Papéis Diversos. Maço 24. Caixa 24. Macete 05. Doc. 107. Sobre a participação das Irmandades e confrarias na Procissão do Corpo de Deus. Lisboa, 14 de junho de 1718.

ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Ordens Militares. Papéis Diversos. Maço 24. Caixa 24. Macete 05. Avulsos. Dos cavalheiros do Rio de Janeiro sobre o lugar em que devem ir os ditos cavalheiros na procissão do Corpo de Deus. 1743.

ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Ordens Militares. Papéis Diversos. Maço 24. Caixa 24. Macete 05. Doc. 129. Sobre a participação dos cavalheiros das três ordens militares na Procissão do Corpo de Deus. Lisboa, 1743.

ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 312. Caixa 418. Consultas de 1740 a 1750. Da Mesa da Consciência e Ordens em que põe na Real presença de Sua Majestade o motivo que houve para proceder aos editais para o provimento das novas Prelaturas dos Goyases e Cuiabá, separadas do Bispado do Rio de Janeiro. Lisboa, 24 de outubro de 1749.

ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 312. Caixa 418. Consultas de 1740 a 1750. Satisfaça ao que Sua Majestade ordena sobre a consulta da Mesa da Consciência e Ordens, em que expõem o motivo que houve para se proceder aos editais para o provimento das novas Prelazias dos Goyases e Cuiabá separadas do Bispado do Rio de Janeiro. Lisboa, 04 de fevereiro de 1750.

ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Ordens Militares. Papéis Diversos. Maço 24. Caixa 24. Macete 05. Doc. 126. Sobre as procissões da Ressurreição e Corpo de Deus. Paço de Belém, 12 de junho de 1756.

ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Ordens Militares. Papéis Diversos. Maço 24. Caixa 24. Macete 05. Doc. 128. Dos vereadores e procurador da Câmara do Porto. Porto, 18 de abril de 1760.

ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folhas 176-184. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário novamente ereta pelos irmãos da Irmandade nesta freguesia de Vila Bela da Santíssima Trindade, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Bela da Santíssima Trindade, 13 de julho de 1765.

ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 85-88. Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, 15 de outubro de 1765.

ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 27-30. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 25 de novembro de 1767.

ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 297, folhas 88-89. Provisão de confirmação do Compromisso da Irmandade de São Miguel e Almas da Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá, Bispado do Rio de Janeiro. Lisboa, 14 de janeiro de 1768.

ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 319. Caixa 427. Consultas de fevereiro a novembro de 1772. Antônio Felipe da Cunha Ponte pede satisfação dos serviços que tem feito na capitania de Mato Grosso. 27 de novembro de 1772.

ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 320. Caixa 429. Consultas de 1778-1779. Sobre o requerimento que João de Melo Lobo pede a Sua Majestade a mercê que for servida por seus serviços. Lisboa, 28 de março de 1778.

ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 320. Caixa 429. Consultas de 1778-1779. Sobre o requerimento que fez Antônio Mendes em que pede mercê do Hábito de Cristo. Lisboa, 24 de outubro de 1778.

ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 11, folhas 75-80. Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Vila Bela da Santíssima Trindade, 01 de junho de 1779.

ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 320. Caixa 429. Consultas de 1778-1779. Sobre o requerimento que fez Manoel Pedro de Abreu Robalo em que pede mercê do Hábito de Cristo. Lisboa, 15 de junho de 1779.

ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 07, folha 184. Provisão de confirmação do Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário novamente ereta pelos irmãos da Irmandade nesta freguesia de Vila Bela da Santíssima Trindade, Bispado do Rio de Janeiro. Lisboa, 15 de dezembro de 1779.

ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelarias Antigas da Ordem de Cristo. Livro 11, folhas 55-64. Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento de Vila Bela da Santíssima Trindade, capital da Capitania de Mato Grosso, Bispado do Rio de Janeiro. Provisão de confirmação de 23 de março de 1781.

ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 321. Caixa 430. Consultas de 1781-1788. Sobre o requerimento que fez o Capitão Domingos Jorge da Silva, em que pede a Sua Majestade faça mercê do Hábito da Ordem de Cristo, com a sua tença que for servida, em atenção a ter entrado na Real Casa da Fundação de Vila Bela da Santíssima Trindade de Mato Grosso, com menos de um ano, com oito arrobas de ouro, trinta e oito marcos, uma onça e setenta grãos. Lisboa, 15 de novembro de 1781.

ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 321. Caixa 429. Consultas de 1782, 1785, 1786, 1791. Francisco Xavier Dorta Tejo pede remuneração de seus serviços obrados neste reino e na capitania de Mato Grosso. Lisboa, 27 de junho de 1782.

ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 15. Caixa 15. Avulsos. Relação das Igrejas Paroquiais do Bispado do Rio de Janeiro que tem cõgrua da Fazenda Real, e que o Reverendo Bispo costuma prover por encomendações. Lisboa, 12 de julho de 1782.

ANTT – Chancelaria de D. Maria I. Livro 21, folha 35 v. Irmandade de Nossa Senhora do Rosário de Vila Real do Bom Jesus do Cuyabá. Provisão de confirmação do seu compromisso. Lisboa, 10 de janeiro de 1783.

ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 321. Caixa 430. Consultas de 1781-1788. Sobre as mercês que pede José Carlos Pereira em atenção a ter metido na Real Casa da Fundação de Vila Bela, em menos de um ano nove arrobas, sessenta e dois marcos, seis onças, duas oitavas e trinta e um grãos de ouro. Lisboa, 29 de julho de 1783.

ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelaria da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 15, folhas 55 - 55 v. Irmandade de Santo Antônio de Vila Bela, capitania de Mato Grosso. Lisboa, 13 de setembro de 1785.

ANTT – Mesa da Consciência e Ordens. Chancelaria da Ordem de Cristo – D. Maria I. Livro 16, folhas 14-15. Provisão de Licença dada ao Juiz, Oficiais e mais Irmãos da Irmandade de Santo Antônio de Vila Bela, Capitania de Mato Grosso. Lisboa, 09 de março de 1786.

ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 321. Caixa 430. Consultas de 1792. Sobre o requerimento de Antônio Francisco de Aguiar, Tenente da Companhia de Dragões da capitania de Mato Grosso, em que pede a Sua Majestade a mercê do Hábito de Cristo ou de outra Ordem Militar, em atenção a ter metido na Casa

da Fundação da dita capitania, em menos de oito meses, mais de treze arrobas de ouro. Lisboa, 21 de abril de 1792.

ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 322. Caixa 431. Consultas de 1793. Sobre Antônio Francisco de Aguiar, que pede remuneração de seus serviços obrados na capitania de Mato Grosso. Lisboa, 09 de dezembro de 1793.

ANTT. Ministério do Reino. Consultas do Conselho Ultramarino. Maço 322. Caixa 431. Consultas de 1796. Sobre Diogo José Pereira, que pede remuneração de seus serviços obrados na capitania de Mato Grosso. Lisboa, 06 de julho de 1796.

ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 16. Caixa 16. Avulsos. Consulta dos nomeados para Prelado de Goyases com várias Bulas, entre elas as da criação das duas Prelazias de Goiás e Cuiabá. Rio de Janeiro, 02 de agosto de 1798.

ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 16. Caixa 16. Avulsos. Requerimentos de Francisco Correa Vedigal e Domingos José da Silva e Sá de Jesus que pertencem à Igreja do Senhor Bom Jesus de Cuiabá, do Bispado do Rio de Janeiro. Lisboa, 28 de abril de 1800.

ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 17. Caixa 17. Avulsos. Paróquias da Capitania de Mato Grosso e das contribuições Eclesiásticas propostas pelo Governador e Capitão-General Caetano Pinto de Miranda Montenegro. Lisboa, Mesa da Consciência e Ordens, 09 de julho de 1803.

ANTT- Ordem de Cristo. Padroado do Brasil. Bispado do Rio de Janeiro. Maço 17. Caixa 17. Avulsos. Sobre o provimento da Prelazia da Capitania de Mato Grosso. Lisboa, Mesa da Consciência e Ordens, 26 de julho de 1803.

ARQUIVO HISTÓRICO MILITAR – AHM, LISBOA – PORTUGAL

Arquivo Histórico Militar – AHM. 3ª Divisão. 29ª Seção. Assuntos Religiosos. Santo Antônio. Caixa 01. Doc 38. Mapas do Regimento de Infantaria de Lagos, mencionando os vencimentos de Santo Antônio, como Capitão e como protetor do Regimento, referentes aos anos de 1779, 1784.

Arquivo Histórico Militar – AHM. 3ª Divisão. 29ª Seção. Assuntos Religiosos. Caixa 01. Doc 42. Correspondência de João Jacob de Mestral para Luiz Pinto de Souza, sobre

as irmandades dos Regimentos e mais correspondências sobre as despesas das irmandades. 1791.

FONTES IMPRESSAS/PUBLICADAS

Alvará de 16 de dezembro de 1790. Regulando os soldos dos Oficiais efectivos, remuneração de Serviços Militares e Reformas. In: SILVA, Antônio Delgado da. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações. Legislação de 1775 a 1790.** Lisboa: Typografia Maigrense, 1828, p. 626-629. Disponível em: Ius Lusitaniae – Fontes Históricas do Direito Português <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt> Acesso em 29 de janeiro de 2015.

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny Caselli. **Anais de Vila Bela (1734-1789).** Cuiabá: Ed. UFMT, 2006.

Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830). Transcrição e Organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

Bulla do Papa Bento XIV, de 06 de dezembro de 1745, desmembrando da Diocese do Rio de Janeiro, as de São Paulo, de Minas Geraes ou de Mariana, e as Prelasias de Goyaz, e de Cuyabá. In: ALMEIDA, Candido Mendes de. **Direito Civil Ecclesiastico brasileiro antigo e moderno em suas relações com o direito canônico.** Rio de Janeiro: B. L. Garneer Livreiro Editor, 1866, p. 640 – 652.

Capítulo 1º - Sobre culto divino e festividades da Câmara e da Igreja desta Vila. Cf. Estatutos Municipais ou Posturas da Câmara da Vila Bela da Santíssima Trindade para o Regimento da República nos casos em que não há lei expressa segundo o Estado do País. Transcrição Carlos Alberto Rosa e Nauk Maria de Jesus. In: ROSA, Carlos Alberto; JESUS, Nauk Maria de (orgs.). **A Terra da Conquista: história de Mato Grosso Colonial.** Cuiabá: Adriana, 2003.

Desembarque de africanos na América portuguesa (1700-1800). In: <http://www.slavevoyages.org/tast/assessment/estimates.faces> Acesso em 09 de março de 2015.

Diocese de Cuyabá e Mato-Grosso, criada pela Bulla do Papa Leão XII, de 15 de julho de 1826. In: ALMEIDA, Candido Mendes de. **Direito Civil Eclesiastico brasileiro antigo e moderno em suas relações com o direito canônico**. Rio de Janeiro: B. L. Garneer Livreiro Editor, 1866.

Gazeta de Lisboa, nº04, Ano 1748, p. 61-72.

Lei de 03 de dezembro de 1750. Lei dando nova forma à arrecadação dos Quintos. In: SILVA, Antônio Delgado da. **Collecção da Legislação Portuguesa desde a última compilação das Ordenações. Legislação de 1750 a 1762**. Lisboa: Typografia Maigrense, 1830, p. 21-28. Disponível em: Ius Lusitaniae – Fontes Históricas do Direito Português <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt> Acesso em 29 de janeiro de 2015.

SÁ, José Barbosa de. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá: Editora UFMT, 1975.

VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Estudo introdutório e edição de Bruno Fleiter, Evergton Sales, Istvan Jancsó (orgs.). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010 (Documenta Uspiana; 4).

03 de maio de 1757. Diretório, que se deve observar nas povoações dos índios do Pará e Maranhão enquanto Sua Majestade não mandar o contrário. Collecção da Legislação Portuguesa – Legislação de 1750 a 1762. In: SILVA, Antônio Delgado da. **Suplemento à Coleção da legislação portuguesa desde a última compilação das Ordenações (1750-1762)**. Lisboa: Tipografia Maigrense, 1828. Cf. Ius Lusitaniae - Fontes Históricas do Direito Português. <http://www.iuslusitaniae.fcsh.unl.pt/> Acesso em 23 de setembro de 2013.

BIBLIOGRAFIA

AGUIAR, Marcos Magalhães de. **Negras Minas Gerais: Uma História da Diáspora Africana no Brasil Colonial**. 1999. Tese (Doutorado em História) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo (texto policopiado).

AGUIAR, Marcos Magalhães de. Tensões e conflitos entre párocos e irmandades na Capitania de Minas Gerais. **Textos de História**, v. 5, n. 2, 1997, p. 41-100.

ALDEN, Dauril. El Brasil Colonial tardío, 1750-1808. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. 2. América Latina colonial: Europa e América en los siglos XVI, XVII. XVIII. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 306-358.

ALMADA, Márcia. **Livros Manuscritos Iluminados na Era Moderna: Compromissos e Irmandades Mineiras no século XVIII**. 2006, 171f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

ALMEIDA, Candido Mendes de. **Direito civil ecclesiastico brasileiro antigo e moderno em suas relações com o direito canônico**. 1. Vol. Rio de Janeiro: B. L. Garnier Livreiro Editor, 1866, p. p. CCXXXIX.

ALMEIDA, Fortunato de. **História da Igreja em Portugal**. Vol. II. Livro III. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1968.

ALMEIDA, Gustavo Balbueno de. **Os Juizes de Fora e os conflitos de jurisdição na capitania de Mato Grosso (1748-1796)**. 2012, 137f. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados.

AMADO, Janaina; ANZAI, Leny. **Luís de Albuquerque: viagens e governo na capitania de Mato Grosso / 1771-1791**. São Paulo: Versal, 2014.

ANZAI, Leny Caselli. **Doenças e práticas de cura na capitania de Mato Grosso: o olhar de Alexandre Rodrigues Ferreira**. 2004. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília – UnB, Brasília.

ARAÚJO, Ana Cristina Bartolomeu de. Morte, memória e piedade barroca. In: **Separata da Revista de História das Idéias**. Vol. 11, Universidade de Coimbra, 1989.

ARAÚJO, Ana Cristina dos Santos Bartolomeu de. **A morte em Lisboa: atitudes e representações (1700-1830)**. 766f. Tese (Doutoramento em História). Universidade de Coimbra, 1995.

ARAÚJO, Ana Cristina. Despedidas Triunfais – celebração a morte e cultos de memória no século XVIII. In: JANCÓS, István e KANTOT, Iris (orgs.). **Festa: cultura**

e sociabilidade na América portuguesa. São Paulo: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001.

ARAÚJO, Antônio de Sousa. Ordens Terceiras. In: AZEVEDO, Carlos Moreira. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

ARAÚJO, Manoela Vieira Alves de. **Em busca da salvação: vivência da fé e vida cotidiana entre os irmãos de São Miguel e Almas. São João e São José Del Rei (1716-1804)**. 2013, 158f. Dissertação (Mestrado em História) – PGHIS, Universidade Federal de Juiz de Fora.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. As manifestações de rua das Misericórdias portuguesas em contexto barroco. In: **Hispania Sacra**, v. LXII, nº125, enero-junio 2010.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. As Misericórdias enquanto palcos de sociabilidade no século XVIII. In: **Anais da V Jornada Setecentista**. Curitiba: UFPR/CDOP/PGHIS, 2003.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Assuntos de pobres: as esmolas dos confrades de São Vicente de Braga (1783-1839). In: ESTEVES, Alexandra (org.). **Marginalidade, pobreza e respostas sociais na Península Ibérica (séculos XVI – XX)**. Braga: CITCEM, 2012.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Festas e rituais de caridade nas Misericórdias. **Piedade Popular**. Lisboa: Centro de História da Cultura, Terramar, 1998.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. O mundo dos mortos no quotidiano dos vivos: celebrar a morte nas misericórdias portuguesas da época moderna. **Comunicação & Cultura**, nº10, 2010.

ARAÚJO, Maria Marta Lobo de. Rituais fúnebres nas misericórdias portuguesas de setecentos. **Forum** 41. Braga, jan-jun 2007, p. 09-10.

ARAÚJO, Renata Klautau Malcher de. **A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método**. 2000, 627f. Tese (Doutoramento em História da Arte) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, p. 125.

AZZI, Riolando. **A cristandade colonial: um projeto autoritário**. São Paulo: Paulinas, 1987.

AZZI, Riolando. A Instituição Eclesiástica durante a Primeira Época Colonial. In: HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno (orgs.). **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Tomo II. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 153-242.

- BARBOSA, David Sampaio Dias. Patriarcado. In: AZEVEDO, Carlos Moreira. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.
- BARRAL, María Elena. La Iglesia Católica en Iberoamérica: las instituciones locales en una época de cambios (siglo XVIII). **Revista de História**, São Paulo, nº 169, julho/dezembro 2013.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. O Estado português no Brasil: sistema administrativo e fiscal. In: SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). **Nova História da Expansão portuguesa. O Império Luso-Brasileiro (1750-1822)**. Vol.VIII. Lisboa: Editorial Estampa, 1986, p. 284.
- BETHELL, Leslie, ed. **Historia de América Latina 2. América Latina colonial: Europa y América en los siglos XVI, XVII, XVIII**. Barcelona: Editorial Crítica, 1990.
- BIANCARDI, Cleide Santos Costa. Liturgia, arte e beleza: o patrimônio móvel das sacristias barrocas no Brasil. In: TIRAPELI, Percival (org.). **Arte sacra: barroco memória viva**. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: editora UNESP, 2005.
- BLAU, Alessandra Resende. **O “ouro vermelho” e a política de povoamento da capitania de Mato Grosso (1752-1798)**. 2007, 149f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.
- BORGES, Célia Maria. **Escravos e libertos nas Irmandades do Rosário: devoção e solidariedade em Minas Gerais, séculos XVIII e XIX**. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2005.
- BOSCHI, Caio César. **Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais**. São Paulo: Ática, 1986.
- BOSCHI, Caio. “Em Minas, os negros e seus compromissos”. In: FILHO, Amílcar Vianna Martins (orgs.). **Compromissos das irmandades mineiras do século XVIII**. Belo Horizonte: Claro Enigma / Instituto Cultural Amílcar Martins, 2007.
- BOSCHI, Caio. Ordens religiosas, clero secular e missionação no Brasil. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da Expansão portuguesa**. Vol. III. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 307.
- BOSCHI, Caio. Sociabilidade religiosa laica: as irmandades. In: BETHENCOURT, Francisco, CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da Expansão portuguesa. O Brasil na Balança do Império (1697-1808)**. Vol. III. Navarra: Círculo de Leitores, 1998.
- BOURDIEU, Pierre. **A Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 2007.

- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Lisboa: Difel, 1989.
- BOXER, C. R. **O império marítimo português: 1415-1825**. Lisboa: Edições 70, 2011.
- BOXER, Charles R. **A Igreja e a Expansão Ibérica (1440-1770)**. Lisboa: Edições 70, 1981.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. **A veneração às almas do Purgatório: um contraponto entre Portugal e a Colônia**. Disponível em:
http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0CCoQFjAA&url=http%3A%2F%2Fwww.geocities.ws%2Fadarantes%2FArtigos_Adalgisa%2F13_A_veneracao_as_almas_do_Purgatorio_um_contraponto_entre_Portugal_e_a_Colonia.doc&ei=SNYIVfbBEISuggSipYToDw&usg=AFQjCNFzxjqhG0oorB2hxZDdJ7I8OHXRaA&bvm=bv.90237346,d.eXY. Acesso em 08/04/2015.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. A visão nobiliárquica nas solenidades do setecentos mineiro. In: **Anais do X Encontro Regional de História – ANPUH – MG – Minas, Trezentos Anos**. Mariana: UFOP/ANPUH, 1996, p. 111-121.
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. **As irmandades de São Miguel e as Almas do Purgatório: culto e iconografia no setecentos mineiro**. Belo Horizonte: C/Arte, 2013, p. 135-175;
- CAMPOS, Adalgisa Arantes. São Miguel, as Almas do Purgatório e as balanças: iconografia e veneração na Época Moderna. **Memorandum**, Belo Horizonte, v. 07, 2004, p. 102-127.
- CAMPOS, Adalgisa. Locais de sepultamentos e escatologia através de registros de óbitos da época barroca. A freguesia de Nossa Senhora do Pilar de Ouro Preto. **Varia História**, nº 31, janeiro de 2004.
- CAMPOS, Rafael Dias da Silva. **“Que de autor basta eu...”: o mundo natural nos Diálogos Geográficos de José Barbosa de Sá**. 2012, 143f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- CANAVARROS, Otávio. **O poder metropolitano em Cuiabá (1727-1752)**. Cuiabá: EdUFMT, 2004.
- CANOVA, Loiva. **Antônio Rolim de Moura e as representações da paisagem no interior da colônia portuguesa na América (1751-1764)**. 2011, 320f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CANOVA, Loiva. **Os doces bárbaros: imagens dos índios Paresi no contexto da conquista portuguesa em Mato Grosso (1719-1757)**. 2003, 116f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. **Lealdades negociadas: povos indígenas e a expansão dos Impérios nas regiões centrais da América do Sul (segunda metade do século XVIII)**. 2012, 595f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CASTAGNA, Paulo. O som na Catedral de Mariana nos séculos XVIII e XIX. In: FURTADO, Júnia Ferreira (org.). **Sons, formas, cores e movimentos na modernidade atlântica: Europa, América e África**. São Paulo: Annablume: Belo Horizonte: FAPEMIG; PPGH – UFMG, 2008. (Coleção Olhares).

CHAVES, Otávio Ribeiro. **Política de povoamento e a constituição da fronteira Oeste do Império português: a capitania de Mato Grosso na segunda metade do século XVIII**. 2008, 286f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

COMAR, Michelle. **Imagens de Ébano em altares barrocos: as irmandades leigas de negros em São Paulo (séculos XVIII-XIX)**. 2008, 133f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CORBALAN, Kleber Roberto Lopes. **A Igreja Católica na Cuiabá Colonial: da primeira Capela a chegada do primeiro Bispo (1722-1808)**. 2006, 116 (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**. Vol. III. Lisboa: Livros Horizonte, 1984.

COSENTINO, Francisco Carlos. O ofício e as cerimônias de nomeação e posse para o governo-geral do Estado do Brasil (séculos XVI e XVII). In: BICALHO, Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português (séculos XVI – XIX)**. São Paulo: Alameda, 2005.

COSTA, João Paulo Oliveira e. A diáspora missionária. In: AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.). **História Religiosa de Portugal**. Humanismos e Reformas. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 255-313.

COSTA, Maria de Fátima. **História de um país inexistente: Pantanal entre os séculos XVI e XVIII**. São Paulo: Estação Liberdade, Kosmos, 1999.

COSTA, Maurim Rodrigues. **Vila Bela da Santíssima Trindade: um planejamento urbano no interior da América portuguesa (1734-1765)**. Dissertação de Mestrado, Cuiabá, UFMT, 2003.

CRUZ, Elias Felipe de Souza. **As visitas diocesanas nas Minas Setecentistas: Poder episcopal e sociabilidades na Comarca do Rio das Mortes durante a primeira metade do século XVIII**. 2009, 82f. Dissertação (Mestrado em História) – PGHIS, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora – MG.

CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais no começo do século XIX. **Revista Brasileira de História**, 2007, n. 53, p. 123-158.

DUTRA, Francis A. Ser mulato em Portugal nos primórdios da época moderna. **Tempo**, vol. 15, n 30, Rio de Janeiro, julho de 2011, p. 101-114.

ELIAS, Norbert. **A sociedade de corte**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

ELIAS, Norbert. **A sociedade dos indivíduos**. Trad. Mário Matos. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.

EUGÊNIO, Alisson. Tensões entre os Visitadores Eclesiásticos e as Irmandades Negras no século XVIII mineiro. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 22, nº43, 2002.

FARELO, Mário. O Padroado Régio na Diocese de Lisboa durante a Idade Média: uma instituição in diminuendo. **Fragmenta Histórica – História, Paleografia e Diplomática**. Lisboa, 1 (2013), p. 39-107.

FEITLER, Bruno. **Nas malhas da consciência: Igreja e Inquisição no Brasil: Nordeste (1640-1750)**. São Paulo: Alameda: Phoebus, 2007.

FEITLER, Bruno. Quando chegou Trento ao Brasil? In: GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.). **O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa / Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 157-173.

FERNANDES, Suelme Evangelista. **O Forte do Príncipe da Beira e a Fronteira Noroeste da América portuguesa**. 2003, 169f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

FERREIRA, Maria Delfina do Rio. **Das Minas Gerais a Mato Grosso: gênese, evolução e consolidação de uma capitania. A ação de Caetano Pinto de Miranda Montenegro**. 1996, 223f. Dissertação (Mestrado em História Moderna) – Faculdade de Letras, Universidade do Porto.

FONSECA, Cláudia Damasceno. **Arraiais e vilas D’El Rei: espaço e poder nas Minas setecentistas**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

FONSECA, Hélder Adegar. A propriedade da terra em Portugal (1750-1850): alguns aspectos para uma análise. In: COSTA, Fernando Marques da; DOMINGUES, Francisco Contente; MONTEIRO, Nuno Gonçalo (orgs.). **Do Antigo Regime ao Liberalismo (1750-1850)**. Lisboa: Veja, 1989.

FRANCO, Renato. **O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa**. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 27, nº 53, jan-jun de 2014, p. 5-25.

FRANCO, Renato. **Pobreza e caridade leiga – as Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa**. 2011, 385f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

FURTADO, Júnia Ferreira. Transitoriedade da vida, eternidade da morte: ritos fúnebres de forros e livres nas Minas setecentistas. In: JANCSON, István e KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: EdUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001.

GARCIA, João Carlos (coord). **A mais dilatada vista do mundo: inventário da Coleção Cartográfica da Casa da Ínsua**. Portugal, 2000.

GOMES, José Eudes. **As Milícias D'El Rey: tropas militares e poder no Ceará setecentista**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

GOMES, Luciano Costa. Escravidão e agricultura no Rio Grande de São Pedro, período colonial: sugestão de um modelo de interpretação. **Revista Latino-Americana de História**, vol. 3, n. 10, 2014, p. 89-110.

GOMES, Masília Aparecida da Silva. **Produção agrícola e práticas alimentares na fronteira oeste. Vila Bela da Santíssima Trindade (1752-1790)**. 2008, 203f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

GONÇALVES, Nuno da Silva. Padroado. In: AZEVEDO, Carlos Moreira. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000.

GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.). **O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa / Universidade Católica Portuguesa, 2014.

HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). **História geral da civilização brasileira**. Tomo I. A Época colonial. Vol. 2: administração, economia, sociedade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

HOORNAERT, Eduardo (org.). **História da igreja no Brasil**. Tomo II/1. Petrópolis: Vozes, Paulinas, 1994.

HOORNAERT, Eduardo. A Cristandade durante a Primeira Época Colonial. In: HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno (orgs.). **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Tomo II. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 243-412.

HOORNAERT, Eduardo. A Evangelização do Brasil durante a Primeira Época Colonial. In: HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando; GRIJP, Klaus Van Der; BROD, Benno (orgs.). **História da Igreja no Brasil: ensaio de interpretação a partir do povo**. Tomo II. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1979, p. 21-152.

HOORNAERT, Eduardo. La iglesia católica en el Brasil colonial. In: BETHELL, Leslie (org.). **História da América Latina**. 2. América Latina colonial: Europa e América en los siglos XVI, XVII. XVIII. Barcelona: Editorial Crítica, 1990, p. 208-220.

JANCSÓ, István e KANTOR, Íris. Falando de festas, in: JANCSÓ, István e KANTOR, Íris (orgs.) Vol. I. **Festa: cultura e sociabilidade na América portuguesa**. São Paulo: Hucitec: EDUSP: FAPESP: Imprensa Oficial, 2001.

JESUS, Nauk Maria de. **Na trama dos conflitos: a administração na fronteira oeste da América portuguesa (1719-1778)**. 2006, 442f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminenses, Niterói.

JESUS, Nauk Maria de. **O Governo local na Fronteira Oeste: a rivalidade entre Cuiabá e Vila Bela no século XVIII**. Dourados: Ed. UFGD, 2011, p. 25-26.

JESUS, Nauk Maria de. **Saúde e doença: práticas de cura no centro da América do Sul (1727-1808)**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

JESUS, Nauk Maria de; SYMANSKY, Luís Cláudio Pereira. Olhares e reflexões sobre africanos e afro-descendentes em Mato Grosso – séculos XVIII e XIX. In: JESUS, Nauk Maria de et. al. **Ensino de História: trajetórias em movimento**. Cáceres – MT: Editora Unemat, 2007.

JESUS. Nauk Maria de. Organização Militar. In: JESUS, Nauk Maria de (org.). **Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial**. Cuiabá: Carlini e Caniato, 2011.

KÜHN, Fábio. “Um corpo, ainda que particular”: as irmandades leigas e Ordens Terceiras no Rio Grande do Sul colonial. **História Unisinos**, v. 14, nº2, maio/agosto de 2010.

KÜHN, Fábio. As redes de distinção: familiares da Inquisição na América portuguesa do século XVIII. **Varia História**. Belo Horizonte, v. 26, nº 43, jan/jun 2010.

LACERDA, Leilla Borges de. **De Matriz a Catedral / Basílica do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: territorialidade, poder e memória – século XVIII – XX**. 2001. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá.

LARA, Sílvia Hunold. **Fragmentos setecentistas: escravidão, cultura e poder na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LARA, Silvia. Hunold. Legislação sobre escravos africanos na América portuguesa. In: ANDRÉS-GALLEGO, José (Dir. e Coord.). **Nuevas Aportaciones a la Historia Jurídica de Iberoamérica**. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 2000.

LE GOFF, Jacques. **O Nascimento do Purgatório**. Lisboa: Estampa, 1981.

LEMES, Fernando Lobo. Poder local e rede urbana nas minas de Goiás. **História**, São Paulo, 28 (1): 2009.

LEVERGER, Augusto. **Apontamentos cronológicos da Província de Mato Grosso**. Cuiabá: IHGMT, 2001.

LIMA, Lana Lage da Gama. O padroado e a sustentação do clero no Brasil colonial. **Saeculum – Revista de História**, n.30, João Pessoa, jan./jun. 2014, p. 47-62.

LIMA, Priscila de. **De libertos a habilitados. Interpretações populares dos alvarás antiescravistas na América portuguesa (1761 – 1810)**. 2011, 156f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

LONDOÑO, Fernando Torres. Paróquia e comunidade na representação do sagrado na colônia. In: LONDOÑO, Fernando Torres (org.). **Paróquia e comunidade no Brasil: perspectiva histórica**. São Paulo: Paulus, 1997, p. 51-90.

LOPES, João Carlos. **A Confraria de Lavradores de Torres Novas**. Torres Novas: Digital Texto Comunicações, 1993.

LOUSADA, Maria Alexandre. **Espaços de sociabilidade em Lisboa: finais do século XVIII a 1834**. Tese, 439f. (Doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa-PT, 1995.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. **‘A Ocidente do imenso Brasil’: as conquistas dos rios Paraguai e Guaporé (1680-1750)**. 2013, 338f. Tese (Doutorado em História da Expansão e dos Descobrimentos Portugueses) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. A Vila Bela e a ocupação portuguesa do Guaporé no século XVIII. **Relatório final de pesquisa do Projeto Fronteira ocidental - Arqueologia e História: Vila Bela da Santíssima Trindade**. Cuiabá: SEDUC-MT, 2004.

LUCÍDIO, João Antônio Botelho. **Ofício e Arte: fotógrafos e fotografias em Mato Grosso 1860-1960**. Cuiabá: Carlini & Caniato: EdUFMT, 2008.

MACHADO, Cacilda. A escravidão e a cor dos escravos e dos livres (Freguesia de São José dos Pinhais – PR, passagem do XVIII para o XIX). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (orgs.). **Temas setecentistas: governos e populações no Império português**. Curitiba: UFPR – SCHLA / Fundação Araucária, 2008.

MARQUES, João Francisco. A renovação das práticas devocionais. In: AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.). **História Religiosa de Portugal**. Humanismos e Reformas. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 558-670.

MARTINIÈRE, Guy. A implantação das estruturas de Portugal na América (1620-1750). In: SERRÃO, Joel, MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), MAURO, Frédéric (Coord.). **Nova História da Expansão portuguesa. O Império Luso-Brasileiro (1620-1750)**. Vol.VII. Lisboa: Editorial Estampa, 1991, p. 137-140.

MARTINS, William de Souza. **Membros do Corpo Místico – Ordens Terceiras no Rio de Janeiro (1700-1822)**. São Paulo: Edusp, 2009.

MAXWEL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Trad. Antonio de Pádua Danesi. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, Marcia Eliane Alves de Souza e. O Regimento das Missões: poder e negociação na Amazônia portuguesa. In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (orgs.). **Temas setecentistas: governos e populações no Império português**. Curitiba: UFPR – SCHLA / Fundação Araucária, 2008, p. 85-94.

MENDONÇA, Pollyanna Gouveia. **Parochos imperfeitos: Justiça Eclesiástica e desvios do clero no Maranhão colonial**. 2011, 341f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Governadores e capitães-mores do Império Atlântico português no século XVIII. In: BICALHO, Maria Fernanda, FERLINI, Vera Lúcia Amaral (orgs.). **Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português (séculos XVI – XIX)**. São Paulo: Alameda, 2005, p. 95-99.

MONTEIRO, Nuno. Notas sobre nobreza, fidalguia e titulares nos finais do Antigo Regime. **Ler História**. Lisboa, nº 10, 1987, p. 15-51.

MORAES, Cristina de Cássia Pereira. **Do Corpo Místico de Cristo: Irmandades e Confrarias na Capitania de Goiás (1736-1808)**. Tese (Doutorado em História e Teoria das Idéias). Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2005.

MORAES, Juliana de Mello. As festas religiosas nas ordens terceiras franciscanas: a procissão das cinzas em São Paulo e em Braga no século XVIII. IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano. **Atas do IV Congresso Internacional do Barroco Ibero-Americano**. Ouro Preto, 2006.

MORAES, Juliana de Mello. **Sacralização da pobreza: sociabilidades e vida religiosa numa pequena vila da América portuguesa**. 2003, 111f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

MORAES, Juliana de Mello. **Viver em penitência: os irmãos terceiros franciscanos e as suas associações, Braga e São Paulo (1672-1822)**. 2009, 636f. Tese (Doutoramento em História) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, Portugal.

MORAES, Maria de Fátima Mendes Lima de. **Vila Maria do Paraguai: um espaço planejado para consolidar a fronteira oeste (1778-1801)**. 2003, 143f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

MULVEY, Patrícia A. Black Brothers and Sisters: Memberships in the Black Lay Brotherhoods of Colonial Brazil. **Luso-Brazilian Review**, vol. 17, n.2, 1980, pp. 253-279.

MULVEY, Patrícia A. Irmandade. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa**. Lisboa, São Paulo: Verbo, 1994.

MULVEY, Patrícia A. Slave Confraternities in Brazil: Their Role in Colonial Society. **The Americas**, vol. 39, n.1, 1982, pp. 39-68.

NASCIMENTO, Mara Regina do. **Irmandades leigas em Porto Alegre: práticas funerárias e experiência urbana – séculos XVIII e XIX**. 2006, 362f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

NEVES, Guilherme Pereira das. Administração Eclesiástica. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (coord.). **Dicionário da História da Colonização Portuguesa**. Lisboa, São Paulo: Verbo, 1994, p. 22-23.

NEVES, Guilherme Pereira das. **E receberá mercê: a Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil – 1808-1828**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1997.

- NOLASCO, Simone Ribeiro. **As devoções na Vila do Senhor Bom Jesus do Cuiabá – o culto dos padroeiros (1723-1808)**. 2002. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá.
- NOVAES, Fernando Antônio. Condições da privacidade na colônia. In: NOVAES, Fernando Antônio; SOUZA, Laura de Mello e (orgs.). **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 33-39.
- OLIVAL, Fernanda. O Brasil, as Companhias pombalinas e a nobilitação no terceiro quartel de setecentos. In: CUNHA, Mafalda Soares da (coord.). **Do Brasil à metrópole: efeitos sociais (séculos XVII-XVIII)**. Anais, Universidade de Évora, 1998-1999, p. 91.
- OLIVAL, Fernanda. Rigor e interesses: os estatutos de limpeza de sangue em Portugal. In: **Cadernos de Estudos Sefarditas**, nº04, 2004.
- OLIVAL, Fernanda; MONTEIRO, Nuno Gonçalo. Mobilidade social nas carreiras eclesiásticas em Portugal (1500-1820). In: **Análise Social**, vol. XXXVII (165), 2003.
- OLIVEIRA, Alcilene Cavalcante de. **A ação pastoral dos bispos da diocese de Mariana: mudanças e permanências (1748-1793)**. 2001, 252f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas – SP.
- OLIVEIRA, Anderson José Machado de. Igreja e escravidão africana no Brasil colonial. In: **Cadernos de Ciências Humanas – Especiaria**, v. 10, n. 18, jul.-dez. 2007, p. 355-387.
- OLIVEIRA, Edevamilton de Lima. **A Povoação Regular de Casal Vasco e a fronteira Oeste do Brasil Colônia (1783-1802)**. Dissertação de Mestrado. Cuiabá, UFMT, 2003.
- OLIVEIRA, Monalisa Pavonne. **Devoção e poder: a Irmandade do Santíssimo Sacramento de Ouro Preto (Vila Rica, 1732-1800)**. 2010, 161f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto.
- OLIVEIRA, Tiago Kramer de. **Desconstruindo velhos mapas, revelando espacializações: a economia colonial no centro da América do Sul (primeira metade do século XVIII)**. 2012, 312f. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- PAIVA, José Pedro. A Igreja e o poder. In: AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.). **História Religiosa de Portugal**. Humanismos e Reformas. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 135-185.

PAIVA, José Pedro. As missões internas. In: AZAVEDO, Carlos Moreira de (dir.). **História Religiosa de Portugal**. Humanismos e Reformas. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 239-250.

PAIVA, José Pedro. Igreja e Estado. In: AZEVEDO, Carlos Moreira. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 393- 401.

PAIVA, José Pedro. Os mentores. In: AZEVEDO, Carlos Moreira de (dir.). **História Religiosa de Portugal**. Humanismos e Reformas. Vol. 2. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p. 201-237.

PAIVA, José Pedro. Os novos prelados diocesanos nomeados no Consulado Pombalino. **Penélope**, nº25, 2001.

PAIVA, José Pedro. A recepção e aplicação do Concílio de Trento em Portugal: novos problemas, novas perspectivas. In: GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.). **O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa / Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 13-40.

PENTEADO, Pedro. Confrarias. In: In: AZEVEDO, Carlos Moreira. **Dicionário de História Religiosa de Portugal**. Lisboa: Círculo de Leitores, 2000, p.459-470.

POLETO, Lizandro. **Pastoreiro de almas em terras Brasilis: a Igreja Católica no “Paraná” até a criação da diocese de Curitiba (XVII-XIX)**. 2010, 136f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

POLÔNIA, Amélia. A recepção do Concílio de Trento em Portugal. In: GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.). **O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa / Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 41-58.

PONTES, Annie Larissa Garcia Neves. **Irmandade do Senhor Bom Jesus dos Passos: festas e funerais na Natal oitocentista**. 2008, 124f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

PORTELA, Bruna Maria. **Gentio da terra, gentio da Guiné: a transição da mão de obra indígena para a escravidão africana. (Capitania de São Paulo, 1697-1780)**. 2014, 386f. Tese (Doutorado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

PRECIOSO, Daniel. **Terceiros de cor: pardos e crioulos em Ordens Terceiras e arquiconfrarias (Minas Gerais, 1760-1808)**. 2014, 356f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ.

PRESOTTI, Thereza Martha Borges. Índios. In: JESUS, Nauk Maria de (org.). **Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2011.

PRESOTTI, Thereza Martha Borges. **Na Trilha das águas: índios e natureza na conquista colonial do centro da América do Sul: sertões e minas do Cuiabá e Mato Grosso (século XVIII)**. 2008, 278f. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília.

RAMINELLI, Ronald. “Los limites del honor”. Nobles y jerarquías de Brasil, Nueva España y Perú, siglos XVII y XVIII. **Revista Complutense de Historia de América**, 2014, vol. 40, p. 45-68.

RAMINELLI, Ronald. Impedimentos da cor: mulatos no Brasil e em Portugal (1640-1750). **Varia História**, Belo Horizonte, vol. 28, n. 48, jul/dez 2012, p. 699-723.

RAMINELLI, Ronald. Nobreza e riqueza no Antigo Regime Ibérico setecentista. **Revista de História**, São Paulo, nº 169, julho/dezembro de 2013.

REGINALDO, Lucilene. “África em Portugal”: devoções, irmandades e escravidão no Reino de Portugal, século XVIII. **História**. São Paulo, 28, 2009.

REGINALDO, Lucilene. **Os Rosários dos Angolas: irmandades negras, experiências escravas e identidades africanas na Bahia setecentista**. 2005, 251f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo: EDUSP / Imprensa Oficial do Estado / FAPESP, 2000.

REIS, João José. **A morte é uma festa. Ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

REIS, João José. Identidade e Diversidade Étnicas nas Irmandades Negras no Tempo da Escravidão. **Tempo**. Rio de Janeiro, vol. 2, nº3, 1996.

RICUPERO, Rodrigo. **A formação da elite colonial: Brasil, c. 1530-c. 1630**. São Paulo: Alameda, 2009.

ROCHA, Leandro Mendes. **Atlas histórico de Goiás pré-colonial e colonial**. Goiânia: CECAB Editora, 2001.

RODRIGUES, Aldair Carlos. **Poder eclesiástico e Inquisição no século XVIII luso-brasileiro: agentes, carreiras e mecanismos de promoção social**. 2012, 376f. Tese (Doutorado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. A capitania de Mato Grosso e a Companhia Geral de Comércio do Grão-Pará e Maranhão (1755-1778). In: ANZAI, Leny Caselli e MARTINS, Maria Cristina Bohn (orgs.). **Histórias coloniais em áreas de fronteiras: índios, jesuítas e colonos**. São Leopoldo, RS: Oikos; Unisinos; Cuiabá, MT: EdUFMT, 2008.

RODRIGUES, Nathália Maria Dorado. **A Companhia Geral de Comércio do Grão Pará e Maranhão e os homens de negócio de Vila Bela (1752-1778)**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

ROSA, Carlos Alberto. **A Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (vida urbana em Mato Grosso no século XVIII: 1722-1808)**. 1996. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROSA, Carlos Alberto. Mínima história dos Anais. In: **Annaes do Sennado da Camara do Cuyabá (1719-1830)**. Transcrição e Organização Yumiko Takamoto Suzuki. Cuiabá: Entrelinhas; Arquivo Público de Mato Grosso, 2007.

ROSA, Carlos Alberto. O caso Maria Eugênia. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso – Suplemento Mensal Ano I**. Cuiabá, 31 de julho de 1986.

ROSA, Carlos Alberto. O urbano colonial na terra da conquista. In: ROSA, Carlos Alberto, JESUS, Nauk Maria de (orgs.). **A terra da conquista: história de Mato Grosso colonial**. Cuiabá: Adriana, 2003.

RUSSELL-WOOD, A. J. R. **Escravos e libertos no Brasil colonial**. Trad. Maria Beatriz Medina. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. **Fidalgos e filantropos: a Santa Casa da Misericórdia da Bahia, 1550-1755**. Brasília: Ed. UnB, 1981.

SÁ JÚNIOR, Mário Teixeira de. **Malungos do Sertão. Cotidiano, práticas mágicas e feitiçaria no Mato Grosso setecentista**. 2008, 319 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências e Letras de Assis, Universidade Estadual Paulista, Assis.

SÁ, Isabel dos Guimarães. A Misericórdia de Gouveia no período moderno. Disponível em: <https://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4819/1/gouveia.pdf>. Acesso em 24/11/2014.

SÁ, Isabel dos Guimarães. As Misericórdias. In: BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da Expansão portuguesa**. Vol I. Navarra: Círculo de Leitores, 1998.

SÁ, Isabel dos Guimarães. Igreja e assistência em Portugal no século XV. In: **Separata do Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira**, v. LIII, 1995.

SÁ, Isabel dos Guimarães. **Quando o rico se faz pobre: Misericórdias, caridade e poder no Império português (1500-1800)**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1997.

SÁ, José Barbosa de. **Relação das povoações do Cuiabá e Mato Grosso de seus princípios até os presentes tempos**. Cuiabá: Editora UFMT, 1975.

SAMPAIO, Juliana da Cunha. **Irmãos do Rosário de Santo Antônio: gênero, cotidiano e sociabilidade em Recife (1750-1800)**. 2009, 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

SANT'ANNA, Sabrina Mara. **A Boa Morte e o Bem Morrer: culto, doutrina, iconografia e irmandades mineiras (1721 a 1822)**. 2006, 142f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. Irmandades, oficiais mecânicos e cidadania no Rio de Janeiro do século XVIII. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 26, nº 43, jan/jun 2010.

SANTOS, Beatriz Catão Cruz. **O Corpo de Deus na América: a festa de Corpus Christi nas cidades da América portuguesa – século XVIII**. São Paulo: Annablume, 2005.

SANTOS, Fabrício Forcato dos. **Conflitos setecentistas: sociedade e clero das Vilas de Curitiba e Paranaguá (1778-1774)**. Curitiba: UFPR. Dissertação (Mestrado em História), 2008.

SANTOS, Patrícia Ferreira dos. **Poder e palavra: discursos, contendas e direito de padroado em Mariana (1748-1764)**. 2007, 306f. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

SANTOS, Rafael Brondani dos. **Martelo dos hereges. Militarização e Politização de Santo Antônio no Brasil Colonial**. 2006, 160f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói.

SCARANO, Julita. **Devoção e Escravidão: a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no século XVIII**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1975.

SCHWARTZ, Stuart. De ouro a algodão: a economia brasileira no século XVIII. In: BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti (dir.). **História da Expansão Portuguesa: o Brasil na balança do Império (1697 – 1808)**. Vol. III. Navarra: Círculo de Leitores, 1998, p. 88.

SEABRA, Leonor Diaz de. **A Misericórdia de Macau (séculos XVI a XIX): Irmandade, Poder e Caridade na Idade do Comércio**. Macau: Universidade do Porto, 2011.

SILVA, Cristiane dos Santos. **Irmãos de fé, Irmãos no poder: a irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos na Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (1751-1819)**. 2001, 174f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SILVA, Gilian Evaristo França. **Festas e celebrações em Vila Bela da Santíssima Trindade no século XVIII**. 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT, Cuiabá.

SILVA, João Bosco da. **Vila Bela à época de Luís de Albuquerque (1772-1789)**. 2006, 142f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SILVA, Jovam Vilela da. **Mistura de cores (Política de Povoamento e População na Capitania de Mato Grosso – século XVIII)**. Cuiabá: Editora da UFMT, 1995.

SILVA, Luiz Geraldo. “Esperança de liberdade”. Interpretações populares da abolição ilustrada (1773-1774)”. **Revista de História**, São Paulo, v. 144, p. 107 – 150.

SILVA, Luiz Geraldo. “Religião e identidade ética. Africanos crioulos e irmandade na América Portuguesa”. **Cahiers des Amériques Latines**, Paris, v.44, n.3, 2003.

SILVA, Luiz Geraldo. “Sementes da sedição”: etnia, revolta escrava e controle social na América portuguesa (1808-1817). **Afro-Ásia**, nº25-26, 2001.

SILVA, Luiz Geraldo. Cooperar e dividir: mobilização de forças militares no Império português (séculos XVI e XVII). In: DORÉ, Andréa, LIMA, Luís Filipe Silvério, SILVA, Luiz Geraldo (orgs.). **Facetas do Império na História: conceitos e métodos**. São Paulo: Hucitec, 2008.

SILVA, Luiz Geraldo. Da festa à sedição. Sociabilidades, etnia e controle social na América portuguesa (1776-1814). JANCÓS, István, KANTOR, Iris (orgs.). **Festa: Cultura & Sociabilidade na América portuguesa**. Vol. I. São Paulo: Hucitec: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp: Imprensa Oficial, 2001, p. 313-335.

SILVA, Luiz Geraldo. Gênese das milícias de pardos e pretos na América portuguesa: Pernambuco e Minas Gerais, séculos XVII e XVIII. **Revista de História**, São Paulo, nº 169, julho/dezembro de 2013.

SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Fernando Prestes de; PAULA, Leandro Francisco de. A guerra luso-castelhana e o recrutamento de pardos e pretos: uma análise comparativa (Minas Gerais, São Paulo e Pernambuco, 1775-1777). In: DORÉ, Andréa; SANTOS, Antonio Cesar de Almeida (orgs.). **Temas setecentistas: governos e populações no Império português**. Curitiba: UFPR – SCHLA / Fundação Araucária, 2008, p. 67-83.

SILVA, Luiz Geraldo; SOUZA, Priscila de Lima. Without freedmen note: changes in the petitions of the pardos of Portuguese America throughout the eighteenth century. In: **Colonial (Mis) understanding: Portugal and Europe in Global Perspective, 1450 - 1900**, 2013. Lisboa: FCT/CHAM, v.1.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.) [et al.]. **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da; BACELLAR, Carlos de Almeida Prado; GOLDSCHMIDT, Eliana Réa. O ouro e as novas fronteiras (1710-1765). In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (org.). **História de São Paulo Colonial**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

SILVA, Paulo Pitaluga Costa e. **Dicionário biográfico mato-grossense: período colonial, 1524/1822: autoridades, bandeirantes, cientistas, conquistadores, índios, militares, religiosos, sertanistas, viajantes**. Cuiabá: Carlini & Caniato, 2005.

SILVA, Vanda da. **Administração das terras: a concessão de sesmarias na capitania de Mato Grosso (1748-1823)**. 2008, 184f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá.

SILVA, Welber Carlos Andrade da. **As elites de santo Antônio – poder, representações e sociabilidade – o caso da Irmandade do Santíssimo Sacramento (1791-1822)**. 2012, 162f. Dissertação (Mestrado em História) – PGHIS, Universidade Federal Rural de Pernambuco.

SIMÃO, Maristela dos Santos. **As irmandades de Nossa Senhora do Rosário e os africanos no Brasil do século XVIII**. 2010, 108f. Dissertação (Mestrado em História da África) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

SIQUEIRA, Elizabeth Madureira de. **A Irmandade do Senhor Bom Jesus de Cuiabá: devoção, resistência e poder (1821-1857)**. Cuiabá: IHGMT, 2010.

SOARES, Mariza de Carvalho. **Devotos da cor: identidade étnica, religiosidade e escravidão no Rio de Janeiro no século XVIII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SOUZA, Daniela dos Santos. **Devoção e identidade: o culto de Nossa Senhora dos Remédios na Irmandade do Rosário de São João Del Rei – séculos XVIII e XIX**. 2010, 187f. Dissertação (Mestrado em História) – PGHIS, Universidade Federal de São João Del Rei.

SOUZA, Evergton Sales. A construção de uma cristandade tridentina na América portuguesa (séculos XVI e XVII). In: GOUVEIA, António Camões; BARBOSA, David Sampaio; PAIVA, José Pedro (coord.). **O Concílio de Trento em Portugal e nas suas conquistas: olhares novos**. Lisboa: Centro de Estudos de História Religiosa / Universidade Católica Portuguesa, 2014, p. 175-195.

SOUZA, Fernando Prestes de. **Milicianos pardos em São Paulo: cor, identidade e política (1765-1831)**. 2011, 192f. Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

SOUZA, Laura de Mello e. **Desclassificados do ouro: a pobreza mineira no século XVIII**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SOUZA, Laura de Mello e. **O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

SOUZA, Marina de Mello e. **Reis negros no Brasil escravista: história de coroação de Rei Congo**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

STUMPF, Roberta G. **Cavaleiros do ouro e outras trajetórias nobilitantes: as solicitações de hábitos das ordens militares nas Minas setecentistas**. 2009. Tese (Doutorado em História) – Departamento de História, Universidade de Brasília, Brasília.

SYMANSKI, Luis Claudio Pereira. Escravidão. In: JESUS, Nauk Maria (orgs.). **Dicionário de História de Mato Grosso: período colonial**. Cuiabá: Carlini & Caniato editorial, 2011.

TINHORÃO, José Ramos. **As festas no Brasil colonial**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

TIRAPELI, Percival. Patrimônio religioso na formação das cidades do vale do Paraíba, São Paulo. In: TIRAPELI, Percival (org.). **Arte sacra: barroco memória viva**. 2. ed. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo: editora UNESP, 2005.

VALADARES, Virgínia Trindade. **Elites Mineiras Setecentistas**: conjugação de dois mundos. Lisboa: Edições Colibri, ICIA, 2004.

VEIGA, Afonso Costa Santos. **Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres: Governador e Capitão-General de Cuiabá e Mato Grosso**. 2.ed. Arouca, Portugal: R.I.R.S.M.A., 2001.

VIDE, Sebastião Monteiro. **Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia**. Estudo introdutório e edição de Bruno Fleiter, Evergton Sales, Istvan Jancsó (orgs.). São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2010 (Documenta Uspiana; 4).

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. **A conquista da terra no universo da pobreza**: formação da fronteira oeste do Brasil, 1719-1819. São Paulo: Hucitec; Brasília: INL, 1987, p. 30.

XAVIER, Ângela Barreto & HESPANHA, Antonio Manuel. A representação da sociedade e do poder. In: HESPANHA, A. M. (Coord.). **História de Portugal** (Quarto volume, O Antigo Regime, 1620-1807). Lisboa: Editorial Estampa, 1998.

ZANON, Dalila. **A ação dos Bispos e a Orientação Tridentina em São Paulo (1745-1796)**. 1999, 190f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.